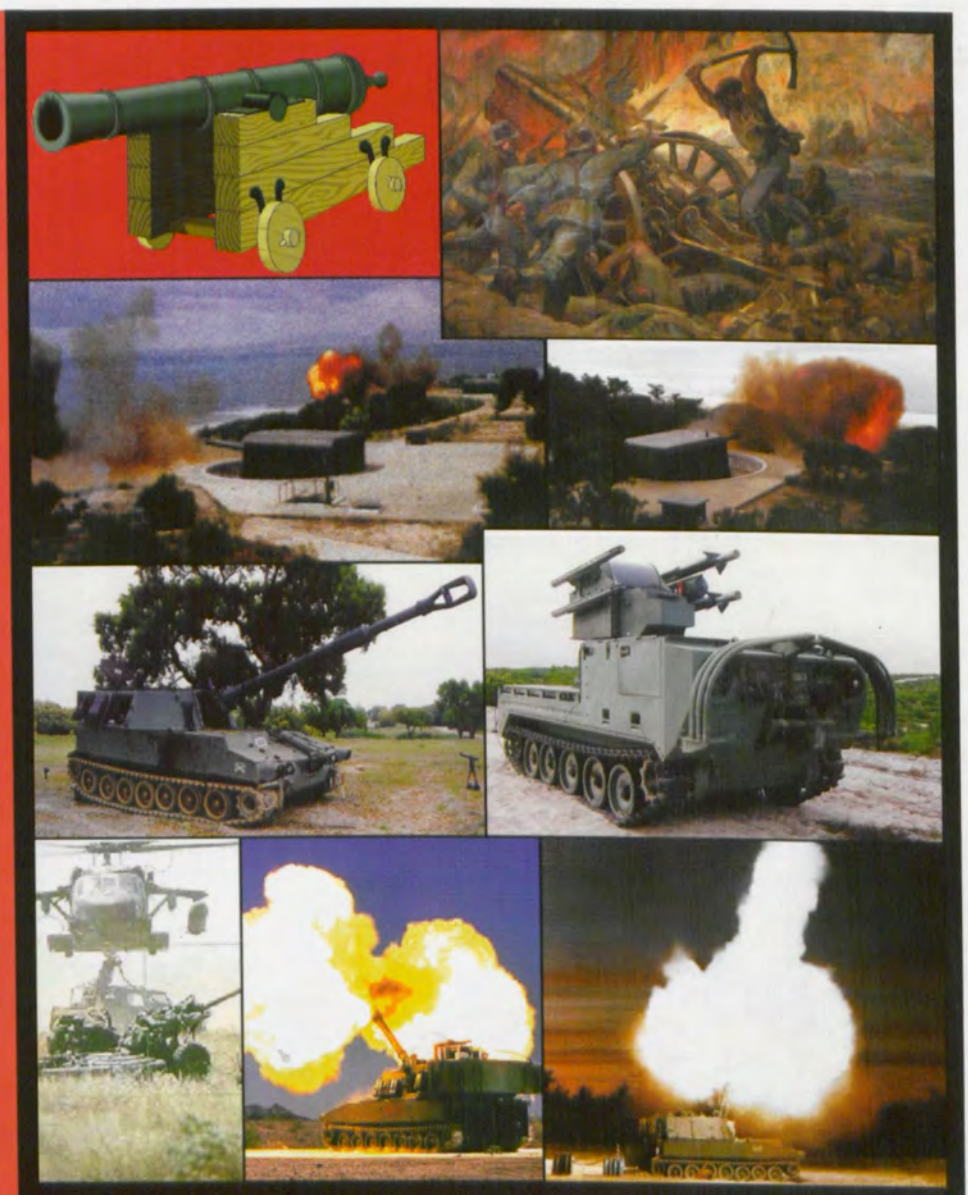
REVISTA DE ARTILHARIA



"O CÉU, A TERRA E AS ONDAS ATROANDO"

N.os 929 A 931 – JANEIRO A MARÇO DE 2003

REVISTA DE ARTILHARIA

SUMÁRIO:

	Págs.
O PELOTÃO DE AQUISIÇÃO DE OBJECTIVOS *Pelos Tenentes de Artilharia Dias Costa e Baptista.*	3
A ARTILHARIA AUTOPROPULSADA DE LAGARTAS "VERSUS" RODAS. *Pelos Tenentes de Artilharia Sérgio Avelar e Paulo Rodrigues.*	23
A ARTILHARIA DO SÉC. XXI – UMA VISÃO PARA O FUTURO *Pelo Coronel de Artilharia Raul Manuel Sequeira Rebelo.*	51
A ARTILHARIA ANTIAÉREA E OS SISTEMAS DE IDENTIFICAÇÃO *Pelo Capitão de Artilharia Helder Pilar Estriga.*	59
MANTENDO O ESPÍRITO DA ARTILHARIA *Pelo Tenente-Coronel de Artilharia Morgado Baptista.*	73
O NÚMERO 12 NA ARTILHARIA	79
NOTÍCIAS DA NOSSA ARTILHARIA	83
NOTÍCIAS DA ANTIAÉREA	83
NOTÍCIAS DA EPA	87
NOTÍCIAS DO GAC/BAI/RA4	104
PARTE OFICIAL	I

EXPEDIENTE

Toda a correspondência relativa à Revista deve ser dirigida para "REVISTA DE ARTILHARIA, CAMPO DE SANTA CLARA, 62 – 1100-471 LISBOA".
TELEFS.: Militar: 421 348 – Civil: 21 888 01 10.

ASSINATURAS

PORTUGAL, MACAU e ESPANHA: Sócios assinantes – Anual, € 7,50; Avulso, € 2,50; Restantes Países: Anual, € 15,00; Avulso, € 3,80. Via aérea – O preço da assinatura é acrescida do respectivo porte.

La REVISTA DE ARTILHARIA publiera un compte rendu ou une mention spéciale de tout ouvrage militaire dont on lui adressera un exemplaire.

É interdita a tradução ou reprodução de qualquer artigo sem indicação da origem.
The Revista de Artilharia will publish a summary or a special mention from any military publication, to which a copy shall then be sent.

AVISO: A Administração da revista solicita a participação imediata de qualquer mudança de situação ou residência.

REVISTA DE ARTILHARIA

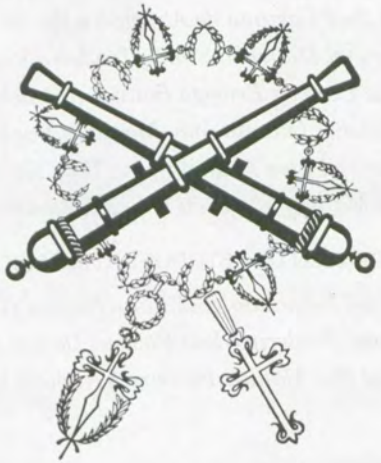
PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO 4931

99.º ANO

2.ª SÉRIE

D. L. n.º 1359/83



N.ºs 929 A 931

JANEIRO A MARÇO DE 2003

REVISTA DE ARTILHARIA

COMISSÃO EXECUTIVA PARA OS ANOS DE 2002 E 2003

PRESIDENTE

Tenente General António Marques Abrantes dos Santos

VICE-PRESIDENTE

Major General José Luís Pinto Ramalho (MDN)

BIBLIOTECÁRIO / EDITOR

Capitão Pedro Melo Vasconcelos de Almeida (AM)

SECRETÁRIO

Major Francisco José Bernardino Silva Leandro (IAEM)

TESOUREIRO

Capitão Helder Pilar Estrica (RAA1)

CENTRO DE CULTURA MILITAR E ARTILHARIA

Coronel Joaquim Formeiro Monteiro (IAEM)
Coronel José Caetano de Almeida e Sousa (DAMP)
Tenente-Coronel Maurício Simão Tendeiro Raleiras (EPA)
Tenente-Coronel Ernesto Bandeira Rebelo (RA5)
Tenente-Coronel Luís António Morgado Baptista (RAA1)
Tenente-Coronel Luís Miguel Green Dias Henriques (AM)
Major Vítor Manuel Morgado Fonseca Afonso Jorge (EPA)

CENTRO DE ESTUDOS ARTILHEIROS

Coronel Fernando José Pinto Simões (IAEM)
Coronel Frederico José Rovisco Duarte (EPA)
Tenente-Coronel Rui Manuel Ferreira Venâncio Baleizão (SNEF)

NÚMEROS
929 A 931

REVISTA DE ARTILHARIA

ANO XCIX
2.ª SÉRIE

Propriedade de Oficiais da Arma de Artilharia
Edição da Comissão Executiva

EXÉRCITO
BIBLIOTECA

Redacção e Administração
Campo de Santa Clara
1100 LISBOA
www.revista-artilharia.pt

DIRECTOR
ANTÓNIO MARQUES
ABRANTES DOS SANTOS
Tenente General

Execução gráfica
JMG – Art. Pap., Artes Gráficas
e Publicidade, Lda.
R. Cidade Frehel, 1-B – MAFRA

JANEIRO – FEVEREIRO – MARÇO DE 2003

Os autores dos artigos são únicos responsáveis pela doutrina dos mesmos. Os originais são propriedade da redacção e não se restituem quer sejam ou não publicados

O PELOTÃO DE AQUISIÇÃO DE OBJECTIVOS

Pelos Tenentes de Artilharia
DIAS COSTA
BAPTISTA

I – INTRODUÇÃO

"Peacekeeping is not a job for soldiers but only soldiers can do it..."

Dag Hammarskjold

Este trabalho foi elaborado através de pesquisa de documentos relacionados com o tema e de sites da internet.

Assim não queremos que o mesmo seja considerado doutrina, mas somente a expressão de uma opinião que foi adquirida através de experiências nos Teatros de Operações onde Portugal tem no momento Forças Nacionais Destacadas (FND).

Desde o fim da guerra fria, ao contrário do que poderíamos pensar, tem-se assistido a um crescente desenrolar de conflitos inter-regionais que pelo

facto de se criarem condições desumanas às populações civis. Estes têm sido controlados por organizações de carácter humanitário, tais como as Nações Unidas (UN).

Neste trabalho iremos expor o nosso ponto de vista sobre a forma como a Artilharia Campanha poderá cada vez mais, ser parte integrante das FND, sensibilizando os nossos comandos para a participação capaz dos artilheiros em Operações de Apoio à Paz.

II – OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ

1. *GENERALIDADES*

O termo "Nações Unidas" foi pela primeira empregue em 1 de Janeiro de 1941 pelo então Presidente dos Estados Unidos, Franklin D. Roosevelt, despoletando um processo que levou à redação e assinatura da Carta das Nações Unidas, nos dias 25 e 26 de Julho de 1945 em S. Francisco, pelos 50 países membros fundadores, cuja expressão de abertura ficou assim exarada:

"Nós, os povos das Nações Unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que, por duas vezes, no espaço de uma vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a nossa fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer as condições necessárias à manutenção da justiça e o respeito pelas obrigações recorrentes de tratados e de outras fontes de do direito internacional possam ser mantidos..."

Fig. 1 – Sede das Nações Unidas em Nova Yorque.

Desde a década de 50 que, normalmente sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), as operações designadas por apoio à paz, têm vindo a intensificar-se. Estas operações dizem respeito às actividades destinadas a controlar e a reduzir conflitos entre as partes beligerantes, e noutros casos, a criar condições para restaurar a paz. Contando inicialmente com a participação de um número relativamente reduzido de países, assistiu-se a um aumento de participações de outros países e organizações internacionais e transnacionais, atingindo actualmente o quantitativo de 185 membros.

Desde então, foi possível identificar alguns dos períodos mais importantes por que passou a ONU:

- Anti-fascista entre 1945-1947, com as condenações aos regimes fascistas;
- Anti-soviético entre 1948- 1956, com o início da Guerra Fria;
- Anti-Colonialista entre 1956-1963, com proeminência da Assembleia Geral sobre o Conselho de Segurança Grupo Afro-Asiático "dominante";
- Anti-Subdesenvolvimento entre 1963-1988, com o confronto Leste-Oeste e com problemas no médio Oriente;
- Incremento das Operações de Apoio à Paz e de Organizações Não Governamentais (ONG) com o Final da Guerra Fria desde 1989 e com a queda do Muro de Berlim;

Não assumindo como fim, a erradicação do fenómeno da guerra, mas sim o controlo dos conflitos, parece evidente que as Nações Unidas obtiveram desde a sua formação, algum sucesso. Apesar de não terem terminado com confrontações armadas, também é correcto dizer-se que evitaram uma grande quantidade de conflitos que decorreram entre a sua formação e os dias de hoje.

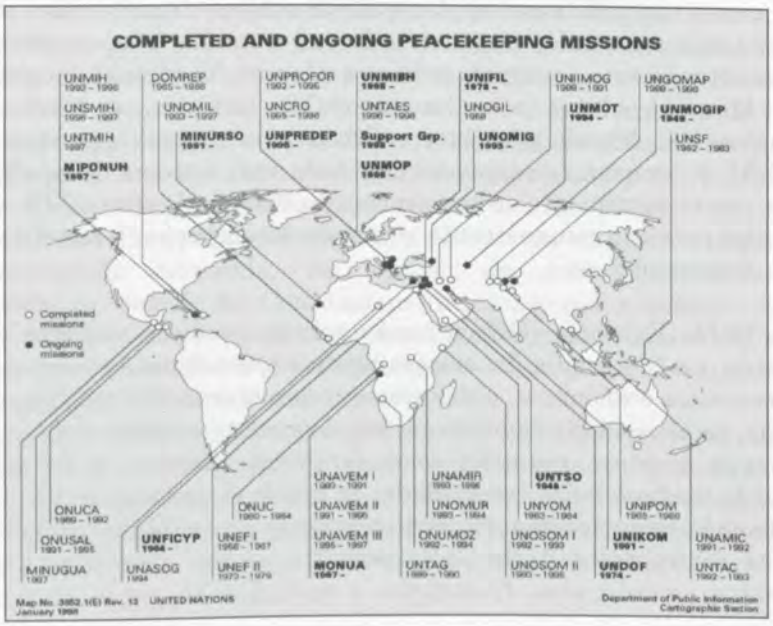


Fig. 2 – Missões da ONU terminadas e em curso referidas Janeiro de 1998.

A 1.ª fase dos esforços das Nações Unidas para a preservação da paz e segurança internacionais, designada por fase Experimental, com duas missões, decorreu entre 1948 e 1956, com a introdução de missões de observadores desarmados para a verificação dos acordos de cessar-fogo; a 2.ª fase de lançamento, decorreu entre 1956 e 1967 sendo caracterizada pela criação do conceito de interposição onde foi figura dominante o Secretário Geral da ONU assumiu grande protagonismo e resultou na sua morte durante a operação de pacificação no Congo. Nesta fase foram lançadas 8 missões; devido à paralisação do Conselho de Segurança provocada pelo aumento de tensões Leste -Oeste, a fase seguinte caracterizou-se por uma estagnação no lançamento de novas operações no período entre 1967 e 1973; para supervisar o cessar-fogo e garantir a zona tampão, na sequência da guerra do Yon Kippur, foi criada nova força das NU, dando assim origem a uma nova fase chamada de Confirmação, e que haveria de durar até à queda do Muro de Berlim; desde o final da Guerra Fria e até aos nossos dias, as missões desta organização desenvolveram-se e cresceram exponencialmente, proliferando por todo o planeta, estando agora numa fase de expansão com o único objectivo de alcançar a paz.

Com a queda do muro de Berlim em 1989, a Guerra Fria chegou ao seu epílogo e com ela o sistema bipolar que até então e durante cerca de meio século se tinha constituído no garante da paz mundial. A "nova ordem", que deveria naturalmente emergir, tarda a revelar-se. "O que sabemos da Nova Ordem Mundial é que a velha acabou"(1). Contudo, a Nova Ordem Internacional do Mundo pós Guerra Fria será o sistema que vigorará no século XXI, e perspectiva-se que seja baseada num sistema de equilíbrio de poderes, muito semelhante ao que ocorreu na Europa do século XIX, onde os EUA, única potência remanescente, pretende desempenhar o papel de fiel da balança deste equilíbrio.

Na União Europeia (UE), a união política será um processo longo e complicado, e a hierarquia das nações tende a estabelecer-se tendo por base não só conceitos económicos, como até aqui tem acontecido, mas também na dimensão, na capacidade de intervenção e no grau tecnológico das suas FA.

A nova abertura permitiu a mudança da natureza e do local dos conflitos de média e baixa intensidade, de índole étnica, cultural e religiosa intensificando as acções de terrorismo e as lutas no âmbito do nacionalismo. O fim da confrontação Leste-Oeste permitiu, assim, a livre expansão de sentimentos amordaçados, frustrações e ambições há muito contidas. Na

(1) E.P.I., *Manual de Operações de Apoio à Paz*,1996.

actual conjuntura internacional, a segurança adquiriu novas vertentes que se estendem desde a protecção dos direitos humanos e da preservação ambiental, ao restabelecimento e manutenção da paz nas regiões do globo afectadas por conflitos étnicos, culturais e religiosos. Vive-se uma situação de conflitualidade e de insegurança, surgindo a necessidade de aprofundar a cooperação entre os Estados e as Organizações Internacionais, com a finalidade de implementar e desenvolver um sistema de segurança colectivo abrangente.

A organização das Nações Unidas (ONU), obrigada a uma certa inactividade forçada durante o período da Guerra Fria, tem visto a sua capacidade de intervenção na resolução de conflitos e de influência na cena internacional sucessivamente aumentada, retomando a sua missão de manutenção da paz e da segurança internacional, em estreita cooperação com as Organizações Regionais, ao mesmo tempo em que o número de Estados signatários tem aumentado.

O novo conceito estratégico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ao reflectir a necessidade da Aliança desenvolver a sua acção no quadro de uma "concepção alargada de defesa"[2], deixa antever uma política de cooperação bilateral e multilateral nos domínios da segurança europeia e da parceria com países não pertencentes à Aliança.

A Parceria para a Paz e o Conselho do Atlântico Norte, criado em 1991, constituem marcos de relevo para a política da Aliança, no que diz respeito ao incremento das relações com os países da Europa Central e de Leste e para a sua aproximação aos padrões e normas existentes na Aliança, designadamente no que concerne à interoperabilidade dos equipamentos susceptíveis de utilização em Operações de Apoio à Paz (OAP).

A União Europeia Ocidental (UEO) viu a sua importância substancialmente acrescida, no sentido da sua constituição como componente de defesa da Comunidade Internacional e reforço do pilar europeu da Aliança, com a decisão dos Estados membros da UE sobre o desenvolvimento de uma Política Externa de Segurança Comum (PESC), tomada em Maastricht em Dezembro de 1991.

O dialogo aberto e a cooperação que se tem desenvolvido entre as Organizações Internacionais (OI) e os Estados, visando a conjugação de esforços para a constituição de forças multinacionais destinadas a actuar em OAP, constitui um importante contributo para a construção de uma Nova Ordem Internacional, alicerçada num sistema colectivo de segurança.

---

[2] E.P.I., *Manual de Operações de Apoio à Paz*,1996.

2. *A AMEAÇA*

A evolução da situação internacional na sequência do desmantelamento do bloco constituído pelo antigo Pacto de Varsóvia, com o consequente aumento da liberdade de acção dos diversos Estados, veio intensificar a conflitualidade regional, a coberto de disputas étnicas ou territoriais, com especial expressão para a Europa de Leste, para o Médio Oriente e também para o Norte de África.

Esta instabilidade, resultante de precárias condições económicas, do fundamentalismo religioso ou de tensões políticas e sociais emergentes, tem necessariamente reflexos na abrangência da Aliança Atlântica podendo causar graves perturbações à sua segurança interna.

Paralelamente, tem vindo a assistir-se, nestas regiões, a uma proliferação de armas de destruição maciça, que com a utilização de tecnologia avançada, aliada a um direcionamento de recursos na área do reconhecimento, informações, vigilância e aquisição de alvos, constituem um sério risco e que urge evitar que se transformem em claras ameaças. A tendência evolutiva e a proliferação destes sistemas são aceleradas pelo seu baixo custo e facilidade de manuseamento, colocando em perigo o emprego das forças militares.

ALVIN TOFFLER ao dirigir-se à sociedade em geral, afirmou:

"... se não aprendermos com a História, seremos compelidos a revivê-la; tal situação pode ser ainda pior..."

Esta advertência de TOFFLER tem de ser levada seriamente, pois deveríamos dedicar-nos a analisar e contribuir para a formação da postura defensiva do país, para a política, estratégia e operações de segurança nacional, empregando novas tecnologias que nos são postas à disposição na cooperação com outros Estados.

O plano de modernização deve iniciar-se com a avaliação da ameaça envolvente. O conhecimento das capacidades e características dos sistemas dum potencial inimigo permite dirigir os recursos contra o mesmo.

A nova evolução da ameaça veio salientar as características do séc. XXI.

3. *CARACTERIZAÇÃO SUMARIA DAS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ (PSO) E A PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA*

Segundo o conceito OTAN descrito no MC 327/1 de Out 97, as *"PSO são operações multifuncionais conduzidas com imparcialidade em apoio de um mandato da ONU/OSCE, envolvendo forças militares, organizações diplomáticas e humanitárias e planeadas para conseguir um acordo político duradouro ou outras condições especificadas no mandato"*.

Poderemos dividir as PSO em dois grandes grupos. Um em que é privilegiado o emprego da componente militar e outro em que predomina o emprego da componente diplomática e humanitária.

Temos no primeiro grupo as missões de Manutenção de Paz (Peace Keeping – Cap VI da Carta das Nações Unidas) e Imposição de Paz (Peace Enforcement – Cap VII).

No segundo grupo as missões de Restabelecimento da Paz (Peace Making – Cap VI), Consolidação da Paz (Peace Building – Cap VII), Prevenção de Conflitos (Cap VI) e Operações Humanitárias.

Dada a grande semelhança entre as Missões de Imposição de Paz e as Operações Convencionais no que respeita à actuação das forças militares, vamos aprofundar o conceito das Operações de Manutenção da Paz, que segundo a publicação ME 20-76-04 do Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), são "Actividades levadas a cabo, com o ***consentimento*** das partes em conflito, por uma terceira parte ***imparcial***, sob a égide de um organismo internacional, utilizando forças militares, de polícia e civis para a contenção, moderação e fim das hostilidades em complemento dos esforços levados a cabo para a resolução do conflito entre estados ou no interior de um Estado".

Portugal participou pela primeira vez neste tipo de operações em 1958, com observadores na operação UNOGIL. Só em 1989 é que Portugal veio a participar novamente em Operações de Apoio à Paz, no âmbito de UNTAG com 25 observadores militares e civis. Desde então, multiplicou os seus esforços no sentido de colaborar nas operações da UNAVEM II, ONUMOZ, UNPROFOR, MINURSO, IFOR, SFOR, KFOR e UNTAET.

Portugal, integrando as OI e Regionais (ONU, OSCE, OTAN, UE e UEO) e tem participado com recursos humanos, materiais e financeiros nas OAP em África e na ex-Jugoslávia, sob a égide da ONU e da OTAN, e tem cooperado tecnicamente com os países Africanos Lusófonos, assumindo assim, de acordo com as suas capacidades, importantes responsabilidades no quadro da Comunidade Internacional (CI).

III – O PAO NAS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ

1. *ENQUADRAMENTO DAS MISSÕES EM QUE PORTUGAL PODE PARTICIPAR*

Para que possamos analisar a eventual utilização do PAO nas FND temos que estudar primeiramente os contextos em que estas forças podem ser empregues.

Começando pela estratégia nacional no actual contexto de segurança internacional, a posição oficial de Portugal sobre este assunto encontra-se no Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) publicado em 2001 e que nos pode servir de referência, face à ausência actualizada do conceito estratégico de defesa nacional e do conceito estratégico militar.

Nele encontramos que as forças nacionais devem estar preparadas para cumprir missões de:

- Defesa integrada do território nacional;
- Apoio á paz e auxilio humanitário em apoio á política externa do Estado na salvaguarda dos interesses nacionais;
- Cooperação técnico-militar;
- Interesse público.

Também encontramos referências face ao posicionamento nacional relativamente à segurança da Europa como um todo. Neste contexto, a estrutura de forças orienta-se para a satisfação dos compromissos internacionais assumidos em termos OTAN (Force Goals), UE (Helsinki Force Catalog) e ONU (Standby Arrangements).

Ao analisamos de uma forma mais aprofundada, apercebemo-nos que as forças requeridas para utilização nestas situações decorrem do relacionamento existente entre a actuação prevista, a ameaça estimada e a probabilidade de ocorrência, sendo de interesse para este trabalho apenas avaliar as que forem classificadas como decorrente do espectro de operações / Previsíveis / Altas.(3)

Em relação ao escalão de unidades a serem empregues por Portugal, verificamos que estas estão, na sua quase totalidade, sujeitos a um limite concreto:

- No quadro da UE (enquanto herdeira da CP/UEO ou no quadro da EUROFOR) – "Missões de Petersberg": Classificada como de média probabilidade – o emprego de forças nacionais não ultrapassa o escalão Brigada, sendo a eventual utilização de um GAC doutrinariamente admitida, e por consequência, também a utilização do PAO;
- No quadro da OTAN – Operações de resposta a crises (CRO), classificada como de Alta probabilidade – a utilização de um GAC em apoio das Brigadas atribuídas é possível, logo também do Pelotão de Aquisição de Objectivos (PAO);
- No quadro do Apoio à Paz e Humanitárias, Evacuação de cidadãos nacionais (NEO), cooperação técnico-militar ou em missões de

(3) DUARTE, TCor Ruvisco, in Seminário "A Artilharia nas Operações de Apoio à Paz", Março 2002.

interesse público – classificada como de Média probabilidade para as OAP e Alta probabilidade para as restantes – o empenhamento não ultrapassará o Batalhão, o que limita á partida a utilização de um GAC e por consequência também do PAO.

Tendo em consideração o que foi anteriormente descrito em missões no quadro da UE e da OTAN, a utilização do PAO como unidade orgânica de um GAC, doutrinariamente, não levanta problemas se o empenhamento português for igual a uma Brigada. No entanto o que se tem vindo a verificar é que Portugal tem entrado neste tipo de missões com unidades constituídas de escalão Batalhão, o que á partida inviabilizaria a utilização de um GAC e logo do PAO.

Existem no entanto duas possibilidades de emprego do PAO neste tipo de missões:

A primeira possibilidade é a utilização do PAO com unidades de países aliados. Esta situação apenas depende da vontade política em querer "negociar" a utilização do PAO aquando da constituição das unidades para intervir no quadro da UE e da OTAN.

Como segunda possibilidade temos a utilização de módulos do PAO para assegurar determinadas missões juntamente com unidades Portuguesas do escalão tipo Batalhão.

Para as justificarmos temos de ter em consideração a revisão da nova estrutura de forças em curso na Aliança impelida pelo novo conceito estratégico da OTAN, de 1999 (MC317/1), que considerando o âmbito artilheiro e o provável nível de empenhamento atrás referido, levam-nos a dizer que no emprego das unidades de Artilharia deve-se ter em atenção:

- A modularidade;
- A multinacionalidade;
- O caráter conjunto;
- A interoperabilidade.

Consequentemente podemos considerar a utilização das unidades de Artilharia de forma diferente da que usualmente nos habituamos, ou seja, o emprego de módulos a trabalhar em proveito de unidades de escalão Batalhão.

Qualquer uma das duas possibilidades descrita anteriormente exige um esforço de preparação, treino, reequipamento e desenvolvimento doutrinário, que surgem aqui como uma "tábua de salvação" essencial para uma Arma tão técnica como a Artilharia, visto esta não se poder "dar ao luxo" de abandonar o "comboio do progresso".

Assim a questão que se coloca é se haverá necessidade do emprego do PAO neste tipo de missões.

2. *IMPORTÂNCIA DO SISTEMA C3I EM OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ*

Para estudarmos o emprego do PAO temos que começar por analisar a importância dos sistemas C3I nestas missões, pois este é um dos meios que nos pode fornecer muita e variada informação para este sistema.

O Comando e Controlo é uma parte integrante deste sistema que tem por finalidade apoiar a tomada de decisão do comandante. No moderno "campo de batalha é imperativo garantir sistemas, quer de comunicações, quer de processamento de informação que permita o comando e controlo da situação, em qualquer situação" (4)

Igualmente nas Operações de Apoio à Paz isto é válido. No entanto não interessa aqui tratar das Operações de Imposição de Paz, visto serem nesta área muito semelhantes ás de guerra, debruçando-nos apenas nas Operações de Manutenção de Paz.

Nestas o Comando e Controlo é extremamente difícil não só pelo facto de não existir inimigo, mas por se estar em contacto com duas ou mais partes em conflito, o que acarreta um acréscimo de complexidade e volume no respeitante às operações militares. Com esta situação para poder tomar decisões o comandante deve conhecer as possibilidades e vulnerabilidades de cada uma das partes em conflito, deve também conhecer qual a disposição das facções no terreno, garantir a separação entre elas e evitar o uso de meios de fogos indirectos, não permitindo dessa forma o empenhamento de qualquer das facções sobre a outra ou mesmo sobre as forças de Manutenção de Paz.

Para isso o comandante tem de contar com a informação vinda dos meios humanos (patrulhas apeadas e motorizadas, PO, pontos de fiscalização, ...), e não menos importantes que estes, da informação recolhida por radares dispostos ao longo dos sectores. Radares estes que podem ser de Localização de Armas, de Localização Alvos Móveis e de Vigilância, que fornecem ao comandante informação continua e a qualquer hora do dia sobre as actividades que se realizam na sua área de responsabilidade, podendo dessa forma garantir o controlo dos movimentos autorizados, bem como detectar transgressões.

Esta informação deve chegar o mais depressa possível aos escalões superiores, pelo que, deve existir um sistema de comunicações capaz de funcionar permanentemente e que permita o seu fluxo, se possível em tempo real para que a tomada de decisão se possa fazer também em tempo real e dessa forma evitar um agravar da situação.

(4) CEM 96/98, "Os Sistemas do Campo de Batalha nas Operações de Apoio à Paz".

3. *A AQUISIÇÃO DE OBJECTIVOS NAS MISSÕES DE APOIO À PAZ*

Como já atrás foi referido, também nas operações de Manutenção de Paz, caracterizadas pela inexistência de sectores bem definidos (OAZR, LC-LP), bem como pela impossibilidade de se ter um inimigo bem identificado e implementado no terreno, os meios de aquisição de objectivos assumem um papel importante complementando as informações fornecidas por outros meios do sistema C3I, como por exemplo os observatórios, os destacamentos, e os "check-Points".

Neste tipo de missões é de extrema importância a verificação por diversos meios de uma mesma informação por forma a reduzir as possibilidades de erro, o que poderia levar a um aumento da tensão no local. Como exemplo, vamos explicar o processamento que seria dado após uma detecção de um disparo numa Zona de Separação (ZOS)

A detecção de um disparo por parte de um RLA chegava ao Coordenador de Apoio de Fogos (CAF) através de uma mensagem. Este implementaria num gráfico de rebentamentos, determinando assim a localização do disparo e verificava se teria afectado alguma das unidades de manutenção de apoio á paz estacionadas no local. Seguidamente iria proceder á verificação da credibilidade da aquisição da seguinte forma: [5]

- verificar se a localização do disparo pertence a alguma das facções e se a origem e o destino são sobre facções diferentes;
- Estabelecer o contacto com outros meios na área por forma a verificar a situação;
- Verificar se as características da arma fazem sentido (a grande maioria das aquisições analisadas na Bósnia confirmou-se serem de armas ligeiras – por exemplo a AK-47 quando disparada com um certo ângulo);
- Verificar se existem outros factores na área que possam causar falsas aquisições (como por exemplo operações aéreas em locais onde existam muitos veículos em deslocamento causando o efeito de "side lobe" – esta situação tem acontecido muitas vezes na Bósnia com os Helicópteros Blackhawk e Apache a descolarem rapidamente).

Só após a verificação positiva da situação através de pessoal na área ou através de um observador aéreo, pode ser acionada uma resposta concreta, em que mediante a autorização dada pelo Allied Command Europe Rapid

[5] BARREIRA, Pinheiro et als, "A Aquisição de Objectivos nas Operações de Paz" in Revista de Artilharia nº 899 a 901, Julho / Setembro 2000

Reactions Corps (ARRC), se dá a ordem de fogo a uma unidade de Artilharia de Campanha ou outra designada para o efeito. No final é sempre feito um relatório.

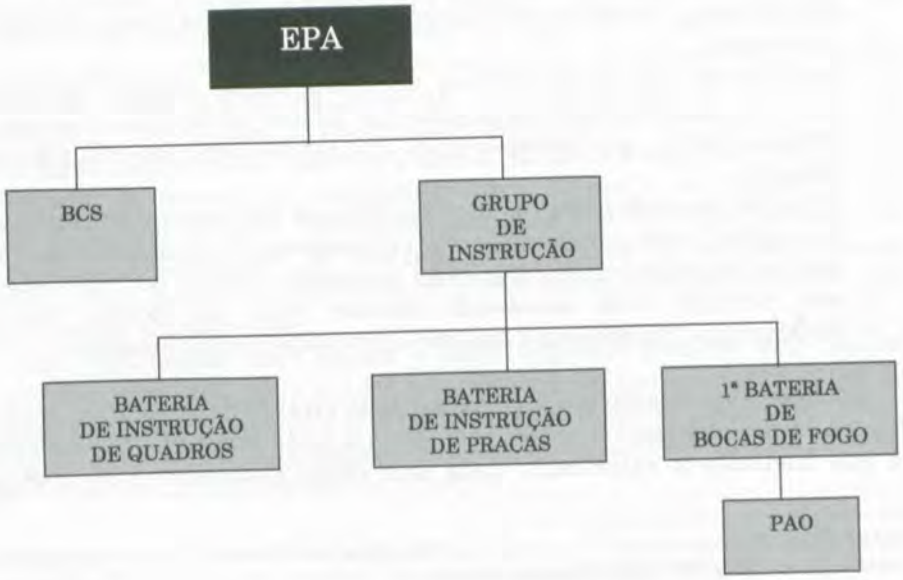
Mas de que forma pode o Pelotão de Aquisição de Objectivos Nacional contribuir para este sistema? É o que abordaremos no sub-capitulo seguinte.

4. *O PAO NACIONAL*

a. Constituição e possibilidades

Segundo a doutrina por nós adoptada o PAO localiza-se organicamente no Comando da BC de um Grupo de Artilharia de Campanha (GAC) pertencente a uma Brigada Independente. No caso Português e após despacho do CEME foi levantado um PAO Nacional ficando sediado na Escola Prática de Artilharia (EPA) com o objectivo de apoiar as três Brigadas Independentes existentes em Portugal – Brigada Mecanizada Independente (BMI), Brigada Aerotransportada Independente (BAI) e Brigada Ligeira de Intervenção (BLI).

Por razões funcionais este PAO foi colocado na dependência directa da 1ª Bateria de Bocas de Fogo (1ªBBF) que pertence ao Grupo de Instrução da Escola Prática de Artilharia (EPA), tal como ilustra o esquema seguinte:



O PAO tem, doutrinariamente, por missão "Detectar, identificar e localizar sistemas de tiro indireto, dentro da área de manobra e/ou interesse de uma Brigada Independente, com precisão suficiente, de modo a permitir o ataque das nossas forças com rapidez e eficácia" (6)

A sua organização encontra-se representada no organigrama seguinte:

A Secção de Comando planeia e coordena as operações topográficas na área da Brigada e dirige as funções de produção de objectivos para o GAC, actuando o Cmdt do PAO como Oficial do Estado Maior Técnico nas áreas de Aquisição de Objectivos, Topografia e Meteorologia;

A secção de Meteorologia fornece os dados meteorológicos à Brigada. Esta Secção está equipada com uma estação meteorológica manual AN/TMQ-4 e duas estações meteorológicas automáticas IA1-RSB;

(6) Apontamentos coligidos e fornecidos pelo Pelotão de Aquisição de Objectivos, EPA.

A Secção de Topografia providencia, em 1.ª prioridade, o controlo topográfico de 5.ª ordem de precisão às BBF e aos radares orgânicos do GAC e em 2.ª prioridade, aos meios da Brigada (como por exemplo aos meios de Guerra Electrónica), se lhe for solicitado e o tempo e a situação o permitirem;

A Secção de Radares de Localização de Armas (RLA) tem a capacidade de adquirir os sistemas de armas de tiro indirecto fornecendo objectivos de contra-bateria ao GAC. Está equipada com um radar AN/TPQ-36 que se encontra optimizado para localizar armas com alcances relativamente curtos e grandes ângulos de tiro (Morteiros), podendo também localizar Artilharia e Foguetes. Como missão secundária (e só se absolutamente necessário) pode regular e ajustar o tiro de Artilharia. As características principais encontram-se no quadro seguinte:

Alcances	Mínimo – 750m Maximo – 12Km (Artilharia e Morteiros) 24Km (Foguetes)
Sector de pesquisa	Mínimo – 230mils Máximo – 1600mils
Posicionamento	3 a 6 Km da OAZR/LC-LP, normalmente junto ao GAC em A/D com a finalidade de detectar as armas de tiro indireto IN
Entrada em posição	20min
Saída de posição	10min
Pode processar de 3 a 8 objectivos por minuto. De referir que, por emitir, é vulnerável á guerra electrónica não devendo, o tempo máximo de radiação exceder os 2 minutos. Detecta munições durante a trajectória ascendente, pelo que se terá de ter em consideração a linha de vista electrónica aquando da escolha da sua posição.	

A Secção de Radar de Localização de Alvos Móveis (RLAM) tem a capacidade de detectar, identificar, localizar e seguir alvos em movimento, cumprindo missões de vigilância do campo de batalha com especial interesse para a Brigada. Está equipada com o radar RATAC-S (radar táctico modelo S) cujos dados técnicos se encontram no quadro seguinte:

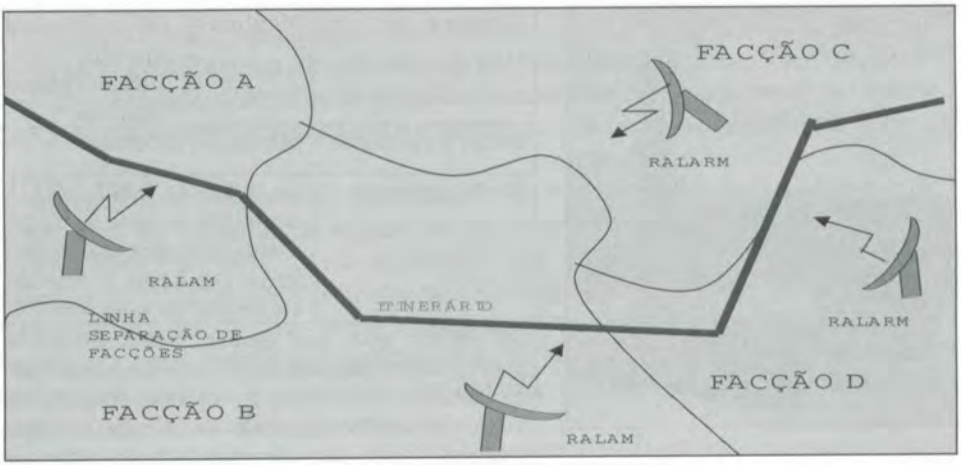
Alcances	Maximo – 18Km (Pessoal apeado) 24Km (Viaturas ligeiras)
Sector de pesquisa	Máximo – 2500mils
Posicionamento	0 a 3 Km da OAZR/LC-LP, normalmente junto ás unidades de manobra das nossas forças por forma a detectar elementos de manobra IN
De referir que, por emitir, é vulnerável á guerra electrónica não devendo, o tempo máximo de radiação exceder os 2 minutos. A linha de vista electrónica aquando da escolha da sua posição é neste caso um grande factor a ter em consideração. Como característica secundária podemos referir que este radar também permite regular o tiro da Artilharia de Campanha (AC).	

b. Possibilidade de participação nas OAP

Após a observação de um documento de exército americano (APO AE 09144 – AETT - CG de February 1994 – Subject: Peacekeeping Operations Mission Training Plan "White Paper") e à semelhança do mesmo, a composição das fichas de avaliação e treino do nosso Exército, verificou-se que podemos enquadrar com a utilização do PAO, cinco missões básicas que se julgam fundamentais nas OAP e que vão ao encontro da doutrina existente:

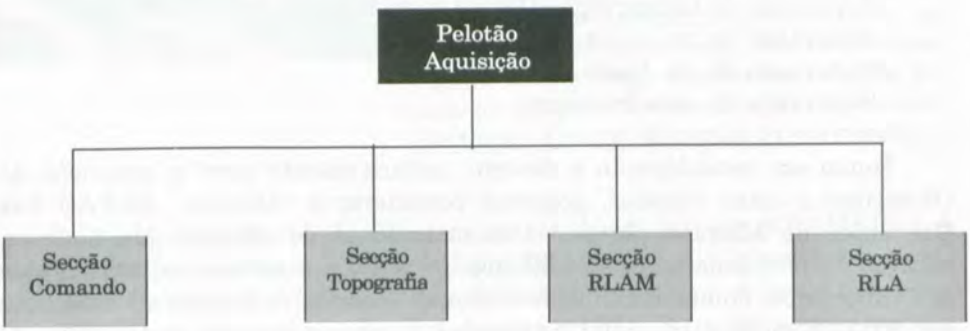
- Segurança de Instalações;
- Separação de Beligerantes (forças oponentes);
- Segurança de um itinerário;
- Segurança de um Posto de Controlo;
- Segurança de uma fronteira.

Tendo em consideração o descrito anteriormente para a aquisição de Objectivos e estas missões, podemos considerar a utilização do PAO nas Operações de Manutenção de Paz como fonte de obtenção de noticias, através do posicionamento dos RLAM de modo a controlar os movimentos nos itinerários, nomeadamente nas "Zonas Tampão" e através da colocação dos RLA de modo a controlar os acordos de cessar fogo assinados entre as facções, como mostra a figura seguinte.



A necessidade da existência da Secção de Topografia para fornecer o controlo topográfico aos radares pode ser aproveitada pela força a que o PAO estiver ligado para igualmente fornecer o controlo topográfico para outros elementos.

A Secção de Meteorologia pode também fornecer os dados meteorológicos em proveito da força a que o PAO pertence, no entanto se a existência desta Secção for desfavorável á utilização do PAO neste tipo de missões e tendo em consideração que os radares não necessitam do apoio desta secção e também na observância do conceito de modularidade atrás descrito pode o PAO, neste tipo de missões ser reorganizado apresentando-se da seguinte forma:



5. *EXEMPLOS INTERNACIONAIS*

Para finalizar apresentamos alguns exemplos de radares que foram ou estão a ser utilizados por outros países em Operações de Apoio à Paz e situações em que estes foram extremamente úteis no esclarecimento de determinadas situações.

– *RASIT* (Origem Francesa)

RASIT en deposé sur un emplacement MILAN du poste de Mojmilo

Alcance:
Pessoas – 23 Km
Veículos Ligeiros – 30 Km
Veículos Pesados – 40 Km

– *CYMBELINE* (Origem Inglesa)

CYMBELINE en action sur l'aéroport de Saraievo

Alcance:
Projéctil de 81mm – 10 Km
Projéctil de 120 mm – 12 Km
Precisão de localização – 50 m

– *AN/TPQ-36* (Origem Americana)

SGT Todd Whipps, E/151 FA (TA), stands with his Q-36 radar at the "Turkish Fort" location overlooking the city of Sarajevo. *(Photo by 1SG Stephen Karna)*

Alcance:
Mínimo – 750 m
Máximo – 12 Km (Art/Mort)
24 Km (Rockets)

– *AN/TPQ-37* (Origem Americana)

A Q-37 radar of E/101 FA (TA), Massachusetts Army National Guard, maintains its vigil at Camp Colt, Bosnia.

Alcance:
Mínimo – 3 Km
Máximo – 30 Km (Art)
50 Km (Rockets)

Estes meios, entre outros, têm tido neste tipo de operações uma grande utilização, e as suas capacidades tem ajudado a esclarecer várias situações que frequentemente vemos relatadas em documentos sobre o tema e dos quais passamos a citar alguns exemplos:

- "Identificou grandes movimentos de saída das cidades que estavam para serem transferidas entre as facções". (7)
- "Identificou uma estação ferroviária distribuidora, próxima da cidade-chave, onde viaturas blindadas estavam sendo carregadas". (7)
- "Tiros de morteiros 120mm Sérvios sobre um posto de observação Sudoeste se Saraejevo, sendo um tiro dirigido ao sector". (8)

IV – CONCLUSÃO

Para vencer os desafios que se nos avizinham neste século, é necessário que a Artilharia de Campanha acompanhe as mais recentes doutrinas, de forma a estar preparada para participar em Operações de Apoio à Paz que, segundo tudo indica serão uma constante num futuro próximo. Só com este elevar de capacidades tecnológicas e de doutrina poderão os nossos quadros estar preparados e motivados para fazer face ao século XXI.

A utilização do PAO (ou módulos) integrado em Forças Nacionais Destacadas ou em Unidades multinacionais vem proporcionar uma excelente oportunidade (entre várias possíveis) para que os Artilheiros participem neste tipo de missões.

A vivência e a experiência das unidades de artilharia passa também pelos ambientes conjunto ou combinado, quer em operações do âmbito do art 5.º da aliança, quer em CRO. O desconhecimento desta realidade, nomeadamente ao nível de quadros, cria um ciclo vicioso que é difícil de quebrar, levando a que a Artilharia Portuguesa permaneça parada no tempo e a que o seu pessoal perca a motivação.

Por último, mas de forma alguma descorando a sua importância, gostaríamos de agradecer às pessoas que tornaram possível a realização deste trabalho.

A todos eles o grande bem Haja.

(7) JOHNSON, Cap Fred W., "Estabelecendo a Zona de Separação" in Military Review – Brazilian, 4th Quarter 1997.

(8) AUGUSTIN, Cor Pierre in Seminário "A Artilharia nas Operações de Apoio à Paz", Março 2002.

BIBLIOGRAFIA

DIAS, Carlos Manuel Mendes, «A Instrução no Exército para Operações de Apoio à Paz», in Revista de Artilharia, nºs 893 a 895, Janeiro a Março 2000, PP 9-83.

EPI, Manual de Operações de Apoio à Paz, 1996.

APO AE 09144 – AETT – CG, Peacekeeping Operations Missions Training Plan "White Paper", February 1994.

EME, Regulamento de Campanha 130-1 "Operações", Vol 1, 1987.

IAEM.,Manual Escolar 20-76-04, NS95028 – Operações de apoio à Paz, Lisboa, JAN 1996.

EME., Regulamento de Táctica de Artilharia de Campanha MC 20-100, 1990.

DUARTE, TCor Ruvisco, in Seminário "A Artilharia nas Operações de Apoio à Paz", Março 2002.

BARREIRA, Pinheiro et als, "A Aquisição de Objectivos nas Operações de Paz" in Revista de Artilharia nº 899 a 901, Julho / Setembro 2000.

JOHNSON, Cap Fred W., "Estabelecendo a Zona de Separação" in Military Review – Brazilian, 4th Quarter 1997.

AUGUSTIN, Cor Pierre in Seminário "A Artilharia nas Operações de Apoio à Paz", Março 2002.

GIL, TCor Fernando Martin in Seminário "A Artilharia nas Operações de Apoio à Paz", Março 2002.

CEM 96/98, "Os Sistemas do Campo de Batalha nas Operações de Apoio à Paz".

Apontamentos coligidos e fornecidos pelo Pelotão de Aquisição de Objectivos, EPA.

A ARTILHARIA AUTOPROPULSADA DE LAGARTAS "VERSUS" RODAS

Pelos Tenentes de Artilharia Pára
SÉRGIO AVELAR
PAULO RODRIGUES

I – INTRODUÇÃO

Após o final da Guerra Fria, a situação geoestratégica que nos envolvia foi abalada por alterações bastante significativas. A diminuição da possibilidade de uma guerra convencional ilimitada, ou mesmo nuclear, entre os blocos Ocidental e de Leste, fez aumentar as preocupações relacionadas com as Operações de Apoio à Paz e Humanitárias, actualmente reunidas pela denominação comum de Operações de Resposta a Crises (CRO) em termos de doutrina na NATO. Esta mudança tem levado os exércitos a reorganizarem-se, por forma a garantir as capacidades necessárias para fazer face às missões decorrentes no novo ambiente. Assim, à semelhança das reestruturações actualmente vividas por alguns países, Portugal está a preparar-se para esta situação.

Tendo em vista esta reestruturação, propomo-nos com este trabalho *"A Artilharia Autopropulsada de Lagartas "vs" Rodas"* dar a conhecer a nossa opinião, criada através de uma pesquisa exaustiva de documentos, trabalhos e, principalmente, de "sites" da internet sobre a especialidade. Esperamos,

desta forma, contribuir de alguma forma para, diminuir a incerteza do rumo a tomar.

Consideramos importante para estabelecer uma comparação as capacidades que ambos os materiais terão que ter, para que a missão de Apoio de Fogos seja cumprida. Assim, de maneira a permitir tirarmos algumas conclusões, este trabalho foi estruturado de seguinte forma:

- Apresentação de uma breve rasenha histórica sobre a Artilharia e a necessidade de se deslocar;
- Estudo das características base dos materiais de artilharia auto-propulsada, dos quais consideramos fundamentais para comparação de viaturas de lagartas e viaturas de rodas, tirando algumas cnclusões pontuais;
- Apresentação de alguns tipos de viaturas de lagartas, nomeadamente de materiais em desenvolvimento;
- Apresentação de alguns tipos de viaturas de rodas, nomeadamente de materiais em desenvolvimento;
- Apresentação de uma análise comparativa partindo da base das características dos materiais apresentados;

Por último, iremos expor o nosso ponto de vista tendo como luz a missão da Artilharia e tentaremos perspectivar aquilo que será o futuro da nossa Arma.

II – A ARTILHARIA E A NECESSIDADE DE MOVIMENTO

1. *GENERALIDADES*

Tão antiga quanto a Humanidade, a Guerra constitui fonte de informação que "alimenta" a História em geral e a História Militar em particular. Desde o aparecimento das primeiras civilizações propriamente ditas que podemos falar de Guerra. Já a civilização Suméria nas margens dos rios *Tigre* e *Eufrates* tinham conflitos com outros povos e já dispunham de armas fabricadas de metal fundido. Dispunham igualmente de conhecimentos que lhes permitiam usar a roda e consequentemente veículos de tracção animal.

Algumas fontes históricas que chegaram até aos nossos dias, relatam-nos que nos anos de 350 a 200 a.C. já os povos helénicos construíam e usavam a catapulta. Esta era transportada sobre rodados e com tracção

animal para o campo de batalha onde era posteriormente fixada no solo para melhor desempenho no combate. Estas armas usavam projécteis de cerca de 80 Kg e chegavam a ter alcances na ordem de 800 m. Contudo eram utilizadas, principalmente, para cercos.

Outras máquinas de guerra foram inventadas muitas delas, devido à necessidade de deslocamento no campo de batalha, dispunham de rodados que permitiam, usando tracção animal, o deslocamento dessas mesmas armas para onde eram necessárias. É, por exemplo, o caso do "*incendiário*" que surgiu no século IV d.C.

Nos finais do século XIV d.C. surge o "*trabuco*" na Europa, o qual obedecia ao mesmo princípio de funcionamento que a catapulta já atrás referida.

Mais tarde, por volta do século XV d.C. começam a aparecer os primeiros canhões em bronze ou ferro, que normalmente eram colocados sobre um suporte de madeira assente em rodados, mais uma vez para possibilitarem a tracção animal.

O século XV d.C. trouxe-nos o gênio de Leonardo da Vinci, que teve a visão, o engenho e a arte de projectar inúmeras invenções que mais tarde a tecnologia veio permitir a respectiva aplicação. A ele se devem entre outros, o carro de combate, os sistemas múltiplos de canos para disparar, os sistemas canhão e vários tipos de locomoção para máquinas de guerra, entre outros projectos simplesmente geniais e que demonstram uma antevisão fantástica e deslocada no tempo.

Em 1858, a Royal Artillery começou a fazer testes adaptando máquinas a vapor agrícolas para o uso da Artilharia.

Durante a 1ª Guerra Mundial (1914/1918) e com o objectivo de resolver uma guerra de trincheiras, surgem os primeiros "*tanques de guerra*", viaturas lentas, ruidosas, apetrechadas com metralhadoras e em alguns casos com peças de artilharia e que se deslocavam sobre lagartas.

Entre os aperfeiçoamentos por que passou a Artilharia na 2ª Guerra Mundial (1939/1945) destaca-se o aumento da sua mobilidade e versatilidade. Procurou-se, principalmente, dar aos armamentos a dupla função do combate anticarro e antiaéreo.

Confirmou-se, também, a importância táctica dos oficiais de observação avançada, que, operando junto às tropas da linha da frente, transmitem as correcções de mira necessárias para ajustar o fogo da artilharia naval, fogos terrestres e bombardeamentos aéreos. No que concerne à forma de locomoção da Artilharia, esta cinge-se quase exclusivamente às lagartas para os obuses autopropulsados e aos rodados para os obuses rebocados. A Artilharia sobre carris e a Artilharia usando tracção animal deixa, praticamente, de ser utilizada.

Depois de 1945 temos, no caso particular Português, a Guerra Colonial (1961/1974) onde foram usados vários tipos de obuses rebocados de variados calibres, sendo todos eles de rodados.

2. *A SOBREVIVÊNCIA DA ARTILHARIA NO PRESENTE*

O moderno campo de batalha é caracterizado por uma elevada letalidade e por um enorme poder de destruição dos sistemas de armas e, tal como é sabido, a Artilharia de Campanha (AC) constitui um objectivo preferencial dos sistemas de armas do inimigo, pelo que a sobrevivência desta e o estudo de todos os factores que poderão influenciar essa sobrevivência, são assuntos de permanente actualidade e interesse para nós artilheiros.

A sobrevivência da Artilharia de Campanha está intimamente relacionada com a maior ou menor capacidade que esta tem de efectuar fogos precisos e oportunos e mudar de posição rapidamente. Esta capacidade baseia-se nos avanços tecnológicos registados nos vários elementos constituintes do sistema de Artilharia de Campanha e na forma como essa nova tecnologia influencia os materiais e os procedimentos técnico-tácticos de maneira a rentabilizar e maximizar a capacidade de sobrevivência.

Actualmente o moderno campo de batalha é caracterizado pela avançada tecnologia aplicada aos sistemas de armas, de comando e controlo, de direcção, de aquisição de objectivos e logísticos, a qual aumentou a complexidade, a letalidade e poder de destruição, a rapidez de resposta, o alcance e a sobrevivência desses sistemas.

Os conflitos bélicos estendem-se pelas três dimensões: terra, mar e ar (e até mesmo pelo espaço através da utilização de satélites e o projecto guerra das estrelas), continuando no entanto a primeira a ser a mais importante, pois é a conquista e/ou a manutenção do terreno, o principal objectivo de uma operação militar.

No espaço, os satélites, dotados de sofisticadas câmaras de infravermelhos e designadores laser com um enorme alcance, vigiam todo o campo de batalha e designam objectivos para os mísseis. Ao mesmo tempo servem de plataforma para as comunicações e ajudam os sistemas e o próprio combatente a localizarem-se no terreno, através do sistema de posicionamento global (GPS).

No terreno, a tendência para a automatização e a diferenciação entre as armas combatentes devido aos avanços tecnológicos, torna-se cada vez maior.

A Artilharia de Campanha desempenha, no moderno campo de batalha, um papel de importância vital para o sucesso das operações terrestres. Conflitos recentes demonstram uma filosofia de guerra em que o emprego das forças de manobra é sempre antecedido por uma intensa e demolidora

preparação de artilharia. Esta preparação visa desarticular e destruir as forças oponentes com o intuito de evitar baixas às forças de manobra durante o ataque.

Como exemplos do emprego desta filosofia temos a Guerra do Golfo, em que as forças aliadas desenvolveram acções de Artilharia quase ininterruptas (antes do desenvolvimento terrestre). Outro exemplo é o conflito da Tchéchenia em que as forças Russas, antes de tomarem Grosny, provocaram uma destruição maciça desta mesma cidade com os fogos de Artilharia.

Para desempenhar eficazmente o seu papel no apoio às operações, a AC aumentou a sua mobilidade, protecção, poder de fogo, alcance, precisão e capacidade de resposta, através da evolução para a Artilharia Autopropulsada (AP), do desenvolvimento das munições (cada vez mais diversificadas), dos sistemas de armas (Sistemas Lança Foguetes Múltiplos – Multiple Launch Rocket System ou MLRS), dos meios de aquisição de objectivos (radares de localização de armas e de vigilância do campo de batalha), dos meios de controlo e direcção de tiro (computadores de tiro), da Topografia e Meteorologia (GPS, estações meteorológicas electrónicas e satélites) e do processamento e transmissão automática de dados.

Ao nível da táctica a capacidade de sobrevivência da AC está na capacidade em dispersar os seus meios pelo terreno (nunca perdendo o comando, o controlo e a ligação), na recusa de procedimentos de rotina, na utilização de medidas disciplinadas de planeamento e coordenação de apoio de fogos e no aumento da sua segurança física.

A fim de recusar procedimentos tácticos rotineiros, a organização para o combate da AC foi alterada. Ao nível dos Grupos de AC, o número bocas de fogo (BF) de uma BBF tende a ser aumentado para 8, agrupadas em 2 Pelotões, com a finalidade de cada um cumprir uma missão diferente e autónoma, com um número de BF apropriado. No Exército dos EUA pensa-se em atribuir organicamente uma BBF às unidades de manobra (Batalhões), a qual se intitularia de "Bateria dedicada".

Em virtude da evolução tecnológica dos equipamentos e armamentos, as unidades de manobra aumentaram as suas áreas de responsabilidade, pelo que ao nível de uma Companhia, um só Observador Avançado (OAV) para efectuar pedidos, ajustar o tiro e auxiliar o Comandante (Cmdt) de Companhia, que é o Coordenador de Apoio de Fogos (CAF) a este nível, a decidir o emprego do apoio de fogos, tornou-se obsoleto. Surgiu então a Equipa de Apoio de Fogos (Fire Support Team – FIST) constituída por um número máximo de 6 homens, libertando assim o Cmdt de Companhia da missão de CAF e aumentando a cobertura da frente devido à sua enorme mobilidade e devido à utilização de equipamentos de designação laser

(Combat Observation Lasing Teams – COLT). Presentemente, foram criadas as equipas BFIST que utilizam uma Viatura Blindada de Transporte de Pessoal (VBTP) como meio de transporte e as equipas STRIKER que não são mais do que equipas COLT montadas em veículos multifunções de rodas e grande mobilidade (High-Mobility, Multipurpose Wheeled Vehicles-HMMWV).

Ao nível da técnica, a capacidade de sobrevivência da AC está no aumento do alcance, da eficácia e do poder dos seus fogos com o menor consumo de munições possível (eficácia ao 1° tiro), no aumento da sua mobilidade e da velocidade de entrada e saída de posições e no aumento da eficiência e segurança das suas transmissões e informações.

Actualmente, face às exigências do moderno campo de batalha e em virtude dos grandes avanços tecnológicos ao nível dos materiais, das pólvoras e da electrónica, o vector armas e munições deve continuar a ser articulado em Bocas de Fogo, Foguetes e Mísseis. O emprego de cada um destes componentes deve ser escalonado dentro da organização das forças.

As BF, tal como os restantes componentes, devem possuir uma capacidade de manobra e alcances de modo a permitir um emprego rápido, eficaz e seguro. O aumento da mobilidade é essencial pois uma BF que se mantenha estática entre missões de tiro é alvo certo para a contrabateria oponente.

Esta aumento de mobilidade vai fazer com que os movimentos de uma posição para outra sejam rápidos e mais freqüentes, traduzindo uma maior disponibilidade de apoio de fogos às unidades de manobra e possibilitando assim uma maior capacidade de sobrevivência da Artilharia no campo de batalha.

De um modo geral, podemos concluir que a sobrevivência no moderno campo de batalha, não só da Artilharia, mas de toda ou qualquer Arma ou Serviço, passa pela capacidade tecnológica dos meios à sua disposição.

A nível dos materiais, verifica-se uma maior capacidade de protecção e mobilidade, sendo também mais leves, quer em termos de peso como em termos do apoio logístico de que necessitam.

III – A ARTILHARIA AUTOPROPULSADA

1. *GENERALIDADES*

A imaginação humana tem vindo a tornar as viaturas militares numa arma cada vez mais sofisticada. Ao sabor desta, têm sido criados os mais diversos sistemas que interligados entre si, contribuem para uma cada vez maior letalidade e sobrevivência da própria arma. Assim, neste tópico

iremos abordar alguns dos sistemas que existem dentro de uma viatura militar. Independentemente dos sistemas que aqui veremos, será fácil observar que cada um deles contribuirá de alguma forma para melhorar o desempenho de uma viatura militar em geral e de uma viatura de Artilharia em particular. Uma viatura de Artilharia tal como um carro de combate (CC) deve ter três características principais: mobilidade, potência de fogo e proteção blindada, assim como uma viatura de artilharia, para poder acompanhar e garantir o apoio de fogos a uma unidade desta natureza. Estes sistemas equiparam e equipam alguns das viaturas militares do passado, do presente, e certamente equiparão muitos dos projetos do futuro.

Conseguir mobilidade através de qualquer terreno, sob quaisquer condições meteorológicas, é o maior objectivo que qualquer engenheiro poderá ter, ao desenhar uma viatura militar, sempre a par com as capacidades de fogo e protecção. Para alguns, as lagartas são, sem dúvida, o melhor meio de deslocar um veículo pesado como é o CC ou o Obus de Artilharia, através dos piores terrenos. No entanto, este recurso está longe de ser uma solução absoluta. Na 1ª Grande Guerra, os primeiros grandes obstáculos com que os CC se defrontaram foram as trincheiras. Abertas ao longo de vários quilômetros, além da sua extensão, passaram a ser também largas, fazendo com que os CC que tentassem ultrapassá-las, simplesmente não conseguissem e caíssem no seu interior. A solução era bastante simples: construir CC cada vez mais compridos, para assim ultrapassar trincheiras mais largas. No entanto, algumas soluções ainda mais simples foram também implementadas. O CC leve francês, Renault FT 17, utilizava uma criativa prolonga de casco à sua retaguarda, que aumentava a sua capacidade de transposição de trincheiras, sem que com isso se tivesse de gastar recursos na construção de CC novos e mais compridos. Outro dos dilemas com que os engenheiros se defrontaram foi com a inaptidão natural entre as lagartas e as estradas alcatroadas. Em estradas de alcatrão, as lagartas sofriam um desgaste extremamente excessivo, muitas vezes partindo-se em deslocamentos muito longos. A solução mais imediata foi a de transportar as viaturas de lagartas em combóio até próximo do local de combate, onde então eram desembarcadas. Mas nem sempre o comandante disporia deste tipo de transporte, pelo menos em quantidade suficiente, levando-o a executar várias viagens até conseguir transportar todos os seus blindados. Uma interessante solução para este problema veio da Suécia. Em 1930, a fábrica Landsverk sueca produziu um CC leve denominado L-30 que podia trafegar tanto sobre rodas, como sobre lagartas. No seu projecto, as rodas de apoio do CC funcionavam também como rodas comuns, bastando a guarnição retirar a lagarta e acondicioná-la na parte superior traseira do

tanque, para então realizar seu deslocamento através estradas. Esta criativa solução, no entanto não vingou, pois era bastante difícil de ser implementada em viaturas mais pesadas, fossem elas CC, viaturas de combate de Infantaria ou viaturas de Artilharia. Os cursos de água foram sempre outro grande obstáculo para o emprego de blindados. Muitos ataques foram frustrados pela existência de simples rios que impossibilitavam o emprego dos CC.

De uma maneira geral, qualquer tipo de viatura blindada é fácil de ser construída como anfíbia. Basta os engenheiros terem esta preocupação desde o início, atendendo a detalhes tais como o centro de gravidade e vedação do blindado, seja ele de lagartas ou de rodas. Esta característica não é normal para as viaturas de Artilharia, dado que é difícil termos uma viatura com um centro de gravidade, colocado no centro da própria viatura.

A blindagem de uma viatura militar não é a única proteção que a guarnição irá necessitar. De facto, ela protege contra tiros convencionais inimigos, mas a guerra convencional de hoje não é feita só com tiros. Desde a 1ª Guerra Mundial, que se utilizam gases tóxicos em combate, de que é exemplo o uso do cloro. Já na 2ª Grande Guerra a infame bomba americana sobre Hiroshima e Nagasaki mostrou ao mundo a era atómica. Mais recentemente, descobertas na área da genética e da biologia, criaram um novo e cruel tipo de guerra: a guerra biológica. A blindagem não tem nenhum efeito de protecção contra estas armas. Por este motivo as viaturas militares tiveram que desenvolver sistemas específicos para combater estes tipos de ataques. Este sistema é a já vulgarmente conhecida pela designação de protecção NBQ. Este sistema limita-se a criar um ambiente interno controlado, mediante filtragem de todo o ar que entra na viatura. Apesar de não ser 100 % infalível, propicia um grau de protecção muito superior ao das viaturas que não o possuem.

Talvez um dos sistemas que mais tenha sido beneficiado com os avanços da informática tenha sido o sistema de informação, comunicação, controlo de tiro e aquisição de objectivos da artilharia e consequentemente das suas armas. Hoje, podemos afirmar que os mais modernos obuses de artilharia autopropulsados estão virtualmente em rede. São exemplos dessa tecnologia, os materiais HIMARS (High Mobility Artillery Rocket System) e M109 155mm SP Howitzer, ambos de origem americana, o primeiro de rodas e o segundo de lagartas.

Estes são alguns dos sistemas utilizados nas modernas armas de artilharia autopropulsada de que falaremos especificamente a seguir.

2. *COMPARAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS MAIS SIGNIFICATIVAS DAS VIATURAS*

A polémica sobre as vantagens e inconvenientes da utilização das rodas e das lagartas é, como já referimos uma das grandes preocupações do actual mundo militar.

Para se proceder à análise de uma unidade como um todo, temos antes que analisar os seus constituintes isoladamente. Só depois estaremos em condições de formar um juízo de valor do conjunto. Assim sendo, todas as unidades são compostas por vários elementos comuns: pessoal, viaturas, armamento, meios rádio, etc.

De um o rol de características que se podem considerar, abordaremos aquelas que do ponto de vista artilheiro, nos parecem mais significativas para podermos classificar uma viatura (Obus ou peça de artilharia autopropulsada).

O armamento está inequivocamente dependente do tipo e modelo da plataforma (viatura) considerada, pelas capacidades intrínsecas de transporte e uso.

"O que é melhor, uma viatura de lagartas ou de rodas?". Com esta pergunta não se pretende afirmar que o potencial ou a capacidade de uma unidade depende exclusivamente do tipo de viatura que a equipa, mas que é um elemento muito importante a considerar no emprego de uma unidade.

De facto, a principal premissa para resolver o dilema "rodas-versus-lagartas" está profundamente ligado com a complexidade e diversidade das missões, com as características do terreno e com as características específicas de cada veículo. Testes e estudos realizados em alguns países permitiram estabelecer alguns critérios fundamentais para determinar a configuração ideal de um Obus (peça) autopropulsado (a), dos quais abordaremos:

- Mobilidade;
- Sobrevivência (Protecção);
- Apoio Logístico (Suportabilidade);
- Poder de Fogo;
- Custos.

a. Mobilidade

Mobilidade foi definida em 1988 por uma Comissão Americana de Análise Rodas-versus-Lagartas, como a "capacidade para se mover fácil e rapidamente pelo terreno com a intenção de atingir vários objectivos de

combate"[1]. A mobilidade é medida pela liberdade de movimento (percentagem de terreno sobre o qual a viatura se pode movimentar) e a sua velocidade. O peso bruto (tonelagem) da viatura e a área de contacto com o solo (a área de lagarta ou de roda que está em contacto com o solo), determinam a pressão exercida no solo.

O peso das viaturas é o valor que mais directamente interfere na pressão exercida no solo, em regra geral utilizam-se viaturas de rodas, até às 12 Toneladas (Ton), ou até às 19 Ton se as viaturas possuírem um sistema automático central de regulação da pressão dos pneus, para ajustar a pressão ao tipo de solo. Com este sistema incorporado, as viaturas de rodas podem ter uma pressão específica muito próxima da das viaturas de lagartas, o que lhe permite operar em cerca de 85-90% dos solos mais difíceis.

Para viaturas com pesos superiores, recorre-se quase sempre a viaturas de lagartas, apesar disso, o peso não deixa de ser um factor limitativo, bem como a pressão, quanto mais não seja no transporte em plataforma terrestre, marítima e particularmente aérea, das viaturas, e consequentemente na sua mobilidade estratégica.

A consistência do solo, juntamente com a pressão nele exercida pela viatura, determinam o parâmetro designado por Factor de Pressão no Solo (FPS), que é o primeiro factor discriminatório da mobilidade das viaturas. Quanto mais elevado for o FPS, menor será a mobilidade das viaturas.

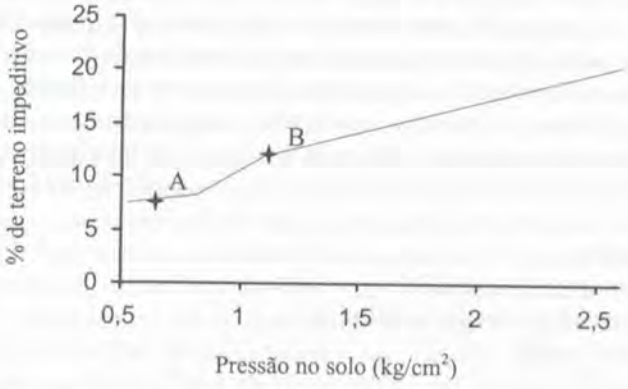


Figura 1 – Relação da pressão no solo, com a percentagem de terreno impeditivo.

[1] "Mobility Analysis for the TRADOC Wheeled Versus Track Vehicle Study, Final Report," Robert F. Unger, Geotechnical Laboratory, Department of the Army. Waterways Experirnent Station, Corps of Engineers, Vicksburg, Miss., September 1988, pág 1. (http//:www.fortmonroe.army.mil)

Como se verifica na figura (em que, A e B é a pressão exercida no solo pelo M113A2 e M60A3, respectivamente), o aumento da pressão no solo provoca o aumento da percentagem de terreno impeditivo (terreno sobre o qual a viatura não se pode mover) devido à falta de tracção.

A mobilidade das viaturas é influenciada pela capacidade de tracção sobre os diversos solos (secos, molhados, arenosos, ou cobertos de neve), pela capacidade para transpor obstáculos e atravessar valas, e pela capacidade de transposição de vegetação variada. Em regra geral, um baixo FPS por si só, não equivale a uma mobilidade melhor num terreno macio, mas indica uma melhor performance nos terrenos com declives acentuados, nos terrenos arenosos, na transposição de obstáculos/valas e transposição de vegetação[2].

Na perspectiva da mobilidade, as viaturas de lagartas oferecem a melhor solução, operando nos diversos tipos de terreno, incluindo os de extrema dificuldade, porque as lagartas oferecem uma área de contacto com o solo superior à das rodas, resultando daí um FPS mais baixo[3].

Para fazer face a esta limitação, nas viaturas de rodas tem-se desenvolvido o conceito multi-rodas, estando o peso das viaturas directamente ligado ao número de rodas (quanto mais pesada é a viatura, maior será o seu número de rodas).

Figura 2 – LIW G6 155mm (6x6) self-propelled gun-howitzer.

[2] "Mobility Analysis for the TRADOC Wheeled Versus Track Vehicle Study, Final Report," Robert F. Unger, Geotechnical Laboratory, Department of the Army. Waterways Experirnent Station, Corps of Engineers, Vicksburg, Miss., September 1988, pág 26.

[3] "Wheels or Tracks," Military Technology, Vol. XVIII, Issue 7, Jul 1994, pág 14.

Quando as operações são conduzidas em estradas, as viaturas de rodas demonstram uma excelente mobilidade e velocidade, mas quando lhes é exigido a utilização em todo-o-terreno, especialmente em terrenos molhados ou com neve, a sua mobilidade é reduzida. As viaturas de rodas atingem uma velocidade em estrada superior, e por essa razão oferecem uma melhor solução em locais onde não existem restrições à mobilidade. Assim, o seu uso em estrada é superior ao de em todo-o-terreno. O peso da viatura e a sua utilização em todo-o-terreno são dois grandes factores que interferem na mobilidade. Na figura seguinte, compara-se a média de tempo gasto para percorrer 100 km, para os dois tipos de viaturas (rodas e lagartas), observando-se um aumento da percentagem de utilização em todo-o-terreno.

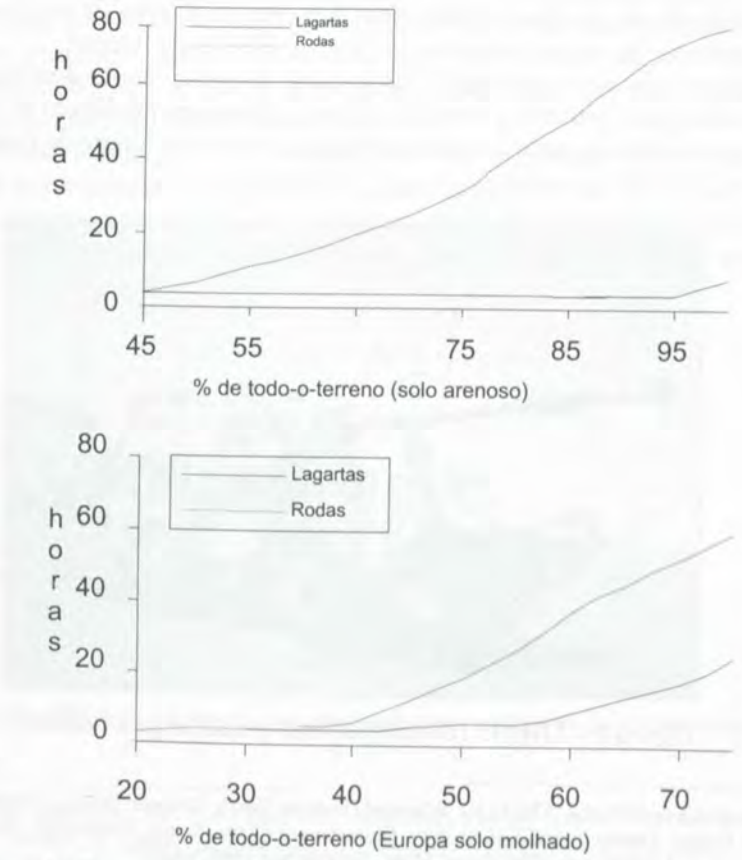


Figura 3 – Tempo médio gasto para percorrer 100 km, para os dois tipos de viaturas

As viaturas de rodas em relação às de lagartas, possuem normalmente maior agilidade, capacidade anfíbia e possibilidade de serem mais facilmente utilizadas em unidades aerotransportadas.

b. Sobrevivência (Protecção)

A sobrevivência de uma viatura de combate depende de numerosos factores, a protecção anti-minas, a blindagem (para protecção dos projécteis), o tamanho/silhueta e a capacidade de ocultação das vistas Inimigas.

Para aproveitar ao máximo o seu potencial, o desenho das viaturas blindadas necessita de um equilíbrio judicioso entre peso e outras características. Por exemplo, se são muito ligeiras, podem ser altamente móveis, no entanto levam o mínimo de armamento e equipamento e possuem uma blindagem muito ligeira.

As viaturas de lagartas, na perspectiva do desenho, são mais compactas do que as de rodas. A principal razão para a sua compactação é a evidente redução da suspensão, e a ausência de órgãos de transmissão e de direcção por debaixo da viatura, ao invés das de rodas. Estudos indicam que na comparação do FPS, para viaturas com o mesmo peso bruto, as de rodas requerem para os seus trens de direcção e suspensão cerca de seis vezes mais o volume, necessário para as de lagartas.

A sobrevivência analisada friamente indica que um grande volume mais facilmente é adquirido e subsequentemente atingido e neutralizado. O aumento do tamanho da viatura, mantendo a mesma protecção/blindagem, acaba por torná-la mais pesada, provocando uma perda de mobilidade e consequentemente uma maior exposição ás hostilidades inimigas.

Geralmente, as viaturas de rodas são mais vulneráveis devido especialmente à fragilidade das rodas, dos órgãos de suspensão e direcção e ao aumento de volume que estes órgãos acarretam. Actualmente as viaturas de rodas mais modernas, para minorar esta vulnerabilidade, mesmo depois de serem atingidas nas rodas, por tiros de armas ligeiras ou por fragmentos de granadas, podem continuar a progressão por distâncias limitadas, a uma velocidade reduzida, devido ao avanço tecnológico na produção de pneus (normalmente, esses pneus contêm borracha dura, com alvéolos cheios de nitrogénio, no seu interior). No caso das viaturas multi-rodas, mesmo que estas sejam atingidas de forma a que fiquem sem uma roda, isso não constitui motivo impeditivo à sua progressão. Especificamente no caso de serem expostas aos efeitos de minas, as viaturas multi-rodas, são menos vulneráveis do que as viaturas de lagartas, uma vez que as viaturas multi-rodas poderão continuar a operar, enquanto que as de lagartas ficarão com um trem danificado o que exige reparação imediata, implicando a sua imobilização.

As viaturas de rodas produzem menos ruídos que as de lagartas, devido à menor vibração dos metais. Nas lagartas o ruído é superior devido ao deslizar directo do metal contra o metal. Tem havido melhoramentos nas lagartas, essencialmente com a introdução de novas ligas metálicas auto-lubrificantes, na produção de casquilhos, para os locais em que existe contacto directo de metais em movimento, de forma a reduzir o ruído daí resultante. Contudo, o nível de ruído ainda não se aproxima do das viaturas de rodas, mantendo-se consideravelmente superior.

As viaturas de lagartas possibilitam a movimentação independente de cada lagarta, o que permite fazer a rotação da viatura no mesmo local. Nas viaturas de rodas, normalmente esta característica não existe, porém já começam a surgir viaturas multi-rodas com esta capacidade, como o caso da viatura de combate de Cavalaria Vextra, de origem Francesa. Com esta manobra consegue-se uma mudança total na sobrevivência, pois permite fazer uma rotação de 180 graus quando surgem áreas restritivas ou impeditivas para a progressão das viaturas. Tanto as viaturas de rodas como as de lagartas apresentam a possibilidade de dispor do motor à frente ou à retaguarda. O aconselhável é a sua colocação à retaguarda, o que reduz a silhueta das viaturas ao mínimo, e que simultaneamente proporciona uma melhor visibilidade ao condutor.

Na perspectiva da sobrevivência, as viaturas de lagartas oferecem menores silhuetas, manobrabilidade excepcional e uma blindagem superior, o que traduz uma melhor solução.

Figura 4 – Viatura multi-rodas VEXTRA 105 (peso em ordem de batalha de 28 a 34 Ton).

c. Apoio Logístico (Suportabilidade)

O apoio logístico a cada viatura depende de vários factores, incluindo o combustível usado, resistência da viatura, tipo de operação e possibilidades das unidades de apoio directo. As viaturas de rodas oferecem tradicionalmente uma maior economia de combustível, devido à pouca energia gasta com o atrito existente nas suas. Uma maior economia de combustível traduz-se na necessidade de menores stocks, ou em maiores raios de acção para as viaturas.

Não é recente a conclusão de que as viaturas de rodas são preferíveis em relação às de lagartas, no que respeita ao consumo. Além disso, requerem menor manutenção e menores reabastecimentos (especialmente de sobressalentes), o que implica menos meios logísticos. Segundo estudos realizados pelas Forças Armadas Canadianas e pelo Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, os custos do ciclo de vida de uma viatura de rodas é apenas 40 a 60% dos custos de uma viatura de lagartas. Contudo, temos que ter presente que as viaturas de rodas são utilizadas preferencialmente em estrada, enquanto que as de lagartas o são em todo-o-terreno. Estudos recentes realizados pelo Exército Americano realçam que os estragos causados numa viatura de lagartas, que realiza uma operação em que 68% é em todo-o-terreno, são inferiores aos estragos causados numa viatura de rodas, em que a percentagem de todo-o-terreno só é de 40%.[4]

Assim, constata-se que as viaturas de rodas são mais económicas (combustível), rentáveis, e os custos das operações de reabastecimentos em termos de sobressalentes são inferiores aos das lagartas. Isto faz das viaturas de rodas excelentes candidatos a desempenhar missões em que predomine o desempenho sobre estradas. No entanto as de lagartas são mais robustas e permitem um melhor desempenho em missões todo-o-terreno.

d. Poder de Fogo

O poder de fogo das viaturas de Artilharia depende de qual o sistema de armas que esta tem acoplado. Assim, a capacidade de tiro das viaturas, não depende do sistema de locomoção, mas simplesmente da arma. Podemos dar o exemplo do sistema de tiro MLRS (Multiple Launch Rocket System) que poderá ter a versão da viatura "HIMARS", já referida anteriormente, ou a versão "M270 MLRS Self-Propelled Loader/Launcher (SPLL)". Estas duas viaturas de Artilharia, a primeira de rodas e a segunda de lagartas têm montado sobre o seu chassi o mesmo sistema de tiro.

---

[4] "Wheeled Versus Track Vehicle Study. Final Report," Studies and Analysis Activity. Headquarters U.S. Army Training, and Doctrine Command. Fort Monroe. Va., March 1985.1-99.

Figura 5 – M270 MLRS Self-Propelled Loader/Launcher.

Figura 6 – High Mobility Artillery Rocket System (HIMARS).

Podemos observar também, que nos tipos de viaturas de artilharia criados nos diferentes países do mundo, os Obus/peças de Artilharia têm como meio de locomoção preferencial as lagartas e os sistemas de lançamento de foguetes, as rodas.

Estes dois tipos de armas, têm características bastante diferentes, e como tal, não podemos compara-los tão simplesmente pelo poder de fogo, dado que esta característica é sobejamente maior para os sistemas de foguetes, qualquer que seja o tipo de locomoção adotado para a viatura.

e. Custos

As viaturas de rodas são, em regra, mais baratas que as suas homólogas de lagartas, beneficiando das vantagens da produção em série no mercado

civil. Esta situação tende, contudo a mudar, devido essencialmente às especificidades que delas se espera. Como foi já referido, a viatura de rodas, cobrem longas distâncias, superiores às percorridas pelas de lagartas, para idêntica quantidade de combustível. As exigências de manutenção são também menos penosas, já que as distâncias percorridas pelas de rodas são realizadas quase sempre sobre terreno com boas condições de traficabilidade.

f. Algumas conclusões

Os estudos são conclusivos e aconselham viaturas de lagartas em viaturas de combate, apoio de combate ou de apoio de serviços, nas situações seguintes: missões tácticas de grande mobilidade (com percentagem de utilização em todo-o-terreno superior a 60%), viaturas de peso bruto superior a 20 Ton e em missões que se pretenda utilizar o terreno com o mínimo de restrições, independentemente das condições climatéricas. Uma vantagem adicional das viaturas de rodas é que elas são politicamente mais aceitáveis e em muitas circunstâncias, podem ser utilizadas em operações de segurança interna e de manutenção de paz, sem criar tantos problemas como as viaturas de lagartas. Isto é devido, em grande parte, ao facto de os jornalistas e o público em geral associar as Viaturas Blindadas de lagartas a CC, o que pode parecer demasiado opressivo ou excesso de demonstração de força.

Como conclusão apresenta-se um quadro resumo dos Factores Influenciadores:

Factor	Características	Vantagem VBR	Vantagem VBL
Mobilidade	Dimensão		●
	Peso	●	
	Transposição Obstáculos		●
	Capacidade Anfíbia	●	
	TT em muito adverso		●
	Solos pouco consistentes		●
	Agilidade em áreas urbanas	●	
Protecção	Assinatura (som, magnética, térmica e de rastos)	●	
	Vulnerabilidade a minas	●	
	Comodidade	●	
	Blindagem		●
	Silhueta		●

Suportabilidade	Reab. sobressalentes	•	
	Combustíveis	•	
	Estragos (utiliz.)		•
Poder de Fogo	Sistemas de Armas		•
	Calibre	•	
Custos	Aquisição	•	
	Manutenção (sobressalentes)	•	
	Resistência		•

3. *A ARTILHARIA AUTOPROPULSADA DE LAGARTAS*

Neste parágrafo vamos observar alguns sistemas de armas criados no mundo. Assim apresentaremos os seguintes sistemas de armas:

- M270 MLRS Self-Propelled Loader/Launcher (SPLL);
- M109 155mm SP Howitzer;
- PzH 2000 (PanzerHaubitze 2000);
- T6 155mm CALIBRE TURRET.

a. M270 MLRS Self-Propelled Loader/Launcher (SPLL):

O Sistema de Armas M270 MLRS, originário dos Estados Unidos da América, é um sistema para todo o tipo de condições meteorológicas, de tiro indirecto, para execução de tiro de contrabateria, ataque a formações de CC e outros tipos de objectivos remuneradores. É um sistema que composto por pequenos tubos de Artilharia, consegue executar uma grande massa de fogos num tempo muito reduzido. Não foi criado com a intenção de substituir o canhão tradicional (designado Obus), mas sim complementa-lo com maior capacidade de fogo e alcance. Este sistema tem integrado um sistema de controlo e direcção de tiro automático, que incluem entre si, um sensor de meteorologia, um sistema de navegação com GPS (Global Position System), um sistema de contolo do lançamento e um sistema de tiro melhorado. Das suas principais características destacam-se:

- Fabrico : Lockheed Martin Vought Systems;
- Alcance: 32 a 50 Km (sistema normal- M77);
- Alcance: 435 Km (com o míssil TACMS);
- 12 foguetes – 644 cargas de efeito dirigido por foguete;
- Capacidade de ser aero-transportado por C-141;

- Sistema de Guerra electrónica;
- Peso: 24000 Kg;
- Tempo de recarregamento: 9 minutos;
- Guarnição: 3 Homens.

Figura 7 – Execução de tiro pelo M270 MLRS.

b. M109 155mm SP Howitzer:

Este Sistema de Armas que tão bem por nós é conhecido, é um obus médio auto-propulsado, de 155mm de calibre, origem americana e que tem na sua historia 6 versões criadas pelos Estados Unidos da América e outras 6 versões oficiais, criadas por diferentes países. Tem a capacidade de executar tiro nos 360º de campo de tiro horizontal e é regarregado no interior. As suas características principais na versão M109A5 (a actual em Portugal) são:

- Peso (carregado para combate): 24948 Kg;
- locidade máxima: 56,3 Km/h;
- Autonomia: 349 Km;
- Alcance máximo: 22000m (30000m com RAP);
- Cadência de tiro: 4 TOM nos primeiros 3 minutos e 1 TOM nos seguintes;
- Armamento secundário: Metralhadora Pesada Browning 12.7m.

Figura 8 – M109A5 155mm SP Howitzer.

c. PzH 2000 (PanzerHaubitze 2000):

O PzH 2000 é a próxima geração de obuses autopropulsados de 155mm calibre de origem Alemã. Este sistema está equipado com computador de tiro automático, sistema de navegação assistido por GPS que têm a capacidade de fazer o sistema ser independente de qualquer outro sistema adjacente. As comunicações são feitas directamente entre o OAV e o sistema, sem qualquer interrupção. O PzH 2000 foi desenvolvido por Krauss Maffei – Wegmann and Co GmbH para o Exército Alemão. Este sistema de armas tem como suas principais características as seguintes:

- Guarnição: 3+2 (3 homens suficientes para operar);
- Peso: 55000 Kg;
- Armamento: Obus 155mm/52 e Metralhadora 12.7mm;
- Munições: 60 munições e capacidade de recarregamento em 10 minutos por 2 elementos;
- Alcance máximo: 30000m (+40000m com RAP);
- Cadência de tiro: 8 TOM nos primeiros 3 minutos e 3 TOM nos seguintes;
- Velocidade máxima: 60 Km/h;
- Autonomia: 420 Km.

Figura 9 – PzH 2000 (Panzerhaubitze 2000).

d. T6 155mm CALIBRE TURRET:

Este sistema de armas de origem Sul Africana, é um obus 155mm autopropulsado que está montado sobre o chassi de um CC T72 MBT. É fabricado por LIW division of DENEL e tem capacidades, comuns à maioria dos obuses autopropulsados de lagartas, entre as quais se destacam a capacidade de tiro em 360º, sistema de comando e direcção de tiro automático, sistema de navegação apoiado por GPS, entre outros. As suas características principais são:

- Alcance: 39 Km;
- Capacidade de carga: 40 Projecteis; 32 Cargas;
- Protecção blindada contra projécteis 7.62mm.

Figura 10 – Execução de tiro pelo obus T6 155mm 45 CALIBRE TURRET.

Após a descrição de alguns sistemas de armas de Artilharia autopropulsada de lagartas, podemos observar que já são bastantes os países que produzem sistemas de armas, com sistema de canhão com calibres na ordem dos 155mm, tendo por alcances o valor de 30Km. Os sistemas de foguetes, também existem, mas têm como maioria o sistema de locomoção de rodas, tal como vamos ver no próximo parágrafo.

4. *A ARTILHARIA AUTOPROPULSADA DE RODAS*

Vamos descrever algumas das opções mais válidas nos sistemas de Artilharia autopropulsada de rodas. Estas são:

- FH 77 155mm Field Howitzer System;
- Rcket Launcher 110 SF 2;
- Caesar;
- ZUZANA – 155mm Self-Propelled Gun Howitzer Model 2000.

a. FH 77 155mm Field Howitzer System:

O sistema de armas de Artilharia FH 77 é uns dos mais revolucionários dos sistemas de Artilharia de Campanha. Tem capacidades de todo o terreno com o sistema de 6x6 e entrada em posição de 50 segundos. A saída de posição e entrada noutro posição 500m ao lado demora o tempo aproximado de 3 minutos. A guarnição é transportada numa cabine blindada. Tem nos seus sistemas, entre outros o sistema de navegação e o sistema de direcção de tiro. As suas principais características são:

- Alcance: 30000m;
- Cadência de tiro: 3 tiros nos primeiros 13 segundos e 8 TOM após os 13 segundos iniciais.

Figura 11 – FH 77 155mm Field Howitzer System.

b. Rocket Launcher 110 SF 2:

Sistema de Armas de Artilharia, composto por viatura de rodas 6x6 e torre de lançamento de foguetes/mísseis. Origem Alemã e capacidade de execução de tiro sobe quaisquer condições meteorológicas. As suas principais características são:

- Peso: 17500 Kg;
- Velocidade máxima: 90 Km/h;
- Armamento: sistema de 36 tubos de 110mm;
- Alcance: 14000m;
- Cadência de tiro: 36 foguetes em 18 segundos.

Figura 12 - Rocket Launcher 110 SF 2.

c. Caesar (Camion Equipe d'um systeme d'ARtillerie):

Este obus 155mm é uma inovação NATO que tem como principal missão a capacidade de grande poder de fogo e mobilidade estratégica. Foi criado por Giat Industries o tubo de 155mm/52 montado num UNIMOG Mercedes-Benz (6x6). Tem grande mobilidade e uma autonomia de 600Km. Pode ser deslocado rapidamente para qualquer teatro através de aerotransporte por C-130 Hercules.

Figura 13 – Execução de tiro pelo obus Caesar.

d. ZUZANA – 155mm Self-Propelled Gun Howitzer Model 2000:

O sistema de armas de Artilharia ZUZANA, é de origem Eslovaca e é um projecto muito ambicioso, que tem como principais possibilidades a capacidade de deslocamento em todo o terreno. É um sistema com grande manobrabilidade e mobilidade, totalmente automático e com um alcance na ordem dos 39 Km. Usa munições NATO standard e é equipado com sistema de navegação, sistema de tiro directo e controlo de tiro. Das suas principais características destacam-se:

- Guarnição: 4 Homens;
- Peso: 28600 Kg;
- Alcance máximo: 39000 m;
- Alcance mínimo: 5300 m;
- Capacidade de carga: 40 munições;
- Campo de tiro horizontal: +/- 60°;
- Campo de tiro vertical: +70°;
- Cadencia de tiro: 6 TOM ou 30 T em 6 minutos (com carregamento manual 1 T em 2 minutos);
- Velocidade máxima: 80Km/h;
- Autonomia: 750Km.

Desta pequena análise, podemos observar que estão em desenvolvimento projectos bastante válidos, no que respeita à Artilharia autopropulsada de rodas. No parágrafo seguinte faremos uma pequena comparação das características próprias das armas, tentando englobar o sistema como um todo.

5. *ANALISE COMPARATIVA DOS DIFERENTES MATERIAIS*

A Artilharia tem na sua missão, o assegurar do apoio de fogos contínuo e oportuno, ao Comandante da Força. Esta missão, só consegue ser cumprida se depusermos dos sistemas de armas apropriados para a cumprir. Assim, dada a missão, quais são os meios que devemos de ter para que "a carta seja levada a Garcia"?. Esta é uma questão que nos temos vindo a colocar desde o inicio deste trabalho, executando-o de forma a daqui podermos chegar a uma conclusão. Após a análise de alguns materiais com os vários meios de locomoção, podemos desde já verificar que ambos existem com as mesmas capacidades de tiro, poder de fogo e sobrevivência. Assim como observamos durante a comparação de viaturas, o material é um sub-sistema completamente separado do tipo de viatura que procuramos, e esta, deve estar apta a conduzir operações de forma a apoiar forças de manobra, e ter a mesma capacidade para se deslocar ou, não se deslocando ao ritmo destas forças, conseguir apoiá-las das mesma forma.

Esta é a nossa missão: ou garantimos o apoio seguindo fielmente as forças de manobra; ou através de cada vez maior alcance e precisão, mas menos deslocamentos, garantimos da mesma forma o correcto apoio de fogos às unidades de manobra.

IV – CONCLUSÃO

Apesar dos avanços técnicos, não existe nenhuma viatura que se possa dizer que seja a ideal para a artilharia. Nenhuma viatura consegue cumprir todas as missões inerentes à artilharia de campanha da forma mais adequada, devido às limitações inerentes a cada viatura. Este facto explica a grande dificuldade em eleger uma única viatura para o apoio de fogos, optando-se normalmente por eleger o mesmo tipo de viatura que as unidades de manobra de uma Grande Unidade dispõem. Isto acontece porque há a necessidade, de formar unidades com elevada mobilidade e flexibilidade, mas sobretudo com grande poder de fogo.

As vantagens de cada tipo de viatura têm vindo a ser exploradas, melhorando as capacidades das viaturas de acordo com as exigências das futuras missões e o perfil do terreno, de forma a que a viatura possa operar em todos os tipos de terreno.

Os estudos elaborados pelos mais diversos países, são conclusivos e aconselham viaturas de lagartas, não só para o apoio de fogos, mas também para viaturas de combate de Infantaria e Cavalaria, de apoio de combate (Engenharia) ou de apoio de serviços, nas situações que a seguir se indicam: missões tácticas de grande mobilidade (com percentagem de utilização em todo-o-terreno superior a 60%), viaturas de peso bruto superior a 20 Ton e em missões que se pretenda utilizar o terreno com o mínimo de restrições, independentemente das condições climatéricas.

Uma vantagem adicional das viaturas de rodas, é que elas são politicamente mais aceitáveis em muitas circunstâncias e podem ser utilizadas em operações de segurança interna e de manutenção de paz, sem criar tantos problemas como as viaturas de lagartas. Isto é devido, em grande parte, ao facto de os jornalistas e o público em geral associar as Viaturas Blindadas de lagartas a Carros de Combate, o que pode parecer demasiado opressivo ou excesso de demonstração de força.

As viaturas de rodas dispõem de uma excelente mobilidade em estrada, diminuindo drasticamente em todo-o-terreno, especialmente em terrenos pouco consistentes ou com neve, pelo que deve ser utilizada em missões com grande percentagem de utilização em estrada.

Devido ao menor ruído das viaturas de rodas, estas estão mais vocacionadas para missões que exijam surpresa. Pela sua superioridade de autonomia, pode realizar missões que exijam um maior afastamento da unidade à qual pertence, mas em ambientes em que a ameaça seja reduzida, uma vez que para serem tão ligeiras, tiveram de ficar obrigatoriamente com uma reduzida blindagem.

As viaturas com viaturas de lagartas têm uma excelente mobilidade e estão vocacionadas para executar missões em todo-o-terreno, visto que podem ser utilizadas em quase todo o tipo de terreno, e que da sua utilização em todo-o-terreno resultam menos estragos do que nas viaturas de rodas.

As viaturas de lagartas exigem uma manutenção mais pesada, têm menor autonomia e consumos bastante elevados, em comparação com as viaturas de rodas.

Perante estas observações constata-se que é impossível criar actualmente uma unidade que cumpra todas as missões e só apresente vantagens, porque de todas as missões que as unidades de apoio de fogos cumprem, existem algumas para as quais as unidades de lagartas estão mais aptas, e outras para as quais as unidades de rodas estão mais vocacionadas. Incluem-se nestas as missões de apoio à paz.

Atendendo a que cada vez mais as unidades de apoio de fogos terão missões mais dispares, existe a necessidade de criar viaturas à imagem de alguns protótipos inacabados, que exploram as vantagens dos dois tipos de viaturas e que se apresentam como solução. Enquanto esta possibilidade não se concretizar, temos que explorar as unidades existentes e ter sempre presente que é melhor ter estas unidades com capacidades distintas, e utilizar cada uma, de acordo com o tipo de força necessária, explorando as vantagens atrás referidas.

Toda esta problemática que procuramos analisar revelou-se um tanto ou quanto complexa e talvez tendenciosa. Isto porque cada vez mais os Exércitos modernos orientam as suas doutrinas para as missões de Não Guerra em detrimento das outras mais tradicionais em virtude do seu sucesso e especificidade.

Podemos questionar também, qual é o futuro que nós "Artilheiros" queremos para a nossa Arma. A Artilharia caminha para um alcance, precisão e poder de fogo cada vez maiores, sendo estes factores determinantes na necessidade de desenvolvimento ou não, do meio de locomoção a adoptar.

Para finalizar gostaríamos de sublinhar que as viaturas de lagartas irão ser, certamente, beneficiadas com novos melhoramentos e sujeitas à aplicação de novas tecnologias, no entanto, as novas missões exigem cada vez mais unidades altamente móveis com grande flexibilidade e sobretudo com a capacidade de serem facilmente aerotransportadas.

Da nossa análise e atendendo às efectivas necessidades dos actuais exércitos optamos por eleger as viaturas de rodas como alternativa às de lagartas .... vamos ver o que o futuro nos reserva.

BIBLIOGRAFIA

GORDON, John, "The case for Army XXI "Medium Weight" Aero-Motorized Divisions"; *A Pathway to the Army of2020,* Stractegic Studies Instute.

HORNBACK, Paul, "The Wheel Versus Track Dilemma", *Armor*, March-April 1998, 33-34.

Internet: www.army.mil; www.janes.com; www.defensedaily.com; www.fas.org.com

Mlitary Review, Edição de Brasileira 1St quarter 1994.

CRESPO, Fernando,"Colóquio sobre a Artilharia do Futuro (Advanced Firepower Briefing, Londres, 15/16 de Junho de 2000)"; *Revista de Artilharia*, Nº 896 a 898, Julho a Setembro de 2000.

VALENTE, Daniel etal.,"A Sobrevivência da Artilharia de Campanha no moderno Campo de Batalha"; *Revista de Artilharia*, Nº 902 a 904, Outubro a Dezembro de 2000.

OGORKIEWICZ, R. M., "Infantary armoured vehicle design continues to vary", *Janes International Defense Review*, 8/1997, 70.

OGORKIEWICZ, R. M, "Worldwide wheeled armoured vehicle programs raise questions over mobility", *Janes International Defense Review*, 1/2000, 59-60.

UNGER, Robert F., *Mobility Analysis for the TRADOC Wheeled Versus Track Vehicle Study, Final Report*, Vicksburg, Miss., Geotechnical Laboratory, Department of the Army, Waterways Experiment Station, Corps of Engineers, September 1988.

Wheeled Versus Track Vehicle Study, Final Report, Headquarters U.S. Army Training and Doctrine Command, Fort Monroe, Studies and Analysis Activity, March 1985, 1-99.

"Wheels or Tracks," *Military Technology*, Vol. XVIII, Issue 7. Jul 1994, 14.

A ARTILHARIA ANTIAÉREA DO SÉC. XXI
Uma Visão para o Futuro

Pelo Coronel de Artilharia
RAÚL MANUEL SEQUEIRA REBELO

Fig. 1 – Missões diferenciadas numa multiplicidade de ambientes.

INTRODUÇÃO

Nas Forças Conjuntas e Combinadas do futuro, a Artilharia Antiaérea desempenhará certamente, um papel de destaque e de notoriedade, que lhe será conferido pelas missões diferenciadas (Fig.1) que irá assumir,

decorrentes do amplo espectro de ameaças que se vêm esboçando, bem como da emergência de um conceito mais abrangente de segurança, que se poderá sobrepor à actual dicotomia linear de segurança externa versus segurança interna.

Inserida nos meios de defesa disponíveis, a Artilharia Antiaérea surgirá como uma valência com relevância acrescida, porquanto poderá ser chamada a desempenhar missões em toda a gama de operações, concepção que ultrapassa largamente, o actual espectro das operações militares, e que se projecta para além delas, extravasando as fronteiras dos seus limites. De facto, a natureza da ameaça, aconselha uma abordagem distinta e global do conceito de segurança, que responda cabalmente às novas exigências que se colocam às autoridades nacionais, europeias e da NATO.

NATUREZA DA AMEAÇA

A instabilidade e a turbulência internacionais têm vindo a afectar seriamente a segurança dos Estados-membros da Aliança Atlântica, provocando incertezas, suscitando cuidados e temores, e gerando receios que abalam decisivamente a confiança dos cidadãos e das comunidades dos países ocidentais. A volatilidade e a perturbação de alguns Estados e regiões do globo vêm, por força das circunstâncias, extravasando esses espaços geopolíticos e fazem-se sentir já, na Europa e na América do Norte, sob as mais variadas e diversas formas.

Com origem naquelas áreas, uma gama alargada de riscos, ameaças e desafios pode irromper inesperadamente, no espaço geográfico onde nos inserimos, com o emprego de novas tecnologias, a exploração de vulnerabilidades próprias das democracias e culturas ocidentais e recorrendo à instigação de antagonismos políticos, étnicos ou religiosos, até agora adormecidos ou acomodados. A essência dos actores, os desafios dissemelhantes e os perigos transnacionais são particularmente graves, especialmente se aquelas entidades hostis tentarem combinar meios assimétricos múltiplos, dirigidos contra objectivos estratégicos e antes que as autoridades governamentais possam dispor de respostas adequadas e eficazes. O espectro das operações assimétricas poder-se-á alargar ainda gradualmente, às operações de informação, à utilização generalizada de meios NBC e a graves danos de natureza ambiental.

Fig. 2 – A proliferação de mísseis balísticos assume já, dimensões preocupantes.

A componente aérea desta nova ameaça caracteriza-se, entre outras particularidades, pela aquisição e até fabricação de mísseis tácticos (balísticos e de cruzeiro), dotados de ogivas convencionais ou portadores de armas de destruição maciça com elevado poder destrutivo (Fig. 2). Também as aeronaves não tripuladas (UAVs), sob a forma de URAVs (reconhecimento) ou UCAVs (combate), tradicionalmente empregues em missões de vigilância e reconhecimento, estão a ser adaptadas a inúmeros fins, incluindo o combate, em detrimento das missões tripuladas. A presença deste tipo de armas levou a NATO a modificar o seu conceito de Defesa Aérea, passando a adoptar a noção mais abrangente de Defesa Aérea Alargada, que compreende a ameaça aérea convencional ampliada a qualquer outra aeronave que utilize a atmosfera como meio de propagação (excluindo os mísseis intercontinentais).

Em termos de sistematização, pode-se agora, tipificar detalhadamente, a ameaça aérea actual no seu conjunto, e que vigorará para o futuro próximo: aeronaves tripuladas, de asa fixa ou móvel (aviões e helicópteros), assim como todo o armamento a elas associado (mísseis, munições inteligentes, foguetes, etc.) e com tecnologias de baixa probabilidade de detecção (*stealth*); mísseis tácticos, nas suas diferentes configurações; aeronaves não tripuladas (UAVs), constituídas por Drones e RPVs; sensores de guerra electrónica (EW), associados a ambas as aeronaves, medidas de apoio à guerra electrónica (ESM), contra-medidas electrónicas (ECM) e medidas de protecção electrónica (EPM); mísseis tácticos e aviões civis,

incluindo avionetas e ultra-leves, utilizados por organizações terroristas; e ainda, elementos especiais que actuem como controladores aéreos avançados, ou levem a efeito acções de sabotagem contra as unidades de AAA. É esta vasta panóplia de acções e meios, que poderá ser empregue contra os Estados-membros da Aliança, de forma isolada ou combinada, visando diferentes alvos, civis ou militares, dentro ou fora da área de responsabilidade da NATO, mas sobretudo com elevado impacto político e nas opiniões públicas Europeia e Norte-Americana.

OPERAÇÕES DE SEGURANÇA INTEGRADAS

A natureza da ameaça esboçada, pela sua particularidade e essência, consubstancia definitivamente, um vasto espectro de operações, para além das designadas operações militares, no âmbito do Art. 5º ou das CROs, e que incluem também, as de carácter anti-terrorista que, pelo grau de violência e sofisticação, ultrapassam largamente as possibilidades das forças de segurança interna. A esta extensa escala de operações, que se sobrepõe às clássicas e convencionais noções de segurança interna e de segurança externa, proporia a designação de **Operações de Segurança Integradas**, porquanto exigem a actuação integrada de todas as Forças à disposição dos Estados, desde os corpos de polícia eminentemente civil, passando pelas instituições de segurança militarizadas, e até às Forças Armadas, numa gradação crescente de capacidade de gestão e emprego da violência.

O espectro das **operações de segurança integradas** projecta-se para além das actuais operações militares, levadas a efeito isoladamente pelas diversas componentes, ou realizadas em conjunto ou ainda, executadas através de missões combinadas, uma vez que exige agora, uma aproximação distinta, dada a natureza também diferenciada da ameaça em presença. A assimilação plena deste conceito poderá dar resposta eficaz às vulnerabilidades identificadas e por todos conhecidas, dos países ocidentais e dos seus interesses internos e externos, e que importa enumerar. No exterior, mencionam-se desde as *holdings* industriais e financeiras e as suas representações, até às forças projectadas no cumprimento de missões no âmbito da Aliança Atlântica ou das Nações Unidas. No interior, são de referir as forças de segurança (conceito alargado), as infra-estruturas críticas – telecomunicações, centrais energéticas, produção, armazenamento e distribuição de petroquímica e gás – os interesses industriais, financeiros e comerciais, os sistemas de transporte de pessoas, bens e mercadorias, os meios de emergência nacionais, as entidades e as instituições com carácter simbólico, os acontecimentos relevantes nacionais e internacionais e ainda os cidadãos em geral.

Uma arquitectura de abordagem aos problemas da segurança, nos moldes atrás propostos, permitiria às autoridades nacionais e da Aliança dispor de um leque alargado de capacidades e valências, consoante o carácter da ameaça, sem estarem condicionadas ao estereótipo de intimação interna ou externa, à utilização em exclusividade, de meios policiais ou militares, ou ainda à necessidade de declaração forçada de determinado estado de emergência. As actuais limitações poderão porventura, cercear o emprego oportuno e com a persuasão indispensável de todo o leque de opções existente e disponível. Em contrapartida, apontava-se para uma escolha *à la carte*, que daria a maior flexibilidade e agilidade aos Governos e permitiria um tempo de resposta apropriado e uma acção no teatro eficaz e convincente.

EXTENSÃO DAS COMPETÊNCIAS DA ARTILHARIA ANTIAÉREA

As tendências emergentes para a AAA, numa perspectiva geral da Defesa Aérea, e para além daquelas já claramente assumidas de protecção do corpo de batalha, apontam assim, claramente também, para a defesa contra ataques terroristas dirigidos a centros populacionais, à aviação civil, às infra-estruturas vitais e a actos ou ocorrências relevantes. No âmbito do Pacto do Atlântico, destaca-se ainda o apoio contra ameaças assimétricas, orientadas para forças da Aliança, em missões no exterior da sua área de responsabilidade, como outra das grandes prioridades a assumir. Finalmente, o combate às armas de destruição maciça, associadas aos sistemas míssil e às tecnologias disponíveis, é outra tarefa relevante igualmente, participada pela AAA.

Fig. 3 – De agora em diante, outro tipo de áreas poderá merecer a atenção da AAA.

A Artilharia Antiaérea deverá assumir assim, um conjunto de novas e diferenciadas missões, que ultrapassam em muito, as de natureza meramente convencional, compreendidas nas operações de guerra ou ainda nas CROs, onde já foi por demais, provada a sua necessidade, nos diferentes teatros de operações passados e actuais. Deste modo, a protecção de pontos ou áreas sensíveis, em parceria com os meios próprios das Forças Aéreas é outra das significativas missões que estarão reservadas também, para a AAA. A natureza, a dimensão, a localização, e a extensão no tempo desses pontos e áreas (Fig. 3), e a volatilidade das novas ameaças já não parecem permitir a atribuição exclusiva dessa missão a qualquer dos Ramos; uma actuação conjunta ou por componentes, em função da especificidade dos objectivos a defender e da forma e configuração estimada dos alvos, serão essas sim, as determinantes que definirão os meios e as formas de emprego.

Finalmente, no âmbito do TMD (*Theatre Missile Defence*), igualmente caberá à Artilharia Antiaérea um papel de destaque, como um dos pilares fundamentais no modelo doutrinário concebido para o efeito, tanto mais que a cobertura às médias e altas altitudes, cujos requisitos operacionais e de comando e controlo acarretam elevadíssimos custos, terão uma abordagem ao nível das estruturas de defesa aérea da NATO. A defesa ao nível SHORAD, assumida completamente pelos Estados-membros, contará com toda a certeza, com meios das Forças Terrestres, uma vez que a racionalidade e a escassez de recursos não permitirá certamente, que os equipamentos destinados à protecção das unidades em campanha e às suas infra-estruturas territoriais, não possam ser empregues no âmbito do TMD, às baixas e muito baixas altitudes. Mas também aqui, a abordagem terá de ser conjunta, quer pela complexidade e extensão do dispositivo a adoptar, quer pelo facto da estrutura superior de comando e controlo de Defesa Aérea ser conduzida sempre pelas Forças Aéreas da Aliança.

CONCLUSÕES

Fig. 4 – Os sistemas terrestres de AAA são uma componente essencial da defesa aérea.

Desafios acrescidos e estimulantes são certamente, as expectativas de todos aqueles que servem na Artilharia Antiaérea, decorrentes dos riscos e ameaças que se vem esboçando no dealbar deste novo século, onde as referências outorgadas são contundidas e os novos paradigmas difíceis de reter, ou talvez pouco inteligíveis, porque a alomorfia das formas ultrapassou em muito, o mero conceito de mudança linear e definitiva. A transmutação inconstante, volúvel e descompassada dos vectores que sustentam as actuais armas, processos e métodos, eminentemente assimétricos, extremamente contundentes e destruidores, pronunciam a necessidade de uma aproximação também ela desprovida de modelos pré-configurados por estereótipos convencionais, e requerem a concepção de abordagens diferenciadas e isentas de aforismos imutáveis.

Deste modo, perante as intenções e processos já consumados dos latentes adversários, urge responder com um conceito inovador que potencie

os meios à disposição dos países ocidentais, sem que estes se constranjam com mecanismos inibidores de celeridade e eficácia no combate aos ataques surpreendentes e arrebatadores, que poderão surgir e sobrevir. A introdução da noção de **operações de segurança integradas** poderá, neste contexto, constituir uma solução adequada e ajustada às exigências que se vêm estabelecendo. Esta aproximação permitiria que, em todo o tempo, as autoridades europeias e norte-americanas dispusessem no formato *à la carte*, de todas as valências disponíveis, independentemente de serem estritamente próprias das instituições policiais, militarizadas ou das Forças Armadas. Esta articulação, embora não imune a questões de competências primárias, parece não oferecer dificuldades aos Estados de Direito com profunda vivência institucional e democrática.

Assumindo a abordagem acima proposta, a Artilharia Antiaérea, como uma das componentes basilares da Defesa Aérea (Fig. 4), terá certamente, pela frente todas as missões já arrogadas anteriormente, de protecção do corpo de batalha, seja no âmbito do Art. 5º ou das CROs, às quais se adicionam agora, uma participação muita intensa e incisiva na defesa de pontos e áreas sensíveis, num entendimento presentemente, muito mais abrangente destes objectivos, cuja designação ou nomeação não é actualmente concludente ou definitiva, mas que pode ser temporal, transitória ou momentânea, conforme foi já atrás explicitado, e que não deve de todo, constituir uma preocupação exclusiva das Forças Aéreas. Acresce ainda, o elemento TMD que, pelo processo e modelo de defesa esboçado para o espaço da Aliança Atlântica, requer uma participação activa da AAA dos diferentes Estados-membros, porquanto lhe reserva pelo menos, a protecção SHORAD, a qual não poderá ser da competência exclusiva de uma única componente dos respectivos sistemas de forças. A Artilharia Antiaérea tem pois assim, elevadas responsabilidades e encargos, neste limiar do século XXI, como parte integrante de um conjunto alargado de valências, à disposição das autoridades militares e governamentais, assumindo uma relevância de vulto, num modelo de Defesa Aérea avançado, e uma competência ímpar no sistema de forças terrestre, conjunto, combinado e integrado.

A ARTILHARIA ANTIAÉREA E OS SISTEMAS DE IDENTIFICAÇÃO

Pelo Capitão de Artilharia
HELDER PILAR ESTRIGA

Um sistema de identificação de forças amigas torna-se uma necessidade imperiosa, com o objectivo prioritário de evitar ou minimizar a possibilidade de armas e munições, dirigidas a alvos inimigos, provocarem baixas nas nossas forças.

1. INTRODUÇÃO

a. A necessidade da identificação no campo de batalha

A identificação no campo de batalha é um problema muito antigo. A necessidade de reconhecimento do "amigo" ou "inimigo" tem surgido por várias vezes ao longo da história. Actualmente, reveste-se de importância acrescida, visto que nos conflitos mais recentes surgiram, bem evidentes, vulnerabilidades significativas neste âmbito, alargadas ao campo das aeronaves civis.

Esta questão assume uma especial acuidade nas novas missões cometidas às Forças Armadas, onde eventuais deficiências poderão originar limitações na eficácia dos sistemas de armas utilizados e um aumento de baixas nas nossas forças, em resultado de acções fratricidas, particularmente em operações de natureza aliada ou combinada.

Presentemente, a identificação também tem especial importância, dado que as armas tecnologicamente sofisticadas aumentaram o seu alcance, precisão e letalidade, fazendo com que se possam atingir os alvos a maiores distâncias e conferindo, por via disso, uma criticabilidade acrescida à questão do reconhecimento.

A identificação dos diferentes alvos, fora do alcance dos respectivos sistemas de armas, é um dos maiores problemas que se coloca ao Comandante Táctico ou Operacional no moderno campo de batalha. O êxito de qualquer operação é tanto maior quanto menor o volume de baixas sofridas pelas nossas forças.

b. Evolução do IFF "Identification of Friend or Foe"

Nos princípios dos anos 50, foi desenvolvido um sistema chamado *MARK X*, de identificação de alvos fora do alcance visual.

Foi durante a Guerra da Coréia que se introduziram os sistemas de identificação de forças amigas no campo de batalha, denominados por *"Identification Friend or Foe (IFF)"* sendo o primeiro modelo, designado por *IFF MK X*.

Nos anos sessenta, os Estados Unidos da América acrescentaram a capacidade criptográfica dando origem ao *Mode 4*. Desta forma, o sistema melhorado *MK X/XA* mais o *Mode 4* passou a ser conhecido como o sistema *IFF MK XII*.

O sistema *IFF* é utilizado principalmente para a identificação de aeronaves, tendo por finalidade a identificação positiva de aeronaves amigas, englobando as vertentes AR-AR e SUPERFÍCIE-AR.

No princípio dos anos noventa as nações participantes no programa de Sistemas de Identificação NATO (*NATO Identification System (NIS)*), começaram a substituir os equipamentos de *IFF* por *"Transponders"* e *"Interrogadores NIS"*.

c. A Guerra do Golfo

O problema da identificação de forças no actual campo de batalha foi amplamente evidenciado na quantidade de incidentes fratricidas verificados na Guerra do Golfo Pérsico, em que cerca de 17% das baixas dos aliados se deveram às armas amigas.

Os incidentes fratricidas entre as forças aliadas durante este conflito vieram sobrelevar de uma forma muito vigorosa, a necessidade de se desenvolver uma área de máxima importância no contexto dos actuais conflitos: a identificação no moderno campo de batalha. A sua eficácia exige que haja cooperação e interoperabilidade entre os vários sistemas de armas existentes, tanto mais que os actuais meios em uso estão a originar riscos acrescidos para as plataformas aéreas e terrestres das forças amigas. Para reduzir o aumento

deste tipo de incidentes, as forças terrestres recorrem a técnicas de reconhecimento e identificação baseados, na sua maioria, em observações visuais, que permitem determinar a natureza do alvo "amigo" ou "inimigo".

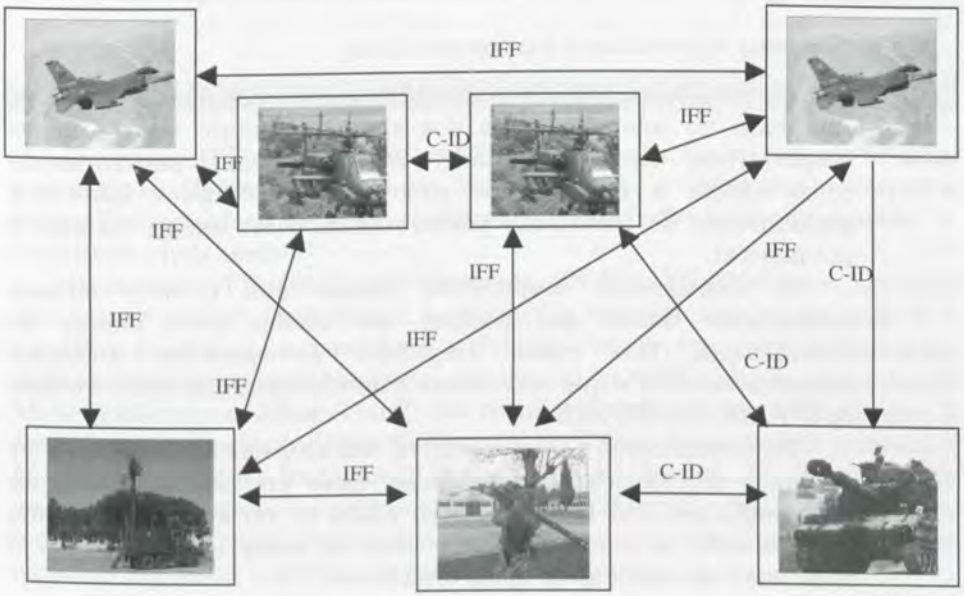
d. Sistematização do "Combat Identification"

(1) *A identificação no moderno campo de batalha*

Normalmente, quando se fala de identificação no campo de batalha, associamos tal designação aos sistemas IFF das aeronaves. No entanto, actualmente, tal problema estende-se à identificação, de forma segura, de plataformas de superfície e aéreas.

Assim, também no âmbito das plataformas terrestres, desenvolveram-se acções conducentes à identificação de forças no campo de batalha, surgindo o conceito de "Combat Identification", que envolve o emprego de medidas especificamente designadas para reduzir os incidentes fratricidas e incrementar as capacidades do nosso próprio equipamento em operações de carácter aliado ou combinado, sob todas as condições atmosféricas.

Na figura seguinte está espelhado de forma muito sucinta e esquemática as várias formas de *IFF* e do *C-ID* no Teatro de Operações.



(2) *Definição de identificação no campo de batalha*

A identificação no campo de batalha define-se como o reconhecimento de plataformas de forças amigas, inimigas e neutrais, englobadas nos diversos vectores, superfície-superfície, superfície-ar, ar-superfície e ar-ar. Assim, pode-se dizer que a identificação tridimensional relaciona-se com a determinação da natureza de plataformas e forças terrestres, navais e aéreas, a partir de outras plataformas situadas em qualquer uma destas componentes.

e. Caracterização dos sistemas

(1) *Sistemas directos e indirectos*

Os sistemas directos são os sensores e as fontes que directamente fornecem qualquer espécie de informação usada para efeitos de identificação, enquanto que os sistemas indirectos processam dados de variadas origens, de modo a que se chegue a uma identificação de alta probabilidade. Estes últimos estão dependentes do número e variedade de fontes a que se encontram ligados, e do conjunto de comunicações externas disponíveis.

(2) *Sistemas cooperativos e não-cooperativos*

Os sistemas cooperativos são diferenciados dos não-cooperativos, com base no comportamento dos alvos. Enquanto que os meios cooperativos, na generalidade, só identificam positivamente como amigo, a maioria dos meios não-cooperativos fornece a possibilidade de identificar positivamente como amigo, inimigo e até neutral.

A identificação cooperativa requer que o alvo forneça activamente dados que possam ser usados para efeitos de identificação, tais como, responder às questões colocadas electronicamente, o que serve como auto-identificação, como é o caso do *IFF MK XA/XII SSR*.

Na identificação não-cooperativa, um alvo não tem que fornecer os dados necessários à identificação; estes provêm da análise da informação reunida acerca do alvo vinda de variados meios, como por exemplo, a análise de respostas de radar, meios ópticos e acústicos e de medidas de apoio electrónico.

(3) *Identificação passiva e activa*

A identificação passiva distingue-se da activa em função da informação processada. No último caso, ela resulta da produção de um sinal interrogador, enquanto que no primeiro caso se aguarda a manifestação de um dado indício.

(4) *Quadro de sistemas*

SISTEMA			VECTORES	POSSIBILIDADES	CARACTERÍSTICAS
Indirectos	IDCP		Tridimensional	Identificação positiva do IN	Combinação de dados obtidos de várias fontes
Directos	Cooperativos	IFF (NGIFF -AIFF)	Avião-Avião Avião-Helicóptero Avião-Superfície Superfície-Ar	Identificação positiva das NT	MK XA/XII/XIIA compatíveis com SSR civil (Mode S)
		BCID (NGIFF -BIFF)	Terra-Terra Terra-Helicóptero Helicóptero-Terra Avião-Terra		
	Não Cooperativos	Sensores passivos	MAE Assinatura IV Meios acústicos e ópticos		
		Sensores activos	Radares		
		Outros	Localização geográfica e parâmetros de movimento Reconhecimento visual Planos de voo, corredores aéreos e rotas de segurança Identificação pela origem		

2. TEORIA DO IFF

O sistema IFF em uso há mais de quarenta anos, faz-se através de uma interrogação *(Interrogador)* a um alvo detectado e consequente resposta deste *(Transponder)*, de modo codificado, destinando-se essencialmente, a identificar alvos aéreos.

Os sistemas IFF actualmente existentes, *MK XA* e *XII*, são do tipo *"Question and Answer (Q&A)"*, funcionando, basicamente, nos seguintes modes; o *Mode 1* e o *Mode 2*, destinados somente à actividade militar, em que o *transponder* pode seleccionar, respectivamente, um dos 32 ou 4096 códigos existentes; o *Mode 3*, idêntico ao *Mode A civil*, que permite a utilização de 4096 códigos, é empregue para as actividades de Controlo do Espaço Aéreo; existe também o *Mode C* que permite a transmissão de dados barométricos de altitude, utilizando na resposta *transponders* próprios. O *IFF MK XII* inclui o *Mode 4 codificado*, revelando alguns problemas, em virtude de ter um sinal muito longo, tornando-se portanto um factor negativo em termos da segurança das transmissões..

O controlo de tráfego aéreo civil utiliza o *Mode 3/A* e *C*, com o denominado *"Secondary Surveillance Radar (SSR)"*, sendo o principal meio de seguimento das aeronaves. Com estes sistemas, é possível que cada voo possa receber um código distinto; contudo, o limite de 4096 códigos existentes começa a ser insuficiente, principalmente devido à grande densidade de tráfego aéreo em determinadas zonas do globo terrestre, havendo assim a necessidade de uma urgente resolução deste problema.

Existem outras deficiências físicas importantes destes sistemas, que não podem ser ultrapassadas através de um novo equipamento que opere da mesma forma e na mesma banda de frequência. Neste contexto, com radares a baixas frequências, os alvos voando a pequenas altitudes continuam indetectáveis até uma distância bastante curta, principalmente, por causa das interferências causadas pela superfície terrestre.

As entidades militares da aliança vêm estudando o desenvolvimento de um sistema seguro e flexível, para todas as aplicações ar-superfície, superfície-superfície, superfície-ar e ar-ar, que reduza a possibilidade de fratricídio e aumente a eficiência de combate, compatível com os sistemas actuais e que permita o aperfeiçoamento futuro.

O objectivo é a substituição do actual *IFF MK XA/XII*, desenvolvendo a componente *Q&A* do *NIS*. Os estudos que se terão de efectuar, basear-se-ão em várias alternativas, que vão desde o *MK XII (Mode 4)* mais o *Mode S*, até à renovação completa do sistema. O sistema *Q&A* do *NIS* consiste em dois elementos: o primeiro utiliza o extenso espectro de interrogações – *banda D (Q&A)*; o segundo utiliza interrogações em modo radar; ou seja, a *banda D (Q&A)* é a mais apropriada para aplicações de longas distâncias, enquanto que o modo radar, usando bandas de alta frequência, se ajusta mais a aplicações relacionadas com interrogações a aeronaves a curtas distâncias e a sistemas de armas de defesa antiaérea a baixas e muito baixas altitudes.

Os interrogadores de modo radar serão integrados no principal sistema de armas, ou usados em radar separado, sendo a interrogação e a resposta protegida por métodos cripto.

Os EUA estão a desenvolver um programa que apelidarão de *MK XV*, para substituição dos actuais sistemas de IFF. Os interrogadores *MK XV* vão operar apenas na banda D, existindo indicações de que os *transponders* serão capazes de receber e responder a interrogações na banda D e no modo radar.

a. "Modes" utilizados pelo *IFF*

Existem quatro formas de operação em ambiente militar: os *Modes 1, 2, 3* e *4*. De igual maneira, em ambiente civil, estão também consignados quatro subsistemas de operação.

O *mode A civil* corresponde ao o *mode 3 militar*, assumindo, este último a designação de *mode 3A*.

(1) ***Mode 1*** – é chamado *Special Identification Features* (*SIF*). É utilizado pela Força Aérea, conforme o tipo de missão. Não é seguro; dá apenas a informação de classificação geral da aeronave.

(2) ***Mode 2*** – É utilizado pela Força Aérea, normalmente em tempo de paz. Dá apenas uma identificação discreta da aeronave; também não é seguro.

(3) ***Mode 3A*** – É utilizado apenas pela aviação civil. Dá o número do controlo do tráfego aéreo; também não é seguro.

(4) ***Mode 4*** – É criptograficado, sendo usado para identificação positiva. É utilizado unicamente para fins militares, em tempo de guerra ou em exercícios que visam a preparação operacional.

b. Introdução do civil "Secondary Surveillance Radar (SSR) Mode S" nos sistemas militares

Continua-se a estudar e a fazer progressos relativamente ao *"Civil Air Traffic Control System"* conhecido como *"Mode Select (mode S)"*, para auxiliar a gestão do tráfego aéreo civil, o que obriga as aeronaves militares a introduzir novos meios eléctrónicos de identificação, para que estas possam conservar a máxima flexibilidade no espaço aéreo civil.

O *Mode S* difere do *SSR*, porque cada *transponder* tem um único endereço, o qual pode ser interrogado individualmente, pelo que se traduz numa selecção da interrogação. Ambos os modes usam sinais longos, mas, o *mode S* usa uma frequência inferior e com interrogação monopulso. Com o *mode S*, as aeronaves civis têm que ser registadas com códigos vitalícios inalteráveis, enquanto as aeronaves militares NATO têm possibilidades de mudar por razões de segurança.

Embora o *Mode S* seja um sistema de controlo de tráfego aéreo civil que não reúne os requisitos relativos à segurança militar e à resistência às contra medidas electrónicas (CME), o que parece certo, é que as aeronaves militares têm que actuar em espaço aéreo civil e por isso terão que usar *transponders* com *Mode S*, por forma a manter a possibilidade de identificação das aeronaves civis.

c. Estudos acerca do possível *Mode 5*

Os EUA, FR, IT,GE e UK no âmbito do AIFF (Aircraft Identification Friend or Foe) estão a estudar, a possibilidade da introdução do *Mode 5*, que ofereça maiores performances e melhoramentos em relação ao *4*. A implementação do *Mode 5* está dependente dos requisitos operacionais e irá resultar numa nova nomenclatura que, provavelmente será *MK XIIA*.

3. A IDENTIFICAÇÃO NAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

Relativamente às Forças Armadas Portuguesas, a situação dos sistemas de identificação tridimensional no campo de batalha não é o desejável, sendo bastante preocupante no que concerne às Forças Terrestres, uma vez que na Força Aérea, os sistemas IFF existentes desempenham satisfatoriamente a sua função, quer na identificação solicitada pelos seus próprios radares quer em exercícios com as Forças Navais, já que com o Exército não é fácil executarem-se exercícios conjuntos devido às dificuldades de planeamento segundo os oficiais da Força Aérea. Isto derivado a problemas de ordem financeira e às estruturas dos diferentes ramos serem demasiado pesadas, pouco flexíveis e algo individualista. Esta situação é agravada pelo facto do Exército não dispor de meios de identificação compatíveis, ou os que possui, não funcionarem, não responderem satisfatoriamente ou não existir pessoal para os operar ou executar a sua manutenção.

a. Força Aérea

Em relação à Força Aérea, a vigilância e o controlo do espaço aéreo são assegurados por sistemas eletromagnéticos cooperativos de IFF/SIF.

b. Marinha

A Marinha, na identificação de alvos aéreos ou de superfície utiliza sistemas cooperativos IFF/SIF e identificação de bandeiras, enquanto que, para a identificação de alvos subaquáticos, utiliza sistemas passivos não cooperativos, acústicos e eletromagnéticos.

c. Exército

No que diz respeito ao Exército, as plataformas são, essencialmente, identificadas por sistemas de visibilidade directa, ópticos ou infravermelhos. Para identificação de aeronaves o ramo possui algumas unidades com sistema IFF.

d. Equipamentos IFF existentes no exército português

O Exército, actualmente, tem alguns modelos de interrogadores (IFF) e respectivos acessórios nos sistemas de armas antiaéreas, embora se venham a verificar algumas dificuldades na utilização das suas potencialidades, uma vez que existem muito poucos militares ou quase nenhuns, especializados nesta matéria.

Na BAAA/BMI, existem interrogadores de IFF nos três subsistemas que possui, no Radar de Aviso Local FAAR, (2 *interrogadores AN/MPX-12A* e 1 *programador AN/GSX-3, computador criptográfico KIR-1C, fita criptográfica, KOI-18, KIK-13, cabo de ligação e baterias BA-556/U, BA-5372 e BA-1372U*), no Míssil Ligeiro AP M48A2 Chaparral (5 *interrogadores IFF "Mode 3 AN/PPX-3A"*) e no Míssil Stinger (1 *interrogador IFF AN/PPX-3B*).

Enquanto que na BAAA sediada no RAAA1 existem estes dois tipos de interrogadores incompletos que equipam os três subsistemas (No caso do Radar FAAR apenas existe o *interrogador IFF AN/MPX-12A*, no Míssil Chaparral apenas existe o *interrogador IFF Mode 3 AN/PPX-3A* e no Míssil Stinger existe também apenas o *interrogador IFF AN/PPX-3B*).

Têm-se feitos vários exercícios conjuntos com a força aérea e o IFF do radar FAAR, contudo, nunca houve uma resposta da aeronave, enquanto que no míssil Chaparral e Stinger obteve-se sempre a resposta de desconhecido.

Têm-se verificado estes resultados pouco satisfatórios, fundamentalmente, derivado ao conhecimento insuficiente dos sistemas e da falta de alguns componentes dos mesmos sistema, pese embora na BAAA/BMI ter sido elaborado há pouco tempo um manual do IFF do Radar FAAR e dos Mísseis Chaparral e Stinger e terem sido adquiridas as baterias para ambos os IFF que faltavam.

Nas figuras seguintes está espelhado praticamente todo o equipamento IFF existente no Exército Português.

Computador Criptográfico IR-1C

Fita Criptográfica

KOI-18

KIK-13

Cabo de Ligação

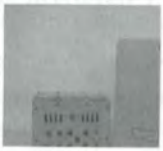
Baterias BA-559/U, BA-5372/U e BA-1372/U

KOI-18 a efectuar a leitura das chaves cripto, e memorizando-as no KIK-13

KIK-13 a transferir as chaves cripto para o KIR-1C

Programador NA/GSX-3

Radar NA/MPQ-49B (Antena e interior/IFF)



Interrogador NA/MPX-12A

IFF do Missil Stinger

IFF do Chaparral

CONCLUSÕES

A Identificação do Campo de Batalha é um problema cada vez mais premente que se coloca às Forças Armadas do presente.

Os ataques fratricidas e as baixas das nossas forças vêm tendo um impacto cada vez maior na opinião publica que, por todas as razões, importa minimizar e evitar.

Neste âmbito, o *"Identification Fried or Foe"* que diz respeito ao sistema ar-terra, terra-ar e ar-ar tem um papel privilegiado e de primordial importância uma vez que envolve os meios terrestres e aéreos, duas componentes essenciais nas operações, desde a II Guerra Mundial.

Da análise efectuada pode-se concluir no âmbito do *"Combat Identification"* que necessita de ser desenvolvido e adoptado um *sistema NIS total*, que use todas as fontes de identificação e informação disponíveis, desde o Subsistema Indirecto até ao Subsistema Directo, considerando os sensores activos e passivos no aspecto não-cooperativo e o *NIS Q&A* no aspecto cooperativo.

A NATO vem dando respostas a estas necessidades já há algum tempo a esta parte, principalmente após o conflito do Golfo, tendo já desenvolvido diferentes projectos nomeadamente, o *NIS Q&A*, dentro dos sistemas cooperativos e ainda outros projectos no âmbito dos sistemas não cooperativos. A título de informação, o LG5 tem sido o grupo de trabalho no âmbito conceptual e de requisitos operacionais para este assunto.

Sem dúvida alguma, a Aliança Atlântica, nos Teatros de Operações que se esboçam para o futuro, vai ter que contar com este problema para o qual terá que ter uma resposta cabal e eficiente, que permita, por um lado a necessária liberdade de acção aos meios presentes nos conflitos e, por outro lado, que garanta segurança e confiança aos respectivos operadores e de um modo geral às forças aliadas em presença.

Naturalmente, as Forças Armadas Portuguesas têm que se preocupar com este assunto, quer no âmbito da Aliança, quer ao nível estritamente nacional, dada a participação crescente das nossas forças em operações no exterior enquadradas ou não em forças multinacionais.

Importa por isso, que este facto seja levado em atenção no âmbito do planeamento de defesa nacional e em particular no planeamento de forças, com vista a que futuros equipamentos do Exército e da Força Aérea, sejam dotados destes indispensáveis meios de identificação e que, adicionalmente, estejam aptos a integrarem unidades de estados membros da aliança. Desta forma, torna-se indispensável que as futuras edições da lei de programação militar contemplem estes meios com particular impacto no sucesso das

missões, mas também na opinião pública nacional decorrente da integridade e segurança física dos cidadãos que prestam serviço no Exército e que são destacados para essas missões.

DEFINIÇÕES

Transponders – é um subsistema empregue no ar ou em veículos de superfície para responder às interrogações sobre a informação específica do veículo.

Interrogation – este subsistema é empregue para controlo do trafego aéreo, defesa aérea, localização de alvos e procedimentos de identificação.

ABREVIATURAS

AIFF –Air Identification Fried or Foe
BCID – Battlefield Combat Identification
BCIS – Battlefield Combat Identification System
BIFF – Battlefield IFF
C-ID – Combat Identification
IDCP – Identification Data Combining Process
IFF – Identification Fried or Foe
IN – Inimigo
MAE – Medidas de Apoio Electrónicas
NGIFF – Next Generation IFF
NIS – NATO Identification System
NT – Nossas Tropas
Q&A – Question and Answer
SSR – Secondary Surveillance Radar

BIBLIOGRAFIA

FM 100-103

FM 100-103-1

Mode 4 HANDBOOK

MARQUITO, Major João Miguel de Jesus, "A identificação no moderno campo de batalha", Revista de Artilharia nº872 a 877 de Abril a Junho de 1998;

NAAG document D/1484 and Extracts form the latest DCI Compendium, the 08 March 2001.

NISCO Report Update Report "On Nato and Multinational Identification Activitiers – 25 September 2000..

http://herbb.hanscom.af.mil/download.asp

http://home.kscable.com/ttung/jsupt/glossary.htm

http://www.raytheon.com

http://intermega.globo.com/2wsb

MANTENDO O ESPÍRITO DA ARTILHARIA

Pelo Tenente-Coronel de Artilharia
MORGADO BAPTISTA

O dia 29 de Novembro sempre teve um particular significado para os Artilheiros, sobretudo para aqueles que serviram no Regimento de Artilharia de Costa. Com efeito, esta era a data em que se celebrava o dia festivo do RAC, sempre assinalada com uma significativa concentração de Artilheiros e com a divulgação dos desenvolvimentos que a Artilharia de Costa Portuguesa ia conseguindo levar a cabo, embora sempre com a condicionante da escassez de verbas disponíveis, facto que hoje se alarga quase à totalidade do nosso Exército. Contudo, tal como hoje, a perseverança, o espírito de missão e a imaginação dos Artilheiros iam conseguindo ultrapassar as condicionantes impostas e mantendo viva a nossa Artilharia de Costa.

Movido por tais exemplos e ciente das responsabilidades que lhe cabem, como herdeiro das tradições e de parte importante do património, entendeu o Regimento de Artilharia Antiaérea n.º 1 celebrar, no último dia 29 de Novembro de 2002, o dia festivo do Regimento de Artilharia de Costa.

À chamada responderam um número muito significativo de Oficiais, Sargentos e funcionários civis que prestaram serviço no RAC, sendo de destacar a presença de cinco antigos Comandantes – Coronel Mesquita Lavado, Coronel Jacob Galriça, Coronel Duarte Figueira, Coronel Moura Soares e Coronel Catarino Anselmo. Presidiu ao evento o Major General Ferreira da Silva, Director da Comissão Técnica da Arma de Artilharia, que felicitou o comando do RAAA1 por esta iniciativa e salientou a importância que tinha para a nossa Arma a preservação do espólio e do espírito da Artilharia de Costa.

O Comandante do RAAA1, Coronel Raul Rebelo, nas suas palavras de boas vindas enfatizou, também, a distinta acção da Artilharia de Costa Portuguesa, cujos feitos estão bem patentes na nossa história militar, estendendo a sua acção desde a defesa da barra de Lisboa até à fortaleza de Diu e a outras praças e fortes espalhados pelo Mundo, testemunho de uma presença portuguesa que muitos países preservam e entendem, com orgulho, fazer parte integrante da sua própria história.

Da jornada comemorativa fez parte, alem da habitual "foto de família", uma exposição sobre a Artilharia de Costa, elaborada com esmero por pessoal do RAAA1, algum do qual ainda tinha prestado serviço no RAC. Da exposição constava uma "Galeria de Comandantes", com os retratos de todos os antigos comandantes, desde o primeiro, o Tenente-Coronel Júlio Hipólito Soares até ao Coronel Ferreira da Cal.

Estavam também expostos alguns objectos e materiais que constituem a parte remanescente do, em tempos, extenso espólio do Regimento de Artilharia de Costa, espólio esse que foi disperso aquando da extinção do Regimento, acreditando-se, mesmo, que muito dele estará irremedia-

velmente perdido. Um factor de reflexão, quando se perspectiva como possível o encerramento de mais algumas unidades do Exército e até, quem sabe, da nossa Artilharia, Arma que tem sido bastante sacrificada em todos os processos de reorganização do Exército, nos últimos tempos.

A exposição foi demoradamente visitada pelos participantes, ouvindo-se comentários como "Lembras-te disto? Foi feito por um Cabo que estava lá na Bateria, no meu tempo!", "Este quadro do esquema de comunicações fui eu que fiz!", "Já viste? Está aqui aquele meu artigo que foi publicado no Bombardeiro!". Estas observações eram bem demonstrativas de que o RAC ainda está presente na memória daqueles que lá prestaram serviço e que valeu, sem dúvida, a pena reavivar tais memórias, que mais não fosse apenas durante um dia.

No Salão Infante D. Afonso, Salão Nobre do RAAA1, e na presença de todos os convidados, foi evocada a memória de todos os antigos militares e funcionários civis do RAC já falecidos, momento de grande emoção e particularmente sentido por todos os presentes.

Puderam ainda ser observados alguns objectos pertencentes ao espólio do RAC e que se encontram permanentemente expostos no Salão atrás referido, nomeadamente o estandarte do Regimento e as flâmulas das Baterias, bem como o célebre Despacho do então Ministro da Defesa Nacional, Santos Costa, autorizando a construção do Aquartelamento de Alcabideche, exarado no verso da ementa de um almoço.

Encerrando as comemorações do dia do RAC, teve lugar um almoço-convívio, no refeitório de Praças do RAAA1, no final do qual foi efectuado um brinde à Artilharia de Costa, ao som das vozes de "Fecha, Apontado, Alvo, FOGO".

Contudo, esta jornada não ficaria completa sem uma acção subsequente. No seguimento de um repto lançado pelo Comandante do RAAA1, diversas entidades presentes disponibilizaram-se para integrar um novo grupo de trabalho para a criação de um Museu da Artilharia de Costa,

agregando militares em serviço activo com outros que se encontram, momentaneamente, a prestar serviço fora do Exército, e alguns mesmo na situação de Reserva e Reforma. Um denominador comum – na sua quase totalidade, todos prestaram serviço no extinto RAC.

O Museu será criado tomando por base as instalações da antiga Bateria da Parede, local considerado o mais adequado à conservação e exposição do espólio da Artilharia de Costa, porquanto o mesmo encerra um conjunto de infra-estruturas notáveis, ao nível dos trabalhos de arquitectura, engenharia e fortificação. Dispõe ainda, aquela Bateria, de um número de equipamentos de predição e cálculo de tiro, ainda instalados, quase únicos no País e de características singulares na Europa, que se afigura dever manter, enquanto o seu estado de conservação não atingir um grau de degradação que torne irreversível qualquer tentativa de recuperação.

Para levar esta empresa a bom porto foi decidido constituir uma Comissão Instaladora, com a seguinte composição, a qual foi submetida à aprovação do General Chefe do Estado-Maior do Exército, tendo merecido a sua aprovação:

1. **Comissão de Honra (constituída por alguns ex-Comandantes do RAC e pelo Comandante do RAAA1):**

   Coronel Mesquita Lavado
   Coronel Jacob Galriça
   Coronel Moura Soares
   Coronel Catarino Anselmo
   Coronel Comandante do RAAA1

2. **Comissão Executiva**

   Coronel Moura Soares, Presidente
   Coronel Catarino Anselmo
   Coronel Peixoto Apolónia
   Tenente-Coronel Alpedrinha Pires
   Tenente-Coronel Morgado Batista
   Tenente-Coronel Gomes da Silva
   Tenente-Coronel Silva Lopes
   Major QTS Machado Mendes
   Sargento-Ajudante José Augusto Mendes

Contudo, a criação do tão desejado Museu da Artilharia de Costa não pode ser colocado apenas sobre os ombros desta Comissão. Com efeito, face à grandiosidade dos trabalhos a realizar e aos inúmeros contactos a efectuar, toda a ajuda é bem vinda e todas as contribuições são desejáveis, sobretudo se tivermos em conta que o espólio que foi possível recuperar e que se encontra, neste momento, à guarda do RAAA1, é bastante limitado.

Desta forma, tem o presente artigo por finalidade, não só informar sobre o evento atrás descrito mas sobretudo motivar os Artilheiros a darem o seu apoio à criação de um Museu, que testemunhe a importância histórica da Artilharia de Costa em Portugal e que permita às gerações vindouras um contacto com uma parte importante da nossa História Militar.

Bem Hajam pela contribuição que possam dar.

Curiosidades ...

"O NÚMERO 12 NA ARTILHARIA"

Pelos Cadetes de Artilharia
PINHEIRO JESUS
CÁTIA CHAMUSCA

Tanto na história como na literatura encontramos grandes heróis, personagens ou feitos, uns mais importantes outros menos relevantes, grande parte deles aparece conotado com um número. Quem não se lembra dos três mosqueteiros, das sete colinas de Roma, dos dez mandamentos, dos doze apóstolos de Cristo, entre outros.

Também na nossa Artilharia alguns números têm um significado especial, que nos deixam orgulhosos e nos lembram o quanto corajosos eram os primeiros artilheiros.

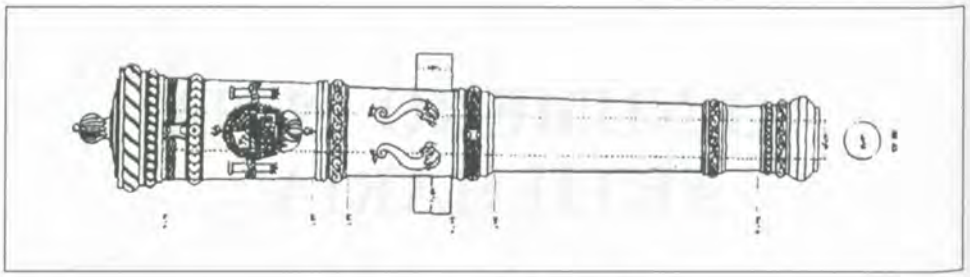
È o caso do número doze.

OS 12 APÓSTOLOS

A primeira vez que o número doze aparece na Artilharia é pela mão do cronista Dudley Pope que nos descreve um grupo de doze peças fundidas, em 1512 no centro da Europa. Capazes de disparar uma bola de ferro de aproximadamente 9 Kg (20 libras), empregando 9 Kg de pólvora e fazerem até 30 disparos diários, foram feitas para o Rei de Inglaterra, Henrique VIII. Este grupo terá sido baptizado como "Os doze Apóstolos", levando mesmo algumas peças o nome de alguns apóstolos. Apesar das referências feitas por Dudley Pope, parece pouco provável a existência das mesmas, uma vez que nos relatos dos feitos de Henrique VIII nunca se fala da existência deste grupo de peças.

Parece mais provável a existência de um outro grupo de doze peças fundido para o Imperador Carlos V de Espanha. Referidas por vários autores e cronistas, estas peças seriam de 45 libras de calibre e 18 calibres de longitude, pesando qualquer coisa como 7000 Kg e usando aproxima-

damente 10 Kg de pólvora por cada disparo. Seriam conhecidos como "Os Apóstolos", apesar de existirem referências como "Os Canhões do Rei" ou "Os 12 Canhões do Rei"



Peça similar ao "Os Apóstolos".

Apesar da existência deste grupo parecer pouco lógica, dado o Imperador ter estabelecido, em 1534, os calibres para a fundição de novas peças, acabando assim com a confusão existente neste meio, que seriam:

"Canhões"..... balas de 36 a 40 libras
"Canhões médios"..... balas de 16 libras
"Culebrinas"..... balas de 36 a 40 libras
"Medias culebrinas"..... balas de 16 libras
"Sacres, falconete, etc"..... balas menores de 6 libras

Assim, é pouco provável a existência destas peças uma vez que a sua fundição ter-se-á dado entre 1535 e 1541, apesar de haver registos do embarque de peças similares em Málaga para a expedição de Argel, em 1541.

OS 12 PARES DA FRANÇA

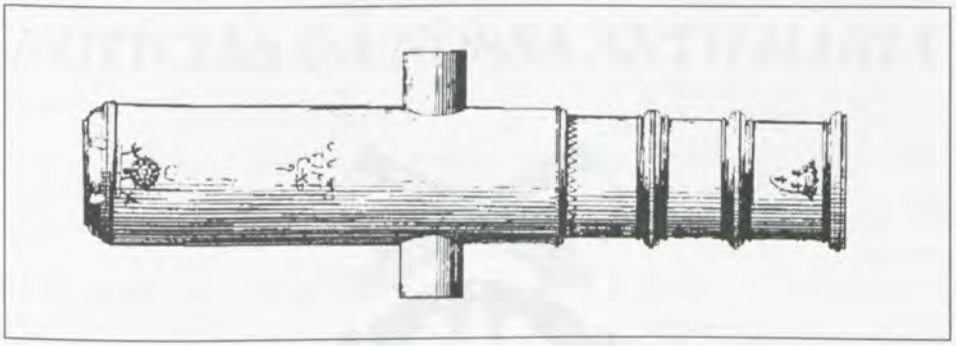
Também a França do século XV reconhece a importância da Artilharia, pela mão do rei Luís XI. Luís herdara não só trono mas também os inimigos de seu pai, Carlos VII, Conde de Borgonha e Inglaterra.

O rei apoia-se nos seus artilheiros, em especial o Mestre Gaspar Bureau, e o seu sucessor, Galiot de Genouillac. A este último se devem os primeiros regulamentos militares franceses e o facto da Artilharia Francesa usar bolas de ferro fundido.

Fruto desta revolução, contam-nos os relatos da época, que o rei teria mandado fundir, em vários pontos do país, doze peças. Os mesmos referem

que estas peças possuiriam um alcance de 2,4 Km, bem como o rebentamento de uma das peças, que teria causado a morte ao seu fundidor e a mais 14 pessoa, fruto da má limpeza do tubo.

A este conjunto de doze peças chamaram, "Os 12 Pares de França", em memória dos doze nobres que acompanhavam Carlos Magno, para que fossem conhecidos e recordados.

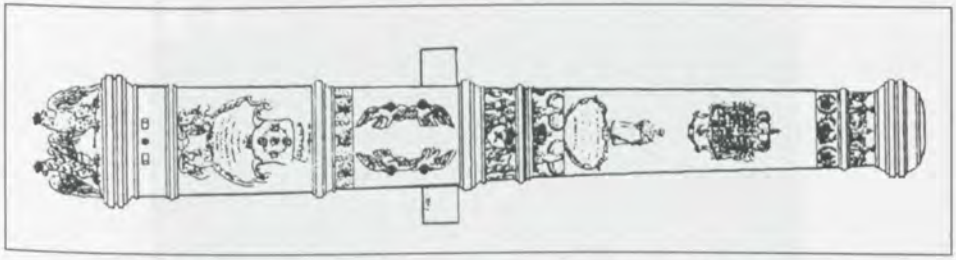


Peça similar ao "Os 12 Pares da França".

OS 12 ELEITORES

A Prússia também não quis ficar atrás na corrida à Artilharia, pelo que o rei Frederico I, mandou fundir 13 peças. Estas peças teriam longitude 3,84 metros, 20 calibres de longitude e um peso de 3352 Kg.

Seriam 12 as peças, porque representavam cada um dos eleitores do imperador, daí o seu nome: "Os 12 eleitores", levando mesmo o nome de cada um deles. Mas eram 13, pois o rei mandou fundir mais uma para si, ficando assim com duas peças, uma como imperador e outra como eleitor. Estas peças foram conquistadas pelos franceses, em 1806.



Um dos 12 Eleitores conservado no Museu de Paris.

NOTÍCIAS DA NOSSA ARTILHARIA

NOTÍCIAS DA ANTIAÉREA

DESPEDIDA DO PELOTÃO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA DO RAAA1 PARA INTEGRAR A FORÇA NACIONAL A DESTACAR PARA TIMOR LESTE

Em 24 de Janeiro de 2003, decorreu no Regimento de Artilharia Antiaérea N.º1, a Cerimónia de Despedida do Pelotão de Artilharia Antiaérea, designado para integrar o Agrupamento FOXTROT/ PKF/ UNMISET, Força Nacional a destacar para Timor Leste no 2º semestre de 2003, e que se encontra em aprontamento no RI19.

Os militares que fazem parte deste Pelotão, que inclui ainda uma Secção do RA5, foram criteriosamente seleccionados com base num conjunto de provas linguísticas, físicas e de aptidão técnica e militar, exigentes, com vista a garantir a necessária proficiência e prontidão para o desempenho de tão importante missão.

Em formatura geral, na Parada D. João VI, o Comandante do Regimento usou da palavra, realçando a importância deste facto para alcançar uma maior participação de Unidades de Artilharia, em Operações de Apoio à Paz, dando assim corpo, às legitimas aspirações de todos os Artilheiros.

Dirigindo-se ao Pelotão de Artilharia Antiaérea, incentivou-os, também, a encarar este desígnio, em todos os momentos, com elevado espírito de missão e de responsabilidade, para bem representar a Artilharia, o Exército e Portugal.

O TPO DE ARTILHARIA NO REGIMENTO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA N.º1

Decorre no Regimento de Artilharia Antiaérea N.º1, desde 06Jan03, a Parte Antiaérea do Tirocínio para Oficial de Artilharia, frequentado por nove Aspirantes a Oficial.

Esta parte do curso tem o objectivo de complementar a instrução ministrada na Academia Militar, aperfeiçoando as capacidades físicas, técnicas e de liderança e proporcionando os conhecimentos adequados de Artilharia Antiaérea, por forma a habilitar os discentes, a desempenhar as funções de Comandante de Pelotão, de Adjunto de Comandante de Bateria, de Instrutor dos sistemas de armas e radares de Artilharia Antiaérea e de Adjunto do Oficial de Operações para a Coordenação do Espaço Aéreo.

O curso inclui, entre outras, as matérias de Táctica de Artilharia Antiaérea e de Radar, de Reconhecimento de Aeronaves, de Comunicações, de Tiro de Artilharia Antiaérea e de Sistemas de Armas de Artilharia Antiaérea.

Das actividades curriculares, que têm vindo a ser desenvolvidas, destacam-se um exercício táctico de escalão Bateria, com o Sistema Míssil Ligeiro Chaparral e o Sistema Míssil Portátil Stinger, na vizinhança da Base Aérea 1, em Sintra, um exercício de fogos reais com Bitubo AA 20mm M/81, também na região de Sintra e uma visita de estudo ao Centro de Operações Aéreas Combinado 10 (CAOC 10), em Monsanto.

Prosseguindo o esforço que tem vindo a ser desenvolvido, na área de formação, e com o intuito de proporcionar um intercâmbio com outros Exércitos, conta-se ainda, com diversas comunicações proferidas por Oficiais estrangeiros.

EXERCÍCIO "ENCARGO 02" NO REGIMENTO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA N.º1

O Governo Militar de Lisboa levou a efeito durante os meses de Dezembro de 2002 e Janeiro de 2003, o Exercício "Encargo 02", com a finalidade de treinar e testar os Encargos Operacionais que lhe estão atribuídos e avaliar os procedimentos de preparação das Forças até ao início do deslocamento para ocupação das áreas de atribuição de missão.

Em 16 de Janeiro de 2003, no âmbito deste Exercício, decorreu no Regimento de Artilharia Antiaérea Nº1, o Teste de Prontidão Operacional (ORT) ao Grupo de Artilharia Antiaérea do Sistema de Forças do Exército e às Baterias de Artilharia Antiaérea, respectivamente, da Brigada Ligeira de Intervenção e da Brigada Aerotransportada Independente, Encargos Operacionais do RAAA1.

O Regimento adoptou uma aproximação modular na arquitectura organizacional daquele encargo, potenciando e optimizando o seu desenho para satisfação dos requisitos estabelecidos, concebendo quadros orgânicos

de suporte, sempre que estes foram necessários para o planeamento. Destas acções, resultaram a constituição e o aprontamento de um Grupo de Artilharia Antiaérea Modular, Chaparral/Stinger, capaz de responder às diferentes missões atribuídas.

O 2º Comandante do Governo Militar de Lisboa, Major-General Carlos Camilo, acompanhou o ORT, tendo recebido o *Briefing* do Comandante do Regimento e do respectivo Estado-Maior, no Posto de Comando, e presenciado a execução do plano de carregamento, bem como a formatura de parque daquele Grupo modular.

NOTÍCIAS DA EPA

COMEMORAÇÕES DO DIA DA ARMA DE ARTILHARIA E DA ESCOLA PRÁTICA DE ARTILHARIA

No passado dia 04 de Dezembro de 2002 tiveram lugar na EPA as Cerimónias Comemorativas do Dia da Arma de Artilharia e da Escola Prática de Artilharia, que foram presididas por S. Ex.a o General CEME, General José Manuel Silva Viegas.

No dia 04 de Dezembro é evocada Santa Bárbara, Patrona dos Artilheiros, para auxiliar contra alturas de perigo, em especial acidentes provocados por explosões. Este facto remonta ao aparecimento da pólvora no mundo ocidental, já que nessa altura algumas das primeiras Peças de Artilharia rebentavam em vez de dispararem os projécteis.

As Comemorações do dia 04Dec02 iniciaram-se com a Alvorada Festiva executada pela Fanfarra da RMS proveniente do RC3, seguida da Cerimónia do Içar da Bandeira Nacional e de uma missa em Homenagem aos Mortos, na Capela da EPA.

Às 10H30 foi recebido S. Ex.a o General CEME a quem foram prestadas honras na Parada El-rei D. Pedro V, por uma Guarda de Honra constituída por militares da 1ª BBF da EPA e executadas salvas de artilharia na Parada General Reis Fisher. Procedeu-se, de seguida ao desfile em continência a S. Ex.a o General CEME.

A Cerimónia Militar na Parada General Bernardo Faria contou com a presença dos Ex.mos Senhores Governadores Civis de Évora e Beja, o Ex.mo General Loureiro dos Santos, o Ex.mo TGEN Abrantes dos Santos, Comandante do COFT/DHAA, o Ex.mo TGEN Ferreira e Costa, Comandante da RMS, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas, para além de outras importantes entidades militares e civis e Oficiais, Sargentos, Praças e Funcionários Civis que prestaram ou prestam serviço na EPA.

As Forças em Parada, constituídas pela Banda e Fanfarra da RMS, Estandarte Nacional, Bloco de Guiões da EPA, RAAA1, RA4, RA5, GAC/BMI e BAA/BMI, um Grupo de Artilharia a duas Baterias, a dois Pelotões, representativos das Unidades de Artilharia e um Grupo da EPA a duas Baterias, a dois Pelotões, deram corpo à Cerimónia de Homenagem aos Mortos em Defesa da Pátria e testemunharam as palavras proferidas nas alocuções do Comandante da EPA, do Ex.mo TGEN Comandante do COFT/DHAA e de S. Ex.a o General CEME.

Da alocução do Comandante da EPA, Cor Rovisco Duarte, transcreve-se a seguinte passagem:

Existe uma vontade firme no desenvolvimento da Escola. Fundamentalmente, porque mantemos os princípios em que comungaram os nossos antecessores.

Neste sentido e numa visão muito pragmática, os novos cenários apontam para um emprego pontual dos fogos, como último e decisivo

argumento para chamar à razão. Neste cenário de emprego de fogos, o ambiente externo indicia-nos que a Artilharia irá disparar cada vez menos. Porém, exige-se que a obtenção dos efeitos seja conseguida com materiais disparando a maiores alcances e com maior precisão.

A Escola terá, consequentemente, de se situar neste cenário. Terá de ser uma Escola capaz de concentrar o saber relativo à aquisição de objectivos, ao processamento e integração destes dados, em proveito geral da força, saber como fornecer efeitos, a partir das suas plataformas de lançamento e das suas munições.

Existe uma visão clara que nos leva a afirmar que os programas relativos às plataformas aéreas de aquisição de objectivos devem ser concentrados nesta Escola.

Os radares de aquisição orgânicos, os sistemas de comando e direcção de tiro que estão à porta e as condições naturais aqui existentes, transmitem uma confiança e a certeza que é possível criar um sistema de apoio de fogos coerente, moderno, adaptado aos novos cenários e ao nível do existente nos exércitos europeus modernos.

Nesta base, propomo-nos para o próximo 2003, consolidar as bolsas de saber já existentes e passar ao papel alguns destes conhecimentos. Com a recepção dos novos materiais e a consequente responsabilização adicional, continuaremos a rever, cuidadosamente, sem precipitações, toda a área da táctica de Artilharia, incluindo o designado targeting. Pretendemos chamar a esta casa o tratamento de algumas áreas que são

nossas e que têm andado dispersas, adoptando uma postura activa e à semelhança do que se passa nas nossas congéneres europeias.

Pretendemos continuar a manter nesta casa o saber artilheiro, assente na experiência e testado interna e quotidianamente, bem com o adquirido no exterior, junto de outros exércitos. Sentimos que há necessidade de determinar capacidades chave, seja no contexto militar seja no contexto civil e encontrar formas de se potenciarem essas mesmas capacidades.

Continuaremos a traçar rumos precisos e ambiciosos num claro sinal de confiança e respeito por esta casa.

Objectivamente, estamos analisando as evoluções marcantes, procurando visualizar o nosso rumo.

Tendo presente a missão que nos está cometida, bem como os meios atribuídos e o espaço social no qual nos inserimos, continuaremos a cerrar fileiras, procurando encontrar soluções eficazes que nos permitam cumprir com rigor e dignidade os objectivos estabelecidos, sem alarde e sem propaganda, porque esta é a nossa maneira de ser.

Por sua vez, o Ex.mo TGEN Abrantes dos Santos, DHAA, depois de agradecer a presenças de altas entidades referiu a determinado passo:

O Dia da Arma, seja de Artilharia ou de outra qualquer, representa mais do que uma simples cerimónia militar para comemoração de uma efeméride. Ele constitui um elo de ligação entre todos os que servem ou

serviram nessa Arma, estejam no activo, na reserva ou na reforma, qual ponte entre o passado e o presente, ou elo de uma corrente sem fim, a unir no mesmo ideal as várias gerações de militares, união essa forjada no espírito de corpo e na camaradagem que desabrocham em cada um de nós, no prólogo da carreira militar, e que assim se deverão manter até ao final da mesma, pois da sua vivência depende inexoravelmente o êxito da nossa afirmação como Instituição Militar.

No dia de hoje, é uma tradição mantida ao longo dos tempos, o Director da Arma dirigir-se a todos os artilheiros, para fazer uma avaliação do que de mais significativo se passou na Artilharia ao longo do ano.

E numa análise simples e geral começo por dar testemunho, com muito agrado, do bom desempenho de todas as unidades durante o corrente ano e do contributo para esse fim dado por todos os artilheiros, os quais com o seu esforço, dedicação e saber conseguiram perpetuar o rigor técnico e o espírito que tão bem caracterizam a nossa Arma.

Em contrapartida não posso deixar de expressar a minha preocupação por verificar que a concretização dos vários projectos e programas para a Artilharia, não teve ainda, no corrente ano, uma expressão digna de realce, continuando a solução para algum deles a arrastar-se indefinidamente no tempo.

Na origem desta situação continua a disponibilidade de recursos materiais e financeiros, com níveis tão baixos que dificilmente tiveram paralelo em qualquer outra fase da vida do Exército e cujo impacto gravoso se fará sentir de forma progressiva na Artilharia, como noutras Armas, até que este ciclo seja interrompido, o que se espera venha a acontecer num curto prazo, sob pena de se poderem atingir situações difíceis de ultrapassar.

Reportando-me a aspectos concretos, direi que, no âmbito da Campanha, ainda não foi conseguido, no corrente ano, dotar as unidades com os Sistemas de Comando e Direcção Automática de Tiro, o que espero venha a acontecer muito em breve, já que a utilização dos métodos gráficos está perfeitamente desajustada, face às novas tecnologias e à sofisticação dos próprios materiais.

Na área da aquisição de objectivos, contributo essencial da Artilharia para as necessidades do Campo de Batalha moderno, que é a batalha da Informação, o progresso foi muito ligeiro, continuando a fazer-se sentir a carência de equipamentos fundamentais, tais como radares de localização de armas e meios de topografia, já para não falar dos Aviões não tripulados, empregues com esta finalidade.

No que concerne à Antiaérea, continuam sem resposta alguns dos problemas mais prementes, nomeadamente a nível da reparação de equipamentos de Treino e Simulação de Tiro, e a aquisição de radares com características tecnológicas modernas e cujos requisitos operacionais não podem minimamente ser atingidos com os actualmente em uso ou em vias de aquisição.

Nesta constatação de carências, merece também alguma apreensão o problema das munições para os diferentes materiais de artilharia, na sua variedade de granadas e espoletas, sabendo-se que a eficácia do tiro depende em larga medida da perfeita combinação entre ambas. Neste particular, vai sendo por vezes difícil conseguir essa combinação, por já não existirem alguns tipos e modelos, com inevitável afectação a nível do ensino das técnicas do seu emprego.

Não podemos deixar de referir, apesar de tudo, alguns desenvolvimentos positivos ocorridos no corrente ano e de que começo por destacar o processo em curso visando substituir os obuses M109A2 do GAC da BMI por igual número de M109A5, tornando assim possível completar esta unidade com as três Baterias equipadas com o mesmo tipo de material.

Foi possível também, finalmente, adquirir um novo tipo de alvos aéreos e com ele retomar a execução de fogos reais de anti-aérea com mísseis, que teve lugar há cerca de duas semanas, e durante a qual foram disparados mísseis STINGER e CHAPARRAL, com assinalável êxito.

Um outro aspecto digno de realce, é o facto de se ter dado início à participação de sub-unidades de Artilharia nas Operações de Apoio à Paz, integrando as Forças Nacionais Destacadas, para cumprir missões específicas de tais operações, que não as de apoio de fogos, que obviamente mais desejaríamos. A presença destas subunidades de artilharia tem sido apenas a nível pelotão, porém o seu bom desempenho, no presente como no passado da guerra em África, creditam-nas para poder assumir tais responsabilidades a um escalão mais elevado, razão pela qual, muito em breve, essa participação poderá ser alargada ao escalão Bateria.

Por último e não menos importante, uma referência à produção de Doutrina, para assinalar a publicação de 2 Regulamentos de Artilharia, o Regulamento de Comando e Controlo do Espaço Aéreo e o Regulamento da Bateria Antiaérea.

Neste balanço do "deve" e "haver", em termos de programas para a Artilharia, é óbvio que existe um défice considerável, motivado pelas razões já anteriormente indicadas, o que nos deve merecer alguma reflexão para, em última instância, minimizar os seus efeitos.

Em primeiro lugar, é fundamental que se tenha consciência de que se trata de um situação transitória e conjuntural, devendo por isso ser compensada com o que é estrutural e perene, ou seja, com os valores que sempre nortearam a Instituição Militar e que deverão continuar a estar presentes em todos e cada um de nós, para poder garantir a credibilidade da mesma.

Mas para além do culto dos valores individuais, é pois necessário encontrar outras formas de actuação colectivas, que sejam capazes de criar sinergias indispensáveis à rentabilização dos recursos postos à disposição.

Esta parada militar, aqui representada por todas as unidades de Artilharia, bem como as outras actividades das comemorações que hoje celebramos e que contam igualmente com a contribuição de todas as unidades da Arma, constituem exemplos concretos de uma forma de actuação que poderá ser aplicada à realização de outras tarefas.

A cooperação e a actuação das várias unidades em conjunto terá de ser uma prática a incentivar, já que, por escassez de recursos humanos, materiais e financeiros, dificilmente as várias actividades poderão ser conseguidas, com os mesmos resultados, se forem levadas a efeito apenas a nível de uma unidade isolada.

Nesta forma de actuação, ocorre de imediato, como exemplo, os exercícios de fogos reais, uma vez que, para além das dificuldades pontuais que de momento se fazem sentir, a existência de um único polígono de tiro com dimensões adequadas aconselha a que aí se concentrem as várias unidades para fazer treino táctico e técnico de escalão Bateria e Grupo, rentabilizando os recursos atribuídos a cada unidade.

Mas há outras actividades que poderão e deverão também ser enquadradas nesta perspectiva, nomeadamente no âmbito da formação e da produção de Doutrina, duas áreas que deverão merecer particular atenção, sobretudo em momentos de maiores dificuldades financeiras, já que constituindo o esteio da Instituição Militar, através delas poderão ser mantidos e fortalecidos os princípios que a enfermam.

Em suma, o que está em causa é mais um desafio às unidades de artilharia, para que possam agora encontrar formas de, em conjunto, ultrapassar outras dificuldades com que irão defrontar-se nos tempos que se avizinham.

Para isso poderão continuar a contar, estou certo, com a compreensão e esforço dos homens e mulheres que servem na Arma e a quem, a terminar, o Director Honorário da Arma deseja expressar o seu profundo reconhecimento pelo abnegável contributo que cada um de vós tem dado para o prestígio da sua Arma, exortando-vos neste momento assaz difícil da vida da Instituição Militar, a prosseguir com ânimo, determinação e firmeza os objectivos da missão que vos está confiada, pois só assim será possível afirmar a sua perenidade.

Por sua vez, Sua Exª o General CEME ao dirigir-se aos artilheiros, referiu:

Artilheiros de Portugal

É com particular satisfação que hoje visito a casa mãe de todos os Artilheiros do Exército.

Faço-o no quadro da comemoração de mais um Dia de Santa Bárbara, dia da Arma de Artilharia e da sua Escola Prática.

Mais que uma escola de formação de quadros a EPA consolidou-se ao longo da sua história centenária como uma escola de valores, em especial da lealdade, da camaradagem, do exemplo e da responsabilidade. Mas também se consolidou pela qualidade do seu ensino, pela vontade de actualização permanente e pela abertura à inovação, que devem ser apanágio de qualquer escola que pretenda servir a nação e enfrentar os desafios e exigências do futuro.

Ao Comandante do Exército é particularmente grato enaltecer a inegável competência técnica e profissional e o prestígio dos Artilheiros dos quadros permanentes formados nesta casa.

O Exército do futuro está também nas vossas mãos. Os momentos que vivemos não têm sido fáceis. Ainda que nas sondagens de opinião os militares sejam invariavelmente reconhecidos como profissionais de valia, existe uma tendência para a subalternização da Instituição Militar.

Para contrariar esta tendência é necessária confiança: nas nossas capacidades, nas sinergias que podemos gerar e, sobretudo, no futuro do Exército, que irá sofrer uma profunda transformação, ditada pelo advento da profissionalização.

Essa confiança, cultivada por cada um de nós e transmitida em cadeia, manterá o Exército coeso, disciplinado e apto ao cumprimento das suas missões.

Vivemos num mundo de desafios, de modernidade e de mudança.

Estou convicto que a força anímica que emana da nossa história constitui forte estímulo para que saibamos interpretar as exigências deste tempo de mudança.

Os valores de que a Instituição Militar se orgulha e que em permanência são cultivados nesta escola, são porventura os únicos factores imutáveis.

Na data de hoje, ao dirigir-me a toda a artilharia portuguesa aqui representada pelas suas diversas unidades e, em especial, à sua escola prática, pela sua representatividade e importância no aprontamento dos quadros da arma, o Comandante do Exército presta sentida homenagem à memória de todos os artilheiros que vos precederam e, em particular, àqueles que ao longo da nossa história tombaram pela pátria.

Ciente das dificuldades actuais, reafirmo o meu apreço e total confiança nas qualidades e capacidades dos homens e mulheres que abnegadamente servem Portugal nas fileiras da artilharia portuguesa.

Pela dedicação, profissionalismo e espírito de missão demonstrados por todos quantos aqui servem, o Comandante do Exército reconhece publicamente o seu inegável contributo para o prestígio do Exército e das Forças Armadas.

A Cerimónia Militar terminou com a Imposição de Condecorações, seguida do desfile das Forças em Parada em continência a S. Ex.a o General CEME, após o que os convidados e presentes tiveram oportunidade de assistir à actuação da Banda da RMS e a uma Demonstração Artilheira nas suas componentes de Campanha, a cargo da EPA, RA4,RA5 E GAC/BMI e Antiaérea a cargo do RAAA1. As referidas demonstrações terminaram com um desfile motorizado.

Imediatamente antes do Almoço-convívio S. Ex.a o General CEME inaugurou as Salas dos Uniformes no Museu da EPA. Após o almoço foi distribuído o Boletim de Informação e Divulgação da EPA (ano III / III série).

As Comemorações do Dia da Arma de Artilharia e da Escola Prática de Artilharia não se cingiram ao dia 04Dec02. Com efeito, iniciaram-se no dia 01Dec02 e prolongaram-se até 06Dec02. No dia 01Dec02 teve início o Pentatlo de Santa Bárbara e foram inauguradas exposições relativas a Presépios, Fotografia e Artes Plásticas. No dia 04Dec02, à noite, a Orquestra Ligeira do Exército actuou no Centro Socio-cultural da Câmara Municipal de Vendas Novas. No dia 05Dec02 deslocou-se a Vendas Novas, a convite do Comando da Escola Prática de Artilharia, o senhor Dr. António Manuel Baptista que proferiu uma conferência subordinada ao tema "***Não há ciência militar- o nome da ciência em vão***" no Auditório da Câmara Municipal de Vendas Novas. No dia 06Dec02 foi realizada a Apresentação do Plano de Actividades do Museu da EPA para o ano de 2003 com que foram dadas como encerradas as Comemorações do Dia da Arma de Artilharia e da Escola Prática de Artilharia.

CONTROLO DE ARMAMENTO

"Russos inspeccionam armamento português"

SUSETE FRANCISCO

Diário de Not

Russos inspeccionam armamento português

SUSETE FRANCISCO

Notícia publicada no DN de 27 de Novembro de 2002

Este foi o título e aspecto da notícia publicada no DN de 27 de Novembro de 2002, relativa á chegada de uma equipa de inspectores russos. A unidade inspeccionada foi a EPA e é em resultado dessa inspecção que trazemos alguns apontamentos para a Revista de Artilharia. Efectivamente, face ao interesse que o assunto apresenta para as unidades da arma, foi solicitado à EPA que esta apresentasse um ponto de situação relativa ao assunto, bem como as lições a reter após a realização de uma inspecção deste género. Adicionalmente, sugeria-se que este fosse feito com carácter pedagógico. Consequentemente, as notas que se seguem não são mais que um relembrar de conceitos e um alerta para alguns pormenores.

A inspecção da delegação russa inseriu-se no âmbito do Tratado sobre Armas Convencionais na Europa (Tratado CFE), assinado no período pós Guerra Fria (1992), com o objectivo de restabelecer a confiança entre os países europeus. Portugal é um dos países signatários do referido tratado, tendo sido aprovado por Resolução da Assembleia da República (n° 22 -A / 92 de 15Jul). Este tratado, conjuntamente com o documento de Viena de 1994, visam o controlo dos armamentos convencionais na Europa e estabelecem que os Estados signatários aceitem inspecções, sem direito a recusa, com a finalidade de se comprovar o cumprimento do que neles se encontra estipulado.

Após a ratificação do Tratado CFE, foi criada em Portugal, sob a dependência do EMGFA, a Unidade Nacional de Verificação (UNAVE), que tem por atribuições garantir o cumprimento dos acordos OSCE sobre controlo internacional de armamentos e actividades militares, acompanhar a sua execução, executar o tratamento técnico dos dados de troca de informação e notificação, entre outras.

Os procedimentos relativos à gestão do armamento convencional, equipamento e pessoal sujeito ao Tratado CFE encontram-se descritos no texto do próprio Tratado e em diversa documentação .

Em consequência disso, Portugal pode levar a efeito inspecções no território dos restantes signatários -"inspecções activas" e faz o acompanhamento das equipas de inspecção desses Estados em Território Nacional -"inspecções passivas" que podem ser conduzidas nos locais declarados ou em "áreas especificadas". Consequentemente, uma inspecção, poderá ocorrer em Território Português a qualquer hora do dia e da noite, incluindo sábados, domingos e feriados, precedida de uma notificação formal, enviada apenas 36 horas antes, para o representante diplomático português nesse Estado inspector, ou, simplesmente, enviada através da rede OSCE com terminal no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Segundo os termos do tratado, cada Estado escolhe o país que quer visitar, sendo que o número de inspecções definido segundo o número de equipamentos que cada um detém.

Delegação Russa presente na EPA em 26NOV02.

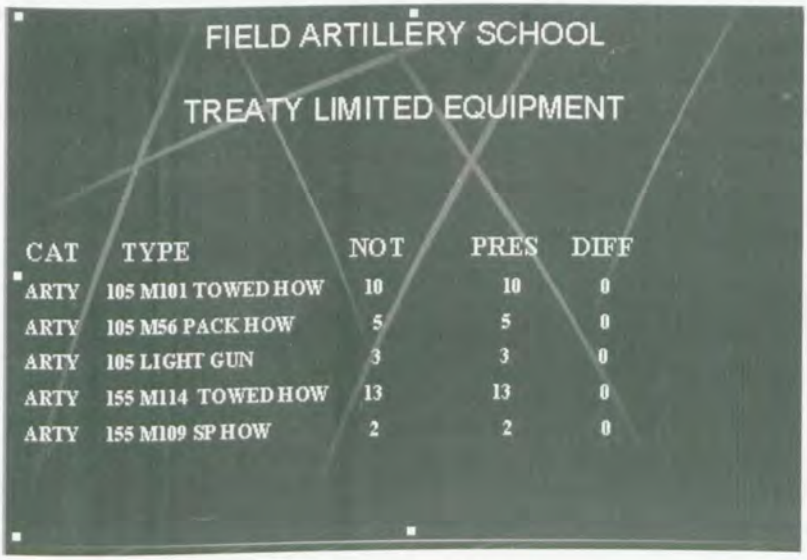
O país anfitrião tem seis horas para colocar os inspectores na unidade escolhida.

Quanto às lições a reter, porque esta é a finalidade desta informação, interessa o seguinte:

Conhecido que seja o destino dos inspectores, a UNAVE faz deslocar imediatamente uma equipa de apoio para junto da Unidade, a qual é fundamental para verificar toda a parte processual e acompanhar a inspecção. Esta equipa irá verificar as condições existentes bem como a parte processual, socorrendo-se de um *check list* específico.

A parte documental engloba:

- carta do *site*; documento a fornecer de imediato à chegada;
- dossier a entregar aos inspectores: contém a listagem da equipa de acompanhamento local - *local escort team* - incluindo o comandante e 2º comandante, dactilografado, a carta do *site*, o relação do equipamento que vai ser objecto de inspecção, uma impressão do briefing e a história da unidade em inglês (estes dois últimos elementos são facultativos);



Material a inspeccionar.

A parte processual contempla:

- a recepção, pelo Comandante, em sala adequada;
- o *briefing*, em inglês, ao qual assiste a equipa de acompanhamento local;
- a disponibilidade de uma sala convenientemente equipada para local de trabalho dos inspectores;
- a disponibilidade de viaturas com rádio, de acordo com as normas;
- o almoço, conjunto, independentemente das nacionalidades e das categorias dos inspectores e dos acompanhantes;
- a inspecção propriamente dita;
- o encerramento (sala condigna equipada com mesa e duas cadeiras) para assinatura do relatório por parte dos chefes de delegação; troca de lembranças e porto de honra.

A inspecção obedece a critérios estabelecidos. Os meios de Artilharia englobam os sistemas de grande calibre (superior ou igual a 100 mm) capazes de efectuar fogo indirecto. Incluem-se nesta categoria, os Obuses Ap e Reb, Morteiros e SLFM.

Relativamente aos pontos que merecem atenção cuidada, referem-se

- coordenadas geográficas do *site*, com o local perfeitamente referido durante o briefing (confirmar com GPS);

o método ABCA, os alunos tiveram, oportunidade de regular fogos e visualizar as vantagens deste método, quando experimentaram as "Eficácias Imediatas" com as TTG (Tábuas de Tiro Gráficas) aferidas.

As Eficácias foram "precisas" também com a ajuda do Obus M114 155 mm, que como sempre, se mostrou bastante preciso, segundo os pergaminhos da BBF da EPA que apoiou este exercício, a que assistiram o Exmº MajGen Jesus Silva 2º Comandante da AM, o Cor Art Rovisco Duarte Cmdt da EPA e o Prof Doutor João Paulo Sousa professor de Química de Explosivos da AM.

No final da tarde, quando o Sol já se escondia no horizonte, os cadetes alunos puderam ainda experimentar alguns dos sistemas de visão nocturna que equipam o PAO (Pelotão de Aquisição de Objectivos), que realizou uma demonstração dos seus sistemas.

O segundo Exercício, que decorreu no final do 1º semestre de 10 a 14 de Fevereiro de 2003, teve a participação dos cadetes alunos do 3º e do 4º ano e teve como objectivo praticar as tarefas próprias da Bateria de Boca de fogo (Obus M119 105 mm LG) através da execução de Tiro real e de exercícios tácticos de Reconhecimento Escolha e Ocupação de Posições.

Os 12 cadetes do 3º ano de Artilharia, tiveram o privilégio de fazer o seu "Baptismo de Fogo" e também de visitar a Escola e o seu Museu, guardião de uma parte da memória da nossa Artilharia de Campanha.

Para encerrar esta semana de "lições práticas", teve ainda lugar na messe de oficiais outra grande "lição", esta sobre o espírito artilheiro. Num jantar convívio que reuniu em sã camaradagem os artilheiros da AM e da EPA, os jovens cadetes, escutaram as palavras do Director dos cursos de Artilharia da AM e do Comandante da Escola e puderam testemunhar a forma de estar dos Artilheiros, que, "mais afinando a fama Portuguesa" os receberam na casa mãe da Artilharia.

Uma Secção de Obus M119 105mm LG constituída por Cadetes Alunos do 3º ano.

VISITA DOS CADETES ALUNOS DO 3º ANO DE ARTILHARIA AO MUSEU MILITAR

No âmbito da cadeira Sistemas de Armas e Tiro de Artilharia I, ministrada aos alunos do 3º ano de Artilharia e que recentemente foi criada no plano de estudos da AM, foi realizada em 5 de Fevereiro de 2003, uma visita de estudo ao Museu Militar em Lisboa, tendo como objectivo ministrar uma aula sobre a evolução histórica da Artilharia.

A colecção de material de artilharia patente no Museu Militar, é das mais completas existentes no mundo relativamente a um determinado país e é um testemunho fundamental para o estudo da evolução tecnológica durante os cerca de cinco séculos em que se produziu material de artilharia, não só em território metropolitano como também nas possessões ultramarinas.

Cadetes Alunos da AM no Museu Militar.

Assim, foi possível aos cadetes alunos, testemunharem "in loco" a evolução verificada nos métodos de fabrico das bocas de fogo, desde o período das bocas de fogo em ferro forjado (séc XIV, XV), como as bocas de fogo que estiveram a bordo dos navios dos descobrimentos, passando pelas bocas de fogo em bronze que fizeram do Sec XVI o século de ouro da Artilharia em Portugal, até ao século XIX quando se fabricaram bocas de fogo estriadas e se fundiram as últimas bocas de fogo em Portugal.

A visita permitiu ainda aos cadetes alunos, visitarem as restantes salas do Museu Militar, onde se encontram inúmeros registos da história da Artilharia, em especial na sala da I Guerra Mundial, onde se encontra a saudosa peça 7,5 cm e vários quadros onde o pintor Sousa Lopes imortalizou os actos heróicos dos artilheiros na I GM.

GAC/BAI/RA4

Decorreu nos dias 14 e 15 de Novembro de 2002, no RA4 (Leiria), uma Avaliação Operacional (OPEVAL) ao GAC/BAI, tendo como cenário uma operação de apoio à paz.

Estiveram presentes o Exmo TGen Inspector Geral do Exercito, José Alberto Cardeira Rino e uma equipa de avaliação vinda do IGE, chefiada pelo Cor Tir Art José Martins Cabaça Ruaz. Estiveram também presentes como monitores da NATO, os oficiais do Exercito Americano, Tcor Mark Carmody e o Cap Akinori Tsuchida.

Esta OPEVAL teve como objectivo avaliar a capacidade do GAC/BAI para atingir o estado de prontidão 4 como força de reacção rápida e identificar as deficiências que possam limitar a sua capacidade operacional e propor as respectivas medidas correctivas.

A operação decorreu em duas fases. Na primeira, foi apresentada a situação da unidade através de um briefing e feita a avaliação da documentação. Na segunda foi feito o deslocamento para uma Área de Atribuição de Missão (AAM), onde decorreram vários incidentes injectados pela Equipa de Avaliação, com a finalidade de averiguar a capacidade de reacção da Unidade nas diversas áreas de avaliação, tais como; o sistema de alarme e segurança, defesa aérea, NBQ, comunicações, guerra electrónica, apoio logístico, evacuações sanitárias e outras.

Opeval ao GAC/BAI.

Avaliação – NBQ.

Formatura Geral.

PARTE OFICIAL

I. LEGISLAÇÃO

a. **Portaria nº 1246/2002**
Aprova o Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares do Exército (RAMME) . Revoga a Portaria nº 361 – A/ 91 de 30 de Outubro
(OE n.º 9/30 SET02 – 1ª SÉRIE)

b. **Decreto de Lei nº 207/2002**
Altera o mapa nº 3 do anexo I do Decreto –Lei nº 328/99 de 18 de Agosto, que aprovou o regime remuneratório dos militares das Forças Armadas.
(OE n.º 10/31 OUT02 – 1ª SÉRIE)

c. **Despacho nº 24 533/2002**
Determina os quantitativos máximos de militares na reserva na efectividade de serviço
(OE n.º 10/31 OUT02 – 1ª SÉRIE)

I. PESSOAL

A. OFICIAIS

1. CONDECORAÇÕES

Medalha de Prata de Serviços Distintos

TCOR ART (18794480) Fernando Joaquim Alves Coias Ferreira
TCOR ART (19350980) Raúl Manuel Sequeira Rebelo
TCOR ART (02815883) Luís António Morgado Baptista
(OE n.º 9/30 SET02 – 2ª SÉRIE)

COR ART 08620066) Antero José Martins Barreiros
COR ART (04357570) Joaquim Formeiro Monteiro

COR ART (19384073) Vítor Daniel Rodrigues Viana
(OE n.º 10/31 OUT02 – 2ª SÉRIE)

COR ART (17613073) Luís Pintos dos Santos
(OE n.º 11/30 NOV02 – 2ª SÉRIE)

Medalha de Mérito Militar de 1ª Classe

COR ART (08350076) António Pedro Aleno da Costa Santos
COR ART (07366275) João Manuel Peixoto Apolónia
(OE n.º 11/30 NOV02 – 2ª SÉRIE)

Medalha Cruz de São Jorge - 3ª Classe

CAP ART (00219393) Homero Gomes Abrunhosa
(OE n.º 12/31 DEZ02 - 2ª SÉRIE)

Medalha D.Afonso Henriques - Patrono do Exército de 2ª Classe

TCOR ART (03594678) Arménio dos Santos Castanheira
MAJ ART (05362585) José Manuel Sena Balsinhas
(OE n.º 10/31 OUT02 – 2ª SÉRIE)

MAJ ART (0345087) Hélder António da Silva Perdigão
(OE n.º 11/30 NOV02 – 2ª SÉRIE)

TCOR ART (17438079) Henrique Manuel Ferreira Botelho
TCOR ART (13199482) Álvaro José Estrela Soares
(OE n.º 12/31 DEZ02 - 2ª SÉRIE)

Medalha D.Afonso Henriques - Patrono do Exército de 3ª Classe

CAP ART (00100893) Daniel João Ribeiro Valente
(OE n.º 9/30 SET02 – 2ª SÉRIE)

Medalha da NATO/ OTAN – " KOSOVO"

CAP ART (07920490) Joaquim Agostinho da Cruz Oliveira Cardoso
CAP ART (13624889) Pedro Melo Vasconcelos de Almeida
(OE n.º 12/31 DEZ02 - 2ª SÉRIE)

Medalha da NATO/ OTAN – " EX-Jugoslávia"

CAP ART (02414488) António José Gomes de Sampaio Hilário
(OE n.º 12/31 DEZ02 - 2ª SÉRIE)

Medalha NATO

TEN ART (21433092) Nuno Miguel Marques Baptista
(OE n.º 12/31 DEZ02 - 2ª SÉRIE)

Medalha da ONU / UNTAET

CAP ART (14831992) Pedro Alexandre Sobral Almeida Dias
(OE n.º 12/31 DEZ02 - 2ª SÉRIE)

2. PASSAGEM À SITUAÇÃO DE RESERVA

COR ART (07922164) Victor Marçal Lourenço
COR ART (07935566) Manuel João Ferreira de Sousa
COR ART (04538864) Rui Alexandre Carita Silvestre
(OE n.º 11/30 NOV02 - 2ª SÉRIE)

COR ART (08620066) Antero José Martins Barreiros
(OE n.º 12/31 DEZ02 - 2ª SÉRIE)

3. PASSAGEM À SITUAÇÃO DE REFORMA

COR ART (50012911) José Alberto Costa Matos
COR ART (50521011) Jacinto Manuel Barrelas
COR ART(51463511) Fernando M. Rito Raimundo
COR ART (51311311) João António Duarte Figueira
COR ART (01640463) Victor M. Amaro dos Santos
COR ART (46420556) Carlos Afonso da Fonseca Alferes
(OE n.º 12/31 DEZ02 - 2ª SÉRIE)

4. PROMOÇÕES

Ao posto de Major – General

COR ART (09493365) Aníbal José Rocha Ferreira da Silva
COR ART (02757266) Anselmo de Jesus Silva
(OE n.º 10/31 OUT02 – 2ª SÉRIE)

Ao posto de Coronel

TCOR ART(10110879) Frederico José Rovisco Duarte
TCOR ART REF (51461711) Francisco Manuel Mateus Leal de Almeida
TCOR ART REF (32228161) José David Carvalho Pinto
TCOR ART REF(51372611) Nuno Varela Rubim
TCOR ART REF 50189411) António Dinis Delgado da Fonseca
MAJ ART REF (50568211) Carlos Alberto da Silva Pinto
MAJ ART REF (51215211) Eurico de Deus Corvacho
(OE n.º 10/31 OUT02 – 2ª SÉRIE)

5. OBITUÁRIO

COR ART REF (50258511) Augusto da Silva Viana
(OE n.º 11/30 NOV02 - 2ª SÉRIE)

B. SARGENTOS

1. CONDECORAÇÕES

Medalha de Mérito Militar de 4ª Classe

SCH ART (19884481) Luís Manuel Sameiro Santana Correia
SAJ ART (02857581) António da Silva Luís
(OE n.º 11/30 NOV02 – 2ª SÉRIE)

Medalha D.Afonso Henriques - Patrono do Exército de 4ª Classe

SMOR ART RES (08920876) Carlos Gregório Palmeira Monteiro
(OE n.º 10/31 OUT02 - 2ª SÉRIE)
SAJ ART (00016680) Francisco Manuel da Cruz Pinto
(OE n.º 11/30 NOV02 – 2ª SÉRIE)

Medalha NATO

1SAR ART (16496990) Fernando Manuel da Graça Neves
(OE n.º 12/31 DEZ02 - 2ª SÉRIE)

2. PASSAGEM À SITUAÇÃO DE RESERVA

SAJ ART (00897783) Rui Idílio Alves Menino
(OE n.º 10/31 OUT02 - 2ª SÉRIE)

SMOR ART (08920876) Carlos Gregório Palmeira Monteiro
SAJ ART (14521271) Júlio Albino Costa Gomes
(OE n.º 11/30 NOV02 - 2ª SÉRIE)

3. PASSAGEM À SITUAÇÃO DE REFORMA

SAJ ART (50584111) José Félix Santos Pala
(OE n.º 12/31 DEZ02 - 2ª SÉRIE)

4. OBITUÁRIO

SCH ART REF (52026511) Manuel A. Rodrigues Tavares
2 SAR ART REF (45055052) Albertino Moreira Leitão
(OE n.º 9/30 SET02 – 2ª SÉRIE)
SCH ART REF (01878379) David Jorge Fino Correia Pais
(OE n.º 11/30 NOV02 - 2ª SÉRIE)

REV.TA DE ARTILHARIA

"O CÉU, A TERRA E AS ONDAS ATROANDO"

Nº 932 A 934 — ABRIL A JUNHO DE 2003

REVISTA DE ARTILHARIA

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
4.ª 931

99.º ANO

2.ª SÉRIE

D. L. n.º 1359/83

N.os 932 A 934

ABRIL A JUNHO DE 2003

REVISTA DE ARTILHARIA

SUMÁRIO:

Págs.

O ASSOCIATIVISMO NAS FORÇAS ARMADAS: SUA RELAÇÃO COM O PODER POLÍTICO E COM A HIERARQUIA MILITAR 109
Pelo Major de Artilharia Pedro Salgado.

SISTEMA DE DEFESA ANTI-MÍSSIL ISRAELITA 165
Pelos Aspirantes Tirocinantes de Artilharia Calhaço, Serrão e Pereira.

"O PODER AÉREO" 179
Pelo Aspirantes Tirocinantes de Artilharia Moreira, Pisco e Pinto.

O SISTEMA LANÇA FOGUETES MLRS E HIMARS 199
Pelos Cadetes Alunos do 3º ano de Artilharia Simões Ladeiro e Bação Serrudo.

NOTÍCIAS DA NOSSA ARTILHARIA 211
NOTÍCIAS DA ANTIAÉREA 211
NOTÍCIAS DA EPA 216
DIA DO REGIMENTO DE ARTILHARIA N.º 5 220
NOTÍCIAS DO GAC/BMI 222

PARTE OFICIAL I

EXPEDIENTE

Toda a correspondência relativa à Revista deve ser dirigida para "REVISTA DE ARTILHARIA, CAMPO DE SANTA CLARA, 62 – 1100-471 LISBOA".
TELEFS.: Militar: 421 348 – Civil: 21 888 01 10.

ASSINATURAS

PORTUGAL, MACAU e ESPANHA: Sócios assinantes – Anual, € 7,50; Avulso, € 2,50; Restantes Países: Anual, € 15,00; Avulso, € 3,80. Via aérea – O preço da assinatura é acrescida do respectivo porte.

La REVISTA DE ARTILHARIA publiera un compte rendu ou une mention spéciale de tout ouvrage militaire dont on lui adressera un exemplaire.

É interdita a tradução ou reprodução de qualquer artigo sem indicação da origem.

The Revista de Artilharia will publish a summary or a special mention from any military publication, to which a copy shall then be sent.

AVISO: A Administração da revista solicita a participação imediata de qualquer mudança de situação ou residência.

REVISTA DE ARTILHARIA

COMISSÃO EXECUTIVA PARA OS ANOS DE 2002 E 2003

PRESIDENTE

Tenente General António Marques Abrantes dos Santos

VICE-PRESIDENTE

Major General José Luís Pinto Ramalho (MDN)

BIBLIOTECÁRIO / EDITOR

Capitão Pedro Melo Vasconcelos de Almeida (AM)

SECRETÁRIO

Major Francisco José Bernardino Silva Leandro (IAEM)

TESOUREIRO

Capitão Helder Pilar Estrica (RAAA1)

CENTRO DE CULTURA MILITAR E ARTILHARIA

Coronel Joaquim Formeiro Monteiro (IAEM)
Coronel José Caetano de Almeida e Sousa (DAMP)
Tenente-Coronel Maurício Simão Tendeiro Raleiras (EPA)
Tenente-Coronel Ernesto Bandeira Rebelo (RA5)
Tenente-Coronel Luís António Morgado Baptista (RAAA1)
Tenente-Coronel Luís Miguel Green Dias Henriques (AM)
Major Vítor Manuel Morgado Fonseca Afonso Jorge (EPA)

CENTRO DE ESTUDOS ARTILHEIROS

Coronel Fernando José Pinto Simões (IAEM)
Coronel Frederico José Rovisco Duarte (EPA)
Tenente-Coronel Rui Manuel Ferreira Venâncio Baleizão (SNEF)

NÚMEROS
932 A 934

REVISTA DE ARTILHARIA

ANO XCIX
2.ª SÉRIE

Propriedade de Oficiais da Arma de Artilharia
Edição da Comissão Executiva

Redacção e Administração
Campo de Santa Clara
1100 LISBOA
www.revista-artilharia.pt

DIRECTOR
ANTÓNIO MARQUES
ABRANTES DOS SANTOS
Tenente General

Execução gráfica
JMG – Art. Pap., Artes Gráficas
e Publicidade, Lda.
R. Cidade Frehel, 1-B – MAFRA

ABRIL – MAIO – JUNHO DE 2003

Os autores dos artigos são únicos responsáveis pela doutrina dos mesmos. Os originais são propriedade da redacção e não se restituem quer sejam ou não publicados

O ASSOCIATIVISMO NAS FORÇAS ARMADAS: A SUA RELAÇÃO COM O PODER POLÍTICO E COM A HIERARQUIA MILITAR

Pelo Major de Artilharia
PEDRO SALGADO

"Se é verdade que nenhum Estado de Direito pode aceitar Forças Armadas politizadas ou partidarizadas, também é verdade que uma sociedade aberta e moderna não deve negar a qualquer cidadão os seus direitos, ainda que limitados pela função especialíssima que os militares exercem."

João Rebelo[1]

[1] Deputado à Assembleia da República pelo partido CDS-PP; afirmação proferida durante o debate, na Assembleia da República, com vista à alteração do artigo 31º da Lei nº29/82, de 11 de Dezembro, em 03 de Maio de 2001.

INTRODUÇÃO

Num passado bastante recente, um dos aspectos fundamentais das funções de um Chefe, que era incutido ao militar, em qualquer escalão em que se encontrasse, era a defesa dos direitos e anseios dos seus subordinados, face ao escalão superior.

No entanto, o que seria desejável e não se tem vindo a verificar, era existir um entendimento entre as Chefias Militares e o Poder Político para que se obtenham resultados que contribuam para uma maior eficácia dos serviços e motivação de todo o pessoal. Esta articulação, com o Poder Político, é essencial de molde a que os Chefes Militares possam ser os verdadeiros "representantes" dos seus subordinados. Se este desígnio se verificasse seria desnecessário, podendo até ser prejudiciais ao correcto funcionamento da Instituição Militar, outros tipos de organizações que, perante o Poder Político, defendam os interesses dos militares, ou seja, de organizações profissionais[2].

O que se tem verificado nos últimos anos em Portugal é que, no nosso entender, o Poder Político não tem deixado margem de manobra aos Chefes Militares, para que estes com os meios que têm ao seu dispor, possam expressar de uma forma eficaz os problemas e necessidades de toda a Instituição.

Estes acontecimentos vieram permitir o aparecimento, tal como noutros países europeus, de Associações Profissionais de militares para a defesa dos seus interesses no campo sócio-profissional. Os factos que originaram o aparecimento das associações serão apresentados ao longo do nosso trabalho.

Contudo, o mais importante neste momento é reflectir como poderá ser o relacionamento das Associações de militares com o Poder Político, bem como, com a Hierarquia Militar.

A montante da discussão sobre a legitimidade da existência das Associações Militares estão problemas, tais como, direito à reunião, liberdade de expressão e associação tendo em consideração que "a liberdade de expressão individual é uma pré-condição à própria liberdade de associação"[3].

É assim legítimo considerarmos, e dentro dos limites que a lei impõe, que as Associações Sócio-profissionais de militares são organizações que podem participar na defesa dos interesses profissionais dos seus associados.

---

[2] José Alberto Loureiro dos Santos, 2000.
[3] Francisco Leandro, 1999.

Em geral, as Associações de objectivos não políticos e as organizações de natureza profissional estão entre as principais estruturas de participação numa sociedade democrática, sob o ponto de vista da ética, da deontologia e dos aspectos técnicos respeitantes à profissão que representam "(as outras são os partidos políticos, os grupos de pressão, os órgãos de comunicação social, as associações comunitárias e a chamada opinião pública)"[4].

DEFINIÇÃO DO OBJECTIVO DA INVESTIGAÇÃO

Face ao tema proposto "O Associativismo nas Forças Armadas e a sua relação com o Poder Político e a Hierarquia Militar", este trabalho pretende ser um contributo para a clarificação do que poderão ser as relações institucionais entre estas três entidades.

Assim importa estudar, se a Instituição Militar, e principalmente os que nela servem, estão cientes que as transformações ocorridas, com a alteração da LDNFA, decorrentes de um novo tipo de pensamento, podem provocar dentro da própria Instituição Militar, quer ao nível da estrutura hierárquica, quer ao nível das relações interpessoais. Por isso pretendemos efectuar uma abordagem do ponto de vista da análise sociológica procurando, por um lado, determinar qual a postura dos militares face à existência de Associações e o seu envolvimento com as mesmas, bem como da integração das Associações Profissionais, na defesa dos interesses sócio-profissionais dos militares perante o Poder Político. Por outro lado, propomo-nos ainda analisar a forma de como se poderá potenciar, a relação entre a Hierarquia Militar e as Associações, na defesa dos direitos sócio-profissionais, dos militares que servem nas Forças Armadas, assim como, o modo das Associações Militares poderem exercer as suas competências, quer junto do Poder Político quer no que concerne às Chefias Militares.

DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Dada a natureza do trabalho e ao objectivo a que nos propusemos, pretendemos analisar as Associações Sócio-profissionais de militares e dentro destas somente aquelas em que os associados pertencem ao Quadro Permanente das Forças Armadas. No entanto, dentro das Forças Armadas, procuraremos estudar apenas a opinião dos militares que servem no Exército.

[4] Idem.

DEFINIÇÃO DE TERMOS

Neste trabalho serão utilizados, entre outros, termos e conceitos que importa, desde já, esclarecer.

Uma Associação Sócio-profissional de militares é uma organização de pessoas pertencentes a um mesmo grupo profissional, representativa de uma determinada categoria, com o fim de defender e promover as condições específicas do desempenho da profissão e da Instituição Militar, pautando a sua actuação de acordo com a ética profissional, tendo como base a condição militar que é inerente aquele que serve nas Forças Armadas.

É o próprio estatuto da condição militar, um dos factores, que aceita as restrições de determinados direitos, que outros cidadãos não estão sujeitos, e que afasta a ideia destas Associações se tornarem num Sindicato dos militares.

Outro factor que considerámos como importante para diferenciar uma Associação Sócio-profissional de militares de um Sindicato é o facto deste último ter a possibilidade de celebrar convenções colectivas de trabalho e a possibilidade de convocar greves (direito adquirido dos trabalhadores), que o primeiro não tem.

É assim legítimo, como já afirmámos, considerarmos, e dentro dos limites que a lei impõe, que as Associações Sócio-profissionais de militares são organizações que podem participar na defesa dos interesses profissionais dos seus associados, até porque, os fins para o qual foram constituídas, visam a representação e defesa dos associados, nomeadamente, as de caracter assistencial, deontológico e sócio-profissional.

METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica e documental (legislação e documentação militar) foram os primeiros passos no percurso metodológico utilizado. Após esta fase inicial, definimos a questão central que guiou esta investigação. Seguimos uma metodologia que teve como instrumento de observação não só o questionário, mas também algumas entrevistas que realizámos.

A questão central por nós colocada foi a seguinte:

De que modo podem, as Associações Militares, exercer as suas competências, quer junto do Poder Político, quer no que concerne às Chefias Militares (Topo da Hierarquia)?

Definimos como questões derivadas as seguintes:

1 – Que tipo de postura deverá adoptar um militar do QP face à nova conjuntura, em que os seus direitos podem ser defendidos por duas entidades diferentes (a Associação e a Hierarquia Militar)?

2 – Será que existem diferentes posturas relativamente à existência e funções das Associações Militares, em primeiro lugar entre a categoria de Oficiais e a categoria de Sargentos e em 2º lugar dentro destas categorias entre aqueles que entram para o QP antes e após a criação das Associações Militares?

3 – Serão as Associações Sócio-profissionais as entidades que melhor representam os interesses comuns dos militares, junto dos órgãos do Poder que têm responsabilidade de decisão e porquê?

4 – Existem incompatibilidades, no exercício da defesa dos interesses dos militares, entre as Associações Sócio-profissionais e a Hierarquia Militar, perante o Poder Político?

5 – Será que a existência das Associações Militares pode vir a afectar a coesão no seio das Forças Armadas?

6 – Que tipo de influência têm as Associações Militares e a Instituição Militar perante o Poder Político?

7 – Que razões terão levado e continuaram a levar os militares a sentir a necessidade de se associarem para poderem defender os seus interesses sócio-profissionais?

Em resposta a estas questões, construímos hipóteses orientadoras do estudo, com base na percepção individual de que: existem diferentes abordagens por parte da categoria de Oficiais e da categoria de Sargentos face à problemática do Associativismo Militar; não estar perfeitamente definido o campo de acção das Associações Militares; a Hierarquia Militar ainda não estar sensibilizada para o diálogo com as Associações Militares; as Associações não têm as mesmas restrições que à Hierarquia é imposto por Lei, para o diálogo com o Poder Político.

1. REVISÃO DE LITERATURA

1.1 *ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL*

1.1.1 *Introdução*

A dificuldade de abordagem da questão do exercício dos direitos de cidadania por parte dos militares é o corolário da legitimação do uso da força que constitui na teoria democrática uma zona de relativa aporia.

Entre esses direitos contam-se os de natureza política e os de representação de interesses próprios. Acontece que, mesmo nos países que adoptaram sistemas democráticos, os primeiros são, de uma forma ou outra, limitados. Subentendendo-se que, pelo facto de os militares controlarem instrumentos de violência (armamento), a expressão das suas opções políticas disporá implicitamente de "argumentos" que não são facultados aos outros cidadãos. É assim, na generalidade, vedado aos militares no activo manifestarem publicamente as suas ideias no plano político-partidário, ou participarem na luta política. A passagem temporária à reserva é exigida aos militares que pretendam desempenhar ou candidatar-se a desempenhar um cargo político.

Pelo que diz respeito à questão da representação de interesses dos militares enquanto categoria profissional, deparamo-nos com matéria igualmente complexa, mas ainda mais nebulosa. Se o entendimento acima referido, em relação à actividade política, decorre de uma certa lógica garantista assumida pelos regimes democráticos, já não pode aplicar-se no que toca à representação e expressão de interesses desde que circunscritos a um plano exclusivamente profissional. Aliás, outras categorias profissionais, nas complexas sociedades actuais, lidam com instrumentos não menos perigosos (e quiçá tão ou mais perigosos depois do 11 de Setembro de 2001, em que o tipo de ameaça à segurança mudou e os meios utilizados também mudaram) do que o armamento militar (médicos, investigadores e outros trabalhadores em laboratórios, técnicos de centrais nucleares, etc.).

Para alguns, o cerne do problema reside na seguinte interrogação: não será que a representação militar irá afectar a especificidade das Forças Armadas enquanto instrumento de uma política (pressupõe-se de interesse nacional), e a sua eficiência organizativa enquanto tal? Para outros, o problema coloca-se de certo modo de forma inversa: será que é possível um entendimento de posições a todos os níveis entre militares e autoridades governativas, com vista à eficiência organizativa e operacional do instrumento militar, se os militares não puderem expor os seus problemas e interesses no plano profissional?

1.1.2 *A problemática do Associativismo Militar noutros países*

É um facto que a questão da representação dos interesses dos militares ainda permanece problemática, não existindo nas actuais democracias um modelo comum ou uma prática uniforme. Actualmente, existem, reconhecidas pelo Estado, associações militares de tipo sindical na Suécia, Dinamarca, Noruega, Holanda, Áustria, Alemanha, Finlândia, Suíça. Por outro lado,

esse tipo de Associações não é permitido no Reino Unido, em França, nos Estados Unidos, na Grécia, na Turquia e em Espanha, por exemplo. E em alguns países em que não existem associações sindicais militares é, contudo, conferida existência legal aos sindicatos da polícia (França, Itália).

A própria história do fenómeno apresenta um carácter descontínuo, de país para país. Surgiu historicamente nos países escandinavos, ligado ao associativismo que no princípio do século XX se estendeu até à Instituição Militar. Exercia-se de modo não formalizado e sem reconhecimento oficial pela parte dos governos. No entanto, com o avanço da democracia nesses países, vieram seguidamente formar-se verdadeiros sindicatos militares, ainda antes da Segunda Guerra Mundial, regulamentados pelos próprios Estados.

A expansão da democracia facilitou nos vários países e nos diferentes grupos profissionais o avanço do movimento de organização e de representação de interesses por toda a Europa. E quanto aos militares, evidenciou-se o impulso nesse sentido à medida que, na segunda metade do século XX, se conjugavam factores de vária ordem, quer ao nível do sistema político, ou da própria Instituição e profissão militar, e posicionamento relativo desta última na sociedade. Pois que, ao nível primeiramente mencionado os factores são geralmente conhecidos – traduzindo-se nomeadamente numa intensificação da livre expressão dos interesses, do que resultou maior clareza no processo de gestão política dos conflitos – iremos concentrar-nos mais sobre os que especificamente investem no segundo nível.

Os especialistas são concordantes em sublinhar a importância das transformações tecnológicas e organizativas que têm contribuído para acentuar a tendência para um modelo convergente de Forças Armadas – sociedade, caracterizado, portanto, por uma crescente abrangência de funções e competências profissionais incorporadas na própria Instituição Militar, similares às que se desenvolvem noutros sectores da sociedade. Assim, a relação que o militar estabelece com o Estado e vice-versa, embora de natureza especial se comparada com o que acontece noutros sectores do Estado, e em organizações empresariais privadas, não escapa às realidades da sociedade de mercado. Por um lado, o próprio militar encontra-se menos isolado em relação aos grandes fenómenos sociais do seu tempo: as paredes da caserna e a posição social da sua família de origem já não lhe conferem protecção conforme acontecia ainda nas primeiras décadas do século XX. Por outro lado, o Estado já não lhe concede as garantias e benefícios complementares de outros tempos. Refira-se, como exemplo, a isenção do pagamento de impostos directos, existente até há poucos anos. Ao preencher o seu boletim fiscal o militar encontra-se colocado, pelo Estado, na situação

dos outros funcionários públicos, e de outros profissionais. Torna-se cada vez mais difícil considerar-se um indivíduo à parte. É naturalmente induzido a comparar, com os outros, a preparação e evolução na carreira, as obrigações, remuneração e prestígio social relativo. É neste terreno que aparece o impulso no sentido da defesa dos interesses profissionais, que surge, nas Forças Armadas, como noutras organizações "quando o sentimento geral de privação individual se transforma num forte sentimento de privação colectiva".

Os estudiosos do tema observam que, naqueles países onde os militares mantêm, apesar de tudo, um nível de prestígio relativamente elevado (Estados Unidos, Reino Unido), os impulsos ao associativismo não têm adquirido, até à data, especial consistência, ao contrário do que acontece noutros casos. Os militares que vêem a sua profissão reconhecida, encontram na Hierarquia as vias para a defesa dos seus interesses. Contudo, também nestes casos se registam sentimentos de "desilusão", nomeadamente quando os militares se apercebem de que "são negligenciados por parte do Governo" ou quando lhes parece existir "uma carência significativa de comunicação" com os políticos.

A defesa de interesses no plano profissional assume, aliás, aspectos diversificados, que vários autores relacionam não só com a tradição própria de cada Estado, mas também com a posição relativa dos profissionais militares no contexto social e político. Existem, genericamente, duas modalidades: a representação de interesses exclusivamente interna, exercida através da Hierarquia (Estados Unidos, França, Reino Unido e outros); e a que é exercida por parte de delegados eleitos nos vários níveis interessados – e que podem associar-se em organizações de tipo sindical (casos da Dinamarca, Suécia, Noruega, Alemanha, Holanda, Suíça, Áustria). Estas, não assumem, no entanto, um figurino comum e podem não se apresentar como únicas. Vejamos alguns exemplos:

Na Suécia, existem várias organizações: uma de sargentos, outra de oficiais e outra, ainda, dos graduados do serviço militar prolongado. Quanto aos jovens em serviço militar obrigatório, dispõem de um "Parlamento", que reúne anualmente. Estas associações, que registam índices de adesão próximos dos 100%, encontram-se, por sua vez filiadas noutros sindicatos civis. Na Alemanha, distingue-se uma grande Associação (DBwV) destinada a defender os interesses sociais e profissionais do pessoal militar, de carreira ou conscritos, que conta hoje com cerca de 280 mil membros. Não é, porém considerada um sindicato, embora disponha de capacidades relevantes, como a de ser obrigatoriamente consultada em relação a projectos de lei em determinadas matérias militares. Uma outra associação, de carácter

assumidamente sindical foi posteriormente criada, no âmbito do sindicato dos serviços públicos, embora o número de membros seja, relativamente reduzido. No caso da Áustria, existe uma clara separação entre a tutela dos interesses dos militares de carreira e dos que se encontram em serviço militar, ainda que prolongado. Os oficiais e sargentos podem, aliás, escolher entre as várias organizações sindicais que reúnem os servidores do Estado, e que se encontram estruturadas para acolher não só o pessoal civil mas também o militar. Os casos que referimos foram objecto de análise aprofundada, onde se conclui que não se verifica qualquer efeito da prática da representação de interesses profissionais a nível do funcionamento do instrumento militar. Também se encontram casos de tipo misto, em que são constituídas associações sem actuação externa e que funcionam como organizações de representação interna, sendo-lhes facultado o acesso ao diálogo com o próprio Ministro (caso de Itália).

Convém, ainda, sublinhar que a representação dos interesses dos profissionais militares se distingue da representação de interesses dos não profissionais, naqueles países onde existe obrigatoriedade de prestação de serviço militar. Este nível de representação de direitos envolve outras questões, que decorrem do carácter transitório e da obrigatoriedade do próprio serviço, mas é geralmente reconhecido na generalidade dos países onde existem associações de profissionais militares.

A nível europeu, existe a Organização Europeia das Associações Militares – EUROMIL – fundada em 1972, e que conta actualmente com 25 organizações de 18 países europeus. Declarando-se independente do ponto de vista político, religioso e financeiro, propõe-se "promover os interesses sociais e de carreira dos militares", assim como "das associações que a integram, junto de organizações e autoridades supranacionais". Adquiriu estatuto consultivo no Conselho da Europa e de parceiro de discussão no Parlamento Europeu, na OTAN e na OIT.

O associativismo militar de carácter profissional tem vindo, a nível das instâncias supranacionais europeias, a conseguir crescente reconhecimento: em 1984, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução apelando para "todos os Estados Membros da Comunidade Europeia no sentido de concederem aos seus militares o direito de, em tempo de paz, criar, aderir e activamente participar em associações profissionais com o fim de defenderem os seus direitos sociais". Posteriormente, em 1988, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa aprovou uma resolução no mesmo sentido.

1.2 QUADRO LEGAL DE REFERÊNCIA

1.2.1 *Enquadramento Legal*

Em 11 de Dezembro de 1982 foi publicada a Lei nº29/82[5] que veio introduzir alterações, entre outras, à restrição dos direitos de participação dos militares. Desde esta altura criou-se um ambiente de discussão sobre quais os direitos que deveriam ser restringidos aos militares, nomeadamente todos aqueles que impediam a criação de Associações Sócio-profissionais de militares.

Estes direitos (e deveres) dos militares vêm regulamentados na Constituição da República, na Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, na Lei das Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, na Lei do Serviço Militar e no Estatuto dos Militares das Forças Armadas. A sua importância justifica a referência mais detalhada que fazemos em seguida.

As Associações Militares estão sujeitas a um enquadramento legal, do qual a figura abaixo indicada, é um resumo.

Edifício normativo do Direito de associação dos militares

1.2.2 *Constituição da República Portuguesa*

A Constituição da República Portuguesa para além de enumerar os direitos, liberdades e garantias de todos os cidadãos, estabelece (artigo 270.º) que *"A lei pode estabelecer restrições dos direitos de expressão, reunião,*

[5] Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA), publicada no Diário da República, I Série, nº285, de 11 de Dezembro de 1982.

manifestação, associação e petição colectiva e à capacidade eleitoral passiva dos militares e agentes militarizados dos quadros permanentes em serviço efectivo, bem como por agentes dos serviços e forças de segurança, na estrita medida das exigências das suas funções próprias" e define (artigo 164.º alínea *o*) que compete à Assembleia da República legislar sobre esta matéria.

1.2.3 *Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro – Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas*

A aprovação, em 1982, da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, constituiu o marco fundamental definidor da inserção das Forças Armadas no regime político, e das suas relações com o poder. Embora, na opinião de alguns – como foi o caso do deputado Jorge Sampaio – a restrição de direitos aos militares, que nela figurava, fosse já então desproporcionada à correcta participação dos militares no todo social, o que se lhe afigurava como uma espécie de um "ajuste de contas" dos políticos face aos militares. Entendimento diferente tem o General Loureiro dos Santos[6]. O General Loureiro dos Santos entendia que os direitos de cidadania dos militares deveriam vir a ser, posteriormente, alargados, pois ainda não o considerava oportuno.

Assim, pretendemos, de seguida, analisar esta Lei de 1982 sobre todos os aspectos que interferem com os direitos dos militares e principalmente com a constituição das Associações Militares para a isenção política e apartidarismo das Forças Armadas, os princípios fundamentais aplicáveis nesta matéria são os que constam do artigo 275.º, n.º 4 da CRP, na nova redacção resultante da Lei Constitucional n.º 1/82: "as Forças Armadas estão ao serviço do povo português, são rigorosamente apartidárias e os seus elementos não podem aproveitar-se da sua arma, do seu posto ou da sua função para qualquer intervenção política" (cf. também o artigo 30.º da proposta de lei).

Só que, como bem se compreende, o respeito destes princípios exige e implica uma certa regulamentação concreta sem o que eles correrão o risco de constituir letra morta. É por isso que a CRP, no seu artigo 270.º (texto de 1982), dispunha que a Lei pode estabelecer restrições ao exercício de certos direitos dos militares e agentes militarizados dos quadros permanentes em serviço efectivo, na estrita medida das exigências, das suas funções próprias. A proposta de Lei intenta, no artigo 31.º, proceder à necessária regulamentação deste preceito constitucional.

[6] José Alberto Loureiro dos Santos (2000).

Quanto ao direito de expressão, distingue-se os casos de proibição absoluta, dos de proibição relativa: os militares e agentes militarizados dos quadros permanentes em serviço efectivo não podem, enquanto o forem, fazer declarações públicas de carácter político ou que sejam susceptíveis de pôr em risco a coesão e a disciplina das Forças Armadas ou desrespeitem o dever de isenção política e apartidarismo dos seus elementos (n.º 2 da proposta); os mesmos indivíduos só com autorização superior podem fazer declarações públicas que abordem assuntos respeitantes às Forças Armadas ou à vida interna dos ramos (n.º 3 da proposta).

Pelo que toca aos direitos de reunião e de manifestação, fica interdita a convocação de quaisquer reuniões ou manifestações, bem como a participação numas ou noutras, se tiverem carácter político, partidário ou sindical (n.º 4 da proposta).

No que respeita ao direito de associação, faz-se de novo uma distinção: é absolutamente proibida a filiação em associações de natureza política, partidária ou sindical, bem como a participação em actividades por elas desenvolvidas (n.º 5 da proposta); depende de autorização superior a participação em associações compostas exclusiva ou predominantemente por militares e em associações de ex-militares (n.º 6 da proposta).

Quanto às associações compostas exclusiva ou predominantemente por militares, os seus estatutos passam a depender de aprovação do Conselho de Chefes de Estado-Maior; e a actividade por elas desenvolvida, salvo se tiver finalidade exclusivamente social ou cultural, fica sujeita à fiscalização dos Chefes de Estado-Maior (n.º 6 da proposta).

No tocante ao direito de petição colectiva, dispõe-se que os militares e agentes militarizados não podem promover nem apresentar quaisquer petições colectivas (n.º 7 da proposta).

Para além destes aspectos, a proposta de lei esclarece ainda dois pontos que não ficaram expressamente regulados em sede de revisão constitucional: um consiste em que, não sendo os militares e os agentes militarizados trabalhadores – no sentido constitucional de sujeitos de uma relação jurídica de emprego em que a entidade patronal é uma empresa – não são titulares dos "direitos dos trabalhadores" (n.º 9 da proposta), designadamente a liberdade sindical, o direito à greve e o direito de criar comissões de trabalhadores (ver a CRP, artigos 53.º a 57.º); o outro ponto é o de que os cidadãos que se encontrem a prestar serviço militar, não estando abrangidos pelas restrições aplicáveis aos militares dos quadros permanentes e podendo, nomeadamente, conservar a sua filiação partidária, ficam todavia sujeitos, como não pode deixar de ser, ao dever de isenção política, partidária e sindical, a coberto do n.º 4 do artigo 275.º da CRP.

De um modo geral, toda a regulamentação que se preconiza para esta matéria na proposta de Lei não é nova e mais não faz do que reunir, sintetizar ou reproduzir o que já se encontrava estabelecido no Regulamento de Disciplina Militar e em directivas aprovadas nos últimos anos pelos três Ramos das Forças Armadas. Inovações propriamente ditas apenas se encontram nos n.os 4, 5 e 6 do artigo 31.º da proposta de lei e, mesmo aí, só em parte.

1.2.4 *Lei n.º 11/89, de 1 de Junho – Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar*[7]

A condição militar tem uma natureza própria que, de modo claro e indiscutível, se distingue do estatuto funcional dos demais servidores do Estado. Entre os mais importantes conceitos prescritos nas Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, importa salientar:

- A sujeição aos riscos inerentes ao cumprimento das missões militares, bem como à formação, instrução e treino que as mesmas exigem, quer em tempo de paz, quer em estado de guerra;
- A permanente disponibilidade para o serviço, seja em termos temporais, seja em termos de mobilidade territorial, ainda que com sacrifício dos interesses pessoais do militar e da sua família;
- A restrição, constitucionalmente prevista, de alguns direitos e liberdades;
- A fixação de princípios deontológicos e éticos próprios em matérias muito importantes e sensíveis, como sejam o caso da hierarquia, subordinação e obediência ao poder de autoridade, desenvolvimento de carreiras, treino e formação profissional.

Estes aspectos, a par de outros, vincam bem o relevo excepcional das missões das Forças Armadas. Por outro lado, correspondentemente, evidenciam de forma clara os sacrifícios que a Nação, por imperativos irrenunciáveis, exige e impõe aos militares.

1.2.5 *Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de Agosto – Lei do Direito de Associação Profissional*

A CRP reconhece a possibilidade da restrição legal dos direitos, liberdades e garantias fundamentais apenas nos casos nela expressamente previstos, devendo essas restrições limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos.

[7] Belchior Vieira, 2002, pp 27.

Atento o especial estatuto dos militares e agentes militarizados dos quadros permanentes em efectividade de serviço, mercê das funções particulares que exercem, na maior parte dos casos no âmbito da componente militar da defesa nacional, a CRP reconheceu a possibilidade de restrição dos seus direitos de expressão, reunião, manifestação, associação e petição colectiva e a capacidade eleitoral passiva.

No que diz respeito ao direito de associação[8], sendo certo que está fora de causa reconhecer aos militares e agentes militarizados dos quadros permanentes em efectividade de serviço o direito ao associativismo político ou sindical, já a maturidade do nosso Estado democrático não se compadece com a manutenção da recusa àqueles cidadãos do direito ao associativismo nas suas dimensões assistencial, deontológica e sócio-profissional, dado as mesmas em nada prejudicarem o apartidarismo das Forças Armadas e o princípio de hierarquia que as deve enformar.

A Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de Agosto – Lei do Direito de Associação Profissional dos militares, veio definir o direito de associação dos militares definindo, no seu artigo 1.º, que *"Os militares dos quadros permanentes em qualquer situação e os militares contratados em efectividade de serviço têm o direito de constituir Associações Profissionais de representação institucional dos seus associados, com carácter assistencial, deontológico ou sócio-profissional"*.

Esta mesma Lei refere que as associações gozam, de entre outros dos seguintes direitos:

Integrar conselhos consultivos, comissões de estudo e grupos de trabalho constituídos para proceder à análise de assuntos de relevante interesse para a instituição, na área da sua competência específica;

Ser ouvidas sobre as questões do estatuto profissional, remuneratório e social dos seus associados.

Para além de remeter para outra legislação as restrições ao exercício de direitos das associações, no seu artigo 4.º determina que *"o estatuto dos dirigentes associativos[9] é aprovado pelo Governo mediante Decreto-lei"*.

[8] Posição do Partido Social Democrático, na Assembleia de República, em Abril de 2001, aquando da exposição de motivos para a apresentação do projecto de Lei n.º 430/VIII, sobre o Associativismo Militar.

[9] Em elaboração no MDN, prevendo-se a sua publicação no DR no início do ano de 2003 – Informação transmitida pelo Dr. Alberto Coelho, Director Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do MDN na entrevista realizada em Novembro de 2002.

1.2.6 *Lei Orgânica n.º 4/2001, de 30 de Agosto – Alteração do artigo 31.º da Lei n.º 29/82*

Este diploma veio alterar o artigo 31.º da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro (Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas – LDNFA). Este artigo respeita à restrição ao exercício de direitos por militares.

As alterações introduzidas visam regular o exercício dos direitos de reunião, associação, manifestação, petição colectiva, liberdade de expressão e capacidade eleitoral passiva por parte dos militares e dos agentes militarizados, na efectividade de serviço. Na formulação, desta Lei Orgânica, foi ponderado o estudo do direito comparado relativamente a matérias desta índole em muitos países que também integram os grandes espaços políticos em que Portugal se insere.

Esta Lei, assenta em quatro pontos fundamentais, que passamos de seguida a apresentar:

Em primeiro lugar, e ao contrário do que sucedia com a anterior redacção do artigo 31.º toda ela orientada no sentido de que a proibição era a regra e a autorização era a excepção, a actual redacção é orientada pelo princípio oposto, ou seja, o de que a autorização é a regra e a proibição é a excepção.

Em segundo lugar esta Lei é aplicável aos militares na efectividade de serviço. Esta opção teve que ver com a circunstância de que não parecia razoável um regime diferenciado entre militares, apenas porque uns pertencem aos quadros permanentes e outros não – matéria que ganhou especial acuidade se se tiver presente os novos regimes de contrato e voluntariado.

Em terceiro lugar, incorporaram-se alguns dos princípios constitucionais que são conexos com estas matérias. É o caso da norma proposta, nos termos da qual «os militares são rigorosamente apartidários e não podem aproveitar-se da sua arma, do seu posto ou da sua função para qualquer intervenção política, nisto consistindo o seu dever de isenção político-partidária».

Em quarto lugar, esta alteração ao artigo 31.º da Lei n.º 29/82, continua a estatuir que aos militares «não são aplicáveis as normas constitucionais referentes aos direitos dos trabalhadores», mas é tido também em conta que há direitos dos trabalhadores que são claramente transponíveis para o caso dos militares. Assim, à norma atrás referida foi acrescentada a expressão «cujo exercício tenha como pressuposto os direitos restringidos (...), designadamente a liberdade sindical, nas suas diferentes manifestações e desenvolvimentos, o direito à criação de comissões de trabalhadores, também com os respectivos desenvolvimentos e o direito à greve».

Passamos de seguida a apresentar as principais inovações constantes na redacção do novo artigo 31.º da LDNFA.

No que diz respeito à **liberdade de expressão** estatui-se, como regra geral para as respectivas declarações públicas, que os militares se podem pronunciar livremente sobre qualquer assunto com reserva própria do estatuto de condição militar, desde que, naturalmente, as mesmas não incidam sobre a condução da política de defesa nacional, não ponham em risco a coesão e a disciplina das Forças Armadas ou desrespeitem o dever de isenção política e sindical ou o apartidarismo dos seus elementos. Esta regra tem uma importante excepção: os militares estão sujeitos a sigilo relativamente às matérias cobertas pelo segredo de justiça ou pelo segredo de Estado e, ainda, a factos que tenham conhecimento em virtude do exercício da função, nomeadamente os referentes ao dispositivo, à capacidade militar, ao equipamento e à actividade operacional das Forças Armadas, bem como a elementos constantes de centros de dados e demais registos sobre pessoal que não se destinem a ser do conhecimento público.

Quanto ao **direito de reunião**, o princípio geral é de que os militares podem convocar, nos termos legalmente consentidos, ou participar em qualquer reunião legalmente convocada que não tenha natureza político-partidária ou sindical, desde que trajem civilmente e sem ostentação de qualquer símbolo das Forças Armadas. Podem, contudo, assistir a reuniões com esta última natureza se não usarem da palavra nem exercerem qualquer função no âmbito da preparação, organização, direcção ou condução dos trabalhos ou na execução de deliberações tomadas. Por último, é tido em conta que o exercício de direito de reunião não pode prejudicar o serviço normalmente atribuído ao militar, nem a permanente disponibilidade deste para o mesmo, nem ser exercido dentro das Unidades, Estabelecimentos e Órgãos militares. No entanto a Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de Agosto, refere que as Associações de Militares legalmente constituídas gozam, de entre outros, do direito de divulgar as suas iniciativas, actividades e edições nas unidades e estabele-cimentos militares, desde que em local próprio disponibilizado para o efeito.

Sobre o **direito de manifestação**, é estabelecido que os militares, desde que estejam desarmados e trajem civilmente, sem ostentação de qualquer símbolo nacional ou das Forças Armadas, têm o direito de participar em qualquer manifestação legalmente convocada que não tenha natureza político-partidária ou sindical, desde que não sejam postas em risco a coesão e a disciplina das Forças Armadas. Este último direito aplica-se apenas ao território nacional.

Relativamente ao **direito de associação**, estabelece-se, como princípio geral, que os militares podem constituir qualquer Associação ou filiar-se em

Associações já existentes, nomeadamente Associações Profissionais. Mas é negada a filiação em associações de natureza política, partidária ou sindical. Trata-se, portanto, de consagrar o Associativismo Militar como um direito fundamental dos militares.

Estas soluções e outras, como o direito de petição e a capacidade eleitoral passiva, têm em vista a consagração de uma perspectiva equilibrada dos direitos fundamentais dos militares, tendo em conta dois pólos de análise. Por um lado, os direitos de cidadania. Por outro lado, os deveres do estatuto da condição militar. Pensamos ser esta lei uma maneira de introduzir factores de flexibilização que também correspondem à experiência colhida e à maturidade das instituições democráticas.

1.2.7 *Estatuto da Associação de Oficiais das Forças Armadas*

Os Estatutos desta Associação ainda não foram revistos após a publicação da Lei Orgânica n.º 4/2001, de 30 de Agosto. Os actuais estatutos referem no seu artigo 2.º (Objecto social e princípios fundamentais) que a associação tem como objecto a promoção, defesa e representação dos associados e dos respectivos interesses deontológicos, pautando o seu funcionamento pelos princípios da democraticidade, da unidade e da independência. A independência da Associação e dos seus membros é total e absoluta, nos âmbitos político, partidário, religioso, sindical e hierárquico, designadamente no relativo à estrutura das Forças Armadas.

A não alteração dos estatutos prende-se, no nosso entender, com o facto da AOFA já à alguns anos a esta parte (mesmo antes da aprovação da alteração ao artigo 31.º da LDNFA em 2001), não se limitar somente na defesa dos interesses deontológicos, mas também à defesa dos interesses sócio-profissionais dos militares[10].

É neste sentido que a AOFA mesmo antes da aprovação da alteração ao artigo 31.º da LDNFA em 2001, vinha já colaborando de forma frequente com:

- *Presidência da República* – através de várias audiências (quer directamente com Sua Excelência o Presidente da República, quer com o Excelentíssimo General Chefe da Casa Militar) ou a partir da entrega de memorandos e comunicados;

[10] A AOFA num memorando destinado a sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional, de 31 de Janeiro de 2000, reconhece esta actuação fora do ponto de vista deontológico, conforme a lei, na altura, não o permitia, mas que "só a evolução da consciência social, determinou que, quer a Presidência da República, bem como, a espaços, o Ministério da Defesa Nacional ponderaram as propostas e pareceres da AOFA (sempre dados no âmbito da competência deontológica, mas incidindo também, nesta perspectiva, em matérias do foro sócio-profissional)".

- *Assembleia da República* (Comissão-Parlamentar de Defesa) – igualmente com base em audiências ou em memorandos e comunicados;
- *Conselho de Ministros* (Primeiro-Ministro) – através da remessa de memorandos e comunicados; não só a partir de audiências concedidas por Sua Excelência o Ministro da Defesa, como também através da entrega de memorandos ou comunicados e até de reuniões de trabalho com oficiais e assessores civis do seu Gabinete;
- *Serviço da Provedoria de Justiça* – através da remessa de trabalhos de investigação/opinião sobre os direitos dos militares.
- *EME* – através da entrega de memorandos sobre os trabalhos de revisão do EMFAR.

Mesmo antes da alteração do artigo 31.º da LDNFA em 2001 estas entidades já aceitavam que as associações militares tivessem como objecto social a defesa dos interesses sócio-profissionais dos seus membros e dos militares em geral.

1.2.8 *Estatuto da Associação Nacional de Sargentos*

A ANS foi constituída por escritura de 14JUL89, lavrada no 13.º Cartório Notarial de Lisboa. Conforme consta do seu extracto, publicado no DR, III Série, n.º 189, de 18AGO89, é definida da seguinte forma: "... uma associação ... que tem por fim a promoção de actividades cívicas, nomeadamente de dignificação social e cultural dos associados, com respeito pelos princípios de deontologia profissional, e a criação de um espaço de convívio com a realização de actividades recreativas, desportivas e culturais que estimulem o inter-relacionamento dos associados".

Quanto aos seus filiados, refere-se ainda:

"... podem ser sócios todos os Sargentos das Forças Armadas".

Contudo, a conduta desta Associação de acordo com os seus estatutos, tinha suscitado algumas dúvidas por parte da Hierarquia Militar que solicitou à Procuradoria Geral da República um parecer sobre a actuação desta Associação de acordo com os seus estatutos, a Procuradoria veio a prenunciar-se, através do seu Parecer nº 31/90, de 11JUL91, da seguinte forma:

"1. – A Associação Nacional de Sargentos, constituída para a prossecução dos «fins não lucrativos» indicados no artigo 3.º do seu pacto estatutário (cfr. também o artigo 1.º) – «promoção de actividades cívicas, nomeadamente de dignificação social e cultural dos associados com respeito pelos princípios de deontologia profissional e a criação de um espaço de

convívio com a realização de actividades recreativas, desportivas e culturais, que estimulem, o inter-relacionamento dos associados» –, e na qual podem filiar-se todos os sargentos das Forças Armadas (artigo 4.° dos estatutos), tem a natureza das associações de direito civil de fim ideal, cujo regime legal se encontra compendiado nos artigos 157.° a 184.° do Código Civil;

2. – O escopo da pessoa jurídica e o seu substrato pessoal, na configuração estatutária descrita na conclusão anterior, não permitem qualificar teleologicamente a Associação Nacional de Sargentos como sindicato ou associação sindical;

3. – A circunstância de meramente se referir nos estatutos que os fins desta Associação devem ser prosseguidos «com respeito pelos princípios de deontologia profissional», não confere ao ente colectivo a natureza «associação profissional com competência deontológica», no sentido do artigo 31.°, n.° 6, da Lei n.° 29/82, de 11 de Dezembro-Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas;

4. – A prossecução pela Associação Nacional de Sargentos de actividades de natureza sindical – a agitação, nomeadamente, de questões salariais e similares – ou outras, em contraste com os fins expressos nos estatutos, pode determinar a sua extinção mediante decisão judicial, nos termos aplicáveis dos artigos 182.°, n.° 2, e 183.°, n.° 2, do Código Civil."

A ANS, e depois da publicação da Lei Orgânica nº4/2001, de 30 de Agosto, teve que alterar os seus estatutos, estando na altura da publicação do presente trabalho a aguardar o respectivo registo notarial. As grandes alterações resumem-se aos artigos respeitantes à "Denominação, natureza e duração" e aos "Fins". O primeiro passará a ter a séguinte redacção: A Associação Nacional de Sargentos – ANS – é uma associação sócio-profissional, de âmbito nacional, dotada de personalidade jurídica, sem fins lucrativos e constituída por tempo indeterminado. O segundo artigo referido terá a seguinte redacção: Tem por objectivos a representação e defesa dos seus associados, nomeadamente, as de carácter assistencial, deontológico e sócio-profissional.

2. A POSTURA DO MILITAR FACE À RELAÇÃO DA HIERARQUIA COM O ASSOCIATIVISMO PROFISSIONAL

2.1 *METODOLOGIA*

Para efectuarmos a recolha de dados, que nos permitissem verificar as hipóteses, que adiante se descrevem, aplicámos um instrumento construído com base em duas técnicas de pesquisa: o questionário e a entrevista.

Como a lei determina que os militares só podem associar-se por categorias, para a verificação das hipóteses por nós levantadas, entendemos que deveríamos considerar dois universos distintos para a aplicação do questionário: um composto por Oficiais do Quadro Permanente e outro por Sargentos do Quadro Permanente.

O questionário[11] que elaborámos para além das questões fechadas, que eliminam respostas pré-concebidas ou influenciadas por outros, contém também questões abertas que permitem o expressar de opiniões que contribuem para um enriquecimento da análise que pretendemos efectuar.

Assim, como hipóteses orientadoras do estudo, foram construídas as seguintes:

1 – Os militares são da opinião de que a informação relativa ao bem estar do pessoal e às suas preocupações não circulam convenientemente dos mais baixos escalões até ao topo da Hierarquia Militar e, como tal, pensam que as Associações são os órgãos que mais facilmente podem ouvir e sentir as suas preocupações ao nível sócio-profissional. Por isso, concordam com a existência das Associações, mas não significa que sejam estas que melhor possam defender os seus direitos perante o Poder Político.

2 – A categoria de Sargentos acompanha a actividade das Associações Militares de uma forma mais próxima que a categoria dos Oficiais. Assim sendo, a filiação nas Associações é maior na categoria de Sargentos do que na dos Oficiais. Em ambas as categorias os militares que entraram para o quadro permanente antes da criação das Associações Militares em Portugal, têm uma maior tendência para ver no Chefe Militar[12] aquele que pode zelar pelos seus interesses, enquanto que os outros, vêem nas Associações um outro polo que pode contribuir para a defesa dos seus direitos.

3 – Face ao contexto actual, e histórico recente, serão as Associações Sócio-profissionais as entidades que melhor representam os interesses dos militares junto dos órgãos de poder.

4 – Não existem incompatibilidades, no exercício da defesa dos interesses dos militares, entre as Associações Sócio-profissionais e a Hierarquia Militar, perante o Poder Político.

5 – A existência e a actividade das Associações Militares não afecta a coesão existente no seio das Forças Armadas.

6 – As Associações Militares têm mecanismos que podem influenciar a decisão do Poder Político que a Hierarquia Militar não tem.

[11] Ver Apêndice 1.

[12] No nosso trabalho, e porque tratamos de entidades como as Associações, Poder Político e Hierarquia Militar, consideramos o Chefe Militar aquele que ocupa o topo da Hierarquia, quer ao nível dos 3 Ramos quer ao nível das Forças Armadas.

7 – A falta de interesse do Poder Político, ou a sua orientação estratégica para outras áreas da sociedade portuguesa, na resolução dos problemas da Instituição Militar apresentada pelas Chefias Militares, levou a que os militares sentissem a necessidade de se associarem para assim poderem defender os seus interesses sócio-profissionais, e estas suas preocupações pudessem ser ouvidas e analisadas por toda a sociedade portuguesa.

2.2 *DEFINIÇÃO DAS AMOSTRAS*

Perante as hipóteses levantadas e porque pretendemos investigar a postura do militar face ao Associativismo e a sua relação com a Hierarquia, e como a Lei define que os militares só se podem associar por categorias, foi necessário constituir duas amostras, uma de Oficiais e outra de Sargentos, embora o questionário fosse o mesmo para as duas categorias.

As duas amostras tiveram como base o mesmo princípio para a sua constituição. Assim fazem parte das amostras somente os militares pertencentes ao Quadro Permanente do Exército Português. Quantitativamente considerámos que três por cento dos Oficiais e dois por cento dos Sargentos do Exército para constituir a nossa amostra seriam representativos desse mesmo universo, e assim, podermos aceitar, com razoável segurança, que as conclusões obtidas possam ser extrapoladas para o universo.

2.3 *DESCRIÇÃO DAS AMOSTRAS*

2.3.1 *Amostra A*

De um universo de 2625 Oficiais do Exército Português (do posto de Alferes ao posto de Coronel) foram seleccionados 3% (três por cento) com a distribuição como se demonstra no quadro abaixo indicado.

OFICIAIS		AMOSTRA	
RAMO	QUANTITATIVO	UNIDADE	QUANTITATIVO
Exército	2625	IAEM	34
		CMSM	19
		EPI	11
		EPC	12
		TOTAL	76

Quadro 1

De referir que dos 34 Oficiais do IAEM, 31 frequentam o CPOS, pertencentes, portanto, a várias Unidades do Exército.

2.3.2 *Amostra B*

De um Universo de 4515 Sargentos do Exército Português (do posto de 2.º Sargento ao posto de Sargento Mor) foram seleccionados 2% (dois por cento) com a distribuição como se demonstra no quadro abaixo indicado.

SARGENTOS		AMOSTRA	
RAMO	QUANTITATIVO	UNIDADE	QUANTITATIVO
Exército	4515	CMSM	52
		EPI	25
		EPC	21
		TOTAL	98

Quadro 2

2.4 *CARACTERÍSTICAS DAS AMOSTRAS*

De seguida apresentamos a caracterização das amostras constituídas. Apesar do método de recolha ter sido igual para ambas as amostras e as variáveis que considerámos para cada uma delas serem as mesmas, mas pelo facto dos Universos serem diferentes, vamos apresentar em primeiro lugar a amostra A (Oficiais do Exército na efectividade do serviço) e em seguida a amostra B (Sargentos do Exército na efectividade do serviço).

2.4.1 Amostra A

a. *Distribuição por sexo*

De um total de 76 inquiridos, verificámos que 74 são militares do sexo masculino e 2 (dois) do sexo feminino, correspondendo a 97,4% e a 2,6% respectivamente.

b. *Distribuição por ano de ingresso no Quadro Permanente*

Dos inquiridos 25% ingressaram no QP antes ou em 1990[13] e 75% ingressaram depois de 1990.

[13] Considerámos a data de 1990 como ponto intermédio entre a criação das Associações Profissionais de Militares, representativas dos militares do QP, sendo nesta data já perfeitamente "visível" a problemática do Associativismo Militar.

c. *Distribuição por elementos associados*

Dos inquiridos 92,1% não estão filiados na Associação Sócio-profissional (AOFA) e 7,9% são sócios da AOFA. Destes 50% são militares que ingressaram no QP antes de 1990 e 50% depois de 1990

d. *Distribuição por postos*

A distribuição por postos dos inquiridos foi a seguinte:

Posto	Quantitativo	Percentagem
Coronel	3	3,9
Tenente Coronel	5	6,6
Major	8	10,5
Capitão	41	54,0
Tenente	14	18,4
Alferes	5	6,6
Total	76	100

Quadro 3

2.4.2 *Amostra B*

a. *Distribuição por sexo*

De um total de 98 inquiridos, verificámos que 96 são militares do sexo masculino e 2 (dois) do sexo feminino, correspondendo a 98% e a 2% respectivamente.

b. *Distribuição por ano de Ingresso no Quadro Permanente*

Dos inquiridos 48% ingressaram no QP antes ou em 1990 e 52% ingressaram depois de 1990.

c. *Distribuição por elementos associados*

Dos inquiridos 90,8% não estão filiados na Associação Sócio-profissional (ANS) e 9,2% são sócios da ANS. Destes 44,5% são militares que ingressaram no QP antes de 1990 e 55,5% depois de 1990.

d. *Distribuição por postos*

A distribuição por postos dos inquiridos foi a seguinte:

Posto	Quantitativo	Percentagem
Sargento Mor	2	3,9
Sargento Chefe	5	6,6
Sarjento Ajudante	8	10,5
1.º Sargento	41	54,0
2.º Sargento	14	18,4
Total	76	100

Quadro 4

2.5 *PROCEDIMENTOS SEGUIDOS*

O trabalho de campo realizou-se na segunda quinzena do mês de Outubro de 2002. O questionário foi aplicado nas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos sem a presença do entrevistador. Por essa razão optámos por acompanhar os questionários com uma nota explicativa no sentido de sensibilizar os inquiridos para o seu preenchimento, a importância do mesmo e o âmbito em que foi realizado.

O questionário foi anónimo, individual, preenchido por escrito, feito em local apropriado e com o tempo necessário para que o seu preenchimento fosse feito de um modo consciente e reflectido.

2.6 *APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS*

Neste sub-capítulo pretendemos analisar os resultados dos inquéritos por forma a confirmar as nossas hipóteses, da primeira à quinta, já enunciadas no presente capítulo.

Iremos apresentar os resultados para cada uma das amostras constituídas, e já por nós apresentadas, no entanto, iremos fazer, como não poderia deixar de ser, uma comparação dos dados recolhidos em ambas.

1 – Assim para a confirmação da nossa primeira hipótese (os militares são da opinião de que a informação relativa ao bem estar do pessoal e às suas preocupações não circulam convenientemente dos mais baixos escalões até ao topo da Hierarquia Militar e como tal pensam que as Associações são os órgãos que mais facilmente podem ouvir e sentir as suas preocupações ao nível sócio-profissional. Por isso concordam com a existência das Associações, mas não significa que sejam estas que melhor possam defender os seus direitos perante o Poder Político) obtivemos os seguintes resultados, demonstrados nos quadros abaixo indicados:

– Quanto à frequência da circulação da informação:

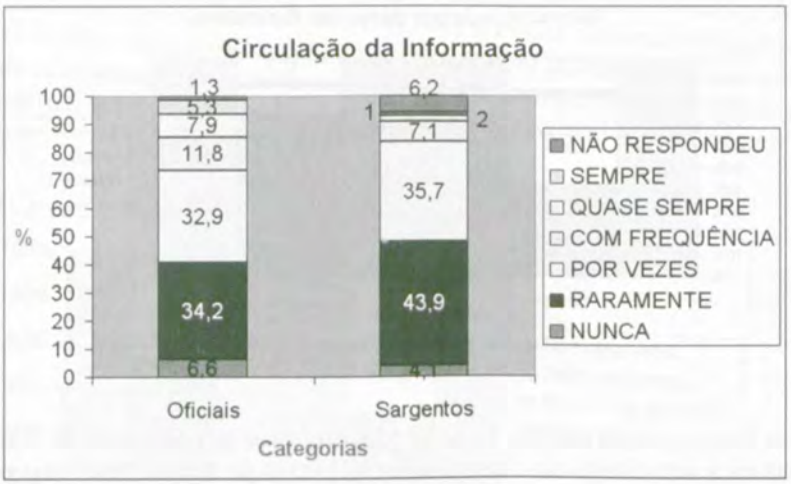


Gráfico 1

– Quanto à aceitação da existência das Associações Sócio-profissionais de militares:

Gráfico 2

– Quanto à receptividade dos anseios dos militares:

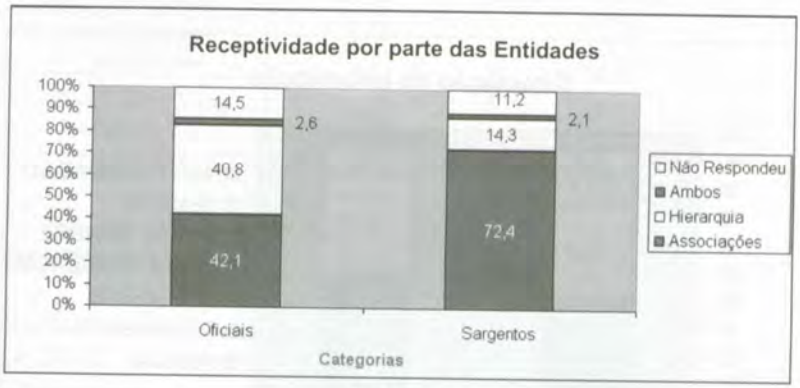


Gráfico 3

2 – Para a confirmação da segunda hipótese (a categoria de Sargentos acompanha a actividade das Associações Militares de uma forma mais próxima que a categoria dos Oficiais. Assim sendo, a filiação nas Associações é maior na categoria de Sargentos do que na dos Oficiais. Em ambas as categorias os militares que entraram para o quadro permanente antes da criação das Associações Militares em Portugal, têm uma maior tendência para ver no Chefe Militar aquele que pode zelar pelos seus interesses, enquanto que os outros, vêem nas Associações um outro polo que pode contribuir para a defesa dos seus interesses) obtivemos os seguintes resultados, demonstrados nos quadros abaixo indicados:

– Quanto ao acompanhamento das actividades das Associações:

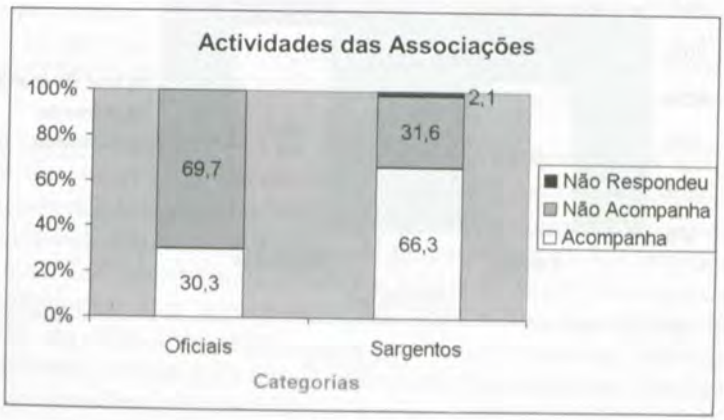


Gráfico 4

Dos que responderam "acompanham a actividade das Associações", os Oficiais fazem-no maioritariamente através dos meios de comunicação social e dos comunicados das associações, enquanto que os Sargentos acompanham a actividade da associação através de camaradas e dos comunicados das associações.

– Quanto à intenção de adesão a uma Associação Sócio-profissional:

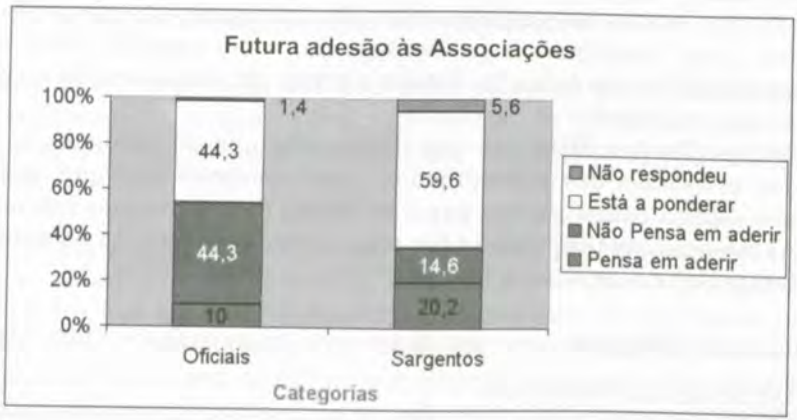


Gráfico 5

A - Ao nível dos Oficiais, aqueles que pensam em aderir, justificaram-no, de uma maneira geral, da seguinte forma:

- As Chefias Militares estão a perder capacidade na defesa dos anseios dos seus subordinados;
- Só por intermédio das Associações é que se consegue resolver os problemas dos militares;
- Só quando não estiverem no activo;
- Porque as suas preocupações não chegam ao topo da Hierarquia.

Quanto aos Sargentos, estes justificaram a sua opção em vir a aderir à Associação da seguinte forma:

- "Fortalecer" a Associação para canalizarem as suas aspirações para a Hierarquia e para o Poder Político;
- Devido à falta de informação das actividades que a Hierarquia está a desenvolver;
- As Chefias Militares estão a perder capacidade na defesa dos anseios dos seus subordinados.

B - Dos que responderam que não pensam vir a aderir às Associações, os Oficiais justificaram-no da seguinte forma:

- A formação militar leva à convicção de que a Instituição que servimos, fruto da estrutura vertical em que assenta, os propósitos a que se destina e os princípios deontológicos por que se rege, deve criar, por todos os meios, as condições para que a realização sócio-profissional dos seus membros seja conseguida, em paralelo com outras organizações similares do Estado e tendo em consideração a situação do todo nacional;
- São as Chefias Militares que devem assumir, unicamente, a defesa dos interesses dos subordinados, mas, compreendem que os Chefes não estão a cumprir o seu papel na defesa desses mesmos interesses;
- As Associações têm vindo a ter uma actuação incorrecta na defesa dos interesses dos militares.

Quanto aos Sargentos a sua justificação resume-se basicamente no seguinte:

- Confiança na Hierarquia;
- Não estar suficientemente claro o grau e tipo de intervenção que as Associações devem ter;
- O facto de pensarem que existem interferências políticas nas Associações.

C - Os que responderam que estão a ponderar a hipótese de vir a aderir às Associações e ainda não o fizeram, os Oficiais apresentaram as seguintes razões:

- As Chefias Militares estão a perder capacidade na defesa dos anseios dos seus subordinados;
- Não estar suficientemente claro o grau e tipo de intervenção que as Associações devem ter;
- Só quando não estiverem no activo;
- Depende das relações Hierarquia/Associações/Poder Político;
- Apoio Jurídico;
- O facto da Hierarquia não reconhecer as Associações, poderá afectar a carreira militar daqueles que nelas se associarem.

Quanto à categoria de Sargentos estes manifestaram a sua opinião no seguinte sentido:

- A grande maioria por acharem que ainda não está suficientemente claro o grau e tipo de intervenção que as Associações devem ter;

- As Chefias Militares estão a perder capacidade na defesa dos anseios dos seus subordinados;
- "Fortalecer" a Associação para canalizarem as suas aspirações para a Hierarquia e para o Poder Político;
- Devido à existência de interferências políticas nas Associações;
- O facto da Hierarquia não reconhecer as Associações, poderá afectar a carreira militar daqueles que nelas se associarem.

Quanto à comparação das diferentes posturas, face à problemática do Associativismo, dos militares que ingressaram no QP antes e após 1990, os resultados obtidos estão descriminados no apêndice dois do presente trabalho.

3 – Para a confirmação da terceira hipótese por nós levantada (face ao contexto actual, e histórico recente, serão as Associações Sócio-profissionais as entidades que melhor representam os interesses dos militares junto dos órgãos de poder), colocámos a questão de qual das entidades (Associações ou Hierarquia Militar) podem defender melhor os interesses sócio-profissionais dos militares, da qual obtivemos os seguintes resultados, demonstrados no quadro abaixo indicado:

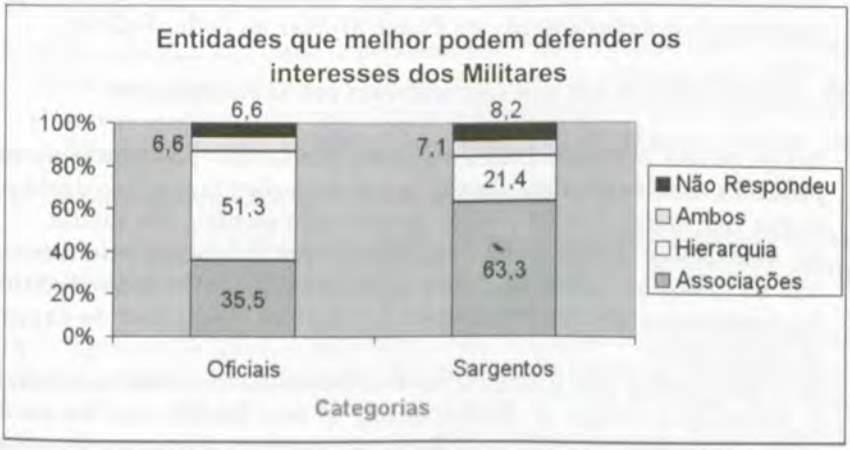


Gráfico 6

A justificação apresentada pelos Oficiais sobre a questão colocada, pode resumir-se nas seguintes ideias chave:

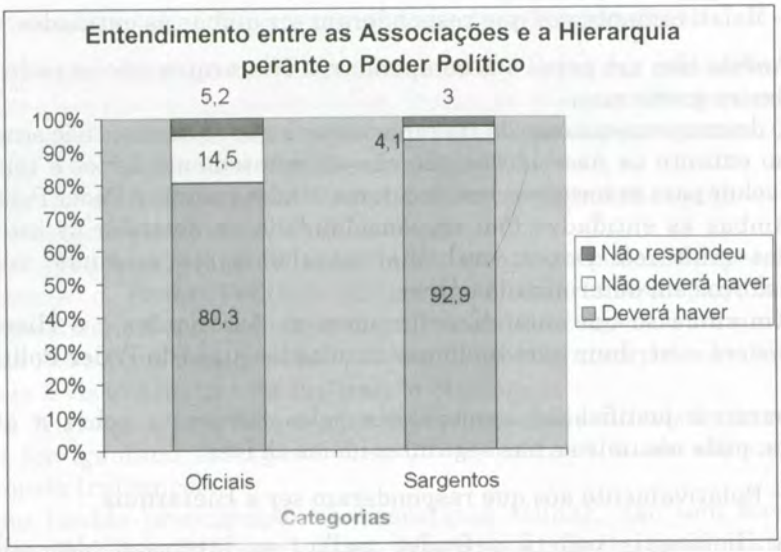


Gráfico 7

5 – Quanto à quinta hipótese por nós levantada (a existência e a actividade das Associações Militares não afecta a coesão existente no seio das Forças Armadas), obtivemos os seguintes resultados, demonstrados nos quadros abaixo indicados:

– Quanto à instabilidade que a existência e actuação as associações poderão causar ao nível da Estrutura Hierárquica da Organização:

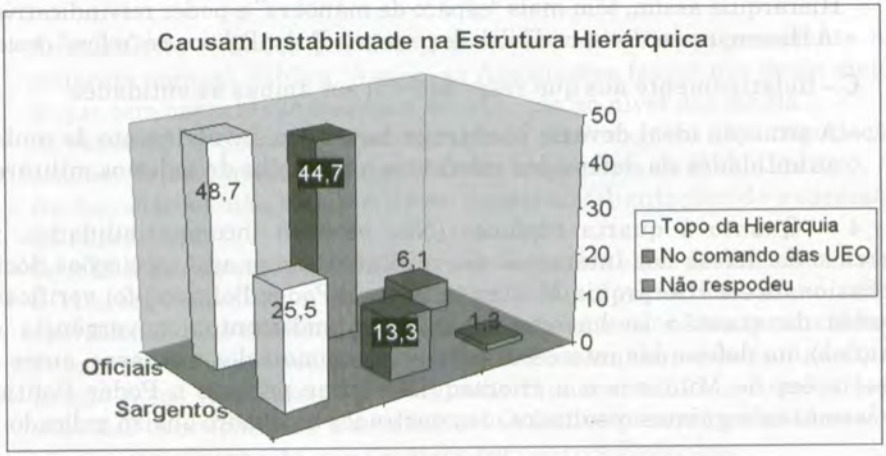


Gráfico 8

– Quanto à instabilidade que a existência e actuação das Associações poderão causar ao nível dos Valores da Cultura Organizacional da Instituição Militar:

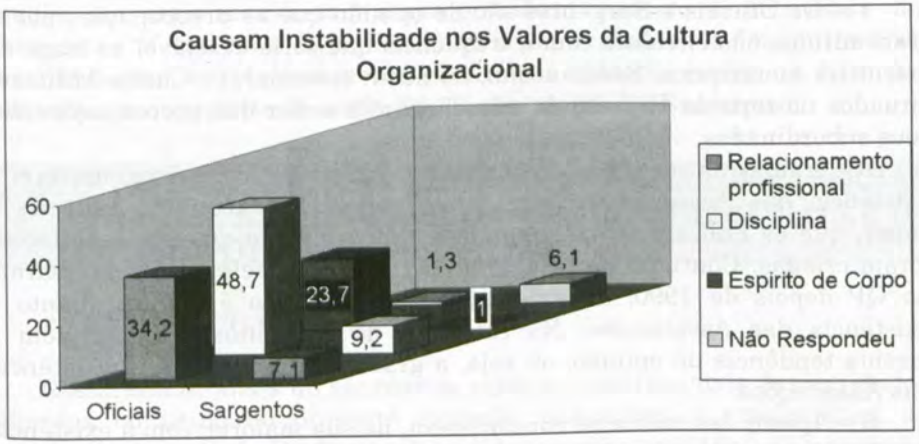


Gráfico 9

– Quanto à não interferência da existência e actuação das Associações nos dois níveis atrás referidos (Estrutura Hierárquica e Valores da Cultura Organizacional):

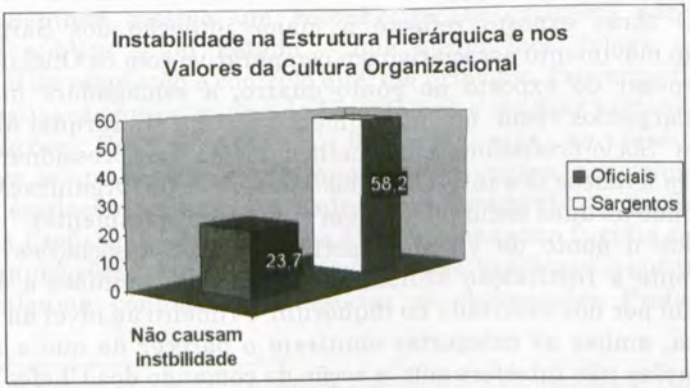


Gráfico 10

2.7 *SÍNTESE CONCLUSIVA*

Dos elementos por nós colhidos poderemos afirmar que:

1 – Os Oficiais e Sargentos são de opinião que as preocupações por si transmitidas não circulam com a frequência que seria desejável ao longo da estrutura hierárquica. Sendo assim, no nosso entender, os Chefes Militares situados no topo da Hierarquia não chegam a saber das preocupações dos seus subordinados.

2 – Ambas as categorias de militares (Oficiais e Sargentos) aceitam a existência das Associações Sócio-profissionais. Esta aceitação leva-nos a supor, que os militares concordam com os fins para o qual as Associações foram criadas. Contudo, na categoria de Oficiais, aqueles que ingressaram no QP depois de 1990, a percentagem de aceitação é menor, quanto à existência das Associações. Na categoria de Sargentos, esta mantém a mesma tendência de opinião, ou seja, a grande maioria aceita a existência das Associações.

3 – Apesar dos militares concordarem, na sua maioria, com a existência das Associações Sócio-profissionais de militares, só a categoria de Sargentos acompanham de uma forma mais próxima a actividade destas Associações.

4 – A categoria de Sargentos, ao invés da de Oficiais, "sente" que são as próprias Associações que melhor podem defender, perante o Poder Político, os seus direitos e interesses sócio-profissionais. Ambas as categorias de militares mantêm o mesmo sentido de opinião entre aqueles que ingressam no QP antes e depois de 1990.

5 – O atrás exposto reflecte a maior intenção dos Sargentos em aderirem ao movimento associativo em comparativo com os Oficiais.

6 – Apesar do exposto no ponto quatro, a esmagadora maioria dos Oficiais e Sargentos vêem no entendimento entre a Hierarquia Militar e as Associações Sócio-profissionais a melhor forma de pressionar o Poder Político para a defesa dos interesses dos Militares e da Organização (sempre no campo onde as duas entidades podem actuar conjuntamente).

7 – Sob o ponto de vista da actividade das Associações afectarem negativamente a Instituição Militar foram emitidas opiniões a dois níveis (conforme foi por nós solicitado no inquérito). Primeiro ao nível da Estrutura Hierárquica, ambas as categorias emitiram o parecer de que a actividade das Associações não interfere com a acção de comando dos Chefes Militares. Contudo, esta opinião está mais dividida na categoria de Oficiais em que 48,7% afirma que afecta e 50% tem opinião contrária (os restantes 1,3% não emitiram qualquer opinião).

Quanto ao outro nível, o dos valores da Cultura Organizacional (relacionamento profissional, disciplina e espírito de corpo), verifica-se que ambas as categorias se manifestam, aqui também, que a actividade das Associações não afecta a Instituição Militar. No entanto os Oficiais são aqueles que mais manifestam a sua opinião no sentido da actividade das Associações afectarem a disciplina nas Forças Armadas (48,7% contra 9,2% dos Sargentos), o relacionamento profissional (34,2% contra os 7,1% dos Sargentos) e no espírito de corpo (23,7% contra 1% dos Sargentos).

3. O TRIÂNGULO DAS RELAÇÕES ENTRE A HIERARQUIA MILITAR, ASSOCIAÇÕES SÓCIO-PROFISSIONAIS E O PODER POLÍTICO

3.1 INTRODUÇÃO

Gostaríamos, antes de abordar as relações institucionais das entidades referidas no título do presente capítulo, enquadrar a problemática do conceito de Associação Profissional para depois podermos ter uma percepção mais adequada da actividade destas associações e, em particular, aquelas que dizem respeito aos militares.

Uma equipa de pesquisa do ISCTE está a realizar uma investigação sobre as Associações Profissionais no nosso país[14]. É sabido como as associações de iguais, no domínio das profissões, desempenham importantes funções de enquadramento do exercício da actividade dos profissionais, às vezes conseguindo mesmo um reconhecimento exclusivo por parte da autoridade pública – do Estado – que assim lhes delega uma parte considerável de regulação e controlo que, em princípio, lhe competiria fazer.

A investigação que a equipa do ISCTE está a realizar pretende analisar as Associações Profissionais em Portugal, mas ao fazê-lo, várias constatações se apresentam rapidamente a esta equipa. Em primeiro lugar, nenhuma legislação define e enquadra especificamente as profissões e as Associações Profissionais. Na própria CRP, apenas uma fugidia referência é feita às organizações "profissionais" (ao lado das "sindicais" e outras) e daqui se gerar alguma confusão em associar as Associações Profissionais a

[14] Projecto 36.477/99, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e que integra os investigadores Graça Carapinheiro, Lurdes Rodrigues, Carlos Gonçalves, António P. Dores e Mª Alexandra Lousada, e das bolseiras Lina Antunes, Raquel Rego e Mª José Vicente, para além do director do projecto João Freire, desenvolvendo-se no quadro do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE).

Sindicatos, o que nos parece desajustado, em relação ao direito de antena no serviço público de rádio e de televisão.

A razão de se "confundir" Associações Profissionais e Sindicatos deve-se, no nosso entender, ao facto de não haver enquadramento jurídico-administrativo acerca do que é uma profissão, no sentido mais restrito, e, *à posteriori*, do que será uma Associação Profissional, e não havendo igualmente um entendimento e reconhecimento social acerca desses sujeitos.

Por outro lado, é também plausível pensar que alguns dos sindicatos profissionais existentes sejam "falsos sindicatos" e efectivas Associações Profissionais, que a sua história particular e o contexto da época levaram a inscrever-se num determinado momento nos registos oficiais do Ministério do Trabalho. Que pensar, por exemplo, de sindicatos como os dos magistrados judiciais ou do ministério público que, de facto, não subscrevem convenções colectivas de trabalho – a vocação fundamental do sindicato – já que os seus membros são, eles próprios, órgãos de soberania, sendo difícil admitir contra que entidade patronal poderiam eles um dia entrar em greve!

Existem, contudo, por outro lado, associações de grupos profissionais que, enquanto tais, parecem claramente constituir um estado de passagem, transitório, em direcção à constituição de sindicatos.

As Associações de militares (e mesmo as de polícias) têm sido reconhecidas pelos poderes públicos como entidades de expressão de interesses sociais, morais e profissionais dos respectivos grupos e têm aceite tal reconhecimento (mesmo antes da aprovação da Lei Orgânica nº4, 2001), aparentemente apenas porque ainda "não lograram obter o estatuto de sindicato"[15].

De uma forma geral, os críticos da representação de interesses dos militares através de associação mantêm, geralmente, alguns argumentos principais[16]:

- O risco de maior conflitualidade e de politização de tal actividade[17];
- A eventual disfuncionalidade no plano da eficácia;
- Os custos mais elevados, devido às reivindicações.

Os defensores opõem-lhes outros:

- Maior competitividade com as outras profissões, facilitando o recrutamento de pessoal mais adequado;

[15] Esta situação é referida pelo Deputado João Rebelo durante a discussão na AR, em 03 de Maio de 2001, sobre a alteração ao artigo 31º da Lei 29/82.

[16] Maria Carrilho, 1994, pp 161.

[17] Nas entrevistas que realizámos com o Ten-General Garcia Leandro (ver entrevista publicada com o trabalho) e o General Espírito Santo ambos exprimiram também estes argumentos contra a existência das Associações.

- Melhor comunicação com a sociedade envolvente;
- Valorização da dignidade individual, da responsabilidade pessoal e do próprio compromisso extremo que caracteriza a relação dos militares com o Estado.

Sublinhe-se um aspecto, que nos parece óbvio, mas que por vezes origina alguma confusão: os direitos associativos só se exercem em tempo de paz, e revestem-se de especificidade própria, estando assim geralmente excluído, por exemplo, o direito à greve[18].

A questão da compatibilidade com as regras do próprio sistema democrático é geralmente colocada no plano dos princípios gerais, com tradução e discussão específica no caso de cada país, segundo disposto nas respectivas constituições políticas.

Um ponto, no entanto, não aparece, a nosso ver, suficientemente iluminado na discussão à volta deste grande tema talvez, em parte, por se tratar de um assunto que só recentemente vem ocupando os especialistas: o das implicações políticas da representação militar através de associações próprias, e é esta preocupação que vem reflectida no programa do XV Governo Constitucional. Enquanto não existe evidência histórica de que a representação militar associativa, de tipo sindical, tenha provocado acrescido envolvimento dos militares na esfera política, tem-se verificado o contrário, ou seja, o envolvimento político por não existirem modalidades claras de exprimir a insatisfação de base profissional.

Por seu lado, as autoridades governativas também têm algum interesse em atribuir conotação política a qualquer reivindicação dos militares, pois essa etiqueta permite-lhes, em muitos casos, remover questões administrativamente incómodas e, eventualmente, evitar maiores gastos com o pessoal militar.

Contudo, o movimento associativo tem hoje formas de "pressionar" o Poder Político que a Hierarquia Militar não tem. Entre estas formas temos, como mais relevante, aquela em que as Associações utilizam os órgãos de comunicação social como meio de transmitir à sociedade as suas preocupações e intenções[19].

---

[18] Posição defendida pelo Gen Loureiro dos Santos ainda antes da revisão do Artigo 31º da LDNFA.

[19] Em entrevista realizada com o Deputado Marques Júnior, este expressou-se da seguinte forma: "Os Chefes Militares conversam com o Ministro no seu gabinete, na medida em que, os militares estão proibidos de fazer certas declarações públicas. Em qualquer caso não estou a ver os Chefes Militares, em púbico, a reivindicar um aumento salarial. Em contrapartida as Associações podem fazer certos comentários utilizando os meios de comunicação social. Podem aproveitar as reuniões com os vários partidos políticos e aproveitando as contradições entre estes, que obviamente têm leituras conjunturais diferentes ir aumentando a sua capacidade reivindicativa."

3.2 *AS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS ENTRE A HIERARQUIA MILITAR, AS ASSOCIAÇÕES SÓCIO-PROFISSIONAIS E O PODER POLÍTICO*

"É um ponto de vista, uma concepção teórica sobre o associativismo e digamos que num regime que é aquele que vivíamos antes do 25 de Abril de 1974 nunca esta questão, do ponto de vista legal, se colocou, embora naturalmente os militares procurassem conversar entre si, associando-se de tal modo que as coisas atingiram uma gravidade tal entre os militares e o comando – a Hierarquia superior das Forças Armadas não dava resposta pois não tinha apoio do Poder Político. Acabámos por nos associar clandestinamente e fazer o próprio 25 de Abril."[20]

Após o 25 de Abril de 1974, em que os militares tiveram uma grande participação na vida política do país, esta situação foi profundamente alterada com a LDNFA que entrou em vigor em 1982. Desde então, houve objectivas razões de descontentamento. O sentido das reformas realizadas produziu compreensíveis reacções:

- Mudaram, por exemplo, as formas de inserção da estrutura das Forças Armadas em relação ao Poder Político: os Chefes Militares são desde a entrada em vigor da LDNFA propostos por escolha dos governos, em resultado do exercício de um poder que a estes é próprio; os Chefes Militares não são produto da vontade da corporação. Às vezes, talvez por uma certa insensibilidade do poder, são mesmo escolhidos contra a opinião manifestada. Corresponderá tal opção a uma prevalência do fundamento democrático sobre o fundamento corporativo. Não se discute. Mas serão por isso os Chefes Militares, hoje, meros administradores? Não. Continuam a ser Chefes Militares. Pode a sua função ser substituída por Associações Profissionais que se encarreguem de reivindicar junto do Poder Político aquilo que a Hierarquia deixou de ter condições para poder exigir? Não. "A verdade é que o Associativismo não é uma organização contra a Instituição Militar, é mais uma forma de defender um conjunto de condições para os militares, acabando por ser mais um complemento da própria acção de comando."[21]

As Forças Armadas continuaram a ser um corpo profundamente disciplinado e hierarquizado, sob pena de se perder a sua razão de ser. Mas

[20] Entrevista realizada com o Deputado Marques Júnior, do PS, em Outubro de 2002.
[21] Idem.

as Associações Profissionais têm lugar e têm fundamento para existir. Devem reunir e representar os interesses dos seus associados, devem declará-los, devem procurar contribuir para a sua afirmação. Como? Minando a disciplina e atropelando a Hierarquia? Também não, como foi por nós demonstrado no capítulo anterior do presente trabalho.

O equilíbrio destas Associações e da sua actuação deve resultar claro, sem subterfúgios da Lei.

O General Loureiro dos Santos, como já referimos, afirmou, fazendo assim na altura uma proposta de conteúdo útil quanto às Associações Sócio-profissionais, «(...) desde que devidamente definidas, e só para tempo de paz, sem interferência na área operacional - em sentido lato, incluindo o apoio logístico e administrativo -, nos domínios doutrinário, organizacional e disciplinar, nem incluir qualquer tipo de forma de reivindicação próprias de sindicatos e sem possibilidade de interferir no funcionamento normal dos quartéis, as organizações sócio-profissionais poderão ser óptimos auxiliares do exercício do comando pelos chefes militares, nas condições actualmente existentes (...)». Por isso mesmo, a CRP expressamente permite as restrições de direitos consideradas adequadas e necessárias. O que é que isto significa? Tratar de maneira diferente o que é diferente, verificando o princípio da igualdade do Estado de direito democrático.

3.2.1 *Prospectiva das relações*

Considerando como primeiro cenário, pensamos que as relações institucionais entre as Associações Profissionais de Militares e o Poder Político tenderão a evoluir no sentido da afirmação das primeiras na defesa dos interesses sócio-profissionais dos militares.

Está a ser percorrido um caminho, e se as Associações tiverem um comportamento idêntico ao que têm tido até aqui "eticamente quase irrepreensível"[22] é possível, no futuro, uma menor restrição na sua intervenção. As Associações pretendem ser reconhecidas e fazer sentir que as suas opiniões são motivo de contributo. Este comportamento, "eticamente quase irrepreensível", por parte das Associações ajuda a credibilizá-las mesmo perante para quem sempre manifestou dúvidas[23].

A legislação vigente consagra a obrigatoriedade de um Chefe Militar ouvir as Associações. Se for um Chefe com capacidade de liderança consegue aproveitar os contributos das Associações de forma a que estas sintam que

[22] Opinião expressa pelo Deputado Marques Júnior, do PS, na entrevista realizada em Outubro de 2002.
[23] Idem.

têm uma participação activa. Se não se seguir este caminho os problemas subsistem ou podem mesmo agravar-se. Nesta participação e nos contributos que as Associações Profissionais de militares poderão dar, não podem interferir[24] com a área operacional, incluindo o apoio logístico e administrativo, nos domínios doutrinários, organizacional e disciplinar, nem incluir qualquer tipo de reivindicação própria dos sindicatos, e não podendo também interferir no funcionamento das Unidades, Estabelecimentos e Órgãos.

Contudo, outro cenário se poderá colocar em virtude das ameaças à segurança do Estado também se ter alterado[25], e assim este atribuir outra importância à política de segurança e defesa, contribuindo assim para a valorização das Forças Armadas no aparelho do Estado. Esta valorização poderá contribuir para um melhor entendimento entre o Poder Político e a Hierarquia Militar. Esta situação poderá levar a um aumento do prestígio das Forças Armadas e, tal como noutros países, a necessidade dos militares em se associarem vir a diminuir. Isto, contudo, não quer dizer que as Associações deixem de existir, ou que deixem de ter o espaço de intervenção e participação que detêm actualmente.

Outro cenário, que consideramos improvável, seria a tentativa de as Associações, com uma evolução do pensamento e de atitude do Poder Político, se tornarem em Associações do tipo sindical nas suas diferentes manifestações e desenvolvimentos.

3.3 SÍNTESE CONCLUSIVA

Como conclusões ao presente capítulo poderemos apresentar as seguintes:

- As Associações tiveram um papel importante na revisão do artigo 31º da LDNFA de 1982, na medida em que aos poucos foram conquistando um "espaço" que lhes era vedado pela referida Lei, tendo, inclusive, expressado as suas opiniões (de assuntos que a Lei não permitia) junto do Poder Político em audições por estes autorizadas.
- O Poder Político tem vindo assim a reconhecer as Associações Profissionais de militares como entidades de expressão dos interesses sociais, morais e profissionais dos respectivos grupos, aparentemente porque estas têm tido um comportamento "eticamente irrepreensível" e sobretudo nunca lograram obter o estatuto de sindicato.

[24] General José Alberto Loureiro dos Santos, 2000.
[25] Consequência do 11 de Setembro de 2001.

- O facto do Poder Político não assumir o seu papel na credibilização das Forças Armadas levou a um desprestígio da Instituição Militar, a um menor poder de intervenção dos Chefes Militares junto do Poder Político, tendo como consequência, entre outras, a necessidade dos militares se associarem para defender os seus direitos.
- As Associações não são, nem podem vir a ser, entidades que junto do Poder Político reivindiquem aquilo que a Hierarquia deixou de ter condições para o fazer. São, acima de tudo, contribuintes para a afirmação das categorias que representam, defendendo e expondo os seus direitos perante a Hierarquia e o Poder Político.
- As Associações deverão ser ouvidas, em processos de consulta, e participação em grupos de trabalho para estudos sobre questões em que se possam pronunciar.
- As áreas de intervenção das Associações não devem incluir as seguintes:
  - . área operacional, incluindo o apoio logístico e administrativo;
  - . nos domínios doutrinários, organizacional e disciplinar;
  - . qualquer tipo de reivindicação própria dos sindicatos;
  - . interferir no funcionamento das Unidades, Estabelecimentos e Órgãos.
- As Associações Sócio-profissionais de Militares dispõem de "mecanismos de pressão" junto do Poder Político, nomeadamente o de poderem transmitir, através dos órgãos de comunicação social, para a sociedade os problemas que afectam e preocupam os militares.

CONCLUSÕES

Do presente trabalho de investigação, e face aos elementos que recolhemos (quer através do questionário e das entrevistas que realizámos), ao estudo e análise que efectuámos e tendo por base o objectivo a que nos propusemos, torna-se necessário sistematizar os aspectos mais relevantes (dando assim resposta às questões por nós levantadas), que passaremos a apresentar:

- A formação de um Ministério da Defesa sob direcção governativa civil, na sequência da publicação da LDNFA em 1982 e à semelhança do que acontece noutras democracias, integrando as Forças Armadas, fechou o ciclo da influência política dos militares, iniciando desta forma uma nova postura dos militares perante o Poder Político, ou seja a subordinação ao Poder Político.

- Os Chefes Militares são desde 1982 propostos por escolha do Governo, em resultado do exercício de um poder que a este é próprio, como tal, os Chefes Militares não são produto da vontade da corporação. A esta opção corresponde uma prevalência do fundamento democrático sobre o fundamento corporativo. Contudo, esta situação não poderá impedir que o Chefe Militar seja, e para o caso em análise no presente trabalho, o representante "máximo" de todos o militares.
- Não sendo uma força contra a estrutura militar o Associativismo hoje reforçou-se como forma de complementar uma acção de comando, ou seja, o Poder Político democrático de vários governos (de várias vertentes políticas) têm demonstrado não ter grande preocupação pela Instituição Militar – facto que levou os militares sentirem a necessidade de se associarem. Os Chefes Militares têm perdido, nesse ponto de vista, alguma capacidade de influênciar o Poder Político, em transmitir algumas preocupações dos militares e da Instituição. Não é só do ponto de vista do estatuto remuneratório, condições de vida, etc.
- Uma vez que o Poder Político não tem vindo a dialogar, de uma forma correcta com as Chefias Militares, estas deverão ver no Associativismo uma forma de pressionar o Poder Político, acabando por o aceitar e vendo que nalguma medida a pressão exercida pelas Associações poderá beneficiar a Instituição Militar. Nós acreditamos que isso poderá vir a reforçar o poder associativo, na medida em que a maioria daqueles que servem nas Forças Armadas verão que as Associações também poderão ser entidades credíveis para defender e expor os seus interesses perante o Poder Político, levando, assim, a um aumento de associados. Com um aumento de associados, as Associações Sócio-profissionais terão mais força junto do Poder Político para defender as suas posições.
- As Chefias Militares vão ter de dialogar com as Associações de Militares e, estamos certos de que uns e outros, terão como objectivo comum dignificar os militares e a Instituição Militar, com respeito das funções específicas de cada um.
- Concluímos que não existem incompatibilidades entre as Associações Sócio-profissionais e a Hierarquia Militar, na defesa dos interesses dos militares, perante o Poder Político, desde que estejam perfeitamente definidos os limites de participação destas Associações com as outras entidades referidas.
- A experiência e a opinião daqueles que servem nas Forças Armadas, demonstram que a existência das Associações Sócio-profissionais não vai afectar a coesão existente nas Forças Armadas.

- Os Sargentos, comparativamente aos Oficiais, face à existência e actividade das Associações Militares, têm a seguinte postura:
  - . vêem no movimento associativo uma forma de exprimir melhor as suas preocupações;
  - . aceitam melhor a existência das Associações;
  - . acompanham a actividade da Associação representativa da sua categoria de uma forma mais assídua;
  - . são aqueles que demonstram maior intenção em aderir ao movimento associativo pelas razões já enunciadas no presente trabalho.
- A postura dos militares, apresentadas no ponto anterior, é seguida tanto por aqueles que ingressaram no QP até 1990, como aqueles ingressaram no QP após aquela data.
- As Associações Sócio-profissionais poderão "utilizar" a comunicação social, ao invés da Hierarquia Militar, para transmitir à opinião pública as preocupações que afectam os militares. Esta possibilidade poderá pressionar o Poder Político a agir de outra forma, visto que é a opinião pública que julga a actuação do Poder Político, e necessariamente ouvir estas Associações.

PROPOSTAS

Do exposto no presente trabalho e pelos factos considera-se de propor o seguinte:

- O Poder Político e a Hierarquia Militar deverão acordar entre si, sobre que áreas, estes, deverão ouvir as Associações, para que se evite conflitos e um certo desentendimento na defesa da Instituição Militar.
- É de todo conveniente, e para o bom relacionamento entre o Poder Político, a Hierarquia Militar e as Associações Militares, que estas últimas participem nos grupos de trabalhos constituídos, quer ao nível do Ministério, quer ao nível dos Estados Maiores dos Ramos, para a elaboração de pareceres em assuntos em que as Associações podem intervir. As decisões, dos Chefes Militares, sobre os estudos (em que as Associações também se podem pronunciar) realizados nos respectivos Estados-Maiores, deverão ser dadas a conhecer às Associações.
- Uma Associação Sócio-profissional de militares não deverá pronunciar-se sobre assuntos que digam respeito à actividade operacional, organizacional e disciplinar da Instituição Militar, nem incluir

qualquer tipo de reivindicação própria dos sindicatos, e não podendo também interferir no funcionamento das Unidades, Estabelecimentos e Órgãos. Se isto acontecer deverá a Associação ser extinta, sob pena de se caminhar para formas de intervenção que desvirtualizem todo o princípio do Estado democrático em que as Forças Armadas deverão estar correctamente inseridas na sua estrutura.

- Que na Academia Militar, na cadeira de Liderança Militar, e nos cursos de promoção subsequentes, se comece a abordar esta nova maneira de pensar e actuar relativamente a que não é só o Chefe Militar que defende os interesses dos seus subordinados. Só assim, o Chefe Militar poderá ver a sua autoridade integralmente reconhecida na medida em que demonstram capacidade de aceitar o exercício dos direitos de cidadania dos militares numa sociedade livre e democrática com as Forças Armadas nela bem integradas.
- Deverá ser criado no Exército um processo de consulta que permita obter a sensibilidade dos militares sobre assuntos de caracter sócio-profissional e transmitir aos mesmos os problemas inerentes à problemática dos temas que se estão a discutir. Pensamos que, utilizando as novas tecnologias de informação, se poderão realizar as intenções atrás referidas de uma forma rápida e pouco dispendiosa.

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO AOS OFICIAIS E SARGENTOS DO EXÉRCITO

Questionário

Nunca como hoje, a participação dos militares na defesa dos seus interesses sócio-profissionais foi tão activa, importante e actual para se atingirem os fins desejados. Com a alteração do artigo 31º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (em Agosto de 2001) ficou "aberta mais uma porta" que permite aos militares expressar as suas intenções e preocupações na defesa dos seus interesses sócio-profissionais.

O presente questionário destina-se a Oficiais e Sargentos do Quadro Permanente, no activo e servirá de apoio ao Trabalho Individual de Longa Duração, do Curso de Estado Maior 2001-2003, subordinado ao tema "O Associativismo nas Forças Armadas e a sua relação com o Poder Político e com a Hierarquia Militar".

Ao responder a este questionário está a contribuir para melhorar o nosso conhecimento sobre a postura que o militar do QP do Exército, deve ter, perante o facto dos seus interesses profissionais poderem ser defendidos por duas entidades diferentes (a Hierarquia Militar e as Associações sócio-profissionais).

Refere-se, por último, que as suas informações têm um carácter ***CONFIDENCIAL*** e ***ANÓNIMO*** tendo apenas significado e interesse no âmbito deste trabalho.

Dito isto, pediamos-lhe a sua colaboração, a qual desde já agradecemos.

1. ***Identificação***

1.1. Identifique qual é o seu Posto actual:

(Assinale com um X a sua opção)

OFICIAIS	
Coronel	
Tenente Coronel	
Major	
Capitão	
Tenente	
Alferes	

SARGENTOS	
Sargento Mor	
Sargento Chefe	
Sargento Ajudante	
1º Sargento	
2º Sargento	

1.2. Qual a sua idade? _____ anos

1.3. Ano em que ingressou nos Quadros Permanentes do Exército _____.

1.4. Qual o seu sexo? (Assinale com um X a sua opção) Masc ☐ Fem ☐

1.5. É sócio de alguma Associação sócio-profissional (AOFA ou ANS) (Assinale com um X a sua opção) Sim ☐ Não ☐
Se respondeu "Sim" indique o ano de inscrição _____ e justifique a sua opção:
_____
_____
_____

2. Postura dos militares perante as Associações Militares sócio-profissionais e a Hierarquia Militar.

2.1. Concorda com a existência das Associações sócio-profissionais (AOFA e ANS)? (Assinale com um X a sua opção) Sim ☐ Não ☐ Se respondeu "não", não o impede de continuar a responder ao Inquérito.
Justifique a opção que escolheu.
_____
_____
_____
_____

2.2. Acompanha as actividades da Associação representativa da sua Categoria (AOFA – Oficiais; ANS – Sargentos)? (Assinale com um X a sua opção)

Sim ☐ Não ☐

2.3. Se respondeu afirmativamente à questão anterior, identifique a forma, ou formas, de acompanhamento daquelas actividades. (Assinale com um X a sua opção ou opções)

Meios de Comunicação Social	
Internet	
Camaradas	
Comunicados das Associações	
Hierarquia (Informação Descendente)	
Outras	

Se respondeu Outras, indique quais? _____

2.4. Se não é sócio de uma Associação (AOFA ou ANS), pensa vir a aderir a uma destas associações? (Assinale com um X a sua opção)
Sim ☐ Não ☐ Estou a ponderar ☐

Justifique a opção tomada

2.5. Acha que a informação relativa ao bem estar do pessoal e às suas preocupações, circulam dos mais baixos escalões até ao topo da Hierarquia?
(Assinale com um X a sua opção)

Nunca	
Raramente	
Por vezes	
Com frequência	
Quase sempre	
Sempre	

2.6. Qual das entidades abaixo indicadas pode defender melhor os seus interesses sócio-profissionais perante o poder político?
(Assinale com um X a sua opção) Associações ☐ Hierarquia ☐
Justifique a opção que escolheu.

2.7. Pensa que deverá haver entendimento (convergência de posições), na defesa dos interesses sócio-profissionais dos militares, entre as Associações de Militares e a Hierarquia perante o Poder Político?

(Assinale com um X a sua opção) Sim ☐ Não ☐

2.8. Os seus interesses no âmbito sócio-profissional são mais facilmente ouvidos pelas associações militares ou pela hierárquia a que pertence?

(Assinale com um X a sua opção) Associações ☐ Hierárquia ☐

2.9. Pensa que a existência das associações militares poderão causar instabilidade no seio da organização militar?

Estrutura hierárquica	
No Topo da Hierarquia Militar	
Ao nível do Comando das UEO	
Outras	

Nos valores da Cultura Organizacional	
Relacionamento Profissional	
Disciplina	
Espirito de Corpo	
Outras	

Não causam instabilidade	

(Assinale com um X a sua opção ou opções)

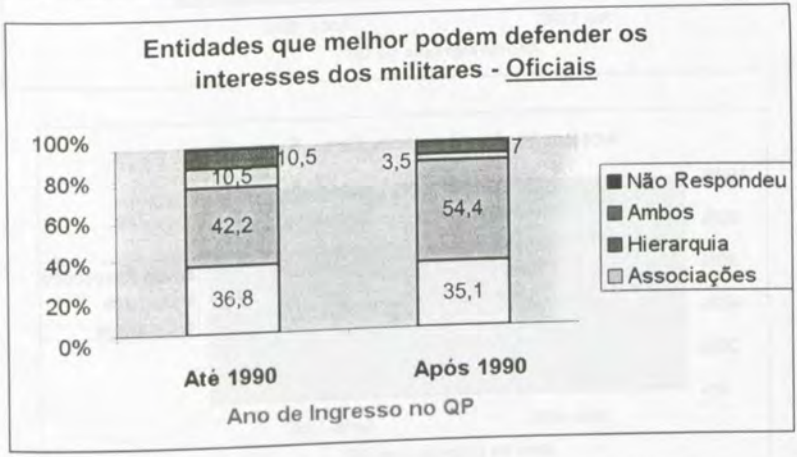
Se respondeu Outras, indique quais? _____

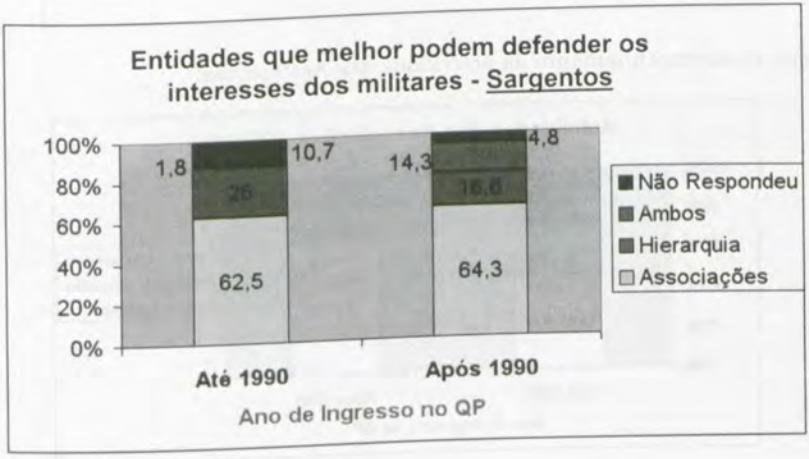
Obrigado pela sua colaboração.
Felicidades e votos sinceros de sucesso pessoal e profissional

APÊNDICE 2 – COMPARAÇÃO DE DADOS RELATIVAMENTE AO ANO DE INGRESSO NO QP

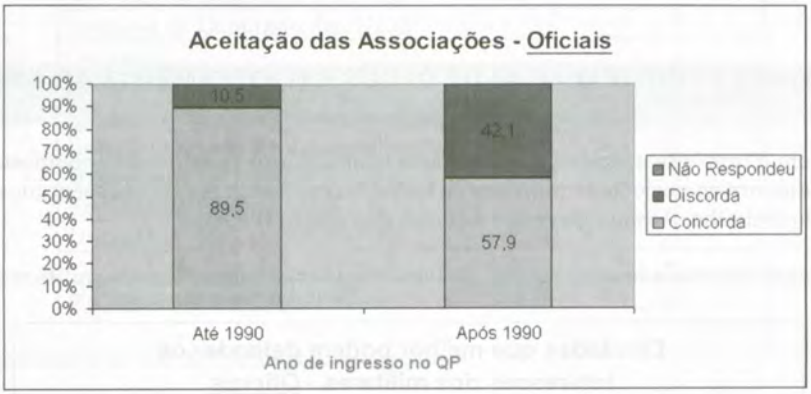
Com o presente apêndice pretendemos transmitir os resultados decompostos, relativamente ao período de ingresso no QP, dos resultados gerais apresentados no corpo do trabalho. Assim obtivemos aqueles que dizem respeito:

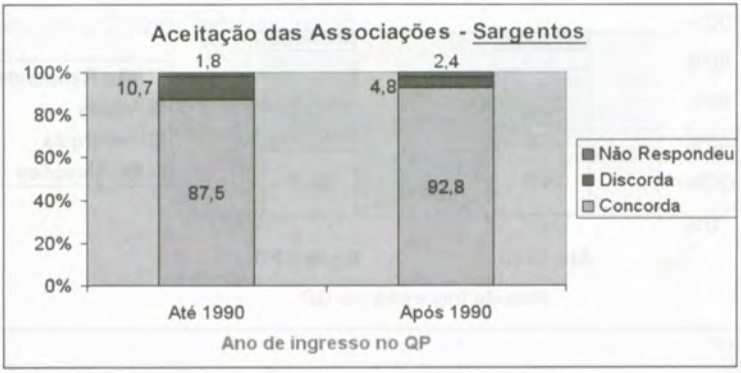
1 – Quanto às entidades que melhor podem defender os interesses dos militares



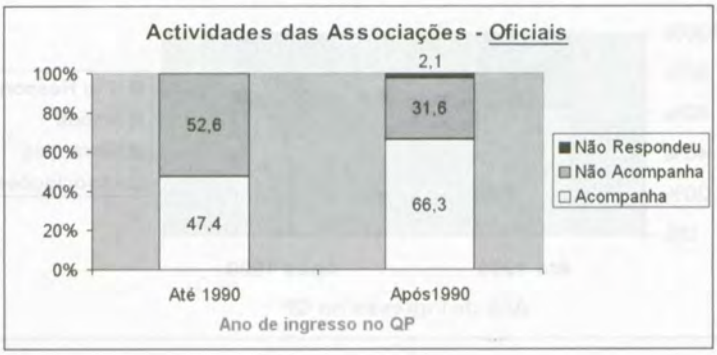


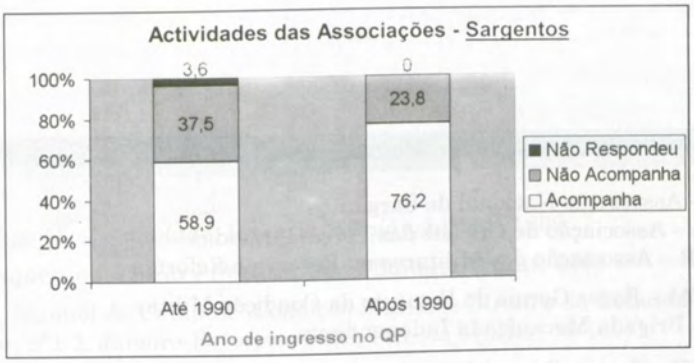
2 – Quanto à aceitação da existência das Associações Sócio-profissionais de militares:





3- Quanto ao acompanhamento da actividade das Associações:




Actividades das Associações - Sargentos
3,6
0
100%
80%
60%
40%
20%
0%
37,5
23,8
58,9
76,2
Não Respondeu
Não Acompanha
Acompanha
Até 1990
Após 1990
Ano de ingresso no QP

LISTA DE ABREVIATURAS

ANS – Associação Nacional de Sargentos
AOFA – Associação de Oficiais das Forças Armadas
ASMIR – Associação dos Militares na Reserva e Reforma

BGECM – Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar
BMI – Brigada Mecanizada Independente

CDS/PP – Centro Democrático Social / Partido Popular
CEME – Chefe do Estado-Maior do Exército
Cf - conforme
CMSM – Campo Militar de Santa Margarida
CRP – Constituição da República Portuguesa

DBwV – Deutscher Bundeswehrverband e. V.
DGPRM – Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
Div Pess/EME – Divisão de Pessoal do Estado Maior do Exército
DR – Diário da República

EME – Estado Maior do Exército
EMFAR – Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EPC – Escola Prática de Cavalaria
EPI – Escola Prática de Infantaria
EUROMIL – European Organisation of Military Associations – Organização Europeia das Associações Militares

GF – Guarda Fiscal
GNR – Guarda Nacional Republicana

IAEM – Instituto de Altos Estudos Militares
ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa
LDNFA – Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas

MDN – Ministério da Defesa Nacional
MFA – Movimento das Forças Armadas

OIT – Organização Internacional do Trabalho
OTAN/NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PS – Partido Socialista

QP – Quadro Permanente

UCP – Universidade Católica Portuguesa
UE – União Europeia
UEO – Unidades, Estabelecimentos e Órgãos

BIBLIOGRAFIA

AAVV. *Código Civil – anotado*, Livraria Petrony, Lisboa, 1982

AAVV. *O Inquérito – Teoria e Prática*. Celta Editora, Oeiras, 2001.

ALMEIDA, Manuel de Campos. "Condição Militar e Direitos do Cidadão", in *Revista Militar*, nº1-2, Janeiro-Fevereiro 1986, Revista Militar, 79-133.

AMARAL, Diogo Freitas do. *A Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas*. Coimbra Editora Limitada, 1983, pp 492.

CARRILHO, Maria. "Forças Armadas, Sociedade e Poder: A subordinação das Forças Armadas ao Poder Político.", in *Nação e Defesa*, nº16, Outubro-Dezembro 1980, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, 153 a 160.

CARRILHO, Maria. Democracia e Defesa – Sociedade, Política e Forças Armadas em Portugal. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1994, pp 244.

CUPERTINO, Joaquim Luís. *Deontologia Militar*. Academia Militar, Lisboa, Reedição 1985.

DIAS, António de Azevedo. "Os Direitos Individuais dos Militares Face à Colectividade", in *Revista de Artilharia*, nº723-724, Novembro-Dezembro 1985, Arma de Artilharia, Lisboa, 161 a 175.

FERREIRA, José Medeiros. O Comportamento Político dos Militares – Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX. Colecção "Histórias de Portugal", Editorial Estampa, Lisboa, 1996.

FONTAINE, Pascal. A Europa dos Cidadãos. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo, 1993.

FREIRE, João. Associações Profissionais: Problemas conceptuais e metodologias para a sua análise. Projecto "Profissões em Portugal", ISCTE, Lisboa, 2001

QUINTELA, João. "A Liberdade de Expressão dos Militares.", in *Revista do Serviço de Administração Militar*, nº2, Janeiro, Fevereiro e Março 1986, Revista do Serviço de Administração Militar, Lisboa, 107 a 126.

RIBEIRO, António Silva. "O Associativismo Militar", in *Anais do Clube Militar Naval*, Abril-Junho 2000, Clube Militar Naval, Lisboa, 399-404.

SANTOS, José Alberto Loureiro dos. "Forças Armadas e Poder Político em Democracia – A transição democrática em Portugal.", in *Nação e Defesa*, nº94, 2ª Série Verão 2000, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, 163 a 174.

SANTOS, José Alberto Loureiro dos. *Reflexões sobre Estratégia – Temas de Segurança e Defesa*. Publicações Europa-América, Mem Martins, 2000.

SANTOS, José Alberto Loureiro dos. *Segurança e Defesa na Viragem do Milénio.* Publicações Europa-América, Mem Martins, 2001.

VIEGAS, José Manuel da Silva. *Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas – Anotada.* Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa, 1988.

VIEIRA, Belchior. *Liderança Militar.* Revisão, compilação, adaptação e sistematização pelo TCor Carlos Videira, Academia Militar/Estado Maior do Exército, Lisboa, 2002.

Trabalhos:

ARANHA, José Casimiro Gomes Gonçalves. *O Sindicalismo nas Forças Armadas – Perspectivas em Portugal.* Curso Superior de Comando e Direcção 1989/90 – Trabalho Individual de Longa Duração - IAEM Fevereiro 1990.

GONÇALVES, Carlos Manuel Chaves. *As Forças Armadas e a política após 1974.* Curso Superior de Comando e Direcção 2001/02 – Trabalho Individual de Longa Duração – IAEM 2002.

LEANDRO, Francisco. *A CRP e o princípio da democracia participativa.* Trabalho de mestrado, UCP, 1999.

SANTOS, Luís Nelson Ferreira dos. *Moral e Bem-Estar no Exército: conceito, racionalização e funcionamento.* Curso Superior de Comando e Direcção 1999/00 – Trabalho Individual de Longa Duração – IAEM Fevereiro 2000.

SEQUEIRA, Luís Augusto. *O "Valor" do factor humano no Exército numa perspectiva de eficácia.* Curso Superior de Comando e Direcção 1997/98 – Trabalho Individual de Longa Duração – IAEM Fevereiro 1998.

Legislação:

- Constituição da República Portuguesa, 4ª Revisão, Imprensa Nacional Casa da moeda, Lisboa, 1997.
- Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, assinada e proclamada em 7 de Dezembro de 2000, Nice.
- Lei n.º29/82, de 11 de Dezembro – Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas.
- Lei n.º11/89, de 1 de Junho – Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar.
- Lei Orgânica n.º3/2001, de 29 de Agosto – Lei do Direito de Associação Profissional dos Militares.
- Lei Orgânica n.º4/2001, de 30 de Agosto – Lei de Alteração do Artigo 31º da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro.
- Decreto-Lei n.º 215/75, de 30 de Abril – Bases do Ordenamento Jurídico das Associações Sindicais.
- Decreto-Lei n.º236/99, de 25 de Junho – Estatuto dos Militares das Forças Armadas.

Sites da Internet:

- welcome.to/aofa
- www.ans.pt
- www.asmir.pt
- www.cgtp.pt
- www.euromil.org
- www.mdn.gov.pt
- www.portugal.gov.pt
- www.ugt.pt

SISTEMA DE DEFESA ANTI-MÍSSIL ISRAELITA

Pelos Aspirantes Tirocinantes de Artilharia
CALHAÇO
SERRÃO
PEREIRA

INTRODUÇÃO

Com o aparecimento das primeiras V1 e V2 (Vergeltungswaffen) sobre os céus de Londres durante a II Guerra Mundial, iniciou-se, pela primeira vez, a preocupação em fazer face contra esse tipo de ataques, por parte das forças e nações que eram alvo das suas acções.

Desde então, tem-se assistido a uma constante evolução no desenvolvimento do míssil, sendo um dos seus maiores picos durante o período da Guerra Fria. Com a assinatura do Tratado ABM (Anti-Ballistic Missile) em 26 de Maio de 1972 pelos presidentes Nixon (E.U.A.) e Brezhnev (URSS), com vista a reduzir o desenvolvimento e produção de mísseis balísticos tácticos ou estratégicos, passou-se a um período em que foi colocada de parte a possível defesa contra estes. As disposições acordadas no Tratado ABM "*...limitavam seriamente a capacidade de cada uma das superpotências de desenvolver, produzir ou utilizar tecnologias de defesa contra mísseis balísticos*"[1]. Com isto, cada um dos blocos tornou-se vulnerável às eventuais e possíveis acções ofensivas de lançamento de mísseis balísticos do outro bloco. Nesta perspectiva, a concepção e o desenvolvimento de sistemas de armas antimíssil com elevada eficácia foi praticamente nula. Mais tarde, com o avanço na teoria da "*Iniciativa de*

[1] Expressão do Major Pereira dos Santos no seu artigo "A Defesa Antimíssil Balístico Norte Americana" publicado no Boletim de Artilharia.

Defesa Estratégica"[2] mais conhecida por "Guerra das Estrelas" durante a administração Reagan, começou-se a dar maior importância à defesa do espaço aéreo de um país contra mísseis balísticos tácticos e estratégicos, importância que até à data pouco se notava. Essa necessidade verificou-se em especial durante a Guerra do Golfo (1990/1991), com o lançamento pelo Iraque de mísseis balísticos tácticos sobre alguns estados da região do Médio Oriente, sobre a Arábia Saudita e sobretudo sobre Israel, havendo a partir daí a necessidade de proteger as forças e os cidadãos aí estacionadas, e que aí viviam. Em 1994 nos EUA, após as eleições presidenciais, acelerou-se o processo de desenvolvimento e pesquisa de estruturas de defesa antimíssil através da Organização de Defesa Antimíssil Balístico (BMDO).

Conclui-se assim, que os avanços tecnológicos em termos de defesa antimíssil elaborados pelos EUA são procurados por uma diversidade de países com vista a salvaguardarem os seus territórios e populações, e desse modo fazerem face à ameaça míssil balístico efectuada por estados da sua região e com a capacidade e vontade para tal. Um dos países que procura o apoio dos meios tecnológicos americanos é Israel, que devido ao seu relacionamento com os países muçulmanos do Médio Oriente, tenta a todo o custo fazer frente à possível ameaça do emprego de mísseis balísticos e à ameaça da utilização de armas nucleares, biológicas e químicas. Caso disso foi o primeiro conflito do Golfo.

A GUERRA DO GOLFO

Com o início da operação "Tempestade no Deserto" em Janeiro de 1991 pelas forças aliadas (EUA, Grã-Bretanha, França), com vista a libertar o Kuwait da invasão efectuada pelo regime iraquiano, que ocorreu alguns meses antes, novos sistemas de armas surgiram do lado aliado. Estes sistemas modificaram completamente a forma de fazer a guerra num Teatro de Operações, devido à sua precisão, letalidade e eficácia sobre os alvos, forma esta que anteriormente nunca se tinha observado nos conflitos mundiais até então existentes. Foi o início da guerra de 3ª vaga.

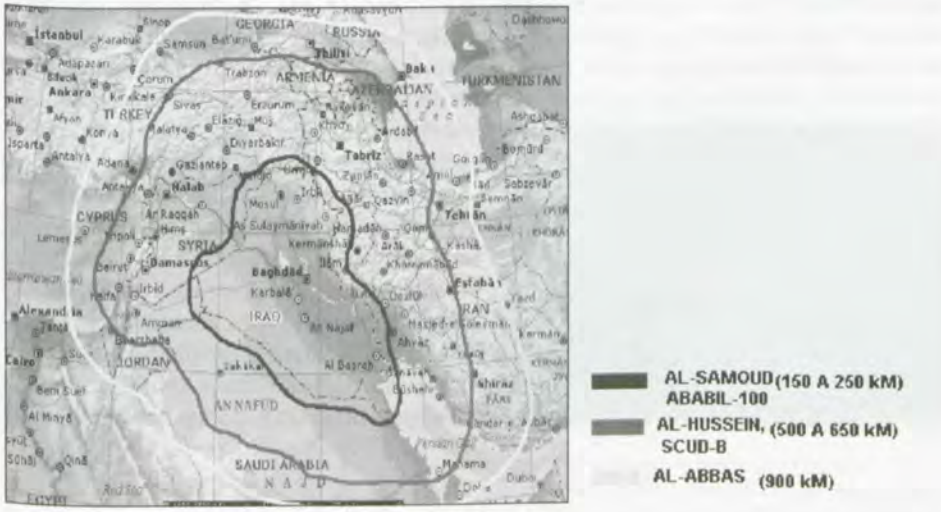
Do lado iraquiano, as forças do líder Saddam Hussein encontravam-se mal equipadas e mal alimentadas (com excepção de algumas forças de elite como a Guarda Republicana), o que levou à rendição destas em grandes massas às forças da coligação e, por outro lado, a libertação do Kuwait em pouco tempo. A capacidade bélica de Saddam era também muito limitada

[2] Expressão do Major Pereira dos Santos no seu artigo "A Defesa Antimíssil Balístico Norte Americana" publicado no Boletim de Artilharia;

apenas dispondo de um grande número de blindados (pouco sofisticados), alguma artilharia de campanha e algumas aeronaves de ataque. Estes materiais eram todos de proveniência Soviética. Mas os grandes trunfos de Saddam eram a sua Guarda Republicana, unidades especiais com a função de protecção ao presidente, e forças leais a Saddam Hussein, podendo desempenhar ainda acções especiais, e ainda a sua capacidade de lançamento e de empenhamento de mísseis balísticos tácticos sobre as forças aliadas estacionadas na região, ou também sobre outros estados da região. O empenhamento de mísseis balísticos tácticos poderia ainda transportar ogivas químicas e biológicas, permitindo às forças iraquianas o emprego de armas de destruição maciça.

AMEAÇA MÍSSIL DURANTE A GUERRA DO GOLFO CONTRA ISRAEL

Uma das grandes possibilidades de Saddam Hussein e do regime iraquiano em fazer face à ofensiva aliada, era através do lançamento e emprego de mísseis balísticos tácticos sobre alvos militares e civis, com vista a desorganizar e destabilizar as forças aliadas, bem como em gerar um maior clima de crise e de instabilidade com a possível entrada ao seu lado de outros estados da região. Outra razão foi em mostrar a resposta iraquiana contra os atacantes, ao mundo árabe.



Alcances dos Mísseis Iraquianos durante a Guerra do Golfo.

A utilização em especial dos mísseis SCUD trouxe um clima de medo, angústia e insegurança constante às populações de alguns países da região, casos da Arábia Saudita, da Turquia e em especial de Israel. Os mísseis SCUD foram mísseis desenvolvidos na ex-URSS e detinham a capacidade de poderem transportar armas nucleares. A venda de mísseis SCUD da ex-URSS a países do Médio Oriente, em especial ao Iraque, levou ao aumento do poder deste na região, devido à sua capacidade de obtenção e desenvolvimento, tornando-os num meio de dissuasão e destruição, e devido à intenção na sua utilização, protagonizada pelo seu líder Saddam Hussein, tornando-se numa "*Nação de Potência Míssil*"[3]. Para tal, o Iraque também possuía mísseis de outros tipos, como os mísseis Al-Hussein e o Al-Abbas, tendo estes sido alterados por si com vista a aumentar os seus alcances e poder atingir cidades dos países da região. O interesse de Saddam para a utilização de mísseis balísticos tácticos era de estes disporem aquando do seu lançamento de "*...uma vantagem sobre os outros sistemas de armas capazes de bombardeamentos a longas distâncias*"[4]. Estas armas dispõem da capacidade de chegar ao alvo com rapidez, surpresa e com grande poder de destruição, e com a vantagem na época de não existirem meios de defesa antimíssil eficazes para lhes fazer face. Tinham também a vantagem de ser de baixo custo, em comparação com os meios que a coligação dispunha. Assim por um lado, os aliados bombardeavam Bagdad e algumas cidades iraquianas com eficácia e grande poder de destruição utilizando especialmente bombardeiros de última geração (F-117 NightHawk, B-52) e mísseis Tomahawk. Por outro lado, o Iraque ripostava bombardeando alvos civis e militares estacionados em países vizinhos, como a Arábia Saudita e em Israel, através da utilização de mísseis balísticos tácticos SCUD, Al-HUSSEIN, entre outros, e a possibilidade de estes poderem transportar ogivas nucleares, biológicas e químicas.

Quando caíram os primeiros mísseis SCUD em território israelita, em especial nas cidades de Tel Aviv e Haifa, gerou-se um clima de insegurança constante e de preocupação na população israelita, primeiro pelo receio e incerteza do aparecimento de

[3] Expressão dos Tenentes de Artª Ferreira da Silva e Benrós no artigo "A Defesa Antimíssil" publicado na Revista de Artilharia nº 811-812 de Março e Abril de 1993;

[4] Expressão dos Tenentes de Artª Ferreira da Silva e Benrós no artigo "A Defesa Antimíssil" publicado na Revista de Artilharia nº 811-812 de Março e Abril de 1993;

mísseis balísticos sobre as suas casas, e em segundo lugar pelo possível emprego desses mísseis com armas químicas e biológicas (armas de destruição maciça). Estes ataques tinham como propósito *"...provocar uma reacção descontrolada de Israel..."*[5] através da resposta com o uso da força contra o Iraque, o que levaria certamente de seguida à entrada no conflito de países da região que divergem largamente da cultura hebraica (Egipto, Síria, Irão, Jordânia, Palestina, Líbia). Estes estavam no início do conflito contra a invasão do Kuweit pelo Iraque, mas tal acção israelita teria uma reacção contrária às suas posições iniciais. Isto levaria ao agudizar da crise na região (caso Israel tivesse ripostado). Assim, estes ataques com mísseis iraquianos tiveram repercussões, em primeiro lugar de ordem psicológica sobre as populações de Israel e em consequência disso implicações políticas sobre o governo israelita. A resposta do governo israelita foi a ideal, não aumentando a possibilidade de intervenção armada na região, mas recorrendo à guerra psicológica contra o Iraque, através dos órgãos de comunicação social, que mostraram ao mundo os efeitos dos mísseis SCUD na população civil, e o pânico instalado em Israel. Foi uma forma de obter apoio internacional, em especial dos Estados Unidos da América.

Foi no entanto necessário evitar o ataque iraquiano com mísseis balísticos por parte das forças da coligação, diminuindo a probabilidade de generalização do conflito (objectivo principal de Saddam Hussein), através da protecção de Israel e de outros pontos na região. Assim, visto qual era a principal ameaça do Iraque (o míssil balístico táctico – SCUD), houve a necessidade de garantir a protecção antimíssil balístico táctico das cidades israelitas. Para tal os EUA disponibilizaram a Israel quatro Baterias de sistemas de defesa antimíssil, reforçando as duas baterias já existentes desde o início do conflito e pertencentes às Forças de Defesa Israelitas (IDF). Tinham o objectivo de protegerem as principais cidades de Israel e alguns complexos militares, garantindo a segurança às suas populações. Estes sistemas de defesa antimíssil eram conhecidos pelo sistema de defesa antimíssil PATRIOT. Não foi só o estado hebraico a disponibilizar deste sistema. Também na Arábia Saudita foram empregues 21 Baterias PATRIOT com vista à protecção das forças da coligação aí estacionadas, e na Turquia 2 Baterias. Estes sistemas de defesa tiveram uma grande eficácia na destruição de mísseis SCUD lançados pelas plataformas iraquianas, mas não conseguiram a sua destruição total devido a algumas limitações que possuíam.

[5] Expressão dos Tenentes de Artª Ferreira da Silva e Benrós no artigo "A Defesa Antimíssil" publicado na Revista de Artilharia nº 811-812 de Março e Abril de 1993;

Do mesmo modo, mas fora do Médio Oriente, outros países representam uma ameaça para o mundo, em termos de desenvolvimento e emprego de mísseis balísticos tácticos e estratégicos, bem como no possível emprego de armas de destruição maciça. Assim, como o Iraque, a Coreia do Norte representa igualmente uma ameaça à paz e segurança mundial, devido ao seu programa de desenvolvimento de mísseis balísticos (tácticos e estratégicos), bem como pelo seu desenvolvimento de armas de destruição maciça (nucleares, biológicas e químicas).

SISTEMAS QUE SUPORTAM A DEFESA ANTIMÍSSIL ISRAELITA

Aquando da Guerra do Golfo, o sistema de defesa antimíssil balístico em Israel (existente também na Arábia Saudita e na Turquia) era do tipo de Defesa de Teatro (Theater Missile Defence). A partir de 1994, outros dois tipos de sistemas de defesa antimíssil balístico apareceram: Defesa do Território Nacional (National Missile Defence – NMD) e de Tecnologias Avançadas.

A Defesa de Teatro é destinada à protecção antimíssil de tropas em operações (em actividade ou estacionadas), áreas de retaguarda e operações em profundidade. Poderá também ter a função de protecção a centros populacionais e zonas de elevado interesse estratégico. Este tipo de defesa inclui, nos dias de hoje, um grande número de sistemas de defesa antimíssil, que dispõem de uma capacidade de emprego rápido, de extrema mobilidade, com vista ao cumprimento de diversas missões que lhe são confinadas.

De entre os vários sistemas que podem ser empregues na Defesa de Teatro Israelita há a salientar os sistemas PATRIOT, ARROWN, NAUTILUS, PHALANX e VULCAN. Estes sistemas são empregues com vista a uma defesa antimíssil combinada, pois a conjugação de diversos meios de defesa antimíssil e antiaérea permitem uma defesa eficaz e segura do espaço aéreo contra qualquer tipo de ameaça.

O programa de defesa israelita pretende criar um dispositivo onde possam ser integrados vários sistemas de armas capazes de responder à ameaça aérea nas diferentes faixas de altitude. Por outras palavras, o anel defensivo israelita engloba as seguintes áreas:

1. **Serviços de informação e Poder Aéreo.** Através do emprego, conjunto, da Força Aérea e de informações precisas da localização dos pontos a destruir.
2. **Defesa Aérea.** Recorrendo a:

- *Comando, Controlo, Comunicações e Informações (C3I)*

Com as bases aéreas árabes situadas a poucos quilómetros das fronteiras israelitas, uma das questões que ressalta é da capacidade de aviso prévio da FAI (Força Aérea Israelita) corresponder às potenciais ameaças. O ramo das informações da FAI está constantemente em alerta para alterações das ameaças e activa o alerta ao menor sinal de perigo.

Para a recolha de informações e de indícios de perigo são empregues as últimas tecnologias, mas no entanto o verdadeiro segredo consiste em analisar correctamente as intenções do inimigo. Isto requer uma perfeita combinação entre aparelhos altamente sofisticados e pessoal altamente especializado. Parte da tecnologia foi desenvolvida pelas indústrias israelitas, o caso do mini-RPV (Remote Piloted Vehicle).

Para o controlo dos céus os israelitas ainda contam com radares terrestres e aviões do tipo E-2C Hawkeye, para complementar os radares terrestres. Com estes sistemas há a possibilidade de dividir o teatro de operações em sectores, permitindo uma optimização de recursos, na medida em que estes serão colocados à disposição da FDI no sector ameaçado. Esta flexibilidade operacional e de rápida resposta providencia uma decisão efectiva sob pressão.

- *Radares terrestres de segurança e defesa*

Quanto aos radares, as forças israelitas possuem uma variedade e seleccionada, quantidade de radares para as diferentes missões, terrenos e alcances.

O **EL\M-2106H Point Defense Alert Radar** tem a capacidade de operar com qualquer tipo de sistema ar-terra, possibilitando, sob quaisquer condições atmosféricas, uma vigilância constante de aeronaves.

O **EL\M-2129 MDSR Advanced Ground Radar** tem a missão específica de controlo de pontos fronteiriços. Trata-se de um radar de baixo peso e de baixo consumo de energia, oferecendo alcances de detecção que variam entre 5 Km a 10 Km.

O **EL\M-2128 MINDER Miniature Detection Radar**, é um radar pequeno destinado a detectar, automaticamente, movimento dentro de uma área de interesse protegida. O seu alcance varia entre os 500 m e os 1 000 m.

O **EL\M-2190 GPR Ground Penetration Radar** detecta, mede, analisa e classifica objectos enterrados no solo.

O **EL\M-2140NG Radar** destina-se à protecção de fronteiras e pontos vitais contra possíveis ameaças e incursões. Possui um alcance de 40 Km.

O **EL\M-2080 "Green Pine"** é um radar de pesquisa, aquisição e controlo de fogo, que consegue detectar e fazer o seguimento simultâneo de vários mísseis balísticos.

- ***Sistemas de Informação***

O serviço de informações aéreo israelita (IAI, Israel Air Intelligence) consegue responder aos requisitos das informações integrando sofisticados radares, meios radioeléctricos (SIGINT, Signal Intelligence), meios electrónicos (IMINT, Image Intelligence) e Synthetic Aperture Radar (SAR), tecnologias capazes de detectar e efectuar o seguimento de alvos em movimento e estacionários.

- ***Sistemas Espaciais***

A IAI especializou-se em satélites de baixo peso, que inclui o OFEQ Low Earth Orbiting (LEO) high resolution satellite. O AMOS I e, recentemente dois satélites, um de comunicações e o outro de observação, o EROS Earth Resources Observation Satellite.

- ***Sistemas de Armas AntiMissil***

➢ **Sistema míssil PATRIOT**

O sistema de defesa antimíssil PATRIOT foi pela primeira vez utilizado durante a Guerra do Golfo, para a protecção das tropas aliadas aí estacionadas e para a protecção de certas cidades israelitas. Este sistema foi utilizado apenas como um meio mais adaptado para fazer face a essa ameaça iraquiana, pois o sistema PATRIOT era um sistema de defesa aérea, principalmente vocacionado contra aeronaves que voassem a alta e muito alta altitude (HIMAD) e não destinado à defesa antimíssil.

O sistema de defesa antimíssil balístico táctico PATRIOT proporcionou a autodefesa e a capacidade de protecção aérea contra mísseis balísticos tácticos. É um sistema de intercepção de mísseis balísticos tácticos com sucesso, alterando a trajectória do míssil balístico ou destruindo o próprio míssil. É empregue com grande eficácia, fornecendo protecção em especial a alvos pontuais contra mísseis balísticos tácticos de curto alcance que possuam alcances de cerca de 300 e 600 quilómetros. A protecção de grandes áreas não é o seu forte, juntamente na defesa contra mísseis de elevados alcances.

A principal missão das unidades PATRIOT estacionadas em Israel era garantirem a protecção de centros populacionais, complexos militares, áreas industriais e outros alvos estratégicos de extrema importância para Israel.

➢ Sistema Míssil Arrow

Ao nível da defesa estratégica, os israelitas, apostaram no Sistema Míssil Arrow (AWS, Arrow Weapon System) para a destruição dos mísseis balísticos de longo alcance.

Aos olhos dos seus criadores israelitas, o Arrow, destina-se essencialmente a responder aos programas de armamento dos seus vizinhos sírios e iraquianos, e a deter um primeiro ataque surpresa árabe contra alvos militares e zonas civis.

Disparo do míssil Arrow.

Divide-se em três componentes principais:

- **Radar de longo alcance Green Pine**;

  Entre a sua vasta potencialidade podemos referir, a capacidade dual mode (de aviso prévio e controlo de fogo), grandes alcances de aquisição (mais de 500 Km), possibilidade de seguimento simultâneo de mísseis balísticos tácticos e de elevada facilidade no transporte;

- **Interceptor Arrow II e plataforma de lançamento**;

  A plataforma é móvel e tem uma lotação de seis mísseis. Estes mísseis são caracterizados, essencialmente, pela sua grande mobilidade e poderem atingir velocidades supersónicas.

- **Sistemas de Comando e Controlo de tiro**;

  Possibilidade de efectuar intercepções simultâneas.

O sucesso obtido no exercício de 14 de Setembro de 2000 permitiu a entrada ao serviço de duas baterias do Arrow, em Outubro do mesmo ano.

Ainda no âmbito do programa do sistema Arrow, perspectiva-se a aquisição de uma terceira bateria e a obtenção de uma interoperabilidade com os sistemas TMD dos EUA. Este último propósito será obtido via uma arquitectura comum de comunicações, recorrendo ao Link-16. O programa de melhoria do AWS irá incluir cooperação técnica entre os EUA e Israel, e ainda estes de validação da performance da versão melhorada do AWS.

No ano seguinte, na sequência do exercício Juniper Cobra 2001, foram realizados os testes de interoperabilidade das baterias Arrow com o sistema Patriot. Aproveitou-se nestes exercícios para medir a precisão dos mísseis. "*O planeamento do exercício demorou mais de um ano e faz parte de uma rotina de treino entre os EUA e Israel, com vista a validar a interoperabilidade dos sistemas de defesa aérea.*"[6]. O cenário criado no Juniper Cobra 2001 consistiu no lançamento de 10 mísseis terra-terra de longo alcance, iraquianos, contra o centro nuclear israelita em Dimona. Na primeira fase o comando e radar do Arrow detectam a aproximação dos mísseis e inicia os procedimentos para a intercepção. Numa segunda fase os sistemas do Arrow enviam sinais às baterias dos Patriot para destruir os mísseis que não foram interceptados pelo Arrow.

➢ Nautilus

O sistema laser Nautilus continua a pertencer ao rol de armas a adicionar à defesa de Israel. É uma arma de curto alcance, destinado à intercepção dos mísseis Katyushas. Este sistema já foi alvo de testes por duas vezes, nos Estados Unidos. O princípio de funcionamento desta arma consiste em focar um feixe laser ao míssil em aproximação. Uma das desvantagens reside na dispersão do feixe à medida que a distância aumenta, perdendo a sua capacidade de focagem e, consequentemente, diminuindo a intensidade do feixe. Para que seja possível manter a intensidade do feixe para longas distâncias é necessária uma fonte capaz de produzir uma elevada quantidade de energia, exigindo, para isso, enormes instalações que possam abrigar estes equipamentos. Apesar de tudo, foi possível construir estas instalações. No entanto, o aparecimento de uma bateria móvel de lasers mortais ainda pertence a um presente bastante longínquo do nosso.

[6] Expressão de um Comandante que participou no Exercício"Juniper Cobra 2001";

➢ Vulcan

Constitui outra alternativa para uma defesa a muito baixas altitudes. É um sistema muito idêntico ao Phalanx mas com um radar de alcance muito limitado. A missão do Vulcan é, principalmente, reagir contra ataques de aeronaves com baixos perfis de voo, poderá também ser empregue contra alvos terrestres. A sua eficácia contra mísseis é excessivamente reduzida.

➢ Phalanx

O Phalanx faz parte de uma solução intermédia para uma defesa aérea de muito baixas altitudes. O Phalanx está ao serviço em navios de guerra de vários países com o intuito de os defender contra mísseis mar-mar, e irá integrar o "anel de defesa" contra os Katyushas, em Kiryat Shmona. O coração do sistema está localizado num radar que direcciona a arma de seis cartuchos de 20 mm. Quando o míssil se aproxima a velocidades subsónicas, o radar fixa a arma ao alvo e activa de imediato o canhão que dispara uma elevada quantidade de munições por minuto, enriquecidas de urânio empobrecido, e que ao atingir o míssil provoca a sua explosão.

É de salientar que a utilização destes sistemas ainda está a ser pensada, dada a sua missão específica nos navios, equipas de especialistas ainda estão a efectuar estudos para o seu emprego na defesa dos céus israelitas contra mísseis.

CONCLUSÕES

A componente aérea é, vincadamente, um vector de extrema importância no Teatro de Operações[7] moderno. Sendo preferencialmente, os meios aéreos os de mais difícil detecção, e os mísseis os menos dispendiosos faz com que estes ocupem um espaço bem demarcado no quadro da utilização da terceira dimensão.

Os países considerados focos de desestabilização da Ordem Mundial, poderão de algum modo ser relacionados, com os mísseis. Repare-se na proliferação de armas de destruição maciça, no número em crescendo de países equipados com mísseis balísticos capazes de transportar ogivas, nas tentativas frustradas de acordos de desarmamento aliada à tendência inata de sofrer ataques por ser um território em guerra.

[7] Intensos e frequentes ataques aéreos na 1ª fase "Desert Storm"; bombardeamentos aéreos no Kosovo;

Os próprios americanos, em nada escondem o receio pátrio a esta arma. Detentores inequívocos, da hegemonia mundial continuam numa busca da concretização do projecto do escudo anti-míssil como parte de uma política de quebrar qualquer hipótese de penetração no seu território ou área de actuação das suas forças. Exemplo demonstrativo deste facto, foi a criação do *"Missile Defense Agency"* – criado pelo Secretário de Defesa a 2 de Janeiro de 2002 que impulsionou esse mesmo projecto e segmentou-o em 4 partes (*Terminal Defense Segment* – TDS; *Midcourse Defense Segment* – MDS; *Boost Defense Segment* – BDS e *Sensor Segment* – SS). Cada um destes sub projectos reveste-se de especificidades próprias que só serão alcançadas com materiais próprios. Israel tem em sua posse alguns deste materiais, embora não actuando, ainda, integradamente como será o objectivo a alcançar.

Para os mais cépticos, os detentores de opiniões fundamentadas nos tratados de Não Proliferação de Armas e outros dos géneros que anunciam uma aposta na não utilização destas armas carregadas com ogivas, é necessário verificar que os mísseis não são construídos como armas de destruição maciça, apenas lhes pode ser acoplados equipamentos que permitam o lançamentos das tais ogivas a distâncias enormes dos pontos que pretendamos atingir e a palavra pontos é aqui escrita com propósito. A precisão é milimétrica e os danos colaterais tão condenados pela opinião pública são bastante reduzidos. No fundo, embora numa análise repentina e, portanto, menos estudada, a guerra utilizando estes sistemas de armas de precisão acaba por ser uma guerra mais humana e menos sofrida do que, por exemplo, um regime de sanções ou embargos económicos.

Após o início da ameaça com mísseis balísticos sobre Israel, este tentou a todo o custo desenvolver sistemas de protecção contra as possíveis ameaças de países da sua região. Um dos métodos mais eficazes consistiu na aplicação de sistemas provenientes de outros países nomeadamente os EUA. Apesar desta tomada de consciência, os israelitas paralelamente desenvolveram outros sistemas com destaque para o Sistema ARROW, que se encontra ainda numa fase de experimental .Novas tecnologias em termos de defesa antimíssil para a Defesa de Teatro, como o caso do sistema THAAD (Theater High Altitude Área Defense System), do sistema NAD (Navy Área Defense) ou NTW (Navy Theater Wide Defense), e o sistema MEADS (Medium Extended Air Defense System) em preparação nos EUA poderão fazer parte do futuro conceito de defesa aérea de Israel.

Podemos dizer que Israel se encontra nos dias de hoje bastante segura contra a ameaça míssil. Mas outra ameaça começa agora a tomar forma: como poderá Israel fazer face à ameaça biológica e química, caso um dos seus rivais da região se a proponha a utilizar nos seus territórios?

BIBLIOGRAFIA

SILVA e BENRÓS, Tenentes, "*A Defesa Antimíssil*", Revista de Artilharia nº 811 e 812, Março e Abril de 1993;

DEFENSE, Department, "*Conduct of the Persian Gulf Conflict*", Report to the Congress, 1991;

SANTOS, Henrique José Pereira dos, "*A Defesa Antimíssil Balístico Norte Americana*", Boletim da Antiaérea, 2000;

NOTÍCIAS, Jornal, "*Golfo*", Jornal de Notícias, 2003;

BONIFACE, Pascal, "*Atlas das Relações Internacionais*", Plátano;

RODRIGUES, vice-almirante Reis, "*O Escudo de Protecção Antimíssil e o Terrorismo Internacional*", Revista Militar nº 10 Outubro 2002 págs. 711 a 739;

RODRIGUES, vice-almirante Reis, "*O Escudo de Protecção Antimíssil*", Revista Militar nº 11 págs 861 a 886;

Military Balance2002/ 2003;

www.idf.il

"O PODER AÉREO"

Pelos Aspirantes Tirocinantes de Artilharia
MOREIRA
PISCO
PINTO

INTRODUÇÃO

Com o aparecimento das primeiras aeronaves, com capacidade ofensiva, nasce um novo poder e uma nova força nas Relações Internacionais.

Pela primeira vez a possibilidade de voar e toda a tecnologia aeronáutica tornou possível a duas potências largamente distanciadas na Terra atacarem-se directamente nos seus centros vitais.

O rápido crescimento do decisivo poder aéreo veio revolucionar profundamente as características da guerra e a introdução de movimentos ilimitados nos conflitos armados originou novas concepções no modo de pensar e fazer a guerra moderna, surgindo os teorizadores deste novo poder.

Os mais conhecidos defensores das forças aéreas foram Giulio Douhet, William Mitchell, Hugh Trenchard, Alexander Seversky, Doolitle, Jonh Boyd e John Warden.

Estes novos teorizadores acreditavam que o poder aéreo seria o factor dominante no futuro e estabeleceram ideias principais da missão das forças aéreas e alguns princípios base para a organização das forças militares.

Apesar de nem sempre estarem de acordo quanto aos verdadeiros objectivos e às prioridades dos ataques aéreos, estes teóricos desenvolveram regras e lições que se aplicaram em alguns confrontos do passado. Contudo o poder aéreo por eles designado também sofreu algumas alterações e desvios ao inicialmente proposto pelas suas reflexões.

Em poucas décadas, tanto a conduta das batalhas como as características da própria guerra foram profundamente revolucionadas.

A partir do pioneiro italiano Giulio Douhet, a teoria do poder aéreo estratégico desenvolveu-se ao longo de todo o século XX. As teorias foram engrandecidas pelas duras lições da guerra, pela evolução tecnológica e pelos conceitos visionários de alguns pensadores.

OS TEORIZADORES DO PODER AÉREO

Tal como tinha acontecido com os poderes terrestres e naval, com o aparecimento da Arma Aérea, tornou-se necessário desenvolver teorias para o emprego desse novo recurso. Este desenvolvimento teórico, pode ser dividido em Três fases. A primeira fase teve início com o voo dos Irmãos Wright em 1903 e a travessia do Canal da Mancha em 1909, que teve como percursor o Italiano Giulio Douhet, tendo sido seguido por William Mitchell, e Hugh Trenchard. A segunda fase surge durante e após a II Guerra Mundial, tendo como referência Alexandre Seversky. A terceira e mais actual surge nos nossos dias com John Boyd e John Warden.

GIULIO DOUHET

General Italiano Giulio Douhet, começou a sua vida militar frequentando o curso de Artilharia na "Accademia di Artiglieria e Genio", tendo terminado como primeiro do curso, mais tarde frequentou um curso

avançado de electrónica em Turim. Homem com uma formação terrestre, mas possuidor de uma enorme capacidade de análise. Ainda em 1909, aquando da travessia do canal da mancha, afirmou: *"Actualmente nós temos plena consciência da importância do domínio do mar. Muito em breve não será menos importante conquistar o domínio do Ar. Combater-se-á por ele"*[1].

Douhet procurou determinar a forma como a guerra seria conduzida, tendo concluído que, no século XX seria total, e onde o Poder Aéreo teria uma tarefa crucial, a de aumentar a profundidade do campo de batalha, prolongando este por todo o território, aumentando assim a vulnerabilidade dos intervenientes.

Como tal, Douhet defendia que quem possuísse o Controlo do Ar, seria o vencedor, e o que fosse batido no ar seria vencido. Segundo Douhet, só se conquistava o domínio do ar, destruindo o poder aéreo do inimigo, o mais sedo possível, e o mais perto possível da sua origem. Esta seria a única maneira de assegurar uma defesa nacional.

O Poder Aéreo, devido à sua independência das limitações de superfície e raio de acção, pode ser facilmente utilizado, tanto no seio do território inimigo, como mares circundantes, com igual facilidade em todas as direcções, a sua elevada velocidade permite que lá chegue antes de qualquer outro material. Isto atribuí ao poder aéreo um enorme poder de penetração, capaz de actuar em profundidade no território inimigo, e com surpresa. Isto permitiria atacar o que Douhet considerava como sendo o objectivo primário dos ataques aéreos, as indústrias e centros populacionais mais distantes, e não apenas as instalações militares. Este pensador afirmava que era a destruição das estações de comboios, comboios em movimento, depósitos de bens alimentares, ou simplesmente metralhar uma coluna de mantimentos, era muito mais eficiente do que o bombardeamento das trincheiras. Douhet afirmava que a vitória sobre o inimigo passava obrigatoriamente pelos bombardeamentos em massa, sobre o interior do seu território. Estes bombardeamentos serviam para quebrar a vontade física e moral de combater do inimigo.

O avião de eleição de Douhet era aquele capaz de desempenhar, simultaneamente, operações de combate e acções de bombardeamento, chamado de avião de batalha (ou cruzador) e que teria capacidade para se

[1] Giulio Douhet – "La Guerre de L'Air", 1932, pag 22.

defender. Contudo defendia também a utilização de aeronaves de combate para defesa contra bombardeiros inimigos e que acompanhariam também os seus bombardeiros.

Por sua vez defendia que a única defesa contra o avião era o próprio avião. Esta defesa poderia ser feita no ar, combatendo avião contra avião, mas seria muito mais eficiente e fácil se a sua destruição fosse feita no chão. Melhor ainda seria a destruição das fontes que dão origem à actividade aérea inimiga. *(...é mais vantajoso destruir o poder potencial do inimigo, destruindo os seus ninhos e ovos, do que procurar suas aves voadoras no ar e abate-las")*[2]. O conceito de Artilharia Antiaérea era inconcebível, pois as suas unidades seriam facilmente destruídas pelas unidades de combate que acompanhavam os bombardeiros. Douhet afirma: *("É minha opinião – e a experiência da guerra confirmou esta opinião – que o emprego de artilharia antiaérea não passa de inútil dispersão de energia e de recursos.")*[3].

Segundo Douhet o papel das forças de superfície passava apenas por um papel defensivo, mantendo apenas a linha da frente, impedindo o inimigo de avançar. Para tal quer o exército quer a marinha devem possuir meios aéreos próprios, sustentados pelos seus orçamentos, e com características específicas que os ajudem a desempenhar as suas operações.

Douhet defende a criação e organização autónoma da Força Aérea e a unidade do poder aéreo. Completamente independente quer do Exército quer da Marinha. E que em caso de necessidade iria requisitar e adaptar aviões civis para uso militar.

WILLIAM MITCHELL

William "Billy" Mitchell, começou sua vida militar alistando-se em 1898 na Infantaria do Exército norte americano. Mais tarde, em 1916 seria transferido para a Aviação Militar. Ao contrário de Douhet, pensador mas com pouca afinidade ao meio aeronáutico, Mitchell mais ligado, desenvolve e consolida as suas teorias numa ligação mais estreita com os meios aéreos, e defende-as de forma apaixonada e compulsiva, chegando a desenvolver demonstrações práticas, enquanto que Douhet mantinha uma postura mais académica, procurando argumentação para validar a sua teoria.

As teorias de Mitchell partilham no essencial as ideias de Douhet, contudo. Para Mitchell o avião veio esbater o conceito físico de fronteira,

[2] O domínio do ar/ Giuliop Douhet; tradução Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais de Aeronáutica, pag 83.

[3] O domínio do ar/ Giuliop Douhet; tradução Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais de Aeronáutica, pag 84.

aumentando assim a vulnerabilidade, pois cada interveniente poderia ser atacado em qualquer lado.

Tal como Douhet, Mitchell via o avião como uma arma capaz de atacar em qualquer ponto do globo, pois os diferentes terrenos existentes e os mares não são obstáculos para as aeronaves. Cada vez mais a forma de fazer a guerra sofrerá influência do poder aéreo, pois qualquer lugar fica exposto e vulnerável a um ataque.

Os meios aéreos devem ser empregues em acções ofensivas, com a finalidade de destruir os centros de produção inimigos, instalações industriais e linhas de comunicação. Ou seja, as actividades das quais dependia o inimigo. Contudo ao contrário de Douhet, defendia que era desnecessário a destruição das cidades, bastava fazer com que fosse impossível que a população realizasse as actividades, quebrando o moral.

Para Mitchell nem todas as nações tinham capacidade de criar uma Força Aérea eficiente, É necessário uma elevada e adequada capacidade industrial. Tendo isso em conta defendia que para evitar duplicação de tarefas e custos, era necessário centralizar os esforços. Defendia a criação de um ramo que congregasse todos os meios aéreos. Esta medida serviria também para aumentar a prontidão de resposta, e aumento das suas potencialidades.

Com isto viria também outra diferença em relação a Douhet, Mitchel defendia o uso do poder aéreo em apoio das forças terrestres e navais. Incluía entre as suas principais tarefas, a destruição e imobilização das forças terrestres inimigas, desde que tivesse uma situação aérea favorável.

Mitchell defendia o uso de bombardeiros e de caças para a defesa dos bombardeiros, opondo-se à teoria do avião de batalha (ou cruzador) defendido por Douhet.

HUGHT TRENCHARD

Visconde Hugh M. Trenchard foi o primeiro Marechal do Ar da Força Aérea Inglesa. Começou a sua vida militar nos Royal Scots Fusilers. Mais tarde alistou-se no Royal Flying Corps (RFC), mais tarde liderou e organizou a Royal Air Force (RAF), sendo considerado como o seu criador.

Para Trenchard era essencial a obtenção manutenção do domínio do espaço aéreo, para que as operações terrestres e navais ou navais tivessem sucesso, o que obrigaria a uma constante luta por esse domínio. À

semelhança do que era defendido por Douhet e Mitchell, Trenchard considerava o bombardeamento estratégico indispensável à destruição do moral e capacidade de resistir do Inimigo. Para si era essencial a selecção dos alvos a serem bombardeados. Para Trenchard a destruição dos meios de produção inimigos e suas linhas de comunicação, era primordial para a vitória, não sendo obrigatório a destruição das forças armadas para se atingir a vitória.

De destacar é o facto de que Trenchard foi o primeiro dos pensadores desta primeira fase, a considerar abertamente a cooperação entre o poder aéreo e os poderes terrestre e naval. Esta cooperação era essencial para dois pontos que Trenchard defendia. O primeiro era o de manter o esforço de combate na frente, mantendo a iniciativa, através de um fluxo contínuo de abastecimentos, evitando que o inimigo os interrompa. O segundo como é de prever é o contrário, impedir que o inimigo mantenha o esforço de combate desencadeando acções que impeçam o normal fluxo de abastecimentos para os seus exércitos, marinhas ou forças aéreas.

Após a II Guerra Mundial surgem novos pensadores com teorias sobre o poder aéreo, formuladas com base na experiência adquirida.

ALEXANDRE DE SEVERSKY

Nascido na Rússia e aviador naval durante a I Grande Guerra. Após a revolução de 1917 é enviado para os Estados Unidos da América, onde mais tarde trabalhou em conjunto com William Mitchell no departamento de guerra. Como tal é de esperar que as suas teorias sejam idênticas ás de Mitchell. Contudo Desenvolveu estas teorias de acordo com as lições apreendidas da segunda guerra mundial. Para Seversky a invasão da Noruega era um exemplo marcante da importância do poder aéreo. A Alemanha, sem poder naval, dominou o estreito de Skagerrak com o uso

dos aviões, forçando a armada britânica a retirar. A Royal Air Force mostrou-se incapaz de responder visto ao restrito raio de acção dos seus caças, também os aviões cujas bases se situavam em navios me mostraram muito inferiores ao caças alemães, mesmo os seus porta-aviões, com os seus enormes tombadilhos se revelaram um alvo remunerador, pois alguns impactos bastavam para ficarem impossibilitados de recolherem os aviões.

Era portanto importante desenvolver o raio de acção dos caças, de modo a poderem actuar mais longe das suas bases, o ideal era que o seu raio de acção fosse igual às dimensões máximas do teatro de operações.

Da análise a batalha de Inglaterra, resultaram conclusões contrárias aos estudiosos anteriores. Seversky concluiu que a força aérea por si só nunca poderia alcançar uma vitória definitiva, era essencial possuir tropas no terreno para consolidar. Mas nenhuma operação terrestre ou naval seria possível sem que primeiramente se conquistar o domínio do ar. Também Seversky defendia que a única maneira de derrotar a força aérea, é utilizando a força aérea.

Outro erro encontrado nas teorias antecedentes, era o objectivo-vital. Os bombardeamentos eram peça fundamental para impedir que o inimigo tivesse capacidade de lutar, destruir o moral era de estrema importância, contudo os objectivos do bombardeamento não poderiam ser cidades, pois segundo ele *"a destruição do moral do inimigo a partir do ar deve ser conseguida através de bombardeamentos de precisão, dado ser um erro supor que ele pode ser destruído simplesmente pelo genocídio indiscriminado."*[4]. A força aérea teria a importante função de bloquear a nação inimiga.

Trenchard e Mitchell foram os pioneiros na defesa da paralisia estratégica. Nas suas obras, proclamam a natureza revolucionária da guerra aérea. A noção de paralisia ficou impregnada no fundamento teórico da doutrina estratégica britânica e americana, reaparecendo recentemente nas ideias de John Boyd e de John Warden.

John Boyd, já falecido, e John Warden, agora na reserva da Força Aérea dos Estados Unidos, contribuíram de uma forma muito significativa para a sua evolução.

Embora Boyd não apresente concretamente uma teoria do poder aéreo, as suas ideias sobre o conflito têm significativas implicações no emprego do poder aéreo em todos os níveis da guerra.

Warden desenvolveu uma teoria do poder aéreo, que foca principalmente a aplicação estratégica da arma aérea.

[4] Seversky – por Adriano Moreira em Estratégia: vol. 6. pag 85.

JOHN BOYD

John Boyd iniciou os seus pensamentos quando era piloto de caça na Guerra da Coreia, os quais chamou mais tarde "rápidas manobras".

O objectivo é "quebrar a vontade e o espírito do comando inimigo, criando situações operacionais e estratégicas surpreendentes e perigosas". Para o fazer, é necessário executar acções num ritmo mais rápido que o adversário. Pretende-se deixar o Inimigo impotente, impossibilitando-o de tomar decisões simultâneas às acções da guerra, criando um ambiente incapaz de se adaptar.

Boyd identifica quatro qualidades essenciais para o êxito: iniciativa, harmonia, variedade e rapidez. Estas características levam à adaptação ao ambiente incerto da guerra. É necessário agir e reagir mais rápido que o adversário, o que requer um comando descentralizado, no qual toda a cadeia de comando deve conhecer o objectivo do comandante.

Para aumentar as dificuldades do inimigo, deve existir um ataque com várias acções e executadas o mais rápido possível. Estas múltiplas acções rápidas servem para sobrecarregar a capacidade de identificação do adversário e evitar um solucionamento adequado das acções. Diminuindo a resistência física e mental do adversário, vence-se a sua capacidade de resistência.

Para Boyd, ao submeter o inimigo a uma rápida e repetida combinação de acontecimentos confusos, e ameaçadores, e outros enganadores, mas não ameaçadores, gera uma desorganização do inimigo sobre qual a acção a tomar e qual a ameaça a responder em primeiro lugar.

Deve-se impedir a capacidade do oponente processar informação, tomar decisões e deliberar acções adequadas, garantindo, desse modo, que ele não se possa livrar dessas ameaças. Como consequência, ele já não poderá determinar o que está a ser feito e como deve reagir. Finalmente, a confusão inicial do adversário degenera-se num pânico ameaçador e a sua capacidade de reagir desaparece.

Em vez de destruir os "centros de todo o poder e movimento", devem-se criar centros de gravidade (COG) que ataquem os pontos chave morais, mentais e físicos que ligam esses centros uns aos outros. Isto destrói a harmonia interna do inimigo e as ligações externas com o mundo real, produzindo paralisia e fazendo com que as suas resistências entrem em colapso.

Boyd sustenta que pode-se representar todo o comportamento humano racional, de indivíduos ou de organizações, como um ciclo contínuo de quatro tarefas distintas: *observação, orientação, decisão* e *acção*.

Quem observe, oriente, decida e actue mais rapidamente vencerá. O ponto fundamental para conseguir vantagem na velocidade e na precisão do ciclo OODA (e, portanto, para vencer) é a orientação eficiente e eficaz.

Para sobreviver no mundo sempre variante e complexo do conflito, é preciso orientar eficaz e eficientemente, é necessário desenvolver imagens mentais ou esquemas de maneira rápida e precisa, para ajudar a compreender e enfrentar a imensa série de acontecimentos ameaçadores e não-ameaçadores que se deparam. Esta construção de imagens ou orientação é o processo de destruição (análise) e criação (síntese). Se for bem feito, torna-se a chave para vencer, em vez de perder. Se for extraordinariamente bem feito, torna-se a marca do génio.

Boyd propõe que o êxito no conflito é obtido ao infiltrar-se no ciclo OODA do adversário e ali permanecer. É possível fazê-lo de dois modos suplementares:

- é necessário minimizar o seu próprio atrito por meio da iniciativa e da harmonia da resposta, que em consequência acelera o seu próprio ciclo.
- é necessário maximizar o atrito do seu oponente através da variedade e da rapidez das respostas, que tem como consequência uma redução da velocidade do ciclo do adversário. Estas operações garantem a permanência no ciclo OODA inimigo, que produz confusão e desordem no campo inimigo, gerando pânico e temor que se manifestam numa paralisia da capacidade de enfrentar e da disposição para resistir.

Usando um modelo analítico pode-se representar graficamente a teoria da paralisia estratégica de Boyd.

John Boyd acredita em teorias, não na teoria; em doutrinas, não na doutrina. Quando se desenvolve um conflito específico, escolhe-se e apoia-se aquilo que a situação exige. O trabalho de Boyd não tem receitas práticas para o êxito.

JOHN WARDEN

É um grande defensor da aplicação da força na terceira dimensão e a sua predominância sobre as forças terrestres e navais. Orientou a campanha aérea na operação Tempestade no Deserto. O principal objectivo é atingir a liderança do inimigo.

Warden foi buscar influencias a Mitchell, no que diz respeito aos ataques aéreos contra os pontos críticos do inimigo.

As características das aeronaves de hoje em dia permitem atacar de forma rápida e decisiva esses pontos críticos, que para Warden são: "aquele ponto onde o inimigo é mais vulnerável e onde o ataque terá melhor hipótese de ser decisivo", pelo que é primordial identificar os centros de gravidade (COG).

Da experiência adquirida Warden observou que "a Força Aérea deve ser a força fundamental quando as forças terrestre e marítima forem incapazes de fazer o trabalho, por causa do número insuficiente ou da incapacidade de alcançar o centro de gravidade inimigo".

Warden arranjou um esquema para identificar os COG´s.

O inimigo é analisado como um sistema, e os seus elementos estratégicos decompõem-se em cinco componentes: o elemento fundamental é a Liderança, sendo os elementos seguintes de importância decrescente, Elementos orgânicos essenciais, infra-estrutura, população e forças desdobradas. Cada componente é um COG. Se um COG for destruído ou neutralizado o seu todo é afectado mais ou menos expressiva consoante se trate de um anel interno ou externo, dentro de cada anel podem existir mais cinco anéis e assim sucessivamente até que surja um COG.

O intuito do modelo dos cinco aneis é que o plano estratégico se concentra na liderança. Qualquer destruição ou neutralização do COG central provoca uma paralesia total do sistema, enquanto que um ataque bem sucedido aos COG dos outros anéis provoca uma paralesia parcial e uma enorme pressão sobre a liderança

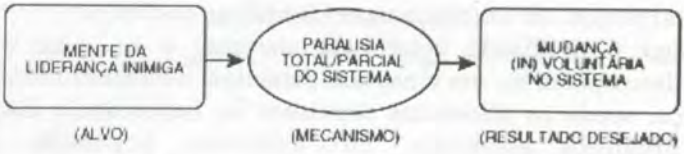
Warden colheu, da Guerra do Golfo, diversas lições que influenciariam seu pensamento:

- a importância dos ataques estratégicos e a fragilidade dos Estados em nível estratégico;
- as consequências fatais de perder a superioridade aérea estratégica e operacional;
- os efeitos arrasadores da guerra em paralelo (quer dizer, o ataque quase simultâneo a COGs estratégicos em todo o teatro de operações);
- o valor da tecnologia *stealth* e do armamento de precisão para redefinir os princípios de massa e surpresa;
- a predominância do poder aéreo como força principal, em nível operacional e estratégico, na maior parte dos conflitos, mas não em todos eles, no próximo quarto de século ou meio século.

A finalidade da acção militar não é a destruição das forças armadas inimigas, mas a manipulação da vontade da liderança inimiga. Warden continua:

"As guerras são travadas para convencer a liderança inimiga a fazer o que queremos que faça, conceder algo de político ... . A liderança inimiga concorda com o facto de que necessita fazer essas concessões políticas quando sofre ameaça de pressão intolerável contra seus centros de gravidade, tanto estratégicos quanto operacionais, ou quando sofre essa pressão de maneira real...."

Não se leva a efeito um ataque a indústrias ou infra-estruturas por causa do efeito que ele poderia ter ou deixar de ter nas forças que estão desdobradas; em vez disso, empreende-se esse ataque pelo seu efeito directo nos líderes e comandantes nacionais.



Warden propõe três modos principais de obrigar o inimigo a fazer o que se quer que ele faça: as estratégias militares de custo imposto (*coerção*), paralisia (*incapacitação*) e destruição (*aniquilação*). Colectivamente, essas estratégias representam um contínuo de aplicação de força. O ponto escolhido ao longo desse contínuo de estratégias deve coincidir com o nível do objectivo que se pretende.

Pontos que se destacam da teoria:

- observa-se que o estrategista do ar precisa apreciar plenamente a natureza geral e o conteúdo específico dos objectivos estabelecidos pelos dirigentes políticos;
- o estrategista do ar precisa concentrar todas as energias da guerra em transformar o modo de pensar da liderança inimiga;
- o estrategista do ar precisa analisar o inimigo como um sistema interdependente de cinco anéis, para determinar os COG que há neles e entre eles, e cuja destruição ou neutralização não impor o nível necessário de paralisia;
- o estrategista do ar precisa planear o ataque em paralelo de todos os alvos definidos, a fim de produzir a decisão mais rápida e favorável.

A teoria de Warden da paralisia estratégica tenta simplificar fenómenos socioculturais dinâmicos e complexos reduzindo-os às suas funções básicas.

EVOLUÇÃO DAS TEORIAS

I GM

Foi durante a primeira grande guerra (1914-1918) que o armamento aéreo alcançou grande avanço tecnológico e se confirmou como um dos recursos essenciais para as operações militares. Nessa época começaram-se a desenvolver as tácticas de combate aéreo em esquadrilhas, segundo as

quais os aviões de uma patrulha se protegiam reciprocamente durante combates. Foram feitas também as primeiras tentativas de empregar aeronaves em missões estratégicas, explorando sua capacidade de ultrapassar as linhas inimigas, para atacar directamente os órgãos vitais que mantêm a máquina de guerra inimiga. *(Os aviões mais rápidos eram o alemão Fokker D-7 e o britânico Sopwith Snipe, que alcançavam 240km/h).*

Durante a primeira guerra mundial, o exército alemão criou a primeira força de bombardeamento estratégico aéreo, que atacou o território inglês. Em 1915 os dirigíveis e bombardeiros alemães despejaram cerca de 250 toneladas de bombas sobre Londres e outras áreas do Reino Unido. Como reacção, o exército britânico criou a Royal Air Force (RAF). Nascia assim a aviação militar como arma independente.

O pânico causado pelos ataques dos bombardeiros alemães *Gotha* contra Londres, na Primeira Guerra Mundial, levou os pensadores do poder aéreo a acreditar que qualquer nação poderia ser posta de joelhos simplesmente destruindo-lhe a sua base industrial e causando privações generalizadas. As populações ficariam contra o seu governo e solicitariam ao inimigo a paz. Chegava-se, mesmo, a pensar que a ameaça do bombardeamento estratégico "dissuadiria" o inimigo de iniciar uma guerra.

Nas décadas de 1920 e de 1930, os pensadores do poder aéreo de todo o mundo, ficaram fascinados pelo bombardeamento estratégico. Acreditavam que o impasse da Primeira Guerra Mundial (guerra de trincheiras) poderia ser evitado atacando e destruindo directamente o centro de gravidade do inimigo — a vontade de resistir da sua população.

II GM

Na Segunda Guerra Mundial, ocorreram progressos tecnológicos que permitiram um aprimoramento considerável no uso da aviação como poderoso instrumento de ataque. A Segunda Guerra Mundial colocou à prova essas teorias. Quando terminou, os países que possuíam a capacidade de bombardeamento estratégico argumentaram que a destruição das industrias alemã e japonesa tinham sido decisivas. Mas vários analistas independentes discordaram. De facto, o bombardeamento estratégico não chegou perto das previsões e as baixas em homens e custos nos factores materiais e morais levantaram sérias questões quanto à sua utilização. Várias cidades foram arrasadas, mas o bombardeamento teve um impacto negativo no forçar o inimigo a render-se. Na verdade, descobriu-se que o bombardeamento de áreas civis aumentava a vontade de resistir da população inimiga em vez de derrubá-la.

Foi amplamente reconhecido, por exemplo, que a *Luftwaffe* perdeu a Batalha da Grã-Bretanha quando deixou de atacar alvos militares para atacar Londres. A *blitz* alemã também enraiveceu muitos adeptos da neutralidade nos Estados Unidos e, afinal, levou à entrada dos Estados Unidos na guerra, ao lado da Inglaterra.

"O objectivo da guerra é obrigar um oponente a aceitar a nossa vontade política"[5]. O bombardeamento estratégico também tem um efeito decididamente negativo e imediato no que se refere ao alcance do objectivo político mais importante, porque inflama as paixões sociais do inimigo, que o leva a uma resistência deliberada, frequentemente irracional. Desta forma, o bombardeamento estratégico é contraproducente. Temos como exemplos claros *Pearl Harbor*, a *blitz de Londres* e *Stalingrado*. Infelizmente existem também casos em que a aplicação maciça e restrita do poder aéreo estratégico, como aconteceu no *Japão*, em agosto de 1945, ou no *Vietname do Norte*, durante o Natal de 1972, pode garantir a paz sem a necessidade de operações adicionais.

Muitos aliados, após a guerra, ainda não estavam convencidos, presos às suas crenças dogmáticas de que o bombardeamento sozinho podia vencer uma guerra contra os nazis. Cidade após cidade foi arrasada, mas o bombardeamento teve um impacto negativo em forçar a Alemanha a render-se.

Após a guerra, os pensadores do poder aéreo argumentaram que o desenvolvimento da bomba atómica confirmava a sua convicção de que o bombardeamento estratégico poderia, pelo menos, dissuadir guerras futuras.

As Forças Aéreas do Exército dos Estados Unidos viram, no *Japão*, uma oportunidade singular de resgatar sua doutrina anterior à guerra, obter a vitória por meio de bombardeamentos estratégicos, e não pouparam esforços para estabelecer, nas ilhas do Pacífico, aeródromos para os seus novos bombardeiros de longo alcance B-29. O Japão parecia ser o alvo estratégico ideal, não tendo virtualmente defesa aérea e tendo uma população altamente urbanizada, oferecia "centros vitais" de comércio. Primeiro, os B-29 atacaram alvos industriais a partir de grandes altitudes, com algum

[5] Carl von Clausewitz, o avô da estratégia militar contemporânea, escreveu que

êxito. A resistência aumentou em Iwo Jima e noutras fortalezas insulares, com a criação dos *kamikaze* e de tácticas semelhantes de desespero, as baixas americanas cresceram à medida que os meses passavam.

Como não conseguiam atingir a vitória, os chefes americanos mudaram a táctica dos bombardeamentos. Em meados de Março, os B-29 eram utilizados a baixa altitude, deixando cair bombas incendiárias nos distritos urbanos de Tóquio, densamente povoados, bem como em 58 outros distritos metropolitanos. Centenas de milhares morreram, mas a vontade japonesa nem sequer vacilou. As perdas de guerra em Okinawa, em Abril, alcançaram níveis recordes para ambos os lados e, pela primeira vez, os japoneses conseguiram obter nos Estados Unidos mais baixas do que as que sofreram.

Os japoneses não foram derrotados pelo bombardeamento estratégico, mas pela soma do poder aéreo, marítimo e terrestre que desarmou as suas forças militares do seu ímpeto e retirou ao governo a sua criatividade. O bombardeamento estratégico adiou o inevitável, ao colocar de parte a diplomacia. As bombas atómicas foram, apenas, um bode expiatório porque as suas forças armadas já estavam a ficar fracas.

GOLFO

Na guerra do Golfo, o poder aéreo, alcançou a sua maioridade e o bombardeamento estratégico teve oportunidade de se pôr à prova. Os comandantes tiveram 5 meses e recursos quase ilimitados para se prepararem para uma batalha com vantagem unilateral em termos de números, tecnologia, informações, comunicações, qualidade do pessoal e geopolítica.

Uma lista de alvos estratégicos prioritários estava "destinada a vencer a guerra destruindo a infra-estrutura do governo do Iraque e provocando a queda de Saddam Hussein". Os alvos incluíam instalações de comando e controlo, telecomunicações, centrais de energia eléctrica, refinarias de petróleo, caminhos de ferro e pontes. Eram também alvos de ataque, instalações suspeitas de armas nucleares, biológicas e químicas, bem como de *mísseis Scud* superfície-superfície. Os comandantes esperavam aplicar uma pressão indirecta em Saddam produzindo privação económica para a população iraquiana que levaria à expulsão de Saddam do Governo.

A guerra aérea de 1.000 horas começou em 16 de janeiro de 1991 e continuou sem diminuir até 24 de fevereiro, quando começou a guerra de superfície. Durante esse intervalo de seis semanas a maior parte da infra-estrutura do Iraque foi destruída como tinha sido planeado.

O poder aéreo certamente desempenhou o papel decisivo ao arrasar o exército iraquiano, mas não venceu a guerra. No sentido estratégico, o poder aéreo foi incapaz de afastar Saddam Hussein do poder ou as suas tropas do Kuwait como sugeriram inicialmente os defensores do bombardeamento estratégico.

Apesar de toda modernidade de equipamento e tecnologia, a guerra aérea no Golfo teve mais em comum com o passado do que se pode imaginar. As discussões nos Estados Unidos na fase de planejamento foram idênticas às que precederam à 2ª GM. Alguns aviadores buscam vencer a guerra sozinhos (o mesmo aspecto dos bombardeiros à Alemanha na 2ª GM).

Mas, a partir de Agosto de 1990 começou-se a concentrar aviões americanos e de outros países que se aliariam na Arábia Saudita. Esta concentração mostrou uma ideia **defensiva** ainda e chamou-se *Desert Shield.*

O emprego dos meios aéreos ou a guerra aérea iniciou-se à 16 de janeiro de 1991 e a ofensiva terrestre (que durou praticamente 4 dias) só se iniciou à 24 de fevereiro com extraordinária rapidez fruto do sucesso da aviação.

A concepção da guerra partiu do modelo dos círculos concêntricos de Warden.

CONCLUSÃO

A capacidade de conquistar e assegurar a utilização do espaço aéreo sem qualquer tipo de interferência da parte do inimigo constitui o poder aéreo. Sendo este altamente tecnológico e moderno, rapidamente se tornou num factor identificador e revelador das capacidades e do poder de uma nação.

O domínio do poder aéreo permitiu, pela primeira vez, o confronto entre duas potências em posições opostas na terra e atacar directamente os pontos vitais do inimigo sem vencer os seus exércitos.

As acções aéreas e todo o poder aéreo ofensivo são elemento fundamental e determinante para a vitória final, pois permitem às forças amigas terrestres e navais actuar o mais eficazmente e simultaneamente proteger os pontos e áreas sensíveis do território. A exploração da superioridade aérea é essencial para reduzir o potencial e a vontade do inimigo de fazer a guerra. O poder aéreo não vence sozinho a guerra, mas é primordial para a vitória, pois é de extrema importância as acções coordenadas entres os vários ramos das forças armadas.

Na primeira guerra mundial surgiram as primeiras opiniões defendendo que o bombardeamento estratégico poderia numa primeira fase dissuadir a vontade de iniciar uma guerra, e numa segunda fase, quando inevitável o conflito, destruir os meios e as bases de um país privando a sua população de necessidades básicas. Estas acções aéreas conduziriam à derrota e consequente findar do conflito.

A primeira guerra serviu principalmente para fundamentar a noção de que o uso da terceira dimensão seria primordial nos conflitos futuros.

Na II Guerra Mundial, o vector aéreo afirmou-se como um importante e poderoso meio de ataque, colocando em prática alguns conceitos de Douhet, Mitchell e Trenchard.

Na opinião destes teorizadores os bombardeamentos estratégicos consistiam na destruição da moral das pessoas ao arrasar as cidades, variando apenas na selecção do tipo de objectivos a empenhar.

Contudo, verificou-se que a vontade de resistir aumentava perante a utilização massiva desta forma de ataque. A população quando bombardeada reagia de forma diferente ao esperado, demonstrando uma crescente vontade e empenho em combater o inimigo.

Em jeito de conclusão do extenso confronto pode-se afirmar que o bombardeamento estratégico tornou-se numa acção ofensiva desfavorável para o atacante pois este em vez de se empenhar no ataque do poder aéreo inimigo e de todos os meios que contribuíssem para a sua vantagem (industrias, apoio logístico, comunicações e instalações militares) decidiram atacar os grandes centros populacionais, provocando um ímpeto contraproducente.

Seversky, apesar de seguidor da teoria de Mitchell, veio mais tarde reformular certos aspectos, baseando-se nos ensinamentos da II Guerra Mundial, pois os bombardeamentos aos centros populacionais não surtiram os efeitos desejados. Para ele, a destruição do moral inimigo é essencial, contudo, deve ser conseguida através de bombardeamentos de precisão aos meios necessários para a defesa da população oponente. Considera um erro supor que é possível quebrar a moral pelo genocídio.

O poder aéreo caracterizar-se-á por utilizar armamento altamente preciso e com o mínimo de efeitos colaterais, cumprindo adequadamente os seus objectivos.

Para Boyd o factor tempo é fundamental. O intuito de toda a sua teoria caracteriza-se por um raciocínio e um conjunto de acções antecedentes às reacções do opositor. Estas condutas foram postas em prática na Guerra do Golfo, no qual os aliados tomavam um elevado numero de procedimentos que baralhavam e retiravam a capacidade de resposta dos Iraquianos.

Para este teorizador não existe uma certeza. A teoria de Boyd é um pouco abstracta e reconhece a incerteza da guerra e a necessidade da criatividade mental do comandante. Acredita que a partir do ensino das guerras anteriores se obterão resultados benéficos.

Boyd defende que o objectivo das acções militares devem ser o comando do inimigo e que a forma mais eficaz de o atingir é através da paralisia.

Warden defende o mesmo objectivo ou seja retirar a capacidade de resposta do oponente. O ataque deve ser rápido e simultâneo contra o inimigo, dizimando a sua capacidade física e consequente perda de moral.

Para Warden é mais importante atacar os pontos fracos de forma a obter um ataque mais decisivo. A chave e a certeza para a vitória é descobrir estes pontos fracos.

As ideias destes dois últimos teorizadores representa uma alteração da teoria do poder aéreo. Em vez de se atingir a economia de um país pretende-se paralisar o comando desse país.

Cada vez mais as informações terão um papel crucial nos conflitos do futuro, pois irão permitir o conhecimento, a selecção e a identificação dos verdadeiros objectivos para alcançar o poder aéreo.

O futuro reserva uma extrema coordenação entre o Homem e os sistemas informatizados, exigindo uma complexa formação e especialização de forma a estudar, integrar e aplicar toda a informação.

O facto de existir a necessidade de preparação para uma guerra, de características próprias origina uma impulsão e um esforço para desenvolver conceitos e ideias que permitam utilizar as novas tecnologias e capacidades de forma a obter o máximo e eficaz rendimento. Aquilo que Douhet, Mitchell, Seversky, Trenchard, Boyd e Warden fizeram, deverá ser também futuramente feito, tendo em vista os novos progressos e sociedades.

BIBLIOGRAFIA

Livros

- Lowe, James Trapier – **A Philosophy of air power**. Lanham: University Press oj America, 1984.
- Mason, R.A. – **Air power: an overview of roles**. London: Brassey's,1987, XII.
- Santos, Murillo – **Evolução do poder aéreo**, Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.
- Harding, Peter – **Air power doctrine**, (SI), Royal Air Force 1991.
- Mitchell, William – **Winged defense: the devolopment an possibilities of moder air power economic and military**, New York, G.P. Putnam's Sons, 1925.
- Moreira, Adriano – **Estratégia: vol 6**, Lisboa, Instituto de relações internacionais, Instituto Superior d ciências sociais e políticas, 1994.
- Seversky, A.P. – **A vitória pela força aérea**, trad. Asdrubal Mendes Gonçalves, Belo Horizonte, Itatiaia, 1988.
- Douhet, Giulio – **O domínio doar**, trad. Escola de aprefeiçoamento de oficiais de Aeronáutica, Belo Horizonte, Itatiaia, 1988.
- Portugal, Instituto de Altos estudos da Força Aérea – **Boletim nº 6 do IAEFA,** Sintra 1955.
- Portugal, Instituto de Altos estudos da Força Aérea – **Boletim nº 7 do IAEFA,** Sintra 1955.
- Portugal, Instituto de Altos estudos da Força Aérea – **Boletim nº 9 do IAEFA,** Sintra 1955.

Trabalhos de pesquisa

- Eusébio, Jorge M. R. – **Poder aéreo e evolução tecnológica** (Sintra), IAEFA, 1993.
- Gaudêncio, Carlos M.S. (Cap PilAv) – **O emprego do poder aéreo nos conflitos de baixa intencidade,** (Sintra), IAEFA, 1991.
- Gomes, Mário António – **O poder aéreo e a guerra**, (Sintra), IAEFA, 1970.

Sites de Internet

- http://www.afhistoricalfoundation.com/journals.htm
- http://www.au.af.mil/au/aul/bibs/great/douhet.htm#per
- http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-p/2tri00/barnett.htm
- http://www.paf.mil.ph/digest/d51/d51_1.htm

O SISTEMA LANÇA FOGUETES MLRS E HIMARS

Pelos Cadetes Alunos do 3º ano de Artilharia
SIMÕES LADEIRO
BAÇÃO SERRUDO

Trabalho realizado no âmbito da Cadeira de Sistemas de Armas de Artilharia e Tiro I.

1. MLRS

O MLRS (Multiple Launch Rocket System) é uma arma de foguetes múltiplos de artilharia, fabricado pela *Lockheed Martin Missiles and Fire Control*, que proporciona fogo de contra bateria, supressão das defesas aéreas inimigas e destruição de alvos móveis. O MLRS é capaz de fornecer um grande volume de fogo num pequeno espaço de tempo contra alvos críticos e que necessitem de uma acção rápida e decisiva. O foguete standard transporta sub munições Dual Purpose Improved Convencional Munition (DPICM). No entanto, o MLRS é capaz de dis-

parar todas as munições MLRS Family of Munitions (MFOM), incluindo as variantes do Army Tactical Missile System (ATACMS). Programas de desenvolvimento estão neste momento em curso para aumentar o alcance e precisão dos foguetes e mísseis e para actualizar o sistema mecânico e de controlo de fogo do lançador.

O sistema MLRS integrou a orgânica do Exército dos Estados Unidos da América em 1983. No entanto, desde 1989, o MLRS tem vindo a ser coproduzido pelos Estados Unidos, Alemanha, França, Itália e Reino Unido.

1.1 *ARMAMENTO*

O MLRS é um sistema automático altamente móvel baseado na plataforma M270, tendo a capacidade de disparar foguetes Terra-Terra e/ou o Army Tactical Missile System (ATACMS). Sem sair do interior do veículo a tripulação de três homens (condutor, apontador comandante de secção) pode disparar até 12 foguetes em menos de 60 segundos.

O sistema MLRS combina um lançador M270 com 12 foguetes, divididos em dois pacotes de 6 foguetes cada. O lançador propriamente dito, que está montado num chassis Bradley mais longo, é completamente automatizado no que diz respeito ao carregamento e pontaria dos foguetes ou mísseis. Contém um computador, que integra o veículo, de controlo de fogo e de controlo das operações de lançamento.

Os foguetes podem ser disparados individualmente ou em conjuntos de 2 a 12. A precisão é mantida em qualquer dos modos de lançamento graças ao computador de bordo que reaponta o lançador após cada série de disparos.

1.2 *MUNIÇÕES*

O foguete M26, foguete standard do sistema MLRS, contém 644 munições M77, que são dispersas sobre o alvo em pleno ar. Cada lançador MLRS consegue dispersar cerca de 8000 munições em menos de 60 segundos a alvos que excedam os 32 km de distância.

Existem mais tipos de foguetes tais como o Extended--Range MLRS (ER-MLRS) que carrega 518 munições melhoradas e tem como alcance máximo 45 km, Reduced-Range Practice Rocket (RRPR) com um alcance de 8 km a 15 km, e o AT2, capaz de dispersar 28 minas anti-tanque. Foi também oferecido um contrato à *Lockheed Martin* para desenvolver o novo foguete Guided MLRS (GMLRS), capaz de alcançar os 70 km. O foguete GMLRS é equipado com um sistema GPS (Global Positioning System) e de guiamento inercial, e com pequenas aletas no nariz do foguete que aumentam a sua precisão. Este foguete já completou uma série de 6 testes de voo experimentais em Maio de 2002 e está planeado entrar em produção em 2004. O GMRLS faz parte de um programa de desenvolvimento internacional que envolve o Reino Unido, Itália, França e Alemanha, assim como os Estados Unidos da América. As indústrias de armamento encarregues deste desenvolvimento são a *Diehl*, *MBDA* e *FiatAvio*.

1.3 *ARMY TACTICAL MISSILE SYSTEM*

O sistema MLRS também dispara mísseis ATACMS de longo alcance. O míssil ATACMS Block I (à esquerda), usado durante a Operação Tempestade no Deserto, transporta 950 sub munições M74, com um tamanho aproximado de bolas de baseball, a distâncias superiores a 165 km. O míssil de Block IA tem vindo a ser desenvolvido pela *Lockheed Martin* e teve o seu primeiro teste de voo bem sucedido em Abril de 2001. Com a redução da quantidade de sub munições e com a instalação de um sistema GPS este míssil consegue ultrapassar os 300 km de alcance.

Os mísseis ATACMS Block II e Block IIA já iniciaram a fase de produção e espera-se entrarem ao serviço em 2003. O primeiro míssil ATACMS Block II (à direita), equipado com 13 sub munições BAT anti-

tanque, foi produzido em Dezembro de 2001. A sub munição BAT, produzida pela *Northop Grunman*, consiste num planador sem motor com sensores acústicos para a detecção dos alvos e sensores de infravermelhos para a orientação terminal. O alcance máximo é de 140 km.

1.4 *CONTROLO DE FOGO*

O sistema computorizado de controlo de fogo permite a uma equipa reduzida, até mesmo de um único soldado, manobrar e carregar o lançador. Um dispositivo de controlo portátil e um cabo com gancho é usado para as operações de recarregamento.

O computador responsável pelo controlo de fogo permite que sejam cumpridas missões de tiro tanto automática como manualmente. Numa típica missão de tiro o posto de comando transmite a informação do alvo escolhido directamente para o computador do MLRS. O computador aponta o lançador e avisa a tripulação para armar e disparar um número pré seleccionado de foguetes. Múltiplas missões de tiro podem ser pré programadas e armazenadas no computador.

1.5 *DESENVOLVIMENTO*

Neste momento estão a decorrer dois programas paralelos de desenvolvimento que têm como alvo a plataforma de lançamento do MLRS – M270: o Improved Positioning Determining System (IPDS) e o desenvolvimento pendente da nova plataforma de lançamento M270A1.

O programa M270 IPDS consiste numa actualização interna a ser aplicada a um número seleccionado de lançadores com vista a proporcionar a capacidade de disparar mísseis de maior alcance guiados por GPS – ATACMS Block IA e Block II – até que as plataformas de lançamento M270A1 se encontrem operacionais. O kit de modificação tem como objectivo incorporar a Line Replaceable Unit (LRU) IPDS com um receptor GPS. A nova LRU substitui o Improved Stabilization Reference Package/Positioning Determining System (ISRP/PDS) LRU que equipava as plataformas M270 em uso. Outros componentes do sistema IPDS incluem uma unidade electrónica de 4 mega bytes (o dobro da capacidade da unidade equivalente na plataforma M270); antena GPS, dispositivos de transferência de dados e cabos de transferência; e equipamento adicional de treino e manutenção.

Paralelamente a este projecto, foi assinado um contrato com a *Lockeed Martin* para a criação de dois novos upgrades para o actual sistema MLRS. A nova plataforma de lançamento M270A1 parece idêntica às actuais plataformas M270 mas incorpora o Improved Fire Control System (IFCS) e o Improved Launcher Mechanical System (ILMS).

O sistema IFCS permite a utilização de munições mais sofisticadas e a redução do preço de utilização. Este upgrade inclui um novo painel de controlo de fogo com vídeo, um teclado completo, uma giga byte de programa de armazenamento e um sistema de navegação por GPS. Associado à tecnologia de multi-processamento, o IFCS estará apto a processar grandes quantidades de informação, em tempo real, proveniente das novas munições inteligentes. Os custos de utilização e de manutenção serão reduzidos em 38% devido à maior fiabilidade e facilidade de reparação das partes que constituem o IFCS. O novo sistema é compatível com futuros desenvolvimentos, estando preparado para disparar munições a ser desenvolvidas futuramente.

O ILMS, por seu lado, reduz substancialmente o tempo necessário para apontar e recarregar o lançador. Numa típica missão de tiro, um lançador equipado com o sistema ILMS é cerca de seis vezes mais rápido do que a actual plataforma M270, com o tempo de recarregamento reduzido em mais de 38%.

A capacidade de sobrevivência da tripulação e do veículo será largamente aumentada pela redução do tempo total de exposição no campo de batalha. O novo sistema reduz os custos de Operations & Support (O&S) em cerca de 38% ao mesmo tempo que incorpora electrónica de vanguarda, sistema de localização GPS e sistema de navegação inercial.

O desenvolvimento do M270A1 começou em 1999. Em 2000 deu-se por concluída uma série de demonstrações confidenciais bem sucedidas. Em 2001 foi a vez de concluir os testes de integração do sistema e testes de integração avançada do sistema, com todos os objectivos inicialmente traçados cumpridos ou superados.

Em 2000, o Exército americano aceitou a entrega da primeira plataforma M270A1, construída em Low-Rate Initial Production (LRIP). Até à data, 30 plataformas de lançamento M270A1 já foram entregues. A LRIP III e IV estão neste momento em progresso. Toda a família de munições MLRS, incluindo os foguetes MLRS M26, Extended-Range MLRS (ER-MLRS), Reduced-Range Practice Rocket (RRPR), Guided MLRS (GMLRS), ATACMS Block I, ATACMS Block IA e ATACMS Block II têm sido disparados com sucesso do M270A1. A primeira unidade já foi atribuída ao Fort Hood, Texas, e a sua distribuição à Coreia do Sul está neste momento a decorrer.

1.6 *MOBILIDADE*

A criação das novas plataformas M270A1, onde estão integrados os sistemas ILMS e IFCS, veio aumentar em muito a capacidade de manobra do MLRS proporcionando-lhe executar tiro e/ou recarregar muito mais rapidamente. A tripulação destes veículos, equipados com a nova plataforma, vê então a sua capacidade de sobrevivência largamente aumentada.

O MLRS pode ser prontamente transportado para a área de operações, por exemplo, pelo avião de transporte C-5 ou por comboio. Este sistema possui uma

grande mobilidade em todo-o-terreno, e uma velocidade máxima em estrada de 64 km/h.

O maior inconveniente deste sistema consiste na impossibilidade de ser transportado por veículos mais ligeiros, como é o caso do avião C-130, condicionando assim a sua utilização em locais de difícil acesso para os aviões pesados de transporte de tropas e material.

1.7 *ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS*

Tripulação	3 homens (Condutor, Apontador, Comandante de Secção)
Plataforma	2 conjuntos de foguetes ou 2 mísseis
Peso	55,000 lbs
Comprimento	22 pés e 6 polegadas
Largura	9 pés e 9 polegadas
Autonomia	438 km
Velocidade Máxima	Turbo Diesel com 500 cavalos de potência

2. HIMARS

O High-Mobility Artillery Rocket System (HIMARS) é a mais recente variante da família dos MLRS. O HIMARS é um sistema de foguetes de artilharia altamente móvel combinando o poder de fogo do sistema MLRS num chassis de rodas.

O HIMARS foi desenvolvido pela *Lockheed Martin Missiles & Fire Control* sobre a alçada do programa Advanced Concept Technology Demonstration (ACTD), criado em 1996. Em Janeiro de 2000 foi entregue à *Lockheed Martin* um contracto EMD (Engineering and Manufacturing Development) para produzir seis lançadores HIMARS. Três destes veículos encontram-se neste momento em teste pelo Exército americano. Os testes de voo começaram em Janeiro de 2002, quando 12 foguetes de teste MLRS M28 foram lançados com sucesso de uma unidade HIMARS a uma distância de 34 km. Em Março de 2002, um míssil ATACMS Block IA foi lançado com

sucesso de um HIMARS. Em 2003 está prevista a iniciação de produção do sistema HIMARS, construído em Low-Rate Initial Production (LRIP), com vista a entrar em serviço em 2005. Mais dois sistemas HIMARS foram encomendados sob um programa de avaliação de dois anos pelo Corpo de Marines dos Estados Unidos da América, tendo sido feita a entrega do primeiro em Julho de 2002.

O principal objectivo da unidade HIMARS consiste na destruição da artilharia de campanha, artilharia anti-aérea, camiões, LAPC (Light Armour Personal Carriers), assim como tropas de reserva e concentrações de mantimentos das forças inimigas.

A maior particularidade do sistema HIMARS reside na sua capacidade de lançar os seus foguetes ou mísseis e deslocar-se rapidamente para fora da área de lançamento a grande velocidade, antes que as forças inimigas sejam capazes de detectar o local de lançamento.

2.1 *MUNIÇÕES*

O sistema HIMARS foi desenhado com o intuito de lançar toda a MLRS Family of Munitions (MFOM), incluindo o foguete standard MLRS (M26), ER-MLRS, RRPR, GMLRS.

2.2 *ARMY TACTICAL MISSILE SYSTEM*

À semelhança do MLRS, o HIMARS é capaz de disparar toda a gama mísseis guiados de longo alcance ATACMS (Army Tactical Missile System). O míssil ATACMS Block I e Block IA estão ao serviço, enquanto que os mísseis Block II e Block IIA estão neste momento em desenvolvimento.

2.3 *CONTROLO DE FOGO*

O HIMARS possui as mesmas características de carregamento automático e capacidades autónomas instaladas no MLRS. O inovador

sistema ILMS (Improved Launcher Mechanical System) e IFCS (Improved Fire Control System), agora implementado nas plataformas de lançamento M270A1 do MLRS, fazem parte do equipamento de série nos veículos HIMARS.

2.4 *DESENVOLVIMENTO*

O HIMARS faz parte da iniciativa de uma força de projecção rápida, e do programa de Advanced Concept Technology Demonstration (ACTD). Quatro protótipos já foram construídos pela *Lockheed Martin and Fire Control*, Dallas; três destes veículos foram entregues ao XVIII Airborne Corps para uma avaliação de dois anos.

Em 20 de Maio de 1998, o HIMARS disparou com sucesso pela primeira vez foguetes MLRS de uma plataforma de lançamento experimental em White Sands Missile Range, N.M. Este foi o primeiro de um programa de disparos que inclui 76 foguetes e um míssil ATACMS Block I. Até esta data, o HIMARS já disparou toda a família de munições MLRS. A 22 de Dezembro de 1999, foi atribuído um programa de 36 meses de Engineering and Manufacturing Development (EMD) à *Lockheed Martin and Fire Control – Dallas*. Está previsto que a primeira unidade esteja pronta a ser atribuída em 2005. O Exército americano prevê a produção de mais de 700 lançadores HIMARS.

Em 2000, o Marine Corps dos Estados Unidos integraram o programa HIMARS com o objectivo de incorporar o HIMARS na sua estrutura orgânica, planeando a criação de dois batalhões equipados com o lançador HIMARS. Neste momento estão a realizar testes de eficácia e robustez para avaliar o sistema.

2.5 *MOBILIDADE*

O HIMARS transporta apenas um pacote de seis foguetes MLRS, ou um míssil ATACMS, num chassis de 5ton. da recente Family of Medium Tactical Vehicles (FMTV) do Exército americano, fornecida pela *Stewart & Stevenson*, Texas.

O HIMARS é transportável no avião C-130, permitindo ao sistema ser movido para áreas previamente inacessíveis para o

avião C-141 e C-5, necessário para o transporte do MLRS. É neste facto que reside a grande vantagem do sistema HIMARS pois permite o mesmo poder de fogo que o MLRS mas num chassis altamente móvel e facilmente transportável.

1.7 *ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS*

Tripulação	3 homens (Condutor, Apontador, Comandante de Secção)
Plataforma	1 conjunto de 6 foguetes ou 1 míssil
Peso	24,000 lbs
Comprimento	7 m
Largura	2,4 m
Autonomia	480 km
Velocidade Máxima	64 km/h

3. CONCLUSÃO

Este trabalho tem como objectivo comparar o sistema lança foguetes de rodas HIMARS (High-Mobility Artillery Rocket System) com o sistema, também lança foguetes, de lagartas MLRS (Multiple Launch Rocket System).

Tanto o MLRS como o HIMARS são armas de lançamento de foguetes múltiplos de artilharia, fabricados pela *Lockheed Martin Missiles and Fire Control*. Ambos proporcionam fogo de contra bateria, supressão das defesas aéreas inimigas e destruição de alvos móveis, sendo capazes de fornecer um grande volume de fogo num pequeno espaço de tempo contra alvos críticos e que necessitem de uma acção rápida e decisiva.

Neste momento o sistema HIMARS é consideravelmente superior ao MLRS. Com a introdução do Improved Fire Control System (IFCS) e o Improved Launcher Mechanical System (ILMS) na nova plataforma M270A1, ainda em desenvolvimento, o MLRS irá equiparar-se ao HIMARS no que diz respeito ao controlo de fogo e possibilidade de disparar futuras munições da MLRS Family of Munitions (MFOM).

Uma das diferenças entre estes dois sistemas de armas consiste na quantidade de armamento que conseguem transportar. Enquanto que o MLRS consegue transportar 2 conjuntos de 6 foguetes cada ou 2 mísseis ATACMS, o HIMARS apenas transporta 1 conjunto de 6 foguetes cada da MFOM ou 1 míssil ATACMS.

Mas a principal diferença entre o MLRS e o HIMARS está na sua mobilidade. O MLRS, por ser um veículo de lagartas e também por transportar o dobro da carga que o HIMARS, apresenta um peso de 55,000 lbs. Este é o seu maior inconveniente, pois limita a sua velocidade máxima (em estrada) a 64 km/h, e impossibilita a sua projecção para o campo de batalha em aviões de carga mais leves (C-130) – só é transportável em C-141, C-5 ou comboio. Por seu lado, o HIMARS é um veículo de rodas e transporta metade da carga do MLRS, possibilitando reduzir o seu peso até às 24,000 lbs. A sua maior vantagem é ser facilmente transportável e possuir uma velocidade máxima de 85 km/h (em estrada).

NOTÍCIAS DA NOSSA ARTILHARIA

NOTÍCIAS DA ANTIAÉREA

60 ANOS DE ARTILHARIA ANTIAÉREA EM PORTUGAL

Em 1940, a II Guerra Mundial levou o Governo Português a encarar com carácter de urgência, o estudo da defesa antiaérea de Lisboa, face à evidência da vulnerabilidade do País perante as novas ameaças aéreas.

Pela então designada Majoria General do Exército, foi nomeada uma comissão para o estudo do dispositivo a estabelecer, dirigida pelo General Anacleto dos Santos, Director da Arma de Artilharia, que viria a apresentar a sua proposta definitiva, em 10 de Maio de 1941.

Em 01 de Outubro de 1943, entra em actividade o Comando da Artilharia da Defesa Antiaérea de Lisboa que, em 01 de Janeiro de 1948, é transformado em Regimento de Artilharia Antiaérea Fixa e transferido da Penha de França para Queluz, em 15 de Setembro desse mesmo ano.

Reportando assim, ao ano de 1943, são 60 anos de Artilharia Antiaérea em Portugal, que o RAAA1, único Regimento de Artilharia Antiaérea do País, vai comemorar ao longo do presente ano, com um conjunto de actividades, que foram apresentadas numa sessão organizada no seu Quartel, em Queluz, no dia 21 de Março, perante uma vasta e notável audiência de Artilheiros.

Presidida pelo Ex.mo TGen Abrantes dos Santos, Director Honorário da Arma de Artilharia, assistiram a esta apresentação o Ex.mo General Loureiro dos Santos, o Ex.mo General Espírito Santo, o Ex.mo TGen Faria Leal, o Ex.mo TGen Samuel Matias do Amaral, o Ex.mo TGen Belchior Vieira, o Ex.mo MGen Pinto Ramalho, o Ex.mo MGen Canelas, o Ex.mo MGen Freire Nogueira e o Ex.mo MGen Rui Reis. Estiveram também,

presentes ex-Comandantes do CIAAC e do RAAA1, bem como uma representação alargada de Oficiais de Artilharia do Instituto de Altos Estudos Militares, da Academia Militar e de outras Unidades e Órgãos do Governo Militar de Lisboa. O Ex.mo TGen Governador Militar de Lisboa, abriu a sessão, dando as boas vindas a tão ilustres Artilheiros.

Tomando a palavra, o Comandante do Regimento apresentou as tradições militares herdadas do RAAF e do CIAAC. Foram salientados também, alguns dos trabalhos desenvolvidos no Regimento já neste milénio, no âmbito doutrinário, de que se destaca a publicação de dois Regulamentos, o envio para aprovação de um terceiro, e a preparação do projecto de um outro.

Para assinalar os 60 anos da Artilharia Antiaérea em Portugal, foi anunciada uma edição especial do Boletim da Artilharia Antiaérea, o lançamento de uma medalha comemorativa do evento, a organização de um seminário, com a participação de Oficiais estrangeiros, e a realização de uma cerimónia evocativa da história da Artilharia Antiaérea em Portugal, a ter lugar no Dia do Regimento, em 01 de Outubro.

Foi também, lançada a nova página de Internet do RAAA1 e a edição de 2003 do CD multimédia "Artilharia Antiaérea", integralmente produzidos no Regimento, este último contendo apelativas sessões didácticas sobre táctica e técnica de AAA.

No encerramento da sessão, o Comandante do Regimento apresentou como tema de reflexão: "Novos Vectores Emergentes no Espectro da Ameaça", tendo como referência e como marco histórico, os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, que estabeleceram definitivamente o carácter inconstante, volúvel e descompassado das novas ameaças. Estes desafios e riscos induzidos deverão eventualmente, merecer a atenção das autoridades nacionais, para as questões prementes da configuração da defesa aérea em Portugal, na actualidade.

COMANDANTE DO CTAT/BAI, MGEN AVELAR DE SOUSA, VISITA O RAAA1

Em 18 de Março de 2003, o Major-General Avelar de Sousa, Comandante do Corpo das Tropas Aerotransportadas e da Brigada Aerotransportada Independente, visitou o Regimento de Artilharia Antiaérea Nº1, que tem a responsabilidade do levantamento da Bateria de Artilharia Antiaérea daquela Grande Unidade.

Esta visita permitiu ao Comandante da BAI, um conhecimento mais profundo do Regimento, nomeadamente, a sua história, as tarefas que vem desenvolvendo, no âmbito da instrução de quadros, e os diferentes exercícios que vem executando, de aprontamento do encargo operacional.

Neste encontro, foram acertadas as linhas de acção a desenvolver, com vista a ministrar a especialidade de míssil AAA às Praças já habilitadas com o curso de pára-quedismo.

DRA. FÁTIMA CAMPOS FERREIRA NO RAAA1

No passado dia 02 de Abril de 2003, a Dra. Fátima Campos Ferreira, Jornalista da Rádio Televisão Portuguesa, deslocou-se ao Regimento de Artilharia Antiaérea Nº1, para proferir uma palestra subordinada ao tema: "A Comunicação Social e as Forças Armadas".

Esta conferência inseriu-se no ciclo de apresentações que se têm vindo a realizar no RAAA1, sobre comunicação e ética, como forma de desenvolver a cultura geral militar dos Oficiais e Sargentos que servem no Regimento.

Assistiu também, à comunicação, o Ex.mo General Loureiro dos Santos, que, para além de ser oriundo da Arma de Artilharia, foi Comandante do Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea de Cascais, actualmente, Destacamento do Regimento de Artilharia Antiaérea Nº1.

A Dra. Fátima Campos Ferreira, é licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e em Jornalismo pela Escola Superior de Jornalismo do Porto. Foi docente de História na Universidade Livre do Porto de 1982 a 1987, e vem leccionando jornalismo na Universidade Lusófona desde 1996. Há cerca de 17 anos que trabalha na RTP, tendo sido responsável por diversos programas como repórter, editora e apresentadora.

NOTÍCIAS DA EPA

PARTICIPAÇÃO DA EPA NO EXERCÍCIO "ROSA BRAVA 032"

Participação da 1ªBBF, do Encargo Operacional da EPA, no Exercício "Rosa Brava 032"

Decorreu no Campo Militar de Santa Margarida, no período compreendido entre 24 e 28 de Fevereiro de 2003, o Exercício Rosa Brava 032. Este exercício contou com a participação da 1ª Bateria de Bocas de Fogo da Escola Prática de Artilharia. Esta bateria foi constituída por 6 secções de bocas de fogo, equipadas com o obus médio M114 155 mm/23, além dos restantes órgãos da bateria, empenhando cerca de 100 militares, incluindo militares do Serviço Efectivo Normal do 5.º e 6.º Turno de 2002, em *"On The Job Trainning"*.

Participação do PAO, do Encargo Operacional da EPA, no Exercício "Rosa Brava 031"

O Pelotão de Aquisição de Objectivos (PAO), teve como missão apoiar o Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada Mecanizada Independente (GAC/BMI).

Foram empenhados no Exercício vinte e nove militares (um Oficial, dez Sargentos e dezoito Praças) e sete viaturas (um jipe UMM, quatro IVECO, um UNIMOG e uma DAF). O PAO participou integrado na Bateria de Comando do GAC/BMI, de acordo com a organização deste Grupo.

Este exercício teve uma forte componente técnica e táctica, exigindo bastante de todos os órgãos intervenientes. A nível técnico permitiu que as várias secções do Pelotão praticassem, de uma forma mais integrada e aproximada da realidade, os conhecimentos adquiridos durante os períodos de instrução realizados na EPA.

A nível táctico destacam-se os constantes deslocamentos para reconhecimento e ocupação de posições, o que exige do Comandante de Pelotão e suas Secções uma rigorosa acção de planeamento, por forma a que o cumprimento da missão não seja afectado. Os deslocamentos tácticos nocturnos adquiriram também um papel importante, já que permitiram aos condutores e chefes de viatura a prática de condução com aparelhos intensificadores de imagem, o que aliado à necessidade de navegar no terreno, contribuiu bastante para o ganho de experiência sob condições tão restritivas. Pela possibilidade de praticar a instrução ministrada, este tipo de exercícios são uma mais valia para as unidades que neles participam, porque permitem o treino integrado do seu pessoal, retirando-se dos mesmos importantes lições com o objecto de melhor cumprir a missão que justifica a sua existência.

EX. MGEN FERREIRA DA SILVA, PRESIDENTE DA COMISSÃO TÉCNICA DA ARMA DE ARTILHARIA (CTAA) PRESIDE A JURAMENTO DE BANDEIRA NA EPA

No dia 16 de Abril de 2003 o Ex.mo MGen Ferreira da Silva, Presidente da CTAA presidiu ao Juramento de Bandeira (JB) do CFP/SEN do 2ºT/03 o qual decorreu na EPA entre 17 de Março e 16 de Abril. Do programa, constou um conjunto de actividades de âmbito protocolar tradicionais neste tipo de evento.

Em complemento das actividades relacionadas com o JB e aproveitando a presença do Ex.mo MGen Ferreira da Silva na EPA, realizou-se uma pequena cerimónia na *Sala da CTAA*, antiga sala da DAA e do RALIS, durante a qual foi formalizada a criação da referida sala e apresentado um programa-plano de actividades de carácter técnico.

Com esta iniciativa, o Comando da EPA formaliza a existência de um espaço físico, absolutamente necessário para manter a dinâmica da Arma de Artilharia, expressão clara da continuidade do espírito artilheiro e de uma postura que se quer constante. Nesta sala encontram-se expostos quadros com fotografias de todos os DAA, bem como de todos os DHAA.

O plano de actividades apresentado constou de duas partes:

- Projectos em curso, envolvendo várias Unidades de Artilharia (Revisão do MC 20-100, "Táctica de Artilharia de Campanha"; Elaboração do Manual de Aquisição de Objectivos; Elaboração do Manual Técnico do radar RATAC-S; Elaboração do Manual Técnico relativo à estação meteorológica MARWIN MW);

- Apresentação do projecto de *Manual Técnico do Obus M119 LG*, elaborado no RA4, apresentação levada a cabo pelos TCor Caetano de Sousa, Comandante do GAC/BAI e pelo Ten Machado.

Actualmente, este projecto encontra-se a ser testado na EPA, estando prevista uma reunião final entre as duas Unidades para consolidação, antes de o submeter a aprovação superior.

DIA DO REGIMENTO DE ARTILHARIA N.º 5

Decorreram no passado dia 12 de Maio as Cerimónias Comemorativas do Dia do RA5, presididas pelo Comandante da Região Militar do Norte TGEN Cipriano Alves, que contaram com a presença de altas entidades militares e civis.

Para além da locução do Comandante do Regimento, da leitura das mensagens do Director Honorário da Arma de Artilharia e do Comandante da Região Militar do Norte e da imposição de condecorações a Cerimónia ficou marcada pela entrega ao Regimento da Medalha de Honra da Cidade

de Vila Nova de Gaia, tendo-lhe sido autorgado o título de " Benemérito de Vila Nova de Gaia".

Após do desfile das forças em parada em continência ao Comandante da RMN os convidados assistiram à actuação da Fanfarra da RMN, aquartelada no RA5, e a uma demonstração Artilheira a cargo da 2.ª BBF/GAC/BLI, a que se seguiu a inauguração e visita da exposição fotográfica" A Artilharia na Serra do Pilar".

Igualmente integradas nas comemorações do Dia da Unidade, decorreram entre 28 e 30 de Abril uma acção de formação sobre Segurança Rodoviária, para alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho de Vila Nova de Gaia que contou com o apoio da Prevenção Rodoviária Portuguesa, e no dia 11 de Maio na Quinta da Barca, em Esposende, o 1º Torneio de Golfe do RA5 que contou com a presença de 45 participantes, militares e civis.

GAC/BMI

TOMADA DE POSSE DO NOVO COMANDANTE DO GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA DA BRIGADA MECANIZADA INDEPENDENTE

CERIMÓNIA

No dia 1 de Agosto de 2002 teve lugar no Quartel da Artilharia do Campo Militar de Santa Margarida a cerimónia de tomada de posse do Comandante do Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada Mecanizada Independente, Tenente-Coronel de Artilharia LUÍS FILIPE COSTA FIGUEIREDO.

O TCOR ART Luís Figueiredo chegou à Porta de Armas do Quartel da Artilharia às 10H00 e após receber as honras da Guarda de Polícia deu entrada no aquartelamento, onde era aguardado pelo Chefe da Secção de Instrução do GAC, Major de Artilharia Luís Oliveira. Depois da execução dos toques regulamentares recebeu a apresentação do Oficial de Dia e dos Adjuntos dos Comandantes do Grupo de Artilharia de Campanha e da Bateria de Artilharia Antiaérea.

Pelas 10H10 o TCOR ART Luís Figueiredo dirigiu-se para a parada do Quartel a fim de receber a continência das Forças em Parada que, comandadas pelo 2.º Comandante do GAC, Major de Artilharia José Aquino, integravam a Bateria de Comando, as 1ª, 2ª e 3ª Baterias de Bocas de Fogo e a Bateria de Serviços do Grupo de Artilharia de Campanha e a Bateria de Artilharia Antiaérea.

Após se ter procedido à leitura do Despacho de Sua Excelência o General Chefe do Estado-Maior do Exército que nomeou o TCOR ART Luís Figueiredo Comandante do GAC, foi também efectuada a leitura de parte da Directiva n.º 01/2000, do CMSM, que determina que o Comandante do GAC seja, em acumulação, o Comandante do Quartel da Artilharia.

A cerimónia militar prosseguiu com a leitura do curriculum biográfico do TCOR ART Luís Figueiredo, a que se seguiu a entrega, pelo 2.º Comandante, do Guião do GAC ao novo Comandante, tendo em vista materializar o acto da transferência de comando.

Em seguida o Comandante do GAC e do Quartel da Artilharia, TCOR ART Luís Figueiredo, passou revista à formatura, após o que proferiu uma alocução alusiva à cerimónia, a qual terminou com o desfile das Forças em Parada prestando continência ao novo Comandante.

Pelas 11H00 o Comandante do GAC e do Quartel da Artilharia recebeu, no Auditório, a apresentação de cumprimentos dos Oficiais, Sargentos e Praças do GAC, da BAAA e dos civis que prestam serviço no Quartel, seguindo-se, pelas 12H00, a apresentação ao Excelentíssimo Major-General Comandante da Brigada Mecanizada Independente e do Campo Militar de Santa Margarida.

Depois do almoço os 2os Comandantes do GAC e da BAAA efectuaram, no Auditório, uma exposição ao novo Comandante sobre a situação das respectivas Unidades, que contou com a presença dos Chefes das Secções de Estado-Maior e dos Comandantes das sub-unidades do GAC. Ao final da tarde o Comandante procedeu a uma revista geral às instalações do Quartel da Artilharia.

ALOCUÇÃO DO COMANDANTE DO GAC

"Oficiais, Sargentos e Praças do Grupo de Artilharia de Campanha e da Bateria de Artilharia Antiaérea.

Ao assumir nesta data o cargo de Comandante do Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada Mecanizada Independente, assumo, também, por inerência de funções, o cargo de Comandante do Quartel da Artilharia, que, como sabem, integra estas duas unidades de Artilharia por uma questão de mera racionalização na utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros. Esta partilha de meios, em situação territorial é, contudo, conseguida sem prejuízo das respectivas individualidades como unidades independentes da Brigada Mecanizada Independente.

Em primeiro lugar quero manifestar o meu apreço e reconhecimento pela forma como tendes vindo a servir nestas duas unidades da Arma, nas quais várias gerações de artilheiros tem adquirido e aperfeiçoado os seus conhecimentos profissionais, constituindo as mesmas verdadeiros centros de instrução da Artilharia de Campanha e da Artilharia Antiaérea.

Também não posso deixar de prestar a minha homenagem aos comandantes que me antecederam pela sua grande dedicação, empenho e competência como dirigiram os destinos dos homens e mulheres que serviram, e servem, no Quartel da Artilharia, bem como, pela forma como promoveram a coesão e o espírito de corpo entre os militares das duas unidades, em prol do prestígio da Artilharia no Campo Militar de Santa Margarida.

Militares do Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada Mecanizada Independente.

Comandar o Grupo de Artilharia de Campanha constitui para mim uma enorme honra e motivo de grande orgulho.

Enorme honra, por ter sido escolhido para dirigir aquela que considero como a maior unidade da Artilharia de Campanha do Exército Português. Maior, não na dimensão nem no escalão, mas sim no poder de fogo, na

mobilidade, na protecção, enfim, na capacidade em fornecer o mais potente e profundo apoio de fogos indirectos da Artilharia Portuguesa. Maior, também, pela oportunidade conferida ao pessoal que a integra em adquirir os mais profundos conhecimentos técnicos de Artilharia de Campanha, pois, fruto da sua localização privilegiada, é a única unidade da Arma onde é possível efectuar, de forma permanente e integrada, o treino operacional com unidades de manobra, de apoio de combate e de apoio de serviços, constituindo esta uma situação impar na Artilharia.

Motivo de grande orgulho, por me ter sido concedido o privilégio de comandar um conjunto de militares que, com elevada dedicação, querer e sentido do dever, têm possibilitado ao Grupo de Artilharia de Campanha atingir elevados níveis de prontidão operacional, fazendo desta unidade um símbolo da Artilharia Portuguesa.

Assumo, assim, o comando do Grupo de Artilharia de Campanha consciente da grande responsabilidade que me incumbe. Deste modo, podem contar com o meu total empenho e determinação na prossecução do trabalho iniciado pelos que me precederam e na procura de novos caminhos que conduzam ao cumprimento da missão.

Passado um quarto de século desde o levantamento da primeira subunidade do Grupo de Artilharia de Campanha, constituída por material rebocado, obuses de calibre 105 milímetros de origem alemã, herdados da Segunda Guerra Mundial, podemos hoje afirmar que se atingiu a maturidade relativamente às armas que equipam o Grupo de Artilharia de Campanha, os obuses autopropulsados de 155 milímetros, M109A5.

Sentimo-nos pois orgulhosos por poder finalmente ombrear com as artilharias dos exércitos europeus. Todavia, para atingirmos a igualdade é preciso ainda que o Grupo de Artilharia de Campanha seja dotado com um sistema automático de ligação e direcção de tiro. Sendo cada vez mais as operações militares executadas por forças provenientes de vários países, em cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelos Estados, exigindo, por isso, a total interoperabilidade dos equipamentos, não é viável que a direcção técnica e táctica do Grupo de Artilharia de Campanha continue a processar-se de forma manual, utilizando métodos e materiais que remontam aos inícios do século XX.

Por outro lado, se a chegada dos novos obuses constitui, decerto, um factor de motivação para todos os artilheiros, irá, concerteza, exigir mais empenho e maiores responsabilidades de cada um, pois a um aumento da sofisticação dos equipamentos estão, normalmente, associadas novas exigências em termos de conhecimentos técnicos do pessoal.

Para além da consolidação dos aspectos relacionados com a entrada ao serviço do novo material de artilharia, outras importantes tarefas vão exigir a nossa total dedicação, de que destaco como mais relevantes as seguintes:

- *O treino operacional, por forma a atingir os níveis de prontidão exigidos;*
- *A manutenção dos materiais e dos equipamentos, tendo em vista assegurar a sua conservação e o perfeito funcionamento;*
- *O cumprimento integral dos objectivos da instrução, pois só com uma formação exigente e de qualidade se poderá obter no futuro militares altamente preparados e motivados para o cumprimento da missão;*
- *A conservação das infra-estruturas, garantindo em permanência condições dignas de alojamento e de instalação do pessoal.*

Conto com o vosso profissionalismo, sentido do dever e espírito de equipa e de colaboração para, em conjunto, enfrentarmos as dificuldades do presente e os desafios do futuro, percorrendo, com êxito, o caminho que conduza ao cumprimento da missão, dignificando o Grupo de Artilharia de Campanha entre as unidades da Brigada Mecanizada Independente e elevando bem alto o nome da nossa Arma.

Militares da Bateria de Artilharia Antiaérea da Brigada Mecanizada Independente.

Conforme referi no início, compete ao Comandante do Grupo de Artilharia de Campanha exercer, em acumulação, o Comando do Quartel da Artilharia. Nesta qualidade, passo a exercer o comando administrativo-logístico da Bateria de Artilharia Antiaérea, o qual se relaciona com os aspectos da segurança, da justiça e da disciplina no âmbito das actividades relativas à vida corrente do aquartelamento.

Assim sendo, o Comandante da Bateria de Artilharia Antiaérea mantém as competências próprias respeitantes ao emprego, à instrução e ao treino operacional da respectiva Bateria, garantindo-se, por esta via, o estatuto de unidade independente da Brigada Mecanizada Independente.

Estou certo que posso contar com a vossa dedicação, competência e espírito de bem servir para, com eficiência e eficácia, realizar as tarefas que vos são exigidas, por forma a manter, e se possível, melhorar o funcionamento do aquartelamento, tornando, deste modo, mais fácil a acção de comando.

Oficiais, Sargentos e Praças do Quartel da Artilharia

Como é do conhecimento de todos vós, o momento actual é caracterizado por um clima de apreensão, fruto das restrições de ordem financeira que

atingem o Exército Português, em geral, e as unidades, em particular, sendo, a breve prazo, afectado pela diminuição dos efectivos, em consequência do fim do Serviço Efectivo Normal.

Perante esta realidade, um esforço acrescido será exigido a todos, graduados e praças, no sentido de garantir o nível de operacionalidade das unidades e a adequada manutenção dos materiais e equipamentos, para o que será necessário abnegação, espírito de criatividade e de iniciativa e, ainda, uma forte motivação e sentido das responsabilidades, por forma a vencer as dificuldades que o futuro nos reserva.

Por último, uma referência ao culto das virtudes e valores militares, que considero imprescindíveis tanto nas relações entre superiores e subordinados, como entre militares da mesma patente, constituindo os verdadeiros alicerces das relações entre os homens e mulheres, civis e militares que prestam serviço no Quartel da Artilharia, visando atingir os objectivos superiormente definidos, no respeito da dignidade humana.

Quartel em Santa Margarida, 1 de Agosto de 2002."

PARTE OFICIAL

I. LEGISLAÇÃO

Presidência do Conselho de Ministros

Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2003
Institui o Dia das Forças Armadas
(OE Nº 2/28 FEV03 1ª SÉRIE)

Conselho de Ministros

Resolução n.º 6/2003
Aprovação do Conceito Estratégico de Defesa Nacional
(OE Nº 1/31 JAN03 1ª SÉRIE)

Ministério das Finanças

Decreto-Lei n.º 8/2003:
Alteração ao Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, que aprovou o Estatuto da Aposentação, e ao Decreto-Lei n.º 142/73, de 31de Março, que aprovou o Estatuto das Pensões de Sobrevivência
(OE Nº 1/31 JAN03 1ª SÉRIE)

Ministério da Defesa Nacional

Portaria n.º 137/2003
Aprova o modelo de cartão de identificação militar
(OE Nº 2/28 FEV03 1ª SÉRIE)

Ministério das Finanças da Segurança Social e do Trabalho

Portaria n.º 135/2003
Fixa os montantes das prestações por encargos familiares dos regimes de segurança social e do regime de protecção social e da função pública revoga a Portaria n.º 66/2002, de 18 de Janeiro
(OE Nº 2/28 MAR03 1ª SÉRIE)

Chefe do Estado-Maior do Exército

Despacho n.º 1963/2003
Efectivos por postos e quadros especiais a vigorar para o Exército, no ano de 2003
(OE Nº 1/31 JAN03 1ª SÉRIE)

II – PESSOAL

1. CONDECORAÇÕES

Cruz de São Jorge 1ª classe

MGEN (09063164) João Baptista Nabeiro Canelas
(OE Nº 3/31MAR03 2ª SÉRIE)

Medalha de Prata de Serviços Distintos

COR ART RES (42478861) Henrique José de Castro Osório Maurício
COR ART (07251372) Alfredo Nunes da Cunha Piriquito
TCOR ART (16800382) Luís Filipe Costa Figueiredo
TCOR ART (19720484) Vítor Fernando dos Santos Borlinhas
(OE Nº 3/31MAR03 2ª SÉRIE)

Medalha de Mérito Militar de 2ª classe

TCOR ART (12680584) Nuno Manuel Monteiro Fernandes
(OE Nº 1/31JAN03 2ª SÉRIE)

Ordem Militar de Santiago da Espada - Grande-oficial

COR ART (50264511) Carlos da Costa Gomes Bessa
(OE Nº 3/31MAR03 2ª SÉRIE)

Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar

COR ART (13078471) José António Machado Alves de Matos
(OE Nº 3/31MAR03 2ª SÉRIE)

Grau de Oficial da Ordem do Libertador (VENEZUELA)

MAJ ART (05521487) Sebastião Joaquim Rebouta Macedo
(OE Nº 1/31JAN03 2ª SÉRIE)

Medalha da NATO/OTAN "Ex-Jugoslávia"

MAJ ART (00267186) José Carlos Levy Varela Benrós
MAJ ART (10836685) José Manuel Vinhas Nunes

TEN ART (39220592) Carlos Manuel Peixoto Prata
TEN ART (33196092) Sérgio Marques Higino de Avelar
(OE Nº 1/31JAN03 2ª SÉRIE)

Medalha da NATO/OTAN "Kosovo"

MAJ ART (03953485) Carlos Alberto Tavares Frias
(OE Nº 1/31JAN03 2ª SÉRIE)

Medalha da ONU/UNTAET

CAP ART (08785889) Pedro Alexandre Marcelino Marquês de Sousa
TEN ART (30399192) Nélson José Mendes Rego
(OE Nº 1/31JAN03 2ª SÉRIE)

Medalha da Missão de Monitorização da União Europeia

MAJ ART (05238285) Manuel Romão Excelente António
(OE Nº 1/31JAN03 2ª SÉRIE)

Medalha da Missão de Monitorização da Comunidade Europeia

MAJ ART (05238285) Manuel Romão Excelente António
(OE Nº 1/31JAN03 2ª SÉRIE)

2. PROMOÇÕES

Ao Posto de Major

CAP ART (09289287) Luís Manuel Oliveira de Almeida
(OE Nº 2/28 FEV03 2ª SÉRIE)

Ao Posto de Capitão

CAP GRAD ART (14558392) Paulo Manuel da Encarnação Rosendo
(OE Nº 1/31JAN03 2ª SÉRIE)

TEN ART (10569790) Armando Manuel Leal Simões
TEN ART (30646292) João Ricardo de Sousa Barbosa Dias Costa
TEN ART (33196092) Sérgio Marques Higino de Avelar
TEN ART (22371192) Pedro Luís Raposo Ferreira da Silva
TEN ART (38471191) Nuno Filipe Caldes Pimpão
TEN ART (30737491) Paulo Fernando da Silva Calado Rodrigues
TEN ART (27812592) José Carlos Pires Batista
TEN ART (21433092) Nuno Miguel Marques Baptista
(OE Nº 2/28 FEV03 2ª SÉRIE)

Ao Posto de Tenente

ALF ART (02337795) Paulo Sérgio de Almeida Rodrigues
ALF ART (08096595) Henrique Manuel Mota de Azevedo
ALF ART (15683195) António Costa Macedo Sousa Franco
ALF ART (13124096) Rodolfo Luís Carvalho Martins Gomes
ALF ART (08197896) Paulo Jorge Silva Póvoa
ALF ART (13782296) Artur Jorge Mendes Ribeiro de Sousa Alves
ALF ART (04908095) João Paulo Pata Serpa
ALF ART (14952096) João Miguel de Oliveira Capitulino
ALF ART (14237795) Cláudia Isabel Carvalho Vinhas
ALF ART (17158895) José Miguel Sequeira Maldonado
ALF ART (14574194) António Rogério Afonso Lopes
ALF ART (12688495) Ricardo Jorge Cardoso Martins da Assunção
(OE Nº 2/28 FEV03 2ª SÉRIE)

Ao Posto de Alferes

ASP AL (03753197) Sérgio Manuel Oliveira da Rocha
TEN AL (23918392) João Paulo Catrola Martins
ASP AL (14605495) Daniel Lage de Oliveira Pegado
ASP AL (03066797) Orlando Belarmino Soares Panza
ASP AL (19407997) Nuno Pedro Leite Gonçalves
ASP AL (16589496) Orlando Raul Marques Moita Rodrigues Rebelo
ASP AL (14838597) Rui Manuel da Silva Almeida Soares
ASP AL (18760596) Hugo Cristiano da Costa Batista
(OE Nº 2/28 FEV03 2ª SÉRIE)

3. GRADUAÇÕES

Graduado no Posto de Coronel

TCOR ART (19350980) Raul Manuel Sequeira Rebelo
(OE Nº 1/31JAN03 2ª SÉRIE)

4. PASSAGEM À SITUAÇÃO DE RESERVA

COR ART (07249966) Valdemar José de Oliveira Patrício
(OE Nº 2/28 FEV03 2ª SÉRIE)

5. PASSAGEM À SITUAÇÃO DE REFORMA

COR ART (33248656) Jorge Manuel Palma Mira Monteiro
(OE Nº 2/28 FEV03 2ª SÉRIE)

6. OBITUÁRIO

COR ART REF (51326411) Mário Pinto Simões
COR ART REF (50568011) João Carlos Rodrigues Oliveira
(OE Nº 1/31JAN03 2ª SÉRIE)

SARGENTOS

1. CONDECORAÇÕES

Medalha de Mérito Militar de 4ª classe

SAJ ART (07702685) Joaquim Miguel Ferreira
SAJ ART (09403782) Domingos António Cristão Macedo
(OE Nº 1/31JAN03 2ª SÉRIE)

Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 4ª classe

SCH ART (05673377) Manuel José da Silva Osório
(OE Nº 1/31JAN03 2ª SÉRIE)

1SAR ART (18408189) Carlos Mário Barreiros Durão
(OE Nº 3/31MAR03 2ª SÉRIE)

Medalha da NATO/OTAN Ex-Jugoslávia

1SAR ART (14727488) Edmundo da Conceição Batista
1SAR ART (09184881) Rui Carreira Abreu
1SAR ART (02362587) Henrique Manuel Hortelão Trindade
1SAR ART (02264190) Paulo Nuno Silva Alberto
1SAR ART (06727591) Rui Pedro Grades Sobral
1SAR ART (19707291) José Luís Ribeiro Pimenta
(OE Nº 1/31JAN03 2ª SÉRIE)

Medalha da NATO/OTAN Kosovo

SAJ ART (05827382) António Domingos dos Santos Alves
(OE Nº 1/31JAN03 2ª SÉRIE)

Medalha da ONU/UNTAET

SAJ ART (05827382) António Domingos dos Santos Alves
1SAR ART (12137692) Luís Filipe Medeiros Borges
(OE Nº 1/31JAN03 2ª SÉRIE)

2. PROMOÇÕES

Ao Posto de Sargento-Mor

SCH ART (00957678) Arcindo Pires Cardoso
SCH ART (16979278) Manuel Mestre Hilário
(OE Nº 1/31MAR03 2ª SÉRIE)

Ao Posto de Sargento-chefe

SAJ ART (14133980) José Manuel Esteves Ventura
(OE Nº 1/31MAR03 2ª SÉRIE)

Ao Posto de 2º Sargento

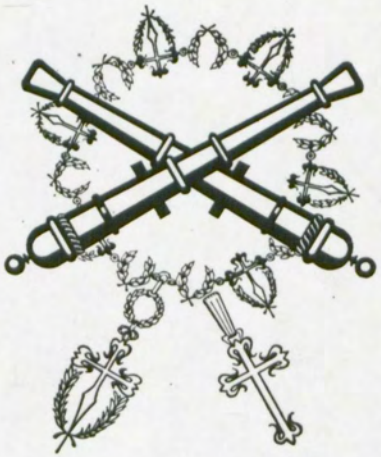
2SAR AL (04976295) Nuno Miguel de Sousa Moreira
1SAR AL (34159793) Gonçalo Nuno Simões Sabino
2SAR AL (04052394) Cláudia dos Santos Heitor
2SAR AL (39831392) Luís Miguel Ferreira Pinto
2SAR AL (03329695) Sérgio Nuno Correia de Bastos
2SAR AL (31124692) Sérgio Manuel do Nascimento Contente
2SAR AL (03870396) Augusto Miguel Canholas Damásio
(OE Nº 1/31JAN03 2ª SÉRIE)

3. PASSAGEM À SITUAÇÃO DE REFORMA

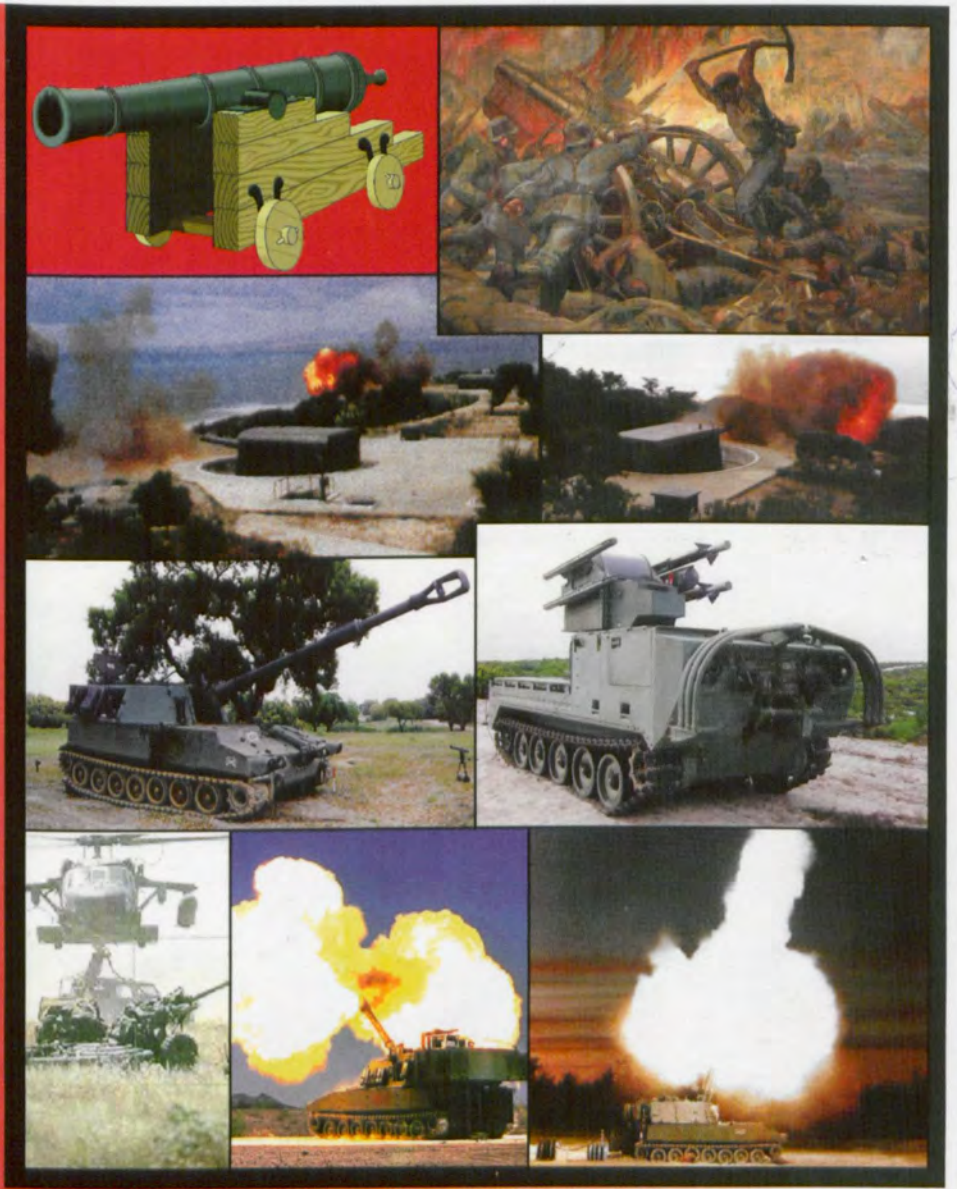
SMOR ART DFA REF (40001760) Samuel da Silva Oliveira
(OE Nº 1/31MAR03 2ª SÉRIE)

4. OBITUÁRIO

SMOR ART REF (50929811) Eduardo Pimenta Gonçalves
(OE Nº 1/31JAN03 2ª SÉRIE)



REVISTA DE ARTILHARIA



"O CÉU, A TERRA E AS ONDAS ATROANDO"

N.os 935 A 937 – JULHO A SETEMBRO DE 2003

REVISTA DE ARTILHARIA

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
4931

99.º ANO

2.ª SÉRIE

Depósito Legal N.º 1359/83

N.os 935 A 937

JULHO A SETEMBRO DE 2003

REVISTA DE ARTILHARIA

SUMÁRIO:

Págs.

A COOPERAÇÃO CIVIL MILITAR (CIMIC) EM APOIO DAS OPERAÇÕES MILITARES, NO EXÉRCITO PORTUGUÊS 231
Pelo Major de Artilharia Vinhas Nunes.

DISPOSITIVO DE CALIBRE REDUZIDO 14,5 MM 267
Pelo Capitão de Artilharia António Rabaço.

A ARTE NA EPA 277
Pelo Alferes RC Miguel Empis Sanches de Baéna.

A ARTILHARIA ATÉ À ÉPOCA DE D. JOÃO III 297
Pelos Cadetes Alunos de Artilharia Elton Feliciano e Moisés Cazeza.

NOTÍCIAS DA NOSSA ARTILHARIA 301
NOTÍCIAS DA ANTIAÉREA 301
NOTÍCIAS DA EPA 309
REGIMENTO DE ARTILHARIA N.º 4 328
REGIMENTO DE ARTILHARIA N.º 5 331

PARTE OFICIAL I

EXPEDIENTE

Toda a correspondência relativa à Revista deve ser dirigida para "REVISTA DE ARTILHARIA, CAMPO DE SANTA CLARA, 62 – 1100-471 LISBOA".
TELEFS.: Militar: 421 348 – Civil: 21 888 01 10.

ASSINATURAS

PORTUGAL, MACAU e ESPANHA: Sócios assinantes – Anual, € 7,50; Avulso, € 2,50; Restantes Países: Anual, € 15,00; Avulso, € 3,80. Via aérea – O preço da assinatura é acrescida do respectivo porte.

La REVISTA DE ARTILHARIA publiera un compte rendu ou une mention spéciale de tout ouvrage militaire dont on lui adressera un exemplaire.

É interdita a tradução ou reprodução de qualquer artigo sem indicação da origem.

The Revista de Artilharia will publish a summary or a special mention from any military publication, to which a copy shall then be sent.

AVISO: A Administração da revista solicita a participação imediata de qualquer mudança de situação ou residência.

REVISTA DE ARTILHARIA

COMISSÃO EXECUTIVA PARA OS ANOS DE 2002 E 2003

PRESIDENTE

Tenente General António Marques Abrantes dos Santos

VICE-PRESIDENTE

Major General José Luís Pinto Ramalho (MDN)

BIBLIOTECÁRIO / EDITOR

Capitão Pedro Melo Vasconcelos de Almeida (AM)

SECRETÁRIO

Tenente-Coronel Francisco José Bernardino Silva Leandro (IAEM)

TESOUREIRO

Capitão Helder Pilar Estriga (RAAA1)

CENTRO DE CULTURA MILITAR E ARTILHARIA

Coronel Joaquim Formeiro Monteiro (IAEM)
Coronel José Caetano de Almeida e Sousa (DAMP)
Tenente-Coronel Maurício Simão Tendeiro Raleiras (EPA)
Tenente-Coronel Ernesto Bandeira Rebelo (RA5)
Tenente-Coronel Luís António Morgado Baptista (RAAA1)
Tenente-Coronel Luís Miguel Green Dias Henriques (AM)
Major Vítor Manuel Morgado Fonseca Afonso Jorge (EPA)

CENTRO DE ESTUDOS ARTILHEIROS

Coronel Fernando José Pinto Simões (IAEM)
Coronel Frederico José Rovisco Duarte (EPA)
Tenente-Coronel Rui Manuel Ferreira Venâncio Baleizão (SNEF)

NÚMEROS
935 A 937

REVISTA DE ARTILHARIA

ANO XCIX
2.ª SÉRIE

Propriedade de Oficiais da Arma de Artilharia
Edição da Comissão Executiva

Redacção e Administração
Campo de Santa Clara
1100 LISBOA
www.revista-artilharia.pt

DIRECTOR
ANTÓNIO MARQUES
ABRANTES DOS SANTOS
Tenente General

Execução gráfica
JMG – Art. Pap., Artes Gráficas
e Publicidade, Lda.
R. Cidade Frehel, 1-B – MAFRA

JULHO – AGOSTO – SETEMBRO DE 2003

Os autores dos artigos são únicos responsáveis pela doutrina dos mesmos. Os originais são propriedade da redacção e não se restituem quer sejam ou não publicados

A COOPERAÇÃO CIVIL MILITAR (CIMIC) EM APOIO DAS OPERAÇÕES MILITARES, NO EXÉRCITO PORTUGUÊS

Pelo Major de Artilharia VINHAS NUNES

INTRODUÇÃO

"Em Novembro (1995), nunca tínhamos ouvido falar na CIMIC, não tínhamos a menor ideia do que fazia... agora não podemos passar sem ela."

Almirante Leighton Smith
Comandante da IFOR, Abril 1996

Com o final da Guerra-fria iniciou-se um período de incerteza no qual os conflitos locais proliferaram, da Somália à Chechenia, da ex-Jugoslávia ao Ruanda, a violência dilacerou e separou sociedades. As guerras recentes

caracterizaram-se pelo facto de os civis terem sido os alvos preferenciais da violência organizada, neste ambiente em mudança que teve considerável impacto na forma como a comunidade internacional respondeu às crises. Deixou de se falar em termos da "paz Global", assegurada pelo equilíbrio de terror, para se falar em termos de segurança internacional.

Isto explica a proliferação de operações das Nações Unidas (UN) para fazer face a esses conflitos. Associando-se a este contributo para a estabilidade internacional, os países confrontam-se com a necessidade de enriquecer a sua forma de actuação, por muito tempo limitada pela preponderância da doutrina de dissuasão. Esta evolução traduz-se pela intervenção cada vez maior de meios e capacidades integradas civis e militares.

Os mandatos das UN não se limitam a assegurar o deslocamento de forças de interposição entre os beligerantes, mas sim um conjunto de capacidades civis e militares, ocupando-se também de restabelecer um estado de direito, de ajudar a formar as administrações civis, organizar eleições, assegurar o respeito pelos direitos do homem, o regresso de refugiados, ajuda na reconstrução de infra-estruturas e ao recomeçar ou normalizar das actividades económicas.

O aspecto civil das intervenções é tido como uma das condições do sucesso das operações e do atingir dos objectivos iniciais das intervenções fixados às forças. Estas intervenções ditas civis-militares de assistência directa, e também de sensibilização no seio das populações civis e em proveito das mesmas, multiplicou-se. É neste contexto que os Estados reformularam o seu dispositivo, criando pólos internos capazes de antever as crises e conduzir operações com o objectivo de melhorar as capacidades das suas forças para o cumprimento da missão. As acções civis-militares executadas pelas forças armadas facilitam a integração das forças no ambiente e fornecem aos militares uma capacidade de intervir no seio da crise a fim de facilitar o cumprimento da missão, contribuindo também para a acção diplomática tradicional de um Estado no Teatro de Operações. As acções CIMIC participam activamente na estabilização do ambiente político, económico e social do país em crise, mas a sua intervenção ligada à força militar deve ser por natureza limitada no tempo.

A CIMIC mostrou ser essencial nas operações de paz pós-conflitos[1] por duas razões principais. Primeiro, porque, sem que a segurança seja garantida pelos militares, a implementação civil tende a ser muito difícil e pode mesmo falhar completamente. Segundo, porque a competência, os

[1] Peace Building.

conhecimentos e os meios dos militares podem desempenhar um papel importante no apoio ao trabalho das partes e das organizações civis. Sem o apoio militar, a implementação civil em situações complexas é praticamente inconcebível, como foi sublinhado muitas vezes pelo Gabinete do Alto Representante[2], bem como pelos representantes doutras organizações internacionais na BiH.[3] As autoridades militares da OTAN já colheram muitos ensinamentos com a sua experiência na BiH.

Em poucas palavras, a atenção da CIMIC mudou, desde o fim da Guerra-fria, do planeamento do apoio civil a operações militares para o fornecimento de apoio militar a operações civis de consolidação da paz.

Está desenvolvida a doutrina e o planeamento, foram criados programas de treino, foram feitas propostas de forças e os países[4] estão a pensar em maneiras mais estruturais de contribuir para a CIMIC. O papel da CIMIC não deve ser sobrestimado nem subestimado. Primeiro, não substitui a implementação civil, mas, apoia os esforços civis[5]. Segundo, a CIMIC representa muito mais que a simples reconstrução de escolas e hospitais nas comunidades locais, embora estas actividades sejam claramente importantes e contribuam para dar apoio local às tropas.

A CIMIC tem um papel essencial a desempenhar em quase todos os aspectos da implementação civil, quer seja o retorno dos refugiados[6] e das pessoas deslocadas[7], o restabelecimento da lei e da ordem, a reconstrução económica, a reconstituição das infra-estruturas, a organização das eleições ou a criação de novas instituições. É a argamassa que liga os tijolos para a construção da paz. Ao estabelecer os requisitos futuros da CIMIC, a experiência da IFOR/SFOR não deve ser tomada como bitola única, pois

[2] O mandato do Alto Representante, atribuído pelo Acordo de Paz da Bósnia e pela Resolução do Conselho de Segurança das UN Nº 1031 (1995), era supervisar a implementação do Acordo e coordenar os esforços da implementação civil na BiH.

[3] Notícias da OTAN, 1999, pg12.

[4] Entre os quais Portugal se encontra.

[5] Contudo, tem um papel essencial a desempenhar ao preencher as lacunas até as partes e as organizações civis estarem preparadas para prosseguirem o processo de paz por si próprias.

[6] **Refugiado** – Pessoa que, devido a um receio bem fundamentado de ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencer a um determinado grupo social ou por opinião política, está for a do país da sua nacionalidade e é incapaz, ou devido ao mencionado receio, não deseja beneficiar da protecção desse país; ou que, não tendo nacionalidade e estando fora do país da sua habitual residência em resultado de tais acontecimentos, é incapaz ou não deseja regressar a esse país.

[7] **Deslocado** – Pessoa que, como parte de um movimento de massas, foi forçado a abandonar a sua casa ou local de residência habitual de forma súbita e inesperada em resultado de conflito armado, desagregamento interno, violação sistemática dos direitos humanos, receio que tal venha a suceder, ou devido a catástrofes naturais ou causadas pelo homem, e que não cruzou qualquer fronteira estatal internacionalmente reconhecida.

cada conflito tem o seu contexto específico e os acordos de paz são feitos caso a caso. Contudo, na maior parte das operações de paz pós-conflitos, uma vasta gama de actividades civis semelhantes tem que ser executada com o apoio dos militares[8].

Desde a chegada aos Balcãs em Dezembro de 1995 dos soldados da paz dirigidos pela OTAN, a gama de actividades em que os militares têm estado envolvidos tem aumentado continuamente[9]. Baseando-se na experiência adquirida na BiH e no Kosovo, o SHAPE preparou o MC 411 – NATO Military Civil-Military Co-operation Policy, um documento político estabelecendo linhas de orientação gerais para a CIMIC, definindo o conceito e os princípios de funcionamento, estabelecendo ainda, as verificações e equilíbrios destinados a assegurar que o envolvimento em tarefas civis só terá lugar quando não haja alternativa.

Para melhorar a coordenação no local, o SHAPE desenvolveu também relações de trabalho com as principais OI e ONG interessadas na CIMIC, como a União Europeia, o CICV e as agências da ONU. Além disso, foi elaborado outro documento de doutrina da CIMIC mais abrangente o AJP–09 - NATO Civil- Military Co-operation Doctrine, estabelecendo em detalhe a forma como a CIMIC deverá operar no TO.

1. FINALIDADE E NECESSIDADE

A finalidade imediata da CIMIC é estabelecer, proporcionar e manter uma eficiente e completa cooperação entre o Comando de uma força nacional ou aliada, a população civil e as diferentes instituições civis presentes na área de operações, de forma a criar condições que proporcionem ao Comandante as maiores vantagens possíveis do âmbito psicológico, material e táctico para o cumprimento da missão. A longo prazo a CIMIC deverá contribuir para criar e manter as condições que possibilitem alcançar uma solução final para as crises. Em termos operacionais, a CIMIC representa a interface essencial entre o Comandante e as autoridades civis, organizações internacionais, organizações não governamentais[10] e a população local no TO e deve ser considerada em apoio da opção militar para operações sejam elas de Artigo V ou CRO.

[8] Há uma nítida necessidade de mecanismos e estruturas CIMIC comuns, mas têm que ser flexíveis para poderem ser adaptados a cada situação. Idem pg 13.

[9] Embora o que tem sido pedido aos militares e as aptidões que isso exige tenham aumentado, a experiência de reconstrução da CIMIC tem-se mostrado extremamente positiva, ajudando a melhorar as relações tanto com a população local como com os outros organismos internacionais a trabalhar no terreno.

[10] Que cada vez mais se apresentam em maior numero e mais sofisticadas.

Embora a CIMIC tenha uma relevância acrescida na condução de operações militares numa situação de conflito ou operações de apoio à paz, também existe em tempo de paz, mesmo no TN, e esta deve existir de forma organizada em toda e qualquer situação. Assim em caso de catástrofe ou assistência humanitária, a CIMIC pode constituir-se como fundamental e tornar-se ela própria a característica central para o cumprimento da missão. Em muitas missões, a força pode estar parcialmente dependente da população e das instituições civis para obtenção de recursos, informações, segurança em certas áreas e liberdade de acção e de movimentos. Só faz sentido considerar a existência de uma capacidade CIMIC como englobando as suas três componentes: a conceptual, abrangendo a doutrina, política, planos e procedimentos; a moral, relacionada com a capacidade de pôr em prática a componente conceptual, envolvendo a formação, treino e integração; a física relacionada com os meios humanos, materiais e recursos para levar a cabo quer o planeamento quer a condução das operações para a prossecução dos objectivos.

1.1. *FUNÇÕES PRINCIPAIS*

As principais funções da CIMIC poderão são agrupadas em três áreas gerais que em conjunto compreendem a total contribuição em apoio do Comandante da Força:

- **Ligação Civil-Militar**
- **Apoio à Estrutura Civil**
- **Apoio à força**

1.2. *LIGAÇÃO CIVIL-MILITAR*

Entende-se como dever ser uma actividade com bastante independência e com objectivos e finalidade próprias, por exemplo, na criação de um clima de confiança e verdade, assegurando uma leal e efectiva comunicação ou estimulando e melhorando os aspectos relacionados com a legitimidade da missão. A ligação com autoridades civis e organizações é apoiada e facilitada por apropriadas políticas de informação e relações públicas, e operações psicológicas, considerando que todas requerem uma adequada e atempada difusão dos progressos alcançados pela cooperação civil-militar, e que só assim permitirão obter o apoio da população.

1.2.1. *Apoio à estrutura civil*

Esta pode cobrir um largo espectro de actividades CIMIC que vão desde os procedimentos que permitem troca de informação ao nível local, até reparações e reconstruções de infra-estruturas. Engloba também um vasto

leque de recursos militares, tais como: informação, pessoal, material, equipamento, comunicações, treino e especialistas. No caso de crises humanitárias, normalmente estarão em actividade no terreno uma grande diversidade de instituições humanitárias civis e caber-lhes-á actuar carecendo de pouca necessidade de apoio militar, contudo, quando estas organizações não conseguem operar devido ao conflito armado, e como medida de emergência, a força tornar-se-á responsável pela ajuda humanitária até que estejam criadas condições para que as organizações civis a possam assumir[11].

O apoio à estrutura civil pode também incluir tarefas em apoio dos serviços públicos e das actividades do foro ambiental, económico e comercial, projectos de ajuda ao desenvolvimento e operações ou actividades para apoio de ONG nas suas tarefas.

1.2.2. *Apoio à força*

Os comandantes, dependendo das circunstâncias, poderão necessitar de apoio civil significativo na sua área de operações. A força pode estar parcialmente dependente da população civil para recursos[12] e informações, das autoridades civis para segurança em certas áreas, podendo até tornar-se impossível obter a total liberdade de acção e de movimentos sem a sua cooperação[13].

1.2.3. *Princípios de actuação*

Os princípios de actuação da CIMIC são preceitos gerais que influenciam ou podem influenciar a conduta das operações e podem dividir-se em dois grupos:

- **Princípios de natureza militar** – São o conjunto de princípios (Primado da Missão, Comando, Economia, Concentração de recursos, Obrigações humanitárias, Consciência cultural) orientadores do processo militar interno os quais tornam possível o desenvolvimento de um plano CIMIC e regulam a sua execução[14].

[11] Estas decisões devem ser tomadas ao mais elevado nível tendo em conta factores políticos e militares.

[12] Principalmente água, alimentos e combustíveis.

[13] Além deste apoio físico é também importante a percepção por parte da população no que se refere à legitimidade (conquista dos corações e mentes) de actuação da força.

[14] Baseiam-se em processos estritamente militares que devem ser observados no processo de decisão, na conduta das operações em geral e nas de CIMIC em particular.

- **Princípios de relacionamento civil-militar** – São os princípios (Objectivos comuns, Partilha de responsabilidades, benefícios civis, Consentimento, Transparência, Comunicação) que servem de orientação para o estabelecimento e manutenção de um correcto e efectivo relacionamento civil-militar com as autoridades civis, agências, organizações e populações.

1.2.4. *Níveis e tarefas*

O nível de utilização das actividades de CIMIC tem a sua máxima importância nas fases de prevenção de crises[15] e na resolução de conflitos[16].

1.2.4.1. Níveis de condução

1.2.4.1.1. *Nível estratégico*

É o nível em que se joga a interacção entre o comando das forças ao mais alto nível e a direcção superior das diferentes organizações políticas, administrativas e humanitárias e, no caso de operações combinadas, as entidades governamentais dos países contribuintes. A acção a este nível visa:

- Obter acordos que possibilitem facilitar a missão da força, bem como o seu estatuto, no caso do seu empenhamento ser fora do TN;
- Garantir a cooperação na obtenção da informação estratégica;
- Facilitar a inter-relação civil-militar em benefício dos interesses nacionais.

1.2.4.1.2. *Nível operacional*

É o nível de relação entre o QG do Comando da Operação (CJTF) e as chefias das diversas organizações presentes na área de operações e, por conseguinte, onde as actividades de CIMIC são coordenadas e controladas. Neste nível visa-se:

- Facilitar a concentração dos acordos específicos;
- Obter a cooperação entre as várias partes envolvidas, de capital importância na consecução dos objectivos operacionais, assim como no

[15] Evitando a escalada das mesmas, recorrendo a medidas de segurança e confiança.
[16] Facilitando o regresso à normalidade, mediante a tomada de medidas orientadas para a normalização político-administrativa e para a regeneração económica e social.

desenvolvimento correcto das operações. Os objectivos a alcançar pelas actividades de CIMIC podem constituir, por si mesmos, um objectivo operacional, em determinadas situações, nomeadamente de catástrofe ou calamidades.

1.2.4.1.3. *Nível táctico*

É o nível de relação entre as autoridades militares empenhadas numa operação e as autoridades e organizações locais no terreno, que se concretizam na execução de acções destinadas à consecução dos objectivos definidos na missão.

1.2.4.2. Tarefas

A CIMIC cobre, como já se referiu anteriormente, uma variada gama de tarefas previstas e imprevistas que vão desde a sustentação do nível normal de vida das populações até à restauração das funções governamentais de carácter civil, incluindo lei e ordem, tendo para isso um número de tarefas de nível operacional, levadas a cabo ao nível do EM, pelos planeadores CIMIC, que se podem agrupar em três distintas mas interpenetráveis fases: pré-operacional (Antes de uma operação começar, a CIMIC tem como tarefa principal a preparação da força[17] para lidar com as condições e problemas de carácter civil que irá encontrar na área de operações), operacional (A tarefa central da CIMIC é assegurar uma efectiva cooperação civil-militar na execução do plano CIMIC. Dada a possível natureza fluida das estruturas civis e políticas em tempo de tensão, em especial em operações fora do TN, são estabelecidas e mantidas relações e contactos a diferentes níveis[18]. Na fase operacional existem seis tarefas fundamentais que se podem denominar e dividir em: comunicação, coordenação, informação, acordos, avaliação e operações) e de transição (Com base no relacionamento estabelecido na fase operacional, a tarefa CIMIC nesta fase é assegurar a transferência suave[19] para a autoridade civil das responsabilidades militares que foram assumidas ou onde houve necessidade de se fazer sentir a autoridade militar. Nas operações de projecção de forças, os órgãos CIMIC facilitam as

[17] Este processo envolve três funções: planeamento, aconselhamento ao comando e instrução da força.

[18] Depois dos contactos iniciais torna-se necessário o desenvolvimento de pontos onde a cooperação é possível.

[19] Transferência de responsabilidades e tarefas é executada com o mínimo possível de repercussões na vida civil.

mesmas e apoiam, mediante a execução das suas tarefas específicas. A resposta rápida a uma situação de crise implica a necessidade de contar com um núcleo de CIMIC, a incluir no destacamento avançado da força de projecção, capaz de intervir com agilidade[20]. Nas operações militares de guerra (Art V) pode ser necessário o exercício por parte do comando militar de certa autoridade[21] que, em situações de normalidade, é responsabilidade da administração civil. Especialmente nas CRO as fases descritas anteriormente, desenrolam-se com frequência em situações de emergência sanitária e de escassez de alimentos na primeira fase da sua actuação, posteriormente necessitar-se-á de melhorar e manter a situação alcançada nestes domínios e nas condições de vida em geral. Finalmente e sobrepondo-se com a fase anterior, tratar-se-á de alcançar condições económicas e sociais aceitáveis que facilitem a transição para uma situação estável de paz).

1.2.5. *O CIMIC Group North (CGN)*[22]

Em 1999, a OTAN pediu à Holanda e Alemanha para que fornecessem uma estrutura base para um Grupo CIMIC e para convidarem outras nações da região norte a participar no mesmo. O primeiro resultado foi a criação de um grupo de trabalho multinacional, presidido pela Alemanha e Holanda, cuja principal tarefa foi estabelecer um grupo CIMIC para a região norte da Europa e OTAN.

Em tempo de paz, o CGN consiste numa estrutura multinacional que compreende um EM completo e uma unidade de apoio[23]. As nações participantes: República Checa, Dinamarca, Alemanha, Holanda, Noruega e Polónia, nomeiam os elementos que integram o EM.

Cada nação participante contribuirá para uma unidade de apoio CIMIC e um número variável de Especialistas Funcionais[24]. As nações participantes serão responsáveis pela organização e equipamento e treino da sua respectiva unidade de apoio CIMIC e especialistas funcionais. As equipas de especialistas funcionais só serão empregues durante a duração da tarefa especificada, podendo ser militares ou civis e cumprem funções específicas de

[20] De maneira que assegure o seu emprego imediato na zona de intervenção, para um primeiro contacto e reconhecimento da zona e posterior ligação com o resto dos destacamentos avançados.

[21] O grau de autoridade ou intervenção estará estabelecido nas leis vigentes na HN, nas DIHCA, nos tratados e resoluções internacionais, ROE, na carta de comando que lhe foi outorgada e também, decorrente das próprias necessidades militares ou de apoio às autoridades.

[22] Com base em elementos fornecidos pelo G5 (Chief CIMIC Plans Officer) do CGN.

[23] Anexo A – Constituição do Grupo CIMIC Norte.

[24] Até 50 da PL, DA e NO e até 120 da GE e NL e ainda não definido para a CZ.

apoio às actividades CIMIC nas seguintes áreas: Administração Civil, Auxílio Humanitário, Infra-estruturas Civis, Economia e Comércio e Assuntos Culturais.

O QG será dirigido e orientado pela comissão de coordenação das nações participantes. O CGN terá relações de trabalho próximas com o AFNORTH em Brunssum, na Holanda. As unidades de apoio CIMIC e a equipa de Especialistas Funcionais permanecerão nos seus países de origem até serem destacados para uma missão com o CGN.

O CGN opera num ambiente de constante mudança, está comprometido com uma abordagem extensa da CIMIC que reconhece a importância de factores políticos, económicos, sociais e ambientais, além da dimensão militar. A CIMIC é da responsabilidade de um Comandante, é um instrumento que lhe possibilita alcançar os objectivos a curto e longo prazo. Portanto, as incumbências fundamentais do CGN são apoiar os objectivos a longo prazo de missões militares. Essas incumbências fundamentais são:

- Fornecer apoio CIMIC às forças militares e ambiente civil;
- Estabelecer mecanismos de planeamento conjunto e coordenar comissões, incluindo Centros CIMIC;
- Apoiar o planeamento e execução do plano dos Comandantes CIMIC;
- Servir como um fórum para a perícia CIMIC e para fornecer treino e instrução;
- Levar a cabo incumbências civis específicas por equipas de especialistas funcionais.

As Companhias CIMIC no CGN, são denominadas CIMIC Support Units (CSU)[25], fornecidas por todas as nações excepto a Alemanha cujo CSU é equivalente a Batalhão. Em tempo de paz (quando não é dada ao CGN nenhuma tarefa de apoio a algum tipo de operação militar) o CSU/CSE permanece sob comando e controlo Nacional. A maioria dos Comandantes CSU possuem o posto de Tenente-coronel (OF4) em virtude do escalão de coordenação onde estão inseridos (Divisão), tanto com os militares como com os civis (IO/ONG). As Nações do CGN adoptaram a Doutrina CIMIC da OTAN, no entanto, uma vez destacados para um TO alguns procedimentos nacionais ou "interesses" podem ditar adaptações ou variações à implementação prática da doutrina CIMIC OTAN, algumas nações (EUA, FR, UK, GE) mantêm uma conduta CIMIC em paralelo, para aplicação por parte das forças nacionais sob comando e controlo nacional.

[25] Projectadas para fornecer apoio CIMIC ao nível táctico. Cada CSU é subdividida num número de CIMIC Support Elements (CSE) que é equivalente a pelotão, a parte mobilizável destas forças difere de Nação para Nação.

2. AS ONG E A INTERACÇÃO CIVIL-MILITAR

O número de ONG presentes em alguns TO, bem como, a sua extrema diversidade frequentemente tornam difícil ter uma visão geral das suas actividades. Esta heterogeneidade é a força mas também a fraqueza da comunidade de auxílio. Garante a diversidade e criatividade de resposta humanitária em ambientes onde não existem soluções prévias, no entanto também origina com frequência maior competição de coordenação entre ONG e organizações internacionais do género. Nos piores cenários, o auxílio é mais oferecido que procurado, especialmente quando a crise recebe uma ampla cobertura mediática. Os requisitos das angariações de fundos e a pressão da visibilidade são algumas das razões que explicam porque pode por vezes, ser tão difícil levar à mesa das negociações várias agências e organizações de forma a acordarem estratégias comuns. As consequências desta competição são negativas não apenas para eficácia global do apoio, mas também para a coordenação de actividades com contrapartidas militares. Não é de surpreender que as forças militares queiram levar a cabo algumas actividades humanitárias quando confrontados com uma infinidade de organizações incapazes de sugerir um plano de acção claro. Sem dúvida, a coordenação civil-militar é um teste à sanidade do melhor dos intencionados oficiais CIMIC quando a comunidade de auxílio está fragmentada, descoordenada e incapaz de falar com alguma aparência de unidade.

No contexto dos desastres naturais, as ONG não recearão que a cooperação com os militares possa pôr em perigo a sua própria neutralidade e consequentemente a sua competência no acesso às vítimas. No entanto um nível semelhante de acção conjunta pode tornar-se uma questão muito sensível numa situação de conflito. A maioria das organizações de apoio[26] ainda se mantém fiel aos quatro princípios fundamentais que guiaram o trabalho humanitário em situações de crise desde os primeiros dias da sua existência: **humanidade**[27], **neutralidade**[28], **imparcialidade**[29] **e independência**[30].

Normalmente, as ONG evitam a associação com uma força internacional de forma a não violar estes princípios fundamentais.

---

[26] Com significativas excepções.

[27] O sofrimento humano deve ser aliviado onde quer que seja encontrado.

[28] A ajuda deve ser fornecida sem preconceitos para com qualquer das partes que originaram o sofrimento ou controvérsia.

[29] A assistência humanitária deve ser fornecida sem discriminação, sem considerações de nacionalidade, crenças políticas ou ideológicas, raça, religião, sexo ou etnia, mas apenas na base da urgência da necessidade.

[30] Os agentes humanitários não podem deixar-se aliar a nenhum partido ou facção.

As situações de crise tornam difícil mas não impossível que as ONG e os militares se complementem, anos recentes viram o surgir de crises humanitárias em tal escala e tão subitamente que algumas ONG se encontraram incapacitadas de responder atempadamente. Nos casos mais extremos, invocaram as forças militares internacionais para que construíssem campos de refugiados tal como para fornecer logística extremamente necessária (em particular transporte aéreo). Também um cada vez maior número de operações de resposta a crises teve lugar em conflitos onde as partes hostis mostravam apenas consentimento parcial ou de curta duração à presença internacional. Na última década, a segurança de expatriados tornou-se uma verdadeira razão para preocupação com o aumento de ocorrências de sequestros e assassínios de funcionários das ONG, como consequência, a coordenação com as forças militares aumentou de importância.

Algumas organizações de auxílio ainda insistem fortemente em limitar a sua dependência da segurança armada ao mínimo possível, outras estão mais dispostas a confiar na protecção militar para a sua segurança[31]. Enquanto há prós e contra o argumento de segurança armada, não há no entanto dúvida de que os militares desempenham um papel vital na gestão de informação essencial. Em particular, podem fornecer actualizações regulares de possíveis zonas criticas (Hot-Spots), zonas minadas e outros assuntos relacionados com a segurança, que são de primordial importância para os civis.

Uma força militar internacional também beneficia da presença de organizações humanitárias. Os funcionários dessas organizações desempenham um papel substancial no sucesso de uma missão militar porque contribuem para o restaurar das condições de vida normais das populações locais. As suas acções encorajarão o renascer da sociedade civil e o ressurgimento de relações sócio económicas entre antigas facções beligerantes. Uma boa planificação e assistência bem implementada desde o início da crise até ao momento em que os programas de desenvolvimento são estabelecidos fornecerão à população local razões para acreditar num futuro mais risonho. Quanto mais capazes forem os funcionários das organizações de apoio de fazer o seu trabalho, tanto mais cedo será possível terminar com a presença da força militar de forma faseada, contribuindo assim para a sua retirada.

[31] Não há no entanto, nenhuma prova de que a presença de soldados proteja realmente o pessoal de auxílio humanitário. Em alguns casos, os efeitos podem ser opostos aos pretendidos, já que as partes hostis podem associar o pessoal humanitário com militares internacionais e podem por consequência deliberadamente escolhe-los como alvo.

Uma boa coordenação das actividades pode beneficiar de igual modo tanto as forças militares como os funcionários das organizações. No entanto algumas operações recentes viram uma tendência cada vez maior de incumbir directamente os militares de deveres humanitários. Este desenvolvimento resulta num confundir de distinções entre as acções das esferas militares, políticas e humanitárias, que muitos sustentam como sendo de consequências negativas a longo prazo, mas também poderão resultar de alguma desorganização de actuação das organizações civis.[32] Um final de uma crise com sucesso pode apenas resultar da complementaridade, devendo no entanto ser levadas a cabo acções distintas nas suas respectivas esferas por organismos humanitários, militares e políticos.

3. A CIMIC NO EXÉRCITO PORTUGUÊS

A designação CIMIC surgiu à relativamente pouco tempo, referenciada mais insistentemente no âmbito das missões da OTAN na BiH e Kosovo, contudo poder-se-á afirmar, com relativa segurança, que este tipo de cooperação remonta ao aparecimento do fenómeno da guerra. Nos novos cenários, a CIMIC pela sua relação com conceitos como: projecção de forças, apoio de nação hospedeira, operações civil-militares, emprego de forças versáteis, ONG, OI, agências humanitárias, meios de comunicação social – entre outros – condicionarão em grande medida a acção do comando de uma operação, fazendo-lhe sentir a necessidade de contar com órgãos de planeamento e execução preparados para trabalhar com os conceitos anteriormente enumerados. A nossa evolução neste âmbito está fortemente associada à evolução da OTAN e ao acompanhamento que dela temos feito, mas infelizmente tal não se tem traduzido em termos práticos na produção de elementos doutrinários que permitam a partilha dessa evolução. A formação na área da componente CIMIC afigura-se bastante limitada ao nível das Unidades, Escolas Práticas e Academia[33], excepção feita ao IAEM em que a matéria é abordada genericamente ao CPOS com uma hora e ao CEM são dedicadas duas horas, sendo ainda versada nos vários temas tácticos desenvolvidos.

[32] Apêndice 1 – Possíveis problemas na interacção civil-militar.

[33] Ressalva-se a experiência CIMIC de alguns oficiais no desempenho destas funções nos TO da BiH, Kosovo e Timor, que em algumas unidades têm transmitido através da realização de palestras ou conferências.

As situações de crise tornam difícil mas não impossível que as ONG e os militares se complementem, anos recentes viram o surgir de crises humanitárias em tal escala e tão subitamente que algumas ONG se encontraram incapacitadas de responder atempadamente. Nos casos mais extremos, invocaram as forças militares internacionais para que construíssem campos de refugiados tal como para fornecer logística extremamente necessária (em particular transporte aéreo). Também um cada vez maior número de operações de resposta a crises teve lugar em conflitos onde as partes hostis mostravam apenas consentimento parcial ou de curta duração à presença internacional. Na última década, a segurança de expatriados tornou-se uma verdadeira razão para preocupação com o aumento de ocorrências de sequestros e assassínios de funcionários das ONG, como consequência, a coordenação com as forças militares aumentou de importância.

Algumas organizações de auxílio ainda insistem fortemente em limitar a sua dependência da segurança armada ao mínimo possível, outras estão mais dispostas a confiar na protecção militar para a sua segurança[31]. Enquanto há prós e contra o argumento de segurança armada, não há no entanto dúvida de que os militares desempenham um papel vital na gestão de informação essencial. Em particular, podem fornecer actualizações regulares de possíveis zonas criticas (Hot-Spots), zonas minadas e outros assuntos relacionados com a segurança, que são de primordial importância para os civis.

Uma força militar internacional também beneficia da presença de organizações humanitárias. Os funcionários dessas organizações desempenham um papel substancial no sucesso de uma missão militar porque contribuem para o restaurar das condições de vida normais das populações locais. As suas acções encorajarão o renascer da sociedade civil e o ressurgimento de relações sócio económicas entre antigas facções beligerantes. Uma boa planificação e assistência bem implementada desde o início da crise até ao momento em que os programas de desenvolvimento são [illegible]belecido[illegible] fornecerão à população local razões para acreditar num futu[illegible]isonh[illegible] Quanto mais capazes forem os funcionários das organiza[illegible]io d[illegible] fazer o seu trabalho, tanto mais cedo será possível termina[illegible]sen[illegible] da força militar de forma faseada, contribuindo assim para [illegible]

[31] Não há no entanto, nenhuma prova de que a presença de s[illegible] de auxílio humanitário. Em alguns casos, os efeitos podem[illegible] as partes hostis podem associar o pessoal humanitário co[illegible] por consequência deliberadamente escolhe-los como alvo[illegible]

Uma boa coordenação das actividades pode beneficiar de igual modo tanto as forças militares como os funcionários das organizações. No entanto algumas operações recentes viram uma tendência cada vez maior de incumbir directamente os militares de deveres humanitários. Este desenvolvimento resulta num confundir de distinções entre as acções das esferas militares, políticas e humanitárias, que muitos sustentam como sendo de consequências negativas a longo prazo, mas também poderão resultar de alguma desorganização de actuação das organizações civis.[32] Um final de uma crise com sucesso pode apenas resultar da complementaridade, devendo no entanto ser levadas a cabo acções distintas nas suas respectivas esferas por organismos humanitários, militares e políticos.

3. A CIMIC NO EXÉRCITO PORTUGUÊS

A designação CIMIC surgiu à relativamente pouco tempo, referenciada mais insistentemente no âmbito das missões da OTAN na BiH e Kosovo, contudo poder-se-á afirmar, com relativa segurança, que este tipo de cooperação remonta ao aparecimento do fenómeno da guerra. Nos novos cenários, a CIMIC pela sua relação com conceitos como: projecção de forças, apoio de nação hospedeira, operações civil-militares, emprego de forças versáteis, ONG, OI, agências humanitárias, meios de comunicação social – entre outros – condicionarão em grande medida a acção do comando de uma operação, fazendo-lhe sentir a necessidade de contar com órgãos de planeamento e execução preparados para trabalhar com os conceitos anteriormente enumerados. A nossa evolução neste âmbito está fortemente associada à evolução da OTAN e ao acompanhamento que dela temos feito, mas infelizmente tal não se tem traduzido em termos práticos na produção de elementos doutrinários que permitam a partilha dessa evolução. A formação na área da componente CIMIC afigura-se bastante limitada ao nível das Unidades, Escolas Práticas e Academia[33], excepção feita ao IAEM que a matéria é abordada genericamente ao CPOS com uma hora e ao são dedicadas duas horas, sendo ainda versada nos vários temas s desenvolvidos.

Possíveis problemas na interacção civil-militar.
a experiência CIMIC de alguns oficiais no desempenho destas funções nos TO da e Timor, que em algumas unidades têm transmitido através da realização de conferências.

3.1. *FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS*

A nossa participação em missões de paz com uma unidade constituída teve o seu início, em 1993, aquando do envio da primeira FND, o Batalhão de Transmissões 4 (BTm4) para Moçambique[34], seguiram-se as missões de paz em Angola[35], para onde foram destacadas a Companhia Logística 6 (CLog6), a Companhia de Transmissões 5 (CTm5) e, posteriormente, o Destacamento Sanitário 7 (DestSan7).

Em 1995, a OTAN decide intervir nos Balcãs para pôr cobro a um conflito que parecia não ter fim, situação que ainda hoje obriga à presença de forças da Aliança, das quais Portugal faz parte. Assumindo os seus compromissos internacionais e manifestando solidariedade para com a crise humanitária que deflagrou nas ex-repúblicas jugoslavas, em Janeiro de 1996 foi enviado para a BiH, o 2º Batalhão de Infantaria Aerotransportado (BIAt), integrando a IFOR. Desde esta data a missão na Bósnia tem assistido ao rollement semestral de um batalhão português. A FND inicialmente na IFOR com uma área atribuída, e posteriormente na SFOR, constitui-se até agora como reserva operacional terrestre (OPRESGROUND) do COMSFOR. A participação nos Balcãs incluía também uma FND na KFOR, missão da qual Portugal já se retirou.

Fruto da violência ocorrida em Timor – Leste e do despertar da Comunidade Internacional para os massacres contra o povo timorense, Portugal enviou uma força de paz para aquele território sua ex-colónia, o 1º BIPara na UNTAET.

Assim, a situação actual apresenta dois teatros de operações, um na Bósnia e outro na recém criada República Democrática de Timor – Leste, que têm obrigado a uma constante rotação de militares e unidades (FND) pelas três Brigadas (BMI, BAI e BLI) para absorverem estes compromissos internacionais. Para uma melhor percepção do desempenho dos Oficiais CIMIC nestes TO, realizámos um questionário que submetemos a preenchimento a uma amostra constituída pelos oficiais que de forma directa ou indirecta[36] realizaram aquelas funções das vinte FND que até ao momento da realização deste trabalho destacámos para os três TO. Constata-se pela análise dos QO das FND para os TO que no caso da BiH era nomeado inicialmente um Oficial de Assuntos Civis, que após a FND assumir a missão de Reserva Operacional foi substituído por um terceiro Oficial de Ligação, que ficava junto da Força para o desempenho de algumas

[34] No âmbito da United Nations for Mozambique (UNMOZ).
[35] United Nations Angola Verification Mission (UNAVEM).
[36] Isto porque as funções em QO não são as mesmas para todos, existem desde Oficial de Ligação, Assuntos Civis e CIMIC.

destas actividades CIMIC. No caso da KFOR a função era de Oficial Assuntos Civis, bem como no caso de TIMOR aqui com a designação Civil Military Affairs (CMA). A análise desses questionários aos quais responderam 18 Oficiais, permite em termos genéricos constatar que as funções foram desempenhadas maioritariamente por Capitães oriundos da Academia Militar (ilustração 1), existindo ainda Oficiais não oriundos da Academia Militar.

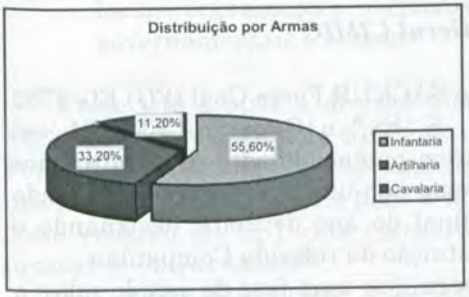


Ilustração 1

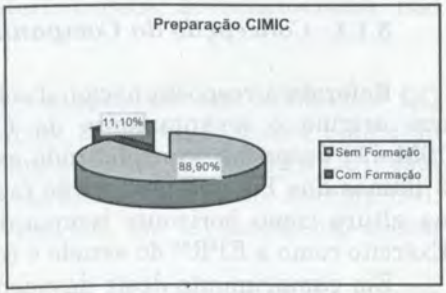


Ilustração 2

De referir que a grande maioria, não teve qualquer formação CIMIC (Ilustração 2) para o desempenho da função aplicando-se a máxima "um saber de experiência feito" em cada um dos TO, e apenas 11,1% receberam formação adicional e especifica na NATO School (SHAPE) através dos Cursos C-56 (Nato Civil Emergency Planning/Civil Military Cooperation CEP/CIMIC e I-57 (Nato Military Cooperation Planning Course CIMIC). Em termos de conhecimento doutrinário antes da missão (Ilustração 3) constata-se que a maioria não dispunha de qualquer conhecimento doutrinário relacionado com as funções a desempenhar, não existindo nenhum elemento com conhecimento da existência de doutrina Nacional.

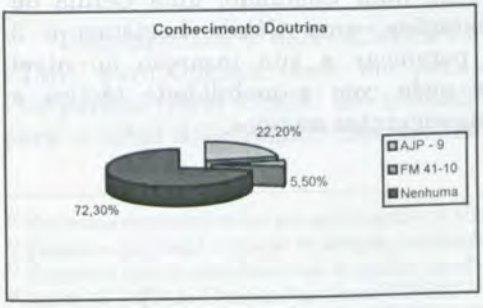


Ilustração 3

Por norma os Comandantes davam directivas gerais sobre o que pretendiam em termos de actividade CIMIC, sendo mais especificas as fornecidas pelos Cmdts dos TO do Kosovo e de Timor. Quanto à estrutura, quase todos (83,3%) referiram ser insuficiente, mas convém não esquecer que por vezes a este nível a actividade CIMIC é basicamente uma tarefa de EM,

sendo que nas propostas apresentadas quanto às alterações que proporiam estas conduzem ao aumento de mais um elemento e das capacidades de transporte e de Engenharia. Relativamente ao aprontamento ter proporcionado alguma prática nas tarefas que veio a realizar na missão 50% respondeu afirmativamente e a 44,4% não ofereceu essa possibilidade não sendo como tal conclusiva a análise geral. Todos consideram muito importante a existência de capacidade CIMIC em missões desta natureza.

3.1.1. *Concepção da Companhia Geral CIMIC*

Referida a resposta nacional sobre o SACEUR Force Goal (FG) EG 3782 que origina o levantamento da CGC, S. Ex.ª o General CEMGFA em 19Mai99 despacha "considerando existirem potencialidades de quadros nos 3 Ramos das FA que permitirão fazer uma sub-unidade Conjunta"[37], tendo na altura como horizonte temporal o final do ano de 2001, designando o Exército como a EPR[38] do estudo e constituição da referida Companhia.

Em cumprimento deste despacho, seguiu-se uma fase de estudo sobre a constituição da Companhia Geral CIMIC, tendo sido submetido à apreciação da Marinha e Força Aérea em 25Jun99, que originou a integração dos contributos cujo estudo foi aprovado por S. Exª o General CEME em 17Jul99.

A integração, orgânica e missão já se encontravam descritas na FG EG 3782, perspectivando-se para emprego numa dupla valência em termos de conteúdo funcional, quer no Território Nacional no apoio das Forças Armadas ao SNPC, quer no âmbito internacional integrada num Grupo CIMIC SUL[39], atribuído ao Comandante da Componente Terrestre (LCC) de uma Força Conjunta e Combinada (CJTF).

Em termos de orgânica a Comp CIMIC deveria obedecer a um efectivo na ordem dos 54 Militares, em Ordem de Batalha em virtude da especificidade de emprego e integrando elementos dos 3 Ramos das Forças Armadas. A sua organização é com base num Comando, uma Célula de Avaliação Civil, uma Célula de Operações, uma Célula Logística e 3 Destacamentos CIMIC, de forma a potenciar a sua inserção ao nível táctico[40]. Em termos de capacidades pode com a mobilidade táctica e protecção adequadas ao desempenho das seguintes missões:

[37] Ofício nº 1201/GC de 27Mai99.
[38] Entidade Primariamente Responsável.
[39] Anexo B – Estrutura do Grupo CIMIC Sul
[40] Nível em que se efectua o levantamento das necessidades, através do contacto directo com as populações e organizações presentes no TO.

- Efectuar levantamentos de necessidades das áreas humanitária[41], infra-estruturas básicas[42], assistência médica, educação e micro economia[43];
- Propor, implementar e dirigir projectos;
- Efectuar recolha de informações com interesse militar;
- Estabelecer e manter contactos com as populações, autoridades locais, organizações nacionais, internacionais, governamentais, não governamentais e outras.

Posto isto e após a decisão tomada, foi aprovado em 04Mai00 o QO 8.2.300[44] com efectivos de 61,1% do Exército, 25,9% da Marinha e 13% da Força Aérea. Nos encargos operacionais para o Biénio 2001-2002 a CGC está inserida nas forças e meios para a defesa directa do território, sistema C3I, como encargo do RE1 com categoria 4, em OB, em levantamento e com pessoal de outros ramos[45].

Mantém 1 Dest CIMIC para a força de Reacção Imediata[46]. No quadro das Missões Especificas da Forças Armadas (MIFA), a CGC permite:

- Contribuir para a OTAN, UEO e Forças Europeias, com forças e meios navais, terrestres e aéreos, com os graus de prontidão acordados, para satisfação dos compromissos assumidos;
- Contribuir com forças e meios para assegurar o apoio às acções de política externa, nomeadamente na gestão de crises e em missões de apoio à paz e de carácter humanitário, conduzidas sob a égide da ONU e OSCE;
- Levar a efeito, sem prejuízo das missões de natureza intrinsecamente militar, missões de interesse público.

Pela directiva nº 08/VCEME/2001 de 26OUT01, foi accionado o 1º Curso CIMIC para Oficiais, tendo em vista dotar os oficiais que iriam integrar a Companhia Geral CIMIC dos conhecimentos teóricos e técnicos necessários para o cabal desempenho das tarefas doutrinárias a levar a cabo quer no

[41] Projectos materializados em apoio activo à UNHCR.
[42] Projectos que visam a criação de abrigos, instalações sanitárias, abastecimento de água e electricidade.
[43] Projectos que se prendem com a criação local de empregos, para dinamização da economia.
[44] Anexo C – QO da Companhia Geral CIMIC.
[45] Nota nº 2847 de 29Mar01 do Gab CEME.
[46] Dir nº 5/CEMGFA/2001 de 19Mar.

âmbito nacional, quer em situação de projecção integrada num comando de componente terrestre de uma força conjunta e combinada no âmbito de uma operação da OTAN.

Este decorreu com o Exército como EPR, nas instalações da Academia Militar no período de 22 a 30 de Novembro de 2001 e foi frequentado por 25 militares dos três ramos das Forças Armadas, do curso foi elaborado um relatório bastante detalhado com uma série de conclusões e propostas tendo em vista corrigir situações menos conseguidas e perspectivar o futuro da alimentação da OB.

Submetido a despacho do Gen VCEME de 4Jan02, foi determinado accionar as medidas constantes das conclusões e propostas, pelo Cmd da Instrução e pela a DO/EME, medidas que se implementadas iriam em nosso entender, colmatar muitas das deficiências verificáveis.

Destinados a alimentar a OB da CGC deveriam ter-se realizado mais dois cursos, um destinado a Sargentos e outro a Oficiais no presente ano de 2002, o que não veio a acontecer e nem sequer consta do Plano de Formação Nacional (PFN) do presente ano, nem está prevista a inclusão de qualquer curso neste âmbito para o PFN de 2003. Presentemente o RE1 tem a responsabilidade de manter a OB da CGC, mas dela não constam outros elementos se não alguns pertencentes à unidade, nem mesmo os que frequentaram o referido curso fazem parte da OB, pelo que se deduz não ter produzido efeitos práticos o relatório acima referido. Verifica-se não estar materializada a existência da CGC através de um núcleo permanente, o que inviabiliza qualquer capacidade da mesma quer em termos de planeamento em permanência, quer a integração dos elementos da OB e participação no planeamento e execução de exercícios de forma a obter um mínimo de validação da formação.

CONCLUSÕES

A CIMIC não é nada de novo que surge de forma espontânea, desde sempre de uma forma ou de outra, os comandantes a realizaram para cumprir a missão.

1. Não existe ainda doutrina nacional CIMIC (como também tinha sido concluído no estudo anterior), pensamos que deve ser desenvolvida tendo por base a OTAN à semelhança do que acontece com a maioria dos Estados Membros.

2. Quanto ao relacionamento com os civis (OI e ONG), existe por vezes falta de entendimento e desconhecimento das capacidades e limitações mútuas. No entanto nas operações recentes, o trabalho em parceria foi possível e o relacionamento melhorou produzindo os seus frutos no cumprimento das missões. É um facto que tanto os civis como os militares são peritos em tarefas especificas, competindo à CIMIC contribuir para que exista complementaridade[47].

   Os civis tendem a ser bons profissionais, empenhados na execução das suas tarefas, com muitos recursos e experiência, cabe à CIMIC fazer com que deixem de ser vistos como perturbadores[48] para os transformar em multiplicadores de força se soubermos o seu valor e utilidade. Alguns exércitos convidam cada vez mais ONG para participar em exercícios, tendência que deve ser encarada como uma melhoria significativa a práticas anteriores e deveria ser fomentada no nosso exército. São em número reduzido as ONG nacionais presentes nos TO em que Portugal tem FND e não se verifica a integração de actuação, no sentido da multiplicação da intervenção do todo nacional.

3. Exceptuando o 1º Curso CIMIC para oficiais, os militares portugueses apenas podem obter formação pela frequência de algum dos cursos na NATO School (SHAPE) (C-56 (Nato Civil Emergency Planning/Civil Military Cooperation CEP/CIMIC) e/ou I-57 (Nato Military Cooperation Planning Course CIMIC)) ou através da experiência adquirida no exercício das funções em OAP.

4. A implementação do EM ao nível das Brigadas cujo objectivo era para implementação até ao final de 2001, encontra-se ainda em fase de estudo em moldes com os quais concordamos, pois permite à componente operacional suprir as suas necessidades nesta área, coordenando todas as actividades incluindo as do âmbito da protecção civil a nível regional.

5. A não efectivação do despacho de Gen VCEME de 4 Jan02 do Relatório do 1º Curso CIMIC originou que:

   A CGC tenha os QO de pessoal e material aprovados, e esteja atribuída a manutenção da OB ao RE1, mas da OB não constam os elementos com formação específica.

[47] Não tentando um fazer aquilo que compete ao outro ou que para tal está melhor preparado.
[48] Se não se souber quem são e o que podem fazer.

A formação nesta área tenha estagnado, não havendo possibilidade de alimentar a OB com elementos para tal habilitados, factor que julgamos importante dada a prontidão da CGC.

Não exista um núcleo permanente para poder planear actividades da CGC incluindo a validação da formação através da participação em exercícios nacionais.

6. Somos da opinião que a CGC apenas se deveria manter no RE1 para efeitos administrativos, devendo pertencer à componente operacional na dependência do COFT, em virtude da componente territorial não possuir esta unidade constituída, nem existirem na mesma rotinas para a projecção de forças.

7. Não se vislumbra grande possibilidade de emprego da CGC no âmbito do Planeamento Civil de Emergência e Protecção Civil em TN além do que está já regulamentado para a colaboração das FA, podendo ser os elementos pertencentes à OB da CGC ou do EM CIMIC a estabelecer contactos e coordenar o emprego dos meios.

8. Para as FND, ao escalão que estamos a trabalhar julgamos ser suficiente a estrutura, acautelando a formação CIMIC que julgamos ser útil e essencial aos elementos que desempenham estas funções. Em termos de actuação os oficiais têm conseguido a plena aceitação da força por parte da população local, bem como efectuado a ligação com os agentes dos TO, excedendo-se e realizando operações CIMIC que pertenceriam ao escalão superior.

9. Estamos ainda numa fase muito embrionária para que possamos dizer possuir alguma capacidade CIMIC, "temos vindo a reagir em vez de agir" e a OTAN tem sido o nosso impulsionador, a CGC destina-se a integrar o CGS que também ele está em concepção, mas ainda assim, o tempo para podermos satisfazer os prazos estipulados nas FG é escasso. Com o conjunto de capacidades constituído pela existência das secções de EM ao nível das Brigadas e a CGC com um núcleo permanente e com a OB completa e os seus constituintes formados e treinados, pensamos ser a capacidade CIMIC necessária.

Conforme o previsto no despacho de 5 de Julho de 2001 de S. Exª o General CEME, foram aprovados os cenários de actuação para o Exército Português para o período de 2003-2005, onde "as Operações de Resposta a Crises (CRO), no âmbito da NATO terem uma probabilidade de ocorrerem e (...) as missões de Petersberg (âmbito UE), bem como ao Operações de Apoio

à Paz e Humanitárias, no âmbito da ONU e fora da área Euro-Atlântica, terem uma probabilidade média de ocorrerem". Em face desta probabilidade e da evolução internacional, é previsível a continuação do emprego de forças para satisfação dos compromissos internacionais, com maior probabilidade em CRO, como tal e após 2003, aplicar-se-á com maior propriedade o lema "**antes ouvíamos falar da CIMIC...agora não podemos passar sem ela**".

CONSTITUIÇÃO DO GRUPO CIMIC NORTE (*Anexo A*)

O presente anexo destina-se a apresentar a estrutura e composição do CGN.

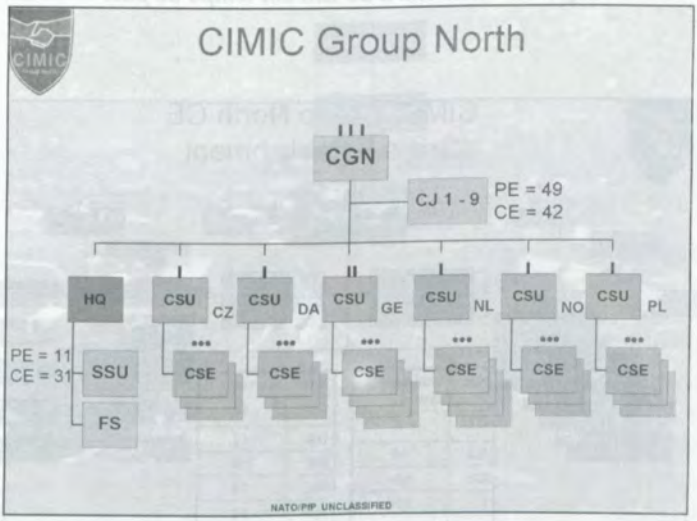


Figura 1- Estrutura do CGN.

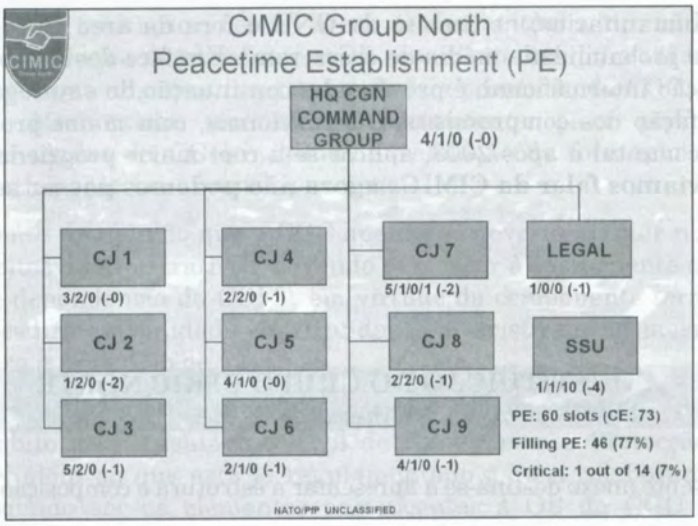


Figura 2- Estrutura do EM em tempo de paz.

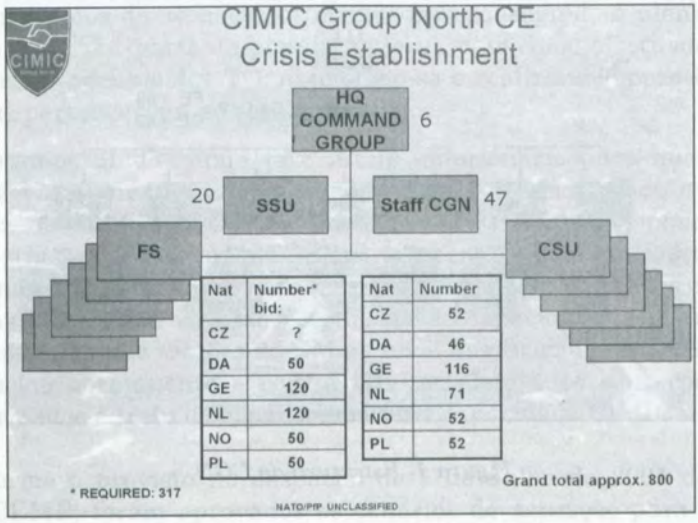


Figura 3 - Estrutura do CGN em situação de crise.

ESTRUTURA DO GRUPO CIMIC SUL
(*Anexo B*)

O presente anexo destina-se a apresentar a estrutura e composição do CGS. O será constituído por companhias CIMIC (CSU) e Especialistas Funcionais (SSU)de Itália que é a Nação líder (Lead Nation), Portugal, Grécia, Turquia e Hungria. Será em princípio constituído à semelhança do CGN e o seu QG localizar-se-á em Motta di Vicenza (cerca de 50 Km a Norte de Veneza) integrado numa Brigada de Engenharia. Com base nos dados que nos foram fornecidos a activação do CGS ocorreu a 26 de Outubro de 2001 é de Comando de Coronel e encontrava-se a 26 de Novembro do presente ano a cerca de 25% em efectivos (15 Of, 26 Sg, 46 Pç e 1 Civil) todos de nacionalidade Italiana.

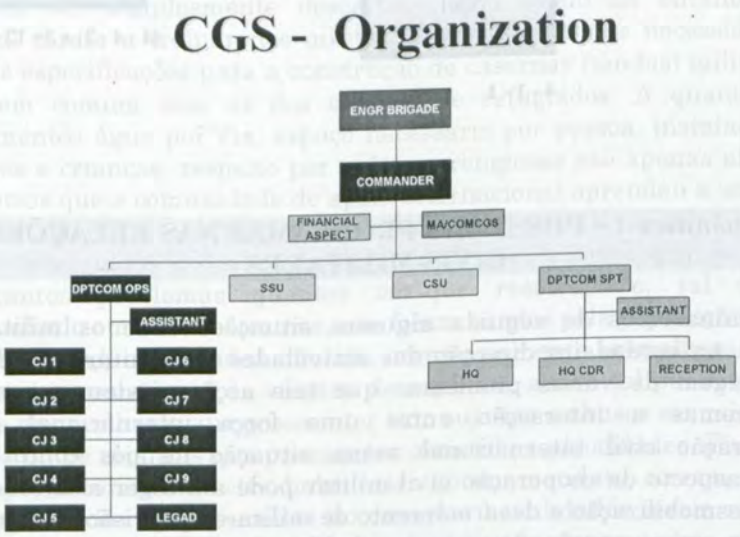
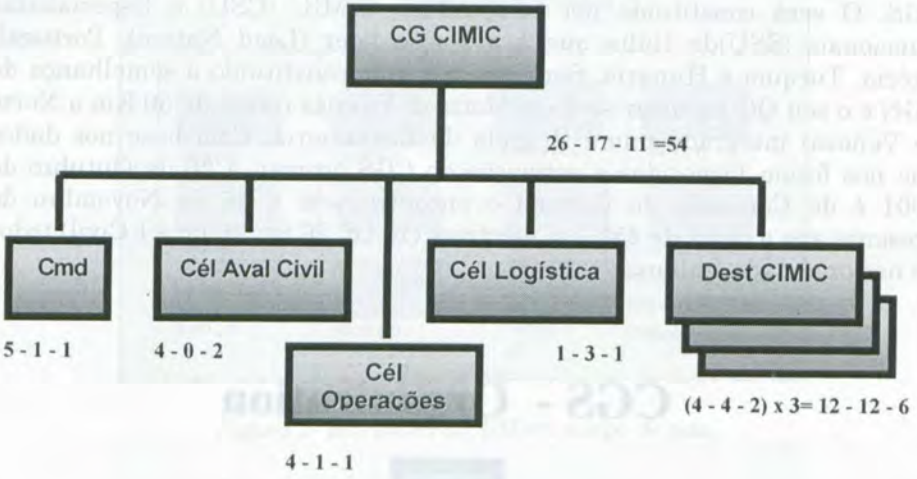


Figura 4- Estrutura do CGS.

QUADRO ORGÂNICO DA COMPANHIA GERAL CIMIC
(*Anexo C*)



Apêndice 1 – POSSÍVEIS PROBLEMAS NAS RELAÇÕES CIVIS-MILITARES

Examinaremos de seguida algumas situações onde os militares se envolvem na verdadeira direcção das actividades humanitárias, e faremos uma listagem de vários problemas que tais acções podem causar. Não examinaremos a interacção entre uma força internacional e uma administração civil internacional numa situação de pós conflito. Este segundo aspecto da cooperação civil-militar pode abranger actividades tais como a desmobilização e desarmamento de militares, a prisão de criminosos de guerra ou a coerção de grupos rebeldes de forma a obedecerem aos acordos que assinaram mas não respeitaram. Quer uma força militar internacional seja incumbida ou não de apoiar a administração civil internacional na realização da sua missão é uma questão complexa e altamente política. Por conseguinte escolhemos não tratar esta questão em paralelo com a questão da interacção entre militares e funcionários das organizações de auxílio, o que na medida do possível, deveria permanecer essencialmente apolítica.

CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE RESPONSABILIDADES CONFUSAS

Porque tendem cada vez mais os soldados a envolver-se directamente em trabalho humanitário e quais podem ser as possíveis consequências? Quatro causas principais podem ser mencionadas:

1. Um desejo muito compreensível dos que mantêm a paz de ajudar a população local no teatro de operações onde estão a operar

Nas OAP os militares exercem por vezes funções de supervisão sem grande acção. O mandato pode ser especialmente difícil de suportar quando a violência contra os civis contínua, mas os soldados não são autorizados a intervir por limitações nacionais ou outras. Em épocas recentes, algumas forças de manutenção de paz foram destacadas para situações de crise onde não havia paz para manter, induzindo por isso as tropas a um significativo nível de frustração.

O efeito "feel-good" na moral dos soldados quando fornece apoio a civis não pode ser simplesmente descartado, não sendo no entanto esta a principal tarefa a treinar nos militares para cuidar das necessidades dos civis. As especificações para a construção de casernas (tendas) militares têm pouco em comum com as dos campos de refugiados. A quantidade de fornecimentos água por dia, espaço necessário por pessoa, instalações para mulheres e crianças, respeito por práticas religiosas são apenas alguns dos parâmetros que a comunidade de apoio internacional aprendeu a integrar no seu planeamento e construção de instalações para alojamento. Por vezes campos construídos pelos contingentes militares correm grande risco de criar tantos problemas quantos os que resolvem e, tal como foi testemunhado em casos extremos, não foram usados pela população local.

Além disso, os soldados não são necessariamente os melhores agentes para prestar assistência às vítimas de conflitos, sendo tal particularmente verdade nas mulheres que possam ter sido sujeitas a abusos sexuais durante a guerra ou de crianças que possam ter assistido a atrocidades. Finalmente, FA comprometidas com actividades extra no seu mandato, correm o risco de serem apanhadas desprevenidas no caso das hostilidades serem retomadas (a possibilidade de prorrogação da missão é levada muito a sério nas FA de alguns países e em particular dos EUA).

2. Diferenças de culturas organizacionais entre ambas comunidades, que frequentemente resulta em desconfiança e desentendimento

Uma força militar e uma organização humanitária trabalham com bases racionais fundamentalmente diferentes. Enquanto os militares obedecem à cadeia de comando, regras estabelecidas e ordens operacionais,

os funcionários das organizações de auxílio têm independência de opinião e detêm considerável poder de tomadas de decisão ao nível do campo de actuação. Desconfiança e/ou desentendimento podem resultar deste fosso entre culturas. Isto é ainda mais verdadeiro ao nível estratégico, visto que de facto o pessoal militar e o de auxílio frequentemente encontram um "modus operandi" no campo de acção táctico.

Ausência de entendimento pode levar a desconfiança nas capacidades de cada grupo para antecipar correctamente e reagir às necessidades induzidas pela crise, podem ser uma tendência por parte dos militares para considerar que eles podem fornecer um auxílio de melhor qualidade. No entanto, ainda que com a melhor das intenções, esta decisão poderia abreviar um programa dirigido por organizações de auxílio de acordo com diferentes bases racionais. Resolver o problema rapidamente pode estar em oposição aos esforços a longo prazo de ONG e pode falhar na direcção das necessidades mais fundamentais. De facto, logo que a primeira fase de uma crise tenha retrocedido, as organizações de auxílio preferirão delegar nas populações locais através da orientação e treino em vez de levarem eles próprios a cabo o trabalho. Mais sustentável, esta proposta é também, no entanto mais lenta. Militares que tenham sido destacados para a zona podem entender isto como sendo morosidade e ineficiência por parte dos funcionários da ONG. Tais ocorrências podem por exemplo ter sido observadas na Bósnia durante os primeiros meses do processo de paz de Dayton.

3. Um desejo dos governos de promover uma imagem positiva das suas forças envolvidas nas obrigações de manutenção de paz no estrangeiro

A imagem de um soldado com uma criança nos braços atrairá maior solidariedade (simpatia/compreensão) no seu país do que a cobertura da maioria das acções militares que ele possa levar a cabo. Gerará apoio por parte da opinião pública que poderá aliviar a possível oposição à projecção militar no estrangeiro. Numa altura em que os meios de comunicação social[49] desempenha um papel central no moldar da política externa, os governos podem sentir-se tentados a encorajar a participação activa dos seus militares em operações humanitárias.

Este factor político tende a ser tolerado em discussões sobre as relações civis-militares, sendo lamentável já que os governos têm a responsabilidade primária de enviar forças e de lhes atribuir um mandato. Pelo mesmo testemunho, também investem na maioria das organizações e por

[49] O chamado factor MÉDIA

conseguinte exercem um grau de influência no exercício das suas funções. Estudos mais aprofundados ligam o papel e as responsabilidades dos governos com as das organizações e dos exércitos poderiam contribuir de forma relevante para um melhor entendimento dos desafios da gerência de crises.

4. Carência de recursos nas organizações ou a necessidade de melhoria de condições de segurança

Um quarto cenário ocorre quando a própria comunidade de auxílio se vira para os militares em busca de apoio, isto pode acontecer quando as organizações humanitárias enfrentam uma súbita e enorme crise para a qual não dispõem da necessária resposta atempada. Então logicamente viram-se para os militares em busca de apoio material, aéreo, camiões, construção de estradas ou funções semelhantes. Tal como anteriormente examinado, a segunda situação na qual os funcionários das organizações humanitárias possam querer coordenar as suas acções com uma força internacional ocorre quando a segurança se deteriorou a tal ponto que já não podem levar a cabo as suas actividades.

No entanto, as organizações de auxílio podem julgar o seu trabalho comprometido se estiverem em associação próxima com uma força militar. O seu acesso às vítimas em todas as áreas do conflito pode estar em risco, senão impedido. Apesar da legitimidade internacional de uma força multinacional, ela não será, na maioria dos casos, entendida como sendo imparcial pela população local. Consequentemente, atravessar uma IEBL será mais árduo para as organizações que estão intimamente associadas com forças militares do que para aquelas que em qualquer circunstância mantêm e demonstram a sua neutralidade e independência. Por outro lado isto pode ter um impacto negativo nas vítimas civis do conflito, que se podem sentir "esquecidas" pelo auxílio internacional.

5. Uma forma para coordenação melhorada: clara divisão de esforços

Estes poucos exemplos ilustram o porquê de os militares se encontrarem por vezes directamente envolvidos na prestação de auxílio a civis, e que problemas podem resultar desta responsabilidade indistinta. Em todas as crises onde as forças internacionais estão destacadas, a coordenação com as comunidades de auxílio tornou-se um facto. Experiências recentes demonstraram que poder haver vantagem substancial na complementaridade entre civis e militares. No entanto, a condição para o sucesso é de que os respectivos papeis estejam claramente definidos. Por outras palavras, é necessária uma reconhecida divisão de tarefas de forma a proteger tanto a

integridade da missão militar como a competência das organizações para levarem a cabo o seu trabalho. Possivelmente a forma mais eficiente para o conseguir seja assegurando que os militares e os civis aprendam a compreender e respeitar os respectivos mandatos. Isto poderia conseguir-se através de cursos, treino e exercícios conjuntos. Uma melhor coordenação também requer bons canais de comunicação a todos os níveis. Terceiro, linhas orientadoras simples e compreensivas deveriam ser acordadas sobre quando e sob que circunstâncias os exércitos poderiam envolver-se directamente no apoio a actividades humanitárias.

A questão do controle civil das FA é de particular importância. Os civis são passíveis de compreender o porquê de os militares quererem ter a liderança durante as fases mais agudas das operações de paz, no entanto, requerem que esse controlo lhes seja entregue logo que as condições de segurança o permitam. Esta exigência por vezes enfrenta o cepticismo no interior das estruturas militares, os militares não querem depender de civis no caso de um retomar de hostilidades. Dada a importância desta questão, é necessária mais pesquisa para desenvolver um conjunto de regras entre militares e civis tendo em atenção a estrutura de comando das OAP.

Enquanto a experiência demonstrou que os funcionários das ONG e os militares podem ser levados a interagir com um razoável grau de sucesso, seria ilusório pensar que se possa alguma vez fazer uma ponte sobre a lacuna de cultura organizacional. Nem tal é sequer desejável, as muitas diferenças existentes entre mandatos são essenciais para assegurar a diversidade e a eficácia do auxílio. As ONG em particular têm que desempenhar o papel de advogados, manter a sua independência é uma garantia de que serão capazes de analisar e se for necessário criticar o trabalho de agências governamentais e da comunidade internacional como um todo. Esta visão não institucional é um contributo essencial para a pesquisa de soluções inovadoras e viáveis nas OAP.

As organizações de auxílio estão preparadas para trabalhar a longo prazo, os militares têm como objectivo um (phase-out) terminar de operações o mais cedo possível. Os funcionários das ONG interagem com a população local e constroem um entendimento das culturas locais, os militares internacionais são por vezes proibidos de falar com os civis locais (caso EUA). Estas distinções e outras deveriam ser recordadas quando se considera a colocação de mecanismos para a coordenação do auxílio. Mas será que os militares podem estar destacados durante a duração de toda uma crise? Qual a importância do risco de poderem ser retirados com aviso de pouca antecedência para responderem a uma mais imediata e directa ameaça à sua nação? Além disso, a projecção de uma força militar

internacional dar garantias de neutralidade e imparcialidade? Qual a importância do risco de uma agenda política que motive o destacamento da missão possa enfraquecer a capacidade da ONG aceder às vítimas? Poderão as autoridades locais encarar os funcionários das ONG como sendo uma extensão da força militar internacional e de tal forma tornando-os alvos de violência de forma a prosseguir com os objectivos da guerra?

Estas questões deveriam ser seriamente tidas em consideração cada vez que se pensa no envolvimento de forças militares em actividades humanitárias. Uma forma segura de responder é assegurando em primeiro lugar que os militares serão chamados apenas em último recurso, ou seja, quando não se perspectiva qualquer outra solução.

A coordenação civil-civil é uma questão que precisa ser seriamente abordada. Deveria ser encarada como uma parte integral do debate geral sobre as respostas às crises. É responsabilidade da comunidade humanitária demonstrar que preservar a independência das ONG não significa duplicar o trabalho em certas áreas e deixar lacunas noutras.

Os doadores poderiam desempenhar um papel importante no facilitar da coordenação civil-civil, no entanto, isto apenas seria aceitável enquanto a pressão do doador for usada estritamente para melhor monitorizar os aspectos técnicos dos programas de assistência e não para fazer do auxílio um instrumento político. A distinção entre monitorizar o desempenho das ONG e refrear a sua independência é uma linha extremamente ténue que não deveria ser ultrapassada. No entanto poder-se-iam encontrar formas de tornar os funcionários das ONG mais responsáveis pelos seus actos respeitando sempre a sua independência. Será realista imaginar que os doadores poderiam desenvolver e standardizar instrumentos de tributação de desempenho tendo como base um estrito critério técnico? Mais pesquisa poderia levar a uma melhor compreensão das relações entre doadores e ONG. Um primeiro passo poderia ser a revisão dos instrumentos de monitorização[50] utilizados por agências de fundos e aceder ao seu impacto eficácia – não esquecendo incluir a dimensão política como um critério.

QUE TIPO DE PREPARAÇÃO?

Seminários, conferências e artigos dedicados à análise de recentes OAP, todos procuram uma conclusão mais ou menos semelhante: A forma mais eficaz e de antecipadamente melhorar a coordenação é treinando. Correndo o risco de falta de originalidade, este sub-capitulo apenas pode apoiar

[50] E bases de dados quando disponíveis.

activamente esta recomendação. O treino deveria ser encarado como um dos factores mais importantes para o sucesso de acções futuras. Em primeiro lugar, deveria ter como objectivo o aumento de qualidade e eficácia das OAP, contudo também deveria ser encarado como um contributo central para a questão da coordenação. De facto, o treino é a melhor forma de encorajar o entendimento entre militares e ONG. Ajuda de forma significativa o estabelecimento de ligações sobre o fosso de culturas e encoraja o respeito mútuo. Isto por seu lado facilita uma clara divisão do trabalho e ajuda a criar "canais de comunicação" que serão de grande ajuda caso ocorra algum equívoco durante o decurso de uma missão.

Estas são formas diferentes de ver o treino, e a maioria das organizações desenvolveu hoje em dia os seus próprios programas tendo como base as suas necessidades específicas e prioridades. No entanto poucos ainda se concentram na cooperação civil-militar (ou civil-civil). A última década abunda em exemplos onde a comunidade internacional lutou para tentar conter ou resolver um conflito, sem contudo atingir os objectivos que se tinha proposto, possivelmente a única e mais importante causa para esta pobre demonstração foi que a confusão prevalecia entre os papéis e responsabilidades dos actores internacionais que intervinham numa crise. O auxílio foi excessivamente usado para mascarar a ausência de determinação política. Os militares foram destacados com "objectivos humanitários". Contudo nenhuma guerra foi detida com sacos de arroz, tal como nem a paz e estabilidade foram alguma vez restauradas unicamente por intervenção militar após conflito. Um final bem sucedido de uma crise pode apenas resultar da complementaridade, ainda que de acções distintas. Auxílio, política e forças militares são domínios separados, cada um exigindo destrezas específicas e regras apropriadas, apesar de alguns exércitos estarem a treinar oficiais para acções CIMIC, os militares por si só não podem ser encarados como uma solução de substituição satisfatória para o envolvimento político nem uma receita que possa suplantar as organizações humanitárias.

A questão da coordenação de actividades entre intervenientes militares e civis numa crise é importante, tem impacto substancial na capacidade da comunidade internacional responder adequadamente a situações de crise. Como tal, espera-se que as relações civis-militares sejam cada vez mais e cuidadosamente monitorizadas, como tem vindo a acontecer em anos recentes.

O primeiro passo para uma coordenação melhorada é um melhor entendimento dos respectivos mandatos, culturas organizacionais e limitações. Como tal, todas as iniciativas com o objectivo de treinar tanto

civis como militares deveriam ser bem vindas e fortemente encorajadas. Cursos conjuntos e exercícios de planeamento contribuem substancialmente para o desenvolvimento de um vocabulário comum.

Finalmente, é necessária uma palavra de precaução quando se discute o tema das relações civis-militares. Esta questão importante não deveria desviar a atenção daqueles que fazem política, do facto de que na maioria das crises que ocorrem no globo, forças de manutenção de paz ou observadores militares nunca estejam presentes ou de que apenas disponham de pequenos contingentes com logística limitada. Em tais casos a interacção entre civis internacionais e militares dificilmente será questão, o envolvimento massivo da comunidade internacional no Kosovo ou em Timor-Leste é a excepção, não a regra. Num esmagador número de crises, os funcionários das ONG estarão presentes mas incapazes de recorrer a qualquer bem militar para completar o seu trabalho, nem beneficiarão da segurança assegurada.

Embora os princípios fundamentais da coordenação civil-militar permaneçam, é necessário encarar a questão de uma forma distinta para um ajustar a necessidades e situações regionais específicas. Em particular, pode legitimar uma visão diferente para operações europeias e não europeias. Por outro lado isto poderia ter impacto no treino militar, recrutamento ou apoio. Também aqui pesquisa adicional serviria o interesse das OAP como um todo.

Fonte principal: JENNY Joëlle, "Civil-military cooperation in complex emergencies: finding ways to make it work", European Security,vol. 10, n°2, 2001,pg 23-33

BIBLIOGRAFIA

REGULAMENTOS, MANUAIS E TRABALHOS

"Civil Militay Co–operational Manual" (2nd Draft), Ministry of National Defense, Strategic Planning Directorade, Bucareste, 14 Jun 2002.

"Operational Policy – CIMIC GROUP NORTH", Brunssum, 7 Mar 2001.

AAVV, "As Organizações Internacionais e o seu envolvimento em Operações de Paz", *súmula n.º 67, DGPDN/MDN, Setembro de 2000.*

AJP – 09 NATO Civil- Military Co-operation (CIMIC) Doctrine, *Third Draft, TBP 2000.*

AJP – 3.4 Non-Article 5, Crisis Response Operations, *1st Study Draft, TBD 2002.*

AJP – 3.4.1 Peace Support Operations, Original, July 2001.

ATP – 3.4.1.1, "Peace Support Operations, Techniques and Procedures", *Ratification Draft August 2001.*

Bi –SC Functinal Planning Guide Cimic, final, 08 March 2002.

Bi-SC 86-3 Establishment of Bi-SC CIMIC operational capability, concept, dated March 2001.

CANATÁRIO, Serafim, Cor. Artª, "A Cooperação Civil – Militar (CIMIC) nas Operações de Apoio à Paz – Conceitos, Princípios e Estruturas", *TILD, CSCD, Fevereiro de 1999, Lisboa, IAEM.*

FM 100-23, "Peace Operations," *Headquarters, Department of the Army, Febuary 1994.*

FM 41 – 10, "Civil Affairs Operations", *Headquarters, Department of the Army, Febuary 2000.*

GAÏA , Robert, Rapport d'Information nº 3167 sur «l'Action civile des armées sur les théâtres exterieurs (Action civilo-mílitaire) á la Presidence de L'Assemblée Nationale Francaise le 20 Juin 2001.

LEANDRO, Francisco, Maj Artª "Participação Nacional em Operações de Paz: Lições Aprendidas", *TILD CEM 99/2001, Lisboa, IAEM.*

MATEUS, Henrique, Maj Cav, *"A DCI e o Planeamento de Forças em Portugal. Convergências a Explorar na Construção do Exercito do Futuro"*, TILD, CEM 00/2002, Lisboa, IAEM.

ME 20 – 77 – 04, *"Operações de Evacuação de Não Combatentes"*, Projecto – versão 2, IAEM, Dezembro 2002.

ME 20 – 76 – 04," Operações de Apoio à Paz", IAEM, Janeiro de 1996.

NATO Military Civil-Military Co-operation (CIMIC) Policy (MC 411/1), dated 5 March 2001.

NC 20-77-01, "Arte Operacional, Operações Conjuntas e Combinadas", IAEM, Dezembro de 2000.

SMITH, Dan, *"The State of War and Peace"*, Atlas, Penguin Reference,1997, pp. 84 a 89.

SOMMARUGA, M. Cornelio, "Military and Humanitarian Action: Incompability and Complementarity", *Presidente do CICV, na Comissão de Civil Affairs, Bucareste, Outubro 1997.*

REVISTAS

AAVV, "Integração ou Impasse, o fluxo das informações nas operações cívico-militares", *Milirary Review*, 3° Trimestre 2001,pg 17 a 27.

AAVV, "Report of the Secratary-General on the United Nations Missions in Bosnia and Herzegovina", *Nação e Defesa, n.°92, 2000, pg. 145 a 167.*

AAVV, "Si vis pacem, para pacem: Adestrando para Emergências Humanitárias", *Milirary Review*, 3° Trimestre 2001,pg 28 a 36.

Centro e Escola de Operações Especiais JFK, "As operações Civis –Militares nos Níveis Corpo de Exército e Divisão", *Military Review*, Vol. LXXIX 3° Trim 1999,pg 9 a 19.

CLARK, Wesley, "Waging Modern War, New York", Public Affairs, *2001.*

DANNER, Mark, "America and the Bosnian Genocide", The New York Review of Books, *Vol. XII, n°19, 4 Dezembro 1997, pg 58 a 59.*

DANNER, Mark, "Bósnia: The Graet Betrayal", The New York Review of Books, Vol. XIV, n°5, 26 Março 1998, pg 40 a 53.

HILLEN, John, "Podem os militares ser ao mesmo tempo soldados da paz e combatentes", Notícias da OTAN, *Verão 2001. pg. 16 a 20.*

JENNY, Joëlle, "Civil-Military Cooperation in Complex Emergencies:Finding ways to make it work", *European Security*, Vol.10, n°2, 2001, Londres, pg 23 a 33.

LIGHTBURN, David, "Ensinamentos colhidos", Notícias da OTAN, Verão 2001. pg. 12 a 15.

LORENZ, F.M., "Non-Lethal Force: The Slippery Slope to War", Parameters, *Autumn 1996, pg. 52 a 62.*

MONTEIRO, José M. O. ,C.M.G , "Cooperação Civil – Militar (CIMIC)", Planeamento Civil de Emergência, *n°11, 1998, pg 29 a 32.*

NASH, Bill "Podem os militares ser ao mesmo tempo soldados da paz e combatentes", Notícias da OTAN, *Verão 2001. pg. 16 a 20.*

ORTUÑO, Juan, General, "A CIMIC e a reconstrução", *Noticias da OTAN*, Primavera 2001, pg 21.

PHILLIPS, William R., Coronel, "Cooperação civil – militar: essencial para implementação da paz na Bósnia", *Noticias da OTAN*, n°1, Primavera 1998, pg 22 a 25.

ROBERTS, Adam, "Humanitarian War: Military Intervention and Human Rights", International Affairs, *vol 69, n°3, Julho 1993, pg 429 a 450.*

ZANDEE, Dick, "Interacção civil – militar nas operações de paz", *Noticias da OTAN*, n°1, Primavera 1999, pg 10 a 13.

LEGISLAÇÃO e DOCUMENTOS MILITARES

Bi –SC 2002 Draft Force Proposals.

Dec-lei 203/93 de 03Jun (LOSNPC).

Decreto Regulamentar n° 18/93 de 28Jun (Regula o exercício de funções de Protecção Civil Pelas Forças Armadas.

Despacho de 28OUT97 do Gen CEME.
Despacho de 04Jan02 do Gen VCEME.
Directiva Ministerial para o Planeamento Civil de Emergência 1997-1998.
Directiva nº 65/CEME/02 de 26Set02.
Directiva operacional nº 10/CEMGFA/99, (Colaboração das Forças Armadas em acções de Protecção Civil, 14Jul99).
Implementations Force Goals 2002.
Informação nº 127/RED/99 de 21Abr99, (Estabelecer um ponto ds situação da CIMIC no Exército Português).
Lei 111/91 de 29Ago (LOBOFA).
Lei 113/91 de 29Ago (LBPC).
Lei 29/82, de 11DEC, (Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas).
Lei 44/86, de 30SET, (Lei do Estado de Sítio e Estado de Emergência).
Lei 66/98 de 14 de Outubro de 1998, (Estatuto das ONGD).
Lei Constitucional nº 1/97, de 20SET, (Constituição da República Portuguesa).
Memorando nº 185/DPP de 15Jul99, (Estudo sobre a constituição da CGC – SACEUR FG EG 3782).
Nota nº 2045/GC de 23Set99 (Constituição da CGC).
Nota nº 2847 de 29Mar01 do Gab CEME.
Nota nº 796/ROCEI-358/00 de 3Abr00, (Les enseignements du Kosovo).

SITES da INTERNET

http://call.army.mil/call.html, acedido em 1 de Novembro de 2002.
http://cesh.univ-lyon1.fr/hum. acm.htm, acedido em 16 de Outubro de 2002.
http://groups.yahoo.com/group/CIMIC/files/, acedido em 1 de Novembro de 2002.
http://perso.club-internet.fr/arnaudph/quenelle.htm, acedido em 1 de Novembro de 2002.
http://popp.gmu.edu, acedido em 11 de Novembro de 2002.
http://www.abca.hqda.pentagon.mil/Publications/COH/COH%20eAppendixCC.doc, 50acedido em 16 de Outubro de 2002.
http://www.ccmr.org/public/home.cfm, acedido em 7 de Novembro de 2002.
http://www.cdes.terre.defense.gouv.fr/sitefr/Objdoc/Numeros/mai_2001/Fra/art2.pdf, acedido em 16 de Outubro de 2002.
http://www.cdes.terre.defense.gouv.fr/sitefr/Objdoc/Numeros/mai_2001/Fra/art5.pdf, acedido em 16 de Outubro de 2002.
http://www.cdnpeacekeeping.ns.ca, acedido em 7 de Novembro de 2002.
http://www.centroaltistudi.difesa.it/iasd/doc2/Coppa%20LIF.doc, acedido em 1 de Novembro de 2002.
http://www.certi.org/resources/libraries.htm, acedido em 7 de Novembro de 2002.
http://www.civilaffairsassoc.org/, acedido em 13 de Novembro de 2002.
http://www.dcds.mil.ca/dgjfd/dpdt/dlls/doctrine/default_e.asp, acedido em 2 de Novembro de 2002.
http://www.defense.gouv.fr/ema/forces/acm/acm.htm, acedido em 16 de Novembro de 2002.
http://www.devdir.org/files/Portugal.PDF, acedido em 12 de Novembro de 2002.

http://www.dtic.mil/bosnia/ , acedido em 1 de Novembro de 2002.
http://www.ehess.fr/centres/cirpes/ds/ds58/civmil.html, acedido em 1 de Novembro de 2002.
http://www.frstrategie.org/barreFRS/publications/archives/perspec_strat/35/35-3.asp, acedido em 1 de Novembro de 2002.
http://www.hcci.gouv.fr/lecture/note/nl102.html#1, acedido em 2 de Novembro de 2002.
http://www.journal.forces.gc.ca/vol1/no3_f/peace_f/peace1_f.html, acedido em 2 de Novembro de 2002.
http://www.naa.be/publications.htm, acedido em 11 de Setembro de 2002.
http://www.nato.int/docu/review.htm, acedido em 7 de Novembro de 2002.
http://www.nato.intl/,, acedido em 12 de Novembro de 2002.
http://www.nps.navy.mil/, acedido em 12 de Novembro de 2002.
http://www.peaceops.org/public/gateway/index.htm, acedido em 7 de Novembro de 2002.
http://www.pfpconsortium.org/wgcd/cc_content_CivMil.html, acedido em 20 de Outubro de 2002.
http://www.reliefweb.int/training/index.html, acedido em 7 de Novembro de 2002.
http://www.reliefweb.int/w/rwb.nsf, acedido em 7 de Novembro de 2002.
http://www.shape.nato.int/ops-global/basics/keypaper.htm, acedido em 12 de Setembro de 2002.
http://www.sipri.se/, acedido em 7 de Novembro de 2002.
http://www.un.org/Depts/dpko/training/, acedido em 10 de Novembro de 2002.
http://www.un.org/english/, acedido em 13 de Novembro de 2002.
http://www.undp.org/, acedido em 11 de Novembro de 2002.
http://www.unhcr.ch/cgi-bin/texis/vtx/home, acedido em 10 de Novembro de 2002.
http://www.uni-frankfurt.de/fb01/INPE/links.htm, acedido em 11 de Novembro de 2002.
http://www.unitar.org/, acedido em 10 de Novembro de 2002.
http://www.usaid.gov/, acedido em 11 de Novembro de 2002.
http://www.usip.org/, acedido em 13 de Dezembro de 2002.
http://www.wfp.org/index2.html, acedido em 11 de Novembro de 2002.
http://www.wm.edu/unpeacek/courses.html, acedido em 10 de Novembro de 2002.
http://www27.brinkster.com/defence/doc.center.detail.ue.nato.asp?doc_nr=62, acedido em 16 de Outubro de 2002.
http://www7.itu.int/virtualosocc/, acedido em 11 de Novembro de 2002.
www.afji.com/AFJI/Mags/2001/january/royal_treatment_3.htm, acedido em 18 de Outubro de 2002.
www.ipacademy.org/Publications/Publications.htm, acedido em 16 de Outubro de 2002.

DISPOSITIVO DE CALIBRE REDUZIDO 14,5 MM

Pelo Capitão de Artilharia
ANTÓNIO RABAÇO

1. GENERALIDADES

O Dispositivo de Tiro de Artilharia de Calibre Reduzido 14,5 mm emprega-se no treino dos procedimentos do pessoal de uma Bateria de Bocas de Fogo. Caracteriza-se pela particularidade de poder ser facilmente desmontado, transportado e fazer tiro sobre quaisquer objectivos fixos ou móveis a distâncias reduzidas.

O dispositivo pode ser montado num tripé ou no interior do tubo de uma boca de fogo, funcionando cada um como uma boca de fogo, com aparelhos de pontaria em direcção e elevação próprios, sendo neste último caso montado apenas o tubo canhão. Os aparelhos de pontaria em direcção e elevação utilizados são os da boca de fogo. Este artigo destina-se a apresentar a experiência obtida durante os vários exercícios levados a cabo no RA5.

O dispositivo tem um alcance mínimo de 50 m e o alcances máximo para as três cargas disponíveis é de 1, 730 m, 990m, 1150 m, respectivamente para as cargas 1,2 e 3.

Tem a possibilidade de poder fazer tiro nos 360° e o campo de tiro vertical oscila entre -6° e +92°. As tábuas de tiro (numérica e gráfica) a empregar

neste dispositivo são semelhantes às TTN e TTG do tiro real, com a diferença que a unidade de distância empregue é o decímetro (dm). As tábuas de tiro contém os dados de elevação desde os 0° até 77° (1390 mil), sendo portanto adequadas para tiro mergulhante (TM) e vertical (TV). A relação 1/10 entre a escala real e a do dispositivo, deve ter-se em consideração para todos os efeitos, (alcance, distância observador/objectivos e dimensões das zonas de perigo).

2. PARTES PRINCIPAIS CONSTITUINTES

O dispositivo divide-se nas seguintes partes fundamentais:

- Tripé;
- Base da montagem;
- Tubo canhão;
- Aparelhos e pontaria.

a. *TRIPÉ*

O tripé é constituído pela base do tripé e pelo tripé. Cada uma das pernas do tripé tem uma porca para ajustar o comprimento da mesma, permitindo assim colocar o dispositivo num plano horizontal (calar os níveis que se encontram na base de montagem). Uma das pernas tem uma peça telescópica que permite aumentar o seu comprimento.

TRIPÉ

1 – Perno de fixação da perna;
2 – Base do tripé;
3 – Posição "0" – marca amarela/posição máxima de extensão – marca a vermelha;
4 – Parafuso fixação das pernas;
5 – Perna telescópica;
6 – Parafuso de fixação da base de montagem.

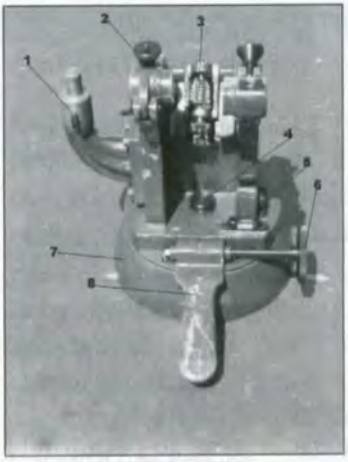
b. *BASE DA MONTAGEM*

A base da montagem é constituída por duas partes, a base fixa e a base giratória. A base fixa ajusta-se ao tripé por meio de um parafuso, o qual permite a sua fixação. No seu interior tem um roda dentada helicoidal do

mecanismo de pontaria em direcção. A base giratória é constituída por duas colunas que na sua parte superior tem duas munhoneiras. Na coluna da esquerda fixa-se o braço do aparelho de pontaria em direcção. Na base das duas colunas encontram-se os níveis dispostos em plano perpendicular, que permitem colocar o dispositivo num plano horizontal. Entre ambas as colunas encontram-se os mecanismos de pontaria em elevação.

Os mecanismos de pontaria em direcção são constituídos pela roda dentada helicoidal montada na base fixa, a alavanca e o parafuso dos grandes e pequenos movimentos azimutais montados na base giratória de montagem.

Os mecanismos de pontaria em elevação, consistem num eixo no qual se segura o parafuso "sem-fim" helicoidal, o sector dentado helicoidal montado sob o tubo canhão e o parafuso dos grandes e pequenos movimentos zenitais.



BASE DE MONTAGEM

1 – Braço do suporte do aparelho de pontaria em direcção;
2 – Parafuso das munhoneiras;
3 – Parafuso "sem-fim" do mecanismo de elevação;
4 – Perno de fixação da base fixa à móvel;
5 – Níveis;
6 – Parafuso dos pequenos movimentos azimutais;
7 – Base fixa de montagem;
8 – Alavanca dos grandes movimentos azimutais.

BASE DE MONTAGEM FIXA

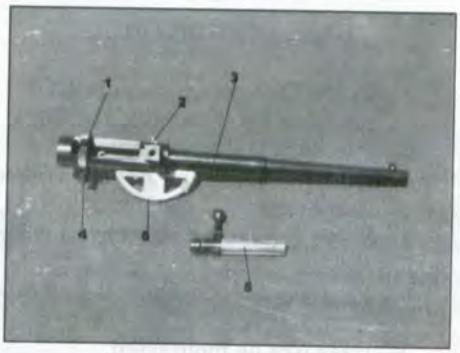
1- Base fixa;
2- Perno;
3- Roda dentada helicoidal.

c. *O TUBO CANHÃO*

O canhão tem a alma estriada e tem um calibre de 14,5 mm. O tubo canhão é fixo pelas munhoneiras à base giratória de montagem. Uma vez montado o tubo canhão, as engrenagens do sector dentado helicoidal adaptam às do parafuso "sem-fim" helicoidal. Na parte superior há uma superfície plana (mesa do quadrante) para ser colocado o quadrante.

A culatra do tipo cilíndrica, é constituída por: cabeça da culatra, o ferrolho com a respectiva manga terminada em bola, o percutor, mola do percutor e a peça terminal.

Na parte posterior do canhão tem um perno que assegura o limite do movimento à retaguarda do ferrolho.



TUBO CANHÃO

1 – Alavanca de segurança;
2 – Entalhe em forma de "V";
3 – Canhão;
4 – Perno de fixação da culatra móvel;
5 – Culatra móvel.

O dispositivo tem um sistema de segurança de tiro, só permitindo um disparo na posição "F". O gatilho está situado na parte posterior do tubo junto do sistema de segurança.

d. *APARELHOS DE PONTARIA*

Para a pontaria em elevação o dispositivo dispõe do quadrante das alças. O quadrante das alças está dividido numa escala de 1.600 partes, numerado de 100 em 100 e graduado de 10 em 10 milésimos. O cursor dispõe de um nónio que permite uma leitura com um erro da ordem de 1 milésimo. O quadrante dispõe também de um sitómetro, devendo o "0" estar coincidente com o número 300.

O dispositivo utiliza para a pontaria em direcção a mesma luneta panorâmica que as secções da Bateria de Bocas de Fogo.

SECTOR DO QUADRANTE DAS ALÇAS

1 – Sector dentado das elevações;
2 – Parafuso de fixação do quadrante das alças;
3 – Parafuso das munhoneiras;
4 – Parafuso micrómetro;
5 – Nível do quadrante das alças;
6 – Canhão;
7 – Parafuso do sector das elevações;
8 – Parafuso dos grandes/pequenos movimentos em elevação;
9 – Nónio das elevações.

3. DADOS TÉCNICOS DO MATERIAL

Calibre	14,5 mm
Número de estrias	8
Comprimento total do canhão	530 mm
Comprimento da alma estriada	334 mm, 23 calibres
Passo das estrias	30 mm, 7 calibres
Sector da elevação	- 6° a +92°
Sector da direcção	360 °
Comprimento da câmara	51 mm
Ângulo de inclinação das estrias	8,5 °
Largura das estrias	4 mm
Comprimento da caixa de cartucho	51 mm
Comprimento total do cartucho	65 mm

4. MUNIÇÕES

O dispositivo utiliza dois tipos de munições encartuchadas: o cartucho com espoleta de percussão e o cartucho com espoleta de tempos. Para este tipo de munições dispõe-se de três tipos de espoletas: espoleta de percussão instantânea, (produz o rebentamento quando o projéctil embate no solo), espoleta com atraso de 3 seg e espoleta com atraso de 6 seg.

Eficácia com espoleta de tempos.

A munição com espoleta de percussão é constituída basicamente pela caixa de cartucho em alumínio com capsula fulminante, projéctil e carga propulsora. O projéctil tem uma bainha em aço destinada a reforçar as paredes de chumbo do projéctil para fazer face aos esforços devidos ao disparo.

A espoleta de percussão está localizada no interior do projéctil. O ponto de impacto da munição é assinalado pela deflagração da "mescla fulminante". A munição não produz estilhaços. O fumo resultante da deflagração da "mescla fulminante" sai pela parte posterior do projéctil.

A munição com espoleta de tempos caracteriza-se por no interior do projéctil para além da "mescla fulminante" conter a "mescla retardadora". Quando se dá o disparo, é percutido o fulminante da caixa de cartucho, produzindo um jacto de fogo que faz deflagrar a carga propulsora, por vez transmite o fogo à carga retardadora. O tempo de combustão da carga retardadora é de 3 e 6 segundos respectivamente (tempo de voo), conforme se trate de uma munições com atraso de 3 e 6 segundos. A "mescla fulminante" ao deflagrar produz uma nuvem de fumo que indica o local de impacto, tanto no ar como no terreno.

As munições apresentam as seguintes características:

CARGA	PESO	VEL INICIAL m/seg	ALCANCE MAX (m)	TEMPO DE VOO (seg)	FLECHA (m)
1	0,20 gr	100 m/seg	730	18,5	Elv 70°: 400
2	0,30 gr	125 m/seg	960	22	Elv 76: 580
3	0,34 gr	135 m/seg	1150	23,4	Elv 78: 650

5. LIMPEZA E MANUTENÇÃO

O dispositivo requer alguns cuidados de limpeza e manutenção. Esses cuidados têm de se efectuar antes, durante e após o tiro. Antes do tiro é necessário garantir que o tubo fica muito bem limpo e seco. Durante o tiro acumulam-se resíduos da carga que, se não forem removidos, irão provocar perda no alcance e até rebentamentos à boca. A alma do tubo

deverá ser limpa com o escovilhão de aço de 10 em 10 tiros, afim de reduzir a possibilidade de um rebentamento à boca. Normalmente um rebentamento à boca é considerado como uma falha no funcionamento normal do sistema.

Para a manutenção do dispositivo utilizam-se os seguintes ingredientes para a limpeza e lubrificação:

- Ingrediente 18 (limpeza);
- Ingrediente 10 (lubrificação);
- Vaselina.

6. POLIGONO DE TIRO

Os benefícios de treino com este tipo de dispositivo são directamente proporcionais aos preparativos levados a efeito pela unidade utilizadora. Qualquer terreno aberto ligeiramente ondulado é apropriado. Os fossos profundos ou morros grandes na zona dos impactos provocarão uma má observação do tiro. Para poder aproveitar o maior alcance do dispositivo (1150m) é necessário um terreno com esta profundidade. O ideal é um terreno que permita a ocupação de várias posições de tiro e de observação de modo que se possa treinar as baterias do GAC. Para tirar maior rendimento do equipamento fornecido, a unidade deverá construir um polígono de tiro reduzido, elaborar uma carta especial (escala 1:2.500) e dar instrução ao pessoal sobre este equipamento.

É necessário construir uma carta 1/2500, devendo mostrar as curvas de nível, as configurações do terreno e os pormenores da carta original. A carta não necessita de ser colorida se o terreno for pouco acidentado, dado que são poucas as curvas de nível. Deverá conter uma quantidade razoável de informação topográfica, tal como edifícios, estradas, etc, que permitam ao observador a localização de objectivos em relação a dois pontos conhecidos identificáveis, simultaneamente na carta e no terreno. As linhas das coordenadas desta carta especial (devem estar separadas 100 dm uma das outras e que irá permitir ao observador a utilização de um transferidor e do esquadro de coordenadas). Todos os objectivos, posições, pontos de referência e pontos de observação devem ser levantados com a mesma precisão. Poderá ser montada uma rede de transmissões por fio, ligando os observatórios, as posições e o PCT.

7. PROCEDIMENTOS NO TIRO

a. *A NÍVEL DOS OBSERVADORES*

Todos os elementos necessários ao desempenho das funções do observador encontram-se estabelecidos no RC 20-110. A localização dos objectivos pode ser feita normalmente pelo observador com o auxílio de um transferidor se dispuser de uma carta especial. A distância de observação, como factor de cálculo da regra do milésimo é baseada em milhares de decímetros em vez de milhares de metros. Por exemplo: a uma distância de observação de 2.900 dm (290 m) dará um factor de OT de 3. O observador corrige os desvios, multiplicando o valor angular medido em milésimos pelo factor e anuncia as suas correcções com a aproximação de 10 dm. Exemplo: o observador observa um tiro "Direita 60," a correcção será "Esquerda 180".

O observador pode utilizar o método de dividir ao meio o enquadramento em distância do objectivo. Se os rebentamentos estiverem a 30 metros (300 dm) curtos do objectivo, o observador deverá anunciar "Alongar 400" a fim de obter um enquadramento.

b. *A NÍVEL DA BATERIA DE TIRO*

(1) SECÇÕES DE BOCAS E FOGO

A boca de fogo é apontada com os seus próprios aparelhos de pontaria em direcção e elevação. A guarnição é constituída por três homens (Comandante de Secção, Servente e Apontador em Direcção (S1), Servente Apontador em Elevação (S2).

Durante a conduta de uma missão de tiro, os comandos de tiro são transmitidos como no tiro real.

O projéctil 14,5 mm apresenta um rebentamento aproximadamente 1/10 da granada explosiva de 105 mm, dando origem a que os rebentamentos separados mais do que 3 metros, dificilmente permitem ao observador a localização do seu ponto médio. O posicionamento das bocas de bocas, não deverão ficar afastadas umas das outras mais do 3 metros.

(2) POSTO COMANDO DE TIRO (PCT)

O PCT trabalha todos os procedimentos como se fosse uma boca de fogo de artilharia, com excepção nas munições com espoleta de tempos. Estas munições têm um atraso na deflagração de 3 e 6 seg respectivamente, não

tendo por isso uma espoleta que possa ser graduada e controlar-se assim a altura de rebentamento. A única hipótese que se tem de controlar a altura de rebentamento tipo (20/R) é subindo ou descendo a base da trajectória. Por exemplo: o obj encontra-se a 2050 dm, carga 1

Observação	100/R	20/R	Corr em altura rebentamento
Rebentamento em percussão			AC 40
Ac 5	48	10	AC 15

Neste exemplo o PCT determina o valor de 40/R e 15/R e soma ao valor da elevação.

Com este tipo de dispositivo podem efectuar-se missões de regulação de precisão ABCA, PMP/PMT, tiro de área, utilizar de correcções especiais (quadro pontual, quadro aberto, um ponto e um rumo, dois pontos e três pontos), correcções de posição (os valores de direcção são introduzidos no limbo e tambor das correcções de referência da luneta panorâmica e os de elevação no sitómetro do quadrante das alças.

A determinação dos valores da distância, direcção e ângulo de observação é idêntico ao tiro real (RC 20-110). A prancheta está na escala 1/2500. A distância é lida em decímetros na escala do braço do TDD face ao alfinete do objectivo. A precisão da leitura deve ser de mais ou menos 10 dm. Como a escala utilizada é 1/2.500, o TTD está numerado de 500 em 500 (dm) e graduado de 50 em 50 (dm).

A escala da quadrícula da grade de objectivos deve ser igual à da quadrícula. Cada quadrado da grade de objectivos tem a dimensão de 5 decímetros.

Para o calculo dos elementos de tiro do dispositivo, utiliza-se a TTN e uma TTG para as três cargas (Esta TTG não permite que seja aferida).

A tábua de tiro numérica têm os seguintes elementos balísticos: Distância (dm), Alça (mil), Variação da alça para cada 100 dm em distância (mil), Variação na distância para cada uma variação 1 mil na alça (dm), Duração do trajecto (seg.), Desvios prováveis em alcance (dm), Desvios prováveis em direcção (dm), Angulo de queda (mil), Flecha, Correcções azimutais derivação (mil), Correcções azimutais vento lateral (mil), Correcção devido a variação velocidade inicial (dm), Correcção devido ao vento longitudinal (dm).

Como as tábuas de tiro numéricas e gráficas não contêm elementos para o cálculo do sitio, este é igual ao ângulo de sitio. A diferença de cotas é em decímetros.

8. CONCLUSÕES

Os limites orçamentais entre outros condicionantes têm reduzido as dotações de munições reais às Unidades, aliado às cada vez mais difíceis condições para executar fogos reais fora dos campos militares, vêm mostrar a necessidade utilizar meios alternativos que possibilitem o treino dos procedimentos de uma bateria de bocas de fogo o mais realisticamente possível e com menos gastos orçamentais.

O dispositivo de calibre reduzido permite assim o treino dos procedimentos do pessoal de uma bateria de bocas de fogo, desde os serventes apontadores em direcção e elevação, os Comandantes de Secção, os elementos do Posto de Comando de Tiro, o Comandante de Bateria de Tiro, os Observadores e o Comandante de Bateria.

Os procedimentos durante o tiro são idênticos ao do tiro real. Há a registar algumas diferenças relativamente ao material que equipa uma Unidade de artilharia de campanha no que diz respeito aos seguintes aspectos:

- As munições com espoletas de tempos não dispõem de uma espoleta propriamente dita, por isso não podem ser reguladas. Por construção têm já um tempo pré - definido de duração de trajecto;
- As tábuas de tiro (numéricas e gráficas) não têm todos os elementos como as tábuas de tiro reais. Por exemplo: os efeitos na velocidade devido à temperatura das cargas, correcção complementar do ângulo de sítio, etc.

Em 2002 a 2ªBBF/GAC/BLI efectuou quatro exercícios com o dispositivo de calibre reduzido na região da Serra da Lousada tendo consumido no total 310 munições. Participaram em média em cada exercícios 40 homens, um terço do efectivo de um exercício de fogos reais, e consumiu-se em média um décimo do combustível de um exercício de fogos reais.

Da experiência resultante de vários exercícios realizados com este material, pode concluir-se que as más condições atmosféricas, nomeadamente o vento lateral e longitudinal, provocam grande dispersão no tiro, dificultando a condução das regulações do tiro. Contudo, na maior parte dos exercícios levados a cabo, foi possível obter aceitáveis níveis de execução tendo permitido o treino simultâneo do PCT, dos observadores e das secções de bocas de fogo. Sem que se possa descurar a realização de exercícios com fogos reais e que possa ser lícito considerar a sua substituição por qualquer sistema de simulação, é sem duvida o dispositivo de calibre reduzido um excelente instrumento de instrução dos diferentes intervenientes no tiro de artilharia.

A ARTE NA EPA

Pelo Alferes RC.
MIGUEL EMPIS SANCHES DE BAÊNA

BREVE ESTUDO SOBRE O "PALÁCIO DAS PASSAGENS", ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E POLÍTICO-SOCIAL BEM COMO INTERPRETAÇÃO DA ARQUITECTURA E PINTURAS EXISTENTES, COM BASE NAS INFLUENCIAS E CORRENTES ARTÍSTICAS DA ÉPOCA DA SUA CONSTRUÇÃO

1. VENDAS NOVAS, HISTÓRIA E GEOGRAFIA

1.1 *LOCALIZAÇÃO E FUNDAÇÃO DE VENDAS NOVAS*

A importância dum aglomerado rural pode-se avaliar pela quantidade de pessoas dedicadas à vida agrária, pela quantidade total de pessoas e pelo movimento de passagem do qual as estalagens são um importante indicador.

No Concelho de Vendas Novas o núcleo mais antigo é o da Landeira e é medievo. Esse núcleo formou-se por estar perto de caminhos. A cidade de Vendas Novas foi fundada no reinado de D. Sebastião também junto a um cruzamento de caminhos.

A Landeira nos sécs. XIV e XV, constituía um cruzamento de caminhos[1] embora possa ter uma origem anterior. A formação nessa época ainda está mais patente num privilégio de 10/4/1391 de D. João I em Évora concedido à Landeira[2].

A Landeira nasceu junto à estrada de Lisboa-Évora pelos Pegões com o núcleo mais antigo no termo da vila de Cabrela e outra parte no núcleo

[1] Mário Saa, As Grandes Vias da Lusitânia, Lisboa 1963, vol IV.P.640[SL].[SD].
[2] Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Livro 6 de Odiana*,279v e 280. Leitura de Manuel Villaverde.

situado no termo de Montemor[3]. Esta zona embora com bons acessos viários tinha poucas qualidades agrícolas[4]e estava afastada das herdades mais próximas a fim desse território aforado não lhes fazer falta [5] [6].

1.2 *AS ACTIVIDADES PRODUTIVAS*

A falta de produtividade da terra é eficazmente contrariada, o que está bem patente no Registo das Décimas da Freguesia de Santo António de 1699; no qual se patenteia uma razoável quantidade de pessoas dedicadas à vida agrária, num total de 56 vizinhos, 43 dedicavam-se à agricultura. Há um documento de 1750 que atesta a importância da criação de gado, mas também de pecuária e a estalagem[7].

Em 1843 contribuíam em Vendas Novas 233 indivíduos 121 dos quais com profissão apurada essencialmente relacionada com a agricultura e pecuária[8].

Trata-se dum aglomerado com actividades essencialmente agrícolas e pecuárias, desde a época da sua criação.

1.3 *AS ESTALAGENS*

Porém, dado que Vendas Novas se encontra junto a uma importante via, tem necessitado de albergar viajantes pelo que uma delas foi mandada construir por Filipe II e por Filipe III num contrato de 4 de Março de 1610 que se conserva no Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo. Vieram a ser criadas mais três estalagens até 1699[9].

Porém, as estalagens eram desconfortáveis o que se pode comprovar pelo texto abaixo.

«...Em Portugal não se fazem as camas sobre estrados, como é uso em Espanha; contentam-se em estender no chão tantas mantas quantas se está disposto a pagar. Quem faz as camas são uns moços da cozinha, muito sujos e de pés descalços. Não creio que haja alguém que se possa gabar do bom

[3] Severim de Faria

[4] ...de 16 de Dezembro de 1573, celebrado em Montemor.

[5] ...antes de ser povoada.

[6] Está-se numa época em que o poder senhorial/local ainda tem muita influência e poder, apesar de toda a afirmação do poder régio.

[7] Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo, A1 S1 – 1.

[8] António Borges Coelho:Vendas Novas; História e Património. [SL].[SD].,

[9] Pois no registo das décimas da Freguesia de Santo António de 1699 estão registadas quatro estalagens.

tratamento que tenha recebido nestas estalagens, onde, no entanto, tem de pagar muito cara a comida que ali lhe fornecem.[10].» Daí que Vendas Novas não pudesse oferecer conforto a quem lá se quisesse hospedar.

Assim, D. João V ao precisar de ficar em Vendas Novas com a família e corte decidiu construir um palácio com o luxo e grandeza próprios da prosperidade do seu reinado. De certa forma Vendas Novas aproximou-se do cosmopolitismo da capital. Charles Alexandre de Montaigon confirma-o[11]. Foi inclusivamente neste ano que se fez o único diploma conhecido do governo central emitido em Vendas Novas.

2. PALÁCIO DAS PASSAGENS E SUA CAPELA: Breve Estudo

2.1 *DESCRIÇÃO DO ESTILO*

Sabendo as razões da construção do Palácio das Passagens, passarei a apresentá-lo, mas para fazê-lo duma forma crítica há que começar por o inserir num período artístico. Trata-se da fase final do Barroco conhecida por Rocaille.

Barroco quer dizer em português e espanhol, pérola que dada a sua irregularidade foge à forma redonda clássica[12]. Esta palavra conceptualiza o essencial deste estilo artístico.

[10] Portugal nos Séculos XVII e XVIII: Quatro Testemunhos; Apresentação, Tradução e Notas Castel Branco Chaves; Lisóptima Edições. Lisboa, 1989p.206.

[11] Veio a Portugal com a missão secreta de ver se Portugal tinha capacidades para receber condignamente os príncipes espanhóis.

[12] Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira;VOL 4 BAIL BRAG;Editorial Enciclopédia, Limitada Lisboa Rio de Janeiro, [sd].

A estética barroca substitui a linha pelas massas, a cor uniforme pela policromia, o equilíbrio pelo movimento. Tem, portanto, um carácter muito dinâmico e com grande trepidação, com curvas e contracurvas, jogo claro-escuro; é uma reacção ao período clássico, mas mantendo os seus elementos constitutivos[13].

Barroco Arquitectónico (é aplicado aos elementos estruturais) e Barroco Decorativo (aplicado sobretudo nas talhas dos altares, objectos meramente decorativos).

A arquitectura barroca do séc. XVII em Portugal é feita numa continuidade de pitoresco e graça, ao contrário da do XVIII que é essencialmente dominada por estrangeiros; daí que gere um corte nessa continuidade.

O projecto da construção do Palácio das Passagens deveu-se provavelmente ao Arquitecto director Custódio Vieira (1712-1746)[14]. Trata-se de um dos arquitectos do barroco em Portugal do séc. XVIII, influenciado por Ludovice[15].

[13] Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira;VOL 4 BAIL BRAG;Editorial Enciclopédia, Limitada Lisboa Rio de Janeiro, [sd].

[14] Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira;VOL 4 BAIL BRAG;Editorial Enciclopédia, Limitada Lisboa Rio de Janeiro.[SD].

[15] Cá o arquitecto mais marcante do séc. XVIII foi Johann Friedrich Ludwig ou João Frederico Ludovice. Nascera cerca de 1670 em Halle. Em Itália foi um dos mais notáveis arquitectos desse tempo. A fama que granjeou fez que fosse designado para construir o Palácio/Convento de Mafra, muito na linha das suas obras.
A dita obra tem o exterior com monumentalidade pesada das naves e torreões; há uma monotonia das fachadas, sem o jogo vivo das perspectivas, caro ao barroco italiano e ao dinamismo propício à vibração peninsular. Há nisto uma influência germânica.
A essa influência contrapõe-se a da igreja que é indiscutivelmente italiana.
Em Mafra predomina, pois, um carácter mais científico que requintado, estranho às sugestões nacionais e do sentido pictórico da decoração nacional. Tratou-se de obra com dimensões gigantescas e de grande repercussão no meio artístico nacional.
Mafra foi uma escola onde se formaram arquitectos, canteiros e escultores. Os mestres portugueses que na segunda metade do séc. XVIII dominaram a arquitectura nacional, ou herdaram a autoridade de Ludovice, ou aprenderam no seu exemplo a sua ciência, envolvendo-a no espírito tradicional do nosso gosto.

3. A CAPELA

3.1 *RAZÕES DA SUA CONSTRUÇÃO*

A capela foi criada para apoio de quem estivesse no Palácio Real, dado que não havia nenhuma capela por perto e tomando em atenção o espírito da época[16]; razões que justificam plenamente a sua construção.

Passo agora à sua descrição.

3.2 *DESCRIÇÃO DA CAPELA*

A capela localiza-se no extremo oriental da fachada principal (do Palácio Real).

No exterior apenas destaco «... um escasso saliente ladeado por duas pilastras caneladas, encimado por um frontão triangular moldurado, em cujo campo apenas se vê uma roseta em relevo.

No centro desta fachada, encontra-se o portal de entrada da capela, em pedra branca com lintel direito e um pequeno frontão triangular moldurado.[17]» O que é tipicamente neo-clássico.

«Encimando este portal, num pequeno nicho, está actualmente uma imagem de Santo António... .[18]» a quem a capela é dedicada.

«....para poente e recuada, a pequena e discreta torre sineira coroada por quatro pequenos frontões triangulares...[19]»

Nota-se em todo este exterior uma grande pobreza decorativa.

[16] Era uma época em que havia ainda uma grande religiosidade.
[17] António Borges Coelho:Vendas Novas; História e Património, [SL].[SD].p.
[18] António Borges Coelho:Vendas Novas; História e Património, [SL].[SD]. p.
[19] António Borges Coelho:Vendas Novas; História e Património, [SL].[SD].p.

Passando ao interior, a capela é duma só nave, de forma rectangular orientada a nascente e com um espaçoso altar-mor separado por um degrau e por um arco triunfal prenunciador do neo-clássico encimado pelo escudo de D. José[20].

Lustres barrocos, lambrim de azulejaria monocromática que rodeia toda a capela.

«O lambrim contínuo de azulejos que rodeia toda a capela com a altura média de 1,80 m é constituído por diferentes painéis figurados que se podem reunir em séries. Do lado direito de quem entra temos a paixão de Cristo; ao passo que do lado esquerdo temos os cinco mistérios gozosos também constitutivos do rosário. Ao fundo, do lado esquerdo e da esquerda para a direita S. Paulo Eremita, Santa Bárbara (Padroeira da Artilharia), S. João de Deus (natural de Montemor-o-Novo) e S. Jerónimo. As pinturas tectónicas são dum pintor italiano da época de D. João V....Na fronteira entre altar e nave, ao alto, o escudo real de D. João V. Entrando no altar, ao alto, temos uma pintura duma pomba radiante, representando o espírito Santo e um triângulo com a ponta para cima, representando a santíssima trindade e o olhar de Deus.

No interior já há alguma riqueza decorativa.

3.3 *DECORAÇÃO E EVANGELIZAÇÃO*

A capela como em todas as outras casas de Deus procura evangelizar pela imagem; numa época em que muita gente não sabia ler nem escrever e em que a língua da Igreja era ainda o latim.

Assim, ao aproximarmo-nos de Deus vimos dum ambiente de grande pobreza decorativa, entra-se para a nave da capela, já mais decorada com os lambris de azulejos e com o tecto pintado, depois, ainda mais perto, a zona do altar mor mais alta que a nave com pinturas e imagens mais exuberantes que as anteriores e por fim ainda mais magnificente e próximo de Deus, o sacrário e a sua área envolvente em dourado, a cor da realeza.

Para que esta evangelização pela imagem fosse eficaz a Igreja teve de adoptar uma forma de arte mais actualizada e que respondesse novamente às aspirações do homem já cansado da arte renascentista e maneirista.

O modelo clássico da arte traduzem denota razão, harmonia, mas sobretudo um grande imobilismo que é espelho do imobilismo da Igreja.

Esse modelo clássico vindo da inércia da Igreja foi contrariado pela Reforma, à qual a ela respondeu com a Contra-Reforma; ora, a contra-reforma teve as suas consequências na arte, embora tardiamente com o Barroco.

[20] O escudo real tem a função de assinar a obra e de propagandear o poder régio.

Esta arte mostra uma Igreja com uma diferente posição na sociedade; procura fascinar, apelar à sensibilidade para converter as almas é o melhor dos objectivos.

Assim, a arte barroca caracteriza-se pelos seguintes aspectos essenciais em oposição à arte clássica e renascentista: policromia; movimento e exuberância decorativa.

É neste contexto que deve ser visto o lambrim de azulejos (dos mistérios do terço) com notável e dinâmico movimento; também de realçe são as pinturas tectónicas e a imagem de N^{a}S^{a} da Conceição em boa talha dourada, com grande pormenor e com a exuberância do dourado; entre outros elementos decorativos.

4. A ARTE NO PALÁCIO

4.1 *DESCRIÇÃO GENÉRICA DO EDIFÍCIO*

Para sistematizar há dois núcleos principais: – um, mais antigo, enquadrando a Praça, a Capela Real e o corpo saliente e mais elevado do comando da Unidade; outro, mais recente, constituído por armazéns e oficinas entre outras instalações militares em redor das paradas Reis Fisher e Bernardo Faria. A atenção especial recairá sobre o núcleo mais antigo.

O edifício de maior relevo situa-se quase a meio da Praça da República, tem dois pisos e delimita um pátio interior, do qual partem duas alas (para nascente e poente) que integram a Capela Real e duas portas de armas que dão entrada para as duas grandes paradas interiores.

Tratam-se de duas alas de arquitectura simples composta por uma grande área fronteira, com vãos iguais, formando uma fenestração monótona; o que é clara influência de Mafra.

A atenção deve-se agora focar no conjunto central que é a parte mais notável do Palácio (excepto a capela). A sua situação avançada do corpo e altaneira destaca-a do resto do edifício que era onde se alojava a família real e a corte. A porta tem um frontão triangular emoldurado elemento da arte clássica.

A fenestração é igualmente monótona, à semelhança de Mafra, por influência germânica de Ludovice.

Passando ao interior, pelo e no corpo central entra-se para um átrio, cujo tecto era primitivamente revestido de pinturas alegóricas sobre tela. A sul e norte do corpo central; diversos salões de recepção, aposentos reais e respectivos oratórios, aposentos da comitiva real, cozinhas e outras instalações de apoio à família real e comitiva.

Ao subir a escadaria de madeiras exóticas com azulejos[21] de Jorge Colaço; temos em frente a porta do grande salão de honra e os corredores das duas alas de aposentos dos hóspedes reais. Os aposentos são pavimentados com rica madeira exótica e iluminados por altas janelas, na sua maioria ou totalidade eram cobertos por tectos falsos revestidos em abóbada, forrados de tela, com pinturas de cenas mitológicas[22]. Essas pinturas devem-se a diversos pintores da corte[23] e são barrocos «rocaille»[24].

[21] Os azulejos tratam-se dum tipo de revestimento barato se comparado com as tapeçarias, além de duradouro e vistoso.

[22] Quase todas estas pinturas tem por suporte telas pregadas em falsas abóbadas de tab uado seguro às estruturas metálicas da cobertura. No piso inferior, as telas foram pregadas no vigamento dos tectos.

[23] Embora hajam alguns repintes, na maioria do tempo de D. Maria I devido a um grande incêndio que houve.

[24] Na opinião do Sr. Dr. Vítor Serrão.

4.2 *DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DAS PINTURAS*

Passarei a caracterizar os respectivos aposentos por ordem numérica.

ALA NASCENTE

1. A sala de estar, anexa ao bar dos oficiais «...Da sanca saem em perspectiva, pedestais e volutas que circundam toda a sala, e suportam a meios vãos, quatro medalhões de molduras douradas com retratos *grisées* de personagens desenhadas ao gosto neo-romano da época, suportados por quatro pares de meninos nus. O fundo é dum branco recentemente repintado. No centro, rodeado por uma moldura dourada pintada, donde colgam drapejamentos orlados de vermelho, está representada uma cena mitológica, com Mercúrio de manto vermelho, voando para Vénus adormecida sobre nuvens, acompanhada de dois cupidos que brincam com faixas azuis e vermelhas. O fundo do quadro é um céu com nuvens.[25]»

A cor vermelha do manto usada por Mercúrio, representará a grandeza de alma e a resolução necessárias para a grande responsabilidade de conduzir a alma dos mortos também necessária ao poder real que conduz os

[25] António Borges Coelho:Vendas Novas; História e Património, [SL].[SD].p.114.

vivos na terra[26]. Poder real esse que na figura dos Príncipes se vai casar representado por Mercúrio a ir ter com a Deusa do Amor. No casamento há a união do mortal com o imortal; Representada aqui pelo número de cupidos[27].

Com o casamento perder-se-á a virgindade, a pureza despida, representada pelos meninos nus o que demonstra honradez.

A mensagem é pois a de que o casamento não existem só por eles, mas também pelas suas responsabilidades face aos seus súbditos como futuras figuras de estado.

Nesta representação há movimento, policromia, assimetria e uma certa exuberância decorativa muito características do barroco.

2. Na sala de bilhar, contígua à anterior. Rodeando a sanca, «um murete de pilastras e volutas molduras; sobre plintos nos cantos e a meio dos lados maiores vemos medalhões emoldurados a ouro, com figuras dançantes pintadas em *grisée*.

A meio dos topos, a figuração de vasos metálicos. No centro, do fundo branco da abóbada, cercado por imitação de estuques pintados, está outra cena mitológica: em céu azul, uma figura feminina vestindo uma túnica vermelha, reclinada sobre uma nuvem..., coroada de flores por dois meninos, tendo a seus pés um outro brincando com uma faixa rosa[28].»

No casamento há o ânimo da juven-tude dos príncipes que se vão casar representado pela túnica vermelha[29]. Ânimo esse que permite superar as dificuldades que venham a surgir[30].

---

[26] Pode real esse também representado no ouro da moldura com os atributos seguintes: – constância; firmeza; força; fortaleza ; nobreza; opulência; riqueza; robustez e sabedoria. *In*, Luís Stubbs Saldanha Bandeira: Vocabulário Heráldico; Lisboa, Edições Mama Sume,1984. E António José Vaz Velho: Tesouro Heráldico de Portugal; Lisboa, Gabinete de Estudos Heráldicos de Portugal,1958.

[27] 2.*In*, Marc Saunier.*«La Légende des symboles philosophiques, religieux et maçonniques»*. Paris, 1911 (2.ª ed.).

[28]António Borges Coelho:Vendas Novas; História e Património[SL].[SD]. p.114.

[29] Embora os atributos da juventude estejam mais associados ao verde. *In* Luís Stubbs Saldanha Bandeira: Vocabulário Heráldico; Lisboa, Edições Mama Sume,1984. E António José Vaz Velho: Tesouro Heráldico de Portugal; Lisboa, Gabinete de Estudos Heráldicos de Portugal,1958.

[30] Um símbolo de superação de dificuldades é a coroa, visto que se encontra na parte mais alta do corpo, na que o comanda. *In*, BGP., *Diccionario universal de la mitología*, Barcelona, 1835.

Há que aproveitar a juventude[31] e o casamento, consumá-lo consumação essa representada pelo vaso cheio que simboliza a fertilidade[32].Fertilidade essa que permitirá a continuação da linhagem e que assegurará a Dinastia. A coroa de flores simboliza também a superação da fugacidade da vida através da continuidade assegurada pela linhagem.

Os vasos metálicos e os medalhões são tipicamente neoclássicos e anunciam já a aurora desse novo estilo[33]; essa influência coexiste com o Barroco Rocaille do movimento, cor e policromia.

3. «A pequena sala de leitura que se segue tem uma sanca da qual sobem ornamentos flamejantes dourados, formando uma espécie de rede, onde a espaços se abrem vazios preenchidos por medalhões com máscaras *grisées*. O quadro central é igualmente uma cena mitológica: numa grande concha dourada, está uma figura feminina reclinada ..., envolta numa túnica azul clara e num véu esvoaçante vermelho, segurando uma flâmula.

A concha pousada sobre nuvens transporta também dois jovens tritões nus soprando buzinas e um terceiro personagem ... que empunha um tridente[34]».

[31] A fugacidade da vida está representada pelas flores que são bens temporários,*In.* A. Beaumont. «*Symbolism in Decorative Chinese Art,*» . Nova Iorque, 1949.

[32] Segundo os hieróglifos egípcios. *In, Images et Symboles,*Paris.1952.et Mircea Eliade, *Tratado de historia de las religiones,*Madrid, 1954.

[33] Trata-se dum estilo que valoriza a natureza, aliás também porque é contemporâneo ao Fisiocratismo que valoriza o mundo rural e a natureza.

[34] António Borges Coelho:Vendas Novas; História e Património.[SL].[SD]. pp.114,115.

Trata-se do nascimento de Afrodite a deusa do amor[35]. O nascimento do amor no casamento já referido. Amor esse que se sobrepõe aos pecados representados pelo tridente.

A figura do tridente trata-se de Neptuno, e o tridente é o seu atributo. Atributo esse que na tradição cristã é negativo se visto como instrumento de satanás[36]; trata-se duma representação do mal.

Como Vénus (o amor) está à frente há a vitória do amor/bem sobre os pecados, sobre o mal; a purificação através do amor atingido no casamento. Essa purificação faz-se através da união do mortal terreno com o imortal celeste, união representada pelo número dois dos tritões número esse que é divulgado através das suas buzinas.

BARROCO...

4. «A sala seguinte... tem saídas da sanca pintada de branco volutas em perspectiva pintadas a cinzento e dourado; a meio dos lados, quatro vasos dourados com flores. No centro, sobre uma nuvem, uma figura feminina de pé, vestindo túnica azul claro com manto esvoaçante vermelho. Talvez represente a deusa da caça Diana, empunhando a lança e segurando na esquerda, um galgo.

No centro deste quadro foi posteriormente pintada, uma moldura dourada que esconde em parte a imagem da deusa...[37].»

[35] . ...nasceu duma concha, como a pérola; pelo que estão relacionadas. *In*, Juan Eduardo Cirlot:«Dicionário de Símbolos»; Publicações D. Quixote.

[36] Jean Chevalier, Alain Gheerbrant. Dicionnaire des Symboles[SL].[SD]..vol4, p.329.

[37] António Borges Coelho:Vendas Novas; História e Património.[SL].[SD]. p.115.

A Deusa da Caça e o galgo também usado nessa actividade lúdica que era uma das principais distracções da Nobreza. A pintura que foge à temática da maioria; apesar de tudo é muito apropriado, dado que é zona de campo com caça e que a família real ao vir das caçadas em Vila Viçosa, passava por Vendas Novas.

ALA POENTE

5. Mesmo no topo do largo corredor que a percorre encontra-se uma sala. «No centro representa a deusa Ceres reclinada numa nuvem, vestida com túnica amarelo-dourada. A deusa ergue no braço um molho de espigas.

A toda a volta, saindo dos cantos e do meio dos lados, vemos motivos florais entrelaçados sobre medalhões encerrando cupidos, sustentados por esfinges, ou brotando de jarrões.[38]»

A representação da Deusa da Agricultura é muito propositada, dado que na época Vendas Novas era um Concelho agrário.

6. A grande sala a norte, é usada como Arquivo da Unidade. «Rodeia-a uma sanca saliente pintada de branco... . Volutas em perspectiva nos cantos, suportam molduras douradas que encerram quatro paisagens ideais. A meio dos lados menores e a terças dos lados maiores, estão seis amores com mantos esvoaçantes, erguendo ramos de flores. No meio dos lados maiores temos dois medalhões de molduras douradas encerrando figurações femininas. No centro, cercado por moldura partida dourada, temos um

quadro onde uma carruagem descoberta dourada puxada por dois cavalos, correndo sobre nuvens, encerra um par mitológico: uma deusa nua, semi coberta por um véu esvoaçante branco, está presa pela cintura, por uma figura masculina envolvida em manto vermelho. A cena representa claramente o rapto duma deusa[39]».

Ainda a propósito de agricultura, temos as paisagens ideais, demonstrando o gosto que na época havia pelo campo, também um tema devidamente adequado.

Há uma nova referência à virgindade[40], que se perderá com o casamento, casamento esse que pode ser feito duma forma abrupta[41] e que será uma prova e um esforço a que estarão sujeitos[42] como figuras de estado.

7. A sala da actual Secretaria da Escola tem «... medalhões vazios, amparados por cupidos.

No centro sobre nuvens, duas figuras femininas muito apagadas; seguram um menino, que empunha uma seta. A cena mitológica de difícil interpretação, poderá representar o nascimento de Cupido»[43].

Cupido não precisa de apresentação, mas é clara a sua relação com o amor. O nascimento de Cupido é o nascimento do amor; amor esse que é a base espiritual que permite a união dos seres[44].

Aqui o/os autor/es deseja/m felicidade aos noivos e esperam que o cupido os possa auxiliar.

8. «A última das salas do pavimento térreo, a poente.... A pintura deste tecto é constituída por uma balaustrada octogonal em perspectiva, que

[39] António Borges Coelho:Vendas Novas; História e Património. [SL].[SD]..p.116.

[40] A virgindade é representada pelo n.º6 neste caso dos amores.*In*, Marius Schneider.«*El origen musical de los animales-símbolos en la mitología y la escultura antíguas*». Barcelona, 1946.

[41] Forma abrupta, como é o caso do rapto duma Deusa, mas também é abrupto fazer casamento por interesses de Estado.

[42] Eliphas Lévi.«*Les Mystéres de la Kabbale*».Paris, 1920.

[43] António Borges Coelho:Vendas Novas; História e Património. [SL].[SD]. p.118.

[44] A união dos seres é aqui representada pelo número um do cupido.

emoldura um cupido num fundo de nuvens, a disparar uma seta, tendo a seus pés uma armadura e um elmo[45]».

Em relação com Cupido está a flecha que é um símbolo fálico como o coração é um símbolo feminino. A flecha cravada neste é um símbolo de conjunção do masculino com o feminino[46]. Como já referi o facto de ser um cupido é sinal de união dos seres.

O amor não determinava, normalmente, os casamentos reais, mas era um desejo importante para a felicidade dos conjugues pelo que esta pintura é uma espécie de bênção nesse sentido.

4.3 *A FUNÇÃO DAS DIVERSAS SALAS*

O núcleo central destinava-se à família real e ao pessoal do seu serviço; no piso de cima eram os aposentos dos convidados. As salas têm ligação entre si pela simples razão do pessoal de serviço que ajudava a família real a arranjar-se poder ter que o fazer com urgência ainda antes de eles próprios estarem arranjados, pelo que não podiam frequentar a área comum do palácio[47].

Trata-se, portanto, duma disposição na planta o mais funcional e confortável possível. No fundo, as divisões mais usadas são as do R/C.

O Palácio das Passagens foi construído não só como forma de hospedar confortavelmente a família real e a corte; mas também foi um meio de ostentar poder face ao poder local (Nobreza) e a toda a população. Também exibia esse poder em festas e cerimónias pomposas e espectaculares.

É notável a grande diferença decorativa entre interior e exterior. No exterior há uma grande monumentalidade valorizando a austeridade; ao passo que no interior há graça e pompa, o que está associado ao conforto. No fundo, integram-se duas funções; hospedar com conforto e ostentar poder.

Interiormente as pinturas dos tectos são os elementos decorativos de maior realce. As ditas pinturas, têm uma notável convergência temática para o amor, casamento e fertilidade; o que é muito adequado, visto que uma das razões da construção do Palácio foi para servir à ida e regresso do casamento dos príncipes e que o casamento era feito por questões diplomáticas e políticas. Visto que essas pinturas foram feitas por artistas da corte também não é de estranhar que fossem utilizar temas de assuntos que lhes eram próximos ou pelo menos que a encomenda os direccionasse para o uso dessa temática.

Há uma pintura que é alusiva à caça e outras duas ao campo; o que também não é de estranhar pois a zona poderá ter tido caça e a caça era o principal entretenimento da Nobreza e o campo rodeava e rodeia ainda Vendas Novas.

---

[45] António Borges Coelho:Vendas Novas; História e Património. [SL].[SD]. p.118.

[46] Juan Eduardo Cirlot:«Dicionário de Símbolos»; Publicações D. Quixote.

[47] Trata-se de uma inerpretação pessoal sem confirmação documental.

Algumas das cores usadas nessas pinturas têm um valor simbólico significativo, relacionado com a temática do amor e com a do poder real. O mesmo posso referir quanto ao número de algumas figuras representadas.

As imagens são todas dum universo mitológico clássico; dado que o mundo clássico tem sido ao longo dos tempos sinónimo de prestígio e por vezes de interesse.

Tratam-se de pinturas com grande valor simbólico e que demonstram uma forte cultura clássica e de simbologia por parte dos autores.

A interpretação das pinturas obedeceu ao valor simbológico relacionado com uma interpretação pessoal dessas pinturas interpretação essa que considero adequada para enriquecer as conclusões.

A interpretação cabal das pinturas deve passar por interpretar o período artístico em que elas se inserem.

O período é o do barroco final ou rocaille pelas suas formas, policromia, movimento, assimetria; mas já com menos exuberância que o barroco e com a inclusão de novos elementos anunciadores do neo-clássico.

Este estilo artístico está também presente na capela real. A capela procura evangelizar pela imagem; no fundo quer dar aos crentes a possibilidade de adorar melhor Deus através de imagens e duma arte mais actualizada, mais próxima das novas aspirações do homem. É o barroco que foge às formas clássicas que já causavam algum cansaço. A capela tem em imagens o essencial da doutrina cristã. A vida de cristo, os evangelistas, alguns santos de realçe, o espírito santo, a santíssima trindade entre outros aspectos de destaque. As imagens permitem acompanhar quem quiser rezar o rosário e quem souber latim tem frases apropriadas no tecto.

As divisões do Palácio e o seu uso eficaz demonstram grande funcionalismo e busca de conforto.

O Palácio das Passagens transmite a ideia de Poder Real e a capela divulga a fé; poder real e Igreja eram, pois os grandes divulgadores culturais da época. Por outro lado, estas construções visam o conforto físico e moral respectivamente. Era pois, uma época de luxo e ostentação. O Palácio das Passagens e a Capela Real são reflexo dessa época, no reinado em que foram também construídos o Aqueduto das Águas Livres e o Palácio/Convento de Mafra.

BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA, Luís Stubbs Saldanha. «Vocabulário Heráldico». Lisboa: Edições Mama Sume, 1984.

CHEVALIER, Jean/Alain Gheerbrant. «*Dictionnaire des Symboles : Mythes, Rêves, Coutumes, Gestes, Formes, Figures, Couleurs, Nombres*». 8.ªed. [SL].Editora Seghers e Editora Júpiter,1974.

CIRLOT, Juan Eduardo. «Dicionario de Símbolos». 1.ªed. Publicações D. Quixote.

COELHO, António Borges. «Vendas Novas: História e Património». [SL], [SD].

SANTOS, Reynaldo dos. «Oito Séculos de Arte Portuguesa: História e Espírito».Lisboa :Oficinas Gráficas da ENP.[SL],[SD].Série; 2.ºvol. ver

HUYGHE, René.«*L'Art : et L'Homme*». Paris: Livraria Larousse, 1961.ver

VELHO, António José Vaz. «Tesouro Heráldico de Portugal.» Lisboa: Gabinete de Estudos Heráldicos de Portugal, 1958.

A ARTILHARIA EM PORTUGAL ATÉ À ÉPOCA DE D. JOÃO III

Pelos Cadetes Alunos do 3º ano de Artilharia
ELTON FELICIANO
MOISÉS CAZEZA

Nos primeiros tempos da artilharia em Portugal, fins do século XIV e princípios do seguinte, os bombardeiros eram contratados para serviço nas fortalezas e nas armadas conforme as necessidades da ocasião e em regra despedidos logo que desapareciam as causas determinantes dos seus contratos. O seu número era escasso, porque o uso da artilharia entre nós encontrava-se ainda no começo e tinha necessidades limitadas de pessoal.

Tratando-se de uma arte que não tinha tido origem em Portugal, a maior parte dos profissionais que operavam, então com os novos engenhos de guerra, eram estrangeiros contratados, havendo pois poucos portugueses com os conhecimentos necessários a este mister.

A arte do bombardeiro não se limitava ao serviço da boca de fogo. Constavam igualmente das funções o fabrico da pólvora e os artifícios de fogo. Alguns bombardeiros eram também fundidores de peças de artilharia.

Com as conquistas de África no reinado de D. Afonso V e o alargamento da navegação pelas descobertas foi aumentando a necessidade de bombardeiros, o que levou D. João II a conceder aos bombardeiros de Lisboa o privilégio de juiz próprio e talvez até outras regalias, para que não faltassem profissionais para o serviço da artilharia nos navios e nas fortalezas.

À Descoberta do caminho marítimo para a Índia sucederam-se as armadas anuais para o Oriente e a construção de fortes que garantissem a segurança dos lugares ocupados. Este facto implicou maiores exigências

para a artilharia, que com cem anos passados sobre o início do seu emprego, se tinha desenvolvido quer na multiciplidade dos vários tipos de bocas de fogo quer na eficácia dos seus efeitos. A nova arma assume-se como indispensável a bordo das embarcações de guerra, nos muros dos lugares fortificados e nas batalhas em terra.

O Estado não podia continuar à mercê do que os contratos de ocasião lhe trouxessem.

Precisava de ter um corpo de artífices afeitos ao uso das bombardas e peritos nos ingredientes das pólvoras com que pudesse contar em todas as emergências para o serviço em terra e mar, o que levou D. Manuel a criar em Lisboa os chamados «bombardeiros da nómina», em número de cem, todos, "*nossos naturais e moradores nesta cidade de Lisboa*".

Foi este o primeiro esboço de organização do pessoal da artilharia em Portugal. Os « bombardeiros da nómina» ou de nomeação, sujeitos ao seu condestável, mas sem serem arregimentados, constituíam uma corporação ou quadro a que foram concedidos muitos e valiosos privilégios, dos quais se depreende que se teve também em vista atrair a este ofício artífices portugueses, pois só a estes a concessão era feita, conforme declaração expressa na carta régia de 29 de Janeiro de 1515.

Passados sete meses o mesmo D. Manuel pelo seu alvará de 8 de Outubro, decerto porque o novo quadro não satisfazia as necessidades da artilharia, tornou extensivo os privilégios a todos os bombardeiros que estivessem assentes nos livros das tercenas e armazéns da Guiné.

Os bombardeiros tinham de tença doze mil réis por ano.

Os privilégios dos bombardeiros eram na verdade de grande valia e raras eram as corporações tão beneficiadas. Entre outros destacavam-se a isenção de obrigação de serviço militar no mar ou em terra a não ser por expressa ordem régia, bem como de darem pousadas obrigatória, o que naquele tempo era verdadeiro flagelo para as classes populares; a escusa de serem açoitados publicamente, quando cometessem crime a que competisse tal pena; a dispensa de certos tributos e de trabalhos públicos, como eram os de construção e reparação de pontes, muros, calçadas, fontes entre outros e ainda a regalia de trazerem quaisquer armas que lhe aprouvesse sem necessidade de licença.

Estes privilégios foram confirmados por D. João III e por D. Sebastião, sempre com a nota de serem só para portugueses, mostrando bem claramente o empenho que havia de manter uma corporação de homens peritos no serviço da artilharia.

A «nómina» porém não obstou a que se contrastassem bombardeiros estrangeiros, como se praticara sempre na artilharia portuguesa desde o seu início. Recorreu a eles D. Manuel, que lhes concedeu privilégio pelas suas

cartas régias de 29 Março de 1506 e de 15 de Julho de 1507, D. João III e também D. Sebastião para a sua heróica quanto insensata expedição a Marrocos.

Verifica-se, pois, que a par dos bombardeiros portugueses, primeiro chamados por simples contratos de ocasião e desde o começo do século XVI encorpados, embora não militarizados, havia os estrangeiros, especialmente alemães, que foram decerto os mestres dos nossos.

As conquistas em África e no Oriente, as batalhas navais vencidas e o castigo dos povos que se levantaram contra o nosso domínio caracterizaram o regime de Portugal até 1580. É de notar que por este tempo a artilharia tinha já adquirido grande desenvolvimento, mesmo entre nós, encontrando-se as fortalezas em regra providas de numerosas bocas de fogo tanto de ferro como de bronze.

Não era só em Lisboa ou, antes, no reino que havia bombardeiros. Havia-os também em várias povoações ultramarinas, com os seus privilégios iguais aos dos bombardeiros da metrópole, para serviço da artilharia das respectivas fortificações.

Na Índia houve-os desde os primeiros anos do Século XVI, não só portugueses mas também estrangeiros. Com a armada de D. Francisco de Almeida, em 1505, foram alguns bombardeiros alemães, entre os quais um tal de Jácome, com fama de hábil profissional. A esse outros se seguiram, havendo igualmente referências de estrangeiros em Goa, Cananor, Cochim e noutras praças da Índia. Uns eram simples bombardeiros, outros condestáveis e até fabricantes de pólvora.

Através de uma carta régia assinada pelo cardeal-infante em 20 de junho de 1574 foi determinado que na cidade do Funchal houvesse um condestável e oito bombardeiros com os privilégios dos de Lisboa, além de mais doze de reserva. A criação desta nómina teve por fim evitar os atentados dos corsários que com frequência apareciam nas costas da ilha. Tudo leva a crer que providências nos moldes desta fossem adoptadas em outras praças ultramarinas.

Não se conhece nenhum documento que permita dizer com rigor quando é que iniciou a preparação de profissionais em Portugal, mas é sem dúvida no século XVI que se exigiram aos bombardeiros conhecimentos que lhes permitissem compreender as indispensáveis noções de tiro bem como o doseamento das cargas. Para este mister contribuíram artífices de vários ofícios.

Os condestáveis eram em regra os mestres e os aprendizes tinham que se sujeitar à " prova de barreira" para serem recebidos na nómina. Esta prova era prestada na sequência de uma aprendizagem, mais ou menos

longa, durante a qual os aprendizes compareciam na barreira em dias determinados para se exercitarem no uso da boca de fogo e consistia na execução de vários tiros com um bombarda assestada num parapeito. Esta prova contava com a presença do condestável e da autoridade superior da artilharia, que na metrópole era, segundo cremos, o respectivo vedor-mor ou algum delegado seu e nas colónias eram os próprios capitães-generais.

NOTÍCIAS DA NOSSA ARTILHARIA

NOTÍCIAS DA ANTIAÉREA

FALECEU O TENENTE-GENERAL THEMUDO BARATA EX-COMANDANTE DO RAAF

Em 25 de Abril de 2003, faleceu em Lisboa, aos 83 anos, o Tenente-General Manuel Freire Themudo Barata, Ilustre Comandante do Regimento de Artilharia Antiaérea Fixa, entre 28Out68 e 16Jul71, Unidade de que o Regimento de Artilharia Antiaérea N.º1 herdou as tradições militares e património.

O Tenente-General Themudo Barata era Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal e da Comissão Portuguesa de História Militar, do Ministério da Defesa e desempenhava ainda funções de Vice-Presidente da Comissão Internacional de História Militar.

O Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1 prestou uma ultima homenagem ao seu antigo Comandante, com a presença de uma sua representação, na missa de corpo–presente, na Igreja de S. Vicente de Fora, em Lisboa, e no funeral, em Estarreja, de onde era natural.

EXERCÍCIO DE FOGOS REAIS COM MÍSSEIS DE ARTILHARIA ANTIAÉREA "RELÂMPAGO 03"

Entre os dias 04 e 09 de Maio de 2003, o Regimento de Artilharia Antiaérea Nº1 (RAAA1) realizou, conjuntamente com a Bateria de Artilharia Antiaérea da Brigada Mecanizada Independente (BtrAAA/BMI), o Exercício "RELÂMPAGO 2003", o qual teve por finalidade a execução de fogos reais com os sistemas míssil SHORAD (Short Range Air Defense) Chaparral e Stinger, que equipam as unidades de Artilharia Antiaérea do Sistema de Forças do Exército.

O exercício teve lugar numa região conhecida como Fonte dos Morangos, a qual faz parte de uma vasta área de pinhal, situada entre as praias de S. Pedro de Moel e Vieira de Leiria, onde foi criada uma "carreira de tiro" temporária, implicando a realização de um conjunto significativo de trabalhos de organização do terreno, pelas forças participantes, que se deslocaram para a área 5 dias antes da data prevista para a sessão de fogos reais (08Mai).

Tratando-se de uma sessão de tiro experimental, esta decorreu com assinalável êxito, sobretudo se for tida em conta a inexistência de sistemas de simulação, que permitissem o treino prévio de aquisição e seguimento de alvos aéreos.

O evento contou com a presença de S.Ex.a o General CEME, tendo como Oficial Supervisor, o Comandante Operacional das Forças Terrestres, Tenente General António Marques Abrantes dos Santos e como Oficial Director do Exercício o Comandante do Regimento de Artilharia Antiaérea Nº 1, Coronel de Artilharia, Raul Manuel Sequeira Rebelo.

O RAAA1 NA XLV PEREGRINAÇÃO MILITAR INTERNACIONAL DE LOURDES

Realizou-se de 15 a 20 Maio de 2003, em Lourdes, a XLV PEREGRINAÇÃO MILITAR INTERNACIONAL, cuja representação nacional foi presidida pelo Ex.mo Tenente-General Alexandre Maria de Castro de Sousa Pinto,

Governador Militar de Lisboa, em representação de Sua Ex.a o Ministro da Defesa Nacional e do Ex.mo Almirante Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas.

O RAAA1 participou nesta peregrinação, com o Major António Joaquim Filipe Lobo, que acompanhou, como oficial de ligação, o Ex.mo Tenente-General Governador Militar de Lisboa, bem como com o 1° Sargento QBFE António do Nascimento Pires, que comandou a Fanfarra formada para o efeito, integrando ainda a mesma o 1° Cabo RC Márcio Cruz e o Soldado RV Samuel Ferreira.

EXERCÍCIO S. JORGE 03 NO REGIMENTO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA N.°1

No dia 03 de Junho de 2003, realizou-se no Regimento de Artilharia Antiaérea N.°1 o exercício LIVEX-FTX, no âmbito do S. Jorge 2003, do Governo Militar de Lisboa.

Tendo como cenário a ocorrência de um sismo, com epicentro na região de Vila Franca de Xira, foram simuladas diversas situações, em que cerca de 20 militares do Regimento, com ferimentos graves de múltipla natureza, encontravam-se encarcerados sob escombros, em edifícios parcialmente destruídos e com acessos difíceis.

Participou neste exercício, para além do Estado-Maior e do Pelotão Sanitário do Regimento, uma vasta equipa do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil (SNBPC), dirigida pelo Senhor Emílio Correia, Comandante dos Bombeiros Voluntários de Queluz, que incluía um total de 62 elementos de diferentes Corporações de Bombeiros, 4 Equipas Cinotécnicas da GNR, 2 Ambulâncias do RAAA1, 14 Ambulâncias de diversos concelhos e 7 viaturas de intervenção.

Foi assinalável a cooperação entre os militares e os elementos do SNBPC, no "socorro às vitimas", facilitada pelo óptimo entendimento entre o Regimento e os Bombeiros Voluntários de Queluz, o que relevou também, a importância da normalização de procedimentos, na obtenção da necessária interoperabilidade entre as diversas instituições, nas situações de catástrofe.

DIA DO CENTRO DE INSTRUÇÃO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA / RAAA1

No dia 13 de Junho de 2003, Dia de Santo António e da Vila de Cascais, o Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea, comemorou o Dia do seu Patrono e o seu 10º aniversário como Destacamento do Regimento de Artilharia Antiaérea N.º1.

Pelas 09h30, o Capelão do Regimento e o Prior da Paróquia de Cascais, Sr. Padre Raul Cardoso, concelebraram uma missa na Capela de N. Sr.a. da Vitória, na Cidadela, a anteceder a saída da imagem de Santo António para a Igreja Matriz.

No final da manhã realizou-se uma visita ao Museu da Artilharia Antiaérea e às muralhas da fortaleza, a que se seguiu um almoço convívio, na esplanada do Quartel.

À tarde, efectuou-se a tradicional Procissão de Santo António, pelas ruas da Vila de Cascais, tendo a imagem do Santo sido transportada, como é tradição, numa égua branca, com os militares da Guarda de Honra trajados com uniformes da Guerra Peninsular.

Durante toda a semana, foi aberta ao público uma exposição sobre a Nossa Senhora do Cabo Espichel, na sala Cisterna.

VISITA AO RAAA1 DOS CADETES DA ACADEMIA MILITAR DO BRASIL AGULHAS NEGRAS

Em 14 de Julho de 2003, no âmbito do Plano de Intercâmbios Inter-Academias, dois Cadetes da Academia Militar Agulhas Negras, estiveram no Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1, onde visitaram o Palacete da Arcada, Quartel do RAAA1, e o Palácio Nacional de Queluz.

Receberam um "briefing" sobre os encargos de instrução e operacional do Regimento, com especial destaque para o conteúdo programático e objectivos dos cursos de promoção, qualificação e formação, de quadros e tropas. De igual forma, foram apresentados os regulamentos e manuais publicados e facultado o acesso aos projectos realizados, no âmbito das tecnologias de informação. A participação do Regimento em Grupos de Trabalho da NATO mereceu igualmente a atenção, neste evento.

Esta visita permitiu estreitar os laços profissionais e de amizade que perduram à séculos entre os nossos dois países, assim como trocar experiências e ideias, de acordo com as diferentes vivências e percepções, fortalecendo os laços entre jovens militares.

HOMENAGEM DO RAAA1 NO PICO DO MONGE

Numa altura em que o país tem sido intensamente assolado por fogos florestais, o RAAA1 realizou no Pico do Monge, na Serra de Sintra, no dia 05 de Setembro de 2003, as cerimónias evocativas do trágico acontecimento de 07 de Setembro de 1966, onde faleceram 25 militares do Regimento de Artilharia Antiaérea Fixa, ao combaterem um dos maiores incêndios ocorridos naquela região, de que há memória.

Presidiu à cerimónia o Ex.mo MGen José Carlos Cadavez, Governador Militar de Lisboa, em exercício e estiveram também presentes: o Presidente da Câmara Municipal de Sintra, o Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses, os Presidentes da Juntas de Freguesia de Monte Abraão e Colares, os Directores do Parque Natural Sintra-Cascais e do Parque Monte da Lua, os Comandantes das Corporações de Bombeiros dos Concelhos de Sintra, Cascais e Oeiras, bem como familiares e amigos dos militares falecidos.

No Regimento de Artilharia Antiaérea Nº1 e no Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea, seu Destacamento em Cascais, foram igualmente realizadas cerimónias evocativas do acontecimento e guardados um minuto de silêncio, em sua homenagem.

NOTÍCIAS DA EPA

PARTICIPAÇÃO DA EPA NAS COMEMORAÇÕES DO DIA DO MUNICÍPIO DE LOULÉ E HOMENAGEM AOS MILITARES FALECIDOS NA GUERRA DO ULTRAMAR

No dia 29 de Maio de 2003 a EPA participou nas Cerimónias Militares de Homenagem aos militares falecidos na Guerra do Ultramar do Concelho de Loulé, integradas no Dia do Município.

A EPA contribuiu com uma Bateria de Salvas posicionada em local próprio para a execução de 19 salvas durante a continência a S. Exª o General CEME e uma outra Bateria de Bocas de Fogo integrada nas forças em parada.

As forças em parada foram constituidas pela Banda e Fanfarra da Região Militar do Sul, uma Companhia a 3 Pelotões (RI3, RC3 e Esq PE), 1 Esquadrão de Reconhecimento do RC3, uma Bateria de Bocas de Fogo da EPA e um Pelotão de Cavalaria da GNR (a cavalo).

O programa da Cerimónia foi o seguinte:

- Honras Militares a Sua Excelência o General Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Manuel da Silva Viegas;
- Integração do Estandarte Nacional;
- Discurso alusivo à Homenagem pelo Presidente da Câmara Municipal de Loulé, Drº Sebastião Francisco Seruca Emídio;
- Discurso alusivo à Homenagem por sua Excelência o General Chefe do Estado-Maior do Exército;

- Descerramento das lápides de Homenagem aos Mortos na Guerra do Ultramar;
- Deposição de coroas de flores na base das lápides;
- Homenagem aos Mortos;
- Desfile das Forças em continência a Sua Excelência o General Chefe do Estado-Maior do Exército;
- Actuação da Banda da Região Militar do Sul em frente à tribuna.

A Cerimónia realizou-se com o brio e decoro próprio, traduzido pela postura e atitude de todos os militares presentes, sendo de referir a aceitação por parte de toda a população civil presente na forma como acolheram os militares.

A EPA empenhou 10 viaturas (2 IVECO, 2 MAN, 6 DAF), 6 Obuses M101 A1 Longo (Forças em Parada), 3 Obus 8,8 (realização de Salvas) e 56 Militares (3 Oficiais, 10 Sargentos e 43 Praças).

ACERVO DO RALIS EXPOSTO NO MUSEU DA EPA

Dando continuidade ao projecto de valorização do Museu da EPA e a fim de permitir a exposição pública do acervo do RALIS, foi transferido da antiga Sala da DAA e RALIS para o Museu da EPA, todo o acervo existente nesta Escola. Refira-se que não obstante o curto tempo decorrido, têm chegado à EPA alguns testemunhos de apreço, bem como tem sido recebido material diverso com valor museológico.

Nas galerias do Museu podem, agora, ser vistos:

- Documentos, gravuras e fotos diversas tais como uma planta do porto de Lisboa e costas vizinhas de 1756;
- Descrição da criação do Regimento de Artilharia da Corte;

- Alvará da fundação do Regimento;
- Espólio do Regimento de Artilharia Ligeira nº3 (RAL-3);
- Equipamento individual (capacetes e marmitas);
- Guião da bataria de D. JOÃO DE CASTRO;
- Álbuns de fotografias;
- Guião do RAL-3;
- Guião do RAL-1 com a mítica legenda *"não falta certo nos perigos"*;
- Estatueta de Santa Bárbara em cerâmica;
- Equipamento diverso.

Destacam-se, ainda, documentos vários, tais como:

- Relação dos oficiais do Corpo Expedicionário Português mortos em combate em França em 1917 e 1918;
- Alvarás e diplomas de condecorações atribuídas ao Regimento;
- Estandartes Nacionais do RAL-3, RAL-1 e RALIS e suas condecorações;

Nas paredes da galeria, podem ser apreciados vários guiões e flâmulas de subunidades que serviram nas campanhas de África e mesmo um guião da bataria de D. JOÃO DE CASTRO empenhada numa campanha na Índia de 1954 a 1961. Pela sua simbologia destacamos ainda o álbum de fotos dos Comandantes, o último guião e a última Ordem de Serviço do RALIS.

ENCERRAMENTO DA ÉPOCA DE CAÇA NO POLÍGONO DA EPA

Em 23 de Fevereiro de 2003, realizou-se uma jornada de caça no Clube Militar de Caça da Escola Prática de Artilharia, tendo contado com a participação dos sócios e de diversos convidados, civis e militares.

Esta jornada teve inicio pelas 07h00, tendo sido, à boa maneira dos caçadores, servido um "taco", pequeno almoço reforçado de molde a permitir acumular energias até ao almoço que, como é apanágio nestas

circunstancias, é servido depois de muitos tiros certeiros e alguns (poucos), falhados, normalmente apenas por escassos centímetros.

Iniciado o convívio, o ambiente instalado foi de sã camaradagem e amizade permitindo que, entre uma entremeada ou febra bem passada e um naco de chouriço em cima de uma fatia de pão, as histórias de velhas jornadas de caça, com dezenas de coelhos, lebres e perdizes abatidas, de toda a maneira e feitio, começassem a soar, naquele jeito tão peculiar dos caçadores.

Uma vez finalizado o "taco", chegou a altura de sortear as "portas" pelos diversos atiradores.

Seguiu-se o deslocamento para o local da largada onde cada um ocupou a "porta" que lhe tocou em sorte, preparou a arma e os respectivos cartuchos enquanto, com a adrenalina a subir, se aguardava a saída das primeiras perdizes e faisões. Quando as peças começaram a sair, para guadio de todos, constatou-se que voavam extraordinariamente bem e alto, o que permitiu, após alguns falhanços, seguidos das necessárias afinações de pontaria, começar a "correr" as peças e dar os descontos correctos, proporcionando assim um numero razoável de peças abatidas.

Efectuada a contabilidade constatou-se que a percentagem de peças abatidas se aproximou dos 75% o que se pode considerar um numero bom, tanto para os atiradores como para a Associativa na medida em que ficou com mais algumas perdizes.

O convívio e as infindáveis histórias de caça prolongaram-se pelo almoço, proporcionando assim um excelente e salutar dia de enceramento da Época de Caça 2003.

VISITA GUIADA AO PALÁCIO DAS PASSAGENS

Inserido nas actividades de divulgação do património cultural, em 04 de Maio 2003, a EPA promoveu uma visita Guiada ao "Palácio das Passagens", com um programa que focou os seguintes temas:

1. Vendas Novas – História e Geografia;
1.1 Localização e Fundação de Vendas Novas;
1.2 As Actividades Produtivas e os Fogos;
1.3 As Estalagens.

2. Palácio das Passagens e sua capela; breve estudo:
2.1 Características do estilo;
2.2 Descrição do Palácio;
2.3 O Barroco e a Igreja;
2.4 O Barroco e o Poder Real;
2.5 Outros aspectos funcionais.

"Vendas Novas foi fundada modernamente no princípio do reinado de D. Sebastião.

A aldeia acabava de nascer junto à estrada de Montijo-Elvas, (estrada dos espanhois,) pelos Pegões com o núcleo mais antigo no termo da vila de Cabrela e outra parte no núcleo situado no termo de Montemor. Esta zona embora com bons acessos viários tinha poucas qualidades agrícolas e estava afastada das herdades mais próximas a fim desse território aforado não lhes fazer falta .

O Palácio das Passagens foi construído não só como forma de hospedar confortavelmente a família real e a corte; mas também foi um meio de ostentar poder face ao poder local (Nobreza) e a toda a população. Também ostentava esse poder em festas e cerimónias pomposas e espectaculares.

É notável a grande diferença decorativa entre interior e exterior. No exterior há uma grande monumentalidade valorizando a austeridade; ao

passo que no interior há graça e pompa, o que está associado ao conforto. No fundo, integram-se duas funções, de hospedar com conforto e de ostentar poder.

Interiormente as pinturas dos tectos são os elementos decorativos de maior realçe. As ditas pinturas, têm uma notável convergência temática para o amor; o que é muito adequado, visto que uma das razões da construção do Palácio foi para servir à ida e regresso do casamento dos príncipes. Visto que essas pinturas foram feitas por artistas da corte também não é de estranhar que fossem utilizar temas de assuntos que lhes eram próximos ou pelo menos que a encomenda os direccionasse para o uso dessa temática.

Há uma pintura que é alusiva à caça; o que também não é de estranhar pois a zona poderá ter tido caça e a caça era o principal entretenimento da Nobreza.

Algumas das cores usadas nessas pinturas têm um valor simbólico significativo, relacionado com a temática do amor e com a do poder real. Tratam-se de pinturas com grande valor simbólico. Mas para interpretar cabalmente as pinturas, há que as explicar no período artístico em que elas se inserem.

O estilo é o barroco final ou rocaille pelas suas formas, policromia, movimento, assimetria; mas já com menos exuberância que o barroco e com a inclusão de novos elementos anunciadores do neo-clássico."

COMEMORAÇÕES DA BATALHA DAS LINHAS DE ELVAS

Na sequência das atribuições cometidas à EPA, esta Escola tem participado nas comemorações das diversas batalhas que ocorreram no Teatro de Operações do Alentejo. Neste sentido uma Bateria de Salvas 8,8 cm esteve em Elvas no dia 14Jan03. realizando salvas durante a Cerimónia de Homenagem aos Mortos realizada junto ao Padrão e participando na Cerimónia Militar realizada na Praça da República naquela cidade.

(...) Havia já perto de 3 meses (desde 22-VIII-58) que o exército castelhano, comandado pelo primeiro ministro D. Luís de Haro, tinha investido a praça de Elvas. Esta, apesar da sua pequena guarnição - 11.000 homens, reduzida por terríveis epidemias contra 14.000 infantes, 2500 cavalos e numerosa artilharia - resistia sempre. Logo de começo o seu comandante, André de Albuquerque, tinha conseguido passar as linhas dos castelhanos, acompanhado por outros oficiais, e dirigira-se a Estremoz, onde o conde de Cantanhede organizava um exército de socorro, ficando como comandante D. Sancho Manuel, depois do conde de Vila- Flor. Compunha-se este exército de socorro de 8.000 infantes (sendo só 2.500 regulares), 2.900 cavalos e sete peças de artilharia. (...) .

Extracto do texto sobre a Batalha das Linhas de Elvas existente no site da CM Elvas:

http://www.cm-elvas.pt/concelho/batalha.htm

COMEMORAÇÕES DA BATALHA DOS ATOLEIROS

Fernão Lopes dizia de Nuno Álvares: «*Foi o primeiro que de memória de homens até esse tempo fez batalha em Portugal por terra e a venceu*».

À semelhança da participação em Elvas, a EPA esteve presente em Fronteira nas comemorações da Batalha dos Atoleiros.

As comemorações ocorreram no dia 06Abr03 e a EPA participou na Parada Militar com uma Bateria 10,5 cm e realizando salvas com uma Bateria de Salvas 8,8 cm.

CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

As acções desenvolvidas no âmbito da Formação Profissional visam proporcionar aos activos, jovens e adultos, uma formação qualificante, de adaptação ou complementar, de forma a facilitar a respectiva integração na vida a activa ou a melhoria da qualidade de emprego.

A Formação Profissional constitui assim um dos vectores fundamentais do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), enquanto organismo responsável pela execução das medidas de política de emprego e formação profissional definidas pelo governo.

Através de protocolos estabelecidos com o IEFP, nos termos definidos na Directiva nº 92/2002 do General CEME, a EPA apoia aquele Instituto através da cedência de espaços onde são ministrados cursos de formação nas áreas de

Mecânico-auto, Electricistas, Cozinheiros, Administrativos, Costureiras e Serviço de Mesa.

Nesse sentido, para além dos cursos de Mecânico-auto e de Electriistas, actualmente a decorrer na EPA, considera-se de salientar a cerimónia de encerramento do curso de pessoal Administrativo e respectiva entrega de diplomas, que decorreu no Gabinete de Honra do Exmo Comandante da EPA e contou com a presença do Exmo Director do IEFP de Évora bem como de diversas entidades do Centro de Montemor.

Para além desta cerimónia considera-se de salientar o inicio do Curso de Formação de Costura, no passado dia 10 de Março, que se prevê termine em 03 de Dezembro 03. Em 05Mai03 teve o início do Curso de Cozinheiros, que durará até 17Fev04. Cada um dos cursos referidos, constituí uma turma de 12 formandos.

REGRESSO DO CURSO DE PROMOÇÃO A CAPITÃO DE ARTILHARIA 2003 À EPA

A abertura solene do CPCA, teve lugar na EPA, a 20 de Janeiro de 2003, ao que se seguiu a frequência da parte curricular comum de todas as armas e serviços na Escola Prática de Infantaria, que findou a 11 de Abril deste ano.

Após uma pausa correspondente ao período de férias de Páscoa, o CPCA iniciou a parte específica do curso de promoção, no Regimento de Artilharia Antiaérea 1, a 22 de Abril de 2003, vindo a concluir a sua formação em Artilharia Antiaérea no passado dia 23 de Maio.

Em 26 de Maio de 2003, o CPCA regressou à Escola Prática de Artilharia onde decorreu a formação em Artilharia de Campanha e que se estendeu até ao dia 18 de Julho de 2003.

Esta parte da formação incluiu um período de 2 semanas para a realização de um exercício de postos de comando, no Instituto de Altos Estudos Militares, para trabalhar um tema táctico de operações ofensivas. Aqui os futuros capitães tiveram oportunidade de aplicar os conhecimentos entretanto adquiridos, sendo simultaneamente avaliados pelo respectivo desempenho.

Espera-se assim, que após este percurso longo e diversificado, em breve a Arma de Artilharia possa contar com mais 8 Capitães, preparados e motivados para o desempenho de funções de Comandante de Bateria, Oficial de Estado-Maior de unidades de artilharia escalão Grupo ou qualquer outra função inerente ao posto de Capitão.

CURSO DE PROMOÇÃO A SARGENTO AJUDANTE

Decorreu na Escola Prática de Artilharia, desde o dia 07 de Abril de 2003, o Curso de Promoção a Sargento Ajudante de Artilharia, frequentado por 13 1° Sargentos de Artilharia.

Este curso destinou-se a preparar os 1° Sargentos de Artilharia para o desempenho das funções de Sargento Ajudante. São elas: Adjunto do Comando de Baterias; Sargento de Pessoal (Sec Adm/BC ; Un tipo Reg); Sargento de Informações (PelAqObj; SecOp/Info Un Reg); Sargento de Operações (BC; SecOp/Info Un Reg); Sargento de Reabastecimento (Cmd Brig); Sargento de Aq Obj (Cmd Brig); Tesoureiro (Sub-secção Recursos Financeiros/Sec Log Un Reg) e Actividades Gerais de Serviço Interno.

O curso incluiu as matérias de Ética e Comando; na área das Técnicas de Estado Maior, Pessoal, Operações, Informações e Logística; Táctica de Artilharia de Campanha; Material de Artilharia de Campanha; Gestão de

Materiais; Gestão Financeira e Intendência; Legislação Militar; Escrituração; Topografia; Transmissões; Operações de Apoio à Paz; Informática; Vigilância e Contra-Vigilância; Guerra Nuclear, Biológica e Química e Treino Físico Militar.

O curso incluiu ainda, uma parte de Artilharia Antiaérea que decorreu durante 2 dias úteis no Regimento de Artilharia Antiaérea Nº1 e onde foram ministradas as matérias de Táctica e Material de Artilharia Antiaérea.

Durante a ultima semana de curso, realizou-se um Exercício de CPX onde os alunos colocaram em prática alguns dos conhecimentos adquiridos área das Técnicas de Estado Maior.

O curso teve a duração de 42 dias úteis, com uma carga horária de 300 horas de instrução e terminou a 18 e Junho de 2003

TIROCÍNIO PARA OFICIAL DE ARTILHARIA

Decorreu na Escola Prática de Artilharia, desde o dia 01 de Outubro de 2002, o Tirocínio para Oficial de Artilharia, frequentado por 9 Aspirantes-Alunos de Artilharia.

O Tirocínio destinou-se a preparar os Alunos para o desempenho das funções de Oficial Subalterno de Artilharia, entre elas as de Chefe de Posto Central de Tiro, Comandante de uma Bateria de Tiro, Comandante do Pelotão de Aquisição de Objectivos, Observador Avançado e Comandante de Pelotão de Antiaérea.

O curso incluiu entre outras as matérias de Tiro e Táctica de Artilharia; Material de Artilharia; Topografia; Transmissões; Operações de Apoio à Paz; Vigilância e Contra-Vigilância; Guerra Nuclear, Biológica e Química e Treino Físico Militar.

A parte referente à Artilharia Antiaérea foi ministrada no Regimento de Artilharia Antiaérea Nº1.

O encerramento do curso ocorreu a 30 de Setembro de 2003.

CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS

Decorreu na Escola Prática de Artilharia, desde o dia 01 de Setembro de 2002, o Curso de Formação de Sargentos de Artilharia, frequentado por 8 Sargentos-Alunos de Artilharia.

O Curso destinou-se a preparar os Alunos para o desempenho das funções de 1/2 Sargento de Artilharia, entre elas as de Calculador do Posto Central de Tiro, Comandante de Secção, 1/2 Sargento de uma BBF, Observador Avançado

O curso incluiu entre outras as matérias de Tiro e Táctica de Artilharia; Material de Artilharia; Topografia; Transmissões; Operações de Apoio à Paz; Vigilância e Contra-Vigilância; Guerra Nuclear, Biológica e Química e Treino Físico Militar.

O encerramento do curso ocorreu a 30 de Setembro de 2003.

EXERCÍCIOS DE CAMPO DO ENCARGO OPERACIONAL DA EPA

Na procura da manutenção do nível de operacionalidade estabelecido para as sub-unidades que constituem o encargo operacional da EPA, a 1ª Bateria de Bocas de Fogo (1ª BBF) e o Pelotão de Aquisição de Objectivos (PAO) e com a preocupação de permitir consolidar procedimentos de natureza técnico-táctica, foi implementado um conceito de exercícios que passa pela realização de um exercício de campo, em cada dois meses, fora da unidade de duração mínima 24 horas, envolvendo todo o encargo operacional. Sempre que possível estes exercícios serão integrados com forças de outras unidades em exercício na região ou será fomentada a participação em exercícios a realizar no Campo Militar de Santa Margarida (CMSM).

Nesta base, a EPA lançou no corrente ano os exercícios locais da série "REGULAÇÃO" e "REOP". Os exercícios da série "REGULAÇÃO" são

enquadrados num tema táctico, que termina com a execução de fogos de Artilharia de Campanha no Polígono de Tiro desta Escola, no decorrer dos mesmos têm sido feitas algumas experiências ao nível da organização de uma bateria de bocas de fogo e ao nível do PAO. Os exercícios da série "REOP" são de natureza exclusivamente táctica. Sempre que possível os cursos de oficiais e sargentos dos quadros permanentes são integrados nestes exercícios.

Até à presente data foram realizados os seguintes exercícios envolvendo a 1ª BBF e o PAO:

– No Polígono de Tiro da EPA

➢ "REGULAÇÃO 103"

Decorreu no período de 24 a 28Fev03, tendo sido levantado um Grupo de Artilharia de Campanha (GAC) com Comando, a 1ª BBF, um Pelotão de Bocas de Fogo Rebocadas 10,5 cm e uma Bateria de Comando e Serviços (na qual estava integrado o PAO). Participaram o 29º Curso de Formação de Sargentos de Artilharia (29º CFSA) e vários cursos de formação de oficiais (CFO), sargentos (CFS) e praças (CFP) que decorriam à data. Envolveu um total de 184 militares e 30 viaturas.

➢ "REGULAÇÃO 203"

Antecedeu o Exercício "EFICÁCIA 03", tendo sido realizado na semana anterior, dias 20 e 21Mai03. O 29º CFSA também participou neste Exercício, que envolveu cerca de 150 militares e 27 viaturas.

– No CMSM

➢ "ROSA BRAVA 031" – Exercício da Brigada Mecanizada Independente (BMI)

Decorreu no período de 24 a 28Mar03, no âmbito de uma operação retrógrada. Participaram no exercício a 1ª BBF e o PAO (124 militares e 21 viaturas).

➢ "EFICÁCIA 03" – Exercício Nacional das Unidades de Artilharia de Campanha

Decorreu no período de 26 a 29Mai03. O 29º CFSA participou neste Exercício integrado na 1ª BBF e no PAO. A participação desta Escola foi constituída por 138 militares e 24 viaturas.

VISITAS À EPA

A Região Militar do Sul, cuja designação, área geográfica e responsabilidades atribuídas, tal como hoje a conhecemos, existe desde 30 de Junho de 1993, tendo sido estabelecida pela portaria 616/93 de 30 de Junho de 1993.

Apesar disso a sua existência remonta a 1868, tendo sido esta-

belecida na sequência da Divisão Militar do Reino, de acordo com as conveniências do Exército e os interesses dos povos.

Independentemente das reestruturações e alterações que ao longo dos tempos tem sido alvo, desde sempre as Unidades aquarteladas na área da actual Região Militar Sul se distinguiram em variadíssimas acções militares, contribuindo assim para elevar bem alto o nome de Portugal.

Nos últimos dois anos esta RMS foi comandada pelo Ex.mo Tenente-general Ferreira e Costa que, por ter cessado essa função, em 08 visitou a EPA para apresentação de cumprimentos de despedida.

ASSEMBLEIA DOS CONSELHOS PASTORAIS DAS UNIDADES E ÓRGÃOS DA RMS

Em 200945Fev03 teve lugar na EPA a Assembleia dos Conselhos Pastorais das UU/OO da RMS presidida por S/Ex.a Reverendíssima D. Januário Torgal Ferreira, Bispo das FA e das Forças de Segurança.

Cerca das 10H00 deu entrada na EPA S/Ex.a Reverendíssima Bispo das FA e das Forças de Segurança, sendo recebido no Gabinete do Comandante e de seguida apresentados cumprimentos no Salão Nobre, pelos Militares e Funcionários Civis que prestam serviço na Escola.

Cerca das 10H30 iniciaram-se os trabalhos da Assembleia dos Conselhos Pastorais das UU/OO da RMS no Auditório da Escola Prática de Artilharia, que foram dados como concluídos cerca das 13H00.

Seguiu-se então o almoço no Grupo de Instrução da EPA com a presença de todos os participantes na Assembleia dos Conselhos Pastorais e do pessoal que presta serviço na EPA.

Antes de se retirar da EPA S/Ex.a Reverendíssima procedeu à assinatura do Livro de Honra no Gabinete do Comandante e na presença de Oficiais e Sargentos do Comando da EPA.

VISITAS GUIADAS AO MUSEU DA EPA

No âmbito das actividades culturais, a EPA, através do seu Museu de Artilharia, tem prestado apoio a diversas Escolas de 1°, 2° e 3° Ciclos da Região, que com bastante assiduidade solicitam apoio para visitas guiadas a grupos de crianças.

Nestas visitas guiadas a EPA começa por oferecer a visualização de um pequeno filme sobre a história, a evolução e as perspectivas futuras da Artilharia Portuguesa e Mundial, seguindo-se uma visita ao Museu.

Esta actividade têm tido uma procura muito elevada e uma aceitação bastante positiva por parte de todos quantos dela têm podido usufruir, constatando-se que durante o corrente ano e só até ao final do mês de Maio já visitaram esta Escola Prática cerca de 900 alunos.

8º ALMOÇO-CONVÍVIO DOS OFICIAIS QUE SERVIRAM NA EPA NAS DÉCADAS DE 40 A 60

Na linha do que já constitui uma tradição a Escola Prática de Artilharia acolheu no passado dia 07 de Junho mais uma reunião - convívio dos Oficiais, a que se aliaram alguns familiares, que serviram na EPA nas décadas de 40, 50 e 60.

Ainda antes das 11H00 começaram a reunir-se na Sala de Oficiais da EPA os convivas mais madrugadores a que se juntaram um pouco mais tarde os Oficiais e familiares que viajaram desde o BST.

Efectuada a recepção de Boas-vindas pelo Comandante da EPA e comissão de recepção, teve lugar uma Missa na Capela da EPA celebrada pelo senhor Major SAR Matos, Capelão da RMS.

Após a missa foi tempo de homenagear os camaradas de armas entretanto falecidos, com a deposição de uma coroa de flores junto ao Monumento aos Artilheiros Mortos na I Grande Guerra e honras prestadas pela Fanfarra do RC3 e uma Secção de Guarda de Honra da 1ª BBF.

No início da visita mais alargada à EPA foi tempo da fotografia de grupo em frente à Porta de Armas para mais tarde recordar. Durante a visita os convivas puderam tomar contacto com a realidade de hoje do Pelotão de Aquisição de Objectivos e 1ª Bateria de Bocas de Fogo, assistir no novo Auditório da EPA a um documentário sobre a Escola Prática de Artilharia dos nossos dias e por fim visitar o Museu da EPA.

Já na Biblioteca, onde foi servido o almoço o Comandante saudou os presentes, agradeceu a presença e transmitiu votos de um dia dentro das expectativas após o que o Tenente-general Pacheco Rodrigues agradeceu em nome do grupo presente.

Mesmo antes do início das "hostilidades" ao almoço todos escutaram com muita atenção a "SULIPANTA" tocada pelo 1º Sargento BFE José Mendes.

Também com muita atenção foi escutada a lição proferida pelo Tenente-general Belchior Vieira sobre os Artilheiros ilustres, contemporâneos dos convivas, que fizeram durante três décadas a história da EPA e da Artilharia em Portugal.

Cerca das 17H00 foi tempo de despedidas e regresso a casa, ficando no ar a convicção de nova reunião em 2005.

COMEMORAÇÕES DO DIA DO EXÉRCITO

No período que decorreu entre os dias 21 e 25 de Julho o Exército realizou, no interior e no exterior do Território Nacional, um conjunto de actividades comemorativas do Dia do Exército, 25 de Julho.

À Escola Prática de Artilharia coube a responsabilidade de planear, organizar, coordenar e dirigir as Actividades da Semana do Exército na Guarnição Militar de Vendas Novas, que culminaram com a Cerimónia Militar na Parada El-rei D. Pedro V (exterior) no dia 25 de Julho e participar com uma Bateria de Salvas, a três Secções de Obuses nas Comemorações da Batalha de Ourique e Dia do Exército, em Ourique.

As actividades visaram o esclarecimento da população local, quer residente quer em trânsito, em particular os jovens, divulgando-lhes as potencialidades do Exército, promovendo a sua imagem, valores e a sua participação nas missões dentro e fora do território Nacional.

Desta forma foram especialmente promovidas as visitas ao Museu da EPA e às exposições de fotografia, vídeo e Material e Equipamento do Encargo Operacional sediado na Escola Prática.

No dia 25 de Julho teve lugar a Cerimónia Militar que foi presidida pelo Ex.mo Major-general Director de Administração e Mobilização de Pessoal, Major-general Freire Nogueira, que foi precedida de uma Missa na Capela da EPA celebrada pelo ex-Alferes Capelão, Padre Jorge Gomes.

A Cerimónia Militar teve início após as Forças em Parada, constituídas por Guião da EPA e duas Baterias a dois Pelotões, prestarem continência ao Exmo Major-general Freire Nogueira.

Do programa da Cerimónia Militar constou a incorporação do Estandarte Nacional nas Forças em Parada, seguida de uma alocução alusiva ao momento, proferida pelo Sr Comandante da EPA, Coronel de Artilharia Rovisco Duarte e de que destaca o seguinte: "*Ao longo de 142 anos da sua existência, esta Escola assumiu plenamente, a sua vocação de Centro de Formação e Instrução. Não se lhe reconhecem a constituição de significativas Unidades Operacionais, quer em número, quer em volume. Reconhecem-lhe sim o carácter nacional da formação de Quadros e Praças, que nas restantes unidades da Arma têm enquadrado e constituído*

contingentes significativos ao longo da história do Exército. Comemorar desta forma, este dia festivo, nesta Escola Prática, significa para nós realçar o contributo da Artilharia para o fortalecimento da identidade do Exército, reafirmando o orgulho no seu passado e louvar a importância da sua acção no alcançar dos objectivos nacionais. Significa revelar e divulgar o seu património científico-cultural e continuar a contribuir dentro das suas possibilidades para o desenvolvimento da comunidade local. Significa relembrar a grandiosidade da história da Artilharia portuguesa e com ela estimular a juventude para um melhor entendimento da missão do Exército."

O Exmo Major-general Freire Nogueira tomou depois a palavra para a leitura da mensagem de S. Ex.a o General Chefe do Estado Maior do Exército, seguindo-se a Imposição de Condecorações a militares que se distinguiram.

A Cerimónia Militar terminou com o desfile das Forças em Parada em continência ao Ex.mo Major-general Director de Administração e Mobilização de Pessoal.

REGIMENTO DE ARTILHARIA N.º 4

DIA DO REGIMENTO

No passado dia 29 de Junho o Regimento de Artilharia Nº4 completou 76 anos de existência.

A cerimónia comemorativa do dia festivo decorreu no dia 30 de Junho e foi presidida pelo Exmº Sr Tenente General António Marques Abrantes dos Santos, Comandante Operacional das Forças Terrestres e Director Honorário da Arma de Artilharia (em representação de Sua Excelência o General CEME), Sª Ex. Rev. D. Serafim Ferreira e Silva,Bispo de Leiria, o Senhor Governador Civil de Leiria, a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Leiria, e o Excelentíssimo Major General Comandante da RMN. Contou ainda com a presença do Comandante da Brigada Aerotransportada Independente, Sua Excelência o Major General Eduardo Manuel de Lima Pinto entre outros convidados.

Na Parada esteve presente o Grupo de Artilharia de Campanha (GAC), da Brigada Aerotransportada Independente (BAI); a 3 Baterias e a Bateria de Comando e Serviços deste Regimento. Após a Cerimonia Militar realizou-se uma entrada em posição por parte da 1ª Bateria de Bocas de Fogo, tendo de seguida decorrido um desfile motorizado por parte do GAC/BAI, com 2 Baterias de Bocas de Fogo e 1 Bateria de Comando e Serviços.

Demonstração de uma missão de tiro por parte da 1ªBBF/GAC/BAI.

No final realizou-se um jantar convívio entre todos os militares desta Unidades e seus Convidados.

Além da cerimónia militar, outros eventos fizeram parte das comemorações como o 5º Grande Prémio de Orientação, em 14 de Junho, na região de Burinhosa–Pataias, que contou com a participação de 400 atletas civis e militares provenientes de diversos pontos do país.

No período de 23 de Junho a 2 de Julho o RA4 abriu as suas portas à sociedade civil de Leiria, nomeadamente a escolas, tendo realizado varias actividades entre as quais: subida em balão de ar quente; saltos da mini-torre; actividades lúdicas e uma exposição de pintura.

A encerrar as comemorações do 76º aniversário da Unidade, no dia 3 de Julho, a comunidade local teve a oportunidade de assistir a uma excelente actuação da Orquestra Ligeira do Exercito, no Teatro José Lúcio da Silva em Leiria.

MARCHA DO GAC/BAI/RA4

Decorreu no mês de Maio em Leiria, uma Marcha do Grupo de Artilharia de Campanha com cerca de 14KM.

A Marcha teve por objectivo o desenvolvimento da capacidade geral da resistência e aumentar o espírito de sacrifício e camaradagem entre os militares do Grupo.

INSTRUÇÃO DE MONTANHISMO DO GAC/BAI/RA4

Teve lugar no Reguengo do Fetal uma instrução de transposição de obstáculos (montanhismo), com militares do Grupo, abrangendo as cordas/cabos, o Slide e o Rappel, constituindo assim técnicas de aplicação militar, que pela sua especificidade, morosidade de montagem e de execução e ainda pelas normas de segurança que exigem, se destinam a ser ministradas na instrução de Forças Especiais e sempre sob a responsabilidade de pessoal especializado.

REGIMENTO DE ARTILHARIA N.º 5

PARTICIPAÇÃO DO GAC/BLI/RA5 – HERMES 01-03

O exercício HERMES 01-03, exercício da BLI de âmbito regional, decorreu na região da Serra da Padrela – Chaves – Vila Pouca de Aguiar no período de 01 a 06Jún03.

Visou avaliar os níveis da Instrução Colectiva e do Treino Operacional do Agr FOXTROT/ /UNMISET.

A sua finalidade foi praticar o planeamento, controlo e conduta de Operações Tácticas, associadas às Operações de Apoio à Paz (OAP) e às Operações no âmbito do Cap VII da Carta das Nações Unidas, no quadro das missões e tarefas passíveis de serem desempenhadas pelo Batalhão Português atribuído à PKF (PORBATT), sem nunca perder de vista o ambiente operacional que se vive em Timor.

O GAC/BLI/RA5 participou como Elementos de Cenário, simulando a população, elementos que executam acções irregulares e subversivas e entidades locais de forma a animar o exercício e a exigir uma conveniente resposta da força garantindo o necessário realismo ao cenário.

PARTE OFICIAL

I. LEGISLAÇÃO

Assembleia da República

Lei Orgânica n.º 1/2003
Altera a Lei de Programação Militar.
(OE Nº 4/30ABR03 1ª SÉRIE)

Presidência do Conselho de Ministros

Decreto Regulamentar n.º 12/2003
Altera o Regulamento das Ordens Honoríficas Portuguesas, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 71-A/86, de 15 de Dezembro.
(OE Nº 5/31MAI03 1ª SÉRIE)

Declaração de Rectificação n.º 3-A/2003
De ter sido rectificada a Portaria n.º 136/2003, do Ministério da Defesa Nacional, que aprova o modelo de formulário de candidatura à prestação do serviço militar no regime de contrato e no regime de voluntariado nas Forças Armadas, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 31, de 6 de Fevereiro de 2003.
(OE Nº 5/31MAI03 1ª SÉRIE)

Declaração de Rectificação n.º 5-G/2003
De ter sido rectificada a Portaria n.º 283/2003, que fixa os valores dos coeficientes a utilizar no ano de 2003 na actualização das remunerações que servem de base de cálculo às pensões de invalidez e de velhice do regime geral de segurança social. Revoga a Portaria n.º 416/2002, de 19 de Abril.
(OE Nº 5/31MAI03 1ª SÉRIE)

Resolução n.º 54/2003
Prorroga o prazo de funcionamento da comissão de apreciação para a revisão da situação de militares na reserva ou reforma.
(OE Nº 5/31MAI03 1ª SÉRIE)

Ministério da Defesa Nacional

Despacho n.º 6343/2003
Fixa o número de vagas para admissão aos cursos, tirocínios ou estágios para ingresso nas várias categorias dos quadros permanentes durante o ano de 2003.
(OE Nº 6/30JUN03 1ª SÉRIE)

Portaria n.º 479/2003
Fixa os valores de alimentação a dinheiro para os militares em 2003.
(OE Nº 6/30JUN03 1ª SÉRIE)

Chefe do Estado-Maior do Exército

Despacho n.º 56/CEME/2003
Determina o direito ao acréscimo remuneratório por comissão de serviço no Ultramar no caso de comissões por imposição ou escolha que passaram a voluntárias.
(OE Nº 6/30JUN03 1ª SÉRIE)

II. PESSOAL

A. OFICIAIS

1. CONDECORAÇÕES

Ordem Militar de Avis Grande-oficial

MGEN (03396063) Luís Manuel Ferraz Pinto de Oliveira
(OE Nº 5/31MAI03 2ª Série)

Ordem Militar de Avis – Cavaleiro

COR ART (19350980) Raul Manuel Sequeira Rebelo
(OE Nº 5/31MAI03 2ª Série)

Medalha de Prata de Serviço Distintos

COR ART (00946766) José Francisco de Jesus Duarte
(OE Nº 6/30JUN03 2ª Série)

Medalha de Mérito Militar de 2ª classe

MAJ ART (09177683) Manuel Maria Barreto Rosa
(OE Nº 5/31MAI03 2ª Série)

Medalha de Mérito Militar de 3ª classe

CAP ART (02414488) António José Gomes de Sampaio Hilário
(OE Nº 5/31MAI03 2ª Série)

Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 2ª classe

TCOR ART (02507881) António José Pacheco Dias Coimbra
TCOR ART (10196383) João Manuel Ladeira Vitorino Assis Barbas
(OE Nº 4/30ABR03 2ª Série)
TCOR ART (10523283) João Jorge Botelho Vieira Borges
TCOR ART (08456585) Luís Filipe Pereira Nunes
(OE Nº 5/31MAI03 2ª Série)
TCOR ART (07026083) José António Guerreiro Martins
(OE Nº 6/30JUN03 2ª Série)

Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 3ª classe

CAP ART (00440093) José Carlos Pinto Mimoso
(OE Nº 4/30ABR03 2ª Série)

Medalha Ouro Comportamento Exemplar

COR ART (07366275) João Manuel Peixoto Apolónia
(OE Nº 4/30ABR03 2ª Série)

Medalha Prata Comportamento Exemplar

COR ART (08323268) Mário Augusto Mourato Cabrita
MAJ ART (19327287) António Pedro Negrão de Sousa
CAP ART (06957088) Maurício Luciano Saraiva Raleiras
CAP ART (13677089) Carlos Manuel Machado Narciso Cavaco
CAP ART (13154786) Paulo Nuno Amador Ferreira
(OE Nº 4/30ABR03 2ª Série)

Medalha Cobre Comportamento Exemplar

CAP ART (00595091) António Jorge André Rabaço
CAP ART (19990690) Paulo Jorge Fernandes Rodrigues
TEN ART (18313295) Jorge Jerónimo de Almeida Nascimento
TEN ART (22480593) António José Fernandes Martins de Sá
(OE Nº 4/30ABR03 2ª Série)
TCOR ART (06477483) Carlos de Oliveira Andrade
CAP ART (15084291) Rui António Besteiro Rodrigues
(OE Nº 5/31MAI03 2ª Série)
CAP ART (17659791) João Henriques Cortês Gomes de Leão
(OE Nº 6/30JUN03 2ª Série)

Medalha da ONU/UNTAET

CAP ART (10443591) Jorge Manuel Macedo Marques Agostinho
(OE Nº 4/30ABR03 2ª Série)

2. PASSAGEM À SITUAÇÃO DE RESERVA

COR ART (02374564) Fernando Gois Moço
(OE Nº 4/30ABR03 2ª Série)

3. PASSAGEM À SITUAÇÃO DE REFORMA

TGEN COG (51200411) Manuel de Azevedo Moreira Maia
(OE Nº 4/30ABR03 2ª Série)

4. PROMOÇÕES

Ao Posto de Tenente-Coronel

MAJ ART (02792185) António José Pardal dos Santos
(OE Nº 5/31MAI03 2ª Série)

Ao Posto de Major

CAP ART (07847089) Vasco Vitorino da Silva António
CAP ART (08785889) Pedro Alexandre Marcelino Marquês de Sousa
CAP ART (04936489) Gilberto Lopes Garcia
(OE Nº 4/30ABR03 2ª Série)

5.OBITUÁRIO

TGEN REF (50581411) Manuel Freire Themudo Barata
COR ART REF (50445911) Francisco António Correia Leal
(OE Nº 5/31MAI03 2ª Série)

B. SARGENTOS

1. CONDECORAÇÕES

Medalha de Mérito Militar de 4ª classe

1SAR ART (11038586) José Manuel Flores da Mata
(OE Nº 5/31MAI03 2ª Série)

Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 3ª classe

SMOR ART (19748871) Luís Marques Vieira
(OE Nº 4/30ABR03 2ª Série)

Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, de 4ª classe

SCH ART (09258281) José Gregório Duarte Canatário
SAJ ART (18368080) João Carlos Pires Rodrigues da Silva

SAJ ART (11487283) Manuel Maria Marquês da Silva
(OE Nº 4/30ABR03 2ª Série)
SAJ ART (14605284) António Manuel Ramos Nascimento
(OE Nº 5/31MAI03 2ª Série)
SAJ ART (03332784) João Manuel Ganhão Guerra
(OE Nº 6/30JUN03 2ª Série)

Medalha Prata Comportamento Exemplar

SAJ ART (15844685) Carlos Alberto Martins dos Santos
SAJ ART (02362587) Henrique Manuel Hortelão Trindade
1SAR ART (11950585) Nelson Samuel Caldas
1SAR ART (02960985) Rogério Paulo de Brito Cunha
1SAR ART (19583989) José António Ferraz dos Santos
1SAR ART (10374089) Paulo Jorge da Silva Azenha
1SAR ART (03447187) Elias da Silva Rodrigues
1SAR ART (16268187) Jorge Manuel Rosa Cordeiro
1SAR ART (09157087) Francisco Maria Paixão Torres
1SAR ART (00404187) José João Neto Serafim
1SAR ART (09377288) Armindo da Conceição Lopes Teixeira
(OE Nº 4/30ABR03 2ª Série)

1SAR ART (12731687) Paulo Gabriel Apolinário Bonito
(OE Nº 6/30JUN03 2ª Série)

SCH ART (19873178) António Manuel Rodrigues Pereira
SAJ ART (02088478) Adelino Tinoco Dantas da Costa
1SAR ART (08097188) José Luís Bravo Mestrinho
1SAR ART (14981887) Fernando Jorge da Silva Oliveira Cópio Daniel
1SAR ART (00941987) José António Farinha Ferreira
1SAR ART (03949588) Luís Filipe Gaspar Dias
(OE Nº 5/31MAI03 2ª Série)

Medalha Cobre Comportamento Exemplar

SCH ART (03954672) João de Jesus Moreira
(OE Nº 4/30ABR03 2ª Série)

Medalha da NATO/OTAN "Ex-Jugoslávia"

1SAR ART (09237691) Manuel do Carmo Parreira Agostinho
(OE Nº 4/30ABR03 2ª Série)

2. PASSAGEM À SITUAÇÃO DE RESERVA

SMOR ART (19778871) Luís Marques Vieira
(OE Nº 4/30ABR03 2ª Série)
SAJ ART (10913374) Manuel Horácio Serras Jorge
(OE Nº 5/31MAI03 2ª Série)

3. PASSAGEM À SITUAÇÃO DE REFORMA

SMOR ART (33245160) António Nobre
(OE Nº 5/31MAI03 2ª Série)

4. PROMOÇÕES

Ao Posto de Sargento-Mor

SCH ART (03805777) Carlos Alberto Valente Almeida Ferreira
(OE Nº 4/30ABR03 2ª Série)
SCH ART (02273876) José Manuel Gomes Duarte
(OE Nº 5/31MAI03 2ª Série)
SCH ART (01886678) Franklim Vilela Aleixo
(OE Nº 6/30JUN03 2ª Série)

Ao Posto de Sargento-Chefe

SAJ ART (05230174) Custódio das Neves da Cunha Cruz
(OE Nº 5/31MAI03 2ª Série)

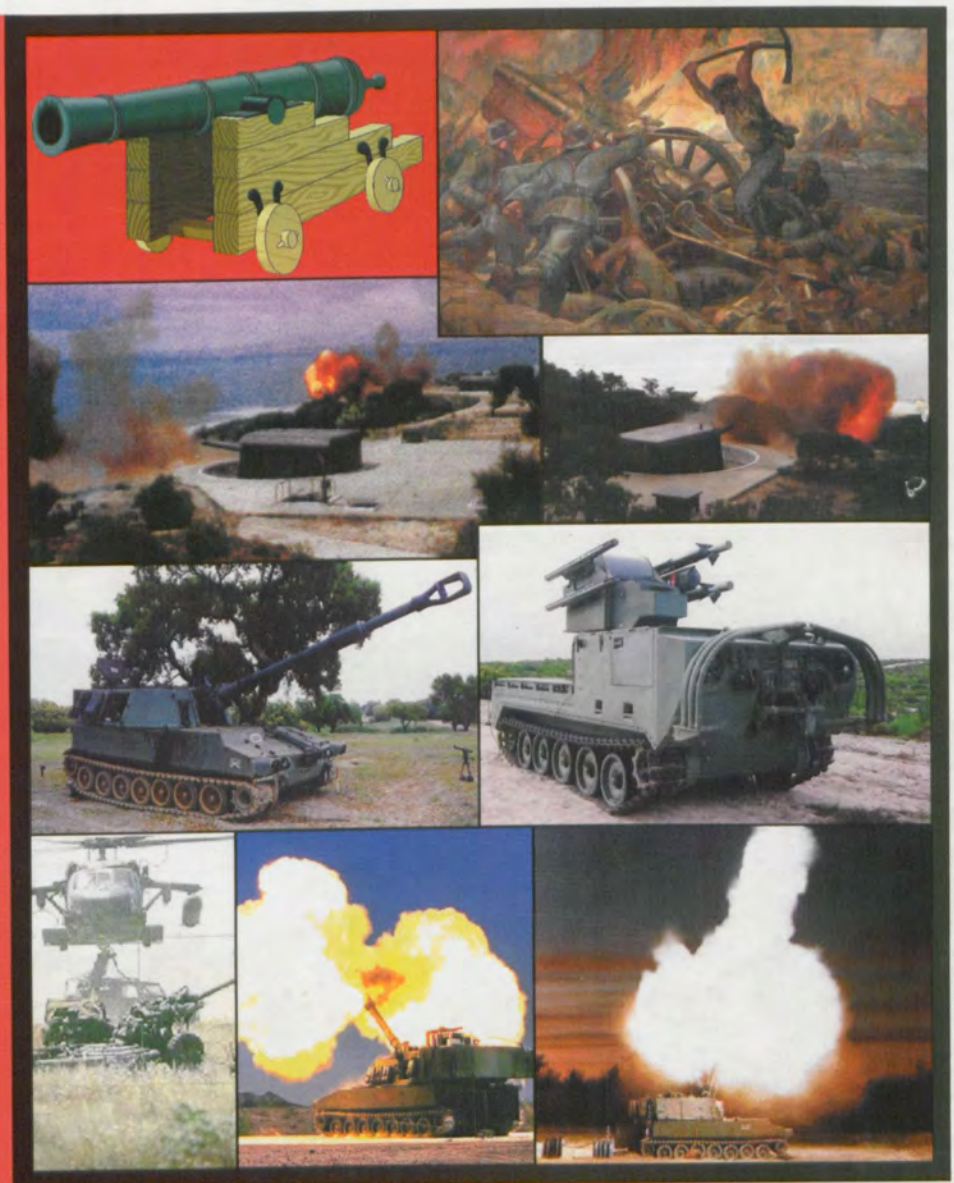
Ao Posto de Sargento-Ajudante

1SAR ART (05391384) José Manuel Lopes Carvalho Gomes
(OE Nº 4/30ABR03 2ª Série)
1SAR ART (03434286)António José da Rosa Mendes
(OE Nº 6/30JUN03 2ª Série)

Ao Posto de Primeiro-Sargento

1SAR ART (03881993) Paulo Alexandre da Costa Lambuzina
2SAR ART (20600493) Nelson Cardoso Sarraipa
2SAR ART (03013193) Florival Lopes Paulino
2SAR ART (28199693) Nelson Amaral Baião
(OE Nº 4/30ABR03 2ª Série)

REV.TA DE ARTILHARIA



"O CÉU, A TERRA E AS ONDAS ATROANDO"

N.os 938 A 940 – OUTUBRO A DEZEMBRO DE 2003

REVISTA DE ARTILHARIA

SUMÁRIO:

	Págs.
A IMIGRAÇÃO E A SUA INFLUÊNCIA NA SEGURANÇA DO ESTADO PORTUGUÊS (Parte I) *Pelo Major de Artilharia José Alberto Dias Martins.*	335
A PÓLVORA E A ARTILHARIA *Pelos Cadetes Alunos do 2.º Ano de Artilharia Oliveira, Almeida e Machado.*	365
A FLEXIBILIDADE DOS FOGOS E DOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA ARTILHARIA DE CAMPANHA NORTE AMERICANA NAS OPERAÇÕES DO IRAQUE *Pelos Capitão de Artilharia Élio dos Santos e Alferes Bruno Pereira.*	369
O EMPREGO DA ARTILHARIA DE CAMPANHA NA GUERRA COLONIAL EM MOÇAMBIQUE *Pelo Major de Artilharia Silva Perdigão.*	373
A ARTILHARIA DE CAMPANHA 2003 *Pela DEI/EPA.*	393
NOTÍCIAS DA NOSSA ARTILHARIA	435
COMEMORAÇÃO DO 1.º CENT. DA REVISTA DE ARTILHARIA	435
NOTÍCIAS DA ANTIAÉREA	437
NOTÍCIAS DA EPA	439
REGIMENTO DE ARTILHARIA N.º 5	454
REGIMENTO DE ARTILHARIA N.º 4	458
OS GENERAIS DO EXÉRCITO PORTUGUÊS	459
CATÁLOGO DA BIBLIOTECA DO EXÉRCITO	460
PARTE OFICIAL	I

EXPEDIENTE

Toda a correspondência relativa à Revista deve ser dirigida para "REVISTA DE ARTILHARIA, CAMPO DE SANTA CLARA, 62 – 1100-471 LISBOA".
TELEFS.: Militar: 421 348 – Civil: 21 888 01 10.

ASSINATURAS

PORTUGAL, MACAU e ESPANHA: Sócios assinantes – Anual, € 7,50; Avulso, € 2,50; Restantes Países: Anual, € 15,00; Avulso, € 3,80. Via aérea – O preço da assinatura é acrescida do respectivo porte.

La REVISTA DE ARTILHARIA publiera un compte rendu ou une mention spéciale de tout ouvrage militaire dont on lui adressera un exemplaire.

É interdita a tradução ou reprodução de qualquer artigo sem indicação da origem.
The Revista de Artilharia will publish a summary or a special mention from any military publication, to which a copy shall then be sent.

AVISO: A Administração da revista solicita a participação imediata de qualquer mudança de situação ou residência.

REVISTA DE ARTILHARIA

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

99.º ANO

2.ª SÉRIE

Depósito Legal N.º 1359/83

N.os 938 A 940

OUTUBRO A DEZEMBRO DE 2003

REVISTA DE ARTILHARIA

COMISSÃO EXECUTIVA PARA OS ANOS DE 2002 E 2003

PRESIDENTE

Tenente General António Marques Abrantes dos Santos

VICE-PRESIDENTE

Major General José Luís Pinto Ramalho (MDN)

BIBLIOTECÁRIO / EDITOR

Capitão Nuno Miguel Marques Baptista (RAAA1)

SECRETÁRIO

Tenente-Coronel Francisco José Bernardino Silva Leandro (IAEM)

TESOUREIRO

Capitão Helder Pilar Estriga (RAAA1)

CENTRO DE CULTURA MILITAR E ARTILHARIA

Coronel Tir. Joaquim Formeiro Monteiro (EME)
Coronel José Caetano de Almeida e Sousa (DAMP)
Tenente-Coronel António F. F. Gorrão (EPA)
Tenente-Coronel Ernesto Bandeira Rebelo (RA5)
Tenente-Coronel Carlos Manuel Mendes Dias (AM)
Tenente-Coronel Luís Miguel Green Dias Henriques (AM)
Major Joaquim Correia Lopes (EPA)

CENTRO DE ESTUDOS ARTILHEIROS

Coronel Fernando José Pinto Simões (IAEM)
Coronel Frederico José Rovisco Duarte (EPA)
Tenente-Coronel Rui Manuel Ferreira Venâncio Baleizão (SNEF)

NÚMEROS
938 A 940

REVISTA DE ARTILHARIA

Propriedade de Oficiais da Arma de Artilharia
Edição da Comissão Executiva

ANO XCIX
2.ª SÉRIE
ISSN 1645-8702

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
4931

Redacção e Administração
Campo de Santa Clara
1100 LISBOA
www.revista-artilharia.pt

DIRECTOR
ANTÓNIO MARQUES ABRANTES DOS SANTOS
Tenente General

Execução gráfica
JMG – Art. Gráficas e Public., Lda.
Apartado 24 – Venda do Valador
2665-500 Venda do Pinheiro

OUTUBRO – NOVEMBRO – DEZEMBRO DE 2003

Os autores dos artigos são únicos responsáveis pela doutrina dos mesmos. Os originais são propriedade da redacção e não se restituem quer sejam ou não publicados

A IMIGRAÇÃO E A SUA INFLUÊNCIA NA SEGURANÇA DO ESTADO PORTUGUÊS (*Parte I*)

Pelo Major de Artilharia
JOSÉ ALBERTO DIAS MARTINS

INTRODUÇÃO

"A imigração é uma guerra. Brevemente, será necessário erigir um monumento ao imigrante desconhecido."

Comentário no diário italiano «L'Unità»

No mundo actual, em que as diferenças entre os níveis de vida se têm vindo a acentuar, onde a população aumenta mais rapidamente do que as oportunidades geradoras de rendimentos, onde se travam cada vez mais conflitos e guerras do que em qualquer outro período da

história contemporânea e onde as violações dos direitos humanos subsistem, não será surpresa que um número cada vez maior de pessoas se desloque de uma região para outra, na tentativa de suprir as suas necessidades.

A actualidade pode também caracterizar-se pelo fenómeno da globalização. Esta por um lado, permite levar com facilidade a todo o globo, nomeadamente às áreas mais desfavorecidas, informação e percepção da forma como se vive nos ditos países desenvolvidos, e por outro lado proporciona mais e melhores meios de transporte que obviam as dificuldades impostas outrora pelas distâncias. A conjugação deste fenómeno com a situação mundial descrita, incrementa sobremaneira o fenómeno imigração.

A última dúzia de anos introduziu alterações na ordem mundial que vieram tornar ainda mais difuso o quadro das migrações no mundo e particularmente na Europa. A queda do muro de Berlim, na sequência do desmoronamento do bloco de Leste, originou um conjunto de acontecimentos que alteraram profundamente a conjuntura mundial. Era assim encerrado um capítulo da história da humanidade, o período da guerra-fria[1], em que o equilíbrio era mantido pelos receios de um bloco em relação ao outro. A partir daqui, os Estados Unidos da América (EUA) têm vindo a afirmar-se como a única super potência mundial e, por isso, com capacidade de exercer a coacção nas suas diversas formas contra qualquer actor do sistema político internacional. Os receios e medos vividos durante o período da guerra-fria, levaram a que muitos pensassem que o período subsequente seria de maior segurança, dado que estaria de todo afastado o "fantasma da guerra". De facto, estavam reunidas as condições para um desenvolvimento no relacionamento entre os Estados, surgindo neste contexto, organizações internacionais diversas, cujo protagonismo poderia ser entendido como um aumento de capital no que se refere ao alargamento da segurança e bem estar no mundo. Contudo, a paz tornou-se menos impossível, mas por outro lado a guerra tornou-se mais provável, pois assistiu-se e assiste-se à emergência de nacionalismos exacerbados em paralelo com fenómenos gerados pela já referida globalização. Instalou-se assim, o desequilíbrio do sistema internacional, caracterizado por uma crescente imprevisibilidade e instabilidade, de que resultaram novos riscos e ameaças, sendo um sintoma evidente os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001[2]. O equilíbrio de armamentos que existia outrora, transformou-se agora num descontrolo,

[1] Este período caracterizou-se por um sistema bipolar que perdurou durante cerca de quatro décadas.

[2] Grande ataque terrorista nos Estados Unidos da América contra o World Trade Center e Pentágono, resultando em elevados danos materiais e cerca de 6400 vítimas.

dado que para determinadas potências regionais o acesso a armas de destruição maciça e outras tornou-se mais fácil, pelo desmoronamento do bloco de Leste, que certamente enriquece o mercado de armamento, com o intuito de resolver graves problemas económicos que possui.

É neste contexto, com o desmoronamento do bloco de Leste e com os consequentes conflitos que têm surgido, de que se destacam os Balcãs, em que populações sedentas de melhores condições de vida e aterrorizadas pela guerra, divergem para países onde acreditam ser possível tais anseios. Só que ao contrário do que muitos pensam, o Ocidente tem também os seus problemas, que passam pelo desemprego e outros dramas sociais, tornando difícil a absorção sem sequelas de tão elevado volume de gente. Cientes desta realidade, os países de destino procuram formas que lhes permitam minimizar as consequências negativas do fenómeno. Surge assim legislação que procura regular os fluxos de imigração, não só nacional, mas também em nome dos espaços de integração criados[3]. Resultando a partir do seu efeito no aparecimento dos que cumprem os requisitos exigidos, denominando-se *imigrantes legais,* e os que não cumprindo tais requisitos, ainda assim tentam a sua sorte incorrendo na situação de *imigrantes ilegais*. Pela sua associação ao crime organizado, pensarmos que só a vertente ilegal se traduz em influências na Segurança do Estado seria redutor. Pois como veremos, a soberania de um Estado, alicerça-se em muitos outros factores, dos quais destacamos a sua identidade cultural, a sua capacidade de resistir a doenças que constituem flagelos na actualidade mundial, a estabilidade do mercado de trabalho, e a eficiência e coesão das suas estruturas militares.

Pelos já referidos acontecimentos internacionais dos últimos doze anos, a imigração de Leste tem um impacto marcante e actual em Portugal, onde, como veremos, já possui uma expressão de destaque. No entanto, Portugal, incluí já no seu território outras comunidades de imigrantes de dimensão considerável. Sabe-se que uma parte significativa dos residentes em Portugal pertence a países da União Europeia (UE), designadamente Reino-Unido, Espanha e Alemanha. Este fluxo está directamente ligado ao desenvolvimento de investimentos num espaço onde se pretende que assim seja, tratando-se na generalidade de pessoas que se identificam com a nossa cultura. Não nos parece pois, que deste fluxo de imigração legal, possa surgir a criação de guetos culturais, que ponham em causa a soberania Nacional. A este nível, a soberania discute-se sim em Bruxelas, sempre que se tomam decisões no âmbito da União Europeia. Resulta então como delimitação, que pelas razões apresentadas, este fluxo migratório não será analisado. Desta

[3] O caso concreto do espaço Schengen, cujo objectivo fundamental visa a realização da livre circulação de pessoas no espaço comum aos Estados integrantes e que será abordado adiante.

forma, centraremos a nossa atenção em migrações de origem e natureza diferente, que pela dimensão que apresentam e pela ligação a organizações exploradoras da sua condição de clandestinidade, são na forma mais directa influênciadores da Segurança do Estado, nomeadamente a imigração de Leste, brasileira, indostânica[4], chinesa e africana[5].

I. O FENÓMENO IMIGRAÇÃO NO MUNDO

> *"As causas da imigração são quase sempre as mesmas: a fuga à pobreza, desemprego, destruição do meio ambiente, guerra, violência, perseguição política ou religiosa. Neste campo, não é fácil distinguir por vezes, a fronteira entre o imigrante e o refugiado. Ambos fogem a uma situação intolerável que os obriga a deixar a terra onde nasceram. Imigra-se também para aproveitar oportunidades de emprego que se oferecem em alguns países que carecem de mão-de-obra"*[6]
>
> Expresso internacional

Quando Karl Popper, em 1943, publicou a obra "Sociedade Aberta e os Seus Inimigos", a questão que se colocava em todo o mundo era a de decidir entre *Sociedades Fechadas*, com características totalitárias, racistas, xenófobas, chauvinistas e *Sociedades Abertas*, de índole democrática. Em relação às fechadas, chamou a atenção para o seu fundamento nas sociedades tribais, assentes no princípio da responsabilidade colectiva e na obediência cega aos chefes. Mas também nas concepções políticas totalitárias e racistas de Platão, ou nas totalitárias e messiânicas de Karl Marx. Nestas, os chefes, estavam na posse da verdade e apregoavam a felicidade dos povos. Sobre as abertas, mostrou a fragilidade, mas também a força dos regimes democráticos, assentes no princípio da responsabilidade individual, na crítica permanente e abertura a novas ideias, sendo a descoberta da verdade ou a felicidade, um problema que cada um tinha que procurar por si.

Contrariando a visão tradicional da história da Humanidade, Karl Popper defendeu que esta não obedecia a nenhuma trajectória previamente conhecida, todos os avanços e recuos eram possíveis a todo o momento. No início do século XXI o problema que se coloca às sociedades abertas é muito

[4] Com destaque para a Índia, Paquistão e Bangladesh.
[5] Tendo por base os PALOP's.
[6] http://primeirasedições.expresso.pt, em 15 de Outubro de 2002.

diferente do que se vivia no século XX, quando os totalitarismos mergulhavam o mundo no terror. O problema não se reduz agora em defender a abertura das sociedades à crítica e liberdade individual, mas em pugnar pela abertura a outras culturas e outras maneiras de pensar, procurando estabelecer um verdadeiro diálogo de povos que se traduza numa sinfonia global. O desafio consiste em aceitar a diversidade e complexidade como uma riqueza intrínseca da Humanidade, no respeito de um conjunto de princípios, que se traduzem nos tão falados Direitos Humanos, que se ambiciona fazerem parte das regras de coexistência nesta aldeia global. Neste contexto, a alternativa é agora entre sociedades segregadoras, que se fecham à diversidade, limitando a sua abertura a outras pessoas de outros povos, e culturas e sociedades integradoras, que fazem do cruzamento com outros povos e culturas uma riqueza para o seu desenvolvimento.

As profundas desigualdades no desenvolvimento entre os países, assim como no seu interior, provocam contínuos fluxos de seres humanos das zonas mais pobres para aquelas onde as condições de vida são melhores. As referidas assimetrias, talvez ao contrário do que seria de esperar, não têm diminuído a nível mundial, mas sim aumentado, o que se reflecte no crescente número de imigrantes. Por si só esta situação poderia ter contornos pacíficos. Pois as sociedades mais ricas e desenvolvidas, que como veremos adiante, possuem um reduzido nível de crescimento demográfico, crescente especialização e qualificação, absorveriam estes fluxos de pessoas. Assim, tender-se-ia a colmatar o seu défice em mão de obra, sobretudo nas áreas de menor qualificação[7], possibilitando em simultâneo a melhoria das condições de vida a pessoas cujas condições nos seus países de origem são de extrema pobreza. Desta forma, tender-se-ia para uma situação de equilíbrio. Como sabemos, tal não acontece, as sociedades ditas desenvolvidas também estão cheias de assimetrias internas, sendo incapazes de resolver os seus próprios problemas. Esta situação, torna-as na maioria dos casos, pouco vocacionadas para actuarem como integradoras, reagindo muitas vezes a este fenómeno com focos de segregação. Segundo o Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia, têm vindo a aumentar todos os anos os casos de violência racial e discriminações de delitos de grupos radicais, nomeadamente neo-nazis, em todos os países da UE. De acordo com este Observatório, as principais razões para o aumento da xenofobia, devem-se principalmente ao medo do desemprego, insegurança em relação ao futuro e ao mal estar generalizado sobre as condições sociais e as políticas governativas face ao fenómeno imigração. "Segundo estudos recentes sobre o

[7] Concretamente trabalhos de características braçais, tais como construção civil, agricultura, estiva e domésticos.

racismo, Portugal pode ser considerado um exemplo de sociedade que formalmente é anti-racista mas onde persistem as atitudes racistas. O paradoxo é explicável através das diferentes concepções de racismo decorrentes da posição assumida perante a norma social anti-racista, que se veio progressivamente a desenvolver nas sociedades ocidentais após a 2ª Guerra Mundial e que condena as expressões do racismo tradicional. Há, assim, que distinguir entre uma concepção abertamente preconceituosa – o racismo flagrante – e um racismo subtil. Enquanto o primeiro rejeita a norma social anti-racista e exprime abertamente um racismo tradicional, o segundo aceita essa norma, ao mesmo tempo que se apresenta como expressão de novas formas de racismo, não condenadas pela norma anti-racista. Ou seja, o racista subtil é aquele que aceita a norma anti-racista como um modo de ser socialmente correcto, e logo, não punido pelos seus comportamentos verbais ou gestuais na vida pública, ainda que sem interiorizar uma norma não congruente com o seu sistema de valores e crenças"(Ioannis Baganha e Carlos Marques, 2001, 69).

Como forma de regular o fenómeno imigração, de acordo com as vontades dos Estados, surgiram assim as políticas de imigração, que se traduzem num esforço de integração das comunidades de imigrantes, estabelecendo também medidas de controlo dos fluxos para que seja possível às autoridades gerir tais fluxos[8]. No caso concreto da UE, foram factores determinantes para que se sentisse necessidade da criação de uma política de imigração e asilo europeia, os seguintes:

- A dimensão da população de estrangeiros a viver no espaço europeu[9];
- O aumento do racismo e xenofobia em diversos países;
- Tendência de aumento das migrações, pelo surgimento de conflitos, que desenvolvem instabilidade económica e social, resultando numa degradação considerável das condições de vida nesses países[10];
- A adesão à UE de países que históricamente sempre tiveram mais associado a si o fenómeno emigração, não possuindo mecanismos institucionais e legais, capazes de suster convenientemente os fluxos migratórios[11];

[8] No caso concreto da UE, as medidas de controlo apesar de variarem de país para país, existe um esforço cada vez maior no sentido de criar medidas em nome do espaço integrado que constitui o Espaço Schengen.

[9] Em 1998 situavam-se no intervalo de 9 a 14 milhões, sendo actualmente estimado que vivam clandestinamente na Europa 3 milhões de pessoas.

[10] O caso concreto dos Balcãs.

[11] Portugal poder-se-á integrar nesta realidade.

- A conjugação de todos os outros com a evolução e sucesso do espaço europeu, particularmente no campo económico, que se tem traduzido num aumento de bem estar, tornando-se assim mais apetecido para as populações de locais desfavorecidos.

Neste quadro, os diplomas legais[12], que surgem na sequência das referidas políticas estabelecem restrições que, por um lado, tendem a controlar a situação positivamente, criando uma relação de compatibilidade entre as necessidades de mão de obra e a oferta com base na imigração. Por outro lado, não podendo abarcar toda a gente, estabelece que todos os que estejam fora deste figurino se encontrem numa situação de ilegalidade ou clandestinidade. Passamos então a ter dentro do fenómeno imigração dois grupos. O dos que estão de acordo com o que está regulamentado, estando perfeitamente conhecido o seu número, a sua actividade profissional, a sua distribuição geográfica e regem-se pelas regras do mercado de trabalho em que estão inseridos. E o grupo dos cidadãos que estando numa situação ilegal não é possível quantificar com exactidão o seu número, bem como qualquer outro dado referente à sua existência. Este segundo grupo, pela sua fragilidade, inerente à situação em que se encontra, suscita o seu aproveitamento para fins lucrativos por organizações ligadas ao crime organizado. Estas organizações, como veremos em detalhe no capitulo V, potenciam o aparecimento de um maior número de pessoas a imigrar ilegalmente, aliciando-as na origem. Por seu lado, aquelas pessoas, face à necessidade que têm de tentar a vida noutros locais, não vêem alternativas a entregar o seu destino a organizações tenebrosas e sem escrúpulos, cedendo assim à pressão exercida por estas. Quando já no país de destino, o imigrante ilegal está também sujeito ao mercado de trabalho clandestino, que o procura aproveitar para actividades ilícitas ou não, que o sujeitam a regras e remunerações abaixo do quadro legal, sem que este tenha qualquer hipótese de negociar ou até de rejeitar.

"Contudo, importa referir que em relação aos imigrantes legais nem tudo é pacífico. Esta faixa de imigração poderá ou não promover o aparecimento de fracturas sociais, étnicas ou religiosas que poderão traduzir-se em geradores de instabilidade para a sociedade receptora. Tudo depende da forma como se procuram integrar na sociedade, ou até como a sociedade os integra. Especificando, para aqueles cujo código cultural é idêntico ao nosso, a aceitação da nossa sociedade, usos e costumes é pacífica, não se vislumbrando a criação de guetos culturais capazes de se traduzir em

[12] O enquadramento legal subjacente a este fenómeno será abordado no capítulo IV.

instabilidade. Por exemplo, o caso concreto da comunidade africana no nosso país, que sempre se integrou culturalmente, podendo residir em locais de aglomerado populacional africano mas apenas por motivos de baixo poder de compra que os remete para zonas mais baratas[13]. Já não podemos dizer o mesmo em relação a uma comunidade Hindu ou Muçulmana, que procura manter um comportamento religioso e cultural bastante vincado, à margem da nossa sociedade. Neste caso concreto, estamos perante a criação de guetos culturais, que quando não controlados poderão com o acréscimo de dimensão pelas segundas e terceiras gerações, transformar-se em fracturas sociais originadoras de instabilidade"[14].

Considerando a dificuldade de absorção das sociedades receptoras dos fluxos migratórios com as decorrências já referidas, identifica-se a imigração, não como um fenómeno de agregação, que integra culturas e riquezas, mas sim como um drama da actualidade. Este drama é particularmente sentido, na União Europeia, onde todos os anos milhares de pessoas morrem tentando entrar num dos seus estados membros. Alguns, como Portugal, Espanha ou a Itália, foram até há poucos anos países de emigrantes, onde era hábito a comunicação social criticar as duras condições em que viviam e trabalhavam os seus concidadãos nos países de acolhimento. Nesta mesma UE, o número de imigrantes legais que entraram em 2000, foi de 816.000, quase 100.000 mais do que em 1999, tendo a partir de 2001 ultrapassado todos os valores anteriores. Na sua maior parte procediam do norte de África, Turquia, Índia, África subsahariana e dos Balcãs. Pelas condições de vida que possuem e pela posição geográfica mais acessível, existem países europeus em que as pressões migratórias são superiores à nossa. Nomeadamente a Alemanha, a Áustria, a Bélgica, a Espanha, a França, a Itália, o Luxemburgo e a Grã-Bretanha. Resulta como comum a todos eles um esforço de gerir os fluxos de imigração, procurando integrar os que poderão contribuir para o crescimento nacional, tentando neste sentido, quer através da expulsão, quer através de regularizações extraordinárias, reduzir ao mínimo a faixa da imigração clandestina.

[13] Em relação a Moçambique deve ser feita uma ressalva no que respeita à população muçulmana, cujo comportamento já é diferente, existindo a tendência para constituir guetos culturais tendo por base costumes inerentes à religião.

[14] Segundo o General Loureiro do Santos em entrevista concedida no âmbito do presente trabalho.

II. PORTUGAL, DE PAÍS DE EMIGRAÇÃO A DESTINO DE IMIGRAÇÃO

> *"Até meados da década de 70 a população estrangeira a residir em Portugal era numericamente pouco significativa. (...) Após a Revolução de 1974, e devido ao processo de descolonização que se lhe seguiu (1975-1980), a população estrangeira cresceu à taxa anual média de 12,7%.."*
>
> Ioannis Baganha e Carlos Marques, 2001,15

De acordo com um relatório sobre a imigração em Portugal (Luísa Falcão – Delta Consultores, Fevereiro 2002), os fluxos de emigração foram particularmente importantes, entre 1965 e 1973. A desertificação no interior do país, o envelhecimento das populações, o elevado índice de analfabetismo, a desarticulação da agricultura e a ausência de alternativas, contribuíram para uma forte actividade de emigração[15], tendo como objectivo principal a melhoria das condições de vida. No final da década de 60 saíam mais de 100 mil portugueses por ano, constituindo maioritariamente imigração permanente, sendo que a partir de 74 existiu um decréscimo significativo da emigração. Esta alteração deveu-se, por um lado à alteração da conjuntura política em Portugal e, por outro, os denominados países de destino, começaram a implementar medidas restritivas, procurando travar o fenómeno que lhes começava a criar problemas sociais. "Com as transformações do capitalismo mundial e a crise na Europa Ocidental nos anos 70, a imigração para a Europa Ocidental foi controlada. Ao apelo massivo de trabalhadores manuais, pouco qualificados, seguiu-se um apelo selectivo de mão de obra, em função das necessidades económicas e assistiu-se ao reagrupamento familiar. A imigração, considerada até ai como uma estadia temporária (retorno do trabalhador ao país de origem após alguns anos) passou a ser concebida como mais definitiva (reagrupamento familiar e maior integração)" (Maria Conceição Ramos,1995). Até àquele momento, países Ocidentais como a França e a Suíça, recorriam à mão de obra do estrangeiro, como forma de ocupar funções que os nacionais normalmente não aceitavam[16]. Desta forma, sendo um recrutamento em que as pessoas só apareciam numa idade activa, ficava para o país de origem todo o encargo de

[15] Este conjunto de factores contribuiu também para a intensificação do fluxo de migração urbana interna, o que sai do âmbito do presente trabalho.

[16] Trabalhos pesados e de natureza desqualificada.

formação até o jovem integrar o mercado de trabalho. Interessava sim que o emigrante encarasse o seu posto como temporário, evitando o reagrupamento familiar, que pelo encargo social e económico que representava, pouco interessava ao país de destino. As referidas restrições vieram precisamente diminuir o fluxo de emigração permanente, fazendo aumentar o fluxo de emigração temporária. É de referir ainda, que a partir de 74 muitos emigrantes temporários foram beneficiando de operações de regularização e da evolução da livre circulação, tornando-se posteriormente permanentes[17].

Assim, a diáspora portuguesa pelo mundo, era em 1997, superior a quatro milhões[18], sendo 54,3% na América, 31,3% na Europa, 12,4% em África, 1,3% na Oceânia/Austrália e 0,7% na Ásia. Hoje Portugal destaca-se na UE pelo seu milhão de cidadãos a viver fora do país, mas no espaço europeu, representando em França a primeira nacionalidade estrangeira.

E actualmente como é? Somos um país de emigrantes ou de imigrantes?

Como vimos, Portugal foi durante anos um país onde grande parte da sua população se viu forçada a emigrar para melhorar as suas condições de vida, o que ainda continua a acontecer. A história de cada uma das inúmeras comunidades portuguesas espalhadas por todo o mundo espelham esta dura realidade, e o fenómeno apesar de ter abrandado, não se extinguiu. Saem todos os anos cerca de 35 mil cidadãos portugueses, sendo preponderante a emigração temporária, destacando-se os destinos França, Alemanha, Suíça e Reino-Unido. Contudo, nos últimos vinte anos, Portugal tornou-se também num destino para muitos imigrantes. Tradicionalmente, o fluxo migratório com grande expressão, é o proveniente das ex-colonias portuguesas, como resultado directo do fim da guerra colonial, de onde se destaca a comunidade cabo verdiana. Em termos de antiguidade, sucede-se a proveniência dos países indostânicos, com destaque para Índia, Paquistão e Bangladesh, sendo o caso da Índia explicável através também do nosso passado colonialista. O crescente fluxo chinês, especialmente a partir de 2000, o aumento de brasileiros e últimamente, desde 2001 o aumento de expressão do fluxo da Europa de Leste. No terceiro capítulo serão caracterizados os referidos fluxos, pretendendo-se agora situar Portugal neste fenómeno, procurando entender em que medida a sua transformação num país de imigração será positiva quando contraposta com as necessidades de mão de obra. Torna-se antes de mais necessário conhecer a sua evolução demográfica e confronta-la com as suas necessidades em função do crescimento[19], sem nos

[17] Designadamente na França e na Suíça.

[18] Segundo dados da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.

[19] A nova dinâmica de obras públicas e a criação de grandes eventos como a Expo 98 e o Euro 2004, são concerteza justificações para a existência de uma população activa de dimensão adequada.

esquecermos de enquadrar com as tendências da UE. O continente europeu foi sempre ao longo da história um destino de imigração por excelência. Como forma de controlar os fluxos migratórios têm surgido políticas no sentido de tornar as fronteiras menos permeáveis a este fenómeno, abrindo por outro as fronteiras internas, designadamente com o acordo de Schengen. É neste quadro que a população da UE tem na imigração a grande causa do seu aumento nos últimos tempos, sendo no final de 2001 cerca de 379,4 milhões, o que representa um crescimento resultante da imigração em 70%[20]. Se contabilizarmos em termos absolutos, lideram o processo a Espanha, Itália, Alemanha e Reino Unido, aparecendo Portugal, se relacionarmos a população total com a imigração recebida, com 4,9 por cada mil habitantes[21]. Pensando agora no crescimento natural da população europeia dos quinze, em 2001 verificou-se que a taxa de crescimento gerou 410 mil pessoas, sendo para Portugal, segundo os sensos 2001, um crescimento natural de 1 por mil habitantes. Se colocarmos este valor em contraposição com o crescimento total português de 5,8 por mil habitantes, deduzimos que a grande fatia de crescimento não está no crescimento natural, mas sim no fenómeno imigração[22]. De acordo com um relatório publicado pela ONU, no âmbito do envelhecimento da população europeia, quer para manter os níveis de desenvolvimento económico desejados, quer para manter o sistema de segurança social, serão necessários até 2025 cerca de 91,6 milhões de imigrantes.

Fonte: Divisão de população das Nações Unidas.

No entanto, apesar desta necessidade, para muitos fóruns, o problema humano que envolve este fenómeno, continua a ser secundarizado. Numa recente manifestação de imigrantes em Barcelona, em que eram reivindicados direitos humanos, gritava-se: *"Nenhum ser humano é ilegal"*. Esta necessidade do elemento humano nas sociedades que tendem a envelhecer, à qual Portugal não é alheio, exige políticas de imigração adequadas, estando os

[20] Fonte Eurostat.

[21] Sendo ultrapassado pelo Luxemburgo com 9, pela Espanha com 6,2 e Irlanda com 5,2. Dados referentes a 2001, fonte Eurostat.

[22] Em Anexo A são apresentados dados sobre a demografia em Portugal.

Estados confrontados com o dilema de que, por um lado está o respeito pelos princípios restritivos acordados pelos Estados da EU, e por outro lado tornar o processo flexível face às pressões migratórias, em conjugação com as reais necessidades de mão de obra a vários níveis. Concretamente no caso de Portugal, para além do já referido envelhecimento populacional, tem a sua situação agravada por outro factor. De facto quando parte considerável da sua população activa optou por tentar a sua sorte em mercados de trabalho exteriores, criando assim uma considerável diáspora portuguesa no mundo, foi ainda mais subtraída a capacidade em mão de obra para acompanhar o desenvolvimento das duas últimas décadas.

A imigração em Portugal tem crescido nos últimos anos de forma sistemática, tendo por base diversos factores, de que se destaca o crescimento económico aliado a uma incapacidade do mercado de trabalho nacional em dar resposta adequada às necessidades de actividade produtiva. São também exemplos desta a incapacidade, a realização de grandes eventos de que se destacou a "Expo 98" e presentemente o esforço de realização do "Euro 2004", que se traduzem na promoção do nosso país, desde a sua capacidade cultural, como de planear, organizar e executar grandes acontecimentos, para os quais é necessária em determinado momento uma mão de obra extraordinária, que não se compadece com o crescimento natural da população portuguesa. Existe desemprego em Portugal, mas grande parte tem características estruturais, atingindo predominantemente as pessoas de idades relativamente avançadas, cujo perfil profissional corresponde muitas vezes a actividades ultrapassadas pelas novas tecnologias, procurando uma situação de estabilidade perdida[23].

Concluindo, Portugal e a UE têm de facto necessidade do fenómeno imigração, se tivermos em linha de conta as suas taxas de natalidade, quando contrapostas com o seu crescimento. Paradoxalmente estamos a falar de um espaço económico com uma dimensão única no mundo, cuja população não cobre as suas necessidades de crescimento. Portugal como parte integrante desse espaço e jovem democracia, poderá ver na imigração a forma de obter mão de obra que acompanhe esse crescimento. Contudo, a grande preocupação reside no facto de criar políticas que controlem os fluxos migratórios, tornando-os temporários, capazes de satisfazer as necessidades de mão de obra, obviando o mais possível o impacto social. Como veremos no capítulo IV, está criado um quadro legal, que pretende acompanhar esta necessidade de controlo de um fenómeno que é preocupação actual do mundo. Terá que ser feito um estudo criterioso no sentido de identificar

[23] Esta temática do mercado de trabalho será de novo abordada no capítulo V.

entre os fluxos de que somos destino, quais os que melhor se enquadram com as reais necessidades. Pode até ser visualizada a hipótese de procurar extrair de cada fluxo as faixas mais adequadas, face à sua formação requerida para cada actividade, promovendo acordos bilaterais com países de origem no sentido de obter a sua participação no controlo de fluxos. A não compatibilização das necessidades com a oferta, promove o aumento da situação ilegal, encorajando a actividade de diversas organizações, criando-se derivações perversas à vontade do Estado.

III. OS PRINCIPAIS FLUXOS MIGRATÓRIOS EM PORTUGAL, SUA CARACTERIZAÇÃO E MOTIVAÇÕES

Portugal, pelo seu passado histórico e pela conjuntura internacional descrita, constitui na realidade um destino de imigração. Na década de oitenta, entre origens diversas, destacou-se claramente Cabo Verde[24], ocupando o Brasil o segundo lugar. Na década de noventa, determinados acontecimentos internacionais, de que se destaca a queda do bloco de Leste, vieram tornar os fluxos migratórios ainda mais diversos, entrando-se no século vinte e um com os fluxos de imigração originários da Europa de Leste a ocuparem já um lugar de destaque[25]. Estas massas de gente, apesar de em situação legal, representam sempre uma preocupação na forma como se integram na nossa sociedade, não cessando esta preocupação nas gerações percursoras, mas estendendo-se às primeiras gerações. Adiante, será abordado o impacto social resultante.

Sendo este trabalho orientado para identificar a influência que a imigração tem para a Segurança do Estado, torna-se pertinente dar uma atenção especial também à imigração ilegal, com todos os contornos que lhe estão associados, sendo o quadro 1 elucidativo desta realidade em toda a Europa. De acordo com um questionário do Conselho da Europa sobre a imigração ilegal em Portugal, formas e instrumentos de prevenção[26], decorre que as principais irregularidades se circunscrevem nas seguintes situações:

- Estrangeiros que entram ilegalmente no país, onde se insere fundamentalmente a **Índia, Paquistão, China, Senegal Guiné-Conacri, Marrocos, Argélia e Mauritânia**;

[24] Conforme quadros em Anexo B.
[25] Idem 24.
[26] Fonte SEF.

- Estrangeiros que entram legalmente e deixam caducar os respectivos vistos ou expirar o prazo para a sua permanência, onde se insere o **Brasil, Ucrânia, República Moldova e Roménia**;
- Estrangeiros que entram como estudantes tendo a firme intenção de integrarem o mercado de trabalho ilegal. Nesta situação, vemos com mais frequência, cidadãos dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), especialmente **Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau**;
- Estrangeiros que solicitam pedido de asilo.

Quadro 1 – Principais rotas de imigração clandestina

No que respeita à última situação, em relação à qual, segundo o referido questionário, Portugal contabiliza um número de pedidos de asilo inferior à média europeia, estes têm nos últimos anos alterado a sua configuração. Do anterior, os pedidos eram baseados em receios individuais de perseguição,

passando agora a serem invocadas situações de fuga a conflitos ou a violações dos direitos humanos, de que resulta uma inferior percentagem de decisões positivas face aos pedidos formulados. O quadro 2 reflecte a situação descrita.

Quadro 2 – Resumo de pedidos de asilo, face a concessões de 1995 a 1999

Ano	Novos pedidos	Concessões	Decisões negativas*
1995	332	12	552
1996	216	5	170
1997	251	4	177
1998	338	4	234
1999	271	16	224

Fonte: Questionário do Conselho da Europa, cedido pelo SEF.
* Inclui decisões relativas a processos de anos anteriores

Analisar o fenómeno imigração significa também equacionar os principais factores que poderão estar na sua origem. Se pensarmos nas condições de extrema pobreza vividas pela maioria das populações do hemisfério sul do Globo, onde se inclui o continente africano, sub-continente asiático e América Latina, ressaltam **factores de ordem económica**. Quando se equacionam a fuga a perseguições motivadas pela raça, religião, ideologia, originando pedidos de asilo, ressaltam **factores políticos, étnicos e bélicos**. Quando as causas de êxodo se reflectem sobre o relacionamento com o crescimento acelerado das populações em relação à capacidade de resposta do meio para criar recursos necessários, estamos perante **factores demográficos**.

Das quatro situações descritas anteriormente, a última, que refere cidadãos ao abrigo de pedidos de asilo, será alvo de menor atenção, já que o seu volume não tem sido considerável. Na nossa análise centraremos mais a atenção na imigração que tem por base factores económicos e demográficos, dado que estão na base motivacional das massas de imigração que assolam o nosso país, e ainda é obviamente em torno deste tipo de imigração que se congregam os grupos ligados ao crime organizado, que procuram explorar sem escrúpulos este fenómeno. Assim, a nossa atenção centrar-se-á nos fluxos de imigração originários da Europa de Leste, do Brasil, da Península Indostânica[27], da China e de África[28].

[27] Com destaque para a Índia, Paquistão e Bangladesh.
[28] Com destaque para os PALOP.

1. EUROPA DE LESTE

> *"Na realidade, as sucessivas catástrofes políticas, económicas e sociais que têm varrido diversos pontos do globo, fragilizaram de tal forma as populações que estas, fruto da inépcia e corrupção dos que as governam, não vêem outra solução que ... Procurar um lugar que não o da sua origem para sobreviver."*[29]

O fluxo migratório do leste europeu constitui aquele que tem causado mais recentemente desequilíbrios no nosso tecido social. As sucessivas catástrofes políticas, económicas e sociais que têm assolado determinados países do antigo bloco de leste, explica o facto de massas populacionais consideráveis divergirem dos seus locais de origem, sujeitando-se às situações mais indesejáveis, na tentativa de ultrapassar a agonia em que se encontram. Analisando as tabelas em Anexo B, verifica-se a evolução deste fluxo. Ainda longe da comunidade PALOP no nosso país, já atingem cerca de um quinto do total de estrangeiros legalizados, perfazendo 75 540[30], de onde a maioria são ucranianos, contabilizando 50 499. Na sua maioria homens, apesar de apresentarem em média um nível de formação superior ao nosso, estão a integrar fundamentalmente o mercado de trabalho da construção civil. No entanto, estamos apenas a ver a ponta do "Iceberg", pois estes números indicam-nos aqueles que têm a sua situação legalizada e um contrato de trabalho com alguma estabilidade. Devemos também estender a nossa atenção a todo um grupo, que tendo este objectivo, ficou e vai ficando numa situação de permanência ilegal, sobrevivendo com base em situações precárias e altamente dependentes do oportunismo de determinados grupos.

De acordo com relatórios do SEF, a UE, os EUA, o Canadá e a Austrália têm sido os destinos mais frequentes da imigração de Leste, procurando muitas vezes utilizar o nosso país como ponto de passagem. Inicialmente destaca-se a vinda de romenos, búlgaros e russos, e posteriormente aumentaram os fluxos os moldovos e ucranianos. No caso concreto português, a primeira fase, que circunscrevemos no período entre 1993 e 1997, integrou fundamentalmente romenos[31], que utilizavam maioritariamente a via marítima, transportando-se em contentores de grandes transitários. Só mais tarde, a partir de 1998, é que os fluxos de moldavos e ucranianos começaram a ganhar maior expressão, sendo aqui mais notória a

[29] Relatório do Sector Central de Investigação, SEF, Junho de 2000, p 1.
[30] De acordo com o Anexo B se somarmos Ucrânia, Moldova, Roménia e Rússia
[31] Através da consulta do Anexo B, verifica-se um aumento de oito vezes entre 1990 e 1999.

intervenção de grupos organizados, cuja actividade fundamental se passou a centrar no tráfico de seres humanos[32]. Este fluxo migratório utiliza fundamentalmente o processo de entrada legal no país, envolvido na maioria das vezes numa situação turística, deixando caducar os respectivos vistos e, diluindo-se a partir daí, no mercado de trabalho. A via mais utilizada para o transporte é a terrestre, tendo por base inicialmente o uso do autocarro, passando depois a utilizar veículos ligeiros e até transportes públicos para melhor dissimular a sua passagem. O transporte é planeado directamente desde Kiev, na Ucrânia e Chisinau, na República Moldova até Portugal, tendo como destino a zona centro do país, de onde erradiam para destinos diversos. Desde que se iniciou a utilização de veículos menores e transportes públicos, os destinos no interior do país tornaram-se mais diversos, sendo contudo com especial incidência para área metropolitana de Lisboa e zona sul. As vias aérea e marítima, sendo utilizadas com menor frequência, também constituem solução, sendo no caso aéreo a proveniência principal dos voos da Rússia e, no caso do acesso marítimo, o recurso a navios transatlânticos que executando cruzeiros, efectuam paragem em diversos portos europeus.

Obviamente todo este processo consome verbas, naturalmente imputadas ao candidato a imigrante. Segundo relatórios oficiais, no seio da administração interna, o objectivo comum a este fluxo migratório constitui a melhoria das condições de vida, já que são originários de meios onde se está a viver em níveis de pobreza bastante elevados. Facto este que cria desde logo uma interrogação: ***Como podem as pessoas pagar todo o seu transporte e os serviços dos grupos ilícitos que alimentam todo o processo?*** De facto não possuem condições para pagar, contraem empréstimos ainda no seu país de origem, que só pagam se todo o percurso tortuoso correr de forma a que num futuro próximo lhes seja possível pagar.

Por fim a questão dos vistos. Sendo um facto que este fluxo utiliza predominantemente a entrada de forma legal, simulando um objectivo meramente turístico, o que necessariamente pressupõe curta duração, impõe-se a questão: ***Como são conseguidos tais vistos?*** Não devemos esquecer que estamos integrados num espaço que nesta matéria é regulado pelo Acordo de Schegen[33], de que resulta, os referidos vistos serem sempre emitidos por países subscritores do acordo. Como dado adquirido, tendo por base relatórios do SEF, os vistos são emitidos com prazos de validade, entre

[32] No capítulo V do trabalho, uma das suas partes dedicada ao crime organizado, associado ao fenómeno imigração, desenvolverá com mais detalhe a caracterização destes grupos.

[33] O Acordo de Schegen pela sua importância nesta temática terá uma atenção especial no decurso do capítulo V.

os oito e os quinze dias, estando à cabeça dos países emissores a Holanda, vindo a seguir a Áustria, França, Espanha e Alemanha. De acordo com questionários aos consulados dos referidos países, os motivos apresentados pelos candidatos a imigrantes são diversos, passando desde deslocações para aquisição de automóveis a acompanhamento de grupos em espectáculos. Fica porém a nota de que não é significativa a passagem de vistos com o destino directo a Portugal e mais, parece estar a existir pouco rigor na passagem de um documento, que representa apenas e tão só o início de um processo tenebroso cujas consequências atingem proporções elevadas.

2. BRASIL

> *"A emigração económica era quase inexistente até aos anos 80 no Brasil, país eminentemente receptor em toda a sua existência"*
>
> Janus 2001, 180

Até à década de 80 o Brasil constituiu fundamentalmente um destino e não uma origem de imigrantes. A partir dai, motivados por factores diversos relacionados com a sua instabilidade interna, divergiram para o mundo, elegendo como destinos principais os EUA, e na Europa o Reino Unido, Alemanha e Itália. Portugal não sendo um destino prioritário, tem também aumentado consideravelmente a sua comunidade brasileira. Na década de 80 quase que triplicou[34], voltando a duplicar na década de 90, atingiu em 1999 o considerável número de 20 851[35]. Contribuíram para este incremento: os laços históricos com Portugal, de que resultaram ligações familiares; o português como língua comum; as trocas a nível de investimentos entre os dois países; a capacidade que o imigrante brasileiro tem demonstrado em preencher nichos de mercado, de que são exemplos os dentistas, informáticos e publicitários; e por fim a ideia de que o nosso país poderá constituir uma entrada fácil na Europa.

A grande fatia deste fluxo está instalado na área metropolitana de Lisboa, onde acabam por se radicar e assumir Portugal como destino, ou aguardam a oportunidade para seguir viagem para o destino escolhido. Naturalmente, utilizam como meio privilegiado de transporte a via aérea até à Europa e, a partir daí, a via terrestre com base em transportes públicos, ou até o aluguer de viaturas. O controlo deste fluxo nas entradas não é

[34] O regime de isenção de vistos para a sua entrada como turistas contribuiu para este aumento.

[35] Em Anexo B é possível visualizar em concreto este crescimento.

possível, já que utilizam maioritariamente a forma de entrada no país legalmente, tendo por base uma intenção fictícia de turismo, que mais tarde deixam caducar, diluindo-se assim, nos meandros da clandestinidade, podendo ou não arranjar uma actividade no trabalho clandestino, mediante o tempo que estão em trânsito. Segundo dados do SEF de 18/12/01 encontravam-se 48 691 residentes brasileiros no nosso país. Dedicam-se sobretudo a actividades no âmbito da restauração, construção civil e comércio. Redes clandestinas alimentam o mercado da prostituição.

O perfil do imigrante brasileiro é bastante diverso, sendo de classes sociais, categorias profissionais e de níveis de formação díspares. Na generalidade são jovens que procuram de uma forma temporária agarrar oportunidades de vida e experiências, que lhes permitam realidades melhores no Brasil. O seu nível de formação é superior à nossa média, aparecendo uma faixa considerável de formados universitariamente.

3. PENÍNSULA INDOSTÂNICA

> *"...grande parte dos indostânicos que afluíram a Portugal no ultimo período de regularização extraordinária, apenas o fizeram no intuito de conseguir um documento que lhes permitisse circular livremente no espaço europeu, regressando de seguida aos países onde habitualmente residem e trabalham."*[36]

No que respeita aos países indostânicos, serão destacados pela sua importância no fenómeno imigração a Índia, Paquistão e Bangladesh. Este é também um fluxo migratório cuja motivação principal é melhoria das condições de vida, contabilizando uma grande actividade em território nacional, como veremos, não só pela quantidade de residentes que o nosso país contabiliza, mas pelo movimento que estabelece em Portugal. Pela consulta do Anexo B, verificamos que o número de residentes daquelas nacionalidades duplicou durante a década de 90. Não sendo um número muito elevado, indicia no entanto uma tendência de aumento, que tem conhecido nos últimos dez anos diversas técnicas para alcançar crescimento. Na referida década registaram-se ainda a existência de duas regularizações extraordinárias de estrangeiros em Portugal, uma em 1993 e outra em 1996, de onde é também possível identificar um claro aumento desta comunidade. Na primeira, entre todos os imigrantes, 700 eram indostânicos, enquanto

[36] Relatório do Sector Central de Investigação, SEF, Junho de 2000, p 30.

que na segunda já se apresentaram 4000. Para já é necessário que se diga que um fluxo muito superior é reflectido no nosso país sem que se note nestas estatísticas, dado que Portugal constitui efectivamente um ponto de passagem, ou de permanência periódica. Sendo maioritariamente pessoas do sexo masculino, em idade activa, entre os 20 e os 40 anos, apresentam genericamente um estatuto social baixo e poucas habilitações literárias. Na sua grande maioria dedicam-se a actividades de comércio ambulante em zonas bastante populadas como restaurantes, mercados e feiras. Tendo por base depoimentos diversos nos organismos de controlo, em termos gerais, este fluxo tem demonstrado que funciona, tentando inicialmente uma entrada no desejado espaço europeu Schengen. Para isso procura utilizar a fronteira externa que de momento melhor cumpra os requisitos necessários. Posteriormente é tentada uma legalização no país que foi eleito como destino. Na eminência de se legalizar num país, é ainda colocada a hipótese de desenvolver a sua actividade noutro, legalizando periodicamente a sua situação no país inicial. Este facto explica que no caso concreto português existirá grande parte desta comunidade que umas vezes estará em território nacional e outras não, sem estar contabilizada nos números da imigração. É de referir ainda que o nosso país, apesar de para muitos indostânicos ser considerado uma forma de acesso a um espaço, existem factores históricos que explicam também a existência de uma comunidade, com forte incidência indiana. Sistematizando melhor, o comportamento deste fluxo migratório com destino ao nosso país pode ser dividido em três períodos. Um primeiro até 1993, em que na sua maioria eram indianos, que utilizando maioritariamente o meio aéreo, fluíam das ex-colónias portuguesas de Goa, Damão e Diu. Apresentavam documentos emitidos nas ex-colónias e começaram-se a radicar na sua grande maioria na cidade de Lisboa. Num segundo período, que decorre de 1993 a 1995, já com o alargamento ao Paquistão e Bangladesh, apareceu o "esquema dos casamentos", em que estes cidadãos criavam a sua entrada no país através de casamentos fictícios, com mulheres de baixo extracto social a troco de dinheiro. Este processo mostrou-se pouco eficaz com o aparecimento da Lei da Nacionalidade em 1994[37], obrigando a partir daí ao surgimento de outros processos. No terceiro período, desde 1996, aconteceu um fenómeno interessante. Como já referido, decorreu naquele ano uma regularização extraordinária e neste contexto, o número de candidatos indostânicos aumentou consideravelmente, dado que, com já foi também referido, este fluxo movimenta-se no espaço europeu de acordo com os momentos de

[37] A Lei 25/94 que surge em Outubro de 1994.

oportunidade dentro do espaço Schegen. Assim, muitos dos candidatos não eram provenientes dos seus países de origem, como anteriormente, mas sim de outros países já dentro do espaço desejado, mas com situações por legalizar. Este súbito aumento reflecte a existência de informadores em países diversos, que provocam uma orientação do fluxo para onde se afigure a melhor hipótese de legalizar a situação. Cientes desta realidade, os serviços responsáveis recusaram a grande maioria dos pedidos referentes à regularização extraordinária de 1996, o que não significou o repatriamento dos recusados. Foram utilizados todos os tipos de desculpa que evitassem o repatriamento, sendo a maioria destas pessoas diluída em Portugal e noutros países da UE, continuando de forma clandestina.

4. CHINA

> *"Pouco antes da meia-noite de domingo, no porto inglês de Dover, 58 imigrantes ilegais chineses foram encontrados mortos no contentor de um camião holandês, acabado de chegar de Zeebrugge (Bélgica). A macabra descoberta caiu como uma bomba entre os líderes da UE, na Cimeira da Feira. O Conselho Europeu declarou-se «chocado com a morte trágica dos 58 estrangeiros», condenou «o tráfico de seres humanos e encarregou a União de intensificar a cooperação para lutar contra tais crimes".*
>
> Expresso internacional

Estamos também perante um fluxo migratório, cuja motivação principal tem por base as condições de extrema pobreza que se vivem em diversas regiões da República Popular da China. Designadamente as origens mais comuns foram inicialmente Zhejiang e Fujian[38], passando mais tarde a juntarem-se igualmente as origens de Guangdong, Shandong e Jiangxi. Estas zonas são províncias onde se vive em situação de extrema pobreza. Contudo, existem zonas do interior onde a situação é ainda mais precária, sendo que em algumas, milhões de chineses vivem com menos de 640 yuan (cerca de 80 Euros) por ano. A zona de Fujian, na costa sul da China, é uma das fontes da grande diáspora chinesa desde o século XVI. Tal facto deve-se à sua localização, pois situa-se numa faixa litoral, o que por um lado tem facilitada a saída por mar[39] e por outro, desde sempre as pessoas que ali

[38] Considera-se num primeiro período entre 1993 e 1998, sendo a partir dai também frequentes os destinos que se indicam.

[39] É usual dizer-se que a partir dali, com bom vento, um junco chega às Filipinas em apenas três dias.

vivem, pelos contactos que estabelecem com o exterior, têm um melhor conhecimento de como se vive noutros locais do mundo, acreditando que poderão ter melhores oportunidades de vida se dali saírem.

Este fluxo já se enquadra na primeira situação descrita, em que a entrada no país é feita ilegalmente. Apoiados também por organizações, que para além de os aliciarem na origem, os conduzem e os controlam nos destinos, fornecem-lhes toda a documentação falsa a troco de quantias elevadas, que tal como referido para o fluxo do Leste Europeu, arranjam maneira de pagar de imediato, com base em empréstimos de familiares ou amigos que ficam, ou pagam, às vezes pelo resto da vida.

Grande parte deste fluxo utiliza Portugal como ponto de passagem, com destino aos EUA e Canadá. A consulta do Anexo B, permite-nos identificar, que durante a década de 90, a população chinesa residente em Portugal duplicou, atingindo em 1999 o número de 2762 pessoas e sendo actualmente de 6 940[40]. Naturalmente que existirão bastante mais em situação ilegal, mas este quadro permite entender que apenas para um grupo restrito somos considerados país de destino, sendo Portugal para a grande massa chinesa um local de passagem. O termo passagem não deve contudo ser entendido como significado de permanência muito reduzida, pois as organizações que controlam este fluxo, dado que o alimentam tendo por base documentos falsos, muitas vezes têm que os manter em actividade, ou até escondidos, aguardando que se reunam condições para continuar até ao destino, sendo para muitos ficar por cá uma solução. As organizações que controlam este fluxo, têm sucessivamente que alterar rotas em direcção aos já referidos países destino, com o intuito de fugir ao controlo, chegado muitas vezes a dar quase a volta ao mundo. Este fluxo migratório movimenta-se sempre em pequenos grupos de dois ou três, o que lhes facilita a passagem através de vários países. Uma vez no destino, começam a trabalhar em actividades onde já estejam envolvidos muitos conterrâneos. Sendo um ponto de partida frequente a actividade em restaurantes chineses[41] e o pequeno comércio, incluindo a venda ambulante, para a partir dai se preocuparem em pagar as dividas que contraíram para abandonarem a República Popular da China.

No que respeita ao meio que utilizam para se deslocarem, usam a via terrestre, aérea ou marítima indiscriminadamente. Tratando-se da via terrestre, um dos exemplos, é a utilização de via férrea a partir de Pequim com destino a Lisboa ou Coimbra. A via marítima preconiza muitas vezes a utilização de pesqueiros com destino a Macau ou Hong Kong e por fim a via

[40] Dados relativos a 18 de Fevereiro de 2002, fonte SEF.

[41] No capítulo V, aquando do desenvolvimento da actividade do crime organizado ligado a este fluxo migratório, será aprofundado o porquê da proliferação de tantos restaurantes chineses.

aérea a partir de Pequim ou Fujian com destino a Moscovo, Hong Kong ou Áustria. De seguida, partem destes pontos, utilizando o mesmo meio de transporte ou outro até Bangkok ou Praga, passando daqui já para grandes capitais europeias tal como Madrid, Paris ou Viena.

5. ÁFRICA

> *"...as autoridades espanholas detiveram 23 africanos, numa pateira que ficara à deriva, ao largo de Tarifa, quando tentava chegar à costa. Outros 34 africanos (entre os quais um bebé) foram salvos de madrugada, quando lutavam para, a nado, chegar à praia de Tarifa - uma pateira tinha-os «despejado» a 50 metros da costa."*
>
> Expresso internacional

O fluxo migratório tendo por origem a população africana foi desde sempre o que mais gente comportou. Ao consultarmos o Anexo B, rapidamente verificamos que dos países africanos provinha um número de pessoas que suplantantava todos os outros, existindo um claro destaque para a comunidade cabo-verdiana. Tem explicação para este destaque todo o passado histórico de Cabo Verde, que pela sua situação geoestratégica sempre se colocou em contacto com o mundo, constituindo em determinadas épocas ponto de passagem privilegiado para rotas marítimas importantes. Tal desiderato catapultou o homem cabo-verdiano para o mundo, reflectindo-se hoje numa diáspora considerável no globo. Para além deste facto e focalizando particularmente a diáspora cabo-verdiana em Portugal, agregado àquele passado, está um passado histórico comum resultante do período do colonialismo, que como veremos se traduz num conjunto de factores incrementadores na escolha de Portugal como destino.

Na abordagem deste fluxo importa identificar dois sub grupos que o compõem. Por um lado o que integra toda a proveniência do norte de África ou magrebino e, por outro, o que integra a África negra com especial incidência para as ex-colónias portuguesas.

Em relação ao primeiro grupo, este integra principalmente imigração com origem em Marrocos e Mauritânia, existindo em menor número argelinos e egípcios. Ao contrário do que à primeira vista seria de esperar, utilizam preferencialmente a fronteira terrestre, já que procuram o acesso ao espaço europeu por França e Espanha, vindo a partir daí para território nacional. É determinante neste processo o facto de que, para os que são originários de ex-colónias francesas, é mais fácil tentar a entrada pelo país ex-colonizador, visto que existem ligações e facilidades de comunicação

resultantes do passado em comum. Certo que a muitos interessará ficar em França, outros pela conjuntura própria de uma país que ao longo da história já foi destino de imigração diversa[42] e por isso terá mecanismos que dificultem mais todo o movimento e permanência ilegal de pessoas, que optem por tentar a sua sorte em mercados de trabalho mais permeáveis. Portugal sendo considerado um país desenvolvido, quando se tem como referencial os países africanos, possui características que o colocam nos destinos a considerar prioritariamente em relação a outros mais desenvolvidos, senão vejamos. Por um lado teve um desenvolvimento acentuado nas duas últimas décadas, que originaram necessidades de mão de obra extraordinárias, nomeadamente ao nível da construção civil, que se enquadra com os baixos níveis de formação que estas pessoas apresentam e, por outro lado, o facto de ter sido um país de emigrantes no seu passado, tornou-o inicialmente pouco hábil a lidar com este fenómeno. Contudo, este primeiro grupo, dado que dispersa por outros países europeus, não atinge números de destaque em Portugal.

Falando agora do segundo grupo, este sim representa a fatia considerável do fluxo proveniente de África, estando na sua base o facto de Portugal se ter constituído em tempos numa potência colonialista em África. Naturalmente, como já referido em relação à França, os PALOP gozam de um conjunto de facilidades, pelo passado comum, que os fazem procurar Portugal. Assim, os laços existentes com Portugal, os laços existentes com a forte comunidade africana já cá instalada e o português como língua comum, colocam o nosso país como destino prioritário, esperando o candidato a imigrante maiores facilidades de acesso que a qualquer outro da UE. Não estamos a dizer com isto que existe falta de rigor a lidar com este fluxo, mas sim, que os referidos laços existentes possibilitam um leque de artifícios e subterfúgios que melhor possam camuflar uma intenção de permanência, tendo por base uma visita temporária.

Na sua generalidade, os PALOP constituem países muito jovens, cujas estruturas não têm capacidade para gerar níveis de bem estar para toda a população, destacando-se situações de extrema pobreza, conjugadas ou não com situações de conflito. Esta realidade traduz-se num número considerável de pessoas a procurar sair com o objectivo de melhorar as condições de vida, o que aliás não constitui motivação original em relação aos anteriores fluxos abordados. A já débil estrutura administrativa destes países possui em alguns casos níveis de corrupção, que para além de funcionarem como intensificadores da actividade de apoio à imigração

[42] Veja-se por exemplo o caso português que ao longo dos tempos acumulou uma diáspora considerável em França.

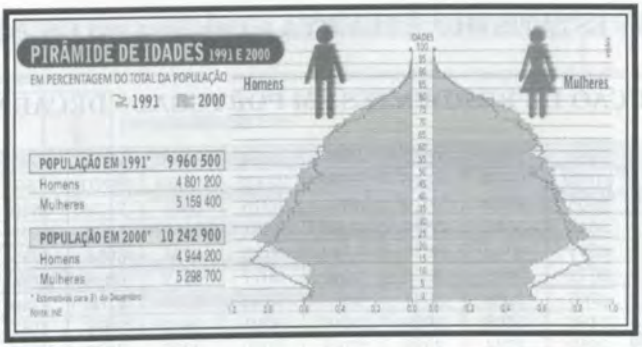
clandestina, vêm dificultar o controlo deste fluxo por parte das autoridades portuguesas. Neste contexto, o recurso a situações falsas forjadas no passado é muitas vezes utilizado, destacando-se casos de ex-militares das ex-colónias, já cá naturalizados, que alegam ter um número de filhos bastante fora do normal, tentando arrastar para o nosso país uma quantidade elevada de gente. Outro expediente utilizado quando se tratam de imigrantes de raiz muçulmana, é a tentativa de justificar o elevado número de filhos pelo facto de terem várias mulheres. Este fluxo que se apresenta ainda como o de maiores dimensões no nosso país, radicando-se maioritariamente na área metropolitana de Lisboa, constitui-se fundamentalmente por pessoas com um baixo grau de formação, tendo como actividade principal a construção civil.

ANEXO A – A DEMOGRAFIA EM PORTUGAL

Fonte: INE

Em 1864 realizou-se o primeiro recenseamento da população portuguesa e desde ai até hoje a população duplicou. No entanto, se decompusermos esse crescimento pelo tempo, verificamos que até 1980 registou-se uma evolução rápida, sendo a partir daí lento o crescimento (de 9,9 para 10,4 milhões). A partir do início do século, a mortalidade diminuiu, como consequência de importantes evoluções no campo da medicina e a fecundidade esteve elevada, resultando assim na evolução patente no gráfico. A partir da redução dos níveis de fecundidade[1], mantendo-se a esperança de vida, a tendência foi para a estabilização da população. Na década de 80 e parte da de 90 a saída de emigrantes supera a entrada de imigrantes, traduzindo-se nesta época num crescimento quase nulo. A partir daí, o aumento da imigração justifica a nova evolução, que se acentuou no ano 2000 graças ao fluxo de Leste.

[1] Em 2000 o número médio de filhos por mulher foi de 1,5 em contraposição os 3,9 de 1930.



Fonte: INE

Um triângulo típico traduz uma população jovem. A população jovem é a mais numerosa, representando a base da pirâmide, diminuindo o número de pessoas à medida que a idade avança. No nosso caso concreto não é o que se passa. A base está emagrecida, em função de idades mais avançadas, cujo número é superior. Neste caso, a população em vez de se suceder, coabita, sendo frequente desde os anos 90 uma pessoa conhecer e conviver com os seus bisavós. A faixa de pessoas entre os 25 e os 29 anos é a mais numerosa, explicado em parte pela afluência dos fluxos migratórios para Portugal.

Fonte: INE

O aumento dos níveis de sobrevivência aliados à diminuição da mortalidade infantil, resultaram no facto de os portugueses terem passado a viver em média o dobro num espaço de 80 anos. Apesar desta evolução, é de notar que Portugal está entre os países europeus onde a esperança média de vida à nascença é mais baixa. Comparando com a mulher francesa, esta tem mais três anos e com o homem sueco, este tem mais quatro anos. A investigadora Maria João Valente Rosa, nos cenários demográficos que publicou na obra colectiva, A Situação Social em Portugal, 1960-1999, avança que em 2020, a fatia de população nacional com mais de 80 anos será o dobro da que existia em 1991.

ANEXO B – ESTATÍSTICA RELATIVA À IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL

EVOLUÇÃO DE RESIDENTES EM PORTUGAL – DÉCADA DE 80

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Cabo Verde	21022	21008	20957	22358	23372	24959	26301	26565	27106	27972
Brasil	3608	4349	5016	5870	6316	6804	7470	7830	9333	10520
Reino Unido	2648	3036	3364	3999	4511	5053	5872	6577	7115	7761
Espanha	6597	6652	6622	6749	6795	6798	6958	6985	7105	7294
EUA	3072	3498	3821	4565	5077	5512	6326	6184	6055	6438
Venezuela	1705	2288	3041	3693	3942	4388	4756	4738	4828	4886
Angola	1482	1508	1929	2616	3201	3642	3966	4187	4434	4842
Alemanha Fed.	1959	2234	2388	2795	3040	3269	3563	3862	4133	4482
Guiné	678	820	1007	1479	1737	1974	2994	2688	3107	3347
França	1203	1429	1633	1976	2218	2348	2574	2673	2803	3019

EVOLUÇÃO DE RESIDENTES EM PORTUGAL – DÉCADA DE 90

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Cabo Verde	28.796	29.743	31.129	32.763	36.560	38.746	39.546	39.789	40.454	43.951
Brasil	11.413	12.678	14.007	16.168	18.612	19.901	20.082	19.990	19.769	20.851
Reino Unido	8.457	8.912	9.264	10.168	10.731	11.486	11.939	12.342	12.696	13.335
Espanha	7.462	7.571	7.740	8.154	8.531	8.887	9.314	9.806	10.171	11.122
EUA	6.935	7.210	7.893	8.186	8.352	8.484	8.503	8.364	8.019	7.975
Venezuela	5.145	5.065	5.229	5.143	4.877	4.554	4.186	3.783	3.420	3.396
Angola	5.306	5.738	6.568	7.929	13.589	15.829	16.282	16.296	16.596	17.721
Alemanha Fed.	4.845	7.643	*5.411	6.150	6.773	7.426	7.887	8.345	8.810	9.605
Guiné	3.986	4.770	5.804	7.899	10.828	12.291	12.639	12.785	12.995	14.217
Guiné Conacri	0	0	5	68	190	199	198	202	0	0
França	3.239	3.399	3.671	4.080	4.415	4.743	5.102	5.416	5.815	6.499
Bósnia	0	0	0	69	72	81	82	89	91	96
Ex-Jugoslávia	0	0	99	141	141	156	156	156	149	149
Ex-URSS	0	233	310	308	308	313	308	308	308	308
Rússia	0	0	0	79	193	267	332	348	380	448
Índia	600	640	817	884	985	1.035	332	1.081	1.121	1.211
Paquistão	733	733	804	811	839	843	890	891	882	906
China	1.232	1.354	1.617	1.800	1.981	2.202	2.380	2.410	2.497	2.762
Roménia	28	30	50	81	99	123	135	147	170	224
Moçambique	3.175	3.361	3.573	3.826	4.186	4.368	4.413	4.426	4.425	4.502
S.T. Príncipe	2.034	2.183	2.545	2.911	3.782	4.082	4.234	4.304	4.411	4.809

RESIDENTES ESTRANGEIROS EM PORTUGAL – 15 PRINCIPAIS PAISES DE ORIGEM, 18 DE FEVEREIRO DE 2002

Cabo Verde	Ucrânia	Brasil	Angola	Guiné-Bissau	Espanha	Alemanha
53289	50499	48691	25972	19612	12189	10374

Moldova	Roménia	EUA	S.T.Príncipe	França	China	Rússia	Moçambique
10211	8815	8103	7199	7186	6940	6015	5008

EVOLUÇÃO GLOBAL DE 1981 A 2001

ANO	RESIDENTES	CRESCIMENTO%
1981	54.414	
1982	58.674	7,82
1983	67.484	15,01
1984	73.365	8,71
1985	79.594	8,49
1986	86.982	9,28
1987	89.778	3,21
1988	94.694	5,47
1989	101.011	6,67
1990	107.767	6,68
1991	113.978	5,76
1992	123.612	8,45
1993	136.932	10,77
1994	157.073	14,70
1995	168.316	7,15
1996	172.912	2,73
1997	175.263	1,35
1998	178.137	1,63
1999	191.143	7,30
2000	207.607	8,89
2001	223.602	7.70

CRESCIMENTO VERIFICADO POR CONTINENTE

	EUROPA	ÁFRICA	AMÉRICA DO NORTE	AMÉRICA CENTRAL E SUL	ÁSIA	OCEANIA	APÁTRIDAS / DESCONHECIDOS	TOTAL
2000	61.709	98.754	10.201	27.419	8.721	526	277	207.607
2001	66.973	106.978	10.229	28.985	9.623	537	277	223.602

A PÓLVORA E A ARTILHARIA

Pelos Cadetes Alunos 2.º Ano de Artilharia
OLIVEIRA, ALMEIDA e MACHADO

Sem a pólvora a peça de Artilharia não teria nascido. Como tal será proveitoso conhecer a história e algumas mudanças que a sua descoberta trouxe para o campo de batalha.

Desde tempos antigos que o homem tem usado misturas incendiárias com propósitos bélicos. Essas misturas, eram compostas de nitrato de potássio, o mais potente dos três ingredientes da pólvora, carvão e enxofre, os outros dois ingredientes da pólvora, em proporções mássicas de cerca de 6:1:1.

Contudo, as misturas feitas de nitrato de potássio recolhidos do chão e das paredes dos celeiros ardiam efusivamente, mas não provocava explosão, uma vez que o nitrato de potássio para explodir necessitava de ser refinado.

A primeira referência conhecida de refinação de nitrato de potássio consta num texto Árabe[1], datado de 1240. Contudo, é extremamente provável que a pólvora tenha sido descoberta antes desse ano. Entre aqueles que reclamam a descoberta da pólvora encontram-se os Chineses, os Hindus, os Gregos, os Árabes, os Alemães e os Ingleses.

Não existe nenhum registo histórico credível que prove que algum destes povos tenha efectivamente descoberto ou utilizado a pólvora antes desta ter chegado à Europa. Se algum deles a tivesse descoberto existiriam sem dúvida registos escritos para o comprovar.

Há mais de 500 anos que historiadores militares atribuíram a descoberta da pólvora e a invenção da arma de fogo a Berthold Schwarz, "Black Berthold", um monge alemão apelidado assim por praticar a "negra

[1] Os Árabes é que introduziram a pólvora na Europa.

arte" da alquimia. Pesquisas exaustivas não revelaram no entanto, que Schwarz alguma vez tenha existido, e actualmente é visto apenas como uma figura lendária, à semelhança de Robin Wood. Os historiadores baseavam-se ainda num estudo feito em 1923 por Sir Charles Oman, o qual relatava que em 1393 a arma de fogo era de uso corrente na Europa, todavia estes registos não foram considerados válidos.

No início do séc. XIII, atenção foi virada para o trabalho de Roger Bacon (1214-94). Depois de se ter graduado em Oxford, estudou também alguns anos em Paris, regressando novamente a Oxford em 1247, onde se tornou Frade Franciscano.

Bacon era um grande intelectual, adiantado vários anos da sua época. Em Oxford concentrou-se nas matemáticas e na investigação científica, matérias essas que foram objecto de várias teses. Numa dessas teses, escrita em 1249, aparece um capítulo encontrado pelo Tenente-Coronel HWL Hime RA (1840-1929) onde descrevia a preparação da pólvora. O autor não só referiu os ingredientes, as proporções que usou, assim como as propriedades explosivas da mistura, mas não deu contudo indicações que poderia ser usado como propulsor.

Não reclamou para si a descoberta da pólvora, e acredita-se, por isso, que tenha obtido a receita através de fontes árabes.

Desta forma, até hoje não existem provas concretas acerca do assunto, permanecendo a descoberta da pólvora num mistério.

A ORIGEM DA PÓLVORA NA ARTILHARIA

Os primeiros fabricantes de pólvora misturavam os três ingredientes, mas de acordo com as suas próprias receitas. A qualidade era avaliada pelo som que cada explosão produzia. Este método de avaliação parece hoje um pouco engraçado, mas há 500 anos atrás, os artilheiros estavam bem cientes do efeito que o som das explosões produzia no inimigo. Assustava não só cavalos como também os ignorantes e supersticiosos soldados, que viam nas peças de Artilharia "instrumentos do diabo" e acreditavam que os artilheiros eram "servos" dessa bizarra personagem.

A pólvora possuía inúmeras falhas: a primeira surgia logo durante o seu transporte, durante o qual os seus ingredientes eram separados e só se misturavam na posição de tiro, criando desta forma um ambiente bastante perigoso, podendo uma faísca ou uma fricção originar a explosão.

A pólvora da altura também absorvia a humidade do ar, diminuindo a sua eficácia, tornando-se em muitos casos praticamente inútil.

Para carregar a peça, o artilheiro apenas colocava a pólvora no fundo. Se esta fosse muito comprimida diminuía a cadência de tiro, pois tornava a combustão lenta, e por outro lado, se ficasse solta ardia muito rapidamente. Obviamente que qualquer técnica de tiro era inexistente e a eficácia do tiro dependia apenas da sorte.

Os artilheiros doutrora estavam bem cientes das falhas que a pólvora possuía, e ao longo do tempo tentaram melhorar a sua qualidade, variando a proporção dos seus ingredientes, e adicionando outras substâncias como cânfora e nitrato de amónio, mas com pouco sucesso.

MELHORAMENTOS DA PÓLVORA

A mais importante introdução foi feita, em 1429, quando a França introduziu o processo de transformar a pólvora em grãos. Esse processo consistia em fazer uma mistura, prenssando-a, transformando-a em pasta, fazendo pequenos "bolos", secando-os e partindo-os depois em partículas mais pequenas, chamados "grãos". Vários compostos químicos foram experimentados na mistura, de entre os quais vinho, vinagre e urina. A urina dos monges dizia-se ser a melhor.

Era este o típico pensamento medieval, pois o clero geralmente desfrutava de uma boa qualidade de vida, e daí se dizia que a urina era melhor. Ocasionalmente a água pura mostrou-se ser o melhor agente de mistura.

O processo de transformação em grãos trouxe as seguintes vantagens:

1. As vibrações durante os transportes tinham pouco efeito, e assim os seus ingredientes já não eram separados.
2. Os grãos eram menos susceptíveis de explodir do que a mistura que era feita no local de utilização da pólvora.
3. Os espaços entre grãos facilitavam a combustão.
4. As variações das condições durante o transporte não afectavam a flamabilidade.
5. A pólvora granulosa era 30% mais eficaz.

Os artilheiros, ignorando o poder da pólvora granulosa, muitas vezes carregavam as bombardas da mesma forma que faziam com a pólvora antiga, destruindo-as.

Pequenos melhoramentos continuaram a aumentar a eficácia da pólvora. Em 1781 Richard Watson, bispo de Llandaff e professor de química, propôs as seguintes proporções: 75% de salitre, 15% de carvão e 10% de enxofre, e a pólvora britânica tem permanecido assim desde então.

BIBLIOGRAFIA

The Royal Artillery Web Site
www.firepower.org.uk
www.army.mod.uk/royalartillery

A FLEXIBILIDADE DOS FOGOS E DOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA ARTILHARIA DE CAMPANHA NORTE AMERICANA NAS OPERAÇÕES DO IRAQUE

Pelo Capitão de Artilharia e Alferes RC.
ÉLIO DOS SANTOS
e BRUNO PEREIRA

Tradução e Adaptação do Artigo "US field artillery demonstrates flexible fires in Iraq" da Revista Jane's/INTERNACIONAL DEFENSE REVIEW, Agosto de 2003, volume nº 36

As unidades da artilharia de campanha do Exército Norte-Americano e do Corpo de Fuzileiros (USMC) dispararam 70 000 projécteis de 105 mm e 155mm durante a Operação "Liberdade para o Iraque".

De acordo com oficiais do Centro de Artilharia de Campanha dos E.U.A., em Fort Sill, a maior parte dos projécteis disparados foram do tipo granada explosiva (HE) calibre 155mm, principalmente projécteis RAP M549A1 (munições assistidas por foguete, com alcance máximo de 30 km) e um número significativo de munições do tipo M795 HE (alcance máximo 22 km). Proporcionalmente, o USCM (Marines) disparou o triplo dos projécteis, relativamente ao Exército, utilizando também unidades de tiro do Sistema Múltiplo de Lançamento de Foguetes (MLRS) M270A1.

Tendo em vista a redução de danos colaterais, o uso de granadas com submunições do tipo DPICM M864 de 155mm ou o MLRS M26, foi fortemente condicionado, tendo sido apenas utilizadas em objectivos para os quais se supunham estarem desimpedidos de populações civis e em áreas nas quais as forças amigas não tinham operações planeadas.

Nas preparações de artilharia foram utilizados, intensivamente, os mísseis tácticos (ATACMS), na versão Bloco I, contendo cada um deles 950 submunições modelo M74. Comparativamente com a Operação Tempestade do Deserto em 1991, na qual foram utilizados 32 mísseis deste tipo, na operação "Liberdade para o Iraque" foram disparados 126 mísseis em apenas cinco dias, ascendendo a um total de 450 mísseis (ATACMS). De considerar que neste número também estão considerados os mísseis do tipo Bloco IA de longo alcance, Bloco II com submunição BAT e mísseis Unitários de Reacção Rápida.

O Major-General Mike Maples, General Comandante do Centro da Artilharia de Campanha do Exército Norte-Americano, disse que "*a maior inovação durante esta guerra foi ter-se mantido o contacto via e-mail com as unidades avançadas. Tivemos a capacidade de reenviar dados, do Centro da Artilharia de Campanha nos USA, para os Postos de Comando e Centros de Operações Tácticas no terreno, sobre os novos sistemas como o Bloco II ATACMS, via SIPRNET*" (Rede Via IP Secreta), ou seja a intranet segura do Departamento da Defesa dos EUA, a qual foi caracterizada pelo Major-General Maples como "*um grande exemplo de apoio de retaguarda*", nomeadamente, quando 230 munições SADARM, modelo M898/155mm (munições inteligentes, anti-blindados), sobre as quais os artilheiros destacados na 3ª Divisão de Infantaria no Kuwait não tinham recebido qualquer formação, foi possível, a partir de um diálogo estabelecido entre Fort Sill e os Artilheiros no TO, fornecer-lhes todos os dados técnicos e instruções necessárias sobre as combinações de granada/espoleta, lotes preferenciais bem como efeitos e factores de segurança, de tal forma que permitiu a utilização destas munições nas operações, obtendo elevadas taxas de sucesso.

Consequentemente, diz o Major-General Mapl: "*um dos empreendimentos em que estamos a trabalhar arduamente, é no estabelecimento de uma rede de comunicações, entre a área da retaguarda e as forças no TO, a partir da qual se possam fornecer elementos técnicos essenciais ao apoio de fogos*". Os benefícios esperados incluem: a capacidade de fornecer e debater novas tácticas de emprego dos meios, fornecer instrução praticamente em tempo real, tirar partido imediato das lições apreendidas, caracterizando quais as ocorrências que podem ser consideradas únicas e as que deverão tornar-se doutrina, definir o que geralmente é aplicável e o que não é.

O Major-General Maples disse ainda que a Operação "Liberdade para o Iraque" permitiu demonstrar "*que a Artilharia de Campanha não se afastou do Combate Próximo*". Durante a operação "Liberdade para o Iraque", uma análise sobre a actuação da Artilharia permitiu verificar que os M109A6, da 3ID, executaram 657 missões de tiro e dispararam 13 923 projécteis de 155mm. Os fogos em apoio directo atingiram 215 veículos, efectivaram 45 ataques a estruturas defensivas e abrigos em geral, provocando 1 225 baixas IN.

Em contraste com os resultados obtidos com o M109A2/A3, modelo utilizado em 1991 durante a Operação "Tempestade no Deserto", o M109A6 Paladin, modelo utilizado nesta operação, não teve qualquer problema em seguir as forças da manobra.

À medida que a 3ID avançava ao longo do rio Eufrates, o Major-General Maples verificou que na organização para o combate, tinham sido colocados muito próximo das unidades de manobra, um radar de localização de armas AN/TPQ-37 que em conjunto com um MLRS permitiram fornecer uma resposta rápida às necessidades de contra-bateria. Diz o Major-General Maples que: "sempre que possível, efectuavam automaticamente e directamente as ligações radar-sistema-lançador, de tal forma que número de pontos de intervenção, possíveis no fluxo de informação entre o radar e o lançador, tinha sido reduzido a apenas um (no EAF da Artilharia Divisionária), em vez de quatro ou cinco".

O V Corpo do Exército também "treinou" as acções de "fogo rápido" no emprego do MLRS, para bater objectivos localizados a longas distâncias. No entanto e porque o alcance do foguete M26 padrão (32 km) não era o "ideal", pensou-se em utilizar o ATACMS. A utilização deste sistema levantava outro tipo de necessidade: desimpedir o espaço aéreo ao longo da sua trajectória. Como para isso era necessário um período de tempo demasiado longo, verificou-se a necessidade de, neste caso, utilizar o míssil guiado GMLRS, com alcances de 70 km,.

No futuro, "a capacidade de maiores alcances também será muito importante para nós, pois só assim podermos fornecer fogos complementares." No Iraque, os lançadores MLRS do Exército dos E.U.A apoiaram as unidades de manobra do USMC com o sistema ATACMS, bem como com o sistema de comando controlo de artilharia, AFATDS Raytheon, que provaram ser meios muito eficientes de coordenação de fogos. Durante a fase final da operação, a artilharia foi muito eficaz na "limpeza" e protecção de itinerários, permitindo assim o avanço rápido para Bagdade. Utilizou com frequência o tiro directo, para eliminar abrigos em ambos os lados da via, executando assim simultaneamente fogos precisos e oportunos.

A Artilharia teve "um desempenho brilhante em todo o cenário de guerra" disse o Major-General Maples, "sendo a chave do seu sucesso a sua adaptabilidade."

O EMPREGO DA ARTILHARIA DE CAMPANHA NA GUERRA COLONIAL EM MOÇAMBIQUE

Pelo Major de Artilharia
SILVA PERDIGÃO

Este artigo é um extracto, adaptado, do trabalho de investigação realizado pelo autor, no âmbito da cadeira de História Militar, durante a frequência do curso de Estado-Maior 2002-04, no Instituto de Altos Estudos Militares.

INTRODUÇÃO

O ambiente operacional que se vivia em Moçambique durante a guerra colonial, essencialmente devido ao tipo de opositor, às características do próprio terreno e aos meios que as forças dispunham, fizeram com que a "nossa" Artilharia (Art) tivesse um papel menos interventivo do que aquele que estamos habituados a ver em outros conflitos. A Art teve um papel importante como arma de apoio de fogos, porém, foi essencialmente como força de manobra que foi utilizada neste Teatro de Operações (TO).

No artigo pretendemos dar a conhecer a vivência dos Artilheiros quer nas suas unidades "mãe" [Batarias (BArt) e Pelotões de Artilharia (PelArt)] quer nas unidades de quadrícula à sua responsabilidade [essencialmente os Batalhões de Art (BatArt) e as Companhias de Art (CArt)], dando naturalmente ênfase à sua essência de Artilheiros propriamente ditos.

Temos a consciência que estamos a abordar um tema muito pouco falado ou escrito por parte dos historiadores e/ou intervenientes nesta guerra, facto que nos levou a contactar com alguns militares que foram

protagonistas desta façanha do nosso Exército. Assim, tentamos ter diferentes visões da aplicação da Art e dos Artilheiros, como a visão de um oficial de Infantaria que tinha na sua dependência um PelArt, um oficial de Art que comandou uma CArt e outro oficial de Art que comandou uma BArt. Esta análise é ainda fundamentada em alguns documentos históricos relativos à época, em especial nos processos das unidades, que se encontram no Arquivo Histórico-Militar.

Como forma de abordagem deste assunto, o artigo encontra-se estruturado com uma referência à organização das unidades de Art, onde se destaca os tipos de material utilizado e a distribuição territorial das unidades ao longo de toda a guerra, analisa-se ainda os processos de actuação das unidades sejam elas BatArt/CArt ou BArt/PelArt, assim como uma referência ao apoio da Arma de Art à operação mais conhecida deste teatro, a operação Nó Górdio.

1. ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES DE ARTILHARIA DE CAMPANHA

a. *Generalidades*

O ambiente operacional que se vivia no Ultramar nas décadas de 1960/70, essencialmente por parte da contra-guerrilha, fez com que a Artilharia sofresse alguns condicionamentos, devido essencialmente a:

(1) *Inimigo* (IN) – que se caracterizava por fluído, rápido, constituindo-se como um objectivo mal definido e não remunerador, fazendo com que a Art necessitasse de actuar com rapidez, precisão, de forma eficaz e eficiente, assim como, dispor de segurança, quer quando estava estacionada quer nos deslocamentos das unidades, destacamentos de reconhecimento, equipas de topografia, equipas de observação, etc. De igual forma, era fundamental que se interpretasse adequadamente a noção de objectivo remunerador (que para além dos efeitos materiais, pretendia criar instabilidade e insegurança no IN no sentido de o desmotivar a combater);

(2) *Terreno* – arborizado, deficiente em vias de comunicação, sem cobertura topográfica, dificultando a observação e os deslocamentos (características que recomendavam técnicas específicas de deslocamento e observação, muito improviso e imaginação). Paralelamente este tipo de terreno ainda fazia com que se recorresse a meios aéreos para reconhecimento, topografia e observação;

(3) *Forças* – também designadas por "tropas", desfalcadas em recursos humanos e materiais, certamente devido a restrições financeiras e para não causar insatisfação no espírito da Nação. Podemos então dizer, que faltavam Artilheiros porque eram desviados para outras missões, faltavam meios de transporte, comunicações, aquisição de objectivos e meios aéreos.

Estes condicionamentos foram preponderantes para que a Art se tivesse que adaptar a novas técnicas, tácticas e até orgânica, não alterando no entanto os princípios de emprego da Arma, os quais se mantêm aplicáveis na contra-guerrilha. Só em casos pontuais a Art actuou com fogos de massa, potentes, precisos e profundos deixando nos artilheiros um sentimento de frustração, que conduziu a uma quebra de confiança da Art perante as armas apoiadas.

No início do conflito ultramarino, foi bem patente a preocupação dos chefes militares com a Infantaria e Cavalaria, relegando as restantes Armas/Serviços para segundo plano. Foi também decidido que se constituíssem CArt, unidades destinadas essencialmente a missões que não exigiam toda a preparação do atirador, tal como a segurança das povoações. Posteriormente estas Companhias foram postas nas «primeiras linhas» o que se tornou um embrião à organização de BatArt (Costa, 1979).

Foi irrelevante a constituição de BArt, havendo quem considerasse que um PelArt (2 obuses) com alguns meios de reforço da componente técnica da Arma, para cumprimento duma missão independente, era uma Bataria, ainda que com algumas limitações. "As poucas Batarias organizadas tinham, em acumulação e creio em prioridade, missões de subunidades de quadrícula, o que impedia o seu correcto emprego" (Costa, 1979, 218).

Organizaram-se PelArt, sem serem dotados de recursos humanos (entre os quais, os subalternos do quadro permanente da Arma), meios de aquisição de objectivos, meios de comunicação e meios de direcção do tiro, tornando as unidades claramente "cegas e desorientadas" o que se manifestava através da sua imprecisão. Aliado à falta de viaturas de tracção, este facto quase os transformava em «Art de sítio». Uma outra deficiência resultava de não disporem de meios para a sua própria segurança. Estes PelArt eram na generalidade comandados por oficiais milicianos, que na sua generalidade eram inexperientes e mal preparados na sua componente técnica.

Os Comandos-Chefe do TO não criaram nem improvisaram Comandos de Art (CmdArt) junto dos Comandos de Agrupamento ou equivalente, a fim de que estes dispusessem de conselheiros técnicos para o emprego da Arma, com funções de coordenação e de inspecção, ou de elementos com

que se pudessem constituir comandos eventuais para o enquadramento de um ou mais PelArt compensando assim a deficiente orgânica destes e dos Grupos.

Estes CmdArt poderiam ainda enquadrar um ou mais PelArt sempre que fosse necessário constituir uma BArt; orientar os PelArt na instrução, na organização das posições e na manutenção do material; e preparar observadores avançados nas unidades apoiadas.

Os comandantes das unidades apoiadas desconheciam as deficiências das BArt e PelArt, não confiando na precisão das armas. Assim, não eram feitos pedidos de tiro o que proporcionava uma inactividade da Art com implicações na degradação da sua capacidade. "A falta de confiança e a carência de forças de caçadores: atribuíam missões de combate próximo às unidades de Art sob as suas ordens, desviando-as assim das suas missões específicas; não incluíam o apoio de Art no planeamento das suas operações; empregavam as bocas de fogo principalmente na defesa imediata dos estacionamentos onde estavam posicionadas e em flagelações sem objectivo definido; dispersavam as bf pelos vários estabelecimentos das suas tropas" (Costa, 1979, 221).

Todavia, os princípios de emprego da Art nem sempre foram esquecidos, como demonstram alguns exemplos, de que neste artigo, citamos o mais significativo. Na operação Nó Górdio, em Julho de 1970, no Norte de Moçambique, foram incluídas três Baterias dispondo de observação aérea, de itinerários abertos por destacamentos de Engenharia e de apoio de manutenção transportado em helicóptero, numa interessante conjugação de esforços que parece ter conduzido ao êxito desejado.

b. *Tipo e Características dos Materiais*

A Art de Campanha presente no TO de Moçambique era constituída pelos seguintes materiais:

(1) Obús 8,8cm m/946 (Q.F. – 25 PR MARK II), de que se destacam os seus 1756 Kg de peso e o alcance de 12250 metros;
(2) Peça 14cm m/946 (Ord. Q.F. – 4,5 inch Gun MK II), de que se destacam os seus 6370 Kg de peso e o alcance de 15560 metros.

De uma forma geral o material não era recente, contudo, face ao esforço de manutenção realizado, demonstrou estar em condições operacionais face às solicitações a que esteve sujeito, cumprindo sempre a sua função em termos de eficácia.

c. *Distribuição Territorial*

No início desta guerra, em 1961, o Quartel-General da 4ª Região Militar (RMM), em Lourenço Marques, dispunha na sua guarnição normal, três Comandos Territoriais (Norte – em Nampula, Centro – na Beira, Sul – em Lourenço Marques) apoiados em Art por dois Grupos de Artilharia de Campanha (GAC), um a Norte e outro a Sul, e por uma BArt no Centro (Bacelar, 2000).

Naturalmente que o número de efectivos de Art, assim como a sua distribuição territorial, não foi uniforme ao longo de toda a guerra, facto que podemos constatar nas tabelas em anexo, donde ressalta o crescente número de CArt com o decorrer da mesma. Em termos genéricos, constatámos que em 1964 havia no TO de Moçambique 9 CArt e 6 BArt, em 1968 havia 19 CArt e 3 BArt e em 1974, no final da guerra existiam 35 CArt e 5 BArt.

Como marca na inversão da situação, está a operação Nó Górdio, a partir da qual a Art propriamente dita, fica reduzida ao Comando na Ilha de Moçambique no Lumbo, ao Centro de Instrução na Beira, a duas Baterias de 8,8*cm* em Mueda e Cahora Bassa e a onze Pel 14*cm* em apoio das Companhias de Caçadores (CCaç).

2. PROCESSOS DE ACTUAÇÃO

a. *Generalidades*

A Art como Arma de fogos potentes, precisos, profundos, prolongados e oportunos, ficou claramente condicionada, face a uma guerra de guerrilha dispersa, a um deficiente rigor cartográfico e dificuldades de deslocamento (devido a meios materiais e/ou físicos). A maioria dos Artilheiros foram empregues como Infantaria, restando em pequeno número os que efectuaram acções típicas de apoio de fogos.

A primeira actuação da Art em Moçambique como Arma propriamente dita, data de 1964, com uma BArt do GAC de Nampula, na operação "Águia". Esta BArt de material 8,8*cm*, deslocou-se de Nampula para Mueda, tinha como missão apoiar os dois Batalhões Caçadores envolvidos nas acções do planalto dos Macondes.

A falta de meios levou à utilização pouco convencional da Art, tendo as BtrArt, sido divididas em PelArt [a 2 bocas de fogo (bf)] dispersos, a garantir a segurança dos aquartelamentos, o que naturalmente, não permitia o uso da Art como Arma de fogos de massa.

b. *Batalhões e Companhias de Artilharia*

Estas unidades foram constituídas para desempenhar actividades não especificamente Artilheiras. Assim, encontravam-se em funções de unidades de quadrícula, com elevados efectivos[1] e grandes áreas de responsabilidade[2], nas quais efectuavam as suas acções com especial incidência em patrulhamentos de acção psicológica com vista à mentalização favorável à nossa política ultramarina (conquistar as populações, devolver o sentimento de confiança e criar insegurança ao IN impedindo-o de se revelar), escoltas a colunas de reabastecimentos, nomadizações e batidas, patrulhas de itinerários, etc. Há ainda a salientar o entrosamento destas unidades com CCaç, Companhias de Comandos, Grupos Especiais, Companhias de Cavalaria, etc.

c. *Batarias e Pelotões de Artilharia*

As BArt estavam na dependência directa do GACs que por sua vez reportavam ao CmdArt e os PelArt estavam normalmente integrados em unidades de quadrícula, embora ambas com vista à defesa das próprias unidades, apoio a operações específicas e resposta a acções inimigas. Ao analisarmos a tabela 1 concluímos que o emprego operacional destas unidades praticamente manteve-se constante ao longo da guerra.

Unidade	Fev-61	Fev-63	Out-64	Jul-65	Dec-67	Dec-68	Jul-70	Jul-73	Abr-74
GAC	1	1	1	1	1	1	1	1	1
BArt	4	5	5	6	6	6	6	5	5

Tabela 1 – Evolução do sistema operacional de unidades especificamente Artilheiras

Fonte: adaptado de:
BACELAR, MGen Sérgio (2000). A Guerra em África 1961-1974. Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Anexo F, pg 200.

A actividade operacional destas unidades poder-se-á resumir a:

(1) *Defesa Imediata do Próprio Estacionamento* – Os PelArt, atribuídos de reforço a uma unidade de quadrícula, ocupavam posições de forma permanente no interior do estacionamento e contribuíam com

[1] No caso do BatArt 1881, tinha inicialmente 672 homens organizados por (Comando e CCS, CArt 1511, CArt 1512 e CArt 1513, foi ainda reforçado por uma CCaç Tete e CArt 1516). Este BatArt foi mobilizado em 30JUN65 e chegou à província de Moçambique em FEV66.
[2] No caso do BatArt 1881, foi de 91 800 km².

as bf para a sua defesa imediata. A dificuldade em apontar as armas sob a acção do IN, não permitia rentabilizar os meios perdendo-se o efeito dissuassor pretendido. As bf eram instaladas em espaldões que garantiam alguma protecção às guarnições quando estavam sob flagelação dos fogos IN. Tentava-se normalmente elevar os espaldões a partir do nível do terreno (para evitar o encharcamento na época das chuvas), ficando apenas os paiolins enterrados (por motivos de ordem táctica necessitavam de maior protecção e deveriam ser cobertos).

(2) *Apoio Imediato a Estacionamentos Atacados* – Esta era uma das missões mais rentáveis, consistindo em fazer fogo (a pedido), da posição permanente, aproveitando as comunicações das unidades de quadrícula e beneficiando de um alerta imediato dado pelo som dos tiros de combate. A pouca confiança na precisão do tiro levava a planear concentrações com distâncias de segurança maiores que o conveniente, sem retirar o interesse e a necessidade do apoio.

(3) *Apoio Imediato a Forças em Operações* – A falta de referências no terreno para efeitos de orientação e localização topográfica da força, aliada à falta de confiança na precisão do tiro, dificultava os pedidos de apoio e até levava a que os comandantes não os formulassem. A garantia de segurança dos PelArt era feita por forças de atiradores ou pela ocupação de posições dentro dos aquartelamentos (estacionamentos). Os planos de fogos previam um grande número de objectivos, com base nos locais bem identificados no terreno e bem referenciáveis na carta, com vista a facilitar os pedidos de apoio (quando eram solicitados). Tudo era planeado no sentido de garantir um apoio de fogos de forma contínua e oportuna[3].

(4) *Flagelação de Zonas Suspeitas* – A maioria das unidades usavam a sua Art de reforço para fins de flagelação sobre áreas suspeitas, com baixo rendimento, já que praticamente só inquietava o IN.

(5) *Contrabateria* – Quando um aquartelamento era flagelado, procurava-se inferir a origem dos disparos através da observação das direcções dos clarões ou da proveniência do som dos disparos, assim como, do conhecimento da actuação e do armamento IN.

(6) *Neutralização de Instalações do IN* – Este tipo de acção tinha como condicionantes a instabilidade do IN (difícil de localizar e bater em tempo oportuno), a exiguidade das suas instalações (exigia uma elevada precisão da nossa Art, o que face às limitações expressas era

[3] É disto exemplo, a formação dada aos comandantes de pelotão de atiradores, com vista efectuarem pedidos de tiro e a regularem este.

praticamente impossível), os efeitos colaterais (preocupação em bater objectivos sem afectar as populações) e os deslocamentos das unidades de Art (implicando recompletamentos, medidas de segurança, obtenção de viaturas e, por vezes, perda do segredo) (Costa, 1979).

3. A ARTILHARIA NO APOIO A GRANDES OPERAÇÕES *OPERAÇÃO NÓ GÓRDIO*

Quanto a esta operação, referimo-nos especificamente à acção da Art na mesma, não nos debruçando sobre os antecedentes, causas e consequências que a operação teve no desenrolar da guerra.

Após a decisão do lançamento da operação Nó Górdio, cuja execução estava sob o Comando Operacional das Forças de Intervenção (COFI)[4], a sua preparação foi iniciada em Maio de 1970, para a condução de uma intervenção ao longo da estrada Mueda-Mocímboa da Praia, envolvendo unidades de comandos, pára-quedistas e fuzileiros, apoiados por Art e aviação, a qual serviu de treino ao Estado-Maior do COFI. Iniciou-se uma intensa acção de reparação e reunião de materiais, sobretudo da Art, sendo a maioria destes meios concentrados em Mueda, que se transformou numa grande base de operações.

Os principais objectivos expressos no conceito de operação, consistiam na destruição do objectivo A – base de Gungunhana; objectivo B – base provincial Moçambique; objectivo C – base Nampula. A manobra seria apoiada no terreno com fogos de Art e de aviação, em acções de flagelação e de concentração sobre os objectivos. Os agrupamentos de assalto dispunham de uma composição inter-armas, do tipo *task force*, incluindo unidades de forças especiais, forças regulares, de apoio de fogos (Art e morteiros) e de Engenharia (Eng). Como apoio de fogos, tomaram parte nesta ofensiva 3 BArt 8,8*cm* (num total de 16 bf) em A/D aos agrupamentos de assalto[5], sob um CmdArt. Cabe ainda referir que a presença Artilheira nesta operação ainda se fez representar nas Forças de Cerco com 4 CArt[6].

O Comandante de Art, ficou submetido directamente ao COFI. Em termos de efectivos estes eram oriundos de todas as BArt orgânicas da região e tiveram uma instrução de aperfeiçoamento operacional durante 2 meses, terminando em Junho 1970 com um exercício de fogos reais em

[4] Criado em Novembro de 1969 para o emprego conjunto de forças do Exército, Marinha e Força Aérea em missões de grande envergadura, situações de emergência e em operações especiais.

[5] Agrupamento IA (Comandos) - objectivo A; Agrupamento IB (pára-quedistas) – objectivo B; Agrupamento IC (fuzileiros) – objectivo C.

[6] Cerco Norte (CArt 2718 e CArt 2719) e Cerco Sul (CArt 2646 e CArt 2648).

Nhangau. Quanto ao material, apesar da sua avançada idade, estava revisto e provou a sua eficiência com um número insignificante de avarias, que nada influenciou no rendimento da Art.

O pedido de apoio de fogos era feito pelo Comandante de Agrupamento (Agr), canalizado através do observador avançado Art à respectiva Btr em A/D desse Agr e, se necessário, recorria-se à observação do fogo pelos observadadores aéreos que estavam sediados em Mueda. O controlo dos fogos de Art foi feito pelo Centro Coordenador de Fogos[7] que também se encontrava sediado em Mueda.

Os observadores aéreos do CmdArt (regulavam os fogos das várias BArt), os observadores avançados, os oficiais/sargentos de ligação com as tropas apoiadas e os comandantes de Btr, íam regulando diariamente o tiro sobre os alvos a bater.

Esta operação, distinta duma guerra clássica, caracterizou-se por ausência de frentes (como em toda a guerra subversiva), pelo facto da Eng, seguida de perto pela Art, ir abrindo sempre a picada com os tractores protegidos por forças de segurança, que seguiam sempre na vanguarda da marcha para o objectivo. É disto exemplo, um documento apreendido numa das bases a um guerrilheiro fugitivo, que escrevia «já lá vem a tropa com traquitores e canhões à frente...» (A Art numa operação de grande envergadura em Moçambique, 1971, 144).

Ao fogo de morteiro sobre a nossa Art respondia-se de forma pronta e eficaz com rajadas de 18 tiros por BArt em menos de um minuto. Realizaram-se potentes concentrações de Art sobre os objectivos atrás definidos, causando baixas consideráveis em termos pessoais e materiais como confirmaram posteriormente as forças assaltantes através de relatos via rádio.

Depois de analisar a forma de actuar dos guerrilheiros (dispersa), a Art deixou de efectuar missões de destruição, passando a efectuar acções de neutralização e flagelação de curta duração sobre os objectivos que se iam revelando.

A partir de 7 de Julho, as BArt, após a conquista das bases, instalaram-se nos objectivos. As concentrações de Art causaram elevadas baixas e acima de tudo impunham uma insegurança permanente no In, pois segundo as declarações de capturados: « as bombas dos canhões não se sabe donde vêm e matam muita gente!!!...» (A Art numa operação de grande envergadura em Moçambique, 1971, 146). Quando a operação terminou (primeiros dias de Agosto), a Art regressou a Mueda, com a satisfação do dever cumprido.

O valor e a honra da Art saiu indiscutivelmente reforçado após esta operação. Assim, a Art, causou mais de uma centena de baixas ao IN, foram

[7] Onde estava o Comandante da Artilharia e o oficial de ligação da Força Aérea.

executadas cerca de 50 missões de tiro sobre cerca de 20 objectivos ou organizações IN (num total de cerca de 2500 granadas das 6200 disponíveis), e os observadores aéreos efectuaram mais de 100 horas de voo entre reconhecimentos e regulações.

Os Artilheiros sofreram em termos de efectivos 9 baixas, das quais 2 graves e, em termos materiais, registaram-se 2 obuses e 3 viaturas inoperacionais, sendo uma das viaturas minada e as duas restantes avariadas por acidente. Estes resultados demonstram as possibilidades da Art na época, que quando empregue de acordo com as suas características, é uma poderosa e eficiente arma nas mãos do comando, actuando sob quaisquer condições, 24 horas por dia.

CONCLUSÕES

É inegável que o ambiente de guerrilha vivido na guerra de África, assim como as condições geográficas do TO de Moçambique, aliados à falta de recursos humanos e materiais, fez com que a Artilharia tivesse alguns condicionamentos no seu emprego como arma de apoio de fogos, sendo essencialmente empregue como elemento de manobra e como unidade de quadrícula.

A obsolescência dos materiais era uma constante embora não fosse limitativa no seu emprego, garantindo sempre a defesa imediata dos estacionamentos, o apoio oportuno aos aquartelamentos atacados e às forças em operações, a flagelação a zonas suspeitas ou confirmadas, a contrabataria e a neutralização de instalações e das forças oponentes, entre muitas outras tarefas que lhe estavam cometidas.

Da observação dos extractos de documentos da época, depara-se com uma actividade essencialmente virada para missões de quadrícula, com ênfase na melhoria das instalações, protecção de colunas e acções de caçadores. Na componente operacional ressalta a utilização da Art em missões de dissuasão pura, sem qualquer tipo de limitações quanto ao emprego dos meios.

Numa análise sumária mas objectiva dos dados apresentados, facilmente constatamos o incremento das unidades de Artilheiros (essencialmente CArt), ao longo dos anos desta guerra, o que demonstra o valor destes combatentes em se adaptarem ao ambiente operacional da época.

Os Artilheiros, na sua generalidade, não tiveram oportunidade, por razões que não lhe são imputáveis, de garantir o apoio de fogos às forças do combate próximo, no entanto, nas poucas missões artilheiras em que estiveram envolvidos, garantiram um apoio eficaz, eficiente e oportuno como era e é seu apanágio, relevando-se como técnicos e tácticos exímios.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos (1988). *Guerra Colonial, Angola – Guiné – Moçambique*. Diário de Notícias.

BACELAR, Cor Sérgio (1998). *Portugal e as Campanhas de África 1961-1974 – Estratégias Operacional, Estrutural e Genética*. Instituto de Altos Estudos Militares, TILD CSCD (1997-1998).

BACELAR, MGen Sérgio (2000). *A Guerra em África 1961-1974*. Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique.

CANN, John P. (1998). *Contra-Insurreição em África. O modo Português de fazer a Guerra, 1961-1974*. 1ª Edição, Tradução de Dinorah e Ana Dias, Edições Atena, S. Pedro do Estoril.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1988). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*. Enquadramento Geral. 1º volume, Lisboa.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1989). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*. Dispositivo das Nossas Forças. Moçambique. 4º volume, Lisboa.

GOMES, Carlos de Matos (2002). *Moçambique – 1970 - Operação Nó Górdio*. Prefácio.

MOREIRA, Maj Luis Dores (2001). *A Adaptação das Forças Armadas para a Guerra do Ultramar (1961-74)*. Instituto de Altos Estudos Militares, TILD CEM (1999-2001).

RODRIGUES, Manuel A. Ribeiro (2000). *As Campanhas Ultramarinas 1961-1974*. Colecção Guerra e Paz, Edições Destarte.

COSTA, Rodrigues da (1979). "Recordações do Emprego da Artilharia de Campanha na Guerra do Ultramar dos anos 60/70", in *Revista de Artilharia*, nº 643-644, Março-Abril, 215-228.

Transcrição do nº 3 do Jornal do GAC 6 – O Clarão (1971)."A Artilharia numa operação de grande envergadura em Moçambique", in *Revista de Artilharia*, nº 555-556, Novembro-Dezembro, 139-148.

CARVALHO, Cor Art Dias de (1984). "A Artilharia em Moçambique no período 1964/74, Organização e Processos de Actuação", in *Revista de Artilharia*, nº 701-702, Janeiro-Fevereiro, 259-263.

CARVALHO, Cor Art Dias de (1984). "A Artilharia em Moçambique no período 1964/74, Um dia na nova Alfama", in *Revista de Artilharia*, nº 705-706, Maio-Junho, 447-451.

CARVALHO, Cor Art Dias de (1984). "A Artilharia em Moçambique no período 1963/74, Operação Lancelote", in *Revista de Artilharia*, nº 707-708, Julho-Outubro, 77-87.

Internet:

PORTUGAL, Nuno Moura, et al (1996). *Centro de Documentação 25 de Abril. Guerra Colonial*, http://www.uc.pt/cd25a, 24 de Fevereiro, 00H45.

Entrevistas:

- Major-General Ferreira da Silva, em 10 de Abril de 2003.
- Cor Art Ref Barata das Neves, em 16 de Maio de 2003.
- Cor Inf Res Norberto Sanches, em 08 de Abril de 2003.

Obús 8,8 cm na defesa próxima de uma unidade de quadrícula.

ANEXOS

IMPLANTAÇÃO GEOGRÁFICA DAS UNIDADES DE ARTILHARIA

Localização	Código	01Fev63	01Mai64	01Out64	01Jul65	01Mai67	02Dec68	06Jul70	02Jul73	01Abr74
Lourenço Marques	CTS	CArt BArt CI Art	BArt CI Art	BArt CI Art	BArt CI Art		BArt CI Art	BArt CI Art	CArt	CArt
Maxixe	CTS	BatArt291								
Chibuto	CTS		CArt	CArt	CArt					
Boane	CTS					BArt e) CI Art				
Beira	CTC	Bart a)	BArt d)	BArt d)	BArt d)	GAC 6 BArt	GAC 6 Cart BArt BArt a)	GAC 6 2 BArt	2 CArt Bart Instr 2 CArt d)	CArt
Inhaminga	CTC	CArt							BatArt 6221 CArt	BatArt 6221 2 CArt CArt d)
Mutarara	CTC	CArt				CArt				
Tete	CTC	BatArt 162 Cart (-)	BatArt 562	BatArt 562	BatArt 562	BatArt 1881			2 CArt	
Magoe	CTC	PelArt	PelArt	PelArt	PelArt					
Fingoe	CTC	PelArt	PelArt	CArt (-)	Cart (-)	BatArt 1882	CArt	CArt CArt d)	CArt	CArt
Furancungo	CTC		PelArt	CArt	CArt	CArt			CArt CArt d)	BatArt 6223 3 CArt CArt d)
Moatize	CTC		CArt	CArt	CArt	CArt				
Zambue	CTC					CArt				
Muze	CTC					CArt				
Bene	CTC							BatArt 2897 3 CArt		
Guro	CTC								CArt	
Changara	CTC								BatArt 7220 3 CArt	BatArt 7220 2 CArt CArt d)
Estima	CTC								CArt BArt	Cart BArt CArt d)
V. P. Andrade	CTC									CArt
V. Gouveia	CTC									CArt
Chemba	CTC									BatArt 3876 CArt
Mungari	CTC									BatArt 7221 CArt
C. Xavier	CTC									2 CArt
Sabondo	CTC									CArt
Maúa	CTN	CArt	CArt	CArt		BatArt 1903 CArt	CArt			
Ocua	CTN	CArt								CI Art
António Enes	CTN	Cart (-)	CArt (-)	CArt (-)	Cart (-)					
Nampula	CTN	GAC N BArt b) Bart c)	GAC N BArt c) BArt	GAC N BArt c) BArt	GAC N BArt c) BArt	BArt c)	2 CArt			BatArt 3877 f) CArt
Ilha Moçambique	CTN	PelArt	PelArt		PelArt				GAC 6	GAC 6
Nova Freixo	CTN		BatArt 639				CArt			
Entre Rios	CTN		Cart							
Marrupa	CTN			BatArt 639 CArt	BatArt 639 CArt		BatArt 2839	BatArt 2869		
Ilha Ibo	CTN			PelArt	PelArt					
Mécula	CTN				PelArt				BatArt 3887 2 CArt	BatArt 3887 2 CArt
Lucambo	CTN				CArt					
Mecimboa Praia	CTN					CArt				
Esposende	CTN					CArt				

(CONTINUA)

Mueda	CTN					PelArt	BatArt 2846 1 CArt d) 3 CArt BArt	3 CArt BArt 2 PelArt	5 CArt 2 BArt CArt d)	CArt 2 BArt 3 CArt d) 3 CArt g)
Chai	CTN					BArt (-)				
Muaguide	CTN					CArt				
Toma do Nairoto	CTN					CArt				
Muoco	CTN					CArt				
Niepe	CTN					CArt				
Révia	CTN					CArt				
Mandimba	CTN					CArt				
Vila Cabral	CTN					BArt	BArt	BArt CArt	CArt	CArt
Macaloge	CTN					BatArt 1885 CArt				
C. Dias	CTN					CArt				
Paulia	CTN					CArt				
Metangula	CTN						BatArt 2838 2 CArt CArt d)	CArt d)		CArt
Valadim	CTN						BatArt 2847 3 CArt CArt d)	BatArt 2898 3 CArt CArt d)		
Maconia	CTN						CArt			
Vila Barreto	CTN							BatArt 2918 CArt		
Nangololo	CTN							BatArt 2901 3 CArt		
Catur	CTN							CArt		
Nangade	CTN								BatArt 3876 CArt	BArt
M. Rovuma	CTN								CArt	CArt d)

Legenda:

a) Reserva do Comando Territorial Centro
b) Reserva da Região Militar
c) Reserva do Comando Territorial Norte
d) Força de Intervenção do Comando Territorial
e) Reserva do Comando da RMM
f) Integra a Chefia de Serviço de Transportes
g) Em sobreposição

CTS – Comando Territorial Sul
CTC – Comando Territorial Centro
CTN – Comando Territorial Norte

BatArt – Batalhão de Artilharia
CArt – Companhia de Artilharia
PelArt – Pelotão de Artilharia
BArt – Bataria de Artilharia de Campanha
GAC – Grupo de Artilharia de Campanha

■ Contém Unidades de Artilharia de Campanha

Fonte: Adaptado de:

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1989). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*. Dispositivo das Nossas Forças. Moçambique. 4º volume, Lisboa.

LISTA DAS UNIDADES QUE FIZERAM COMISSÕES EM MOÇAMBIQUE

Unidade	Un. Mob	Mês/Ano/Local Início da Comissão	Mês/Ano/Local Outras Comissões	Mês/Ano/Local Fim da Comissão	Obs.
3ª/GAC N	RMM	7/1965/N.Freixo Mueda	**9/1965/Nampula** 6/1966/Beira	4/1967/Beira	1
CIArt LM	RMM	7/1965/L.Marques		12/1970/L.Marques	
3ª/GAC 6	RMM	4/1967/Beira	10/1970/V.Barreto 01/1971/Mueda 05/1971/Lumbo 01/1972/Songo	4/1974/Songo	2
GAC N	RMM	2/1963/Nampula	03/1966/Beira	4/1967/Beira	3
1ª/GAC N	RMM	2/1963/Nampula	07/1965/M.Macondes 10/1965/V. Cabral	04/1967/V.Cabral	5
2ª/GAC N	RMM	2/1963/Nampula	07/1965/Muidumbe 10/1965/Espozende 08/1966/Mueda	04/1967/Mueda	7
GAC 6	RMM	4/1967/Beira	9/1970/V.Barreto 9/1971/I.Moçambique	4/1974/I.Moçambique	4
1ª/GAC 6	RMM	4/1967/V.Cabral	10/1970/Mueda	4/1974/Mueda	6
2ª/GAC 6	RMM	4/1967/Mueda		4/1974/Mueda	8
BAC LM	RMM	2/1963/L.Marques	1/1966/Boane	3/1967/Boane	9
BAC 5	RMM	3/1967/Boane		1/1970/Boane	10, 11
BAC 4	RMM	1/1970/Boane		10/1970/Boane	12, 13
Btr Instr	RMM	10/1970/Beira		9/1973/Beira	14, 15
CIArt VB	RMM	9/1973/Beira	10/1973/V.Barreto	4/1974/V.Barreto	16
BAC BR	RMM	2/1963/Beira			17
BatArt 162	RAL 1	2/1963/Tete		12/1963/Tete	
CArt 177	RAL 2	2/1963/L.Marques		12/1963/L.Marques	
CArt 178	RAL 4	2/1963/Mutarara		12/1963/Mutarara	
CArt 179	RAP 2	2/1963/Inhaminga		12/1963/Inhaminga	
CArt 180	RAP 3	2/1963/A.Enes		12/1963/A.Enes	
CArt 251	RAP 2	2/1963/Acua		4/1964/Acua	
BatArt 291	RAP 2	2/1963/Maxixe		4/1964/Maxixe	
CArt 292	RAP 2	2/1963/Maúa		4/1964/Maúa	
CArt 293	RAP 2	2/1963/Tete		4/1964/Tete	
BatArt 562	RAL 1	12/1963/Tete		3/1966/Tete	
CArt 559	RAL 1	12/1963/Moatize		3/1966/Moatize	
CArt 560	RAL 1	12/1963/A.Enes	10/1965/Xai	3/1966/A.Enes	
CArt 561	RAL 1	12/1963/Furancungo		3/1966/Furancungo	
CArt 563	RAP 2	12/1963/Chibuto		2/1966/Chibuto	

1 – Passou a designar-se 3ª/GAC 6;
2 – Foi herdeira da 3ª/GAC N;
3 – Passou a designar-se GAC 6;
4 – Foi herdeira do GAC N;
5 – Passou a designar-se 1ª/GAC 6;
6 – Foi herdeira do 1ª/GAC N;
7 – Passou a designar-se 2ª/GAC 6;
8 – Foi herdeira do 2ª/GAC N;
9 – Passou a designar-se BAC 5;
10 – Foi herdeira do BAC LM;
11 – Passou a designar-se BAC 4;
12 – Foi herdeira do BAC 5;
13 – Passou a designar-se Btr Instr;
14 – Foi herdeira do BAC 4;
15 – Passou a designar-se CIArt VB;
16 – Foi herdeira da Btr Instr;
17 – Em 6/1966 foi absorvido para o GAC N.

Unidade	Un. Mob	Mês/Ano/Local Início da Comissão	Mês/Ano/Local Outras Comissões	Mês/Ano/Local Fim da Comissão	Obs.
BatArt 639	RAP 2	4/1964/N.Freixo	9/1964/Marrupa	10/1966/Marrupa	
CArt 636	RAP 2	4/1964/Entre-Rios	9/1964/Marrupa 7/1965/Mecula	10/1966/Mecula	
CArt 637	RAP 2	4/1964/Maúa	05/1965/V.Cabral 11/1965/Maúa	10/1966/Maúa	
CArt 638	RAP 2	4/1964/Fíngoe		9/1966/Fíngoe	
BatArt 1881	RAL 1	2/1966/Tete		5/1968/Tete	
CArt 1511	RAL 1	2/1966/Furancungo	9/1967/Mague 4/1968/Tete	5/1968/Tete	
CArt 1512	RAL 1	2/1966/Moatize		5/1968/Moatize	
CArt 1513	RAL 1	2/1966/Chai	10/1966/Mutarara	5/1968/Mutarara	
BatArt 1882	RAP 2	2/1966/Fíngoe		2/1968/Fíngoe	
CArt 1514	RAP 2	2/1966/Mague	4/1967/Zambue	2/1968/Zambue	
CArt 1515	RAP 2	2/1966/M.Praia	6/1967/Cassacatiza 9/1967/Fíngoe	2/1968/Fíngoe	
CArt 1516	RAP 2	2/1966/Mutarara	10/1966/Fíngoe 04/1967/Muze	2/1968/Muze	
BatArt 1885	RAL 1	5/1966/Namialo	08/1966/Macaloge 11/1967/E.Rios	5/1968/E.Rios	
CArt 1540	RAL 1	5/1966/Nacala	08/1966/Paúla 11/1967/E.Rios	5/1968/E.Rios	
CArt 1541	RAL 1	5/1966/Nampula	08/1966/Macaloge 11/1967/Lalaua	5/1968/Lalaua	
CArt 1542	RAL 1	5/1966/Nampula	07/1966/C.Dias 11/1967/Umpuhua 03/1968/P.Amélia	5/1968/P.Amélia	
BatArt 1893	RAP 2	10/1966/Marrupa	03/1967/Maúa 11/1967/Ribaue	8/1968/Ribaue	
CArt 1595	RAP 2	10/1966/Mecula	03/1967/Revia 11/1967/Ribaue	8/1968/Ribaue	
CArt 1596	RAP 2	10/1966/Maúa	09/1967/Nipepe 11/1967/Murrupula	8/1968/Murrupula	
CArt 1597	RAP 2	10/1966/Nipepe	09/1967/Rapala 11/1967/Maúa 04/1968/I.Moçambique	8/1968/I.Moçambique	
CArt 1598	RAC	10/1966/Mandimba	06/1968/Namaacha	8/1968/Mamaacha	
CArt 1599	RAC	10/1966/Muaguide	05/1967/Mataca 02/1968/T. Do Nairoto	8/1968/T. Do Nairoto	
CArt 1600	RAC	10/1966/Espozende	05/1967/Marrupa 12/1967/Namialo 06/1968/P. Mahone	8/1968/P. Mahone	
CArt 1625	RAC	12/1966/Faz. S. Pinheiro	3/1967/Nampula 1/1968/Meponda	11/1968/Maponda	
CArt 1626	RAC	12/1966/Muoco	12/1967/Catur 04/1968/Muembe 06/1968/Erego	10/1968/Erego	
CArt 1627	RAC	12/1966/T. De Nairoto	11/1967/Quiterajo 05/1968/Inhaminga	11/1968/ Inhaminga	

Unidade	Un. Mob	Mês/Ano/Local Início da Comissão	Mês/Ano/Local Outras Comissões	Mês/Ano/Local Fim da Comissão	Obs.
BatArt 2838	RAP 2	2/1968/Metangula	05/1969/Maúa 12/1969/Nampula	2/1970/Nampula	
CArt 2324	RAP 2	2/1968/N.Coimbra	08/1968/Balance 10/1968/N.Coimbra 05/1969/Ribaue	2/1970/Ribaue	
CArt 2325	RAP 2	2/1968/Cobue	05/1968/Lunho 06/1969/E-Rios 11/1969/Chai 01/1970/E-Rios	2/1970/E-Rios	
CArt 2326	RAP 2	2/1968/Naniamba	05/1969/Sone 08/1969/Furancungo 10/1969/Sone	2/1970/Sone	
BatArt 2839	RAL 5	2/1968/Marrupa		2/1970/Marrupa	
CArt 2327	RAL 5	2/1968/Lione	08/1968/Murrumpula 10/1968/América 01/1969/Revia 03/1969/Murrumpula	2/1970/Murrumpula	
CArt 2328	RAL 5	2/1968/Pundanhar	08/1968/Mecuburi 01/1969/Bandece 03/1969/Mecuburi 06/1969/Chai 10/1969/Mecuburi	2/1970/Mecuburi	
CArt 2329	RAL 5	2/1968/M.Macondes	08/1968/V.Barreto 01/1969/A. Enes 09/1969/Chai 11/1969/ A. Enes	2/1970/A. Enes	
BatArt 2847	RAP 2	5/1968/Valadim	11/1969/Mocuba	5/1970/Mocuba	
CArt 2372	RAP 2	5/1968/Valadim	11/1969/Mabo-Tacuane	5/1970/Mabo-Tacuane	
CArt 2373	RAP 2	5/1968/Muembe	11/1969/Milange	5/1970/Milange	
CArt 2374	RAP 2	5/1968/N. Viseu	11/1969/Morrumbala	5/1970/Morrumbala	
CArt 2385	GACA 2	5/1968/Cassuende	08/1968/G.Coutinho 02/1970/V. Coutinho	5/1970/V. Coutinho	
CArt 2386	GACA 2	5/1968/Quiterajo	03/1969/Cruz Alta 09/1969/Lalaua 03/1970/L.Marques	5/1970/L.Marques	
CArt 2387	RAL 3	5/1968/V. Cabral	09/1968/Chiconono 06/1969/Lione	5/1970/Lione	
BatArt 2846	RAL 5	6/1968/Mueda	08/1969/V. Barreto	6/1970/V.Barreto	
CArt 2369	RAL 5	6/1968/Mueda	08/1969/Meponda	6/1970/V Meponda	
CArt 2370	RAL 5	6/1968/Diaca	08/1969/Namapa 01/1970/Macomia 03/1970/Namapa	6/1970/Namapa	
CArt 2371	RAL 5	6/1968/Sagal	08/1969/Nacaroa 01/1970/Luatize 03/1970/Nacaroa	6/1970/Nacaroa	
CArt 2388	RAL 3	6/1968/América	09/1968/I.Metarica 01/1969/Revia 11/1969/Zambue	6/1970/ Zambue	
CArt 2452	GACA 2	11/1968/Sone	01/1969/V.Gama 05/1969/Cassoende 10/1969/Cant.Oliveira 02/1970/Fingoe 05/1970/Zambue	10/1970/ Zambue	

Unidade	Un. Mob	Mês/Ano/Local Início da Comissão	Mês/Ano/Local Outras Comissões	Mês/Ano/Local Fim da Comissão	Obs.
CArt 2453	GACA 2	11/1968/Mandimba	08/1969/Sagal 06/1970/Nacaroa 08/1970/L.Marques	12/1970/L.Marques	
BatArt 2869	RAP 2	05/1969/Metangula	03/1970/Marrupa	05/1971/Marrupa	
CArt 2495	RAP 2	05/1969/Naniamba	03/1970/V.Cabral 05/1970/Naniamba 08/1970/Inhaminga	05/1971/Inhaminga	
CArt 2496	RAP 2	05/1969/Lunho	04/1970/Luatize 08/1970/Sone	05/1971/Sone	
CArt 2497	RAP 2	05/1969/N.Coimbra	04/1970/Chiringa 12/1970/L.Marques	05/1971/L.Marques	
BatArt 2897	RAP 2	11/1969/Bene	08/1970/Tembue	10/1971/Tembue	
CArt 2627	RAP 2	11/1969/Tembue	03/1970/Bene	10/1971/Bene	
CArt 2628	RAP 2	11/1969/Cangombe	05/1971/Sone	10/1971/Sone	
CArt 2629	RAP 2	11/1969/Sadzo		10/1971/Sadzo	
BatArt 2898	GACA 2	11/1969/Valadim		10/1971/Valadim	
CArt 2630	GACA 2	11/1969/Muembe	11/1970/Valadim 02/1971/Muembe	10/1971/Muembe	
CArt 2631	GACA 2	11/1969/N.Viseu		10/1971/N.Viseu	
CArt 2632	GACA 2	11/1969/SValadim		10/1971/Valadim	
BatArt 2901	RAP 2	02/1970/Nangololo	02/1971/Montepuez	01/1972/Montepuez	
CArt 2646	RAP 2	02/1970/Miteda	02/1971/Mabotacuane	01/1972/Mabotacuane	
CArt 2647	RAP 2	02/1970/Antadora	02/1971/Milange	01/1972/Milange	
CArt 2648	RAP 2	02/1970/Muidumbe	05/1971/Molumbo	01/1972/Molumbo	
CArt 2733	RAL 5	05/1970/Cant.Dias		05/1972/Cant.Dias	
CArt 2734	RAL 5	05/1970/Malapisia		06/1972/Malapisia	
BatArt 2918	GACA 2	06/1970/Sagal	11/1970/Nangade 02/1972/Ribaue	07/1972/Ribaue	
CArt 2717	GACA 2	06/1970/Nancatari	02/1972/E-Rios	07/1972/E-Rios	
CArt 2718	GACA 2	06/1970/Sagal	03/1972/Mecuburi	07/1972/Mecuburi	
CArt 2719	GACA 2	06/1970/Diaca	02/1972/Namapa	07/1972/Namapa	
BatArt 2921	GACA 2	08/1970/Nampula		11/1972/Nampula	
CArt 2744	GACA 2	08/1970/Muera	05/1971/Magoe	11/1972/Magoe	
CArt 2745	GACA 2	08/1970/Tartibo	03/1971/Nangade 02/1972/N.Freixo	11/1972/N.Freixo	
CArt 2746	GACA 2	08/1970/Namialo	09/1970/Nazombe 10/1971/Negomano 03/1972/Balama	11/1972/Balama	
CArt 2764	RAL 3	08/1970/N.Freixo	08/1971/Mandimba	12/1972/Mandimba	
CArt 2784	RAL 5	12/1970/Matundo	08/1971/V.Coutinho	10/1972/V.Coutinho	
CArt 2785	RAL 5	12/1970/Marrupa	09/1972/V.P.Andrade	10/1972/V.P.Andrade	
CArt 2786	BAG 2	12/1970/Marrupa	06/1971/Maroeira 05/1972/Songo	10/1972/Songo	
Cmd Art	RMM	01/1971/Nampula		04/1974/Nampula	
BatArt 3876	RAL 5	01/1972/Nangade	09/1973/Chemba	03/1974/Chemba	
CArt 3501	RAL 5	01/1972/Nancatari		04/1974/Nancatari	
CArt 3502	RAL 5	01/1972/Sagal		04/1974/Sagal	
CArt 3503	RAL 5	01/1972/Mueda		04/1974/Mueda	
BatArt 3877	GACA 2	01/1972/Nampula		04/1974/Nampula	

Unidade	Un. Mob	Mês/Ano/Local Início da Comissão	Mês/Ano/Local Outras Comissões	Mês/Ano/Local Fim da Comissão	Obs.
CArt 3504	GACA 2	01/1972/Maniamba	04/1972/Meponda 04/1973/V.Gouveia 03/1974/Chiluvo	04/1974/Chiluvo	
CArt 3505	GACA 2	01/1972/Diaca	10/1973/Namapa	04/1974/Namapa	
CArt 3506	GACA 2	01/1972/Tartibo	08/1972/Muidine 02/1973/Nangade 08/1973/V.Fontes	04/1974/V.Fontes	
BatArt 3887	RAL 3	04/1972/Mecula		04/1974/Mecula	
CArt 3556	RAL 3	04/1972/Chiulézi		04/1974/Chiulézi	
CArt 3557	RAL 3	04/1972/Candulo	10/1972/V.Gouveia 06/1973/Fudze	04/1974/Fudze	
CArt 3558	RAL 3	04/1972/Mecula		04/1974/CMecula	
CArt 3573	GAG 2	04/1972/Nangololo	02/1973/L.Marques	04/1974/L.Marques	
CArt 3574	GACA 2	04/1972/M.Rovuma	02/1973/Namaacha 04/1973/Canda	04/1974/Canda	
CArt 3572	GAG 2	06/1972/Cant.Dias		04/1974/Cant.Dias	
BatArt 722/72	GACA 2	07/1972/Changara		04/1974/Changara	
1ª CArt	GACA 2	08/1972/Chipanga	04/1973/Mazoe	04/1974/Mazoe	
2ª CArt	GACA 2	08/1972/Chinanga	11/1972/Changara	04/1974/Changara	
CArt 725/72	GACA 2	08/1972/Zóbue	12/1973/Mandie	04/1974/Mandie	
BatArt 622/72	RAP 2	11/1972/Montepuez		04/1974/Montepuez	
1ª CArt	RAP 2	11/1972/Chinanga		04/1974/ Chinanga	
2ª CArt	RAP 2	11/1972/Moatize		04/1974/ Moatize	
3ª CArt	RAP 2	11/1972/Vuende		04/1974/Vuende	
CArt 7251/72	GACA 2	11/1972/G.Coutinho		04/1974/G.Coutinho	
CArt 7252/72	GACA 2	11/1972/Dómue		04/1974/Dómue	
CArt 7253/72	GACA 2	01/1973/M.Rovuma		04/1974/M.Rovuma	
CArt 7254/72	GACA 2	01/1973/M.Praia		04/1974/M.Praia	
CArt 7255/72	GACA 2	01/1973/Tchirodzi		04/1974/ Tchirodzi	
CArt 7256/72	GACA 2	01/1973/Nangololo	08/1973/P.Amélia 10/1973/Nangololo	04/1974/Nangololo	
BatArt 622/72	RAP 2	04/1973/Inhaminga		04/1974/Inhaminga	
1ª CArt	RAP 2	04/1973/Canxixe		04/1974/Canxixe	
2ª CArt	RAP 2	04/1973/Zaia	09/1973/Inhaminga	04/1974/Inhaminga	
3ª CArt	RAP 2	04/1973/Sena		04/1974/Sena	
BatArt 722/73	GACA 2	07/1973/Guro	09/1973/Mungari	04/1974/Mungari	
1ª CArt	GACA 2	07/1973/Chizampeta		04/1974/Chizampeta	
4ª / GAC 6	RMM	07/1973/Nangade		04/1974/Nangade	
BatArt 622/73	RAP 2	02/1974/Furancungo		04/1974/Furancungo	
1ª CArt	RAP 2	02/1974/Casula		04/1974/Casula	
2ª CArt	RAP 2	02/1974/Bene		04/1974/Bene	
3ª CArt	RAP 2	02/1974/Vuende		04/1974/Vuende	
CArt 7257/73	GACA 2	03/1974/Mueda		04/1974/Mueda	
CArt 7258/73	GACA 2	03/1974/Chipera		04/1974/Chipera	
CArt 7259/73	GACA 2	03/1974/Nangololo		04/1974/ Nangololo	
CArt 7260/73	GACA 2	03/1974/Lunho		04/1974/Lunho	

Fonte: Adaptado do:
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1989). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*. Dispositivo das Nossas Forças. Moçambique. 4º volume, Lisboa.

A ARTILHARIA DE CAMPANHA 2003

Pela Direcção de Estudos e Instrução
da Escola Prática de Artilharia

INTRODUÇÃO

Num período em que palavras como "reestruturação, mudança e restrição orçamental", ecoam por todos os países do mundo sem excepção e numa época em que a evolução tecnológica progride a uma velocidade vertiginosa, consideramos extremamente importante acompanhar o que se passa nos países aliados e o que neles se vai fazendo em termos de modernização e desenvolvimento em geral. Nesse sentido procuramos, por todos os meios, mantermo-nos a par das mudanças que se vão operando e inteirarmo-nos da forma como a Artilharia se tem adaptado às novas realidades.

O artigo que a seguir se apresenta resulta da tradução e adaptação de um artigo da *Military Technology, Issue 7, 2003*, relativo à evolução da artilharia, a partir de pontos de vista efectuados por responsáveis da Artilharia dos exércitos austríaco, canadiano, francês, alemão, polaco, espanhol, americano e inglês.

Trata-se de um ponto de situação anual, elaborado nesta época do ano e que aborda as evoluções marcantes, adaptações e restruturações, operadas ou em curso, nos respectivos países.

A ARTILHARIA AUSTRÍACA EM 2003

Coronel Rainer Karasek, Comandante da Artilharia e da Escola de Artilharia Austríaca

ORGANIZAÇÃO

Durante o ano de 2002 teve lugar uma reorganização completa das Forças Armadas Austríacas processo que também se reflectiu na artilharia. Em resultado desta reorganização as 1ª e 7ª Brigada de Infantaria têm, agora, um Regimento de Artilharia, em tempo de paz, os quais irão constituir dois Grupos de Artilharia em tempo de guerra.

Obus M109A50AP.

As 3ª e 4ª Brigada de Infantaria Mecanizada têm um Grupo de Artilharia, cada uma, tanto em tempo de paz como em tempo de guerra.

Desta reorganização resulta, em tempo de guerra, uma estrutura com seis Grupos de Artilharia. Por sua vez, o grupo é constituído por Bateria de Comando e três Baterias de Bocas de Fogo a oito obuses cada.

MEIOS PRINCIPAIS

O meio principal no inventário actual da Artilharia continua a ser o obus M109A50AP. O *up grade* de cerca de 100 obuses deste modelo, para a configuração A50E, está ainda em progresso prevendo-se que esteja completa a curto prazo.

O desenvolvimento do Sistema de Controlo de Fogos Automático (AFCS) ao nível do Grupo de Artilharia, usado inicialmente apenas ao nível de Baterias, encontra-se em fase final e será introduzido brevemente.

Durante 2002, a Artilharia Austríaca introduziu uma nova estação meteorológica, com capacidade para medições da camada superior da atmosfera, produzido pela Firma *Vaisala*, da Finlândia. Todos os Grupos de Artilharia estão equipados com este sistema. De futuro este estará interligado automaticamente com o Sistema de Controlo de Fogos Automático (AFCS), actualmente em desenvolvimento.

DESENVOLVIMENTOS

Atendendo aos projectos para o futuro e apesar do programa de compra, a curto prazo, não fornecer um orçamento generoso em equipamento de artilharia, está-se considerando a obtenção de um sistema de aquisição de objectivos e equipamento topo de gama para os observadores avançados.

REGIMENTO REAL DA ARTILHARIA CANADIANA

Coronel R.D. (Bob) Gunn, Director da Artilharia

Os três regimentos da Força Regular, os 15 Regimentos da Força da Reserva e uma bateria independente da Força da Reserva ainda se mantêm e estão equipados com os obuses 155mm M109A4 AP, LG1 105 mm rebocado e 105 mm C3 rebocado. Contudo, este nível de estabilidade contradiz a preparação de mudanças significativas, que se perspectivam para os tempos vindouros.

A ESTRATÉGIA DO EXÉRCITO

O Exército Canadiano publicou recentemente uma estratégia nova, "Avançar com Objectivos", na qual estabelece os princípios categóricos e a direcção necessária para sustentar o Exército de Hoje, enquanto este se transforma no Exército de Amanhã. Contém, também, a estrutura para explorar os novos desafios e conceitos para o seu futuro e que se irão desenvolver para além destes.

Obus LG1 em acção na Bósnia.

"Avançar com os Objectivos" não é um plano detalhado sobre pessoal ou equipamento. Contudo, define a orientação que irá levar a um Exército mais ágil, letal e com conhecimentos base, juntamente com o equipamento, doutrina e instrução adequados para a força que é estrategicamente relevante e tacticamente decisiva. Também define quatro objectivos estratégicos: estabelecer contacto com a população canadiana; modificar a cultura do Exército; estabelecer uma estrutura de combate forte e adequada à Força; treinar a Prontidão. É o terceiro destes objectivos que detém uma importância particular para este artigo. O seu propósito é transformar o Exército num peso-médio, na era da informação, através da sua contínua modernização. Isto inclui uma mobilidade e um poder de fogo superiores.

APLICAR A ESTRATÉGIA

A Artilharia de Campanha irá fornecer o "sistema dos sistemas" que adquirem com precisão objectivos e depois executa uma variedade de efeitos (desde letais a não letais) nos objectivos móveis, estáticos, da manobra,

ligeiros ou pesados. Poderão ser objectivos pontuais ou de área e poderão ser empenhados em todas as condições meteorológicas, 24 horas por dia e a alcances que estão para além das capacidades da força da manobra. Esta capacidade irá permitir ao Exército adquirir e empenhar-se sobre os adversários, antes que estes possam adquirir as nossas forças da manobra.

A aplicação do poder de fogo ou a ameaça da sua aplicação, em conjunção com as operações das informações, serão a chave para "quebrar" as capacidades dos adversários e a sua vontade de combater.

Num Exército expedicionário de peso-médio, a Artilharia de Campanha do futuro irá desempenhar um papel chave ao planear, coordenar e providenciar, em simultâneo, o poder de fogos indirecto e em profundidade como parte dos efeitos base das operações para coagir, quebrar, destruir, neutralizar, suprimir e desmoralizar os nossos adversários, com o objectivo de destruir a sua coesão e vontade de combater.

Enquanto as exigências do ambiente futuro pedem rigor, consistência e, quando necessário, precisão para além do que previamente consideramos prático, a tecnologia actual permite à Artilharia de Campanha empenhar-se com fogos precisos e conseguir os efeitos desejados com considerável exactidão e letais. De modo a alcançar este nível de eficácia, toda a tecnologia disponível deve ser explorada. Adicionalmente, a acção de letalidade da Artilharia de Campanha deve ser realçada e as capacidades de precisão devem ser exploradas. Assim, a curto prazo, a Artilharia de Campanha irá desenvolver tácticas, técnicas e procedimentos para tirar o máximo benefício das novas tecnologias. No ambiente político e operacional actual, não são aceitáveis riscos de fratricídio ou danos colaterais provocados por procedimentos inapropriados. Por esta razão, as unidades de Artilharia de Campanha devem operar dentro deste paradigma.

Obus LG1 em acção na Bósnia.

No futuro, a Artilharia de Campanha irá inovar e melhorar a sua capacidade de integrar meios de poder de fogo internos e externos, de modo a atacar os adversários com um poder de fogos sincronizado, explorando o conhecimento aperfeiçoado da situação. Neste contexto, o Regimento Real deve expandir o seu impacto para além das perspectivas tradicionais e promover uma aplicação criativa das novas tecnologias. O fenómeno recente de se concentrar apenas nos fogos de apoio próximo ao ponto de se excluir a moldagem do

campo de batalha, conduzir fogos de contra-bateria e contra-morteiro irá mudar. Ao invés de comprar equipamento evolucionário que só irá fornecer um aumento do desempenho das nossas capacidades actuais, a Artilharia de Campanha irá focar-se na aquisição do sistema dos sistemas que irá substancialmente aumentar as capacidades superando o material existente, e que irá cumprir os requisitos feitos às Forças Canadianas de execução do apoio de fogos indirectos.

Em conjunção com estes sistemas novos, as futuras munições irão aumentar a sua capacidade letal, com alcances de mais de 50 km e oferecer capacidades de área, precisas e exactas. Assim, o equipamento do futuro em termos de fogos indirectos, tem de ser relevante nas capacidades que pode fornecer e deve poder ser empregue tanto sob uma perspectiva prática como política. Uma vez no teatro de guerra, estes sistemas devem ter a capacidade de cumprir a sua missão, enquanto simultaneamente fornecem fogos de área de longo alcance exactos e precisos, em termos de tempo e espaço.

Para desempenhar correctamente tantas missões, a protecção e a mobilidade da Artilharia de Campanha deve coincidir com as das outras Armas até à maior extensão possível.

Para empenhar eficazmente as unidades de Artilharia de Campanha instaladas, as estruturas de comando e controlo devem estar estabelecidas, o que possibilita a transição rápida de uma missão para outra dentro do quadro do conflito. Estas organizações serão comandadas por oficiais com instrução profissionalmente sólida no âmbito da liderança, e apoiada por sargentos que possuam uma perícia detalhada em ferramentas tecnológicas relacionadas com o seu ofício.

A aplicação eficaz de todos os meios do poder de fogos e o aumento dos alcances serão a chave para o Exército canadiano ter sucesso em operações futuras. Parte integrante para alcançar este objectivo é a coordenação, recolha e disseminação rápida da informação de *targeting*, sendo crítico para o sucesso deste sistema uma ligação sensível de sensor-atirador, o que permite implementar o conceito "detectar e atacar". O Regimento Real irá continuar a melhorar a sua bem conhecida reputação de reunir rapidamente a informação e utilizá-la para atacar os adversários. Mais ainda, a capacidade de circular a informação numa estrutura de rede global deve tornar-se no foco central do Regimento Real, de modo a que a Artilharia se torne num nódulo crítico do "Quadro Operacional". Esta área de especialização tem sido tradicionalmente a força das vitórias para os artilheiros.

Assim, o futuro irá ver a nossa já longa perícia, com provas dadas, a destacar-se mais uma vez. Uma área chave em que o sucesso é crítico é a integração do nosso processo de *targeting*, numa doutrina e procedimentos

ISTAR. Este trabalho será uma área principal de esforço por parte da Artilharia, já que não é suficientemente boa para conhecer a localização e o que o inimigo está a fazer. Ao invés, é essencial que exista um sistema à disposição que facilite adquirir rapidamente o inimigo.

A rapidez do aumento das capacidades da aquisição de objectivos será uma área importante e de interesse para a Artilharia. As Forças Canadianas com experiência nesta área critica residem dentro da Escola Real da Artilharia Canadiana, na Bateria de *Targeting*. Assim, esta organização iniciou o planeamento de futuras estruturas e métodos organizacionais de forma a assegurar que a capacidade da Artilharia de processar um combate a longo alcance estará optimizada e para reforçar a primazia da Artilharia no domínio do *targeting*.

MUDANÇAS CONSEQUENTES

A implementação da Estratégia do Exército transporta consigo mudanças significativas, algumas das quais já iniciadas. De modo a posicionar-se ele próprio para atingir os progressos em áreas de comando, de controlo e de ISTAR, o Exército Canadiano escolheu reduzir na área dos fogos indirectos, através da transferência das tarefas dos morteiros da infantaria para a artilharia, sem a transferência do pessoal associado, não significando isto que a capacidade de pôr em campanha os recursos dos morteiros foi eliminada. De facto, para muitos, esta escolha formalizou meramente o que tem acontecido nos últimos anos, nos quais repetidos empenhamentos dos recursos dos morteiros foram efectuados por artilheiros. A capacidade do morteiro tem sido designada como "residual" para as unidades de Artilharia da Força Regular, o que requer destas um conhecimento permanente sobre este equipamento em adição aos seus equipamentos principais, podendo ser o M109 ou o LG1.

A chave da transformação que está a ser planeada, será a prossecução de três projectos capitais. Um destes, o Projecto de Substituição do APC, está em plena actividade, o segundo, o Projecto da Força Terrestre ISTAR, está em definição, enquanto que o terceiro, a Capacidade Futura dos Fogos Indirectos está em desenvolvimento.

No Projecto de Substituição do APC, o Comandante de Bateria e os Oficiais associados à Avaliação de Efeitos, irão ser equipados com veículos de topo de gama (LAV OPV) que lhes irão fornecer sistemas compatíveis de comando e informação, sensores integrados incluindo radares de vigilância terrestre, imagens térmicas e detectores laser, e por último o equipamento necessário para desencadear eficácias. Este veículo, tal como todas as

variantes da família do LAV III canadiano, está a ser entregue com GDLS o qual, no programa completo, com a entrega de 651 veículos de todas as variantes, tem um orçamento de $2.2 biliões de dólares canadianos.

O Projecto da Força Terrestre ISTAR é um conjunto de programas designados para fornecer um sistema ISTAR globalmente posicional e interoperacional que pode apoiar os comandantes de LF em operações de não combate e de combate, ao longo de todo o quadro do conflito moderno. A análise actual identificou que existe um requisito comum para comunicações e ligações&dados ISTAR específicas e serviços de comando&controlo ISTAR entre todos os componentes do "sensor". Os componentes do sensor que são de interesse particular para a Artilharia consistem no TUAV e um Sensor de Aquisição de Objectivos de Contra-Bombardeamento. A aquisição destes dois volumes de sensores recebeu um ímpulso recente, aquando do compromisso canadiano com o ISAF. Foi alugado um sistema de Radar de Contra-Bateria (ARTHUR) pelo período do emprego e a aquisição de uma porção do requerimento do TUAV está a ser elaborada estando, neste momento, em concurso aberto. Enquanto que o orçamento total para o projecto de programas conjuntos é de $628 milhões de dólares canadianos, os dois volumes relevantes de sensores estão calculados em $44 milhões para o TUAV e $125 milhões para o RCB. Ambos serão assegurados por concurso aberto.

O terceiro projecto, e talvez o mais crítico, é o Projecto da Capacidade Futura de Fogos Indirectos (FIFC), que prevê colocar ao serviço o seguinte:

- uma substituição do M109A4 com preferência para um obus rebocado, que possua um canhão de calibre 52 NATO com a capacidade de disparar munições de precisão guiadas;
- uma substituição do morteiro de 81 mm;
- uma substituição para o 105 mm;
- um *upgrade* do 105 mm ou uma combinação destes;
- um sistema moderno e automático de controlo de fogos, integrado nos meios de aquisição de objectivos;
- o LAV OPV, a ser obtido através do projecto ISTAR (radar de contra-bombardeamento e TUAVs) por interoperacionalidade com os nossos aliados;
- armazenamento de munições operacionais e de instrução, com a sua qualidade letal, precisão e alcance aumentados;
- apoio Logístico Integrado (ILS), incluindo instrução e simulação;
- um contracto de serviços de apoio de armas optimizado.

Tal como a maior parte dos projectos capitais canadianos, o mecanismo previsto de contrato é o concurso aberto. Os custos do projecto estão presentemente estimados em $300 milhões de dólares canadianos.

CONCLUSÃO

A estratégia do Exército e os requisitos das futuras operações indicam claramente que estão previstas mudanças significativas para a Artilharia. Esta oportunidade deve ser aproveitada e explorada de forma a poder-se observar a progressão da Artilharia com capacidades aperfeiçoadas, tornando-a mais relevante em todas as operações. É essencial que a Artilharia seja o sistema dos sistemas, ou seja um fornecedor essencial de informação para a rede de informação, e um fornecedor de efeitos sincronizados para todo o campo de batalha. Este empreendimento irá tornar a Artilharia num componente chave, pois permite-lhe gerar e aguentar um ritmo elevado bem como a aplicação rápida do poder de combate.

A relevância, o deslocamento, a precisão, a letalidade e capacidade para atingir maiores alcances devem ser os objectivos comuns para a Artilharia de Campanha. Porém, esta deve ir para além da capacidade de fornecer um apoio de fogos próximo, adequado e preciso, excluindo os outros requisitos. A Artilharia de Campanha deve assumir os fogos em profundidade, explorando as nossas aumentadas capacidades de *targeting* de modo a derrotar futuros adversários, moldando o campo de batalha e conduzindo empenhamentos de contra-bateria e contra-morteiros com fogos de preventivos de longo alcance e de retaliação. A importância de integrar a coordenação de fogos e os processos de *targeting* actuais com a doutrina ISTAR, não pode ser exagerada.

Será de enorme importância considerar correctamente estes aspectos, de modo a assegurar que a Artilharia seja essencial, conjuntamente com a obtenção de informações para o sucesso das operações futuras.

ARTILHARIA FRANCESA: A REVOLUÇÃO ESTÁ EM PROGRESSO

Major-General Jean-Paul Balerin
Comandante da Escola de Artilharia Francesa

O novo sistema C31 (ATLAS), obuses auto-propulsados com canhão de calibre 52, uma nova família de granadas com alta precisão e de longo alcance, missões de apoio de fogos para grupos tácticos de armas combinadas a serem executadas apenas pelos morteiros da artilharia de 120 mm – são tudo elementos que estão prontos a dar à Artilharia Francesa um posição proeminente nas operações de combate terrestres qualquer que seja a sua intensidade.

O NOVO SISTEMA C31

Desde os finais de 2002 que o 40º Regimento de Artilharia está a ser totalmente equipado com o novo sistema C31 ATLAS (Automatização dos Tiros e das Ligações da Artilharia de Campanha) desenvolvido pelas Comunicações Thales juntamente com os Sistemas BAE de computadores de armas. A mudança do ATILA anterior para o sistema ATLAS foi um avanço tecnológico, tão importante como o que foi alcançado em 1979, quando o ATILA substituiu a computação manual e tradicional com grelhas de gráficos. O ATLAS (Arma) é um sistema de armas e um sistema C31, já que integra muitas funções tais como a condução de fogos, manobra, logística e informações. Todas as trocas são executadas através de procedimentos de transferências automáticas de dados, e a maior parte da informação pode ser exibida imediatamente num mapa digital.

Obus montado CAESAR.

O ATLAS é um sistema de arquitectura polivalente, flexível e facilmente reconfigurável, que possui *interfaces* com todos os outros sistemas já ao serviço do Exército Francês (SIR, SIFC, MARTHA, etc). Através das estações AURELIA e do seu sistema de mensagem ASCA integrado, possui a capacidade de permutar dados necessários para um acção de apoio de fogos com a artilharia de uma nação aliada equipada com um sistema similar, enquanto aplica num transparente todos os procedimentos NATO e mensagens padronizados para o operador.

A arquitectura modular do ATLAS permite uma evolução e reconfiguração rápidas do sistema, de modo a adaptar o aumento dos meios empenhados com a intensificação de um conflito. Dentro do sistema, cada peça individual é autónoma e pode ser utilizada de forma independente para uma missão de fogos.

A NOVA ARTILHARIA AUTO-PROPULSIONADA

De forma a cumprir os requisitos operacionais para as crises de hoje, a Artilharia Francesa decidiu adoptar o sistema de obus CAESAR 155mm AP, especificamente designado para o empenhamento rápido e missões de projecção de força, tendo os cinco primeiros sistemas sido entregues em Junho de 2003. Produzido pelas Indústrias GIAT, o CAESAR utiliza um

chassis de carro pesado 6 x 6 de alta mobilidade, reduzindo assim o peso para 17.7 toneladas com todas as vantagens resultantes de uma complexidade reduzida e custos limitados.

O conceito do CAESAR torna efectivamente obsoletos os obuses rebocados de 155mm existentes, e em alguns casos substitui mesmo com vantagem os sistemas AP de lagartas, devido à sua alta mobilidade táctica, operacional e estratégica. A aquisição e manutenção do CAESAR é muito mais barata do que um sistema de lagartas auto-propulsionado, sendo compatível com o transporte aéreo e num só carregamento com um avião do tipo Hércules C-130. Cumpre com as regras civis do código da estrada e tem uma autonomia de 600 km com a velocidade máxima de 100 km/h (cerca de mais de 50% do que os veículos de lagartas). Por outro lado, o CAESAR é mais pequeno e menos volumoso que um obus rebocado com a sua viatura de reboque, tem uma mobilidade de todo-o-terreno e necessita apenas de uma tripulação reduzida (cinco homens ou invés de sete ou oito).

A cabine de condução oferece protecção contra os fogos das armas ligeiras, mas a sobrevivência do sistema permanece principalmente na sua mobilidade e o alcance extenso do seu canhão de calibre 52 (40 km). Características como o sistema de navegação de bordo, sistema de controlo de fogos, carregamento automático e municionamento assistido tornam o CAESAR um sistema especialmente adequado para uma reacção imediata de combate e fácil de operar. Cumpre perfeitamente os requisitos para o uso operacional.

NOVOS ALCANCES DE MUNIÇÕES

Mas todos estes esforços para o sistema novo C31 e para a artilharia AP seriam em vão se não fossem completados por munições novas, que são as únicas verdadeiras armas dos artilheiros. A artilharia francesa tem agora nos seus aquartelamentos de material de guerra as granadas fabricadas pelas Indústrias GIAT, que contêm 63 objectivos duplos (submunições anti-pessoal/carro de combate), e a distribuição do projéctil "inteligente" anti-carro de combate BÓNUS da GIAT/Bofors que transporta duas submunições de espoleta de sensor com ogiva EFP (Projéctil de explosão dirigida) A BONUS sustenta uma verdadeira revolução em termos doutrinários e operacionais, e dá à artilharia a mesma capacidade de destruir objectivos blindados, que até agora estavam restritos às armas de fogos directos, desde que actuando de uma distância considerável. Um número reduzido de projécteis é agora suficiente para obter os mesmos resultados, já que com a munição convencional HE era necessário um número grande de armas e o suporte de uma logística pesada. Por esta razão, estão em progresso estudos

para modificar o conceito logístico francês, e reduzir verdadeiramente o tamanho mínimo dos módulos ao nível dos lançadores.

Hoje em dia, a diversidade e flexibilidade das suas munições dão à artilharia francesa a capacidade de, não apenas actuar em todas as condições meteorológicas e com um tempo de reacção mínimo, mas também de empenhar ou destruir todos os tipos de objectivos terrestres no campo de batalha, com danos colaterais limitados.

Visão do empenhamento de uma bateria CAESAR.

A ARTILHARIA OPERA OS MORTEIROS

Mesmo que o peso logístico da artilharia seja significativamente reduzido, permanece sempre com um tamanho, que irá fazer com que a artilharia de campanha não seja utilizada em crises de menor escala, ou para intervenções de emergência onde o espaço a bordo dos navios ou através do transporte aéreo seja severamente limitado. Contudo, a partir de Outubro de 2001, quando o CEMAT (Chefe do Pessoal do Exército Francês) decidiu integrar unidades de infantaria e transferir os pelotões de morteiros pesados de 120 mm para a responsabilidade da artilharia, o apoio de fogos das tropas de infantaria que combatem apeados passou a ser fornecido pelos artilheiros. Neste momento todo o pessoal de artilharia obteve uma qualificação dupla sobre os morteiros de 120 mm, em adição ao que teve em primeiro (obus de artilharia ou lançadores múltiplos de foguetes).

A decisão de 2001 implicou para a artilharia francesa um "contrato operacional" de preparar 18 unidades de morteiros a quatro peças cada um. Estes pelotões ou baterias com morteiros executam as mesmas missões de antes, e estão especificamente designadas para fornecer apoio de fogos dentro dos batalhões tácticos de armas combinadas (GTIAs). Se o empenhamento inicial tiver de ser reforçado, estas unidades podem permanecer dentro dos GTIAs ou ser integradas na rede de artilharia a um nível superior, de modo a beneficiar de actualizações instantâneas de fogos e para simplificar a gestão da 2D ou 3D que é essencial para os empenhamentos actuais.

A Artilharia sempre teve os seus próprios morteiros, e sempre tiveram um papel activo na instrução do pessoal de Infantaria para as Secções de

morteiros. A transferência total do apoio de fogos de morteiros da Infantaria para a Artilharia significa coerência em termos de perícia bem como um desafio real. Sendo peritos nas trajectórias de fogos indirectos, todos os artilheiros irão vencer este desafio, já que vão efectuar um esforço significativo para adquirirem um saber táctico específico. Ao ser dado este sistema de armas aos artilheiros, torna-se numa oportunidade única para que estes demonstrem o seu profissionalismo e eficiência, para estabelecerem as ligações essenciais com outras armas, para aumentarem a sua influência, e para se afirmarem na projecção de unidades no interesse e eficiência das tropas empenhadas do Exército Francês.

AVANÇAR ATÉ AO SÉCULO XXI

Com a introdução do sistema ATLAS num primeiro Regimento, a Artilharia francesa entrou determinada no século XXI – um século que irá ser dominado pelas tecnologias de comunicação e informação. A futura introdução de munições de alta-precisão irá permitir à Artilharia dar uma resposta apropriada às exigências dos conflitos de hoje. A Artilharia de massa está a dar lugar à artilharia de ataques de precisão com efeitos controlados. A aquisição de sistemas novos de fogos como o CAESAR, bem como a missão nova de operar as unidades de morteiros pesados, irá tornar a artilharia francesa numa arma formidável, empenhada lado a lado com as tropas de combate. O passo seguinte consiste no aumento da importância do sector avançado, envolvendo o seu material, estruturas, missões e pessoal.

O CORPO DE ARTILHARIA ALEMÃO NA FUTURA ESTRUTURA DO EXÉRCITO

Missão, Organização, Equipamento e Capacidades
Coronel Heinrich Fischer – Chefe da Artilharia de Campanha e Comandante da Artilharia do Centro Alemã

A Artilharia alemã irá continuar a executar as suas missões tradicionais na Futura Estrutura do Exército Alemão. Isto inclui as missões chave de vigilância, aquisição de objectivos e reconhecimento, bem como o fornecimento do apoio de fogos, não apenas na batalha de armas combinadas dentro do campo das operações mecanizadas, mas também em Operações Não Convencionais (OOTW). Às tarefas individuais são dadas prioridades diferentes nestes dois tipos de missões.

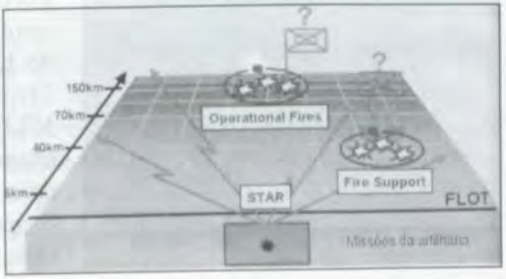
Obus 185 PzH 2000 155 mm.

Para cumprir estas missões de artilharia utilizamos aquilo a que nos referimos como "Sistema de Artilharia Integrado". Este consiste numa rede integrada e coordenada de sistemas de comando e controlo, de meios de vigilância, aquisição de objectivos e reconhecimento (STAR), bem como plataformas de armas com todas as forças da artilharia de uma unidade operacional, uma força da tarefa ou HQ principais na sua estrutura operacional sob o comando homogéneo e interligado de um sistema C2 central e de controlo de armas. Este sistema central é o C41 de Artilharia ADLER, que assegura efeitos de sinergia consideráveis, contribui para a avaliação do comandante da manobra e aumenta a eficácia operacional.

De modo a cumprir as suas missões, a Artilharia alemã deve ter a capacidade de:

- Conduzir a aquisição de objectivos em tempo real e destruição até aos 40 km;
- Reconhecer as Áreas de Objectivos de Interesse (TAIS) até ao alcance de 70 km, em particular postos de comando (PCs), meios de artilharia de longo-alcance, forças da reserva e operacionais. Depois empenhar e desgastar o inimigo em tempo real, em termos de localização e tempo, de modo a que a superioridade qualitativa e quantitativa seja alcançada;
- Reconhecer até ao alcance de 150 km os objectivos altamente remuneradores como as instalações do C2, instalações das reservas e logísticas, e depois empenhá-las eficazmente de forma a quebrar as operações do inimigo.

NOVA ESTRUTURA



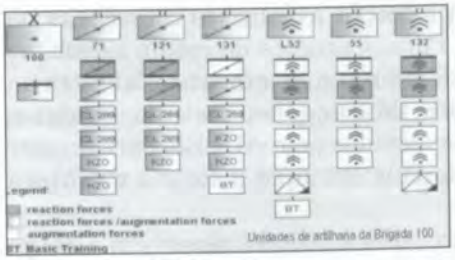
Na organização do processo de reestruturação do Exército Alemão, a Artilharia vai ser diminuída em termos de pessoal de 18 600 para 10 700. Contudo, o pessoal das forças de reacção irá aumentar de 3 000 para 4 400 soldados – um claro sinal de reorientação da Artilharia germânica em direcção

às novas exigências operacionais. A reestruturação das unidades de Artilharia começou no último Verão, e a desactivação de sete Grupos e uma bateria UAV estava virtualmente completada nos finais de 2002. A maior parte dos esforços de reestruturação prosseguem este ano, e após estar completa, a Artilharia germânica irá compreender 17 Grupos activos, que irão diferenciarem-se uns dos outros apenas nas percentagens respectivas das forças de reacção, unidades de reforço e unidades de reserva.

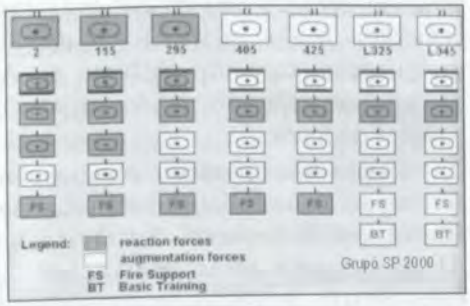
Os elementos da artilharia ao nível da divisão estarão concentrados na Brigada de Artilharia 100, sob a chefia do Comando das Forças de Apoio do Exército Alemão. A Brigada, cuja activação se iniciou a 1 de Julho de 2002, será constituída por três Grupos de Artilharia de aquisição de objectivos e de lança foguetes respectivamente. Os elementos adicionais irão incluir dois Grupos de reserva de aquisição de objectivos e de lança foguetes, bem como cinco Grupos de Artilharia AP de reserva.

Os meios e forças STAR, até agora incluídos como Baterias independentes nos Grupos de Artilharia de aquisição de objectivos/AP e Grupos de Artilharia de aquisição de objectivos/artilharia rebocada, irão ser combinados para formarem novos grupos de aquisição de objectivos (AO). Em tempo de paz, estes serão organizados em Comando e Baterias de Serviços, uma Bateria de Aquisição de Objectivos com o radar COBRA de contra-bateria, alcance pelo som e uma Secção de MET, uma ou duas Baterias de reconhecimento de veículos CL289 mais duas Baterias de Aquisição de Objectivos drone KZO.

Os sistemas de armas principais com lança-minas e capacidade de fogos operacional estão concentrados nos Grupos de Artilharia de foguetes. Em adição aos Comandos e Bateria de Serviços, cada Grupo está organizado com quatro Baterias de Tiro, uma com o estatuto de forças de reacção. Quando a Força de Reacção está organizada para uma tarefa de contingência, cada Grupo de Lança Foguetes tem três Baterias de Tiro com um total de 24 lançadores MLRS (MARS na linguística artilheira alemã). Num futuro próximo, dois dos três Grupos de Lança Foguetes das forças de reacção irão receber cada um uma Bateria de Ataque drone TAIFUN.



No Exército Alemão do Futuro irão existir cinco Divisões mecanizadas. Em tempo de paz, cada uma destas Divisões irá compreender duas ou três Brigadas mecanizadas activas com um Grupo orgânico de Artilharia AP, sendo isto muito mais do que temos actualmente. Estes onze grupos activos de AP têm a mesma estrutura básica, e diferem apenas no número das forças de reacção e de reforço, bem como as Baterias de reserva atribuídas. Cada Grupo tem três Baterias de Tiro com um total de 24 obuses M109 ou PZH 2000 155mm AP. Um elemento novo no Grupo de Artilharia AP ao nível da Brigada, será a Bateria de Apoio de fogos, que inclui as equipas de apoio de fogos, as equipas do radar de vigilância do campo de batalha e o observador de artilharia. O objectivo desta unidade nova é modernizar o treino dos elementos do apoio de fogos da artilharia da Brigada, e optimizar a cooperação com as unidades da manobra, tanto em operações como em exercícios.

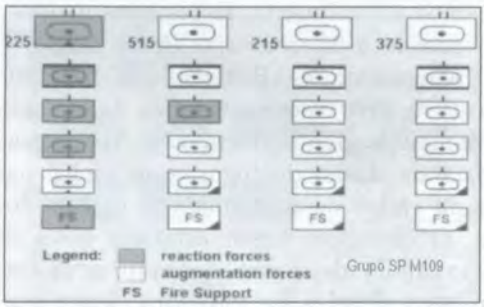


Em adição, com este tipo de organização de Bateria, a Artilharia germânica será fornecida com um elemento estrutural altamente eficaz para ser posicionado, se requerido, como uma unidade completa com missões de apoio à paz ou operações médias com capacidades superiores de reconhecimento, vigilância, pesquisa e cobertura. Todos os Grupos de Artilharia consistem, aproximadamente, numa mistura de forças de reacção e de aumento, e assim sendo as unidades operacionais de artilharia podem ser facilmente criadas sem mobilização, mas simplesmente criando Baterias de forças de reacção.

ESTRUTURAÇÃO DA FORÇA

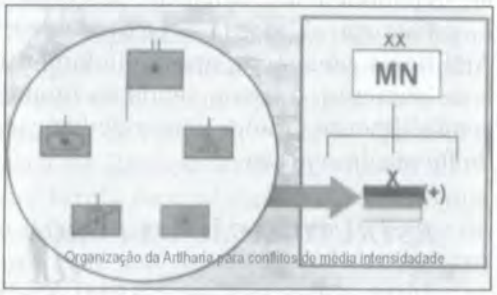
Utilizando o princípio modular, a Artilharia germânica pode fornecer a estrutura da força requerida para todos os tipos diferentes de operações, desde a mais pequena à média até às operações em larga escala e em grande escala. A Artilharia não está especificada para operações pequenas, podendo no entanto se requerido, fornecer elementos com capacidades específicas

para operações de evacuação, força de protecção a ameaças terroristas ou apoio a operação de ajuda humanitária. Para operações de média escala, as formações de artilharia são combinadas de acordo com a missão. Tal força da tarefa deve estar equipada com sistemas de comando, controlo, reconhecimento e de armas apropriados, todos conectados pelo ADLER para formar um Sistema de Artilharia Integrado. Um bom exemplo disto é a estrutura recente da KFOR alemã.



Para operações em larga escala, em adição à organização C2 do comandante da artilharia de Divisão serão formados, utilizando as forças de reacção de todos grupos activos, tanto da Brigada de Artilharia 100 como dos Grupos de Artilharia, um Grupo de Aquisição de Objectivos, um Grupo de Artilharia Lança Foguetes com 24 MLRS, um Grupo de Artilharia AP com 24 obuses AP, e três Grupos de Artilharia da Brigada com 24 obuses AP cada um. Desta forma, a Divisão mecanizada reforçada a ser activada em apoio a um operação de larga escala sem mobilização, terá um Sistema de Artilharia Integrado com uma postura de força equilibrada, tendo em atenção as capacidades C2, recursos STAR e poder de fogos.

Para uma operação em grande escala, as divisões mecanizadas irão formar após mobilização. Similarmente, todos os Grupos de Aquisição de Objectivos da reserva, Artilharia Lança Foguetes e Grupos de Artilharia AP da Brigada de Artilharia, bem como as três Brigadas mecanizadas de reserva serão aumentadas em termos de pessoal. Eventualmente cada Brigada mecanizada será fornecida com um Regimento de Artilharia, que compreende Comando e Bateria de Comando, um Grupo de Aquisição de Objectivos, um Grupo de Artilharia Lança Foguetes e um Grupo de Artilharia AP. Cada um das Brigadas mecanizadas de Divisão terá o seu Grupo de Artilharia. Assim, após a mobilização o Sistema de Artilharia Integrado estará disponível em todas as divisões.



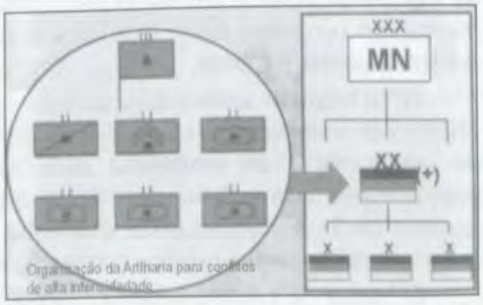
CAPACIDADES DA FORÇA RESTRUTURADA

Com a modernização ou adição do equipamento seleccionado para o sistema dos sistemas da artilharia, esta irá aumentar todas as suas capacidades.

COMANDO E CONTROLO

No campo do comando e controlo, a Artilharia é um dos poucos ramos do Exército Alemão a ostentar um sistema funcional e comprovado de comando, controlo e armas. Este é o ADLER, o sistema C41 da Artilharia. O ADLER conecta as ligações via digital a todos os elementos C2, meios STAR e plataformas de armas, assegurando o fluxo digital da situação ou dos dados do objectivo, missões de fogos e ordens de fogos de uma forma expedita e fiável, sendo essencial na ligação a todos os elementos para formar o sistema integrado.

Para a Artilharia o importante é conectar agora este sistema altamente eficaz de comando e controlo, de STAR e efeitos no objectivo no Sistema de Artilharia Integrado, ou seja o futuro Sistema de Informação de Controlo e Comando do Exército. Isto irá assegurar uma rápida troca de informação com os postos de comando operacionais do comandante da manobra, outros ramos do Exército bem como unidades aliadas. Já que as operações no futuro só serão possíveis num quadro multinacional, a interoperabilidade com os sistemas C4 de outras nações é essencial. Os EUA, a França, o R.U., a Itália e a Alemanha comprometeram-se eles próprios a cooperarem no programa de Actividades de Cooperação dos Sistemas da Artilharia, de forma a estabelecerem e a melhorarem a interface entre os seus respectivos sistemas nacionais de artilharia C4. Ao ajustar o ADLER aos desenvolvimentos efectuados nos últimos anos, a Artilharia germânica irá receber uma interoperabilidade em termos de comando, controlo, reconhecimento, aquisição de objectivos e efeitos no objectivo, permitindo desta forma que opere eficazmente com os seus parceiros.

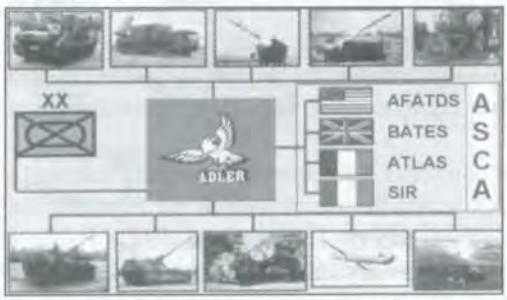


Organização da Artilharia para conflitos de alta intensidade

A preparação do desenvolvimento digital a toda a escala do segundo ADLER irá começar em meados de 2003, e com o aperfeiçoamento do novo *software* dentro do quadro de um Programa de Actualização do ADLER, este vai estar ligado a todo o Sistema C21 do Exército Alemão.

STAR

A Artilharia deve ter a capacidade de fornecer dados dos objectivos a todo o tempo e em todas as condições meteorológicas, de modo a permitir o empenhamento nos objectivos em tempo oportuno. Os observadores de artilharia, que estão actualmente equipados com o Veículo Blindado de Observação Avançada M113, cooperam estreitamente com as unidades ou subunidades da manobra, recebendo pedidos de tiro, enviando-os para um nível superior, e coordenando os fogos de artilharia nas proximidades imediatas das forças da manobra. Um veículo de observação blindado e um veículo ligeiramente blindado como o FENNEK irão substituir o M113 num futuro próximo. Tal irá aumentar as capacidades de flexibilidade de posicionamento rápido dos observadores avançados, melhorando o apoio da Artilharia às unidades da manobra.



Sistema de C2 de armas ADLER.

O radar de vigilância do campo de batalha ABRA é utilizado para adquirir alvos móveis para além do alcance de observação dos observadores da artilharia, sendo este sistema usado para cobrir o campo de batalha até um alcance de 38 km e adicionar informação ao quadro da situação, o que contribui para a protecção da força e a prevenção dos ataques surpresa. O radar cobre flancos abertos e localiza alvos móveis tanto a nível terrestre como no espaço aéreo a baixa altitude, de dia ou de noite e em todas as condições meteorológicas. O BÜR, radar de vigilância terrestre desenvolvido em conjunto com a França, irá substituir o ABRA a partir de 2008.

A Artilharia germânica utiliza como sistema passivo de aquisição de objectivos o sistema de alcance pelo som 064 PC, que consegue localizar tiros de artilharia e de morteiros num alcance de 15 km. A prestação deste sistema está correntemente a ser melhorada através de uma capacidade de análise de dados automática e de uma integração no sistema ADLER. Estão a ser reestruturados quatro sistemas, e outros dois, seguir-se-ão mais tarde.

O radar de contra-bateria COBRA é um projecto trilateral que envolve a França, o R.U. e a Alemanha, cuja função é a de localizar e classificar obuses de artilharia, morteiros, e pela primeira vez, artilharia de foguetes até um alcance de 40 km. Entre meados de 2003 e 2006 serão postos em campo um total de doze sistemas.

O voo pré-programado do veículo de reconhecimento CL289 fornece um conhecimento meticuloso da situação, dados de *targeting* e uma avaliação de danos do pós-ataque até a um alcance de 170 km. No quadro de um programa de modernização, o desempenho do reconhecimento será melhorado significativamente ao estender-se a trajectória de voo, permitindo um número ilimitado de sensores, bem como a utilização de sensores do radar. Esta modernização está planeada para os anos de 2007-2011. O novo drone KZO para a localização de alvos móveis irá aumentar as capacidades de AO do Exército Alemão, pois este sistema irá permitir um conhecimento da situação, *targeting* e BDA até um alcance de 65 km, de dia ou de noite. O operador terá a opção de desviar a trajectória de voo pré-programada do veículo aéreo, de modo a seguir um objectivo de oportunidade adquirido até que este seja empenhado com sucesso. A Artilharia alemã irá comprar seis sistemas entre 2004 e 2007.

LUNA, um sistema de UAV de reconhecimento de curta distância, será integrado num Pelotão de uma Bateria KZO. Como sistema experimental, o LUNA X2000 foi incluído na família dos meios de reconhecimento, e após o sistema ter sido testado e ajustado, será utilizado, ao nível da Brigada, para reconhecimento de curta distância. No processo de aquisição inicial, o Exército Alemão irá comprar um total de três sistemas LUNA em 2003 e 2004, sendo um deles para a Divisão de Operações Especiais Germânica. A futura estrutura do Exército Alemão irá requerer mais 13 sistemas.

Veículo de reconhecimento FENNEK.

Os Pelotões de meteorologia da Artilharia estão integrados na Brigada de Artilharia. São totalmente móveis e estão equipados com o sistema de avaliação de alcance atmosférico ATMAS e um sistema de radar de ventos superiores, fornecendo assim o sistema de artilharia integrado para as mensagens da Meteorologia. De modo a fornecer dados de meteorologia precisos com um tempo de acção melhorado, com validade de espaço e também de forma a optimizar o uso dos dados de Meteorologia, um sistema de sensor rádio de GPS irá substituir o ATMAS no começo de 2005. Isto irá dar à secção de meteorologia da artilharia uma capacidade de alcance passiva e eliminar a necessidade de um radar de ventos superiores, que é um emissor activo. Adicionalmente, a Artilharia germânica irá introduzir um modelo de meteorologia que terá a capacidade de extrapolar os dados

meteorológicos, distinguindo-se horizontalmente e verticalmente, numa posição definida dentro da Área de Responsabilidade da força (AOR). Este modelo terá a capacidade de fornecer dados de meteorologia não apenas das áreas de objectivos e de reconhecimento, mas de toda a área da AOR.

Os meios STAR actuais conseguem apenas vigiar parte das AORs divisionais e da brigada. Só quando os sistemas novos ou actualizados estiverem no activo, será possível cumprir todos os requisitos STAR da Artilharia do Exército Alemão. O mais urgente é a modernização do equipamento do observador avançado, que desempenha um papel chave no apoio de fogos em cooperação com as unidades da manobra.

ARMAS E MUNIÇÕES DA ARTILHARIA

Deve-se ter em consideração que a artilharia germânica não tem obuses rebocados ou "ligeiros" – apenas sistemas de 155 mm AP.

Mesmo após 35 anos de serviço, o obus M109A3G AP irá continuar em quatro Grupos activos e em oito de reserva. Este obus passou por um programa de extensão de serviço (SLEP), no qual se deu uma modernização do sistema de alimentação, uma instalação de uma granada aperfeiçoada e auxílios adicionais para manuseamento das granadas.

Com a introdução do obus PzH 2000, a artilharia germânica deu um passo decisivo na modernização da sua Artilharia canhão. O Exército Alemão já tem ao seu serviço 185 PzHs 2000 em sete Grupos de Artilharia. O sistema novo tem um alcance de 30 km (ou até 38 km utilizando uma munição de alcance aumentado), equipamento de direcção de fogos de bordo e inclui um carregador semi-automático com 60 granadas, permitindo-lhe disparar três projécteis em menos de 10 segundos e dez projécteis num minuto (média contínua), após um tempo de preparação de 30 segundos a partir de qualquer posição.

Drone KZO.

O sistema foguete MARS tem actualmente disponíveis submunições balísticas e ogivas de lançamento de minas. Os foguetes com submunições são utilizados para bater objectivos de área de natureza ligeira e semi-pesada num alcance de aproximadamente 30 km, enquanto que os foguetes de minas espalham as minas anti-blindado com espoletas de tempo variáveis que provocam a auto-destruição das minas entre 3 a 96 horas. Ao

colocar estas minas, a Artilharia germânica pode interditar o avanço de formações de blindados inimigos até um alcance de 38 km.

No quadro do programa de modernização, o primeiro lote de 84 MARS irá receber um sistema de controlo de tiro aperfeiçoado e novos sistemas de pontaria em direcção e elevação, o que irá melhorar a resposta do sistema, a flexibilidade das operações e o apoio logístico.

O Exército Alemão tem planos para duas Baterias do drone de ataque TAIFUN para empenharem objectivos pesados e semi-pesados num alcance de 150 km, como AFVs, instalações de logística, helicópteros em áreas de agrupamento ou reservas operacionais.

A Alemanha, a França e a Itália estão a desenvolver o míssil tri-nacional guiado por fibra óptica (TRIFOM), que é caracterizado pela sua precisão cirúrgica, pela identificação visual do objectivo, pela capacidade de mudar para outro objectivo e pelo transporte aéreo. Com um alcance superior a 60 km, será adequado para fogos ofensivos em apoio a conflitos de média intensidade bem como fornecer informações para as missões de apoio à paz. O programa experimental foi concluído em 2002 com um voo teste de 30 km.

A Artilharia influencia o combate principalmente através dos efeitos das suas munições. O efeito da granada da artilharia germânica é algo que precisa de ser melhorado, e começando este ano as granadas de fumos IR serão adquiridas com o objectivo de "cegar" os infra-vermelhos e os instrumentos de imagem térmica do inimigo. Uma granada nova de fragmentação, a HE Modelo 2000, demonstra um efeito significativamente melhorado e uma profundidade de penetração maior nos objectivos com infra-estruturas.

Um passo importante é a aquisição actual da granada SMArt de 155 mm (Munição com sensor-espoleta para a artilharia). A SMArt fornece à artilharia germânica a capacidade de destruir objectivos semi-pesados e pesados com eficácia e precisão, sob todas as condições meteorológicas e operacionais. Devido à sua alta eficácia, o esforço da logística será reduzido em comparação com as munições convencionais. Com a sua capacidade de atacar com precisão objectivos de tamanho reduzido a SMArt também cumpre o requisito de minimizar os danos colaterais.

UAV CL289.

Na área das munições de artilharia com foguete activado, o foguete MLRS guiado (GMLRS) está a ser desenvolvido em cooperação com os EUA, com o RU, a França e a Itália. Irá bater objectivos eficazmente em distâncias até aos 60 km com menos gasto de munições, e irá oferecer uma precisão aperfeiçoada bem como uma construção modular. O início da sua fase de implementação na artilharia germânica está planeado para 2007.

Com a colocação no activo das plataformas de armas, os requisitos de alcance só podem ser cumpridos até a um determinado nível, em particular nos fogos ofensivos. O M109, por exemplo, cobre apenas 60% da área de responsabilidade da Brigada em profundidade. Com a activação do PzH 2000, esta cobertura aumenta para os 80%. Com o MARS a área de responsabilidade divisional só é coberta até aos 50%. Só com o aperfeiçoamento do lançador MARS, a colocação em campo do GMLRS e a introdução do TAIFUN, é que a artilharia germânica terá a capacidade de fornecer fogos ofensivos através de toda a área de responsabilidade divisional.

Os efeitos adequados dos fogos indirectos contra objectivos semi-pesados são alcançados utilizando as munições HE e submunições aperfeiçoadas, preparadas para os obuses e foguetes da artilharia. Com a introdução da SMArt é agora possível iniciar um empenhamento de sucesso de objectivos semi-pesados e pesados, com danos colaterais mínimos. Contudo, as plataformas de armas e as munições disponíveis não cumprem todos os requisitos do futuro em termos de precisão e vantagem sobre o inimigo para as operações mecanizadas, em particular durante as missões de apoio à paz. Por outro lado a Artilharia deve continuar a manter a sua capacidade de empenhar objectivos de área, enquanto que por outro lado precisa de plataformas de armas com alcances extensos e capacidade de bater objectivos altamente remuneradores sem quaisquer danos colaterais. Tanto o TAIFUN como o TRIFOM parecem ter esta capacidade.

RESUMO

Na sua nova estrutura a Artilharia germânica cria as pré-condições estruturais de modo a fornecer às forças de artilharia a força, organização e apoio requeridos, para que o Exército Alemão do Futuro tenha a capacidade de apoiar vários tipos de operações. Ao concentrar os meios STAR e as forças no nível de grupo em tempo de paz, a artilharia tem a capacidade de organizar "pacotes de reconhecimento" para uma missão, de forma orientada e equipada com sistemas eficientes bem como equipas qualificadas.

Particularmente nas operações de apoio à paz, estes instrumentos de informações e reconhecimento podem fornecer ao Comandante da Manobra/Comandante, contribuições analisadas para a sua avaliação da

situação. A Artilharia germânica pode também integrar elementos adicionais de reconhecimento terrestre, sendo possível desta forma, com informações qualificadas, contribuir significativamente para o conhecimento da situação e por conseguinte também contribuir para a segurança do pessoal empenhado na operação.

Com estes sistemas de reconhecimento e de aquisição de objectivos como o LUNA, KZO CL289 e o COBRA, com os seus sistemas M109 A3GA2 e PzH 2000 AP com as suas granadas SMArt e foguetes MARS, todos interligados para formarem o Sistema de Artilharia Integrado, a artilharia germânica de hoje e de um futuro próximo possui as capacidades de informação, reconhecimento e empenhamento de objectivos que a torna comparável com qualquer artilharia aliada.

Têm sido identificadas e definidas falhas de capacidade em termos de observadores avançados, de alcance e vantagem sobre o inimigo, empenhamento individual de objectivos, bem como sistemas de armas para forças ligeiras e médias, que serão resolvidas a médio e longo prazo. Já emergiram soluções de projectos de desenvolvimento, as quais estão a ganhar forma.

A qualidade de um ramo do Exército não é apenas determinado pela sua estrutura e equipamento, mas permanece notavelmente em líderes e soldados bem treinados, altamente motivados e profissionais. Alcançar isto, é o objectivo principal de todos os artilheiros hoje e sempre.

Nós Artilheiros iremos enfrentar este desafio!

A ARTILHARIA POLACA EM 2003

Coronel Stanislaw Slapczynski – Chefe da Artilharia

(...) Em termos de tarefas operacionais e tácticas, a artilharia polaca está preparada para participar em exercícios conjuntos multinacionais e operações actuais dentro do quadro da NATO. Por exemplo, têm sido efectuados exercícios conjuntos com destaca-mentos de artilharia da Alemanha e Dinamarca.

TRANSFORMAÇÕES AO NÍVEL DA ORGANIZAÇÃO

Em termos gerais, os objectivos principais do processo de reorganização da Artilharia para o período 2003-2008 são os seguintes:

- Aumento da automatização do comando e controlo de tiro, da mobilidade e da capacidade de fogos incluindo defesa anti-blindado;

- Fornecimento do apoio de fogos eficaz e autónomo em todos os tipos de operações nacionais e multinacionais;
- Cumprir todas as obrigações aliadas resultantes do Tratado OTAN.

Estes objectivos envolvem medidas de reorganização bem como a introdução de sistemas novos de armas, como os seguintes:

- Criação de uma Bateria de 155mm AP;
- Reforço do poder do fogo do Grupo de Artilharia com o aumento do número de obuses de 18 para 24;
- Equipar a Companhia de Apoio ao Combate com o ATGW transportável, de médio alcance, da última geração NT-SPIKE, produzido pela *Rafael* de Israel, através de um plano de aquisições para o início de 2004;
- Introdução dos morteiros de 98 mm que disparam munições HE e "munições de carga" (12 submunições) nas forças aerotransportadas;
- Modernização do sistema de foguete BM-21 e a adopção ao serviço da munição nova FENIKS-Z com capacidade de longo alcance;
- Reorganização do Grupo de Artilharia em Grupo de Artilharia misto, em algumas Brigadas.

Durante os últimos dois anos, a Artilharia polaca alcançou uma mobilidade maior, através da retirada de todos os meios de artilharia rebocados das unidades operacionais. Mais ainda, a capacidade de fogo foi aumentada através da introdução de foguetes novos para os sistemas BM-21/RM-70. Ao nível da companhia de apoio ao combate, a introdução dos morteiros novos de 98 mm irá certamente levar a que os nossos destacamentos alcancem uma maior mobilidade e eficácia. Da mesma forma, o tempo de reacção de fogos dos Grupos de Artilharia foi diminuído, devido à introdução dos sistemas de comando e controlo automáticos e, mais ainda, a precisão dos fogos também foi aperfeiçoada.

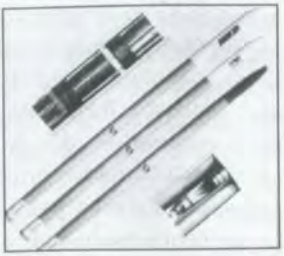
SISTEMAS E ARMAMENTO NOVOS AO SERVIÇO

As mudanças na artilharia polaca estão também ligadas com a recente introdução de armamento e equipamento novos. Um número de programas de aquisição importantes foi completado com sucesso, a incluir:

- **Sistema de Controlo de Tiro Automático TOPAZ (AFCS).** Com base nas tecnologias modernas (dados computorizados e de rádio digital), o TOPAZ permite que o tempo de reacção dos fogos (ao nível do Grupo) seja reduzido para um minuto. Simplifica e melhora os

procedimentos de comando e controlo ao nível do Grupo e pode funcionar com qualquer unidade táctica do Exército. O TOPAZ está actualmente ao serviço com o obus 122 mm AP GOZDIK, e está a ser adaptado para o sistema DANA 152 mm AP e para o lançador múltiplo de foguetes BM-21/RM-70. Já estão equipadas com o TOPAZ três Brigadas, e existem planos para a introdução futura em oito brigadas até 2006, nos onze níveis. Este sistema foi desenvolvido e produzido pela *WB Electronics Company* em Varsóvia.

- **Foguete de Longo Alcance FENIKS-Z.** Concebido para ser utilizado com os lançadores múltiplos de foguetes BM-21/RM 70, o FENIKS-Z tem um alcance de 30 km com uma ogiva de carga que contém 42 submunições, relativo a um poder de 120 mm (sendo o mesmo que o adoptado para a munição do morteiro de 98mm) e até 48 km com um ogiva HE. A primeira remessa dos foguetes ER com ogivas de carga já está ao serviço. O FENIKS-Z foi desenvolvido pela *PRESSTA* em Bolechowo em estreita colaboração com a *CELERG* da França (agora *ROXEL*), e foi produzido pela *PRESSTA*.



Versões do FENIKS-Z.

- **Morteiro 98 mm transportável.** Esta arma oferece características operacionais excelentes (peso ligeiro, alcance 6-7 km, alta eficácia) e está especialmente adequado para tropas aerotransportadas. Irá substituir o velho e usado morteiro de 120 mm. O primeiro Pelotão está já a ser introduzido numa unidade aerotransportada, e o plano de aquisição cobre cerca de 80 morteiros a serem distribuídos para as Companhias de Apoio nos próximos anos. Estes morteiros foram desenvolvidos e estão a ser produzidos pela *Huta Stalowa Wola* em Stalowa Hola.

Morteiro 98 mm em posição de tiro.

- **Munição de Morteiro de 98 mm.** Os processos finais da munição HE e de carga foram completados com sucesso e a produção em série inicia

Radio teodolito BAR em posição.

este ano. Esta munição nova foi desenvolvida pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Skarzysko-Kamienna (tipo HE) e pelo Instituto Militar de Tecnologia de Armamento em Zielonka, perto de Varsóvia (tipo carga), respectivamente. A produção industrial será efectuada pela *MESKO* em Skarzysko-Kamienna (tipo HE) e pela *DEZAMET* em Nowa Deba.

- **Radioteodolito Atmosférico BAR.** A *BAR* fornece às nossas forças de artilharia informação meteorológica actualizada e importante, em altitudes até 30 km a partir do nível do solo. Vale a pena mencionar que a BAR consegue fornecer esta informação quer segundo os padrões NATO quer segundo os padrões do Pacto de Varsóvia, e de acordo com esta capacidades é utilizado nos nossos contingentes NATO, bem como nas nossas forças da reserva. Já estão ao serviço dois conjuntos nas nossas unidades de Artilharia, e estão planeados mais quatro a serem introduzidos em 2006. Estes conjuntos foram desenvolvidos e estão a ser produzidos pela Empresa *Aviomet Pesquisa-Produção* em Varsóvia, em cooperação com a *Vaisala* da Finlândia.

NOVOS PROGRAMAS DE AQUISIÇÃO

Os programas chave seguintes estão actualmente sob a égide do Comando da Artilharia de Foguetes, pertencente ao Comando das Forças Terrestres Polaco:

- **Bateria de Obus 155 mm SP (Programa REGINA).** O programa REGINA (o subprograma que contém apenas a arma é designado por KRAB) irá aumentar substancialmente a capacidade da artilharia polaca, através do seu poder de fogo e alcance mais eficaz. Mais ainda, este será um equipamento totalmente NATO, estando planeada a introdução de uma primeira bateria com seis armas para o ano de 2007. Este programa está a ser desenvolvido pela *HWS* em cooperação com os Sistemas *BAE* (torre de artilharia e tecnologias relevantes). A redução do âmbito do programa do originalmente planeado Grupo para apenas uma Bateria foi provocado por grandes cortes no orçamento da defesa.

Obus 155 mm SPH KRAB.

- **Radar de Localização de Artilharia LIWIEC.** Este sistema foi concebido para apoiar todos os sistemas de armas de Artilharia, dentro do seu alcance máximo e correspondente precisão, onde as posições dos obuses e foguetes inimigos são detectados e destruídos. Planeou-se a finalização deste programa para 2007, mas devido a cortes orçamentais está a decorrer a um passo mais lento do que o esperado. O LIWIEC está a ser desenvolvido pelo *Instituto de Telecomunicações Industriais* em Varsóvia.
- **Aquisição de ATGWs da terceira geração** com a perspectiva de produção na Polónia. Como já foi referido, alguns programas foram afectados por dificuldades financeiras. Contudo, a Artilharia polaca está a considerar um programa de aquisição de sistemas de reconhecimento UAV, que esperamos que possa ser lançado dentro de poucos anos. Olhando através da perspectiva do "Programa de Modernização e Reestruturação do Equipamento das Forças Terrestres 2003-2008", parece que o tempo em que as nossas forças obtinham o armamento e equipamento mais moderno, e estavam dentro dos melhores padrões do mundo não foi assim tão remoto. O nosso objectivo é ainda criar um sistema de Artilharia funcional, que combine armamento moderno com os artilheiros polacos, mantendo os tradicionais e elevados padrões de treino.

A ARTILHARIA ESPANHOLA EM 2003

General Brigadeiro José Maria Santos Gonzales – Responsável pelo Comando da Artilharia de Campanha da Força da Manobra

As mudanças organizacionais mais relevantes na artilharia espanhola têm sido consequência da implantação do HQ NRDC AP e consequente activação da Brigada de Artilharia de Campanha subsidiária e atribuida ao Corpo de Exército. O problema foi resolvido com a atribuição de Unidades, Estados-Maiores e HQs que pertenciam ao Comando da Artilharia de Campanha da Força da Manobra (MACA do FMA).

A primeira consequência é que alguns defeitos qualitativos nos sistemas de armas que estão actualmente disponíveis (incluindo meios de tiro, munições, aquisição de objectivos, etc), que já tinham sido identificados antes, tiveram uma maior necessidade de serem resolvidos e com carácter de urgência. Outros problemas, como o sistema de comando e controlo, estão a ser resolvidos através de uma aproximação diferente face à interoperabilidade aliada.

No que respeita ao material, o requisito prévio da Artilharia de Campanha de ter a capacidade de bater e destruir objectivos num alcance de 40 km, está a ser aumentado para os 150 km de modo a cobrir toda a Área do Corpo do Exército. Isto leva a que a prioridade seja dada à compra de meios de aquisição de objectivos (UAVs e radares de contra-bateria) e meios de produção de fogos, bem como munições de longo alcance e de precisão, com a capacidade de alcançar os efeitos requeridos nos objectivos, num alcance máximo de empenhamento e com a carga normal. Por sua vez, o empenhamento futuro das munições de precisão irá tornar necessário definir procedimentos operacionais novos, que até agora não foram experimentados. Também se espera que este tipo de munições tenha impacto no desenvolvimento do sistema de comando e controlo.

Os obuses M110 203 mm. irão ser retirados.

O aumento crescente da importância dos requisitos dos meios de artilharia para que sejam adequados em cenários além fronteiras, implica que a capacidade de transporte aéreo deva receber uma ênfase especial no processo de aquisição de novos materiais sempre que possível.

Obus 155 mm.

O LFM TERUEL vai receber um novo foguete.

O programa nacional do Sistema de Comando e Controlo da Artilharia de Campanha (SCCAC) está numa fase inicial, e de acordo com isto é muito cedo para comentar em como abordar o problema de interoperabilidade com os aliados. Por outro lado, o documento "Exército do século XXI", elaborado pelo Chefe do Pessoal do Exército no ano passado, considera a criação de "Unidades Interinas" – contudo, dada a natureza do documento não foram ainda finalizados o período em que estas unidades serão activadas, os números requeridos e as características detalhadas. A primeira consequência da publicação deste documento foi um certo sentimento de preocupação dentro do Exército, e mais especificamente

dentro da Artilharia de Campanha, pois estes terão de se adaptar a novos requisitos de mobilidade e protecção. Isto já originou vários esforços de início de programas de aquisição (a descrição da missão precisa de um documento), como os modelos novos do TOM – veículo Blindado para a Artilharia de Montanha dentro da Brigada de Montanha.

MEIOS DE FOGOS

Os meios de fogos disponíveis (lançadores múltiplos de foguetes e obuses) têm tido extensões diferentes de serviço, e por essa razão são necessárias acções diferentes de acordo com cada caso:

- O programa de modernização para o obus M109 155 mm AP visa transformar todos os veículos existentes para a configuração A5. Além disso, a integração deste material no sistema PCGACA C2 irá fazer com seja equipado com novas capacidades, como o sistema de navegação e pontaria, bem como elementos de tiro automáticos. O mesmo irá acontecer com os obuses 105 mm rebocados.
- Em relação aos obuses M110 203 mm, são demasiado antigos para justificar um investimento na sua modernização e por isso serão retirados em breve. Um programa de aquisição já foi lançado para o novo obus 155 mm AP para substituir os M110s. Espera-se que a definição dos requisitos para este obus novo levem a um sistema que também tenha a capacidade de substituir os M109 no futuro.
- Outro material de artilharia que está ao serviço há algum tempo é o obus desmontável/rebocado Oto Melara 105/14. Não existem planos para o substituir, contudo, existem alguns tipos de missões em que este material provou ser necessário, pelo que não existem soluções de alternativa, eficientes e modernas para este material.
- Enquanto durar o obus 155 mm/calibre 52, a Artilharia de Campanha opera o obus REMA APU, produzido pela fábrica de Santa Bárbara, que agora pertence ao grupo *General Dynamics*.
- A substituição do lançador de foguetes TERUEL por um sistema novo tem sido definido ao nível dos requisitos operacionais e entretanto um novo tipo de foguete está a ser adquirido. Este novo foguete, que tem sido desenvolvido em Espanha, oferece um alcance maior mantendo-se compatível com o lançador TERUEL existente.
- Em relação ao sistema PCGACA C2, já temos um protótipo ao nível da bateria que revelou ser muito eficaz. Também é importante referir que adoptamos o NABK para dados balísticos.

- Em relação às munições, o programa de munições altamente eficazes de 155 mm da Artilharia de Campanha, completou a sua primeira fase na qual um projéctil de explosivo de alta potência foi testado com sucesso. Este projéctil tem um longo alcance (para além dos 40 km com um cano de calibre 52) e um alta eficácia terminal devido à sua boa fragmentação. Na próxima fase do programa será desenvolvido um projéctil de dispersão DPICM, com capacidades de alcance similares aos do modelo acima mencionado. Em fases seguintes iremos desenvolver granadas de fumos e de iluminação, bem como implementar esforços na obtenção de diferentes tipos de munições guiadas.
- No que concerne ao programa nacional de munições 155 mm de alta eficácia, após ter completado o protótipo do projéctil HE de longo alcance (cerca de 20 km com um cano de calibre 37), seguir-se-á no futuro o desenvolvimento do projéctil iluminante.

AQUISIÇÃO DE OBJECTIVOS

Relativamente aos meios de aquisição de objectivos, serão efectuadas algumas acções nos seguintes campos:

- Está para ser desenvolvida uma versão do PIZARRO IFV/CFV para o observador avançado de artilharia. Não foram escolhidas ainda a configuração adequada do veículo e a câmara de imagem térmica para equipar o veículo. Ainda mais urgente é o programa de desenvolvimento de um veículo que ofereça uma grande mobilidade táctica (VAMTAC) para unidades ligeiras de observadores avançados, cujo processo de aquisição começou recentemente.
- Pretendemos substituir o sistema de localização pelo som SORAS por um sistema similar que ofereça prestações elevadas.
- Também foram formulados os requisitos operacionais para dois modelos novos de radares de localização de artilharia (um modelo ligeiro e outro pesado respectivamente) que irão eventualmente substituir o AN/TPQ-36 FIREFINDER.
- Outro programa de aquisição é para um sistema de UAV de longa distância, cujos requisitos foram definidos dois anos atrás. Actualmente estão a ser formulados requisitos paralelos para um sistema de média distância. Estes dois sistemas irão permitir ao Exército Espanhol cumprir os acordos que estabelecemos na Conferência de Praga. Os sistemas de UAV não são programas específicos da artilharia, mas sim programas do Exército dos quais a Artilharia de Campanha pode beneficiar mais ou menos directamente.

Em relação aos meios de topografia e meteorologia, o mais recente e significativo desenvolvimento refere-se à meteorologia onde a estação da radiosonda foi modernizada de modo a poder-se utilizar radiosondas modernas. Existem poucos avanços em termos de topografia, já que a colocação no activo do PCGACA irá forneeer aos meios de artilharia para a localização e aquisição de objectivos capacidades novas. Estes programas, que estão directamente e indirectamente relacionados com a artilharia, devem ser integrados em outros programas do Exército mais gerais, como o sistema SIMACET C2, ou dos sistemas de sinais, como a rede de rádio de combate ou a rede de área básica.

CONCLUSÃO

Para concluir, o conjunto de requisitos de uma grande parte do sistema futuro da artilharia (excepto para o processo referido de municiamento em campanha, que ainda está para ser completado) parece estar definido com bastante exactidão. A sua aquisição tem sido afectada por dificuldades orçamentais em alguns casos, e no caso dos programas R&D tem de se adicionar os atrasos típicos neste tipo de processo. Podemos apontar como programas estáveis o PCGACA, a versão PIZARRO para observadores avnçados e a munição 155 mm de elevada prestação.

FOGOS NA OPERAÇÃO "LIBERDADE PARA O IRAQUE"

Major-General Michael D. Maples – Chefe da Artilharia de Campanha do Exército Norte-Americano

Obus M198 155 mm.

Os soldados da Artilharia de Campanha, mais uma vez, demonstraram em combate o seu profissionalismo, a capacidade destruidora do seu equipamento e a importância da AC na equipa de armas combinadas e forças conjuntas. Devemos estar imensamente orgulhosos das unidades da Artilharia de Campanha do Exército e da Marinha que contribuíram para o alcançar da vitória na Operação "Liberdade para o Iraque".

Obus M198 155 mm.

Os homens da Artilharia de Campanha tiveram realmente uma prestação magnífica. Puseram em campo e empenharam sistemas novos; treinaram as suas unidades em equipas coesas e letais; demonstraram a flexibilidade das organizações da AC; e enquanto se adaptavam a situações de mudança, desenvolveram tácticas, técnicas e procedimentos (TTP) que resultaram num poder de fogo esmagador e num sucesso no campo de batalha.

ARMAS COMBINADAS / FOGOS CONJUNTOS

Os artilheiros demonstraram conclusivamente que a AC não "se afastou do combate próximo" e que "os fogos permitem a manobra". Mais ainda, a Operação "Liberdade para o Iraque" demonstrou que o pedido de fogos é algo que todos os soldados deveriam ser capazes de fazer; que os obuses produzem efeitos destruidores; que os fogos da artilharia protegem a força; o comando e controlo digital é eficaz; as munições com sensor têm uma missão; que os fogos da AC fazem uma diferença enorme nas operações urbanas; que a supressão é essencial; e que os fogos especiais, como o mascaramento, são significativos para as forças da manobra.

HIMARS.

Mais uma vez, os nossos sistemas de lança-foguetes múltiplos (MLRS) combinados com os radares de Localização de Armas provaram ser mortíferos nos contra-fogos. O novo sistema de foguetes de artilharia altamente móvel (HIMARS) ligado directamente às Forças de Operações Especiais formou uma equipa sensor-atirador altamente letal, enquanto que o lançador novo M270A1 melhorou as capacidades de resposta e solidez. A Operação "Liberdade para o Iraque" demonstrou mais tarde que o Sistema de Míssil Táctico (ATACMS) é uma capacidade operacional crítica, o alcance longo é um factor decisivo na preparação da batalha, e que os fogos operacionais são essenciais no estabelecer das condições para o sucesso da manobra e a para apoiar o comandante da força conjunta.

Também constatámos que para alcançar o sucesso em operações militares complexas, necessitamos de uma instrução mais extensa e sistemas complementares que permitam a verdadeira integração. Temos de treinar e desenvolver a força durante o tempo de paz para sincronizar os fogos com a manobra, coordenar a supressão das defesas aéreas do inimigo (SEAD) com a aviação de asa fixa ou rotativa, e integrar totalmente fogos e efeitos conjuntos no combate.

AS LIÇÕES DA HISTÓRIA

ATACM.

As unidades empenhadas na Operação "Liberdade para o Iraque" começaram a apreender a história que fizeram os seus melhores soldados e unidades subordinadas. Também começaram a compilar as lições aprendidas na operação e nós iremos absorver as suas experiências de forma a melhorar a nossa doutrina, partilhar TTPs que provaram ser eficazes e resolver as falhas do nosso equipamento e das nossas capacidades.

Muitos observadores começaram a documentar as interpretações da guerra e a retirar conclusões. Iremos ver artigos de grupos militares e observações jornalísticas; iremos ver um processo conjunto de lições aprendidas, incluindo documentação que os soldados e as unidades juntaram numa história escrita do conflito.

Muitos participantes e observadores já estão a comentar dois aspectos muito significantes da Operação "Liberdade para o Iraque": a aplicação das capacidades conjuntas e a importância das equipas de armas combinadas. O sucesso foi alcançado num nível táctico baixo devido à competência e bravura dos nossos soldados, bem como dos Fuzileiros e dos seus líderes. A força terrestre alcançou o sucesso porque empenhou as capacidades complementares da sua equipa de armas combinadas. O êxito ao nível operacional pode ser atribuído ao aperfeiçoamento da integração das capacidades conjuntas.

Preparando munições.

A nossa estratégia de integrar com êxito as operações terrestres e os fogos conjuntos é claramente hoje importante, e irá tornar-se mais importante para as nossas Forças Armadas na condução dos esforços de guerra. O Chefe do Estado-Maior dos Chefes das Forças Conjuntas realçou este ponto quando disse "As forças conjuntas são a chave para grandes feitos no campo de batalha. Na sua maioria, o equipamento utilizado para conquistar o Iraque era equipamento que já tínhamos há alguns anos. A diferença foi ter integrado como deve ser todas as capacidades dos nossos serviços."

CONTINUAR A MELHORAR

Com certeza progredimos no combate com capacidades conjuntas, mas os nossos processos de criação de conceitos de combate integrados e capacidades conjuntas que se complementam verdadeiramente uns aos outros, estão ainda a ser desenvolvidos. Temos de estabelecer programas e capacidades que nos permitam treinar indivíduos, comandantes e estados-maiores ao nível da brigada e superior, bem como treinar as nossas formações para integrar os fogos e efeitos no campo de batalha.

O Comando das Forças Conjuntas (JFCOOM) está agora a liderar a instrução, experimentação e desenvolvimento da doutrina para as Forças Armadas dos EUA, e o nosso Comando de Instrução e Doutrina (TRADOC) tornar-se-á no componente de serviço do Exército na JFCOOM para alcançar esse propósito. Fort Sill, como proponente de fogos da TRADOC, deve aumentar o seu envolvimento no processo conjunto, particularmente na aplicação do poder de fogo.

Os artilheiros devem ser peritos na integração e aplicação apropriada dos fogos e temos de instruir os nossos soldados e os nossos oficiais subalternos a aplicarem fogos ao nível táctico mais baixo. Os nossos coordenadores de fogos e efeitos ao nível da brigada, divisão e Corpo do Exército, devem ter a capacidade total de coordenar e integrar os fogos conjuntos e também devemos fornecer aos oficiais destacados nos estados-maiores da coligação, as aptidões e ferramentas que lhes permitam alcançar a mesma integração dos fogos e efeitos conjuntos.

Estamos todos incrivelmente orgulhosos com o que a nossa Artilharia de Campanha alcançou na Operação "Liberdade para o Iraque" como elemento crítico da equipa de armas combinadas. Foi magnífica.

A natureza conjunta da estratégia de guerra futura requer que aprendamos com o que já efectuámos e que aperfeiçoemos a nossa capacidade de integrar totalmente os fogos e efeitos conjuntos.

TED HOOTON

O Exército Britânico continua programas de Artilharia

Mesmo na era dos mísseis, dos meios aéreos pilotados ou não pelo Homem, os alicerces do poder de fogo permanecem na bateria de artilharia, na qual as suas capacidades têm sido constantemente aumentadas durante as últimas décadas. O Exército Britânico está a procurar novas capacidades através de três programas interligados que juntos serão o equivalente a vários biliões de dólares (ou euros se preferir).

AS 90.

Os três programas são o Sistema de Munição Convencional para Obus de Artilharia (TACAS), o programa de Fogos de Ataque com precisão melhorada (IFPA) e o Sistema Móvel de Armas Ligeiras da Artilharia (LIMAWS). No seu conjunto foram concebidos para fornecer ao Exército Britânico sistemas eficazes de artilharia, desde o final desta década e permanecendo ao serviço até meados do século XXI. Os contratos de avaliação foram celebrados em Setembro de 2001 (LIMAWS), Outubro de 2001 (TACAS) e Dezembro de 2001 (IFPA), respectivamente.

Em termos simples o TACAS foi criado para fornecer uma solução aos sistemas de artilharia, o que incluí espoletas dos projécteis de explosivos de alta potência, de fumos e iluminante bem como os equipamentos associados para os obuses de 155 mm. Isto irá usufruir da total capacidade da artilharia de calibre 52, que agora entrou ao serviço com os exércitos da NATO nomeadamente o sistema AS90 BRAVEHEART AP e o obus de campanha M-777 Ultra-Ligeiro (UFH). Na mesma linha, o IFPA irá fornecer munições "inteligentes", enquanto que o LIMAWS se dirige ao requisito do futuro em termos de apoio de fogos com sistemas ligeiros e pode estender-se para além da artilharia com obuses.

Contudo, tal como o TACAS sozinho demonstra, todos estes programas vão para além do mero fornecimento de produtos, já que uma Equipa Conjunta do Projecto Integrado, liderada pela *RO Defence* mas que inclui a *Agência da Defesa*, a *Qinetiq* e a *HVR*, procura formas de cumprir a estratégia idealizada pela Directoria do Equipamento (DEC) e pelo Equipamento Indirecto de Combate, para a artilharia britânica. Esta equipa prevê que em 2020 o sistema de municionamento convencional dos obuses

irá requerer metade da manutenção que actualmente necessita, 10% da logística actual, e que irá cobrir cinco vezes mais em termos de área e ser dez vezes mais letal. Para assegurar a objectividade o *Laboratório da Defesa para a Tecnologia e Ciência* (DSTL), ou seja a parte restante da velha *Agência da Defesa para a Pesquisa e Avaliação* (DERA), que está sob o controlo da MoD (elemento comercial da *QinetiQ*) irá conduzir uma Análise de Investimento e Eficácia Operacional Combinados (COEIA).

TACAS

O TACAS foi criado pela integração dos requisitos para o Sistema de Dispersão de Fogos de Artilharia (AFIDS), para a Futura Granada de Alta Explosividade, para a Granada de Fumos Multi-Espectral (MSSS), para a Futura Granada Iluminante e para os programas da Espoleta do Futuro. Fontes industriais indicaram que o TACAS poderia ser uma munição sem sensibilidade e que iria ser utilizado com o novo Sistema de Carga Modular de Artilharia de Alcance Extenso (EROMCS) que a MoD tinha pedido da *Divisão Denel Somchem*, da África do Sul, em 1999. Enquanto que os projécteis fornecem os itens principais examinados na Fase de Avaliação do TACAS, o seu programa também se dirige a temas como espoletas, seu armazenamento, ligações e seguimento. O conceito das ligações será utilizado para cargas e projécteis individuais, para seguir o movimento da munição bem como para auxiliar no estabelecimento das condições de armazenamento. Isto irá permitir que o termo de vida da granada seja mais extenso onde as condições o permitirem.

Visão do M982 EXCALIBUR.

A equipa do projecto está a considerar soluções provenientes de mais de uma dúzia de países de todo o Mundo, juntamente com os maiores fornecedores de munições, cujos produtos e ideias também estão a ser considerados, incluindo os da *Bofors Defence*, *Denel*, *Diehl*, *Giat* e *IMI*. Quando a fase de avaliação estiver completada e tiver sido sujeita à aprovação da *Main Gate* pertencente à MoD, os produtos candidatos irão passar por provas de validação. Enquanto que alguns produtos poderão estar logo disponíveis para utilização, é possível que alguns itens tenham de ser desenvolvidos e todos terão depois de serem integrados num sistema

completo de munições. Apesar de esta situação ser actualmente um programa britânico, outros países estão a considerar elementos que cumprem os seus requisitos similares, e a colaboração já está antecipada nalgumas de áreas de altos custos.

Na política britânica de "aquisição inteligente", o TACAS recebeu a aprovação da *Initial Gate* em Março de 2002, enquanto que a aprovação da Main Gate, para desenvolvimento em termos de engenharia e produção total, foi antecipada para Setembro de 2004, com expectativa de entrar ao serviço no ano de 2007. O TACAS será utilizado no AS90 e será um sério candidato se o obus de 155 mm for seleccionado para o LIMAWS. Poderá também ser incorporado numa arma naval de 155 mm que está a ser considerada pela Royal Navy e a Marinha Francesa.

Apesar dos projécteis TACAS não terem "cérebro" está-se a planear da incorporação de AFIDS que irá aumentar a precisão dos projécteis disparados a grandes distâncias. Várias opções estão a ser consideradas em termos de receptores GPS que são suficientemente pequenos e robustos para serem instalados nos projécteis, contudo as fontes industriais sugeriram que este requisito poderá ser por agora uma prioridade menor.

De modo a cumprir um requisito da STAR britânica (Trajectória Inteligente do Projéctil de Artilharia), a *Thales Missile Electronics* estabeleceu o consórcio da "Equipa STAR" que inclui a RO *Defence, Rockwell Collins e a QinetiQ*. A sua proposta é a de incorporar navegação GPS de modo a orientar a colocação dos travões de freio aéreos para ajustar a trajectória balística. Programas similares estão a ser desenvolvidos na França, onde a *Giat* está a desenvolver o SAMPRASS (*Système d'Amélioration de la Précision de l'Artillerie Sol-Sol*) e testes efectuados em 2002 demonstraram distâncias de erro de 60 m. A *Bofors Defence* e a *SAT Inc* estão a desenvolver o sistema TCM (Munições de Correcção da Trajectória) enquanto que a *Diehl Munition Systeme* e a *Junghans* demonstraram uma espoleta de correcção da trajectória em Junho de 2002 que parece estar para ser incorporada na família das munições da *ASSEGAI da Denel*.

Uma alternativa aos travões aéreos poderá ser jactos de correcção da trajectória utilizados pela *TCM-Bofors* e pela *GD OTS*; poderá ser a utilização de um sistema complementar de radar de retardamento da velocidade que segue os projécteis, prevê a sua trajectória de voo e fornece dados à espoleta, e depois esta activa os travões de freio no momento desejado; e poderá ser a utilização de um sistema de retardamento da velocidade que transmite dados para o computador de controlo de fogos. O SPACIDO (Sistema com Precisão por Sinais Cinemómetros) é a alternativa

da GIAT, na qual é utilizado um radar de retardamento da velocidade para determinar a trajectória do projéctil e enviar um sinal quando as superfícies aerodinâmicas se devem posicionar.

Nenhuma destas alternativas foi ainda colocada no programa TACAS.

IFPA

Estima-se que o programa IFPA esteja avaliado em £800 milhões ($ 1.2 biliões). O contrato de três anos celebrado com a equipa dos Sistemas *BAE* do IFPA irá avaliar não apenas os sistemas de armas mas também as plataformas de entrega associadas, C4I (Comando, Controlo, Comunicações, Computadores e Informações) bem como os sistemas ISTAR (Informações, Vigilância, Aquisição de Objectivos e Reconhecimento, juntamente com comunicações e logística). O último pode estar bem inserido de acordo com a experiência do TACAS, mas o primeiro irá requerer integração com um número de sistemas que estão para sair nos próximos anos ou mesmo ainda mais cedo. Estes incluem o sistema de comunicações BOWMAN, o WATCHKEEPER da família UAV e os programas dos veículos Sistema de Efeitos Rápidos (FRES) e BOXER que irão incluir versões de reconhecimento, observação e comando. Alguns dos UAVs podem até ser operados por veículos de reconhecimento. O IFPA será integrado no Sistema de *Targeting* de Efeitos Tácticos (JETTS), que era o antigo Sistemas de Aplicação da Informação do Apoio de Fogos da Batalha (JFSBISA), para o qual já foram emitidas ofertas e que se espera que entre ao serviço entre 2005 (capacidade inicial) e 2009 (capacidade total). O JETTS será um conjunto de ferramentas de *software* e interfaces de comunicações que operam com o *hardware* do BOWMAN, de forma a tornar mais eficaz o uso de meios terrestres, marítimos e aéreos, com o risco mínimo de "fogos amigos", tendo sido antecipado pela DEC (IBE) que em 2020 irá permitir aos sistemas de fogos indirectos executar dez vezes mais o efeito actual numa área cinco vezes maior do que a de hoje.

No final do contracto IFPA, a Equipa do Projecto Integrado terá avaliado todas as soluções e terá fornecido uma lista de opções juntamente com uma ideia dos custos e eficácia operacional, que tudo somado irá dar a base de um programa de implementação. Uma espoleta com sensor ou projécteis/foguetes de frequência rádio estão entre as opções, juntamente com submunições guiadas a partir de fibra óptica de foguetes ou até mesmo mísseis, como o POLYPHEM que pode ser lançado a partir de um sistema múltiplo de foguetes. Espera-se que o IFPA seja introduzido em 2008 com um alcance inicial de 70 km e que mais tarde será aumentado para 100 km.

Devido a estar a adoptar-se uma abordagem de desenvolvimento, podem ser requeridas futuras fases de avaliação de modo a que possa ser fornecido a capacidade de bater objectivos "pesados" e "ligeiros" com um grau de precisão que até agora não está disponível aos artilheiros britânicos. Em 2015-2020 espera-se aumentar o alcance para 150 km mas algumas fontes industriais referiram alcances de 200 km como possíveis de alcançar.

Uma vasta gama de potenciais soluções e tecnologias emergentes estão claramente disponíveis e, devido à utilização britânica do MLRS, o aperfeiçoamento da capacidade do sistema desta armas pode fornecer uma solução eficaz a custos não muito altos. O Exército dos EUA está a conduzir um programa de demonstração de uma versão com alcance aumentado do foguete guiado (GMLRS) que está a ser desenvolvida conjuntamente com outros aliados europeus. O foguete guiado irá utilizar um sistema com GPS e asas *canard* enquanto que o alcance proposto, desta versão, poderá ser de 70 km. O TACAMS do Exército Norte-Americano pode ser lançado do MLRS, fornece uma arma que pode transportar ogivas com submunições numa distância de 150 a 300 Km. A orientação por GPS já está a ser incorporada e existem planos para uma versão que pode penetrar postos de comando subterrâneos.

As soluções disponíveis para o requerimento da espoleta com sensor incluem a BONUS da *Giat/Bofors Defence* e a SMArt 155 da *Diehl/Rheinmetall* que estão ambas em volume de produção e ambas podem transportar duas submunições "inteligentes" com penetradores explosivos. As submunições BONUS têm sensores IV mas a SMArt 155 aumenta-os com sensores de ondas milimétricos. A *Diehl/Rheinmetall* também completou um programa de aperfeiçoamento do produto para aumentar as impressões do sensor. O SADARM M898 dos EUA poderia ter sido seu adversário, mas a sua produção já terminou; contudo o seu sucessor que se designa por Munição Espoleta-Sensor de Rotação Estabilizada, poderá juntar-se à lista britânica.

Para os projécteis de longas distâncias parecem existir dois adversários: o PELICAN da *Giat* e o XM982 ERPICM (Munição Convencional de Propósito Duplo de Longo Alcance) vulgo EXCALIBUR da *Raytheon*. O desenvolvimento do PELICAN está ainda numa fase inicial e duas versões, ambas utilizando GPS, estão propostas para Longo Alcance e Muito Longo Alcance respectivamente. O primeiro será um projéctil de lançamento que irá voar até aos 60 km enquanto que o último pretende-se que seja um projéctil assistido por foguete com a capacidade de voar até aos 85 km. Para o modelo de Longo Alcance está planeada uma carga de 63 submunições ou três BONUS e 77 submunições e quatro BONUS para o modelo de Muito Longo Alcance.

A EXCALIBUR que está a ser desenvolvido desde 1988 e está estipulado que entre ao serviço no Exército dos EUA em 2006, é similar ao conceito do PELICAN de longo alcance. Estão previstas três versões, com 72 submunições DPICM (Munição Convencional de Propósito Duplo) com uma ogiva unitária, ou duas submunições "inteligentes", respectivamente com um alcance de 57 km. Em Abril de 2002 a *Raytheon* e a *Bofors Defence* lançaram um programa cooperativo de um projéctil de precisão guiada com base na EXCALIBUR mas que incorporava a tecnologia EUA-Suécia da Munição de Trajectória Corrigível.

Também foi sugerido que o programa UAV WATCHKEEPER pudesse ser adaptado para ser um elemento do IFPA. O requisito britânico é para um sistema de reconhecimento ao nível do grupo da brigada e divisão/Corpo do Exército ao invés de um UACV, mas o êxito da utilização do UAVs pelo EUA no Afeganistão, Iémen e no Iraque pode levar a que este se torne uma opção no IFPA.

O IFPA será compatível com qualquer solução de obus de 155 mm que for seleccionado para o LIMAWS.

LIMAWS

O LIMAWS é uma resposta ao Staff Target (Terrestre) 4095 que estava para substituir o Light Gun 105 mm (L118) em 2006. A intenção do LIMAWS é fornecer apoio de fogos indirecto para o rápido posicionamento das forças e foi originalmente concebido como peça rebocada de 155 mm com a munição convencional. Desde então a arma envolveu um alargamento de opções que podem levar a uma arma (LIMAWS-G) que pode ser um obus 155 mm, um Light Gun aperfeiçoado (Mark 2) e/ou um morteiro ligeiro 120 mm rebocado, um sistema ligeiro de lançamento de foguetes (LIMAWS-R) com a capacidade de disparar munições GMLRS, ATACMS e IFPA, um radar de localização de armas que iria suceder ao COBRA, um gerador e veículo logístico de artilharia. O LIMAWS-R foi então redesignado como LIMAWS-RP devido ao Projéctil de Foguete. Os componentes devem ser transportados por ar num HÉRCULES ou num helicóptero CHINOOK/BLACKHAWK ou no Aeroplano de Combate e de Apoio Anfíbio (SABR).

(X)M 777.

A seguir a uma revisão a MoD parece estar a inclinar-se para uma mistura de armas de 155 mm e 105 mm. O adversário principal deste último é o obus de Campanha Ultra-Ligeiro de 155 mm rebocado da *RO Defence* que foi desenvolvido para os Fuzileiros e Exército dos EUA, como a próxima geração da Arma de Força Média. Em Novembro de 2002, esta arma de calibre 32 saiu do palco do departamento de Desenvolvimento de Engenharia e Fabrico para a fase piloto de produção, e poucas semanas mais tarde os fuzileiros dos EUA estabeleceram um contrato inicial de produção reduzida de 94 armas M777 no valor de $135 milhões, apesar dos fabricantes esperarem vender 900 armas. O M777 pesa 4 082 kg o que significa que pode ser transportado por um helicóptero.

Tanto o R.U como a Itália estão a observar o programa através de um MoU, apesar de ainda terem que fazer os pedidos. A *RO Defence* já está a trabalhar com a United Defence numa base de reboque de apoio inclinado, sobre um gerador que pode carregar e rebocar as duas armas, sendo o demonstrativo o M1086AO. Mesmo só com uma arma o reboque de apoio inclinado tem vantagem no transporte aéreo e no transporte anfíbio e pode ser levado directamente para dentro de um C-130.

Para o requisito do 105 mm a alternativa é o chamado Light Gun Mk2, que será colocado numa base do transportador UFH e tem um cano novo, apesar da munição nova TACAS precisar de ser desenvolvida e experimentada. No caso da data de entrada ao serviço do LIMAWS-G aumentar para três anos, ou seja de 2006 para 2009, o número requerido de armas passará de 40 para 32.

LIMAWS-RP está a ser concebido com a intenção de ser um sistema múltiplo de foguete, auto-propulsado, com rodas e com peso ligeiro, que pode operar GMLRS, ATACMS ou mísseis com fibra óptica como o POLYPHEM. Pretende-se que o sistema transportável por helicóptero seja autónomo com uma facilidade de recarregamento integral MLRS.

Em termos de plataforma, a potencial candidata é a HIMARS (Sistema de Foguete Altamente Móvel) da *Lockheed Martin* que o Exército dos EUA está a desenvolver. Esta plataforma segue a base da família dos Veículos Tácticos Médios, de 5 toneladas e chassis 6x6, mas a nova família britânica de Futuros Veículos de Apoio também pode ser utilizada já que a *Rheinmetall Landsysteme* propôs os seus veículos CONTEGO 6x4 R439. O requerimento foi antecipado para 30 sistemas.

A fase de avaliação do LIMAWS está a ser conduzida pela *Insys*, que também está a desenvolver um lançador novo e a data de entrada ao serviço foi antecipada de 2008 para 2007. O Main Gate da LIMAWS foi antecipado para Janeiro de 2005.

NOTÍCIAS DA NOSSA ARTILHARIA

COMEMORAÇÃO DO 1.º CENTENÁRIO DA REVISTA DE ARTILHARIA

No ano de 2004 a Revista de Artilharia completa 100 anos de existência, efeméride que se pretende comemorar da forma mais digna possível, porém em conformidade com as possibilidades da própria Revista, nomeadamente no que concerne a recursos financeiros.

Para o efeito a Comissão Executiva da Revista aprovou um conjunto de actividades a realizar ao longo do ano de 2004, cada uma delas a ter lugar nas unidades de Artilharia e na Academia Militar, visando desta forma envolver, nestas comemorações, o maior número possível de Artilheiros, para além do apoio que abnegadamente essas Unidades darão à realização da respectiva actividade.

As actividades projectadas para a comemoração do 1.º Centenário da Revista de Artilharia, são as seguintes:

– **EDIÇÃO DE UMA SEPARATA SOBRE UNIFORMES DA ARTILHARIA PORTUGUESA.**
(Autoria Coronel Costa Matos).

- **SEMINÁRIO,** com apresentação dos seguintes temas:
  - **A EVOLUÇÃO DA ARTILHARIA PORTUGUESA DESDE OS PRIMÓRDIOS ATÉ AO FINAL DO SÉCULO XIX.**
    (Pelo Tenente-Coronel Pires Nunes).
  - **A EVOLUÇÃO DA ARTILHARIA PORTUGUESA NO SÉCULO XX.**
    (Pelo General Espírito Santo).
  - **A IMPORTÂNCIA DA REVISTA DE ARTILHARIA NA RESPECTIVA ARMA.**
    (Pelo Tenente General BELCHIOR VIEIRA).
  - **APRESENTAÇÃO DO TEMA ANTERIOR POR ENTIDADES ESTRANGEIRAS (EUA, UK, FR).**
  - **A IMPORTÂNCIA DA REVISTA DE ARTILHARIA NA ARMA, PARA O FUTURO.**
    (Pelo Major Marquês de Sousa).
- **NÚMERO ESPECIAL DA REVISTA,** com a súmula dos últimos 100 anos, capa do 1º Número e Contra-Capa com a nova capa a Editar.
- **CONFERÊNCIA SOBRE O EMPREGO DA ARTILHARIA NA BATALHA DE ARZILA.**
  (Pelo Coronel Nuno Rubim).
- **EDIÇÃO DE UM CD MULTIMÉDIA COM AS CAPAS E INDÍCES DE CADA NÚMERO PUBLICADO NOS 100 ANOS.**
- **PORTO DE HONRA E TRANSIÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA.**

A Comissão Executiva apela a todos os Artilheiros que se associem às Comemorações, comparecendo e participando nas diferentes actividades atrás descritas.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA
DA REVISTA DE ARTILHARIA

ANTÓNIO MARQUES ABRANTES DOS SANTOS
TENENTE-GENERAL

NOTÍCIAS DA ANTIAÉREA

CERIMÓNIAS COMEMORATIVAS DO ANIVERSÁRIO DO REGIMENTO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA N.º 1 E DOS 60 ANOS DE ARTILHARIA ANTIAÉREA

Realizaram-se, no passado dia 02 de Outubro de 2003, as comemorações do aniversário do Regimento de Artilharia Antiaérea Nº1 e dos 60 anos de Artilharia Antiaérea em Portugal, presidida pelo Ex.mo Tenente-General António Marques Abrantes dos Santos, Director Honorário da Arma de Artilharia. Esta data tem como referência o estabelecimento do Comando da Defesa Antiaérea de Lisboa, em 1943, do qual o RAAA 1 é herdeiro das tradições militares e património.

Estiveram presentes nas celebrações o Ex.mo General Loureiro dos Santos, o Ex.mo General Espírito Santo, o Ex.mo Senhor Doutor Fernando Seara, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, o Ex.mo Tenente-General Faria Leal, Chefe da Casa Militar da Presidência da República, o Ex.mo Tenente-General Samuel Matias do Amaral, Vogal do Conselho Superior de Disciplina do Exército, o Ex.mo Tenente-General Durão Correia, Comandante da Instrução do Exército, o Ex.mo Major-General José Carlos Cadavez, 2º Comandante do Governo Militar de Lisboa, outros ilustres Oficiais Generais, Ex–Comandantes do Regimento e do Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea de Cascais, a Ex.ma Senhora Doutora Ana Flores, Directora do Palácio Nacional de Queluz, Presidentes das Juntas de Freguesia locais, entre diversas outras Entidades militares, civis e das Forças de Segurança.

As cerimónias militares iniciaram-se com a Guarda de Honra e continência das Forças em Parada à Alta Entidade, e prosseguiram com diversas actividades de que se destacam:

- Entrega pela Ex.ma Família, ao Regimento, do espólio pessoal do General Dom Miguel Pereira Coutinho, Comandante da primeira Unidade de Artilharia Antiaérea em Portugal – o Grupo de Artilharia Contra Aeronaves – formado em 1935 e também, Comandante da Defesa Antiaérea de Lisboa, criada em 1943.

- Homenagem ao Tenente-General Themudo Barata, ilustre Comandante do Regimento de Artilharia Antiaérea Fixa, entre 28 de Outubro de 1968 e 16 de Julho de 1971, e atribuição do seu nome à Parada Principal do Regimento, com descerramento da respectiva placa evocativa.

O Comandante do Regimento, Coronel de Artilharia Raul Manuel Sequeira Rebelo, proferiu uma alocução alusiva à efeméride, realçando as inúmeras realizações e os diversos objectivos alcançados pelo RAAA1 e perspectivando ainda os desafios que se antevêem.

Foram lidas as felicitações dirigidas ao Regimento, por S. Ex.a o General Chefe do Estado-Maior do Exército e também a mensagem endereçada pelo Excelentíssimo Tenente-General, Director Honorário da Arma de Artilharia.

Após as cerimónias militares, assistiu-se a uma apresentação evocativa, pelo Regimento de Artilharia Antiaérea N.º1, subordinada ao tema: "O Quotidiano de Queluz – Trechos Históricos"; iniciou-se a mesma, com uma alusão à presença da Família Real, no Palácio Nacional de Queluz. O mestre de cerimónias introduziu o "serenim", com que os Reis iriam presentear os digníssimos convidados: danças da corte, aula de florete, rapsódia pelo septeto da rainha e canto lírico. A segunda parte descreveu a época que se seguiu à entrega do Palacete da Arcada ao Exército, com um desfile que incidiu na história da Artilharia Antiaérea ao longo dos seus 60 anos, a par da invocação dos acontecimentos sociais e políticos que marcaram a segunda metade do século XX. A cerimónia terminou ao som da sinfonia 1812 de Tchaykovsky, executada pela Banda do Exército.

Por último, o Comandante do Regimento apresentou na Sala de Oficiais, a Brochura relativa aos 60 Anos de Artilharia Antiaérea, sob a forma de Edição Especial do Boletim da Artilharia Antiaérea, a Medalha Comemorativa dos 60 Anos de Artilharia Antiaérea, e o Manual de Reconhecimento de Aeronaves, última publicação doutrinária editada pelo Regimento, recentemente aprovado por despacho do Ex.mo General CEME.

NOTÍCIAS DA EPA

COMEMORAÇÕES DO DIA DA ARMA DE ARTILHARIA E DA ESCOLA PRÁTICA DE ARTILHARIA

No dia 17 de Outubro de 2003 tiveram início as Comemorações do dia da Arma de Artilharia e da Escola Prática de Artilharia, que culminaram com as cerimónias militares no dia 04Dec03, com uma iniciativa inédita, que constou de três programas de radiodifusão.

Nos dias 17 e 31 de Outubro e no dia 14 de Novembro, a partir da recentemente inaugurada sala de reuniões Brigadeiro Carlos Maria de Caula, na EPA, tiveram lugar, em directo, três programas de radiodifusão relativos à história da EPA e a sua relação com Vendas Novas, realizados pela radio local "Granada FM", com a presença de diversas entidades militares e civis convidadas a participar nos programas, numa iniciativa conjunta da EPA, do jornal "Gazeta de Vendas Novas" e da rádio local "Granada FM".

No dia 02 de Dezembro foi inaugurada uma Exposição de Pintura e Escultura no Museu da EPA, preparada pela CMVN.

As comemorações tiveram, de forma natural, o seu ponto alto no dia 04 de Dezembro, com as Cerimónias Militares a serem presididas pelo Ex.mo Tenente-General Inspector Geral do Exército, Tenente-General Abrantes dos

Santos, em representação de S.Ex.a o General Chefe do Estado Maior do Exército, General Valença Pinto, presente nas comemorações a partir das 12H30.

O programa geral do dia 04Dec03 foi o seguinte:

- 08H00 – Cerimónia do Içar da Bandeira Nacional, na Parada El-rei D. Pedro V, com uma Guarda de Honra prestada pela 1ªBBF/GI;
- 09H00 – Missa na Capela da EPA, por intenção dos militares falecidos, presidida pelo Capelão da Região Militar do Sul;
- 10H30 – Guarda de Honra ao Ex.mo Tenente-General Inspector Geral do Exército, na Parada El-rei D. Pedro V, constituída pelas Fanfarra e Banda da Região Militar do Sul, Guião da EPA e 1ªBBF/GI;
- 11H00 – Início da Cerimónia Militar na Parada General Bernardo de Faria, com a prestação de continência pelas Forças em Parada, ao Ex.mo Tenente-General Inspector Geral do Exército;
  - Integração do Estandarte Nacional nas Forças em Parada;
  - Cerimónia de Homenagem aos Mortos em Defesa da Pátria;
  - Alocução do Comandante da EPA;
  - Alocução do Ex.mo Tenente-General Director Honorário da Arma de Artilharia;
  - Leitura da mensagem de S.Ex.a o General Chefe do Estado Maior do Exército;
  - Imposição de Condecorações;
  - Desfile das Forças em Parada;
- 12H00 – Actuação da Banda da Região Militar do Sul na Parada General Bernardo de Faria;
- 12H15 – Demonstração Artilheira pelo Pelotão de Aquisição de Objectivos, na Parada General Bernardo de Faria, seguida de visita aos materiais e equipamentos;
- 12H30 – Deposição de uma Coroa de Flores, por S.Ex.a o General Chefe do Estado Maior do Exército, no Monumento aos Artilheiros Mortos na I Grande Guerra, no jardim da EPA;
- 12H45 – Inauguração da sala do Museu da EPA relativa ao Emprego da Artilharia, seguida de visita;
- 13H00 – Almoço-convívio;
- 15H15 – Assinatura do Livro de Honra por S.Ex.a o General Chefe do Estado Maior do Exército, no Gabinete do Comandante da EPA;
- 15H30 – Saída de S.Ex.a o General Chefe do Estado Maior do Exército.

As Forças em Parada, comandadas pelo 2º Comandante da EPA, Tenente-Coronel de Artilharia António Salgueiro eram constituídas por Fanfarra e Banda da Região Militar do Sul, Pelotão de Guiões das Unidades de Artilharia e 3 Baterias, a 2 Pelotões, organizadas da seguinte forma:

- 1ª Bateria de Bocas de Fogo da EPA;
- 1ª Bateria de Artilharia Mista, constituída por 1 Pelotão do Regimento de Artilharia Antiaérea Nº 1 e 1 Pelotão do Regimento de Artilharia Nº 5;
- 2ª Bateria de Artilharia Mista, constituída por 1 Pelotão do Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada Aerotransportada Independente, sediado no Regimento de Artilharia Nº 4, e 1 Pelotão do Grupo de Artilharia de Campanha e Bateria de Artilharia Antiaérea da Brigada Mecanizada Independente.

Após a Cerimónia de Homenagem aos Mortos em Defesa da Pátria o Comandante da EPA, Coronel de Artilharia Rovisco Duarte proferiu uma alocução alusiva à efeméride donde de destaca o seguinte:

"...

Em 1853 D Pedro V, numa percepção clara do acelerado desenvolvimento científico em curso na Europa, mandar segui para o estrangeiro, em missão científico-militar, um ilustre artilheiro: Fortunato José Barreiros.

Tem este oficial como missão visitar e estudar os estabelecimentos de artilharia das principais potências da Europa. O objectivo subsequente era aplicar os resultados dos seus estudos e das suas investigações ao Exército Português.

A Escola Prática de Artilharia nasce em resultado desta missão, oito anos depois.

Procedendo a uma retrospectiva do que foi a actividade da Escola nestes 142 anos, encontramos um fio condutor perfeitamente claro: o desenvolvimento de uma intensa actividade técnica a par de uma constante adaptação às conjunturas de momento.

..."

Foi este o fio condutor que perdurou até hoje.

Acredito que o espírito artilheiro existente nesta Casa não esmoreceu. Neste sentido, não obstante a reconhecida contenção financeira e o baixo nível de efectivos, o cumprimento da missão e respectivas atribuições cometidas à Escola continua a ser conseguida.

Reportando ao ano em curso, na área da instrução, formaram-se 508 militares repartidos pelos Cursos Especiais de Formação de Oficiais, Curso de Formação de Oficiais, Cursos de Formação de Sargentos e Curso de

Formação de Praças. Esta formação materializou-se na realização de 7 Juramentos de Bandeira e correspondentes 7 cerimónias de apresentação do Estandarte Nacional.

No âmbito da formação profissional, saliento a celebração de mais dois protocolos.

Tribuna Principal

Os 122 formandos abrangidos repartiram-se pelas áreas de Costura, Práticas Administrativas, Electricista de Instalações, Mecânico de Automóveis, Cozinha, Pintura de Construção Civil e Práticas Técnico Comerciais.

Quanto ao encargo operacional, 1ª Bateria de Bocas de Fogo e Pelotão de Aquisição de Objectivos, esteve envolvido em 24 acções de natureza operacional:

- *Exercícios de fogos reais em apoio aos cursos de formação de oficiais, sargentos e praças;*
- *Comemorações das Batalhas das Linhas de Elvas, Atoleiros, Montes Claros e Ourique;*
- *Visitas, apoios e exercícios Táctico e de Fogos Reais dos Alunos dos 1º, 3º e 4º anos da AM;*
- *Exercícios Rosa Brava, Nun'Álvares e Arco da Brigada Mecanizada Independente;*
- *Exercício Polaco do Regimento de Artilharia Nº 5;*
- *Exercício Eficácia do COFT;*
- *Cerimónias do Dia da Cidade e de Homenagem aos Mortos em Combate na cidade de Loulé;*

- *Diversas cerimónias militares envolvendo Altas Entidades;*
- *Comemorações locais do Dia do Exército;*
- *Exercício ORION;*
- *Apoio ao Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção civil no âmbito do Plano de Operações "LIRA SUL";*
- *Participação na feira de S Mateus em Elvas;*

Não posso deixar de vos recordar algumas palavras aqui proferidas há um ano e referentes às infra-estruturas, ao reduzido número de efectivos e à existência de disfunções significativas nalgumas áreas.

Apelei à necessidade de realizarmos uma gestão dinâmica, sóbria e funcional.

Na área de pessoal, levantámos, relacionámos e processámos cerca de 130 metros lineares de processos herdados do RAL1, RALIS e Hospital Militar de Vendas Novas, aos quais se juntaram cerca de 465 metros lineares das áreas funcionais da Escola num total de 600 metros lineares; conseguimos aumentar em cerca de 50% os efectivos praças em RV/RC, a par de um reforço significativo de pessoal civil.

Na área das informações, operações e relações públicas, além da participação efectiva da Escola em actividades operacionais, como referido, acresce:

- *o empenhamento com meios significativos nos rescaldos dos incêndios de verão, desde a Serra dos Candeeiros até à Serra de Monchique;*
- *a divulgação da Unidade e do serviço Militar apoiando visitas de escolas à EPA e ao seu Museu, com mais de um milhar de visitantes contabilizados;*
- *organização e realização de convívios de cursos e/ou grupos de militares na reforma e ex-militares;*
- *promoção de visitas ao Palácio das Passagens, com o apoio da Direcção de Documentação e História Militar;*
- *a realização de uma Inspecção Geral Ordinária em simultâneo com actividade operacional.*

Na área logística, recordo as dezenas de processos elaborados e a arrumação em curso, e ainda a actividade de desmatação e controlo ambiental em curso no polígono.

No âmbito das infra-estruturas, recordo a remodelação da oficina auto, a reconstrução do arquivo primário, a remodelação das salas de convívio de sargentos e praças, a remodelação do piso inferior e superior do Edifício do Comando, do museu, da sala da Comissão Técnica, do antigo auditório, da

recuperação do Edifício da Alimentação – cozinhas, refeitórios e salas, a revisão da rede eléctrica e sistema de iluminação, a remodelação do depósito de fardamento, entre outras.

Na área da Comissão Técnica da Arma, acreditámos que era possível quebrar alguma inércia que estava instalada. Com o apoio das unidades de artilharia, elaborou-se o Manual Técnico do Obus Light Gun, já aprovado, elaborou-se o projecto de Regulamento de Táctica de Artilharia de Campanha, pronto a ser discutido, concluiu-se o Manual Técnico da Estação Meteorológica Marwin, a enviar brevemente para aprovação superior, elaborou-se o Manual do Operador do Radar RATAC-S, também a enviar brevemente, encontrando-se em fase de elaboração:

– O Manual Táctico de Emprego dos Radares;

– O Manual Táctico de Emprego das Secções de Metereologia;

– Os Manuais Técnicos dos Radares, AN/TPQ-36 e Ratac-S;

Foi este o alcance da gestão dinâmica, sóbria e funcional acima referida.

A actividade quase febril que a EPA desenvolveu neste período assentou na procura da competência individual, no esforço colectivo, na abnegação, no orgulho e na altivez artilheira.

Não descansamos, porém, sobre trabalho feito.

Na linha do fio condutor desta Escola, o recente processo de transformação do Exército, em curso, vem impor novos desafios.

Os radares de aquisição de objectivos recém-chegados, os sistemas de comando e direcção de tiro que estão à porta e as condições naturais aqui existentes, transmitem uma confiança e a certeza que é possível criar um sistema de apoio de fogos coerente, moderno, adaptado aos novos cenários e ao nível do existente nos exércitos europeus modernos.

Numa palavra de afirmação de vontades, pretendemos continuar a manter nesta casa o saber artilheiro.

Tendo presente a missão que nos está cometida, bem como os meios atribuídos e o espaço social no qual nos inserimos, continuaremos a cerrar fileiras, procurando encontrar soluções eficazes que nos permitam cumprir com rigor e dignidade os objectivos estabelecidos, sem alarde e sem propaganda, porque esta é a nossa maneira de ser. "

O Ex.mo Tenente-General Director Honorário da Arma de Artilharia, Tenente-General Abrantes dos Santos, Inspector Geral do Exército, proferiu de seguida uma alocução relativa à comemoração do dia da Arma de Artilharia de que se destaca o seguinte:

"...

Este é o nosso dia festivo, o dia da Artilharia, o qual, como já referido na alocução do Senhor Comandante da EPA é um dia de celebração universal, porque se comemora em todo o Mundo, neste mesmo dia, 4 de Dezembro, que é o dia de S.ta Bárbara, a nossa padroeira.

Mas esta universalidade da Artilharia não reside apenas na comemoração do seu dia festivo, antes se manifesta também nas características da própria Arma e daqueles que nela servem.

..."

No caso dos artilheiros portugueses, poder-se-à acrescentar uma outra característica humana, que é a flexibilidade, ou seja a capacidade de servir nas diferentes situações, com base na qual me permite afirmar que as Unidades de Artilharia são também capazes de ser empregues hoje em qualquer das novas missões do Exército, sejam as Operações de Apoio à Paz, que vimos participando desde meados dos anos 90 ou fazendo parte das novas forças de reacção da NATO, as chamadas NATO RESPONSE FORCES (NRF).

A Artilharia veria, com muito agrado que tal oportunidade lhe fosse dada, de preferência executando a sua missão específica. Contudo, acho que a Artilharia pode ser posta perante a outros desafios, e ser chamada a desempenhar outras tarefas, como por exemplo constituir o Comando e Estado-Maior de um Agrupamento para uma FND, ou contribuir com unidades escalão Bateria para fazer parte de um desses Agrupamentos.

... no que à modernização da Artilharia diz respeito, já foi referida a última aquisição, os radares AN/TPQ36, e o Sistema de Comando e Direcção de Tiro AFADTS e os radares PSART estão a um passo de ser recebidos.

Apesar disso, não podemos deixar de reconhecer que estamos aquém de que julgamos ser indispensável para as necessidades futuras da artilharia, nomeadamente decorrentes dos compromissos assumidos com organizações internacionais da segurança e defesa, que nos obrigam a estar ao nível dos nosso aliados e onde a Artilharia tem vindo a aumentar a sua importância e indispensabilidade nos novos conflitos, fruto das lições aprendidas no Afeganistão e Iraque.

Necessitamos de materiais mais leves mas com maiores alcances, como são os modernos obuses 155 mm, e munições mais sofisticadas que produzem maiores efeitos com menos consumos.

...

É na doutrina que temos que fundamentar a nossa razão e toda e qualquer reforma na Artilharia terá de ser norteada pelos princípios doutrinários, os quais, como o dia da Artilharia, são universais.

Oficiais, Sargentos, Praças de Artilharia, ao comemorarmos mais um aniversário da nossa Arma e fazendo um balanço do trabalho desenvolvido ao longo do último ano, julgo poder afirmar sem receio ou falsa modéstia, que foram atingidos em pleno os objectivos que nos foram propostos, graças ao desempenho exemplar e eficiente de todos vós, prestando serviço nas Unidades da Arma ou em qualquer outro local, dentro do Exército e das Forças Armadas.

..."

Seguiu-se a leitura da mensagem de S.Ex.a o General Chefe do Estado Maior do Exército, de que se destaca o seguinte:

"...

A Centenária Escola Prática de Artilharia consolidou-se ao longo da sua história como uma escola de valores, em especial da lealdade, da camaradagem, do exemplo e da responsabilidade. Mas também se consolidou como uma escola de formação de quadros excepcional, através da qualidade do seu ensino, pela vontade de actualização permanente e abertura à inovação, factores que devem ser apanágio de qualquer escola que pretenda servir o Exército e enfrentar os desafios e exigências do futuro.

Ao Comandante do exército é particularmente grato enaltecer a incontestável competência profissional e técnica dos Artilheiros formados nesta casa, o que lhes tem granjeado um prestígio invejável e dado um significativo contributo para o prestígio do Exército e das Forças Armadas.

..."

O Comandante do Exército está ciente que, tal como tantos militares que vos precederam ao longo de várias gerações e nas mais variadas circunstâncias, os homens e mulheres que servem na Artilharia Portuguesa sabem enobrecer-se a si próprios, prestigiar o Exército e honrar e servir o nome de Portugal."

Com a imposição de condecorações e o desfile das Forças em Parada as Cerimónias Militares deram lugar à actuação da Banda da Região Militar do Sul e à demonstração das capacidades do Pelotão de Aquisição de Objectivos, que ficaram depois em exposição estática na Parada General Bernardo de Faria.

As cerimónias militares ficaram concluídas com a deposição de uma coroa de flores no Monumento aos Artilheiros Mortos na I Grande Guerra, por S.Ex.a o General Chefe do Estado Maior do Exército.

Antes do almoço-convívio foi inaugurada a sala relativa ao Emprego da Artilharia no Museu da EPA.

VISITA DO EXMO TGEN CMDT DA RMS

O Ex.mo Tenente-General Comandante da Região Militar do Sul, Tenente-General Velasco Martins visitou a EPA em 09Set03.

O programa da visita teve início com a prestação das Honras Militares regulamentares pela 1ª BBF, na parada El-rei D. Pedro V, a que se seguiu uma sessão de cumprimentos na Biblioteca da EPA com a presença de todos os Oficiais, Sargentos e Deputação de Praças e Funcionários Civis.

A fim de fornecer informação detalhada relativa à EPA seguiu-se um briefing na sala da Comissão Técnica da Arma de Artilharia e uma breve visita à Unidade.

Após o almoço, o Ex.mo Tenente-General Velasco Martins assinou o Livro de Honra da EPA.

Antes de regressar ao Comando e Quartel General da RMS o Ex.mo Tenente-General Velasco Martins, acompanhado do Comandante da EPA, dirigiu-se à Câmara Municipal de Vendas Novas, onde apresentou cumprimentos ao seu Presidente, senhor José Filipe Godinho Barradas.

JORNADA-CONVÍVIO TPOA 03/04 E TPOA 53/54

Em 01Out03 apresentaram-se na EPA, vindos da Academia Militar, 06 Aspirantes-a-oficial Alunos de Artilharia, com vista à frequência do Tirocínio para Oficial de Artilharia 2003/2004.

Os Oficiais do Quadro Permanente que prestam serviço na EPA, receberam os Oficiais Alunos com uma jornada-convívio, em que estiveram também presentes os Oficiais de Artilharia, que frequentaram o Tirocínio nos anos de 1953/1954.

A jornada-convívio iniciou-se com uma breve visita a algumas instalações da EPA e descerramento de placa alusiva à passagem do TPOA 53/54, a que se seguiu o jantar na Messe de Oficiais

A dignidade da confraternização e o elevado significado do momento para a vida pessoal e profissional de todos os presentes, garantiu o estabelecimento e manutenção de laços de amizade entre as várias gerações de Artilheiros e demais Oficiais presentes.

DESPEDIDA DO EX.MO MGEN 2º CMDT DA RMS

No dia 17Out03, a EPA recebeu a visita do Ex.mo Major-General 2º Comandante da Região Militar do Sul, Major-General Sousa Bernardes, que veio apresentar cumprimentos de despedida devido a cessar funções na RMS.

O Ex.mo Major-General Sousa Bernardes foi recebido à entrada na EPA com a execução dos toques regulamentares no Edifício de Comando, após o que foi conduzido ao Salão Nobre para apresentação de cumprimentos de despedida às deputações de Oficiais, Sargentos, Praças e Funcionários Civis.

Seguiu-se uma visita às instalações da EPA incluindo Polígono Militar e Museu.

A visita terminou com a assinatura do Livro de Honra no Gabinete do Comandante da EPA.

COMEMORAÇÕES DO DIA 04Dec03
PROGRAMAS DE RADIODIFUSÃO

No âmbito das comemorações do dia da Arma de Artilharia e da Escola Prática de Artilharia e numa iniciativa conjunta da EPA, do jornal *GAZETA DE VENDAS NOVAS* e da Rádio *GRANADA FM*, foram realizados três programas de radiodifusão, em directo, a partir da sala de reuniões Brigadeiro Carlos Maria de Caula da EPA, nos dias 17 e 31Out03 e no dia 14Nov03.

A iniciativa inseriu-se num contexto sócio-cultural de divulgação da história da cidade de Vendas Novas e do património histórico-militar da EPA, em particular a evocação do seu passado e do seu contributo para o desenvolvimento da cidade.

Os programas de radiodifusão foram referidos a três épocas distintas:

1º programa – das origens à I Guerra Mundial;

2º programa – da I Guerra Mundial ao ano de 1974;

3º programa – do ano de 1974 aos nossos dias;

Foram constituídos painéis de convidados, *residentes* e *eventuais*, civis e militares, com assistência livre pelos militares e funcionários civis da EPA disponíveis e familiares, bem como da população de Vendas Novas em geral.

O figurino considerado assentou no seguinte:

- duração do programa cerca de duas horas;
- leitura documental da investigação realizada pelo ilustre estudioso da cidade de Vendas Novas, Sr. Aleixo Pais, feita pelo próprio, com duração de cerca de 20 minutos;
- intervalo;
- sessão de perguntas aos convidados que constituem o painel;
- intervalo;
- nova leitura documental, seguida de novas perguntas ao painel;

Procedendo a um balanço da iniciativa, ressalta o elevado entusiasmo com que os convidados participaram no programa, facto que *esticou* dois programas em cerca de 1 hora, verificando-se diversos pedidos para futuras iniciativas do género.

REUNIÃO DO DHAA COM O PRESIDENTE DA CTAA, CHEFE DA RPMP E CMDTS DAS UNIDADES DE ARTILHARIA

Em 30Out03 teve lugar na sala de reuniões Brigadeiro Carlos Maria de Caula da EPA, uma reunião presidida pelo Ex.mo Tenente-General Director Honorário da Arma de Artilharia, Tenente-General Abrantes dos Santos, General Inspector do Exército, com as presenças do Ex.mo Major-General Presidente da Comissão Técnica da Arma de Artilharia, Major-General Ferreira da Silva, do Chefe da Repartição de Pessoal Militar Permanente, Coronel Almeida e Sousa, Comandantes da EPA, Cor Rovisco Duarte, do RAAA1, Cor Sequeira Rebelo, do RA4, Cor Parente da Fraga, do RA5, Cor Sousa Teles, do RG2, Cor Costa Santos, do BAAA/BMI, Major Mariano Alves e o 2º Comandante do GAC/BMI, Major Aquino.

A reunião teve o seguinte programa:
10H15 – Chegada dos participantes;
10H30 – Guarda de Honra ao Ex.mo TGen DHAA;
10H45 – Apresentação de cumprimentos;
11H00 – Início dos trabalhos
– 11H00: Abertura, pelo Ex.mo TGen DHAA;
– 11H15: Actualização do ponto de situação das Unidades;
12H30 – Almoço;
14H00 – Foto de Grupo e apresentação do material AN / TPQ36;
15H00 – Reinicio dos trabalhos
– CTAA – AC;
– CTAA – AA;
– Conclusões;
– Encerramento;
16H30 – Final dos trabalhos;
16H40 – Assinatura do Livro de Honra;
17H00 – Beberete;
17H30 – Regresso às Unidades.

HOMENAGEM AOS MILITARES FALECIDOS POR OCASIÃO DA PASSAGEM DO DIA DE FINADOS

No passado dia 02 de Novembro, a Escola Prática de Artilharia, em coordenação com o Núcleo da Liga dos Combatentes de Vendas Novas, prestou a merecida homenagem a todos os Militares falecidos, por ocasião da passagem do Dia de Finados.

A homenagem constou de duas Cerimónias Militares, que tiveram lugar junto ao Monumento aos Artilheiros Mortos na I Grande Guerra, no jardim da Escola Prática de Artilharia e junto ao Talhão do Combatente, no cemitério local, com uma Guarda de Honra de efectivo Secção e a deposição de coroas de flores.

Após a cerimónia no jardim da Escola Prática os participantes no evento integraram uma Romagem ao cemitério local tendo então lugar a cerimónia junto ao Talhão do Combatente.

O Comandante da Escola Prática de Artilharia, que presidiu às Cerimónias, foi acompanhado pelo Representante do Presidente da Câmara Municipal, pelo Comandante do Destacamento da GNR e pelo Presidente do Núcleo da Liga dos Combatentes, para além da própria deputação de Oficiais e Praças da Escola Prática bem assim como alguns vendasnovenses que se decidiram associarem à homenagem.

HOMENAGEM AOS MILITARES DE VENDAS NOVAS MORTOS NA I GRANDE GUERRA

No passado dia 11 de Novembro, a Escola Prática de Artilharia deu mais uma vez corpo à celebração do aniversário do Armistício da I Guerra Mundial, homenageando os filhos do concelho de Vendas Novas que, enquanto militares, deram a sua vida em combate nos campos de batalha de França.

A homenagem constou de uma Cerimónia Militar junto ao Monumento aos Artilheiros Mortos na I Grande Guerra, no jardim da Escola Prática de Artilharia, com uma Guarda de Honra de efectivo Secção e a deposição de coroas de flores.

O Comandante da Escola Prática de Artilharia, Coronel de Artilharia Rovisco Duarte, presidiu à Cerimónia, na qual foi acompanhado pelo senhor Vereador Engº António Bento, em representação do Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas, pelo Comandante do Destacamento da GNR de Vendas Novas, 1º Sargento Augusto Margaço, pelo Capitão na Reforma Manuel Gonçalves, em representação do Presidente do Núcleo da Liga dos Combatentes de Vendas Novas, por elementos da Comissão de Ex-combatentes, pelo Director do jornal "A Gazeta de Vendas Novas", senhor Aleixo Pais, para além de uma deputação de Oficiais, Sargentos e Praças da Escola Prática.

A cerimónia decorreu com o brilho e a solenidade que a comemoração exige.

EXERCÍCIO DE CAMPO DO CURSO DE RADAR AN/TPQ-36

Entre o dia 27Out03 e o dia 21Nov03 decorreu na Escola Prática de Artilharia o Curso de Formadores de Operadores e Técnicos de Manutenção do Radar AN/TPQ-36, que foi frequentado por 3 Oficiais e 12 Sargentos provenientes de todas as Unidades de Artilharia de Campanha e ainda da Escola Militar de Electromecânica.

No culminar do curso foi realizado, nos dias 18 e 19Nov03, na Região de VENDAS NOVAS e Polígono Militar da EPA, um Exercício de Campo, que incluiu a execução de fogos reais de Artilharia de Campanha, com o

objectivo de possibilitar aos Oficiais e Sargentos que frequentaram o curso, a prática integrada dos conhecimentos entretanto adquiridos.

Para o efeito foi constituído 1 Pelotão de Bocas de Fogo com Obus M119 LG 105mm, que continha na sua constituição Posto Central de Tiro, Secção de Transmissões e Secção de Observação Avançada.

Durante o Exercício foram realizadas três Missões de Tiro com um consumo total de 30 munições de Artilharia de Campanha.

CAMPEONATO REGIONAL DE CORTA-MATO

No cumprimento do despacho de 23Jan03 do Ex.mo Tenente-General Comandante da Região Militar do Sul, coube à EPA a organização do Campeonato Regional de Corta-mato da RMS de 2003.

O campeonato reuniu na EPA, nos dias 12 e 13Nov03, 157 militares de todas as Unidades, Estabelecimentos e Orgãos da RMS, de ambos os sexos.

O Campeonato Regional de Corta-mato constitui-se em três provas: Corta-mato Longo numa distância de 10 km, Corta-mato Curto numa distância de 5 km e Corta-mato Feminino numa distância de 5 km.

A prova de Corta-mato Curto foi corrida por 84 atletas distribuídos por cinco escalões, tendo a EPE conquistado o 1º lugar nos 1º e 3º escalões, na classificação por equipas, tendo o RI2 e o QGSUL obtido o 1º lugar, nos 2º e 4º escalões respectivamente. A EPA classificou-se em 3º lugar nos dois primeiros escalões e no 2º lugar nos 3º e 4º escalões.

A prova de Corta-mato Longo foi corrida por 43 atletas distribuídos por três escalões, sendo que na classificação por equipas, a EPE, a EPA e o RI2 arrebataram os 1º lugares no 1º, 2º e 3º escalões, respectivamente, obtendo ainda a EPA um honroso 3º lugar no 1º escalão.

A prova de Corta-mato feminino correu-se num só escalão, num total de 19 atletas, sagrando-se campeã a equipa da EPE, seguida do RI2 e EPA.

As provas tiveram lugar na Pista de Cross, de 2000 metros, localizada no Polígono Militar da EPA, sendo que as condições meteorológicas foram favoráveis ao desenvolvimento de um ambiente de grande competitividade aliada a um elevado sentido de disciplina e espírito de camaradagem, permitindo o fortalecimento do convívio entre os militares com a consequente e favorável aproximação entre U/E/O da RMS.

REGIMENTO DE ARTILHARIA Nº 5

TOMADA DE POSSE DO COMANDANTE DO GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA DA BRIGADA LIGEIRA DE INTERVENÇÃO

Em 25 de Setembro de 2003 realizou-se, no Regimento de Artilharia N.º 5, pelas 11H30, a cerimónia de tomada de posse do Tenente-Coronel de Artilharia JOÃO LUÍS MORGADO SILVEIRA como Comandante do Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada Ligeira de Intervenção.

ALOCUÇÃO DO COMANDANTE DO GAC/BLI

"POLACOS DA SERRA"

Volvidos seis anos, após a minha saída deste Regimento, mais precisamente desta subunidade da Brigada Ligeira de Intervenção.

É com muita honra e orgulho que hoje assumo o comando do Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada Ligeira de Intervenção, sitiado aqui, no Regimento de Artilharia n.º 5.

É uma honra porque o exercício do comando é a mais nobre das funções que um militar pode desempenhar.

É um orgulho porque considero um privilégio poder fazer parte da história desta subunidade da Brigada Ligeira de Intervenção, cujo reconhecimento de competência técnica, rigor e sentido de dever é inegável no seio da Artilharia e do Exército.

Ciente da actual conjuntura internacional onde estamos inseridos, relevando as novas ameaças e as novas tipologias de conflitos, e da realidade do nosso Exército nomeadamente nas necessidades de uma reorganização, de ser reequipado, e de se transformar num Exército semi-profissional a curto prazo, considero como elemento fundamental e indispensável para todo este processo de mudança o Factor Humano.

Apesar de vivermos num mundo de elevada tecnologia, considero o Homem como a arma dominante isto é o meio mais apropriado para, com a sua inteligência, conseguir derrotar outro homem, e não complexos sistemas de armas.

Oficiais, Sargentos e Praças do Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada Ligeira de Intervenção

Sendo o Exército do presente, caracterizado por sentido patriótico de missão e de serviço público, coesão, boa qualidade de quadros e tropas e um desempenho irrepreensível das tarefas que lhe são atribuídas.

E, estando fortemente motivado para a função que hoje inicio, considero como elementos chaves para o sucesso no desempenho das várias missões que forem cometidas ao Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada Ligeira de Intervenção, a competência dos seus homens, a qualidade na execução das suas tarefas, a disponibilidade, o sentido da disciplina e por último e não menos importante a dedicação.

Assim espero, que entre nós e durante o meu comando sejamos "BRAVOS E SEMPRES LEAIS", expressão usada durante as campanhas napoleónicas, para definir o comportamento dos militares das unidades predecessoras deste Regimento, e que se tornou na sua divisa.

BREVE RESENHA BIOGRÁFICA DO CMDT DO GAC/BLI:

O **Tenente-Coronel JOÃO LUÍS MORGADO SILVEIRA**, nasceu em Angola, tem 38 anos de idade, 15 anos de serviço efectivo e foi promovido ao actual posto em 29 de Abril do corrente ano.

Está habilitado com a Licenciatura em Ciências Militares – Artilharia, o Curso de Promoção a Capitão e o Curso de Promoção a Oficial Superior das Armas.

Possui ainda outros cursos, nomeadamente: o Curso de Estado-Maior, o Curso de Pára-quedismo desportivo, qualificação "A", o Curso de Chefes de Centro Cripto/PU, o Curso de Transmissões das Armas, Curso de Guerra Electrónica e o Curso de Artilharia Autopropulsada.

Ao longo da sua carreira prestou serviço na Escola Prática de Artilharia (EPA), no Regimento de Artilharia N.º 5 (RA 5), no Estado-Maior do Exército (EME), no Ministério da Defesa Nacional (MDN) e no Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM).

Na EPA desempenhou funções como Oficial de Transmissões, Instrutor do TPOA, CPC, CPSA e CAFA e Comandante de Bateria. No RA 5 exerceu funções de Comandante da BCS, Chefe das Secções de Pessoal e de Instrução e Oficial de Operações do GAC/BLI. No EME prestou serviço na Divisão de Pessoal como Adjunto na Repartição de Justiça, Disciplina, Moral e Bem-Estar, e na Repartição de Estudos. No Ministério da Defesa Nacional, fez parte do Gabinete dos Ministros da Defesa Nacional, Dr. Castro Caldas e Dr. Rui Pena. No IAEM exerceu funções de docente na Secção de Ensino de Estratégia, na área de Estratégia.

Da sua folha de serviços constam sete louvores, uma Medalha de Prata de Serviços Distintos, e uma Medalha de Prata de Comportamento Exemplar.

Actualmente está a frequentar o Mestrado em Estratégia da Universidade Técnica de Lisboa, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

EXERCÍCIO DA SÉRIE "POLACO

No âmbito do programa de "Instrução de Aperfeiçoamento de Quadros e Tropas", e de "Instrução Colectiva", do 2º semestre de 2003, o Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada Ligeira de Intervenção (GAC/BLI-RA5) levou a efeito o exercício "POLACO 033", no Campo Militar de Santa Margarida (CMSM), no período de 07 a 10 de Outubro de 2003, com execução de fogos reais de artilharia (Obus OM 105/14), no dia 9 de Outubro de 2003.

Foram definidos como objectivos, para o referido exercício, a nível do Comando do GAC/BLI o planeamento do deslocamento e do apoio logístico, e a correcta utilização das redes de transmissões e respectivas ITTM. A nível da 2ª Bataria de Bocas de Fogo, o exercício teve como finalidade a execução

de deslocamentos tácticos e administrativos, o reconhecimento escolha e ocupação de posições, a execução de fogos reais de artilharia (tiro mergulhante), a instalação e utilização das redes de transmissões e ITTM do GAC/BLI, e o treino da defesa da Bataria de Bocas Fogo.

Foram definidos como objectivos, para o referido exercício, a nível do Comando do GAC/BLI o planeamento do deslocamento e do apoio logístico, e a correcta utilização das redes de transmissões e respectivas ITTM. A nível da 2ª Bataria de Bocas de Fogo, o exercício teve como finalidade a execução de deslocamentos tácticos e administrativos, o reconhecimento escolha e ocupação de posições, a execução de fogos reais de artilharia (tiro mergulhante), a instalação e utilização das redes de transmissões e ITTM do GAC/BLI, e o treino da defesa da Bataria de Bocas Fogo.

De destacar neste exercício, a utilização, pela primeira vez, de um semi-atrelado (veículo longo) para o transporte das seis bocas de fogo da Bataria de Tiro, no percurso Vila Nova de Gaia – CMSM – Vila Nova de Gaia, permitindo uma redução em termos de recursos humanos, de viaturas e de combustível.

No exercício "POLACO 033", estiveram presentes 105 militares, foram utilizadas 18 viaturas, percorridos em média 630 km por viatura, e consumido 48 granadas HE com espoleta de percussão e 19 granadas HE com espoleta de tempos.

REGIMENTO DE ARTILHARIA N.º 4

EXERCÍCO TÉCNICO-TÁCTICO "TROVÃO 032"

No período de 04NOV03 a 06NOV03 teve lugar no Campo Militar de Santa Margarida o exercício técnico-táctico de fogos reais "TROVÃO 032".

Este exercício teve por finalidade por em prática e testar a instrução colectiva ministrada do antecedente e simultaneamente, manter e elevar o espírito de coesão e equipa, típica característica artilheira, e com o objectivo de desenvolver, pela prática de actividades operacionais, as capacidades técnico-tácticas do GAC/BAI, criando-lhe condições necessárias para que possa cumprir a missão de apoio de fogos convencionais de artilharia ligeira do GAC à BAI.

Este exercício, está enquadrado nas actividades de treino operacional da Brigada Aerotransportada Independente (BAI) com a intenção de manter e aperfeiçoar o estado de aprontamento desta. Participaram no exercício a Bateria de Comando e Serviços e as 1ª e 2ª Baterias de Bocas de Fogo (BBF), com um efectivo de 163 militares, dos quais 16 oficiais, 32 sargentos e 115 praças e um total de 35 viaturas sendo 5 ligeiras, 14 médias, 15 pesadas, 1 auto-maca e 6 atrelados.

Nos dias 04 e 05 procedeu-se ao desenvolvimento de treinos técnicos e tácticos, no dia 06 decorreram os fogos reais executados de 6 zonas de posição, tendo sido consumidas 205 GE HE/P, 40 GE HE/T, 37 GE Fumos HC e 41 GE Fumos WP, na execução de várias missões de tiro, tais como:

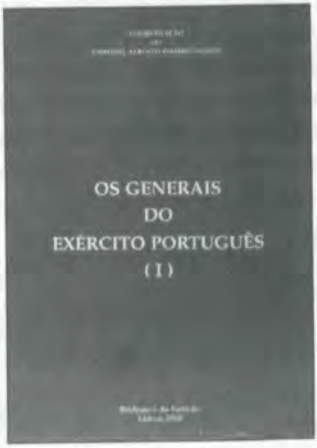
- Regulações com tiro mergulhante e vertical;
- Eficácias com TM e TV e missões de Fumos.

O GAC/BAI vem desenvolvendo a sua actividade operacional, tendo já atingido níveis de grande versatilidade e de prontidão operacional e eficácia nas missões atribuídas bem demonstrado no decorrer deste exercício.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

OS GENERAIS DO EXÉRCITO PORTUGUÊS

Volume I
DA RESTAURAÇÃO ÀS INVASÕES FRANCESAS



"*Estudar a vida dos generais do Exército Português (...) é, certamente, uma outra forma, não menos importante, de analisar a História de Portugal. (...) Por um lado, a afirmação do nosso país como entidade política individualizada inicio-se num campo de batalha, quando os soldados aclamaram o seu general como rei*" – escreveu o General Loureiro dos Santos no prefácio para o 1º volume desta obra, um projecto de investigação apoiado pelo Estado-Maior do Exército e que foi planeado, coordenado e dirigido pelo Director da Biblioteca do Exército, Coronel Ribeiro Soares.

Trata-se de uma obra de grande envergadura, julgamos que inédita a nível mundial devido a dois aspectos essenciais: o longo período em estudo (mais de 360 anos, quase quatro séculos) e a pretensão de incluir todos os oficiais generais do Exército de um país, desde que nele foram criados os primeiros postos do generalato, no caso português logo após a Revolução de 1640.

A obra será por três volumes.

O primeiro – que agora se publica – abrange o período que vai da Restauração (1640) até às invasões francesas (1807), com as fichas biográficas de 587 oficiais-generais, completadas por um conjunto de textos de síntese, indispensáveis numa obra deste tipo (como o conceito de biografia militar, a evolução dos postos e quadros do generalato e também dos seus uniformes) e por um ensaio sobre a actuação do Exército Português no período em apreço, praticamente toda a Idade Moderna. O segundo volume compreende o período que vai das invasões francesas ao fim da Monarquia (1910). E o terceiro decorre desde a implantação da República até aos nossos dias. Neste último volume pretende-se incluir mais estudos de carácter global, este relativo à evolução dos vencimentos dos oficiais-generais que, tanto quando possível, procurará fazer a sua indexação aos preços correntes e bem assim a comparação com os proventos das personalidades que desempenham cargos públicos com idêntico estudo social e humano.

Em todos os volumes constam as listas de antiguidades do período em apreço, elaboradas pela data de acesso a qualquer posto do generalato, e os respectivos índices onomásticos.

O Projecto tem como consultor científico o Tenente-Coronel Dr. António Pires Nunes e, neste Volume, contou com a colaboração dos Mestres Eurico José Gomes Dias, Sérgio Veludo Coelho, Ana Teresinha Músico, Catarina Oliveira e Maria da Conceição Maceira; dos Licenciados José Machado Dinis (Coronel), Pedro Miguel Cunha (Tenente), Luís Faria de Almeida (Tenente), Maria Cristina Marques, Maria Eduarda Dimas, Maria Manuela Santos, Patrícia Ribeiro Soares e Teresa Santa Clara; dos Coronéis José Alberto da Costa Matos e António José Pereira da Costa; Tenente-Coronel José Félix Morais e Major João Barachos; e também de Manuel Borges Machado, Daniel Gonçalves e Carlos Cid.

Este 1º. Volume tem 488pp., 11 gravuras a cores (uniformes), 12 Fotografias (actuação do Exército no período em estudo) e 40 fotografias ou quadros de alguns biografados.

Prevê-se a publicação do 2º. Volume em 2004 e a conclusão da obra em 2005.

CATÁLOGO DA BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Este livro é o primeiro passo de um projecto de investigação planeado, organizado e dirigido pelo Coronel Ribeiro Soares, director da Biblioteca do Exército desde 1994, que foi patrocinado pelo Ministério da Defesa Nacional e teve o apoio do Governo de Macau, do Estado-Maior e da Revista Militar.

O Projecto tem como consultores científicos os Professores Doutores José Tengarrinha e Doutor António Nóvoa e visa editar também um dicionário bibliográfico da Imprensa Militar (com cerca de 1400 entradas), uma colectânea de hinos e militares e outra de textos (em prosa e em verso) que foram publicados nos jornais e revistas do militares.

Este Catálogo refere-se apenas ao acervo documental da Biblioteca do Exército, onde se conserva a quase totalidade do espólio da memória colectiva das campanhas de África e da Índia no terceiro quartel do século

XX (mais de 400 títulos) de que, infelizmente, se perdeu irremediavelmente uma significativa parcela, superior a uma centena de títulos, para além das faltas existentes nas colecções conhecidas.

Todo este importante acervo está as ser também sistematizado e reunido com vista à criação, no âmbito da Biblioteca, da Hemeroteca do Exército.

O Professor Doutor José Tengarrinha escreveu o prefácio com o título "um trabalho pioneiro na comunicação militar" onde, a dado passo, refere:

"Daqui resultou o presente catálogo da Biblioteca do Exército sobre a Imprensa Militar Portuguesa que regista para cima de um milhar de referências. Trata-se, assim, de um primeiro grande passo no sentido do levantamento exaustivo das publicações periódicas militares actualmente dispersas por variadas bibliotecas, arquivos e depósitos. Tarefa que, aliás, o coronel Ribeiro Soares tem em vista e que esperamos venha a cumprir, eventualmente sob a forma de um dicionário. O presente catálogo é ainda mais meritório por não se limitar a uma mera relação de títulos, mas conter informações valiosas sobre os periódicos, segundo critério rigorosos e técnicas de inventariação e identificação adequadas e exactas."

O catálogo tem 222 pp., com a descrição de 1047 jornais militares, é ilustrado com 82 figuras e tem quatro índices: cronológico, geográfico, onomástico e dos títulos actualmente em publicação (que eram 77 em fins de 2002).

"Consultar o Índice Geográfico é como que receber um passaporte de viagem para percorrer todos aqueles lugares onde estivemos ou, no mínimo, ouvimos falar e onde, por norma, estiveram amigos nossos. O Índice Cronológico, permite-nos fazer um percurso, ao longo da nossa História. O Índice Onomástico, faz-nos recordar toda uma vida militar, plena de bons e maus momentos. As Siglas, resolvem-nos muitas dores de cabeça, quando elas nos aparecem em qualquer artigo e nós desconhecemos o seu significado. A Numeração de cada publicação... funciona de auto-estrada que nos leva, de imediato, ao título da publicação pretendida."

PARTE OFICIAL

I. LEGISLAÇÃO

Presidência do Conselho de Ministros

Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2003:
Desafecta do domínio público militar parte do prédio militar n.º 13/Coimbra, designado «Quartel da Graça ou da Sofia», no município de Coimbra.
(OE Nº 7/31JUL03 1ª SÉRIE)

Declaração de Rectificação n.º 9-D/2003:
De ter sido rectificado o Decreto Regulamentar n.º 13/2003, do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, que altera o Regulamento de Sinalização do Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 145, de 26 de Junho de 2003 director da DR.
(OE Nº 7/31JUL03 1ª SÉRIE)

Ministérios da Defesa Nacional e da Ciência e do Ensino Superior

Portaria n.º 880/2003:
Estabelece as vagas para a candidatura à matrícula e inscrição no ano lectivo de 2003-2004 nos cursos das escolas militares de ensino superior.
(OE Nº 8/31AGO03 1ª SÉRIE)

Assembleia da República

Lei n.º 31/2003:
Altera o Código Civil, a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, o Decreto-Lei n.º 185/93, de 22 de Maio, a Organização Tutelar de Menores e o Regime Jurídico da Adopção.
(OE Nº 8/31AGO03 1ª SÉRIE)

Lei n.º 46/2003:
Lei que regula o acompanhamento, pela Assembleia da República, do envolvimento de contingentes militares portugueses no estrangeiro.
(OE Nº 8/31AGO03 1ª SÉRIE)

Lei n.º 52/2003:
Lei de combate ao terrorismo (em cumprimento da Decisão Quadro n.º 2002/475/JAI, do Conselho, de 13 de Junho) décima segunda alteração ao Código de Processo Penal e décima quarta alteração ao Código Penal.
(OE Nº 8/31AGO03 1ª SÉRIE)

Lei n.º 99/2003:
Aprova o Código do Trabalho.
(OE Nº 8/31AGO03 1ª SÉRIE)

Ministério da Defesa Nacional

Decreto-Lei n.º 197-A/2003:
Altera o Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, que aprova o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), e revoga os artigos 3.º, 5.º, 5.º-A, 6.º, 7.º, 31.º, 45.º, e 106.º do livro I, bem como os livros III e IV do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro.
(OE Nº 8/31AGO03 1ª SÉRIE)

Decreto Regulamentar n.º 16-A/2003:
Fixa os quantitativos máximos de militares na efectividade de serviço em regime de voluntariado (RV) e de contrato (RC) em 2003 na Marinha, no Exército e na Força Aérea.
(OE Nº 8/31AGO03 1ª SÉRIE)

Decreto-Lei n.º 226/2003:
Altera o Decreto-Lei n.º 200/93, de 3 de Julho, que define a composição, competência e funcionamento dos conselhos das armas e serviços do Exército.
(OE Nº 9/30SET03 1ª SÉRIE)

Ministério da Segurança Social e do Trabalho

Decreto-Lei n.º 176/2003:
Institui o abono de família para crianças e jovens e define a protecção na eventualidade de encargos familiares no âmbito do subsistema de protecção familiar.
(OE Nº 8/31AGO03 1ª SÉRIE)

Ministério da Justiça

Decreto-Lei n.º 199/2003:
Altera o Código de Processo Civil, o Código Civil e o regime transitório previsto no Decreto-Lei n.º 38/2003, de 8 de Março.
(OE Nº 9/30SET03 1ª SÉRIE)

II. PESSOAL

A. OFICIAIS

1. CONDECORAÇÕES

Medalha de Ouro de Serviços Distintos

COR ART REF (50012901) José Alberto da Costa Matos
(OE Nº 7/31JUL03 2ª SÉRIE)

Medalha de Prata de Serviços Distintos

TCOR ART (17906180) Ulisses Joaquim de Carvalho Nunes de Oliveira
(OE Nº 7/31JUL03 2ª SÉRIE)
COR ART (08623075) José Caetano de Almeida e Sousa
(OE Nº 8/31AGO03 2ª SÉRIE)

Medalha D. Afonso Henriques – Mérito do Exército, de 3.ª Classe

CAP ART (19072892) Paulo Jorge Fernandes Gonçalves Balsinhas
(OE Nº 7/31JUL03 2ª SÉRIE)

Medalha Prata de Comportamento Exemplar

CAP ART (14396086) José António Cabral Carreira Coelho
(OE Nº 7/31JUL03 2ª SÉRIE)

Medalha Cobre de Comportamento Exemplar

CAP ART (10569790) Armando Manuel Leal Simões
CAP ART (22371192) Pedro Luís Raposo Ferreira da Silva
CAP ART (03469389) João Manuel da Cruz Seatra
CAP ART (09873992) João Marcelino Miquelina Albino
CAP ART (00257893) Hélder Jorge Pinheiro Barreira
CAP ART (38471191) Nuno Filipe Caldes Pimpão
CAP ART (39626692) Luís Eduardo da Silva Ferreira Laranjo
TEN ART (02337795) Paulo Sérgio de Almeida Rodrigues
TEN ART (08096595) Henrique Manuel Mota de Azevedo
TEN ART (13124096) Rodolfo Luís Carvalho Martins Gomes
TEN ART (11079894) Pedro Alexandre Bretes Ferro Amador
TEN ART (15683195) António Costa Macedo Sousa Franco
TEN ART (00827995) Nuno Miguel Lopes Salvado
TEN ART (03033795) Nuno Miguel Cirne Serrano Mira
TEN ART (38516793) Ângelo Miguel Marques Simões
(OE Nº 7/31JUL03 2ª SÉRIE)

Medalha da Defesa Nacional de 1.ª Classe (a título póstumo)

TGEN (50581411) Manuel Freire Themudo Barata
(OE Nº 7/31JUL03 2ª SÉRIE)

2. PASSAGEM À SITUAÇÃO DE RESERVA

TGEN (51372811) Tito Luís de Almeida Bouças
COR ART (00167165) João António Heitor Alves
COR ART (05512964) Carlos Eduardo dos Santos Costa e Melo
(OE Nº 7/31JUL03 2ª SÉRIE)

3. PROMOÇÕES

Ao Posto de Coronel

COR ART GRAD (51371111) Luís Francisco Domingues Cabral Arruda
TCOR ART (20399061) Moisés Carlos Correia Pedrosa Afonso
TCOR ART (01365763) João Maria Clímaco de Sousa e Brito
MAJ ART (09706463) Rodrigo Manuel Lopes de Sousa e Castro
MAJ ART (04957065) Eduardo Dinis Leitão dos Santos Almeida
(OE Nº 7/31JUL03 2ª SÉRIE)

Ao posto de Tenente-Coronel

MAJ ART (12469086) Carlos Manuel Mendes Dias
(OE Nº 7/31JUL03 2ª SÉRIE)
MAJ ART (00392880) Jaime da Silva Sequeira
MAJ ART (15369685) João Luís Morgado Silveira
MAJ ART (10717084) José António de Figueiredo Rocha
(OE Nº 8/31AGO03 2ª SÉRIE)

Ao Posto de Major

CAP ART (18968289) Carlos Manuel Branco Valentim
CAP ART (02577085) Paulo Guilherme Soares Gonçalves Roda
CAP ART (02926187) Valdemar de Almeida Rosário
(OE Nº 7/31JUL03 2ª SÉRIE)
CAP ART (05288187) António José Palma Esteves Rosinha
CAP ART (13987789) Amílcar José Teixeira da Cunha
CAP ART (00657688) José Carlos Marques Gonçalves
CAP ART (04839188) David José da Rocha Alves
(OE Nº 8/31AGO03 2ª SÉRIE)

B. SARGENTOS

1. CONDECORAÇÕES

Medalha de Cobre de Serviços Distintos

SCH ART (12730281) José Eduardo Santos Pereira
(OE Nº 7/31JUL03 2ª SÉRIE)

Medalha de Mérito Militar de 4.ª Classe

SAJ ART (01582881) Eurico José Simão Coelho
SAJ ART (09004182) Francisco Falé da Silva Capucho
1SAR ART (18915885) João Alexandre Nabais Birra
(OE Nº 7/31JUL03 2ª SÉRIE)

Medalha D. Afonso Henriques – Mérito do Exército de 4.ª Classe

SCH ART (07856582) Joaquim António de Oliveira Frade
SAJ ART (08007581) Eduardo Manuel de Barros Loureiro
SAJ ART (11166683) Pedro Manuel Sá Gonçalves
(OE Nº 7/31JUL03 2ª SÉRIE)

2. PASSAGEM À SITUAÇÃO DE RESERVA

SCH ART (02149380) António José dos Santos Banhudo
SAJ ART (08007581) Eduardo Manuel de Barros Loureiro
(OE Nº 7/31JUL03 2ª SÉRIE)
SMOR ART (02273876) José Manuel Gomes Duarte
SCH ART (16844378) Carlos Francisco Duarte Freitas
(OE Nº 9/30SET03 2ª SÉRIE)

3. PASSAGEM À SITUAÇÃO DE REFORMA

SMOR ART(50007911) Domingos Cordeiro
(OE Nº 8/31AGO03 2ª SÉRIE)

4. OBITUÁRIO

1SAR ART REF (50219611) António Ribeiro Castro
(OE Nº 8/31AGO03 2ª SÉRIE)
1SAR ART REF (32160156) João dos Santos Sequeira
(OE Nº 9/30SET03 2ª SÉRIE)